MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL

MANUEL QUERINO

Entre Letras e Lutas

Bahia: 1851 – 1923

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EM HISTÓRIA – NÍVEL DOUTORADO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo, 2004

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL

MANUEL QUERINO

Entre Letras e Lutas

Bahia: 1851 – 1923

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História Social sob a orientação da Profa. Doutora Estefânia Knotz C. Fraga.

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EM HISTÓRIA – NÍVEL DOUTORADO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo, 2004

R E S U M O

Neste estudo biográfico, aspectos da vida de Manuel Raymundo Querino (1851-1923) são revelados, preenchendo lacunas sobre o artista, político, professor e intelectual. A obra que produziu entre os anos de 1903-1922, considerada auto-biográfica, foi a via principal para compreendê-lo e recapturá-lo no emaranhado do seu texto e do contexto em que viveu, enquanto depoimento de quem testemunhou e experimentou decepções e vitórias no alvorecer da República. Inaugurou uma forma de contar a história, ao trazer à luz do conhecimento sujeitos sociais que viviam na penumbra social, política e cultural e que com ele compartilharam situações de preconceito, discriminação, de rejeição em conseqüência da origem de classe e de raça.

Brasileiro afro-descendente, nascido em Santo Amaro da Purificação-Bahia (28/07/1851), viveu intensamente acontecimentos significativos da história do Brasil, e da Bahia em particular, que marcaram os anos finais do Império e iniciais da República. Sujeito singular na complexidade de sua vida, impõe-se no roteiro das biografias. É uma possibilidade de dar-lhe voz e sentido históricos, ao esmiuçar as suas interferências nos processos sociais como militante político e intelectual. Comprometeu-se com a causa popular e do trabalho, perseguindo justiça, liberdade, igualdade e democracia. Levantou duas questões: o lugar do povo e do trabalhador na República e o lugar do negro na sociedade brasileira no pós-abolição. Foi um militante fiel à causa do oprimido.

Da sua base operária, Querino enveredou pelo mundo da política partidária, na medida em que desenvolvia o talento de artista, diplomando-se em desenho e cursando arquitetura. No Império, militou no trabalhismo, criando a Liga Operária Bahiana e, na República, foi um dos fundadores do Partido Operário, a partir do qual foi conduzido para o cargo de Conselheiro Municipal por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899). Desligando-se da política partidária, iniciou uma outra militância, dedicando-se ao magistério e à produção de conhecimento. Pelo trabalho intelectual que produziu, Querino se consolidou na sociedade baiana, garantindo prestígio no meio intelectual e no meio operário.

A B S T R A C T

Some aspects of the life of Manoel Querino (1851-1923) are disclosed in this biographical study, filling existent gaps on the artist, politician, professor and intellectual. His works produced between 1903 and 1922 are considered to be autobiographical and are the main path to understanding and capturing his essence from within the entanglement of his text and the context in which he lived, as an acknowledgment of someone who lived and witnessed deceptions and victories at the dawn of the Republic. He created a new way of telling history, bringing into focus social subjects who existed in a social, political and cultural penumbra and with him shared prejudice, discrimination and rejection as a consequence of social class and race.

An Afro-Brazilian, born in the city of Santo Amaro da Purificação, in the state of Bahia (28 July, 1851), he lived with passion through the significant events of Brazilian history, especially the history of Bahia, that marked the final days of the Monarchy and first days of the Republic. Given the complexity of his life, he was a singular individual and therefore a preferred subject of many biographers. It is a challenge to give him historical voice and significance while researching his involvement in social processes, both as political militant and intellectual. In pursuing justice, liberty, equality and democracy, he was committed to the causes of the people and of the working class. He raised two issues: the place the people and the workers should occupy in the Republic and the position of the Negroes in post-abolition Brazilian society. He was a militant loyal to the cause of the oppressed.

From his worker upbringing, Querino made his way into partisan politics while developing his talents as an artist, having majored in art and starting his studies of architecture. During Monarchy, he was a working class militant having created the Bahian League of Workers. At the advent of the Republic he was one of the founders of the Labor Party, being elected Town Counselor for two terms (1891-1892 and 1897-1899). After resigning from politics, he started one more militancy, committing himself to teaching and knowledge. Due to the work he produced, Querino gained the respect of Bahian society while maintaining his prestige among intellectuals and blue collar workers.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ATA DE DEFESA DA TESE DE DOUTORADO DE MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL

Ao (s) quatro de junho de 2004 realizou-se, no Edifício Prof. Bandeira de Mello, à Rua Ministro de Godói, 969, nesta Capital, a sessão pública de defesa da Tese **"MANUEL QUERINO - ENTRE LETRAS E LUTAS BAHIA: 1851-1923"**, apresentada pelo(a) aluno(a) **MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL**, Mestre em História: História do Brasil pela Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de **"DOUTOR (A) EM HISTÓRIA: HISTÓRIA SOCIAL"**, segundo encaminhamento da Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria de Processamento de Dissertações e Teses da Pós-Graduação. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Prof.(a) Dr.(a) ESTEFÂNIA KNOTZ CANGUÇU FRAGA, Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: TERESINHA BERNARDO, Doutora em Ciências Sociais: Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS, Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; ALEILTON SANTANA DA FONSECA, Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo; MARIA APARECIDA CHAVES PAPALI, Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; ESTEFÂNIA KNOTZ CANGUÇU FRAGA, Doutora em Ciências: História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, responsável pela orientação da Tese. A Banca Examinadora tendo decidido aceitar a Tese, passou à argüição pública do(a) candidato(a). Encerrados os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, tendo sido atribuídas as seguintes notas:

- Prof. Dr. (a) ESTEFÂNIA KNOTZ CANGUÇU FRAGA
  Nota: (10,0 (dez)) assinatura _____

- Prof.(a) Dr.(a) TERESINHA BERNARDO
  Nota: (10,0 dez) assinatura _____

- Prof.(a) Dr.(a) MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS
  Nota: (10,0 dez) assinatura _____

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

-Prof.(a) Dr.(a) ALEILTON SANTANA DA FONSECA

Nota: (10.0 (dez)) assinatura

- Prof.(a) Dr.(a) MARIA APARECIDA CHAVES PAPALI

Nota: (10.0) assinatura

O(a) candidato(a) foi aprovado(a) com a média:

(10, (dez))

Assinatura do Presidente da Banca Examinadora

Proclamados os resultados pelo Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Maria Aparecida Alves Miloni, confiro e assino a presente ata juntamente com os membros da Banca Examinadora.

São Paulo, 04 de junho de 2004.

Prof.(a) Dr.(a) TERESINHA BERNARDO

Prof.(a) Dr.(a) MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS

Prof.(a) Dr.(a) ALEILTON SANTANA DA FONSECA

Prof.(a) Dr.(a) MARIA APARECIDA CHAVES PAPALI

Prof.(a) Dr.(a) ESTEFÂNIA KNOTZ CANGUÇU FRAGA
(Presidente da Banca Examinadora)

Secretária Maria Aparecida Alves Milone
Supervisora
Processamento de Dissertações e Teses PUC/SP

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

São Paulo, 4 de junho de 2004

Maria das Graças de Andrade Leal

Aos meus eternos amores

Isadora e Felipe

AGRADECIMENTOS

> Não se compreende uma melodia examinando-se uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações *entre* as diferentes notas.[1]
>
> Norbert Elias

Esta idéia generosa e poética conduziu os passos para a realização deste trabalho nas trilhas do conhecimento para encontrar Manuel Querino e alcançar esta etapa de apresentação do texto final. Aliás, sempre a ser concluído. Como artista, amante da música, o meu "companheiro" de jornada se permitiu e transformou-se em inspiração. A partir "dele", foi possível observar, compreender e acolher os desafios que tive de enfrentar e superar. Muitas vezes duvidei de que este sonho chegasse a se realizar! Mas, muitas forças favoráveis se juntaram e me apoiaram até aqui.

Para chegar a este momento de "agradecimentos", tão importante para se resgatar a trajetória de uma realização como esta, foram fundamentais as alianças, as harmonias, os desencontros e os acertos estabelecidos nos caminhos. Foram com as diferentes "notas" que esta "melodia" pôde ser apresentada.

A Professora Estefânia Knotz Fraga inicia esta página, pela sua orientação, pelo estímulo constante, pela alegria e vitalidade dirigidos para a realização deste trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa PICDT, o que contribuiu para cumprir as demandas exigidas para a produção desta tese.

Aos professores e professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP pelo acolhimento humano e pela competência profissional.

À Universidade do Estado da Bahia, através dos professores e amigos da unidade de Alagoinhas, pela autorização do meu afastamento por quatro anos e, também, pela torcida, mesmo à distância, para o sucesso desta realização. À Maria Elisa Nunes, professora e amiga que ficou, durante todo este tempo, sendo a principal interlocução com a UNEB.

Ao Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, presença intensa nos dias e horas dedicados ao sonho na realização de um trabalho social e educativo que fortaleça

[1]ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 25.

outros sonhos e os transforme em realidade, pelos auxílios materiais, humanos e emocionais que se tornaram necessários para alcançar este momento. Afinal, foi a partir do Liceu que Manuel Querino emergiu como inspiração, sonho e realidade. Aos amigos que acolheram minhas angústias, Nelson Issa, Antônio Diamantino, Nivaldo Reis, Áurea Carvalho, Eugênia, Cíntia, Maiana, Beth e tantos outros companheiros presentes no meu coração.

Aos estagiários Pablo Magalhães, Jacira Primo e Bruna Ismerin, que em momentos distintos foram meus olhos e minhas mãos nas buscas incessantes de documentos e informações em arquivos e bibliotecas de Salvador.

Às instituições de pesquisa - em especial, à Biblioteca da Fundação Clemente Mariani, pela presteza costumeira; ao Arquivo Público do Estado da Bahia, à Biblioteca Pública do Estado da Bahia e ao Arquivo Municipal de Salvador.

Ao meu amigo, em especial, David Leite. Pelas horas dedicadas às minhas inquietações, à leitura de parte do texto e sugestões dadas, pelas leituras recíprocas de sua poesia, da sua sensibilidade.

À Avanete Pereira Souza, amiga-irmã, tantas vezes compartilhando dúvidas, receios, alegrias, sugestões, entre muitas outras atitudes de apoio e solidariedade.

À Lúcia Carvalho, que acompanhou e incentivou desde o nascimento da idéia de realizar esta pesquisa, minha alegria de saber que você existe!

Dio, minha irmã, que, nas horas mais difíceis das nossas vidas, soube ouvir e me acolher. Obrigada.

À Zeca de Magalhães, pelo seu interesse à produção intelectual, ao amor que dedica aos livros, pela generosidade com que me ofertou uma preciosidade de Manuel Querino. Obrigadíssima!

À Isidoro Casal Rey, amigo solidário, sempre atencioso com nossos filhos, preocupado com o sucesso deste trabalho e na torcida, obrigada!

Finalmente aos meus filhos, Isadora e Felipe, aos quais dedico este trabalho. Mais uma vez, minha eterna gratidão pelo companheirismo, pelas responsabilidades assumidas com as minhas ausências, especialmente quando me afastava nas viagens a São Paulo, pelo amor demonstrado em todas as ocasiões de cobranças por minha presença, enfim, por vocês existirem e serem quem são.

A B R E V I A T U R A S

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

IGHBA – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO.....9

I. A ORDEM É ESQUECER: civilização e progresso na Bahia republicana.....33

- ◊ O avanço demolidor da civilização.....47
- ◊ O "branqueamento" na rota civilizadora.....73

II. UM TRABALHADOR NO CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS DA BAHIA ESCRAVISTA.....90

- ◊ Trabalho e política à moda tropical.....96
- ◊ O militante trabalhista na Liga Operária.....112

III. TRABALHO E POLÍTICA NA UTOPIA REPUBLICANA.....140

- ◊ Manuel Querino e o Partido Operário.....144
- ◊ Manuel Querino no Conselho Municipal.....183

IV. ARTISTA E EDUCADOR NA MILITÂNCIA PELA LIBERTAÇÃO SOCIAL.....209

- ◊ Educação: uma via de libertação social.....221
- ◊ Um "fanático" defensor da arte.....245
- ◊ Querino entre a ficção e a realidade.....267

V. RASTROS DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIAS NA LEMBRANÇA.....275

- ◊ Escravidão e liberdade na experiência de um brasileiro afro-descendente.....282
- ◊ Um brasileiro afro-descendente nas letras e lutas.....310
- ◊ O povo na crônica do esquecimento..... 331

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....354

ANEXOS.....372

BIBLIOGRAFIA E FONTES 409

INTRODUÇÃO

O africano desempenhou, entre nós, o papel de
burro de carga, de mau tratamento...
Não tinha tempo a perder;
nas horas vagas, estudava música de oitiva,
constituindo os chamados terno de Barbeiros.
Apesar disso, sobrava tempo para os LEVANTES,
que tanto deram que fazer às autoridades da época.

Manuel Raymundo Querino

A casa estava situada numa roça de terreno próprio, num lugar denominado Matatu Grande, distrito de Brotas. Cercado por mourões nativos e arame farpado, possuía ao fundo uma baixa e brejo com diversas árvores frutíferas, plantações de capim e horta particular.[2] Logo à entrada erguia-se a casa de moradia. Com 13,50m de frente, possuía quatro janelas e porta ao centro, tendo de um lado duas portas e, do outro, duas janelas, todas com venezianas e vidraças. Era ampla, construída sobre quatro pilares, com parede de caixa dobrada. Simples, o chão com parte cimentado e parte atijolado. Havia um quarto e cozinha e, a cada lado da sala de visitas, um gabinete. O sótão era puxado de frente a fundo, com cinco janelas à frente e duas de cada lado. Todas com vidraças. Havia um grande salão todo de telha-vã.[3]

Na sala de visitas um sofá de vinhático, duas cadeiras de braço e outra de balanço, com duas bancas com lastro de pedra mármore e seis cadeiras austríacas, muito usadas, compunham o mobiliário daquela residência. Havia 11 quadros de figuras de barro representando os Passos da Sagrada Paixão cobertos de vidro, e outras 24 figuras também de barro, mais um crucificado e uma figura de gesso que davam o toque religioso da família. O gabinete era o lugar de sua preferência. Ali estavam reunidos objetos com os quais se identificava, exercitava e desenvolvia o talento de artista e intelectual. Dezesseis quadros com desenhos a crayon, provavelmente da autoria do falecido, um violão, um gramofone com chapas, quatro estantes com diversos livros, uma tabela para desenho e seus acessórios, uma secretária com três gavetas e estantes compunham o ferramental que utilizou ao longo da vida para ser quem foi.[4]

Foi um homem dedicado às artes, às letras e à política. Colecionou, ao longo da vida, um acervo diversificado, transformando a sua residência em um verdadeiro museu. Assim descreveu Athayde, seu contemporâneo e companheiro de repartição:

---

[2] Mourão: estaca de madeira para composição de cercas. Neste trabalho, a grafia dos séculos XIX e princípios do XX está totalmente atualizada.
[3] Dados baseados no Inventário de Manuel Raymundo Querino. Arquivo Público do Estado da Bahia, Tribunal Superior de Justiça, 1924.
[4] Idem.

> ...tinha em exposição lindos espécimes de obras de artes em miniaturas, adquiridos com muito trabalho, sacrifícios e muitas vezes com a intervenção de terceiros, verdadeiros primores artísticos, em madeira, cerâmica ou pedra, conseguindo um seleto museu de raridades, com a designação dos artistas seus autores; museu que por vezes fora visitado por homens de valor e de gosto, que se não excusavam de vencer distâncias para ir ali apreciá-lo; e tudo isso que descrevo e que tantas vezes admirei, parece-me que se desfez com a sua morte, bem como a sua limitada e bem escolhida biblioteca.[5]

Era Quarta feira de cinzas, 14 de fevereiro de 1923. Todos rezavam pela alma do defunto. Ao centro da sala jazia Manuel Raymundo Querino. Em um esquife modesto, ladeado por diversas flores colocadas pela viúva, seus dois filhos e trazidas por muitos amigos, aquele homem franzino, de pele negra, cabelos brancos, vestido com o inseparável e impecável terno escuro, descansava, entregando-se ao futuro, à história. Naquele cenário de despedidas, vizinhos, amigos, parentes, admiradores revezavam-se nas ladainhas. Era uma despedida igual a todas as outras. Foi o mesmo Querino que já havia contado em seus livros sobre ritos fúnebres e festejos populares na Bahia. Era tradição. Como tradição era o carnaval.[6]

Enquanto a cidade recepcionava o "momo", entregando-se à folia, aos ruídos de "guisos", às cores das serpentinas, à lança-perfume, ao movimento dos mascarados, foliões, cordões, "pranchas", "corso" de automóveis, bailes, desfiles na avenida, batuques, orquestras e atropelos, Querino agonizava. Aquele carnaval havia sido um dos menos animados, segundo o Diário da Bahia comentou:

> A cidade recebeu o momo, anteontem, com uma frieza, um desânimo inexplicáveis.
>
> (...)
>
> É preciso, é necessário aproveitar essas horas efêmeras de tréguas! Onde estão os velhos foliões baianos, aqueles que conquistaram para a nossa cidade os títulos de divertida, de alegre, de folgazã, tradições que agora parecem morrer-se, apagar?[7]

Alguns sabiam que ali descansava uma pessoa ilustre, com uma vida a ser desbravada pela posteridade. Às 16 horas o féretro saiu em direção ao cemitério da Quinta dos Lázaros, "com extraordinário acompanhamento de pessoas de todas as classes e alta representação oficial".[8] Afinal era o Querino para os amigos, o Manuel

---

[5] ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo de. *Prof. Manuel Querino, sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932, p. 29.

[6] Faleceu às 5:00 horas da manhã do dia 14 de fevereiro de insuficiência mitral de concomitância = paludismo (malária) e sepultado no mesmo dia por volta das 17:00. APEB: Certidão do registro Civil e Óbito de Manoel Raymundo Querino atestado pelo Dr. Guilherme Pereira da Costa. Sobre os ritos fúnebres na Bahia durante a primeira metade do século XIX, ver REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[7] *Diário da Bahia*, 13 de fevereiro de 1923, p. 01.

[8] *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1923.

Querino para a intelectualidade, o Manuel Raymundo Querino de nascimento que passava conduzido pelo bonde da Companhia Linha Circular em direção à sua última pousada.

"Naquele cemitério, antes de baixar o corpo de Manuel Querino à sepultura, dirigiram-lhe o último adeus os senhores Major Cosme de Farias, Dr. Marinho Braga, os professores Oséas Santos e Antônio Vianna, este, em nome do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia".[9] E assim, muitos jornais noticiaram o passamento de tão ilustre figura que deixava "inúmeros testemunhos de pesar" junto à viúva D. Laura Querino e aos dois filhos, Paulo Querino, artista violinista, e professora Anatildes Querino.[10] Tantas outras homenagens se sucederam durante a semana, após 30 dias, após anos, pela Câmara Municipal, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo Centro Operário da Bahia, pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, pelo Colégio dos órfãos de São Joaquim, Liceu de Artes e Ofícios, pela Escola de Belas Artes, e outras instituições de beneficência por onde havia passado, como sócio de grande influência, e contribuído com o seu trabalho.[11]

Iniciou-se uma nova etapa da história do pranteado autor de tantos escritos sobre a vida do negro trabalhador, o cotidiano da cidade do Salvador, a herança africana nos costumes brasileiros, sobre artistas e operários desprezados pela República, sobre eventos históricos que marcaram a Bahia, entre outros assuntos, que soube, com a sensibilidade do artista, a competência do pesquisador e escritor, registrar em páginas de sonhos, de angústias, de alegrias, decepções, saudades, glórias, críticas e de esperanças.

Brasileiro afro-descendente, nascido em Santo Amaro da Purificação no recôncavo baiano a 28 de julho de 1851, viveu intensamente acontecimentos significativos da história do Brasil, e da Bahia em particular, que marcaram os anos finais do Império e iniciais da República. Militante das causas dos trabalhadores livres e escravos e de outras questões sócio-políticas que afetaram diretamente os interesses das classes artísticas e operárias, circulou pela cidade do Salvador, observando e

[9] Idem. Foi enterrado no carneiro no. 25 da Irmandade de Santa Cecília. A irmandade de Santa Cecília, segundo o próprio Querino, foi ereta primitivamente na matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia e reunia aqueles que exercitavam a profissão de músico – cantor ou instrumentista. Depois, passou a funcionar no convento dos religiosos franciscanos. Tinha por objetivo "socorrer os seus confrades, no caso de moléstia e decrepitude." QUERINO, A Irmandade de Santa Cecília em *A Bahia de Outrora*, 1946, pp.95-98.
[10] Idem.
[11] *Diário da Bahia*, 16 de fevereiro de 1923.

experimentando diferentes formas de sociabilidade, modos de conviver com as diferenças sócio-culturais de uma Bahia múltipla, complexa e singular.

Da sua base operária, Querino enveredou pelo mundo da política partidária, na medida em que desenvolvia o seu talento de artista, diplomando-se em desenho e cursando arquitetura. No Império, militou no trabalhismo, criando a Liga Operária Bahiana e, na República, foi um dos fundadores do Partido Operário, a partir do qual foi conduzido ao Conselho Municipal, assumindo o cargo de Conselheiro por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899). Desligou-se da política partidária e iniciou uma outra militância, dedicando-se ao magistério e à produção de conhecimento. Pelo trabalho intelectual que produziu, Querino se consolidou na sociedade baiana, garantindo prestígio no meio intelectual e no meio operário.

A importância de se estudar a vida de Manuel Querino deve-se à riqueza da sua história estar associada à história de sujeitos sociais incógnitos que foram trazidos à luz do conhecimento histórico através do seu testemunho. A sua individualidade foi caracterizada pela complexidade de ações que empreendeu na sociedade, o que o distinguiu entre tantos outros sujeitos sociais que viveram e interferiram nos rumos sociais, políticos e culturais da Bahia de meados do século XIX e primeiros anos do XX. À medida que a sua trajetória individual foi-se revelando, a história política e social do trabalho e da arte e a trajetória de outros homens que viveram, criaram, produziram, lutaram, puderam ser retiradas da penumbra. Uma versão da história vista pela ótica do oprimido foi-se construindo com cores, movimento, luminosidade, valorizando-se a existência de pessoas reais que enfrentaram dificuldades reais e que continuam presentes na atualidade do século XXI.

Negro, oriundo das camadas populares, Manuel Querino sintetizou, em um único sujeito, diversas possibilidades para a compreensão das muitas dimensões que constituíram a vida de um homem e da sociedade em que viveu. Querino merecia uma atenção diferenciada, pois a intensidade de sua vida estava ainda para ser revelada. O que se conhecia sobre o político, intelectual, professor, artista, restringia-se a alguns ensaios biográficos, produzidos após a sua morte, em 1923, em forma de necrológios, que reproduziam informações baseadas em depoimentos de contemporâneos como

Teixeira Barros, Gonçalo de Athayde e Antonio Vianna.[12] O fio da sua vida ainda estava a ser descoberto para a reconstrução do seu tecido humano no conjunto de outros tecidos que compunham a malha social, política e cultural da Bahia. Com esta possibilidade, certamente, a história estaria mais enriquecida de conteúdo e criatividade.

Como encontrar Querino e conhecê-lo na sua intimidade e popularidade, na sua singularidade e pluralidade? Por que persegui-lo e discuti-lo no conjunto de outros sujeitos que pensaram, militaram, investiram seus sonhos na construção de uma sociedade mais justa? Estas foram algumas das muitas perguntas realizadas nos processos de recapturação da sua trajetória. Ele participou, observou, interpretou e experimentou momentos cruciais da vida da cidade, de trabalhadores escravos e livres, da nação e da construção de uma identidade que incluía o discurso do esquecimento, especialmente em se tratando do negro africano, do negro nascido na escravidão e da pretensão da exclusão do negro da memória nacional. Deixando seu testemunho sobre acontecimentos diversos ocorridos na história do Brasil, e da Bahia em particular, Querino traduziu uma inquietação individual que perpassava a preocupação diante de uma política adotada no pós-abolição pela edificação de uma nação branca e excludente.

Sujeito singular na complexidade de sua vida, "que teve os olhos abertos para a realidade de seu tempo e procurou dar de si o melhor que seu esforço e sua inteligência permitiam, em favor de sua gente e da cultura popular"[13], impôs-se no roteiro das biografias. Foi uma possibilidade de dar-lhe voz e sentido histórico, ao esmiuçar as suas interferências nos processos sociais, militando na política partidária, reivindicando direitos sociais e políticos aos trabalhadores, negros, africanos, brancos, mulatos, atuando nos campos de luta como artista, professor, político e intelectual e movimentando-se nos mais diversos espaços de sociabilidade, reinterpretando experiências produzidas por outros sujeitos com os quais conviveu.

O propósito foi descobrir Manuel Raymundo Querino no emaranhado das grandes transformações que marcaram a história do Brasil e da Bahia nos últimos quarenta anos do Império e primeiros vinte anos da República. Período em que a sociedade brasileira e baiana em particular conviveu na tensão entre escravidão e

[12] TEIXEIRA BARROS, J. Introdução em QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*, 1916; VIANNA, Antonio. *Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923 no salão nobre do Centro Operário por Antonio Vianna* ..., Bahia, 1923; ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo. *Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932.
[13] CALMON, Jorge. *O vereador Manuel Querino*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995, p. 15.

liberdade; tradição e "civilização"; atraso e progresso. Extraindo das suas vivências diversos elos que ligaram a sua trajetória individual às mudanças ocorridas no ambiente urbano, nas relações de trabalho, na produção artístico-cultural, nas movimentações sócio-políticas e no cotidiano do artista, operário, do povo, do africano, do negro e mestiço Querino foi revelado e compreendido. Desta forma, o foco se dirigiu para o sujeito social nas suas experiências individuais e coletivas, a partir de rastros documentais existentes nas marcas da sua trajetória sócio-política e cultural, no conjunto de tantas outras que se entrecruzaram com as dele.

Autor de significativa obra literária que relatou o cotidiano da sociedade baiana, do ponto de vista das camadas populares e negras, tem sido ultimamente lembrado e merecidamente interpretado como valor a ser reconhecido e disseminado neste contexto de afirmação das identidades, especialmente em se tratando de uma Bahia culturalmente plural. *"Ilustre escritor e artífice baiano", "professor-pesquisador-historiador", "precursor do design brasileiro", "ícone do design baiano"* são alguns atributos consagrados ao militante e político engajado nas causas da liberdade e da inclusão social de trabalhadores, artistas, operários e do povo em geral.

Procurou-se, entre outras coisas, produzir o homem refletido por ele mesmo em seus textos jornalísticos, literários, etnográficos, historiográficos, memorialísticos, construir o sujeito pelas ações sócio-políticas empreendidas nos diversos espaços onde atuou e recolher dados dispersos, elaborados por contemporâneos que conviveram e compartilharam experiências nos diversos momentos da sua vida.

O caminho foi discreto. As trilhas documentais se mesclaram nos diversos fragmentos que iam se transformando em mosaicos. Foi uma busca insistente para encontrar Manuel Querino em sua vida, em sua morte, em sua memória. A responsabilidade aumentava a cada instante em que descobria o homem na intensidade de suas crenças, dos seus princípios, das suas dores, dos seus sonhos, da sua humanidade. Ora forte na palavra, ora frágil sob o olhar do outro. Operário, artista, político, intelectual. Foi amado e desprezado.

Foi um homem que viveu a sua humanidade. Escrever sobre este sujeito social, cultural, político, individual, coletivo, significava estar interferindo numa possível "verdade", ora ocultando, ora revelando, ora destacando fatos, passagens, desenhando, construindo um perfil individual e social escolhido por quem conhecia apenas parte de uma vida tão iluminada e ao mesmo tempo tão obscura. Neste jogo de

luz e sombra, Querino foi visualizado nos mais diversos eventos sociais, culturais, políticos, ora protagonizando, ora coadjuvando, ora assistindo, e apresentado ao leitor a partir de um ponto de vista.

A intenção foi não julgar o homem. Estudar e escrever sobre a vida de Manuel Querino se transformou em constante inquietação, na medida em que novas perguntas emergiam no campo da pesquisa. Precisava estar atenta em contar sobre alguém, mostrando a riqueza desta vida no conjunto da riqueza de tantas outras vidas que cruzaram por ele. A todo instante pensava na qualidade e grandeza deste sujeito social, histórico, individual, único, observando o quanto havia sido lúcido, vanguarda para o seu tempo e o quanto era instigante. A cada leitura que realizava, provocando maior aproximação com Querino, novas perguntas emergiam. Parecia não ter fim. Certamente não tem. Contudo foi preciso dar o limite.

Não se pretendeu erguer um monumento de idolatria, mas sim trazer à tona o homem com suas limitações e qualidades. A partir da identificação e acolhimento de sua trajetória ao longo das leituras realizadas em livros e artigos que publicou, foi possível revelar o sujeito na relação com outros sujeitos, nos debates que estabeleceu com o Conselheiro Dantas, Nina Rodrigues, Domingos Silva, Prediliano Pitta, Cerqueira Lima, bem como nos seus diversos silêncios. A sua voz se fez ouvir e ecoou nas páginas escritas ao longo da sua vida como depoimento de quem intencionalmente ofereceu-se ao futuro legando-se como herança necessária para as gerações que hoje ousam investigá-lo, contá-lo, recapturá-lo.

Na trajetória desta pesquisa, uma certeza foi insistentemente manifestada - a da crescente responsabilidade, transformada em desafio, especialmente por se tratar de um homem de muitas faces, de múltiplos talentos, complexo, plural, dinâmico, inquieto, polêmico, combativo, provocador e sereno. Após inúmeras leituras sobre biografias em seus aspectos metodológicos e conceituais, o norte teórico foi configurado para conduzir as reflexões sobre o biografado e produzir, enfim, este trabalho de tese.

O terreno movediço, característico das biografias, provoca uma dança pendular, ora em direção ao discurso histórico, incluído no domínio da “verdade”, ora em direção ao ficcional, incluído no domínio do poético e da paixão. A instabilidade deste gênero recente no discurso histórico, apesar de tradicional, causa pânico ao historiador que

pretende investigar uma vida e retratá-la na sua autenticidade.[14] Também é motor para enfrentar o desafio na dinâmica do conhecimento histórico, apreendendo o jogo dos paradoxos que está presente tanto no discurso científico, dito verídico, quanto numa obra de arte. Neste sentido, as fronteiras não são rígidas, uma vez que a autobiografia e a biografia constituem tipologia discursiva submetidas a pressões históricas, sociais e literárias.

É o momento de superação das biografias tradicionais, em que se construía o personagem-objeto visto em si mesmo, solitário e isento. Trata-se, agora, de encontrar o biografado no seu movimento de vida, como sujeito ativo em suas contradições. O foco foi Manuel Querino, contudo, o ambiente em que viveu constituiu-se no cenário onde ações deste homem se deram em relação a outros sujeitos. Neste sentido, o seu universo pessoal e coletivo foi incluído nos mais variados espaços. Atuou cotidianamente e interferiu como agente multiplicador de ideais, sentimentos e realizações. Rastreando os caminhos percorridos por Querino, a sua trajetória foi reconstruída no conjunto de tensões e conflitos, individuais e sociais, e, assim, produzindo-se uma biografia dinâmica e fecunda.[15]

A complexidade desta vertente historiográfica não somente ficou evidenciada pelas diversas publicações ultimamente realizadas, mas, principalmente, pelo resultado empírico desenvolvido nas pesquisas em arquivos e bibliotecas. A documentação

[14] Na tradição positivista, as biografias eram destinadas a glorificar grandes heróis, enaltecer nobres personagens, em seus feitos reconhecidos como dignos e salvadores. O autor, na perspectiva de alcançar a verdade absoluta sobre a origem e fatos da vida do biografado, utilizava-se de acervo documental comprobatório, como biografias já escritas, autobiografias, cartas, depoimentos, a partir do qual adquiria poder sobre o seu texto e constituindo-se, segundo Roland Barthes, em autoridade, enquanto voz autoral em sua consciência plena, "a única capaz de revelar o 'real' e 'verdadeiro' sentido do seu texto. Para Barthes trata-se da "tiranização do autor". Até meados do século XIX a explicação da obra se dava no "querer dizer autoral", o que significa dizer que o autor reinava soberanamente, tiranicamente, cuja imagem era "centrada no autor, na sua pessoa, na sua história, nos seus gostos, nas suas paixões." BARTHES, Roland. A morte do autor in *O rumor da Língua*. Lisboa, Edições 70, 1987, p. 27.

[15] Sobre estudos referentes à biografia, utilizamos a seguinte bibliografia: BARBOSA, Ivone Cordeiro. A Experiência Humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da Interpretação. *Revista Brasileira de História: Biografia, biografias*. Vol. 17, no. 33. S.P,.: Anpuh/Ed. Unijui, 1997; BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história*. Campinas, SP: Papirus, 1997; CATELLI, Nora. El Espacio Autobiográfico. Barcelona: Editorial Lumen, 1991; GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. S.P.: Cia. Das Letras, 1987; LEAL, Marília Helena Parelos. *Os caminhos da Memória e da Históira: Antonio da Rocha Marmo.* (Dissertação de mestrado, USP, 1994); LE GOFF, Jacques. São Luis: Biografia. R.J.: Ed. Record, 1999; LEVI, Giovanni. Usos da biografia in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996; LEVILLAIN, Philippe. Os Protagonistas: da biografia in REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. R.J.: Ed. UFRJ/FGV, 1996. OIREUX, Jean. A Arte do Biógrafo in DUBY, G. et al. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. S.P.: Ed. Paz e Terra S/A, 2000; SOUZA, Eneida Maria de. Sujeito e Identidade Cultural. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, no. 1 – 03/1991; SHARPE, Jim. A História vista de baixo in BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*, 1992; SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, no. 19. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997; ZAGURY, Eliane. *A Escrita do Eu.* R.J. Ed. Civilização Brasileira AS, 1982.

reunida mostrou uma variada carga de possibilidades interpretativas, as quais oscilavam entre a busca pela verdade mais próxima sobre o homem que viveu em um determinado tempo e espaço e as afinidades entre a historiadora e o sujeito social, processadas há pelos menos 20 anos, quando houve a primeira aproximação com a sua obra historiográfica, etnográfica, jornalística e memorialística. O desafio foi de articular conhecimento e sensibilidade na formulação desta biografia sobre alguém que viveu diversas experiências em uma época de intensas transformações, a partir de rastros, ora casuais, ora intencionais, ora indiretos, que permearam o fazer e o criar historiográficos.

Ambigüidade e fecundidade marcam o terreno da biografia.[16] O terreno fértil, aqui considerado como espaço propício de articulação entre o singular e o plural, o individual e o coletivo, revelou pessoas comuns, cujas vozes encontravam-se silenciadas pela dificuldade de documentos escritos, por exemplo. Assim, através de Manuel Querino, pensamentos, aspirações, comportamentos, militâncias de outros sujeitos, que com ele compartilharam sonhos e realizações, foram removidos da obscuridade, permitindo-lhes brilhar à luz do conhecimento histórico.

Das lacunas existentes sobre a vida de Manuel Querino, algumas puderam ser preenchidas através do seu próprio testemunho. Voz decifrada na linguagem que criou para apresentar-se e registrar-se como pessoa que viveu na experiência observando, analisando e criticando a sociedade brasileira e baiana em particular, na qual aprendeu e sobre a qual ensinou. Não foram encontradas fontes documentais constitutivas de arquivos pessoais ou entrevistas, que poderiam fornecer maiores subsídios sobre a sua trajetória. Se existem, cabe ainda engenhosa garimpagem para identificá-las.[17]

A tarefa exigiu muito esforço e cuidado. Contudo o desafio de realizar um trabalho que traduzisse a qualidade do homem com uma proximidade do real possível se constituiu no motor da pesquisa, sistematização dos dados, análise e elaboração do texto. Perseguir criteriosamente os rastros, investigar fragmentos, desconstruir imagens

[16] Momigliano, Arnaldo. Storicismo revisitado. In *Fondamenti della storia antica*. Torino, 1984, p. 464, apud Levi, Giovanni. Usos da biografia in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Morais (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

[17] Das possibilidades de descendentes de Manuel Querino, apenas uma foi identificada no curso das pesquisas, através do arquiteto Carlos Augusto Querino da Silva. Segundo depoimento do referido arquiteto, teria o pai de Manuel Querino tido um irmão, Antônio Querino, que teve muitos filhos, entre os quais Ludgero Antônio Querino, avô de Carlos e, neste sentido, primo de primeiro grau de Manuel Querino. Ludgero, por sua vez, teve filhos, entre os quais Aidil Querino, mãe do referido arquiteto. Neste caso, Carlos Querino seria primo de terceiro grau de Manuel Querino. Entrevista realizada em 2002, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

elaboradas sobre ele, desmontar e remontar o quebra-cabeças de 71 anos de vida, foram preocupações que nortearam o processo de reelaboração da personalidade do homem, interpretando-a nas suas experiências. Foi como tecer um longo bordado, cujo desenho se configurou à medida que informações e interpretações emergiam no tecido da pesquisa, levando-se em conta o trabalho de revelação sem perda do foco nem distorção da imagem.

Observando suas linearidades e contradições na dinâmica da sua existência nas dimensões do público e do privado, Manuel Querino foi entrelaçado nos fios da humanidade do sujeito social em sua historicidade. Foi uma costura que implicou em desafios importantes e interessantes. Envolveu sensibilidade e criação de uma metodologia adequada à especificidade desta vida. Neste sentido, observou-se que não há modelo a ser seguido para o estudo biográfico. A partir do diálogo com as fontes e a subjetividade do pesquisador e do biografado, pode-se construir estratégias apropriadas a cada caso.

Dentre os desafios a serem superados nas pesquisas, o maior foi descobrir documentos sobre Manuel Querino no universo dos acervos existentes em Arquivos e Bibliotecas. Este esforço pode ser comparado ao trabalho do garimpeiro em um grande rio na busca do diamante. A inacessibilidade a diversos periódicos, tendo em vista o estado de degradação física em que se encontram na Bahia, foi também um obstáculo a ser vencido.[18] As oportunidades identificadas, por outro lado, foram as de provocar o diálogo com as fontes na perspectiva do oprimido e de encontrar o biografado na sua dimensão humana, libertando-o dos rótulos de herói ou de mártir, mas recapturando-o em sua humanidade a partir dos seus sonhos, limites de realização e das brechas que utilizou para agir.

A partir de fragmentos documentais, escritos biográficos sobre Querino e a obra produzida por ele mesmo, foram construídas as bases do conhecimento para estabelecer a aproximação com a pessoa de Querino nas suas experiências. Assim, a

[18] As pesquisas foram realizadas nos arquivos Público do Estado da Bahia, Municipal da Cidade do Salvador, Nacional do Rio de Janeiro, dos Ministérios do Exército e da Marinha, também no Rio de Janeiro, do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, da Santa Casa da Misericórdia, da Cúria Arquiepiscopal da Bahia, da Sociedade Monte-Pio dos Artistas, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, da Irmandade do Rosário dos Pretos, do Cartório de Registros e Documentos, do Cemitério das Quintas e nas Bibliotecas Pública do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Fundação Clemente Mariani em Salvador, do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Salvador, do Museu de Arte da Bahia, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, do Instituto Feminino da Bahia, do Museu Eugênio Teixeira Leal, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

postura adotada, segundo Le Goff, foi a de respeitar os limites tênues da biografia entre história e literatura, procurando se equipar não só da coleção de tudo o que se pode e deve saber sobre o biografado, submetendo-se à pressão da documentação, mas, também, de provocar "efeitos do real" através de um relato que revela o estilo do historiador, introduzindo "uma convicção razoável de verdade histórica", tornando-a visível e justificável.[19]

A reunião de um número considerável de informações ricas e seguras sobre o biografado foi uma das estratégias utilizadas para melhor compreendê-lo e "se aproximar, tanto quanto possível, da sua verdade viva, com o máximo de precisão, de autenticidade e de probidade"[20], apesar da distância física e temporal que separa biógrafo e sujeito histórico. A garimpagem documental e o respeito rigoroso ao documento constituíram a chave para devassar o testemunho, a fim de se tecer um grande bordado, com fios reveladores das diferenças e contradições, e de se conhecer as diversas faces, ampliando probabilidades de encontrar o sujeito integral. Tratou-se de uma re-criação do biografado, transformando "conhecimentos mortos num homem vivo", ao emprestar--lhe a voz e o contar pelo olhar do historiador. [21]

Dentre as fontes impressas, a sua produção intelectual, realizada entre os anos de 1903 e 1922, foi priorizada por considerá-la auto-biográfica. Foi tratada como referência significativa para compreender o autor na sua relação com o mundo do trabalho, com o viver de negros escravos, africanos e nacionais, homens pobres, trabalhadores em geral, em um cotidiano experimentado, observado, ouvido, interpretado e registrado em forma de texto "memorialístico" por este sujeito-autor.

Foi possível, através da sua obra, extrair das suas vivências diversos elos que ligaram a sua trajetória individual aos processos de mudanças ocorridos no ambiente urbano, nas relações de trabalho, na produção artístico-cultural, nas tensões sócio-políticas e no viver cotidiano de uma Bahia escravista e integrada à liberalização do mercado de trabalho, imperial e depois republicana, conservadora apesar de buscar o progresso, provinciana, porém perseguindo a "civilização".

A intensidade de sua vida ficou registrada em seus escritos, compostos de livros e artigos publicados em jornais e revistas. Testemunhou as transformações que se operaram no contexto da institucionalização do trabalho livre e do regime republicano.

---

[19] LE GOFF, Jacques. *São Luís*: Biografia. R.J.: Record, 1999, p. 22.
[20] ORIEUX, Jean. A Arte do Biógrafo. DUBY, G. et al. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1986, p. 33.
[21] Idem, p. 38.

Refletiu e registrou inquietações próprias de um homem que se posicionou, expressando-se com indignação diante de questões que o afligiram ao longo da vida, a exemplo da situação do povo trabalhador em sua existência política, social e cultural. Foram preocupações que refletiram, de uma forma ou de outra, a sua própria trajetória de vida, por ter experimentado diversas situações difíceis, as quais puderam ser identificadas a partir do seu próprio discurso e da luta que realizou ao longo da vida, cujos elementos centrais refletiram a sua condição de negro e pobre.

No mosaico de temas lembrados, descritos e analisados sobre o cotidiano, a arte, a educação, o operário, o folclore, a história, o povo, Querino apresentou elementos significativos, representando-se nos variados ambientes, os quais foram descritos com cores, texturas, cheiros, sons, cujos sentidos apreendidos pelo sujeito que os viveu, puderam ser transmitidos e fixados em seu texto, permitindo a sua perpetuação.

A sua memória foi narrada, a sua vida contada, o seu testemunho perpetuado. Narrou-se, contou-se, legou-se. Da sua pena foi-se desenhando e revelando o itinerário de toda uma vida. Baseado neste trajeto por ele mesmo fixado em seu trabalho intelectual, que um novo capítulo se abriu para a história de Manuel Querino, através desta biografia.

Na perspectiva de focalizar o autor em seu texto e extraí-lo na sua integridade, este trabalho pretendeu devolver algumas reflexões em torno das possibilidades interpretativas dos seus escritos. Neles, o autor se permitiu, revelando-se e grifando-se nas entrelinhas como depoimento de quem falou de si ao longo de descrições, narrações sobre acontecimentos às vezes fortuitos, às vezes constantes na rotina da cidade, às vezes significativos do ponto de vista político, a exemplo da Guerra do Paraguai, da implantação da República, da exclusão política do operariado.

Manuel Querino deixou rastros de memória que capturaram os cantos da Salvador escravista, dos terreiros de candomblé, da vida pública e privada de homens, mulheres, crianças, negros, africanos, brancos, povo, senhores, elites, das ruas, praças e avenidas, dos botequins, bailes, das festas, da religiosidade popular e das senhoras e senhorinhas. Observou e depreendeu a sociedade baiana, entre os últimos anos do século XIX e princípios do XX, em suas coerências e ambigüidades, articulando experiência e reflexões elaboradas sobre a realidade cultural, social e política do povo no contexto daquela República

realizada, que contrariava a esperança que alimentou para a emancipação social do oprimido.

Revelou-se no texto, soube qualificar a intensidade de uma época vivida e, com os traços fortes da sua experiência e sensibilidade, registrou, documentou, legou ao futuro a visão de quem sofreu, junto com outros homens, decepções, derrotas, preconceitos, discriminações e experimentou alegrias e algumas vitórias. A sua obra foi dedicada às gerações futuras. Foi politicamente carregada de princípios, culturalmente impregnada de visão, socialmente concentrada de conteúdos críticos.

Outros escritos publicados em jornais da época, através de artigos, notícias e cartas, foram considerados um acervo precioso para projetar mais luzes sobre sentimentos, inquietações, posicionamentos de Querino, bem como publicações de companheiros que compartilharam aspirações políticas, sociais, artísticas no Império e na República. Foram pistas que emergiram como conjunto de possibilidades que compuseram o quadro do seu perfil individual e do contexto em que viveu.

A partir do acervo documental pesquisado – jornais, documentos cíveis e, principalmente, a sua obra - algumas fases da sua vida foram relativamente marcadas no tempo, pelas mudanças de foco, de estratégias e de apelo conduzidos por Manuel Querino em contextos definidos, seja do ponto de vista político-partidário ou do ponto de vista sócio-cultural. Ou seja, estes foram os elementos identificados e escolhidos como condutores para a revelação da vida de Querino – político e intelectual.

Os necrológios existentes sobre Querino foram fontes que traduziram as relações de amor, admiração e de certa distância estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais que conviveram, compartilharam idéias e o interpretaram. Os comentários produzidos por estudiosos etnólogos, antropólogos, historiadores, folcloristas sobre a sua produção literária, formaram um outro acervo importante que mereceu atenção para compreender o alcance produzido pela sua obra no ambiente intelectual da Bahia.

Homenagens dedicadas em forma de artigos àquele “tipo diferente, impregnado de nobreza e de simplicidade... de estatura mediana, cabeça bem formada, *cor quase negra*, roupa modesta e bem cuidada, riso apenas desenhado e cheio de bondade”,[22] se sucederam desde a sua morte a 14 de fevereiro de 1923. Constituíram um conjunto de registros laudatórios que abordavam a sua obra e vida institucional, situados na

[22]GUIMARÃES, Reginaldo. *Breve esboço sobre a vida e a obra de Manuel Querino*, 1973, p. 15. Grifo meu.

esfera das memórias, como os necrológios veiculados por ocasião do seu falecimento nos diversos jornais locais e outros publicados alguns anos mais tarde.[23]

São referências que identificam o "baiano ilustre", o "professor", o "artífice", o "funcionário público", o "pesquisador-historiador", o "ilustre escritor e artífice bahiano", o "artista laborioso e inteligente" em suas múltiplas faces as quais representam diversos "Querinos". Relatos sobre a sua trajetória de vida, desde o nascimento até a sua morte aos 71 anos de idade, rechearam as lembranças de antigos companheiros ou conhecidos coetâneos. Manuel Querino passava a ser tratado como monumento, como patrimônio perpetuado na memória baiana.

Seus discursos e ações políticas, registrados em documentos produzidos pela Câmara Municipal do Salvador, onde teve assento como Conselheiro Municipal, e em outros que marcaram passagens pelas diversas associações intelectuais, artísticas, religiosas e operárias da época, se transformaram em chaves que serviram para abrir gavetas, portas, janelas, caminhos para conhecer este sujeito histórico-social, nascido em circunstâncias especiais de envolvimento com sua herança africana e que atuou no contexto da política de "branqueamento" implantada na nova ordem republicana. Assim, as elites brasileiras idealizaram a nação à imagem e semelhança da Europa "civilizada" e branca. Era necessário expurgar a "mancha" negra da escravidão, esquecer o passado e construir um "novo" país.

Não obstante todas as pressões sobre o negro e o mestiço brasileiro, Querino se movimentou na sociedade baiana, marcando a sua presença nos mais variados espaços de sociabilidade. Nas ruas, nas associações artísticas, operárias, abolicionistas, nos partidos políticos, nas instituições intelectuais e de ensino, nos botequins, nas festas, nas igrejas ou nos terreiros, Querino passeou, se instalou, se acomodou, provocando diversas interrogações sobre o lugar em que ocupou para interpretar e sugerir outros caminhos para aquela sociedade imperfeita, porém viva. Consolidou-se e permanece ativo na história da Bahia.

[23] Prefácio da edição de 1938 do livro de Manuel Querino: *Costumes Africanos no Brasil*. PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Prof. Manoel Querino: sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921 (31 p.); *Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923, no salão nobre do Centro Operário da Bahia por Antonio Vianna (provecto jornalista e illustrado poeta) e mandado publicar pela Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano*. Bahia: 1923; TORRES, João N. e CARVALHO, Alfredo de. *Anais da Imprensa da Bahia*. Bahia: 1911 e Conferência no 1° Congresso Brasileiro de Folclore, publicada nos anais, Rio de Janeiro, 1952.

◊ Manuel Querino: o escritor na sua escritura

> "A estrutura de uma obra – seja ela artística ou científica – corresponde à estrutura íntima de quem a concebe. É sempre, portanto, bio-grafia, vida grafada.[24]

A produção intelectual de Querino foi considerada neste trabalho como fonte relevante para a compreensão do seu posicionamento nos processos sociais, culturais e políticos, situados em um tempo e em espaços sociais distintos na Cidade do Salvador. A sua obra manifestou a dinâmica singular dos modos de vida, das crenças, das estruturas sociais e do cotidiano experimentados por sujeitos históricos há pouco obscurecidos pela historiografia oficial, especialmente negros, mulatos, trabalhadores em geral, o povo. Thales de Azevedo, ao destacar a importância e a atualidade da sua obra, identificou ser reconhecida por antropólogos, sociólogos, historiadores que se dedicaram a comentá-la, rejeitá-la ou adotá-la, "dada sua consistência científica."[25] Assim, o reconhecido antropólogo baiano comentou sobre o pesquisador Querino:

> Não se limita a pintar um quadro de realidade mas *recorda* e considera as determinações dos modos de vida, das crenças e mitos, das estruturas sociais das terras de origem. Revela nesse método, assumido por intuição, a percepção da medida diacrônica, histórica, dos processos sociais e culturais, como estudioso e *testemunha* enquanto *participante* sensível e militante... Trazia, como instrumento essencial, o domínio consciencioso da literatura científica e política pertinente e o espírito de objetividade do cientista dos fatos. Se importam no julgamento de seus ensaios os equívocos que cometeu e para os quais chamou atenção o mestre que foi Artur Ramos ao prefaciar a mencionada edição, o que merece destaque aqui é a postura do investigador.[26]

A "postura do investigador" pode ser traduzida, conforme Raul Lody, pelo empirismo marcado no trabalho de Querino, cujo "método" se constitui a base para muitos e outros trabalhos que se seguiram a partir das "descobertas" e "revelações" do autor. Assim foi considerado "etnógrafo prático" ao trazer,

> com cor, emoção e estilo, momentos das festas populares, dos cortejos e autos, dos alimentos, do candomblé de orixá e de caboclo, dos "ganhos", dos tipos sociais, das

[24] HOISEL, Evelina. *A Escritura Biográfica*. S.P.: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, 1996, p. 39 (Tese de Doutorado).
[25] Thales de Azevedo em apresentação de QUERINO, Manuel. *Costumes Africanos no Brasil*. 2ª. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 1988, p. 7.
[26] Idem, ibidem, pp. 7-8. Grifos meus.

> roupas e tudo mais que descortinou pelo cotidiano urbano da Salvador, e assim foi vendo e anotando com sensibilidade e detalhamento humanista. [27]

Através da recuperação de sua memória pessoal, foi possível apreender a memória coletiva do seu grupo de identidade. Querino incumbiu-se de registrar e dignificar a presença de sujeitos históricos negligenciados pela memória oficial, no fazer a história do Brasil, seja do ponto de vista das organizações políticas e sociais ou do cotidiano.

Pela sensibilidade do negro, intelectualmente instrumentalizado pelas "leis" dos brancos, que captou, com o olhar inaugural do artista, um mundo ainda obscuro para a intelectualidade "branca", foi possível extrair um tesouro de informações sobre a realidade em que viveu e, especialmente, sobre ele mesmo.

Ao lado de registros que apresentavam um Querino comprometido com as questões sociais, pela construção de imagens laudatórias do homem que se dedicou às causas do "bem", cientistas sociais levantaram críticas sobre o escritor, pesquisador, memorialista que escreveu sobre seu tempo e seu povo, na série de trabalhos publicados em periódicos e livros, evocando certo desprezo por quem não era "cientista" e ousou deixar registros ditos não científicos da história ou da antropologia.

Os seus registros, por possuírem um caráter testemunhal e, por isso, "auto-referencial", tornaram-se "obstáculo à tomada fiel e à reprodução exata dos acontecimentos passados"[28], e, em conseqüência, ensejaram críticas acadêmicas, dentro dos cânones positivistas, por não responderem ao modelo de produção "científica". Assim foi tratada a sua obra por alguns estudiosos dos anos 30 aos 70, na Bahia, ao se referirem à falta de "cultura",[29] "rigor metodológico e a erudição científica..."[30], "à falta de preparo científico"[31] o que, daí por diante, foi referendado por outros estudiosos, aludindo a esse despreparo com certo grau de desprezo.[32]

---

[27] Raul Lody prefaciador da 2ª. ed. de *Costumes Africanos no Brasil*, Op. Cit., p. 11.
[28] MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Pualo: Siciliano, 1995, p. 30
[29] OTT, Carlos. "Noções sobre a Procedência d'Arte de Pintura na Província da Bahia". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. No. 11. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1947.
[30] Arthur Ramos prefaciando *A raça Africana e seus costumes na Bahia*, de 1938
[31] Edelweiss prefaciando *A Bahia de Outrora*, 1946.
[32] Vide autores como VALLADARES, José do Prado. "o mau gosto nas ruas da cidade" em *Artes Maiores e Menores*. Salvador, 1957; ALVES, Marieta. A Escultura e A Pintura na Bahia 1549-1850 *em História das Artes na Cidade do Salvador*. Salvador, 1967 e OTT, Carlos. Noções sobre a procedência da Arte da Pintura na Província da Bahia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 11. Rio de Janeiro, 1947.

Como texto memorialístico, e por isso autobiográfico, não na sua definição enciclopédica como elaboração da "história de uma pessoa contada por ela mesma", [33] mas uma "escrita do eu" permeada pela identificação entre autor/narrador/personagem, Querino materializou-se em um relato retrospectivo enquanto "experiência de alguém que [queria] contar sua vida para dizer quem [era]".[34]

A trajetória deste sujeito histórico vista no emaranhado da sua escritura, se constituiu em diretriz que fez florescer pessoas comuns que integraram eventos marcantes da história da Bahia, vistas pelo observador, interpretadas, escritas e inscritas em sua produção intelectual. Enquanto produto de vivências e observações, Querino procurou a sua uma origem ancestral e demonstrou a diversidade das influências culturais para a formação da identidade nacional, "recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais"[35].

Querino mostrou com altivez e orgulho outros atores e autores, provando que

> os membros das classes inferiores foram agentes, cujas ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que eles viviam... tornando claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas.[36]

Neste estudo, pretendeu-se investigar tal produção, interpretando-a e incluindo-a no roteiro das memórias por ter sido construída a partir de experiências e reflexões realizadas pelo próprio autor. Transfigurado em personagem e expectador, Querino escreveu sobre si e transformou a sua produção intelectual em registro "auto-biográfico" e, por isso, merecedora de atenção especial. O seu texto é auto-referencial. O eu do autor foi revelado nas suas mais diversas motivações. Fez-se necessário, portanto, problematizar o reconhecimento do sujeito-escritor no seu eu atual, no momento da constituição da escrita, devendo-se considerar neste conteúdo testemunhal da sua obra a capacidade do sentimento passado irromper-se novamente, presentificando-se. O que significa retirar da essencialidade do texto não o fato objetivo, mas a alma que o contou em sua autenticidade. Neste caso, o memorialista Querino,

---

[33] JOSEF, Bella. (Auto)Biografia: os territórios da Memória e da História in LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1998, p. 296.
[34] JOSEF, Bella. (Auto)Biografia..., Op. Cit., p. 298.
[35] SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo em BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. S.P.: Ed. Da UNESP, 1992, p. 60.
[36] Idem, ibidem, pp. 60/62.

apresentou em sua obra "um documento de 'boa fé' e uma versão personalizada da história".[37] Querino foi "impulsionado por aquele interesse insuspeito que provinha das suas próprias origens africanas".[38]

Os "heróis" e "grandes eventos" fixados por Querino foram retirados do meio popular e do seu cotidiano ameaçados em suas tradições. Foram registros mais ou menos ordenados de acontecimentos fortuitos, de tradições de grupos africanos remanescentes da escravidão e ameaçados de extinção e fadados ao esquecimento. Deixou testemunhos em nome de uma identidade que se construía e modificava. Seus escritos inauguraram, junto com Nina Rodrigues, estudos e registros sobre o preto africano como constitutivo de uma identidade em construção e que foi negado pela "ciência" iluminista, aprisionada no seio das elites brancas e letradas.[39]

Com este exercício, pretendeu-se libertar a memória dos cânones de uma pretendida "ciência" que aprisiona idéias e oprime a criatividade, através de um testemunho como foi Manuel Querino. Assim, a partir da sua produção intelectual, revestida de lembranças e conteúdos político-sociais, foram reveladas vivências de outros sujeitos e autores que fizeram a história, os quais foram "escritos" por Querino, como trabalho de libertação. Estes "escritos" tornaram-se evidências inscritas na trajetória de quem os retirou do anonimato, dando-lhes lugar, permitindo-lhes ocupar espaços e mover-se no tempo.

Considerado texto que recupera uma memória, que argumenta contra o esquecimento, Querino depôs sobre a ação depredadora da República ao recuperar valores e tradições coloniais e imperiais. Desenvolveu, assim, uma linguagem baseada nas suas experiências, observações e interpretações.

A sua biografia, entendida como "vida grafada e expressa dramaticamente na linguagem"[40], foi escrita por ele mesmo, ao incluir-se sistematicamente no texto que produziu, deixando seu rastro auto-biográfico no branco e preto das páginas.

---

[37] COSTA LIMA. "Júbilos e misérias do pequeno eu" in *Sociedade e Discurso Ficcional*. R.J.: Guanabara, 1986.
[38] Arthur Ramos, prefaciando *Costumes Africanos*, op. Cit. 1938, p. 13.
[39] Idem. Artur Ramos oferece algumas pistas interessantes sobre o valor da "cientificidade" de Nina Rodrigues em detrimento do valor "investigador" de Manuel Querino. É importante aprofundar esta indicação, por identificar na obra de Manuel Querino o diálogo que manteve com Nina Rodrigues. Caberá maiores investigações sobre o caráter deste diálogo. A princípio considero que houve, por parte de Manuel Querino, uma resposta positiva sobre a presença africana na formação da cultura brasileira em contraposição aos argumentos biológicos do negro como raça "inferior" dados por Nina Rodrigues. É importante realizar um recorte sobre as discussões alimentadas a partir da segunda metade do século XIX, com desdobramentos no século XX, sobre o projeto de "branqueamento" da nação brasileira em detrimento do "apagamento" do negro.
[40] HOISEL, Evelina. *A Escritura Biográfica*. S.P.: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana/Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, 1996 (Tese de Doutorado), p. 8.

Recompôs, desta forma, sua genealogia, recuperando a sua ancestralidade afirmando-se nas letras e nos signos.

Manuel Querino estabeleceu entre os seus escritos e o sujeito escritor uma trama biográfica contada por ele mesmo. A sua linguagem, enquanto "espaço onde o sujeito vive e se dramatiza", se constituiu em palco da construção biográfica, onde viveu plenamente o seu drama. Ergueu seu cenário e desempenhou diversos papéis, intermediando ações de outros sujeitos, ora protagonizando, ora imerso na penumbra, ora esquecido em seu próprio discurso. Sondando o passado não vivido, porém conhecido, e aquele vivido e experimentado, o autor reconstituiu, com sentimento, elementos de sua ancestralidade, utilizando-se da memória afetiva como "instrumento eficiente de recuperação do passado, ainda que, nessa perspectiva, se dê pouca atenção à exatidão da reminiscência."[41]

Ao narrar a história dos africanos, dos negros e mestiços brasileiros, trabalhadores artistas, operários, povo na sua mais diversificada atividade, Querino contou a história da sua vida com alma. O que importou não foi a "verdade" histórica, mas "a emoção de uma consciência deixando o passado emergir e representar-se nela."[42] Contou-se a si mesmo tal como reviveu a sua história na história de outros num discurso autêntico que transitou na fronteira do ficcional e do verídico:

> Por sua posição discursiva, a autobiografia sofre uma permanente instabilidade e tende a se inclinar ora para o discurso histórico, ora para o ficcional.[43]

Manuel Querino narrou acontecimentos, descreveu com sentimento eventos sócio-culturais e políticos de uma época, comparou o seu presente com o passado, criticou, analisou, avaliou, valorizou, em seu estilo peculiar de contar-se sem desejar ser percebido. Contudo traiu-se na intenção autoral, no que foi manifesto e latente, no dito e no não dito.[44]

Transitou pelos salões das elites letradas e experimentou a vida dos humildes trabalhadores excluídos, convivendo em um campo de tensões que gravitava em torno do mundo dos negros e do mundo dos brancos, dos pobres e ricos, dos "bárbaros" e

[41] Idem, p.20. Neste aspecto, considerar seu texto como fonte de memória, apesar de recorrer em alguns momentos a dados e fatos históricos extraídos de diversos autores e até citando-os, por exemplo.
[42] Idem. ibidem
[43] Idem, p. 22.
[44] Idem, p. 38

"civilizados". Entre letras e lutas Manuel Querino afirmou-se, afirmando outros sujeitos sociais no complexo movimento da vida do homem comum que percorreu ruas, cantou, movimentou-se em busca da sobrevivência e dinamizou um cotidiano que ficou marcado na sua memória como tradição que se desmoronava diante da nova ordem republicana. Seu depoimento permaneceu vivo e ecoou, fazendo-se ouvir pelas novas gerações que procuram encontrar o fio que liga os processos de formação das identidades. Afirmou-se, confirmou-se e subscreveu-se ao, intencionalmente, oferecer o legado da sua obra como grafia da própria vida.

Diante do painel apresentado sobre o percurso da pesquisa, da elaboração do norte teórico, da pesquisa documental, análises e reflexões, este trabalho foi distribuído em cinco capítulos que refletiram os diversos processos vividos por Querino nas dimensões do individual e do coletivo, buscando apreender as variadas ações que realizou ao longo da existência.

O primeiro capítulo aborda o contexto do avanço das forças republicanas, a implantação do novo regime e o rebatimento que causou para as classes artísticas e operárias na Bahia. A civilização, o progresso e a modernização conduziram a análise sobre a consolidação da República, enquanto aspiração das elites. Nesta trilha, o foco das políticas públicas aplicadas foi de demolir as tradições, impactando, diretamente, o meio popular, considerando a intenção de se refazer o edifício social republicano a partir do saneamento racial, social e cultural. Neste sentido, o povo, categoria definida pela sua cor preta, pobre, analfabeta, proprietária de uma cultura de matriz africana, foi o alvo dos ataques e perseguições. Neste campo de tensões entre o passado imperial, escravista, bárbaro e o presente republicano, Querino se posicionou demonstrando, através dos seus escritos, indignação para com o desprezo com que eram tratados os africanos e seus descendentes e o povo trabalhador. Através do seu depoimento, foi possível mostrar o discurso de quem contestou as teorias raciais em voga e inaugurou uma interpretação do Brasil mestiço, afirmando a importância do africano na constituição da nação brasileira.

Através da militância política de Manuel Querino, o segundo capítulo interpreta o processo de institucionalização do trabalho livre, que culminou na abolição da escravatura. Neste aspecto, o trabalhismo foi considerado como movimento social e político que integrou as insatisfações de trabalhadores livres e libertos, constituídos por um grupo engajado, articulado e informado, no contexto de mudanças observadas nas

relações e no mercado de trabalho. Os ideais de liberdade, democracia, igualdade, civilização e progresso que sustentaram o abolicionismo e conduziram a implantação da República, foram incorporados a outros movimentos sócio-políticos que eclodiram na base artística e operária em resposta às insatisfações associadas à subvalorização do trabalho livre e do trabalhador nacional. Mais do que o fim do cativeiro eram necessárias outras reformas que garantissem trabalho, educação e direitos sociais e políticos ao povo, de maioria negra e mestiça.

O trabalhador emergia na cena social e política do império, reinterpretando paradigmas socialistas, democráticos e igualitários que inspiravam o movimento trabalhista da Europa industrial. Na Bahia, o trabalhismo foi redimensionado no interior da economia agrário-exportadora e das relações escravistas de produção, a fim de garantir o direito ao trabalho no contexto da falta de incentivo à produção interna e estímulo às importações e da restrição à inserção da mão de obra local no mercado de trabalho e do impulso à imigração.

O processo de empobrecimento experimentado em conseqüência da falta de trabalho, impeliu artistas e operários a fundarem a Sociedade Liga Operária Bahiana (1876). Diferentemente das Ligas de matriz européia, criadas sob o signo da resistência contra o patronato, na Bahia a Liga pretendeu competir com empreiteiros capitalistas no mercado da construção civil. Desejava autonomia e auferir condições para concorrer com o trabalho dos associados nas obras públicas e particulares. Deste espaço emergiram lideranças que se destacaram na República, a exemplo de Manuel Querino. Os horizontes políticos se alargaram e um novo capítulo da história operária foi iniciado com a fundação do Partido Operário (1890).

Neste sentido, o terceiro capítulo analisa o processo que deu origem ao Partido Operário, respaldada no ideal democrático do novo regime, e que teve o propósito de desvincular-se dos antigos chefes políticos, integrando-se ao jogo das articulações para fazer-se representar nos espaços de decisões políticas em defesa dos interesses de classe. No interior do Partido Operário ocorreram desdobramentos que levaram à ruptura de Manuel Querino e a sua incorporação no Conselho Municipal. A sua atuação como Conselheiro representou conquistas políticas individuais e coletivas, bem como limites que conduziram a sua retirada da política-partidária e aprendizados que lhe motivaram a continuar em outra militância – a intelectual.

Assim, o quarto capítulo avança na abordagem da militância política do ponto de vista da produção de conhecimento e da atuação no magistério. Manuel Querino enveredou pela produção de uma literatura que traduziu inquietações individuais e coletivas, a partir das temáticas que abordou em torno do protagonista que elegeu – o povo. Discute-se a sua trajetória intelectual, de artista e professor, a partir de polêmicas levantadas sobre a sua obra, bem como dos combates e interpretações que realizou sobre os temas da arte e da educação.

O quinto capítulo fecha o círculo desta trajetória. Com o propósito de recapturar a origem de Manuel Querino a partir do seu próprio testemunho, bem como dos seus silêncios, estão contemplados três aspectos que lhe preocuparam ao longo da vida: a tragédia africana e a negação da importância desta matriz cultural para a constituição da nação brasileira; a educação como fator de libertação social, a partir da sua formação profissional de artista e inserção no meio intelectual; e a sua luta contra o esquecimento, ao resgatar a tradição popular no campo de tensões do regime republicano, que pretendia apagar da memória nacional o povo, o negro, o pobre, o trabalhador nacional.

Assim Manuel Querino se apresenta e é apresentado neste trabalho. Um homem nas suas múltiplas faces, nas diversificadas atividades, em um complexo movimento de vida que serviu de inspiração para companheiros que elaboraram necrológios, outros que ensaiaram biografias e ainda o interrogaram pela obra que produziu. Algumas dimensões de Querino foram interpretadas à luz do conhecimento histórico e outras capturadas pela ficção. Jorge Amado, em *A Tenda dos Milagres*, o transformou em personagem, fazendo revelar diversos elementos sociais, culturais e políticos no universo popular da Bahia mestiça, plural, rítmica, original e preconceituosa. Protagonizando diversas cenas na cidade do Salvador, Querino se impôs no roteiro das biografias e foi aqui traduzido como memória, afirmação, resistência e testemunho.

I

A ORDEM É ESQUECER:

Civilização e progresso na Bahia republicana

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila.
O medo de saber nos condena à ignorância;
o medo de fazer nos reduz à impotência.
A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer,
nos converteu em surdos e mudos.
Agora a democracia, que tem medo de recordar,
nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud
para saber que não existe o tapete
que possa ocultar a sujeira da memória.

Eduardo Galeano
O Livro dos Abraços

Os desdobramentos políticos, sociais e culturais que se seguiram à implantação do novo regime, naquilo que era de interesse para as classes populares, foram preferencialmente tratados por Querino. Os acontecimentos miúdos foram observados pelo olhar inaugural do artista, pela sensibilidade do homem de letras, pela percepção crítica do político e a experiência do sujeito social negro e pobre, como indicadores das grandes transformações que estavam por vir. Neles estavam envolvidos os africanos e descendentes, alguns pertencentes ao mundo produtivo, enquanto trabalhadores especializados ou não, e em processo crescente de empobrecimento.

Na manhã de 16 de novembro de 1889 a ainda sonolenta, antiga e pacata cidade colonial despertou com uma notícia que surpreendeu a todos em meio a um clima de tensão e burburinhos. A tão discutida e comentada República raiava anunciando esperança de dias melhores. Iniciava-se uma nova aventura em busca do progresso, da modernização, da civilização.

A inauguração da República no país ocorreu entre notícias desencontradas, impactando a população brasileira com sentimentos contraditórios que oscilaram entre a vitória, a repugnância, a esperança e a desconfiança. Na Bahia, a notícia oficial foi recebida no dia 16, quando telegramas comunicavam a queda do governo imperial, representada pela destituição do gabinete Ouro Preto e deposição do Imperador D. Pedro II. A República Federativa dos Estados Unidos do Brasil estava proclamada e um governo provisório constituído sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca.

A Bahia foi uma das últimas Províncias a aderir ao novo regime.[45] Após negociações entre exército e políticos liberais, republicanos e conservadores, no dia 17 a proclamação da República foi acertada na Bahia. No dia seguinte foi realizada a posse do primeiro governador, o republicano Virgílio Damásio. Contudo, após cinco dias, teve de transmitir o cargo a Manuel Victorino Pereira, conforme exigência do Governo Provisório.[46]

[45] Segundo Carone, no Mato Grosso a notícia da proclamação teria chegado a 9 de dezembro de 1889 em meio à comemoração da vitória eleitoral do Partido Liberal. CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, p.21-22.

[46] Sobre a implantação da República na Bahia ver Sampaio, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República, uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978;

Os caminhos traçados pelas elites para a incorporação da Bahia à República, inesperadamente proclamada no Rio de Janeiro, se deram a partir de ajustes e reajustes políticos que integraram o jogo das articulações e acertos no qual os interesses das antigas elites econômicas e políticas foram colocados na linha de frente do ideal republicano local.

A "notícia" da proclamação da República pegou de surpresa a população baiana. Considerada novidade, espalhou-se rapidamente entre o povo que passava a comentar, em forma de boatos, nas ruas, praças, nos botequins, nas salas de jantar, nos escritórios da cidade. Para as camadas pobres, analfabetas, formadas por trabalhadores braçais ou desempregadas, não havia qualquer suposição de queda da monarquia e tudo o que ocorria neste sentido era considerado "barulho de branco".[47] Observando-se do ponto de vista do folclore, tratava-se de uma idéia sem conseqüências que, até aquele momento, só teria

> produzido umas arruaças acabadas com a vinda da cavalaria que espaldeirava os recalcitrantes. Fora disto era apenas motivo para algumas inovações da moda. Usava-se chapéus, gravatas, coletes, botinas, leques, capotas, casaquinhos, sombrinhas e até bigode e penteados "republicanos".[48]

Quadrinhas, galhofas, cançonetas, modinhas foram criadas sobre a República, retratando os acontecimentos que movimentaram a cidade desde o processo de luta pela idéia republicana, a exemplo do ocorrido no 15 de junho de 1889. Durante as passagens do republicano Silva Jardim e do Conde D'Eu pela capital baiana, tumultos se sucederam provocando diversos incidentes, tratados pelo povo como ridículos.[49] Contudo, quando corria o boato da proclamação da República na Bahia ocorrida no Forte de São Pedro,

> a plebe, açulada por Macaco Beleza e outros tipos reles, se levantou, atacando bondes, depredando 'repúblicas' de estudantes, desacatando pessoas de conceito e apedrejando instituições como o Lyceu de Artes e Ofícios. A ralé implantava a desordem na cidade.

Tavares, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2001. Manuel Victorino Pereira, nascido em Salvador-bahia a 30 de janeiro de 1853, filho de imigrante português que ascendera de marceneiro a proprietário de oficina e loja de móveis, começou a trabalhar aos 12 anos de idade, aprendendo a arte da marcenaria. Estudou medicina, transformou-se em político de destaque filiando-se ao Partido Liberal e militando na luta abolicionista. Foi o primeiro governador republicano da Bahia, participou ativamente da primeira Assembléia Constituinte da Bahia,foi senador federal em 1892. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Federal e em 1894 eleito vice-presidente da República, assumindo a presidência com o afastamento do Presidente Prudente de Morais. Foi o único baiano que chegou à presidência da República. Morreu a 9 de novembro de 1902. Seu irmão, Victorino Pereira Junior, marceneiro, também se transformou em político, atuando em defesa dos interesses dos artistas e operários, tornando-se um porta-voz nas esferas federal e estadual.

[47] VIANNA, Hildegardes. *A Proclamação da República na Bahia (aspectos folclóricos).* Salvador-Bahia: Centro de Estudos Bahianos, no. 33.

[48] VIANNA, idem, p. 2.

[49] Idem.

> As chamadas 'freguesias do Centro' serviram de teatro a correrias que os menos informados julgavam ser as habituais brigas entre caixeiros e estudantes. Os aproveitadores invadiam as tavernas para roubar. Desacatavam os estrangeiros julgados franceses, querendo estabelecer confusão e atirar a culpa para os republicanos. A cidade estava praticamente entregue à sanha dos malfeitores pois que as autoridades policiais haviam abandonado seus postos.[50]

São representações retiradas de notícias de jornais, da história oral, de letras de quadras, modinhas e trovas que sugerem o clima dos primeiros momentos da notícia sobre a queda da monarquia e deposição do imperador, sob a ótica popular. Do ponto de vista das forças políticas vigentes, a reação foi imediata com tentativas de assegurar a manutenção das instituições do Império pelo então Presidente da Província Almeida Couto. Até a chegada das orientações por parte do Governo Provisório, a cidade ficou

> à mercê de alguns desocupados, os mesmos de outras manifestações semelhantes, que passaram a atacar pensões de estudantes de medicina e, inclusive, tentaram agredir Virgílio Damásio e depredar a residência de Manuel Victorino. Houve até um assassinato na Ladeira da Praça.[51]

Para as classes populares, compostas pelas baixas camadas médias e pelo proletariado[52], representadas, naquele momento, por trabalhadores qualificados, neste sentido auto-referenciados por artistas e operários, segmento militante e atento aos acontecimentos, a notícia da proclamação da República foi entendida como acontecimento precipitado, o que provocou a busca de explicações por aquela mudança política tão rápida.

Enquanto militante e representação de destaque das classes artística e operária, Querino desenvolveu, entre os anos de 1908 e 1922, uma vasta análise

---

[50] Vianna, Op. Cit., p. 8. A designação de "ralé", "zé povinho", "tipos reles" tratada por Vianna, neste trabalho integra as classes populares e é entendida como categoria social ativa que participou dos acontecimentos históricos à sua maneira. Manoel Benício dos Passos, vulgo Macaco Beleza, era um personagem popular que participou de muitos episódios de rua, tornando-se conhecido como uma espécie de líder da plebe urbana, pela sua atividade de orador popular, partidário da Monarquia, a quem o grupo dominante recorria na sua tentativa de combater a República. Apud SANTOS, Mário Augusto da silva. *O movimento Republicano na Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1990; AMARAL, Brás do. *Memória Histórica sobre a proclamação da República Na Bahia*. Revista do IGHBa. Salvador: 11 (30): 3-52, 1904; DANTAS JR., João da Costa Pinto. "A Propaganda republicana". *Revista do IGHBa*. Salvador: (67): 91-118.

[51] TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador-Bahia: Centro Editorial e didático da UFBA, 1974, p. 217.

[52] Segundo Santos, Op. Cit. pp. 23/24, as baixas camadas médias possuíam uma composição heterogênea, em que predominavam mestiços de muitos matizes, possivelmente em ascensão, mas que esbarrava no quadro de valores estamentais, no racismo e em um sistema de dominação excludente. Eram grupos empregados no pequeno comércio, em casas comerciais em geral, no serviço público na condição de funcionários de baixo escalão e ligados ao artesanato mais qualificado,como na ourivesaria, pintura, cantaria, entalhadores. O magistério primário se constituía em canal de ascensão para indivíduos de origem escrava, cujos exemplos podem ser identificados em Francisco Álvares dos Santos, professor de Matemática de 1846 a 1871, e Manuel Querino, professor de Desenho no Colégio dos Órfãos de São Joaquim e no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. O proletariado, grupo extremamente heterogêneo, desenvolvia ocupações braçais e manuais. Em sua maioria era composto por pessoas de origem escrava – libertados por força da compra de alforrias ou pela aplicação de leis emancipatórias.

crítica daqueles acontecimentos.[53] Assim, a sua escrita apresentou-se como discurso de quem contestou, polemizou, negou e afirmou, criticou, resistiu aos embates provocados pelas lutas travadas no interior da consolidação de uma República cogitada nas disputas políticas desde os anos de 1870 e 1880 e proclamada de forma surpreendente.[54] Sobre a proclamação e instalação da República, observou que esta ocorrera no Rio de Janeiro inesperadamente, considerando, neste sentido, um "*acontecimento precipitado*" que pegou a população da capital baiana de surpresa, que, por sua vez, buscava explicações "para uma mudança política *tão rápida*". Assim, Querino explicitou o sentimento que permeou a população informada sobre os acontecimentos ocorridos na Corte, bem como o dele próprio. Ele, como observador que acompanhava de perto as notícias, logo se posicionou, incluindo-se no grupo "que se apercebia de idéias funestas", ou seja, que preferiu adotar a cautela do que o ânimo imprudente, desconfiando e duvidando de tudo:

> Os mais *laboriosos e diligentes*, alimentaram logo a idéia de subir, fazendo amizades nos quartéis, aderindo e avançando; os mais tímidos ou precavidos desconfiavam de tudo e procuravam retrair-se, pois ainda estavam duvidosos.[55]

Neste sentido, o operariado dividiu-se em dois grupos que reagiram diferentemente: um maravilhado e outro desconfiado e precavido, conforme Querino.[56]

---

[53] Em *As Artes na Bahia (escorço de uma contribuição histórica*), livro publicado em 1909, rodado gratuitamente na tipografia do Liceu de Artes e Ofícios, Querino reuniu diversos artigos publicados no jornal "Diário de Notícias" durante os anos de 1908 e 1909 sob o título de "Contribuição para a História das Artes na Bahia". Nele, Arquitetura, Escultura, o Monopólio do Ensino, Exposições artísticas e industriais, decadência das artes, Desenho Geométrico, classificação das artes, Teatros da Bahia, traços biográficos de diversos artistas e alguns artigos sobre operários políticos, movimento operário na República e Congresso Operário, compõem o conjunto temático relacionado ao mundo do trabalho e à situação social, política e cultural das classes trabalhadoras – artistas e operários. Todos eles retrataram a crítica da situação das artes e das profissões na República e, em conseqüência, a situação de penúria dos artistas e trabalhadores em geral. Trata-se de um texto carregado de conteúdo político. Nesta edição o artigo XXVI levou o título de "Operários" , no qual estão incluídos outros sub-temas sob os títulos "Operários Políticos"; "Movimento Operário na República" e "O Congresso Operário". Na 2ª. edição de 1913, acrescida de 52 artigos (na primeira tinha 34), o mesmo artigo levou o título "Tempos Coloniaes" com os mesmos sub-temas com iguais títulos da edição anterior. Em "O Movimento Operário na República", Querino se detém a analisar e esclarecer, a partir do seu ponto de vista, os acontecimentos que levaram à Proclamação da República, as notícias que chegaram e o comportamento do operariado durante a sua implantação.

[54] Note-se que a surpresa causada pela Proclamação da República deve-se ao fato de haver por parte de alguns adeptos a idéia de que, pela evolução natural, a República viria fatalmente, mas que o Brasil ainda não se encontrava preparado para ela. Neste caso, o 15 de novembro teria sido apenas uma "revolução militar" que representava um grande mal à própria República. Vide AMARAL, Brás do. "Memória Histórica sobre a proclamação da República na Bahia". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 11 (30): 3-32, 1904 e *História da Bahia do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. O autor descreve sob a ótica passional do observador do processo histórico, construindo uma história factual na sua relação de causa e efeito, representando um certo cientificismo positivista. Ver a discussão sobre a historiografia do movimento republicano na Bahia em SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O Movimento Republicano na Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1990.

[55] Querino, *As Artes*, op. Cit., 1913, p. 163.

[56] Idem, ibidem, p. 162-163.

> Um, que se maravilhara do precipitado acontecimento e procurava explicação para uma mudança política tão rápida; outro que se apercebia de idéias funestas.[57]

Desenvolveu uma crítica àqueles que se aproximaram logo das novas instituições, apesar de sentir-se *"alentado*", como intérprete das condições de vida experimentadas pela classe operária, também como militante desde os anos de 1870, ao alimentar a expectativa diante de promessas de liberalização e democratização antevistas na ampliação do sistema representativo:

> A classe operária, já meio desiludida do nenhum resultado obtido de sua intervenção em política, sempre ludibriada pelos que, em nome das expansões sedutoras da liberdade, lhe haviam prejudicado nos interesses profissionais, sem instrução, repelida do convívio social, malsinada pelos representantes de uma aristocracia sem origem, - com a proclamação da república sentiu-se alentada com o apoio prometido, em conversa, de alguns indivíduos que se candidatavam às melhores posições, no momento, em favor de seu levantamento.[58]

Manuel Querino, após cerca de dez anos da proclamação da República, recuperou um sentimento que o incomodara à época e que continuava a incomodar. Os processos de organização do novo regime demonstraram que as suas dúvidas tinham fundamento, pois o destino da classe operária não fora alterada com a implantação das instituições republicanas. Ao contrário, a situação de penúria já sentida no Império fora agravada. Outras circunstâncias apontaram para a sua derrota diante de uma ilusão criada no jogo da acomodação política que se processou a partir de então. Nele, a classe operária foi mais uma vez usada como justificativa democrática e participativa. Neste conceito estavam implícitos princípios ideológicos de manutenção do *status quo* através da incorporação de *operários* ao conteúdo social da República, tal qual existia na Europa. Neste aspecto, buscava-se apagar os vestígios das antigas relações de trabalho vinculadas à escravidão, bem como se almejava implementar medidas saneadoras que pretendiam a expulsão do cenário urbano de indivíduos pobres, negros, com hábitos e comportamentos condenáveis pela nova lógica dos povos civilizados. Neste sentido, Querino analisou os desdobramentos seguintes, a partir das promessas que criaram novas ilusões às classes artística e operária que

> esperavam, do desdobrar dos fatos, a difusão do ensino profissional, a melhoria do salário e tudo mais que lhe fosse proveitoso.
>
> (...)

[57] Idem, p. 163.
[58] Idem, ibidem.

> ... à proporção que o atordoamento ia sendo dissipado, e que as ambições tomavam corpo, a fidalguia preguiçosa que tem por divisa – o apego do ouro sem amor ao trabalho, em constante desacordo com São Jerônimo quando diz: 'trabalhai sempre em alguma coisa, para que o diabo vos encontre ocupado,' começou por impedir-lhe os passos, embaraçando-lhe a realização, em parte, de suas mais legítimas aspirações.[59]

A adesão ao novo regime se tornara fato consumado entre os tradicionais políticos do Império, divididos entre liberais e conservadores. Apesar de não esconderem o sentimento de repugnância por aquelas idéias "consideradas subversivas" tendo em vista o ideal de "participação igualitária do povo no plano político, de nivelamento social e de outros ideários relacionados ao projeto democrático a ser implementado, as mesmas lideranças imperiais logo se mobilizaram. Acusavam os republicanos de incutirem na 'mocidade inexperiente, idéias anárquicas e perigosas".[60] Diante de tais "perigos", passaram a adaptar-se às novas instituições, fazendo com "que elas também se ajustassem aos seus tradicionais padrões de comportamento".[61]

Para as camadas médias, condutoras do movimento republicano na Bahia, os ânimos foram logo abrandados com a deposição do abolicionista e militante republicano da linha moderada, o médico Virgílio Damásio. Este ato sinalizava os desdobramentos seguintes, em relação à ocupação de posições políticas no regime pelo qual lutaram os republicanos baianos. Indicava a derrota experimentada no processo de reorganização das forças sócio-políticas que se concentraram na disputa de posições no novo regime, não conseguindo constituir-se em elite dirigente. Os ajustes sócio-políticos se deram sobre a estrutura da sociedade monárquica, o que definiu a supremacia dos tradicionais políticos do Império ao reassumirem a liderança e tomarem para si a tarefa de organizar, política e administrativamente, o Estado. Neste aspecto, os mesmos homens do Império, "com a mesma presteza e habilidade, amoldaram-se às novas instituições republicanas", o que, para Sampaio, se constituiu no desenvolvimento de uma "política de acomodação".[62]

Passados quatro meses do processo de organização das instituições republicanas, logo se iniciaram críticas contundentes contra o governo provisório e os caminhos adotados para a formatação da República sonhada, observando-se

[59] Idem, ibidem.
[60] Sampaio, Op. Cit., p. 17 , apud *Gazeta da Bahia,* 5/6/1889.
[61] Idem.
[62] Sampaio, Op. Cit., p. 17.

contradições presentes naquela República implantada. O Pequeno Jornal, de propriedade do antigo liberal César Zama, tendo entre seus redatores o antigo abolicionista e republicano Eduardo Carigé, passou a publicar uma série de artigos que discutia a questão da "centralização" aplicada pelo Governo Provisório em contraposição ao federalismo defendido pela propaganda republicana e incluído na nova constituição.[63]

> Centralizaram e continuam a centralizar o poder, apesar da república, sem medirem as conseqüências de seus atos no passado, no presente e no futuro.[64]

Representantes dos segmentos médios do grupo envolvido com o movimento republicano nos anos de 1880 apelavam aos governantes, problematizando e justificando a excessiva centralização. Argumentando por diversas formas, sejam nas dimensões sociológicas, filosóficas, históricas, econômicas, políticas, combatiam e enfrentavam a situação desalentadora com a qual passaram a conviver aqueles que acreditaram na República democrática, igualitária e federativa.

> Não se enganem os governantes: o poder que debilita, absorve ou aniquila as forças individuais, mesmo quando supõe ter a nação a seus pés, trêmula, submissa e escravizada, marcha sobre um vulcão e a todo momento pode ver surgir diante de si e espectro temeroso da revolução.
>
> Só há âncora segura e estável para as instituições políticas: é a prática leal sincera do self-government.[65]

As pressões e ameaças começavam a emergir no processo de arrumação das forças republicanas. Tornava-se necessário o apelo ao passado imperial para justificar a importância de respeitar-se os princípios democráticos impressos na constituição.

> Um governo que se intitula de republicano, e que proclama a república federal dos Estado-Unidos do Brasil não pode, nem deve continuar a proceder, como até aqui tem procedido o governo provisório.
>
> Sob a nova ordem de coisas os hábitos do regime imperial tornam-se intoleráveis.
>
> A época da febre do entusiasmo passou: deve agora acudir a reflexão sobre o grave estado dos negócios públicos.[66]

---

[63] Entre março e agosto de 1890 o *Pequeno Jornal* discutiu a temática da centralização e do federalismo de forma contundente sobre as formas de centralização verificadas pelas tomadas de decisões do governo provisório. Cabe assinalar que Eduardo Carigé, redator do referido jornal, havia sido companheiro de Manuel Querino na campanha abolicionista.
[64] *O Pequeno Jornal*, 6/3/1890.
[65] Idem, Ibidem.
[66] *O Pequeno Jornal*, 11/03/1890.

Os caminhos e descaminhos adotados pelo governo provisório apavoraram aqueles que defenderam a República com o sonho de incluírem-se nas esferas de poder a partir do reconhecimento do "talento" e da "virtude" em lugar do critério da "riqueza" e do "prestígio".

> A federação é ainda uma quimera; o governo vai neutralizando a autonomia dos Estados, procurando centralizar em suas mãos todos os ramos do público serviço.
>
> O patriotismo e a dedicação, o talento e a virtude são esquecidos e procura-se organizar uma aristocracia de nova espécie – a aristocracia do ouro, na escola dos homens ricos para todos os cargos.[67]

Por fim, chegava-se à conclusão de que a República tornara-se uma quimera, pois a realidade apontava para algo muito diferente do que se desejava:

> O que tem havido desde 15 de novembro é outra muito diferente república, da boa e honesta república que ambicionávamos.
>
> O ideal republicano está falsificado, cruel e atrozmente falsificado, e a república não existe.[68]

O temor perpassava pelos defensores da República, diante de uma exposição de ações semelhantes às do Império, especialmente em se tratando do acesso à ocupação de cargos políticos por aqueles excluídos do jogo, mas, a princípio, intelectualmente preparados para assumir os destinos da nação.

> O nosso receio é que se reproduza na república o obstáculo, que tivemos no império.
>
> A educação política consegui-la-emos com o tempo; quais porém os meios de despir o governo central das atribuições, que tem concentradas em si e dos quais capricha em não abrir mão?
>
> Continuaremos fartamente a ter uma representação composta de elementos mal preparados, e nestas condições essa representação achar-se-á em face do governo central republicano na mesma posição em que se achou no império.[69]

O apelo continuava, invocando-se a preparação para a vinda do novo regime, o qual chegou com o apoio da população, desde que a realidade correspondesse aos anseios sociais e políticos de seus militantes. O Pequeno Jornal, rememorando os fatos de 15 de novembro, apontava o processo que vinha se desenvolvendo com sentimento de desilusão e de revolta:

---

[67] *O Pequeno Jornal*, 14/03/1890
[68] *O Pequeno Jornal*, 20/03/1890.
[69] *O Pequeno Jornal*, 24/03/1890.

> Veio a revolução de 15 de novembro: o povo aceitou-a de braços abertos em nome da liberdade, igualdade e fraternidade, que há de ser sempre a aspiração da humanidade.
>
> A república foi saudada com entusiasmo do norte ao sul. Por amor de seus grandes e imortais princípios o povo brasileiro sufocou no coração o amor profundo, que consagrava à pessoa do honrado e virtuoso monarca deposto.
>
> Cinco meses são passados, e a mais dolorosa desilusão penetra todos os espíritos.
>
> De todos se ouve perguntar: isto que aí vemos é a República federativa?
>
> Se o regime imperial era mau, o regime adotado pelos ministros atuais é muito pior.
>
> O patronato e o filhotismo nunca subiram a tamanha altura; o mérito, a inteligência, o patriotismo, o desinteresse e a probidade deixaram de ser títulos de recomendação nas regiões oficiais.
>
> Os arranjos pululam; ministros há que fazem ostentação de luxo e magnificência, que todo mundo sabe que suas circunstâncias não permitem.
>
> (...)
>
> Ninguém quer a restauração da monarquia: todos porém anseiam pelo advento da verdadeira república.
>
> (...)
>
> A fome, a miséria e o imposto trarão após de si a revolução social cega, delirante, furiosa, sedenta de vinganças, revolução, que ninguém poderá conter, nem dirigir, e que na mesma rede de desgraças apanhará todos![70]

A idéia de revolução social amarrava o sentido dado à República instaurada, como ameaça que rondava a todos. Neste sentido as elites política e economicamente dominantes e os segmentos médios passaram a veicular o discurso do temor. Observavam a mobilização da população trabalhadora, pobre e miserável, constituída por operários, trabalhadores qualificados ou sem-especialização, indigentes, mendigos, loucos, em sua maioria remanescentes africanos, negros e mestiços, no contexto de implantação de uma República dita democrática e, ao mesmo tempo, de inexistência de instrumentos legais que diferenciassem negros e brancos e que demarcassem as distâncias sociais e raciais na nova ordem.

> Cumpre não cometer o erro, em que caem os socialistas, quando negam o direito individual.
>
> (...)
>
> 15 de novembro deve servir de lição dos partidários cegos da centralização, e aos que pensam que semelhante sistema é uma garantia de permanência e segurança para as instituições.
>
> (...)

[70] *O Pequeno Jornal*, 19/04/1890.

> O que nos tem atrasado é sem dúvida o sistema de governo, estabelecido sob o regime imperial, e que vai sendo aceito e aperfeiçoado pela república.
>
> (...)
>
> Infelizmente o poder público vê-se cercado de politiqueiros, que querem continuar os abusos do passado. Acautele-se contra eles o nosso governador.[71]

Manuel Querino analisando aquela conjuntura de arrumação das novas forças sociais em torno do regime que se inaugurava, entendia como mais uma experiência de desilusão vivida pelo operariado, diante das "ambições" de uma "fidalguia preguiçosa", cuja divisa era "o apego do ouro sem amor ao trabalho", a qual logo alimentou "a idéia de subir, fazendo amizade nos quartéis, aderindo e avançando".[72] Tudo aquilo teria provocado o impedimento dos passos do operariado, "embaraçando-lhe a realização, em parte, de suas mais legítimas aspirações".[73]

Se por um lado porta-vozes dos setores médios reivindicavam uma República legítima, que atendesse às suas ambições de poder, por outro a classe operária também reivindicava uma república que atendesse seus interesses sociais e políticos. Ambos possuíam objetivos comuns, porém, para os setores médios não havia intenções de juntar-se àquelas forças sociais emergentes, pois estas não poderiam estar situadas no mesmo patamar social e político.

Para Manuel Querino, houve, durante o movimento republicano na Bahia, por parte da classe operária em processo de organização, uma manifestação favorável ao projeto republicano, a partir do seu conteúdo de classe. Para ele, a República significava a emancipação do povo excluído de todo e qualquer direito, que vivia às margens da sociedade dependendo das benesses dos poderes constituídos e impedido, por sua vez, de ter acesso a decisões que a ele interessavam diretamente. A classe operária também se movimentou, organizando-se, apoiando representantes dos setores intermediários, com a expectativa de galgar os degraus políticos e sociais para a realização dos planos da sua verdadeira emancipação. À medida que se construía um discurso republicano em torno da igualdade de direitos, a integração relativa de operários e artistas a este movimento dava um caráter democrático à luta, apesar dos interesses específicos que os conduziam.

---

[71] *O Pequeno Jornal*, 07/03/1890.
[72] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 163.
[73] Idem, ibidem.

Os limites de um projeto político claro para a implantação do novo regime, seja do ponto de vista das elites tradicionais, das camadas médias e do operariado, favoreceram a manutenção das forças das antigas lideranças em detrimento do processo de organização política das classes emergentes. O discurso ficou limitado a questões morais, relacionadas à cultura clientelista que vigorava no Império e que não se dissolveria, necessariamente, com a República.

Com o advento da República, as ilusões democráticas se dissiparam. As pressões das antigas elites políticas superaram o rarefeito esforço de um movimento que pretendia a ruptura de uma cultura política arraigada nas tramas conservadoras do poder, articulada às relações clientelistas, de favores, cujas decisões se fechavam nas mãos de alguns representantes que pretendiam a permanência do poder e das estruturas sociais. Não obstante as tensões presentes nas relações sociais pela participação de setores das classes populares e operárias, no contexto do pós-abolição, os caminhos que se seguiram à consolidação da República reforçaram os padrões de diferenciação social a partir de critérios que incluíam as marcas de origem de classe e de raça.

Nos interesses da classe operária estavam incluídas a sua inserção no circuito das decisões políticas como veículo fundamental para a garantia dos direitos civis e políticos do operariado de então, cuja situação profissional e de sobrevivência encontrava-se à mercê das decisões de "padrinhos". Este era um limite para a sua ação no plano de modificar tais relações e alterar o quadro social excludente para outro includente, em que o povo também pudesse participar com as suas ferramentas políticas e, assim, garantir a sua verdadeira emancipação. Para tanto, foi viabilizada a organização do Partido Operário, como será analisado em capítulo específico, caracterizando-se como um salto realizado pelo operariado, enquanto mecanismo garantidor de inclusão política independente, desligado dos antigos partidos que orientavam o operariado para garantirem seus interesses de classe em detrimento das necessidades e interesses dos trabalhadores.

Por ter experimentado, nos anos iniciais da implantação da República, o exercício político nas esferas de decisão municipal, na condição de Conselheiro Municipal por duas legislaturas – a primeira por nomeação (1891-1892) e a segunda por eleição popular (1897-1899)[74], Querino se apropriou de uma ferramenta crítica que

[74] Sobre a sua participação no Conselho Municipal ver o Capítulo III onde será analisada a sua atuação.

favoreceu a sua análise em torno da derrota da classe operária no processo de consolidação da República. Retirando-se da cena político-partidária, Manuel Querino passou a estudar e refletir sobre as condições em que a República fora consolidada na Bahia, especialmente aquelas que envolveram os destinos do povo, continuando a sua militância política no âmbito da produção histórica, etnográfica e memorialística.

Manuel Querino destacou, em diversas passagens da sua escritura, o valor do povo baiano nas armas, nas letras e nas artes desde os tempos coloniais. O patriotismo na Bahia, como tradição alimentada pelo povo nas lutas contra os invasores, contra o absolutismo político da metrópole, entre tantos outros eventos que marcaram a história das lutas pela liberdade no Brasil, se transformara em esquecimento na ordem Republicana.

> A Bahia nunca desertou do seu posto, nas ocasiões em que se fazia mister a prova de sua dedicação. E foi por isso que a Bahia tornou-se 'o seio que amamentou, a cabeça que dirigiu, o braço potente que defendeu quase todas as antigas capitanias' que hoje forma a República do Estados Unidos do Brasil.[75]

Utilizando-se de argumentos libertários que impregnaram o século XVIII, Querino se apoiou nas idéias de Rousseau, d'Alembert, Montesquieu, para destacar a importância do povo em suas ações contra o despotismo, colocando-o como:

> a mais formidável potência para derrubar tronos e quebrar diademas diante do cadafalso,(...) dando-lhe uma nova ordem de idéias, que todas convergiam para a liberdade, constituindo o mesmo povo senhor absoluto de todos os destinos sociais.[76]

Para justificar os destinos do Brasil, desde 1808, em direção ao "progresso material e moral", Querino demonstrou a pressão e atrocidades cometidas pela metrópole sobre os tesouros e homens do Brasil e a crescente rivalidade entre brasileiros e portugueses no contexto das idéias e lutas pela liberdade que havia "atroado o mundo inteiro, produzindo a independência dos Estados Unidos..." e que não podia "deixar de ecoar no Brasil".[77] Tudo isso, para Querino, era motivo para se comemorar, pois a Bahia havia se consagrado nas armas, especialmente nas lutas de 1821 a 1823, ao levantar o "estandarte da liberdade". Foi apenas ela que "derramou o seu sangue em favor da Independência do Brasil".[78] Querino, neste sentido, procurou realçar a participação da Bahia nas lutas pela liberdade, demonstrando que neste território havia homens notáveis que combateram e se tornaram heróis inesquecíveis. O argumento de Querino não pretendeu apenas glorificar personagens oficiais pelos seus feitos, como Labatut, Lima e Silva, Doria, Argolo, Bulcão, Castro Pires, Siqueira e muitos outros

[75] Querino, Manuel. *A Bahia de Outrora*, 1916. É uma coleção de artigos que trata de temas variados. Em "A Noite Primeira de Julho", aborda as festividades que antecediam a comemoração do 2 de Julho, festa da Independência da Bahia. p. 27.
[76] Idem, pp. 27/28.
[77] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, p. 28.
[78] Idem, p. 29

combatentes não esquecidos por sua geração, mas, sobretudo, questionar o processo do esquecimento pelo qual vivia a sociedade republicana. Reafirmava que no passado tais acontecimentos eram revividos sempre nas manifestações populares.

> Essas tradições ficaram na memória do povo, e foram sempre relembradas como nota dominante no entusiasmo e no brilho de suas vitórias.[79]

Na República, a Bahia sofria o peso do despotismo, talvez, para Querino, por estarem "castigando-lhe a altivez de outrora, com as maiores provações".[80] A sua crítica à nova ordem, remete o autor a um certo saudosismo, quando, na Colônia e no Império, a Bahia era valorizada como fonte de talentos intelectuais pela inteligência. Na República não:

> Desprestigiam-lhe o valor, deturpam-lhe o merecimento, fizeram-lhe representar o humilde papel de comparsa, em farrancho político, conservando-se estacionária e abatida, por ingratidão de seus filhos.[81]

E assim se sucedem as passagens em que Manuel Querino abordou a situação vexatória que a Bahia passava com o novo regime. Exprimiu um sentimento de desilusão diante de uma República sonhada e outra realizada. A sua utopia, enquanto "espírito popular" se via ameaçada, não obstante esperançosa no "porvir". A situação enganosa na República era observada pela sede rápida de subir, ter fortuna, pois a "ganância do ouro sem amor ao trabalho", a presença de oportunistas, bajuladores, refletiam a gravidade do momento:

> Os espíritos sérios e refletidos vêem contristados, nessa deplorável conjuntura, os males que, debalde, por seus votos sinceros, quiseram conjurar.
>
> O momento é grave e cheio de vagas inquietações, enredam-se nas intrigas de uma política de conveniências pessoais, que exclui toda dignidade de sentimentos e toda elevação de concepções.
>
> O espírito popular, cruelmente desiludido, descrê de tudo e lança às aventuras do porvir a derradeira esperança.[82]

Entre tantas outras passagens da sua obra, Querino deixou entrever as suas amarguras e decepções ao testemunhar os diversos desrespeitos aos princípios democráticos na imprensa, por exemplo, os quais violavam a liberdade de pensamento e opinião. Note-se, que neste texto específico – A Bahia de Outrora -, publicado em 1916, o clímax das investidas em direção ao progresso, à modernização, à "civilização" foi materializado nas obras remodeladoras empreendidas pelo governo J. J. Seabra (1912-1916), cujas conseqüências foram desastrosas para as classes trabalhadoras. E assim Querino desabafou:

[79] Idem, p. 29.
[80] Idem, p. 44.
[81] Idem, p.44.
[82] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, p. 45.

> E nos dizemos civilizados: civilização de palavras, unida a uma democracia que se tem distinguido pelos empréstimos, bombardeios, bailes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos e balda de patriotismo. O homem de hoje constituiu-se senhor absoluto nas aplicações da lei e do dever, desrespeitando a tudo e a todos. No entanto, fez-se escravo do dinheiro e das ações ruins.[83]

Em sua complexidade de homem talentoso e comprometido com as causas sociais e culturais, Manuel Querino proporcionou à posteridade a aproximação com uma temática por muito tempo desconsiderada pela historiografia oficial. Pela persistência com que tratou o seu principal tema – a inclusão cidadã do povo trabalhador, neste sentido constituído por africanos, descendentes e mestiços -, demonstrou, registrou e interpretou, com o seu esforço de pesquisador, atuando como político e professor, momentos de intenso debate que envolveu o processo de instalação da República prometida e as contradições presentes naquela sociedade baseadas nos preconceitos de classe e de raça.

◊ O avanço demolidor da civilização

O campo de tensões vivido por Manuel Querino durante o processo de implantação e consolidação da República foi narrado e analisado em torno de temas que elegeu no âmbito da crítica à República da "civilização" demolidora. A partir de uma abordagem política, arte, trabalho, educação e costumes se constituíram no objeto de sua análise, tendo o povo como sujeito da sua preocupação. A partir da ótica do intelectual empobrecido, do político retirado das esferas de poder, do artista preocupado com o destino das artes e indústrias no contexto de negligência em que eram tratadas, do professor e artista dedicado ao ensino do desenho para as classes populares, do funcionário público que a muito custo saiu do cargo de auxiliar de desenhista para o de 3º Oficial e freqüentemente rejeitado em seus pedidos de promoção, enfim, do negro que viveu experiências de exclusão por conta da cor da pele que atestava a sua origem africana, Querino registrou as suas inquietações e se realizou na obra que criou. Com a prática restritiva de participação do operariado crítico, dos negros e mestiços de diversos matizes, nos espaços de decisão, Manuel

[83] Idem, "A Imprensa", p. 84.

Querino esbarrou no edifício social erguido no interior de uma muralha que engrossava as paredes com a argamassa do preconceito social e de raça.

A cidade do Salvador se constituiu no palco onde as cenas descritas por Manuel Querino se desenrolaram. O contexto da implantação e consolidação da República foi o ambiente dinamizador das tramas que construiu em torno das suas preocupações sócio-políticas e culturais que envolviam o povo. Era a categoria sócio-econômica composta por indivíduos das classes populares que transitavam pelas ruas na condição de trabalhadores, artistas, operários, africanos e descendentes, o povo na sua condição de sujeito histórico-social que contribuía na configuração de uma cultura própria, integrando os rumos da formação cultural brasileira, mas desprezado pelas aspirações civilizadoras das elites.

Ao escrever sobre o povo, Querino teve a intenção de denunciar e fazer-se escutar, registrando as primeiras páginas da história das classes populares, ainda não incorporada às preocupações da historiografia oficial brasileira. Neste aspecto, Manuel Querino pode ser considerado o primeiro intelectual a contar e deixar registrada em letras claras e obstinadas a história dos excluídos, no contexto em que marcou a mudança de uma nova ordem que predispunha incluir, no âmbito da promessa democrática, a massa anônima de trabalhadores no circuito da participação social e política.

Recuperando a participação constante do povo nos movimentos sociais anterior à República, como o movimento revolucionário de 1821, liderado por Cipriano Barata, e o episódio denominado "Cemiterada" ocorrido em 25 de outubro de 1836[84], Manuel Querino argumentava serem intensos os protestos populares à época diferentemente do que ocorria na República:

> Isto ocorreu em época de espessas trevas, quando o povo impunha a sua vontade e fazia respeitá-la.
> Hoje, qualquer movimento semelhante seria rechaçado pelo regimento dos dragões. Naqueles tempos obscuros havia o Povo; hoje temos o poviléu. Mas, onde também estão os heróis de prestígio verdadeiro, essas consciências puras, vivas encarnações do patriotismo, capazes de guiar o povo aos mais eficazes cometimentos e às conquistas mais brilhantes?
>
> Não apareceu; e o povo, portanto, não tem mais em quem confiar.[85]

[84] Sobre a Cemiterada ver REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
[85] Querino. *A Bahia de Outrora*, "Os Direitos do Povo", 1916, p. 141.

Querino demonstrava a sua desilusão com a República da ordem, civilização e do progresso. Atacava as mudanças ocorridas em nome da "civilização elétrica". Para ele não adiantava o progresso material se os direitos do povo eram cada vez mais negligenciados. Perdiam-se os ideais. Para ele, os "verdadeiros" patriotas haviam desaparecido e o povo não tinha mais em quem confiar.

O pano de fundo da sua escrita esteve estreitamente vinculado ao ideal de civilização abraçado pela República. Neste sentido, pode-se observar a sua decepção face à República que demolia o passado para serem construídos novos paradigmas sociais, culturais, materiais, desenhados a partir dos padrões europeus em prejuízo do passado colonial e imperial no Brasil e particularmente na Bahia.

> Nos tempos ingratos do obscurantismo, muito antes de surgir o raio de luz dessa civilização elétrica que deslumbra, mas não edifica; que proporciona a decadência do caráter, que transforma os bons costumes em baixo interesse, elevando-o à altura de um princípio, o povo possuía seus eleitos, seus patriarcas, aos quais ouvia com respeito, acatava suas decisões, agindo com desvanecimento e acertando, porque o povo nunca se engana. Diz-se que o povo não sabe escolher bem, é puro engano; erra quem decide em nome dele sem consultá-lo.[86]

Associando suas narrativas à política de integração do Brasil ao mundo da "civilização", Querino criticou a República, identificando os caminhos e descaminhos que conduziram as massas de recém-libertos e trabalhadores no conjunto das mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas que se sucederam no âmbito do programa civilizador instituído. Este pretendia enquadrar as principais capitais brasileiras ao modelo europeu de civilidade, de progresso, de modernização acompanhado pela onda destruidora do passado.

Ao desenvolver um ensaio biográfico sobre o escultor apelidado de Chagas – o Cabra, considerado o ponto de partida do esplendor da escultura na Bahia, Querino não poupou críticas aos descaminhos republicanos que colocaram artistas de merecimento na mais absoluta indigência ao se posicionar:

> Não me foi possível precisar as datas de nascimento e morte deste artista, porque ninguém ignora o pouco apreço a que são votados os homens que levantam por esforço próprio, glorificando a terra de seu berço; e assim é que inteligências peregrinas por aí vegetam, desprovidos do bafejo áulico, desde o tempo do despotismo aterrador até hoje, em plena civilização de palavras, unida a uma democracia que se tem distinguido por banquetes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos, e balda de

[86] Idem, p. 138.

> patriotismo.Apesar disso, a memória do grande artista ficará, imperecível, na justiça da posteridade.[87]

Manuel Querino retirava do anonimato temas inusitados, os quais, para o autor, refletiam as mudanças ocorridas com o advento da "civilização". Em "A vida no Lar", o sujeito-autor se presentificou no texto, com a costumeira crítica refinada, ao comparar o comportamento social "moderno" com o de "outro tempo":

> Entre os muitos prejuízos da civilização moderna, que têm comprometido a gravidade da gente de outro tempo, sobressai, por sem dúvida, o desembaraço com que matronas e senhorinhas enchem as ruas, em passeios à pé, a bonde e, mais modernamente, a automóvel, quando não invadem as casas de armarinho ou de modistas.[88]

Desde o Império o ideal de civilização foi perseguido pelas elites nacionais, conforme os padrões europeus vigentes. Após a Guerra do Paraguai a monarquia brasileira procurou aproximar-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade, com o propósito de destacar-se entre as repúblicas latino-americanas. Desde então, D. Pedro II, o conhecido "mecenas da ciência", elegeu a ciência como conduta a ser seguida, desde quando passou a relacioná-la ao ideário do "novo", moderno, industrioso, civilizado.[89] Buscou-se aperfeiçoar as cidades no sentido de alcançar o progresso e a civilização. Foi no contexto em que os núcleos urbanos ganharam mais prestígio, constituindo-se em centros de vida social e política, depositários da riqueza monetária, do conhecimento e das técnicas. Como pólos dinâmicos do crescimento capitalista interno, as cidades passaram a reorganizar o seu sistema produtivo, fazendo emergir novas categorias econômicas de relativa importância e exercendo grande atração sobre contingentes populacionais de rendas variadas.[90]

Representando o elo entre uma estrutura arcaica, que dominava o conjunto social, e outra moderna, que se gestava no seio das transformações em curso, o urbano passava a se contrapor com maior nitidez ao rural, à medida que se buscava alcançar o "progresso" e a "modernidade". O princípio adotado era o de copiar os países mais desenvolvidos de então (Inglaterra, França, Alemanha), enquanto modelos perfeitos de civilização.

---

[87] Querino, *Artistas Bahianos*, "Escultura – Chagas", 1911, p.11.
[88] Querino, *A Bahia de Outrora*, "A vida no lar", 1916, p. 95.
[89] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 30-32.
[90] Sobre as transformações urbanas na Bahia imperial ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma província no Império*, 1992; LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996),* 1996.

No conceito de civilização estava presente a idéia do progresso material, intelectual e moral. Tomando como parâmetros os padrões franceses e ingleses, o conceito compreendia todas as manifestações das classes superiores relacionadas às conquistas tecnológicas do Ocidente. Esta noção acompanhou o processo do expansionismo colonial, enquanto missão civilizatória do homem branco, considerando tal sentimento específico do Ocidente[91].

Reformas institucionais, econômicas, sociais e culturais foram estimuladas com o incentivo da administração central. Estas representaram relativos avanços, na medida em que a produção interna era viabilizada pela liberdade de estabelecer-se fábricas e manufaturas, melhorando a produção agrícola e artística em seu conjunto. Foram dadas as condições para a instalação de canais de expressão cultural e formação escolar, incentivando-se medidas de certo alcance para a sociedade[92].

A partir de 1850, houve, no país, um aumento significativo de patentes industriais, colaborando para a introdução de modificações nas relações econômicas e sociais de produção. Entre 1846-1850 foram criados 15 estabelecimentos industriais e, a partir de 1885, o número aumentou, atingindo a casa dos 636 em 1889. Ao lado do desenvolvimento do sistema de crédito, experimentou-se a modernização dos transportes, através da implantação de ferrovias (iniciada em 1852), proporcionando a aproximação de populações, ampliando o mercado interno e ativando a circulação de mercadorias[93].

O caráter da produção artesanal urbana foi, pouco a pouco, adquirindo cunho manufatureiro, reforçando a capacidade produtiva da cidade. A dinâmica urbana fora sentida na divisão técnica e social do trabalho, na medida em que se promovia investimentos em setores importantes para o funcionamento de uma cidade, como na

---

[91] BIROU, A. *Dicionário das Ciências Sociais*, 1978, p. 66 e VELHO, Gilberto e CASTRO, E. B. Viveiros de. "O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas: Uma Perspectiva Antropológica" in *ARTEFATO*, Ano I, nº I, Rio de Janeiro, Janeiro/1978.

[92] Foi fundada a Imprensa Régia (1808), criada a Biblioteca Pública (1810), o Jardim Botânico (1810), o Museu Nacional (1818). A educação foi construída em torno de cursos pela própria necessidade de se preparar pessoal mais diversificado. São criadas instituições destinadas a educar artífices e aprendizes, como o Colégio das Fábricas (1809), a Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército (1810), a Escola de Serralheiros, Oficiais de Lima e Espingardeiros na Capitania de Minas Gerais (1812), Seminário dos Órfãos da Bahia (1819). Foram criados os cursos de cirurgia (1808), economia (1808), agricultura (1812), química (1817), desenho técnico (1818), na Bahia, e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e cirurgia (1808), laboratório de química (1812) e agricultura (1814). Estes cursos tinham por objetivo formar mão-de-obra especializada em economia, agricultura e indústria.

[93] 4. Em 1854, começa a funcionar a primeira estrada de ferro brasileira, de Mauá a Fragoso (futura Leopoldina Railways); em 1855, inicia-se a construção da estrada de ferro D. Pedro II (futura Central do Brasil); o telégrafo aparece em 1852, são fundadas 20 companhias de navegação a vapor, etc. Entre 1850 e 1860 foram inauguradas no Brasil 70 fábricas que produziam chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja, cujos produtos eram até então importados; foram fundados 14 bancos, três caixas econômicas, 23 companhias de seguro, etc. HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, 1991 (Teses 6), p. 44.

construção civil, nas estradas de ferro, nos bancos, na construção naval, nos serviços do terciário em geral. O aparato político-administrativo do Segundo Império proporcionou o aparecimento de uma burocracia numerosa, gerando um adensamento populacional crescente. Com a criação de instituições que garantiam prestígio social, foi –se estimulado o consumo de artigos de luxo e o desenvolvimento das artes.

Apesar de experimentar um surto industrial na segunda metade do século XIX, a economia brasileira continuava organizada em função da produção de gêneros agrícolas para o mercado externo. A Bahia, naquele contexto, foi marcada por uma fase de profunda depressão econômica de um lado e, de outro, por mudanças significativas para a economia interna. A crise do açúcar gerou um processo de falência para a economia baiana, marcando uma etapa de ruptura com um passado grandioso. Na medida em que a crise açucareira se agravava, estabelecia-se uma agricultura diversificada, com o desenvolvimento de atividades pecuárias, ao lado da instalação de manufaturas, principalmente do ramo têxtil, e de pequenas fábricas de produção de bens de consumo em geral, que, pouco a pouco, constituíam-se a face interna de um mercado capaz de dinamizar uma economia em franca estagnação.[94]

Salvador, capital da Província da Bahia, participava da dinâmica própria das cidades representativas de meados do século XIX. Como cidade comercial, as suas funções de entreposto foram reafirmadas, uma vez integrada ao mercado internacional, nacional e regional, cumprindo seu papel de cidade portuária e movimentada. Como centro receptor e distribuidor de mercadorias, dependia, de um lado, do mercado externo e, de outro, da produção agrícola - base sobre a qual se apoiava toda a economia brasileira. Exportando açúcar, fumo, café, cacau e algodão, e importando maquinário, artigos de luxo, bens de consumo em geral, a cidade se articulava em dois espaços distintos, porém complementares: o espaço rural e o mundo europeu.

Inserida no contexto de avanço das forças capitalistas, Salvador respondia às modificações que ocorriam no mundo e no Brasil. A cidade abriu-se para a incorporação de elementos modernizadores, a fim de manter-se na posição de

[94] Técnicas agrícolas e industriais não renovadas, a crescente falta de braços para a lavoura, somadas à concorrência de outros produtores de açúcar (Antilhas e açúcar de beterraba da Inglaterra), gerou a decadência total da economia açucareira baiana, cuja crise encontra seu ponto mais agudo em 1873. Sobre a economia baiana no século XIX, ver ARAUJO, Ubiratan Castro e SÁ BARRETO, Vanda Sampaio. "A Bahia Econômica e Social" in *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional (l850-1889)*, 1978; AZEVEDO, Thales Olímpio Góis. "A Economia Baiana em torno de 1850" e ALMEIDA, Rômulo Barreto de. "Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio" in *Planejamento*, v. 1, n. 1, 1973; TAVARES, Luis Henrique Dias. "A Economia da Província da Bahia na Segunda Metade do Século XIX" in *Universitas*, (29): 15-30, jan./abr. 1982; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. *Industrialização e Incentivos Fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. (Dissertação de Mestrado em Economia da UFBA., 1975; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX*, 1978.

destaque, não obstante ser prejudicada pelo avanço das forças sócio-econômicas e políticas do Sul do país, em função do café. As contradições vividas pela sociedade acentuavam-se, desde quando eram mantidos padrões tradicionais nas relações sócio-econômicas e políticas, entre o desejo de progresso e civilização.

De modo geral, a Bahia experimentou uma progressiva marcha em direção à decadência. Salvador, porém, como capital comercial da região Norte/Nordeste, manifestou a movimentação comum a um centro avançado da época. Os investimentos nos diversos setores (infra-estrutura, serviços, comércio, bancos, escolas, biblioteca, teatro, manufaturas, etc.), cresciam, ainda que lentamente. Houve uma verdadeira revolução demográfica - em 1872, a cidade concentrava 35,7% da população da Província. Considerando o ano de 1850, a população urbana estimada era de 56.000 e, em 1872, de 108.137. Era a segunda cidade em população do Brasil. [95]

A tendência da cidade, desde os anos 40 do século XIX, era de avançar no sentido de intensificar uma política urbanística, defendendo uma postura saneadora, tanto física como moralmente, para uma população que crescia e convergia para o perímetro urbano. São inúmeros os atos provinciais a respeito da urgência de construirem-se mais chafarizes, pavimentarem-se ruas, ladeiras e becos, melhorarem-se praças, etc. Foi quando se instalou a Administração das Obras Públicas, aprovando-se posturas sobre calçamento de passeios e condutores de águas pluviais, criando-se comissões para conseguir melhoramentos, principalmente da Cidade Baixa[96]. Sucessivamente, foram-se repetindo deliberações oficiais, no sentido de urbanizar-se a cidade, com o propósito de torná-la semelhante às cidades desenvolvidas e apta a garantir, economicamente, acesso e afluência de um comércio cada vez mais próspero.

O processo urbanizador foi acelerado, na medida em que investimentos eram dirigidos para áreas de transporte, saneamento e comunicação. A iluminação a gás foi inaugurada (1862); o telégrafo foi instalado (1871); o Elevador Lacerda, ligando a Cidade Baixa à Cidade Alta, foi inaugurado (1873); ampliou-se o sistema de crédito; cresceu o número de bairros no ritmo do aumento populacional[97].

---

[95]MATTOSO, *Bahia: Século XIX,* Op. Cit., p. 87 e NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador,*1986, p. 65.

[96] ATOS do Presidente da Província. Anos de 1840/1850/1860.

[97] Surgiram em Salvador diversos estabelecimentos de crédito desde os anos de 1830, como a Caixa Econômica da Cidade da Bahia (1834), depois transformada no Banco Econômico da Bahia (1893); o Banco Comercial da Província da Bahia (1845); Banco Hipotecário da Bahia (1848); Sociedade Comércio da Bahia (1848); Caixa Reserva Mercantil (1853); Caixa da Economia (1854); Caixa Hipotecária (1854), entre outros. Dentre os bancos estrangeiros, destacava-

A instalação da primeira linha ferroviária entre Alagoinhas e Salvador (1863) facilitou o escoamento da produção de cana, fumo, cereais e pecuária do Sertão a Salvador, dinamizando o transporte e, conseqüentemente, o comércio interno. Em 1877, a ferrovia foi ampliada em 48 quilômetros e, a partir de então, esta expansão foi realizada em várias direções, dentro da Província[98].

Nos anos 40 surgiram na Bahia fábricas modernas que, até 1860, formaram o núcleo fabril relativamente mais forte do país. Em 1882, estavam localizadas doze fábricas de tecidos, no universo de 45 espalhadas pelo Brasil. Houve um processo de avanço para o Rio de Janeiro, ficando a Bahia na retaguarda[99].

O palco das lutas, iniciativas, querelas, foi-se ampliando, tornando mais complexas as relações entre seus atores. Movimentada e barulhenta, a cidade de Salvador mantinha sua posição de cidade politicamente conservadora e comercial, onde as trocas, não só de mercadorias, mas também de idéias, se faziam de acordo com seu próprio ritmo - a música das falas oficiais, dos discursos de letrados, dos debates políticos, dos desejos do povo, se identificava em uma só: progresso, civilização e urbanização.

O processo de modernização iniciado no segundo Império foi intensificado no novo regime. Tornou-se uma obsessão republicana a inserção do Brasil ao mundo da civilização, tal qual ocorria na Europa, especialmente a partir dos padrões parisienses e londrinos. A exemplo de algumas capitais, como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, em Salvador foi disparado o processo de urbanização e melhoramentos materiais. O modelo de sociedade elaborado pelas elites cultas visava atender o padrão europeu nos planos econômicos, políticos, sociais, culturais e raciais. Em relação à conformação racial, na perspectiva da política de branqueamento

---

se o "The New London and Brazilian Bank Limited". Entre fins do século XIX e princípios do XX, a configuração de bairros em Salvador apresentou-se bastante ampliada em relação ao início do século XIX. Aos bairros tradicionais, que iam da Sé ao Santo Antônio Além do Carmo (lado norte), até o Campo Grande (lado sul), os quais cresciam em ritmo acelerado em desenvolvimento populacional e número de imóveis, foram se somando outros, como do Desterro, Saúde, Palma, Lapa, Sodré, Brotas, Cabula, Barris, Graça, Barra, Vitória, Canela, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Liberdade e parte de Nazaré e Tororó, estes da Cidade Alta, e outros da Cidade Baixa aparecem no período, como Itapagipe, Penha e Mares. OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um Banco*, p.23 e GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. *A Realidade e o Futuro do Pelourinho*. Relatório Final, 1979. (datil.).

[98] A construção da primeira estrada de ferro na Bahia foi iniciada em 1858 e concluída em 1863, alcançando Alagoinhas, após 123 quilômetros de trilhos. Esta foi explorada pela firma inglesa "The Bahia and S. Francisco Railway Company". Seguiram-se outras linhas, a exemplo da "Central da Bahia", o prolongamento Alagoinhas-Juazeiro; Bahia-Minas Gerais; Feira de Santana, Ilhéus, Conquista, etc. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, *A Realidade e o Futuro do Pelourinho*, p.151.

[99] Das 45 fábricas de tecidos existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais. Foot Hardman, Op. Cit., p. 34.

instaurada, a fim de tornar o país mais "branco" e menos "negro", o discurso oficial era sustentado pela ciência, enquanto paradigma do projeto e da civilização, que, por sua vez, caracterizava-se como dogma a ser perseguido e praticado.

Com a República a velha Bahia perdeu, progressivamente, a sua posição de destaque no cenário brasileiro. A outrora primeira capital do Brasil, monumental em seus edifícios, tradicional em seus comportamentos, movimentada em seu comércio, culturalmente pacata, provinciana, começava a ser modificada no interior do programa de inserção no mundo "civilizado". A civilização, o progresso, a modernização guiavam os rumos urbanos para a destruição do passado. A República avançou sobre a velha Salvador como uma máquina demolidora, vingando-se do passado colonial e imperial ao buscar estratégias de incorporação ao estilo civilizado. Afinal, era necessário incluir social, política e culturalmente à nova ordem do progresso republicano. No primeiro quartel do século XX a avalancha e a epidemia "modernosa" operaram no sentido de destruir o passado, corromper e solapar as raízes, tornando as cidades estandartizadas, cada vez mais iguais, como se fabricadas em série. As ruas, praças e avenidas se apresentavam iguais para diferentes usuários ao mesmo tempo em que perdiam-se as raízes ambientais e seu referenciais de cidade construída no âmbito da sua história e população locais.

No conceito de civilização as idéias de modernização, de ordem, de progresso foram aprofundadas na perspectiva de sua aplicabilidade nas dimensões material, social e cultural. No programa civilizador instituído nas principais capitais brasileiras durante a República Velha, privilegiou-se a urgência higiênica e estética. Esta urgência estava relacionada, na sua dimensão material, ao projeto urbanístico que tratou de torná-las eficientes e bonitas, conforme o modelo francês e inglês, dotando-as de infra-estrutura, espaços de lazer, vias públicas alargadas, renovação arquitetônica segundo o ecletismo, entre outras iniciativas que elevassem as cidades à altura dos principais centros urbanos do mundo.[100]

Enquanto aspiração elaborada pelas elites, o ideal de civilização alimentado no país foi além do investimento urbanístico. A modernização também envolveu preocupações de conteúdo social. Foram criados códigos normativos destinados à organização da ordem pública e às mais variadas formas de sociabilidade a serem

[100] Sobre o processo de modernização e inserção do Brasil na Belle Époque ver NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana.* Salvador: 1912-1916. Salvador: UFBA, 1996 (Dissertação de Mestrado em História da UFBA); SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

cumpridos pela coletividade. Regular e disciplinar o trânsito, os mercados livres, barulho noturno, trabalho nas vias públicas, garantia da vida e propriedade privada, delimitação social dos espaços pelo afastamento dos pobres do centro da cidade em direção às periferias, se caracterizaram, entre outros, em códigos de civilidade que visavam estabelecer o cenário de ordem, bem-estar, tranqüilidade, sofisticação e elegância ao estilo de vida moderno.[101]

Um outro aspecto alimentado a partir dos padrões europeus de civilidade foi dirigido à mudança de hábitos e costumes da população. Tais mudanças relacionadas ao novo estilo de vida estavam atreladas à remodelação urbana. Os espaços públicos, elegantes, arborizados, constituídos em opções de lazer – cafés, teatros, cinemas, praças -, davam o tom de maior liberdade no contexto de uma moda que visava a transformação dos hábitos das elites. Novo estilo de vestuário à moda européia, atitudes racionalizadas, polidas, moralizadas e cultas dos indivíduos passaram a ser perseguidas pelas elites urbanas, na tentativa de reforçar características do moderno em detrimento do velho ou associado ao antigo, que por sua vez representava atraso.

> Antes de tudo, as ruas das cidades, melhoradas, modernizadas, higienizadas, saneadas e depuradas socialmente, deveriam compor um cenário de desfile para as elites, sendo locais onde estas exibiriam seus postos e ostentações.[102]

No interior de tais reformas – urbanas, sociais, culturais – a lógica da urgência higiênica e estética sustentava as iniciativas de intervenção na paisagem física das cidades, como de interferência simbólica. Era necessário resolver problemas de insalubridade. Para tanto tornou-se imperativa a implementação de reformas urbanas como princípio norteador do programa civilizador. Neste aspecto, os melhoramentos foram dirigidos para obras de saneamento, como calçamento de ruas, introdução de serviços básicos de transporte, asseio e limpeza, iluminação, abastecimento de água, sistema de esgoto, melhoramento dos portos, higiene das habitações, alargamento de ruas e abertura de avenidas, etc., nas quais estavam presentes a introdução de tecnologias modernas – cinema, telefone, eletricidade, automóvel, imprensa (considerada "guia luminoso da civilização"[103]) – e de uma estética de sofisticação

[101] Sobre a integração da Bahia ao mundo da civilização e o processo urbanizador em Salvador, ver LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador: 1912-1916. Salvador: UFBA, 1996 (Dissertação de Mestrado em História da UFBA).
[102] LEITE, Rinaldo César Nascimento, Op. Cit., p. 71.
[103] *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1908.

manifestada pelo novo estilo arquitetônico inspirado no ecletismo. A nova estética guiou a destruição da cidade "velha" para a construção da cidade "moderna".

Neste sentido, a modernização civilizadora do Rio de Janeiro se tornou o modelo tropical de sucesso a ser copiado pelas demais capitais. Recuperada a tranqüilidade nacional e garantida a consolidação da República, após o período de agitação política que caracterizou a implantação do novo regime, entre 1890-1897, Campos Sales (1898) assinalou um novo começo republicano pela introdução da belle époque carioca, bem como pelo ressurgimento das forças tradicionais, representadas pelas elites agrárias e seus aliados que triunfaram sobre os desafios políticos radicais pretendidos pelos segmentos urbanos em torno de uma revolução sonhada.

> ...como a elite paulista, envolvida em uma metamorfose particular própria, a elite carioca conciliou mudanças generalizadas com a preservação de uma hierarquia social. Como resultado, realizou-se uma revolução sob os auspícios da elite: as mudanças foram contidas pela hierarquia e a reforçaram.[104]

Apesar das reformas urbanas operadas no bojo das sua belle époque, persistiram heranças associadas à manutenção do controle exercido pela elite e sua expressão sócio-cultural.

Seguindo a trilha da civilização tropical, a Bahia reproduziu o conteúdo das mudanças na perspectiva cenográfica. A cidade do Salvador foi o palco das investidas higienizadoras. O Império deixara de herança uma precária infra-estrutura, ruas insalubres, moradias deficientes, sobretudo nos distritos centrais e mais povoadas – Conceição, Pilar, Sé, São Pedro e Passo -, ruas estreitas e mal alinhadas, iluminação insatisfatória, sistema de esgoto praticamente inexistente, entre outros itens que indicavam a deplorável situação sanitária em que se encontrava a primeira capital do Brasil, observando-se o legado do crescimento demográfico e o descompasso com a modesta urbanização.

Com a implantação da República alguns impulsos urbanizadores foram realizados especialmente no porto e no bairro comercial, com algumas medidas saneadoras, através do calçamento, por exemplo. Contudo, somente no primeiro governo de JJ Seabra (1912-1916) foi realizada uma significativa remodelação urbana, podendo-se atribuir a este período a inserção de Salvador no cenário da belle époque.

[104] NEEDELL, Op. Cit., p. 41.

Uma das intenções da política urbanizadora aplicada por Seabra foi a de incrementar o comércio e nivelar a cidade às demais cidades "civilizadas".[105]

Apesar de ser a segunda maior cidade em população do Brasil, a sua imagem, construída especialmente pelos viajantes estrangeiros, estava associada ao que era de mais atrasado. Era um estigma que provocava vergonha e inveja por parte das elites. Salvador permanecera estagnada. Sua paisagem urbana, bem como os hábitos e costumes da população, guardavam resquícios dos tempos coloniais. A responsabilidade pelo atraso, por sua vez, era depositada no grande contingente de negros e mestiços, os quais provocavam a deterioração dos costumes e morosidade do progresso e da civilização.[106]

O que melhor expressava a belle époque era a abertura de avenidas, cortando as antigas construções coloniais da velha cidade, e os automóveis nelas trafegando. Em Salvador, a abertura da Avenida Sete de Setembro se constituiu na obra mais importante realizada por J.J. Seabra, enquanto intervenção radical que fez desaparecer do circuito antigas igrejas e casas coloniais e imperiais. Foi inaugurada em 7 de setembro de 1915 seguida pela inauguração de alguns edifícios. Foi um período de entusiasmo pelas obras de remodelação, reconstrução e construção realizadas por particulares.[107]

O abraço republicano do país à civilização e ao progresso à la européenne continha a crença de se garantir um lugar de destaque no cenário ocidental, ao agregar o valor da sua grandeza territorial e riqueza natural. Nele, estava embutida simultaneamente a lógica da negação do que era efetivamente brasileiro. Ou seja, o aspecto condenatório do passado colonial considerado atrasado era associado aos aspectos raciais e culturais da realidade baiana. A preponderância demográfica de

---

[105] LEITE, Op. Cit.

[106] Sobre o processo de remodelação urbana de Salvador no contexto do ideal civilizador deste período ver LEITE, Op. Cit..Segundo os censos de 1872 e 1890 Salvador estava classificada como a 2a. maior cidade em população, perdendo para o Rio de Janeiro. Em 1900 cai para a 3ª. posição, ficando São Paulo, até 1920 na 2ª. e o Rio mantém a 1ª. posição. Conforme censo de 1855, a população da cidade estava distribuída entre brancos (32,43%) e de cor (67,57%); a população livre representava 68,92%, enquanto a escrava 27,46%; em 1872, o censo verificou que 88,4% da população era de livres, enquanto 11,6% era de escravos, distribuída em 30,9% de brancos e 69,1% de cor. Foi detectado um crescimento da população livre em Salvador de quase 20%, enquanto a população escrava decrescia em 15,8%. ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador (1811-1860)*, pp. 29/30.

[107] Note-se que no Rio de Janeiro a Avenida Central havia sido inaugurada pela primeira vez no dia 7 de setembro de 1904 e pela segunda vez no aniversário da Proclamação da República a 15 de novembro de 1905. Em 1912 passou a ser chamada Av. Barão do Rio Branco em homenagem ao então ministro do Exterior do Governo Rodrigues Alves. NEEDELL, Op. Cit. As promessas de incrementar a cidade no padrão civilizado, higiênico e estético em vigor do governo JJ Seabra não foram totalmente cumpridas. Algumas obras de vultos planejadas, como as da abertura da Avenida dois de Julho e a Estrada do Rio Vermelho a Itapoã, não foram realizadas. Contudo, os melhoramentos implementados foram uma conquista favorável de inserção à civilização desejada. LEITE, Op. Cit.

negros e mestiços no cotidiano urbano, remetia ao passado escravista. Neste sentido, tudo aquilo que destoasse do padrão europeu de civilidade era considerado colonial, prática atrasada ou caracteristicamente africano.

O projeto social de civilização tinha como premissa a "limpeza" da cidade de tudo que remetesse ao feio e à pobreza. Era necessário então purificar a cidade da multidão de pobres e negros que circulavam livremente pelos espaços públicos, proporcionando um espetáculo desagradável, o que desabonava as condutas aplicadas para alcançar os padrões de civilidade.

Neste aspecto a "insalubridade" social estava associada à pobreza em todas as suas dimensões. Pobreza estava relacionada ao modo de vida popular que por sua vez significava risco à saúde, imoralidade, subversão da ordem, promiscuidade. Para solucionar os males deste estado social "in-civilizado", o projeto civilizador investiu no controle da vida das classes populares, reprimindo e proibindo a mendicância, os cultos místicos ou religiosos não-católicos, as manifestações lúdicas, disciplinando o trabalho nas ruas, bem como buscando o "melhoramento" da raça por meio do branqueamento progressivo.

Para que o fluxo favorecesse o estado de "civilização" era necessário destruir o passado. E o passado se presentificava insistentemente nas marcas africanas da escravidão que circulava livremente pela cidade republicana. A cenografia da civilidade não estava completa e constrangia o olhar do transeunte "civilizado" ao se deparar constantemente com a massa popular constituída majoritariamente de negros e mestiços, alguns ainda africanos e outros descendentes.[108]

As aspirações elaboradas pelas elites visavam, além do desenvolvimento material, a estruturação de uma nova ordem nos comportamentos, na moralização dos costumes e na recomposição racial. Para tanto, novos hábitos de civilidade surgiam enquanto os antigos eram sufocados e recolhidos nas franjas da sociedade pelas classes populares. Pelo seu conteúdo burguês, o projeto civilizador manteve o povo à margem, empurrando-o para a pobreza, para os guetos, para a periferia material e cultural.

[108] Nina Rodrigues ao procurar demonstrar a extinção rápida da colônia africana na Bahia, fez um cálculo, baseado em informações publicadas entre 1896 e 1903 em boletins demográficos, de que existiam na Bahia no ano de 1903 aproximadamente 500 africanos velhos sobreviventes. A estatística de mortalidade daquele período indicava terem falecido 1.484 africanos que, somados a mais ou menos quinhentos ainda vivos resultava em um cálculo estimado de dois mil africanos remanescentes daquele período. RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1988, p. 100.

As práticas populares, consideradas bárbaras, deviam, se possível, ser suprimidas ou afastadas para longe dos olhares sofisticados das elites. As demolições e interdições de prédios e casas do antigo centro da cidade destinadas à abertura de ruas e avenidas refletiu na falta de moradias e provocou alta dos aluguéis, afetando diretamente a população mais pobre. A tendência foi de buscar espaços mais distantes, localizados nos arrabaldes da cidade. Foram-se construindo bairros proletários à mercê de qualquer política de construção apoiada pelo Estado. O projeto civilizador territorializava, desta forma, a riqueza e a pobreza. Neste sentido, a República da civilização e do progresso, com a sua política saneadora, manteve da sua tradição colonial a solidez da hierarquia sócio-econômica, agregando a ela, além do preconceito social, o preconceito de raça.

A questão era de como refazer o edifício social com a presença de negros circulando livremente pelos diversos espaços, enquanto testemunhas da escravidão, descendentes diretos ou indiretos de africanos e representantes de parcela substancial da população. Suas tradições se mesclavam ao projeto civilizador no emaranhado das ruas estreitas, sujas, coloniais, enquanto floresciam com uma vitalidade própria nas regiões mais pobres dos arrabaldes da cidade. Procurava-se negar, ao final, o que era efetivamente brasileiro e baiano em particular.

A alternativa foi atacar "civilizadamente" a mácula da barbárie. O povo passou a ser perseguido, visando a sua "reeducação" pela via da repressão policial. Iniciaram-se os combates contra o que fosse vinculado aos costumes e carências da população pobre e negra em contraposição aos bons exemplos europeus. Instrução, ordem, trabalho, disciplina, passaram a fazer parte do vocabulário corrente. Transformaram-se em símbolos da civilização o cuidado com a habitação e o transporte popular, com a assistência pública através de casas correcionais e escolas profissionalizantes para a infância desvalida, casas correcionais para vadios e criminosos, abrigos noturnos para indigentes e miseráveis, hospitais para alienados, extensão da instrução pública.

> Procurava-se, com isso, reprimir hábitos, brincadeiras e divertimentos classificados de viciosos, perigosos, agressivos e prejudiciais. A repressão podia dar-se através da legislação (como leis, decretos e posturas municipais ou promovendo-se ações policiais contra o jogo, a bebida, a prostituição e outros hábitos ou coisas tidas por intoleráveis e incivilizadas.[109]

[109] LEITE, Op. Cit., p. 112.

Dentre os hábitos de entretenimentos arraigados no cotidiano popular, o jogo, a bebida e os divertimentos musicais baseados no samba e nas serenatas foram alvo de repressão. Eram considerados inconvenientes e prejudiciais por representarem fatores de degeneração social e moral bem como de perigo para a ordem pública. Coibir o jogo, sambas e serenatas que não raro levavam à bebida, competia à polícia que arbitrariamente e violentamente aplicava espancamentos, prisões ilegais, perseguições, desacatos às pessoas. Desaprovava-se veementemente os batuques africanos realizados pela população negra nos dias de carnaval, quando saíam em formas de clubes ou blocos tocando instrumentos e entoando música que lembravam a África. Entre 1905 e 1913, por decisão policial, foram proibidos de desfilarem. Esta intolerância se estendeu aos candomblés. Muitos terreiros foram alvo de invasão policial que, violentamente, depredava todo o acervo sacro dos seus rituais.

Neste turbilhão de acontecimentos "civilizadores", Manuel Querino decifrou nas entrelinhas das normas que se construíam na lógica da civilização e do progresso, o aspecto excludente, arbitrário e violento com que passaram a ser tratados os costumes e tradições populares, o mundo do trabalho, as artes, os africanos e descendentes mestiços, personificados nas figuras do povo pobre e negro. Condenou tais regras e se dirigiu na contramão do ideal hegemônico de higienização material e simbólica. Criticou o artificialismo provocado pelo modismo superficial ao passo que valorizava as práticas culturais do passado como forma de resistir às "picaretas" da civilização demolidora.

> Os homens seguem os riscados dos figurinos de Paris ou de New York, num snobismo encantador da mais alta parvoíce, que chega a ser fenomenal. Um tipo da moda agora é bem diferente da elegância de Petrônio, ou do príncipe de Sagan; Alcebíades, que foi cantado pelo aprimorado da vestia, hoje, talvez, não passasse de um ente vulgar, ante a distinção do corte do fraque de qualquer Narciso, que, às 3 horas da tarde, forma na esquina da Praça Rio Branco, a antiga de Palácio, vendo as donas passarem nos seus sapatos à Luís XV.[110]

Hábitos, tradições, comportamentos, preferências lúdicas e o próprio modo de trabalhar, especialmente das camadas populares, fortemente arraigados na alma e no corpo do povo, compondo uma estética própria, peculiar, resistiam às pressões civilizatórias impostas pelas elites desejosas por realizar o sonho tropical de civilização.

Manuel Querino debateu, através da sua reflexão crítica sobre o cenário que se forjava na República da civilização e da ordem, com as elites leitoras da sua produção literária. Demonstrou a superficialidade daquele movimento, ironizando sobre a

[110] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1946, p. 260.

incapacidade de mudar ou "civilizar" a alma popular, ridicularizando seus mentores e afirmando ser o Brasil um país autêntico, construído por negros, africanos, descendentes e mestiços, pelo povo, pelo trabalhador, verdadeiros construtores de "civilização".

Ao narrar sobre a importância do africano na construção do território nacional, como defensor, produtor da riqueza pelo seu trabalho, Querino destaca o seu caráter "estóico", de coragem e laboriosidade, exprimindo uma certa mágoa para com a nação por eles construída:

> Concorreu como auxiliar direto para a emancipação política do Brasil, de modo que conquistou a liberdade para aqueles que depois disso o conservaram na escravidão.[111]

Reafirmou a importância inquestionável do africano para a formação da civilização brasileira, apesar de ser costumeiramente rejeitada pelas elites "brancas".

> Trabalhador, econômico e previdente, como era, o africano escravo, qualidade que o descendente nem sempre conservou, não admitia a prole sem ocupação lícita e, sempre que lhe foi permitido, não deixou jamais de dar a filhos e netos uma profissão qualquer. Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil; foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc, competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira.[112]

Demonstrou a sua indignação para com o desprezo em que eram tratados os africanos e seus descendentes brasileiros, que, na República, eram vítimas constantes da perseguição policial. Ao narrar sobre as festividades da "Lavagem do Bonfim", Querino marcou a sua posição que reiterava a crítica aos desmandos republicanos para com o povo. Descreve o cenário de grande movimentação com a presença da população baiana independente da condição social. Todos participavam da festa com a animação peculiar.

> Nos salões aristocráticos a orquestra executava trechos escolhidos;nos intervalos, porém, apreciavam-se as belas modinhas de Chico Magalhães, Tito Lívio e Aragão da Cachoeira...[113]

Já nas "modestas vivendas aplaudiam os cantores e tocadores de violão, flauta e cavaquinho."

---

[111] Querino, *A Raça Africana e seus costumes na Bahia*, 1988, p. 33. Publicado em primeira edição nos Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Geografia em 1916.
[112] Querino, *O colono preto como fator da civilização brasileira*, 1988, p. 122. Memória apresentada no 6º. Congresso Brasileiro de Geografia de Belo Horizonte, e publicada em separata na Bahia em 1918.
[113] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, "A Lavagem do Bonfim", p. 115.

> Aqui, era o samba arrojado, melodioso, enquanto as morenas, entregues ao miudinho de fazer paixão, entoavam a chula:
>
> > Eu vou pedir a Iaiá
> > Licença p'rá passear,
> > Não posso ficar em casa
> > Nesta noite de luar.[114]

Descreveu em detalhes as danças do "sapateado popular", do samba, etc., enquanto marca a sua admiração pelas manifestações espontâneas do povo, em todos os seus trejeitos corporais. Admirador, testemunha, participante, analista, valorizava a "folia", a "alegria" do povo e diz:

> E nestes momentos de expansão que se pode admirar quanto é espontânea a inteligência do povo baiano.[115]

Na sua refinada crítica àqueles que pretendiam impedir as manifestações populares, Querino não poupou o clero:

> De longa data vinha o clero opondo barreira à continuação da lavagem do Bonfim. De mãos dadas com o governo, que via em qualquer manifestação popular, por mais simples, um ataque à sua estabilidade, a portaria de 9 de dezembro de 1889, do Arcebispo d. Luís Antônio dos Santos, deu golpe mortal, extinguindo-a.[116]

Apesar da proibição o povo reagira e no ano seguinte fez-se representar na lavagem como de costume:

> mas, a Guarda Cívica, estacionada à ladeira do Bonfim, arrecadou vassouras, violas, vasos de barro, harmônicas, e algumas praças, com ordens severas, diziam, muito cheias de si: "Hoje, aqui, não há lavagem'.[117]

Emitindo a sua opinião sobre a ação governamental contra as práticas populares, Querino dava seu testemunho:

> Acabassem com a bacanal no interior do templo, mas permitissem as diversões externas: os descantes ao ar livre, as chulas improvisadas de momento, o samba, ao som do cavaquinho e do violão, e entrecortadas de tiranas, entoadas pela voz dengosa das morenas cor de canela.
>
> O mais é matar as tradições desta terra, em que o povo sabe divertir e divertir-se.[118]

Em edital de 1909, o então chefe de Polícia Antônio Carlos de Souza Dantas, comunicava as deliberações relativas aos próximos festejos do carnaval. Entre tantas

[114] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, p. 122.
[115] Idem, p. 124.
[116] Idem, "A Lavagem do Bonfim", p. 125.
[117] Idem, pp. 125/126.
[118] Idem, p. 126.

recomendações, iniciadas pela proibição de bailes carnavalescos e exibição nas ruas de clubes ou cordões sem a prévia licença da chefatura de polícia, algumas podem ser destacadas:

> São proibidos as alusões ofensivas às autoridades civis, militares, eclesiásticas e ao decoro público, bem assim as vestimentas indecentes e que ofendam a moral;
>
> São proibidos, terminantemente, os cordões ou clubes de costumes africanos e os batuques.[119]

Os candomblés foram alvo de perseguição constante. Observa-se que a República recém-inaugurada sob a bainha de militares, estendeu ações de manutenção da ordem aos terreiros da Bahia, contribuindo para o estabelecimento de uma disputa de poder no corpo policial, constituído por elementos mestiços e muitos deles fiéis à tradição africana.

> Indo ontem o sub-comissário do 3º. distrito da Vitória, ao lugar denominado Engenho Velho fazer terminar um Candomblé que reinava desde domingo encontrou ali um outro sub-comissário que opoz-se (sic) a ordem daquele continuando assim o candomblé.
>
> Este fato deu-se em presença de patrulhas do sub-comissário do Rio Vermelho, o que mais ainda veio agravar a situação d'aquela autoridade.
>
> É de lamentar que sejam os agentes da força pública os primeiros a obstar que as autoridades zelosas cumpram os seus deveres.
>
> Em todo caso o digno dr. Chefe de polícia saberá discriminar as atribuições de cada uma dessas autoridades, em benefício da moralidade da mesma polícia que nos serve.[120]

Seguiu-se na imprensa diversas notas que confirmavam a política de saneamento simbólico para com as tradições africanas, especialmente aquelas relacionadas à sua religiosidade, em nome da civilização.

> Os candomblés – Moradores na Fazenda Garcia pedem-nos invoquemos a atenção da polícia para os candomblés que ali funcionam, desbragadamente, dia e noite, perturbando o repouso dos que moram nas suas imediações.
>
> Ao major sub-comissário do distrito da Vitória endereçamos estas linhas fazendo nosso o pedido dos moradores do Garcia, o qual se cifra nos seguintes termos:
>
> Se a polícia não quer acabar com semelhantes atentados à civilização desta capital, ao menos providencie para que seja respeitado o direito ao repouso noturno que, incontestavelmente, tem as famílias residentes nas vizinhanças desses candomblés.[121]

Ao que tudo indicava, este candomblé na Fazenda Garcia resistira às perseguições policiais e civis por um bom tempo, pois desde 1903 as notícias sobre ele

[119] *Diário de Notícias*, 19 de fevereiro de 1909.
[120] *Jornal de Notícias*, 31 de maio de 1893, p. 01
[121] *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1904, p. 02. Seção Queixas e Reclamações.

se sucederam nos jornais. E assim os candomblés na cidade pareciam florescer a cada esquina. Inúmeras queixas eram enviadas à imprensa e à chefatura de polícia. A imprensa de posicionava em relação "a essas infamíssimas reuniões, que a superstição mais tola se combina com a perversidade mais requintada para um resultado único – a prática constante de toda sorte de imoralidade."[122] Os policiais atacavam os distritos de Nazaré, Santo Antônio, Brotas, Sé, Rio Vermelho, Vitória com a violência peculiar, apesar de observar-se uma certa insatisfação por parte da população em relação a um certo "descaso" de subcomissários de polícia. Este foi o caso do candomblé que funcionava no distrito de Nazaré.

> A Polícia do distrito de Nazaré, auxiliada pela do primeiro distrito de Brotas, pôs cerco ontem, à note, em candomblé, que funcionava furiosamente, na cerca de duas semanas, dia e noite, na ladeira de Nazaré, e aí prendeu a quantos encontrou na prática do culto fetichista, remetendo-os para a casa de correção.
>
> Até aí, parece que a polícia assim agindo, só merece louvores, pois não há espírito medianamente cultivado que não condene dentro da cidade essas repugnantes cenas selvagens, onde tantas vezes são sacrificados os princípios da moral e da higiene pública.
>
> Entretanto, segundo somos informados por pessoa criteriosa, a enérgica repressão que a polícia levou ontem àquela perniciosa bacanal, com o grande aparato de força de cavalaria e de infantaria, o terror infundido a toda vizinhança, gritos de crianças, homens e mulheres arrastados pelas ruas e pisados pelas patas de cavalos, tudo isso seria evitado se a autoridade do distrito de Nazaré não houvesse concedido licença ao 'donos do terreiro' para se divertirem durante quatro dias.[123]

Três anos mais tarde, o mesmo Diário censurava o assentimento do "desidioso" sub-comissário de Nazaré que morava próximo ao local em que "se pratica escandalosamente um candomblé!..." Associava-se candomblé a roubos e crimes. Nesta notícia, o referido jornal questionava:

> O candomblé já faz parte das nossas instituições?... Parece que sim, porque muito perto da casa do sr. Sub-comissário de Nazaré, na rua do Alvo, no. 160, existe um candomblé ruidosíssimo, incomodando todo o distrito.[124]

Manuel Querino não se calou diante das atrocidades aplicadas às manifestações culturais de matriz africana. Articulou as dimensões sociais e políticas ao modo desdenhoso e violento como era tratado o povo trabalhador, o negro, o pobre. Afirmou através dos seus escritos que a sociedade brasileira era composta de elementos africanos e seus costumes estavam arraigados no comportamento do

[122] *Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1906, p. 02.
[123] *Diário de Notícias*, 15 de outubro de 1904, p. 01.
[124] *Diário de Notícias*, 05 de fevereiro de 1907, p. 01.

brasileiro. Demonstrou, através de alguns ensaios, que o africano tinha uma história que começava na África e chegava ao Brasil pela escravidão imposta pelo branco europeu. Em "A Raça Africana e seus Costumes na Bahia", trabalho apresentado, em 1916, no 5º. Congresso de Geografia realizado em Salvador, Querino afirmou:

> Incontestavelmente, o feiticismo africano exerceu notória influência em nossos costumes; e nos daremos por bem pagos se o reduzido material que reunimos puder contribuir para o estudo da psicose nacional do indivíduo e na sociedade. E, aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas.[125]

Manuel Querino se insurgira contra as idéias racistas em voga, as quais consideravam os negros como raça inferior em detrimento da branca superior. Querino explicava, à luz do evolucionismo social, que todos os povos haviam passado pelos estágios primitivos e sido subjugados pela tirania da escravidão. No caso brasileiro, foi o português que transformara o africano em "máquina inconsciente do trabalho, sem retribuir-lhe o esforço, antes torturando-o com toda a sorte de vexames."[126] Apesar das lutas culturais, políticas, sociais travadas contra o modo de viver africano, este já fazia parte da sociedade brasileira.

> Muitos dos costumes que ora passamos a narrar deitaram raízes profundas no nosso meio; outros desapareceram por incompatíveis com o cristianismo dominante; outros modificaram-se tanto e se infiltraram tão sutilmente através da massa cosmopolita das nossas populações, que muito dificilmente se lhes reconhecem traços na vida da nossa sociedade atual.[127]

Outros trabalhos apresentados em forma de artigos tiveram a intenção de declarar a forte presença africana no comportamento nacional, afirmando a importância do seu conteúdo cultural para a formação da sociedade brasileira. Ao descrever o ritual praticado nos terreiros de candomblé, identificando orixás, o peji, as formas de tributos prestados aos orixás, as crenças, despachos, as hierarquias, Manuel Querino explicitou a integração de tais costumes estendidos ao comportamento das elites.

> O culto religioso aqui professado pelos africanos era uma variante do sabeísmo, com adições extravagantes de objetos e sinais tão confusos quanto bizarros.
>
> Esta circunstância, porém, não obstou a que ele ficasse entranhado em nossos costumes, de modo que os descendentes mais diretos da raça negra ainda conservam

[125] Querino, *A raça Africana,* Op. Cit., 1988, p. 22-23;
[126] Idem, p. 23.
[127] Idem, p. 24.

> as práticas desse rito, sem que, de todo, pessoas de outras classes as abominem, antes as observam, quanto possível, clara ou veladamente.[128]

Reforçando os aspectos da existência original de uma sociedade com seus costumes e crenças e da violência arbitrada contra os africanos ao aportarem no Brasil, Querino se esforçou em provar a capacidade cultural do negro:

> O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habituado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, conseqüência fatal aos povos em sua infância.[129]

Querino procurou mostrar a complexidade existente no culto africano e a capacidade do africano de articular as suas crenças àquelas impostas pelo branco. Ao escrever "Candomblé de Caboclo" Querino demonstrou ser a religiosidade brasileira uma amálgama das três formas de superstições presentes entre os brancos europeus, o negro africano e os indígenas.

> A catequese dos missionários proporcionou-lhes (aos indígenas) orientação diferente, baseada nos fastos (sic) do Catolicismo. De fato, o silvícola aceitou com agrado manifesto a nova doutrina, principalmente pelo efeito ou sedução da música.
>
> (...)
>
> Da fusão dos elementos supersticiosos do europeu, do africano e do silvícola originou-se o feiticismo conhecido pelo nome de "Candomblé de Caboclo", bastante arraigado entre as classes inferiores desta capital. [130]

Dentre os locais que residiu, é representativo o lugar denominado "Cidade de Palha" nos arrabaldes da cidade do Salvador.[131] Ali existia um candomblé, o qual, em 1904, fora alvo de perseguição policial, quando foram apreendidos objetos do culto e fora detido o dono do terreiro, Bernardino.[132] Sobre a crueldade com que eram tratados os candomblés pelas forças policiais, enquanto caso de polícia, Querino deixou registrado em documento manuscrito acontecimentos que envolveram o local onde residia – Matatu Grande, distrito de Brotas e outro na Barra no ano de 1920:

---

[128] Idem, p. 34.
[129] Querino, *A Raça Africana*, Op. Cit., p. 35.
[130] Querino, "Candomblé de Caboclo", *Revista do IGHBA*, p. 235, no, 45, 1919.
[131] A antiga "Cidade de Palha", atual bairro da "Cidade Nova", localizava-se nos arredores do atual bairro denominado "Baixa de Quintas" onde está o Solar "Quinta do Tanque", que pertenceu aos jesuítas e abrigou um leprosário, cujo edifício do século XVIII atualmente abriga o Arquivo Público do Estado da Bahia. Ali também está localizado o cemitério das Quintas. Concentra um comércio de peças de automóvel e é caracterizado pela moradia popular. A "Cidade de Palha" era assim denominada por ali terem sido construídas diversas casas de "sopapo" cobertas de palha, que serviam de residência das classes populares, compostas em sua maioria de negros e mestiços com ocupações variadas – pedreiros, sapateiros, fabricantes de charutos, feirantes, engraixates, marceneiros, entre outras. Dados de entrevista com os Srs. David de Oliveira Leite e Humberto Rangel. Salvador, 6 de fevereiro de 2004.
[132] *Diário de Notícias*, 12/11/1904, p. 02.

> Há no Matatu Grande, distrito de Brotas, nesta Capital, uma casa, onde os crentes no feiticismo festejam os seus santos. Em a noite de 18 de maio de 1920, o delegado auxiliar bacharel Pedro de Azevedo Gordilho, cercou a dita casa, com praças de cavalaria, e, ai cometeu as maiores arbitrariedades possíveis. Espancou os assistentes e levou presos, sendo que as mulheres seguiram amarradas, acompanhando o trote dos cavalarianos até a estação. Os soldados por ordem do referido delegado cometeram proezas: arrebentaram todo o vasilhame que encontraram, quebraram cadeiras, guarda roupa, arrombaram os baús e conduziram toda a roupa que encontraram, dinheiro, objetos de prata, um anel com brilhante, a mobília ficou em estado deplorável. Foi mais um saque do que uma diligência policial.
>
> No dia 26 de agosto faleceu fulano de tal da Hora proveniente de agravação da moléstia que já tinha pelas pancadas que levou, sendo encontrado no Candomblé do Procópio.
>
> Em 16 de agosto do mesmo ano a autoridade acima cercou com o mesmo intuito a de Catharina, na Barra e fez a mesma limpa nos objetos encontrados e mais cento e tantos [sic] réis que encontrou. Entre outras coisas uma pequena caixa de 0,20 de altura por 0,40 de comprido, toda de metal. Em cima da caixa havia um pequeno caboclo armado de arco e flecha, rodeado por outros menores. A caixa continha uma faca e diversos instrumentos agrícolas todos de metal. ...[133]

No conjunto da sua obra as temáticas que abordou sobre costumes e tradições coloniais de origem portuguesa e africana possuíam um forte conteúdo político, destacadamente relacionadas à luta pela liberdade. Ao narrar sobre a ação colonizadora dos portugueses, observou ter sido o índio insubmisso ao revoltar-se

> contra a tirania de que fora vítima, com a exploração das sua atividades nos trabalhos da lavoura.
>
> Começaram então as lutas para a submissão dos silvícolas, as quais nem os próprios jesuítas conseguiram obstar ou atenuar.
>
> (...)
>
> Com semelhante modo de colonizar, preferiram, pois, os pobres íncolas americanos refugiar-se entre os animais bravios, onde a liberdade fosse o mais valioso apanágio da sua vida errante.[134]

A sua preocupação com os destinos sócio-politicos dos trabalhadores baianos foi constante. A obra que produziu atestou o seu posicionamento em favor da valorização social e política da classe trabalhadora constituída por artistas, artesãos, trabalhadores manuais, prestadores de serviços, etc. Defendeu a sua organização partidária e conseqüente participação ativa nas decisões políticas que a ela interessava, demonstrou a sua capacidade produtiva em função dos talentos inquestionáveis existentes no mercado de trabalho baiano e a necessidade de valorizar

[133] Documento inédito, manuscrito, intitulado "Acontecimentos policiais nos Candomblés, em 1920, relatado por Manoel Raimundo Querino". Provavelmente datado de 1921. IGHBA, caixa 05, doc. 56.
[134] Querino, *O Colono Preto com fator de Civilização*, Op. Cit., 1988, p. 111.

o potencial presente nesses talentos dando-lhes oportunidades de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

O ideal de civilização colocou em xeque o mundo do trabalho. Além de buscar-se disciplinar os espaços da cidade pela delimitação e disciplinarização do seu uso por parte de ambulantes, feirantes, prestadores de serviços de transporte, por exemplo, foi o período em que as obras de construção civil substituíram os antigos mestres-de-obra pelos engenheiros e arquitetos. Ou seja, o ideal de civilização também alterou o mundo do trabalho fazendo desaparecer os antigos artífices, artesãos, artistas da cena produtiva dando lugar aos operários desqualificados e despossuídos de saber e ferramentas. Foram substituídos pelos técnicos respaldados na ciência e transformados velozmente em proletários cada vez mais empobrecidos e excluídos do circuito produtivo. Assim, o mundo do trabalho manual, já tensionado pelo preconceito advindo com a escravidão, expirava diante da técnica e da ciência enquanto elementos que norteavam os rumos da civilização e do progresso.

Cobrava-se a presença de artistas especializados para avançar nas obras de remodelação. J.J. Seabra exigia a urgente obtenção de profissionais qualificados em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Europa. Afirmava não existir na Bahia elementos que pudessem contribuir para a urgência de remodelação e de saneamento da cidade.[135] A construção dos novos edifícios levaram os créditos dos mais notáveis técnicos italianos chegados à Bahia após 1912. O Secretário Geral Arlindo Fragoso e o intendente Júlio Viveiros Brandão buscaram em São Paulo

> arquitetos, pintores, decoradores e artesãos especializados. Com o fito de mudar, como pretenderam e em parte conseguiram, a grave e tranqüila fisionomia plástica de Salvador. Os Chirico, os Conti, os Santoro, os Rossi, os Sercelli e tantos outros, diferentes entre si nos mesteres e nos méritos,trabalhando com afinco, brindando a cidade ora de bronzes e mármores duradouros...[136]

Este foi um dos temas abordados por Manuel Querino nas críticas que destinou aos rumos da República ao identificá-los divorciados dos interesses das classes trabalhadoras. Observou que, naquele ambiente de modernização, as artes e os artistas locais eram colocados a reboque das ambições civilizadoras, neste sentido confundidas com valores de características industriais. Diferentemente do período monárquico, no qual o incentivo à qualificação de artistas era uma prática adotada em

[135] LEITE, Op. Cit.
[136] *Parecer no. 10/82. Proposta de Tombamento Estadual do Palacete Comendador Bernardo Martins Ctharino*... por Godofredo Filho, 6 de julho de 1982, p. 1.

todo o Império, artistas eram subvencionados para estudar na Europa pintura, música, arquitetura e engenharia civil com o objetivo de proteger e animar a cultura artística. Na Bahia dois exemplos podem ser destacados quanto ao interesse de promover o aperfeiçoamento das artes e de artistas: o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes que contaram sempre com apoios públicos e privados para o seu desenvolvimento.[137]

> O Lyceu e a Escola de Belas Artes eram contemplados também como instrumentos de educação do povo de quem se respeitavam os intuitos nobres.
>
> Dos arsenais de marinha e guerra, as maiores oficinas públicas, saíram operários distintos, de cujas aptidões deram sobejas provas, por ocasião da Guerra do Paraguai, quando o governo geral os removeu para o Rio de Janeiro, a fim de trabalharem nas construções navais, sem nos referirmos às obras aqui executadas.
>
> (...)
>
> As artes mecânicas tiveram progresso relativo; e a prova está, entre muitas outras, no artefato denominado Multiforme, peça engenhosa que se multiplica em dezenove móveis diferentes, invenção do marceneiro José Polybio da Rocha, trabalho este que, depois de exibido na exposição de Viena d'Áustria, em 1875, fora comprado e oferecido ao Papa Pio IX, por ocasião do seu jubileu.[138]

Como artista, Querino não deixou de constatar as dificuldades experimentadas pelos artistas, neste sentido trabalhadores manuais de uma forma geral, e pelas artes na Bahia com o advento do novo regime:

> No regime republicano, divorciado o poder público do elemento popular, tem-se refletido nas artes o lamentável choque do desprezo. Como que assistimos ao espetáculo desdenhoso, em que o mando desorientado das conveniências pessoais, desalojou o acendrado patriotismo de outras eras. Ninguém adquire um quadro; não se encomenda uma obra de escultura; o entalhador circunscreve-se a ligeiros trabalhos de marcenaria.
>
> (...)
>
> Com o fechamento dos arsenais, os menores aprendizes, os futuros operários, foram abandonados à prática do vício; longe de ser uma medida econômica tornou-se a sórdida conveniência especuladora de uns tantos laboriosos e diligentes, aos quais foram entregues todo o trabalho do exército e armada, para que a firma comercial do Rio de Janeiro, "Lage & Companhia" explorasse com a ganância da época, o que devera ser distribuído por muitos, e por preço módico. É por esse processo que a perversidade se ostenta e zomba dos infelizes heróis do trabalho, entregando ao abandono verdadeiras vocações artísticas. Sem o favor oficial ou sem o poderoso auxílio da munificência particular, será difícil, senão impossível, ao artista obscuro e pobre honrar a pátria.[139]

[137] Querino, *As Artes na Bahia*, 1909.
[138] Idem, ibidem, p. 7.
[139] Querino, *As Artes na Bahia,* 1909, pp. 7/8.

A sua indignação para com o desprezo com que eram tratados os trabalhadores nacionais foi expressamente abordada em diversas passagens da sua obra. Especialmente em se tratando de uma época em que o valor a tudo que vinha do estrangeiro era superior às práticas da cultura nacional. Assim, Querino reafirmava a sua amargura diante dos limites da participação política do operariado, da sua desvalorização enquanto profissionais e da falta de oportunidades de se promoverem socialmente. Ao analisar a trajetória política do operariado baiano, observou que era facilmente manipulado pelos poderosos em um contexto que envolvia não somente o jogo das elites mas a própria incapacidade do operário de reconhecer-se como "fator importante [...] do progresso social".[140]

São atirados às margens, rebaixam-se, descuram dos seus interesses e são oprimidos em seus direitos. Assim era a situação dos operários, trabalhadores, artistas que se viam rejeitados no mercado de trabalho, excluídos dos direitos sociais e políticos, empobrecidos e a caminho da mais completa miséria. A República expurgava os trabalhadores como forma de negar o seu passado escravista e o seu presente mestiço.

> A Bahia que, no período de mais de dois séculos, foi o foco produtor de artistas e obras de arte, que abasteceram todo o país; a Bahia, onde todos nascem artistas, importa, hoje, escultores de obras em barro, e marceneiros, como se não possuísse artistas e operários de provada competência, para desempenhar todas as especialidades exigidas pela natureza desses trabalhos.[141]

Foi um crítico audacioso, pois não poupou a classe artística a qual integrava nem tampouco as elites dirigentes. Avaliando o pouco compromisso dos trabalhadores para com o destino da classe, tendo em vista a falta de preocupação com a sua qualificação e aperfeiçoamento, o que era prejudicial aos seus interesses, enquanto eram tratados como "frutos pecos da sociedade", Querino questionava:

> Nestas condições, que importância, que nobreza podem emprestar à arte os operários que colocam a dignidade pessoal ao serviço e ao soldo da especulação política?
>
> Do mesmo modo que não me eximo de defender, embora sem brilhantismo, os direitos da classe operária, reivindicando-lhe as esquecidas prerrogativas, assim também, por dever de lealdade e de independência de opinião, sou levado a assinalar estas verdades.
>
> E muito satisfeito ficarei se elas não agradarem a muitos dos meus colegas de classe.[142]

---

[140] Querino, *As Artes na Bahia*, 1913, p. 156.
[141] Idem, ibidem.
[142] Grifos meus. Querino, As Artes, 1913, p. 157. Sobre o debate que estabeleceu com a classe operária ver Capítulo IV deste trabalho.

Sua crítica direcionada aos rumos republicanos foi intensificada ao atacar diretamente o governo Affonso Pena (1906-1910). O então presidente da República se auto-considerava "o primeiro operário da nação." Para Querino "operário do mal" e intitulado de "donatário do burgo Brasil". Subindo e descendo de Petrópolis, entrava na Baía de Guanabara "cheio de emanações perfumosas" sob "continências do batalhão naval, ao som de cornetas e do hino nacional executado por banda marcial", desfilando em direção ao Catete em sua carruagem escoltada "por um piquete de cavalaria." Este era o homem que desgovernava o país em direção ao seu rebaixamento, conforme Querino. Arruinava as finanças, aniquilava o país, destruía-o como "uma formiga, que em pouco tempo devasta a plantação vistosa do lavrador laborioso; e bem assim, por um trabalho infernal, persistente, derruba prédios bem edificados."[143]

Atacou o governo comparando-o aos últimos Césares no declínio do Império Romano, ao tempo em que destacava a sua falta de popularidade e desagravo com que era tratado pelo povo. Assim reafirmou o seu testemunho:

> S. Ex. há testemunhado as manifestações de desagrado que vão n'alma popular, indício da antipatia que tem despertado o seu mau governo; até mesmo vitoriando seus ministros, em sua presença, como um esforço patriótico.
>
> O povo sabe que "o trabalho é a pedra angular do mundo moderno; é a alavanca do progresso ao serviço da humanidade; o agente infatigável de todas as civilizações."
>
> Portanto, não se conformam com os trabalhadores do mal as formigas sociais.[144]

[143] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 158. O contexto do governo Affonso Pena foi marcado pela intensificação da política de valorização do café, iniciada no governo Rodrigues Alves (1902-1906) e institucionalizada pelo Convênio de Taubaté, e seus desdobramentos seguintes, os quais reafirmaram a política de intervenção direta do governo federal na defesa dos interesses dos cafeicultores, no sentido de minorar a crise de superprodução e manter estáveis os preços no mercado internacional. Affonso Pena tentou dar um caráter pessoal ao seu governo o que acirrou disputas entre interesses políticos de São Paulo e Minas Gerais. No período do seu governo aprofundaram-se os problemas sociais agravando-se a situação econômica da classe trabalhadora pelo aumento do desemprego, pela inflação e aumento do custo de vida e manutenção de salários baixos, impulsionando-a à luta por direito ao trabalho, aumento de salários e contra a carestia. Houve o ascenso do movimento operário como conseqüência também do crescimento do número de operários estrangeiros através de greves e outras formas de luta reivindicatória. Foi quando se institucionalizou a repressão ao operariado com a lei de expulsão de "agitadores estrangeiros" e a lei sindical (1907) e pela perseguição policial. Em 1906 foi realizado o primeiro Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, a partir do qual verificou-se nítido aumento das lutas operárias (1906-1913) e nasceu a Confederação Operária Brasileira (março de 1908) subsistindo até 1912. O movimento operário foi caracterizado pelo grande número de greves e de lutas por categoria, sejam generalizadas nas cidades e em certos Estados, sejam em pequenos conflitos restritos a uma fábrica ou oficina. Na Bahia as ações paredistas ressurgem em 1907, mantendo-se com certa regularidade até 1918, observando-se um relativo ascenso das mobilizações operárias. Entre 1906 e 1910 ocorreram 13 greves, envolvendo diversas categorias, dentre as quais se destacaram trabalhadores dos transportes urbanos e da construção civil, portuários, marítimos, fumageiros, têxteis, ferroviários. Sobre o movimento operário na primeira República ver HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor*. História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20).* 2. edição. São Paulo: Ática, 1991; FONTES, José Raimundo. *Manifestações Operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930*). Salvador: UFBA, 1982 (Dissertação de mestrado em ciências Sociais na UFBA); SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais: Salvador (1890-1930*). São Paulo: USP, 1982. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP); CARONE, Edgard. A *República Velha: I instituições e classes sociais (1889-1930*). 4. edição. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A. 1978.

[144] Querino, *As Artes*, 1913, p. 159.

O projeto civilizador perseguido e aplicado durante a República Velha atacou diversas frentes na batalha pelo saneamento social e cultural. Envolveu preferencialmente aqueles que não estavam incluídos do projeto republicano. Voltou-se para enfraquecer, expurgar, negar o passado escravista, o passado do atraso cultural, o passado da formação de uma cultura peculiar que plasmava a identidade do povo brasileiro. Uma identidade marcada pela presença intensa de africanos, de mestiços brasileiros, do povo trabalhador que insistia em perambular pelas ruas, em mostrar a pobreza; que resistia apesar de todos os infortúnios materiais e simbólicos a que era submetido.

◊ O "branqueamento" na rota civilizadora

Entre o saneamento material e o social estava colocada a questão racial como problema a ser resolvido no âmbito do projeto civilizador. A política de branqueamento no Brasil havia sido colocada na pauta ideologizante das elites, desde a segunda metade do século XIX. A partir de 1870 a importação de ideologias raciais baseadas em modelos evolucionistas e social-darwinistas de países colonialistas centrais – França e Inglaterra - se intensificou. As elites tropicais aderiram às teses raciais como modelos explicativos a serem seguidos em função do atraso tecnológico atribuído ao grande contingente populacional de não-europeus e ao índice majoritário de mestiços. O clamor pela civilização dos costumes estava associado à extinção de hábitos primitivos relacionados aos negros africanos e descendentes. O propósito era de, em nome do progresso e da civilização, eliminar-se cultural e demograficamente os elementos africanos da população brasileira. A sua existência significava "atraso" que deveria ser superado pelo "saneamento racial".

A sociedade brasileira era estigmatizada pelos europeus ao ser comparada ao "primitivo" continente africano, no sentido de reforçar a sua inferioridade em função da sua composição racial de matriz africana. Era necessário superar tal estigma melhorando o seu perfil demográfico. Para tanto, teorias racistas foram adaptadas para justificar a eliminação cultural e demográfica de elementos africanos da população brasileira.

A crise do escravismo ameaçara a manutenção das hierarquias sociais baseadas nas relações sociais e de produção escravista, provocando, por parte das elites, a busca por um novo argumento justificador das diferenças sociais. Uma das questões que nortearam o desmonte do sistema escravista eram as problemáticas da substituição e do destino da mão de obra egressa do cativeiro.

Evolucionismo social, positivismo, naturalismo e social-darwinismo foram teorias adotadas no Brasil para fundamentar a interpretação da cultura nacional que explicasse os contrastes com as heranças metropolitanas e sua origem colonial. O ideário cientificista foi adotado como dogma religioso aplicado em programas de higienização e saneamento urbanos. A Europa garantira a autoridade científica sobre o resto do mundo, o que lhe favorecia a elaboração da tese da sua superioridade racial como justificativa das conquistas econômicas e políticas que realizava sobre os povos "inferiores", exportando-a e transformando-a em corolário facilmente assimilado.

As teorias raciais, embutidas e explicitadas nas práticas imperialistas de dominação européia, foram adaptadas no Brasil e aplicadas como forma de garantir a aproximação ao mundo europeu, a partir da crença da inevitabilidade do progresso e da civilização. Paradoxalmente, enquanto tais teorias difundiam uma visão pessimista sobre a inviabilidade do Brasil, por ser uma nação composta por raças mistas e por isto "degeneradas", as elites tropicais, mestiças, buscavam superar o mal-estar em aplicá-las na especificidade de um país totalmente miscigenado.[145] Assim a imprensa local se manifestava em relação à "praga" do "feitiço e candomblé", associando-a ao projeto civilizador na perspectiva racial, solicitando ao chefe de Polícia "um belo ato de saneamento moral proibindo os candomblés".

> A população da Bahia, por sua educação colonial, em que o escravo africano representou papel muito saliente, exercendo sua influência deletéria mesmo depois que nos constituímos em nação independente e julgamos ter entrado definitivamente para o grêmio da civilização; a população da Bahia, cuja educação doméstica ainda hoje sofre, em grande parte, as conseqüências do fanatismo bárbaro e revoltante, que alimentado nos eitos e nas senzalas, passava facilmente às próprias famílias dos senhores, continua, infelizmente, a participar dos vícios, dos prejuízos que herdamos, neste particular, das gerações que nos antecederam.
>
> Somos um povo de fetichistas e de fanáticos...[146]

[145] Estudos sobre a importação e adaptação no Brasil de idéias raciais européias ver SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
[146] *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1908.

Os auto-reconhecidos “homens de sciencia” adotaram modelos evolucionistas, em especial social-darwinista, atualizando o que combinava e descartando o que era problemático, gerando, por sua vez, um argumento racial adaptado à realidade brasileira. Assim, foram adaptados elementos que justificavam a existência de uma hierarquia natural, comprovando a inferioridade da maioria da população negra e mestiça, e descartados outros que agrediam os “infortúnios da miscigenação”, uma vez ser a sociedade brasileira multirracial, com a presença do mulato no seio das elites.[147] Foram teorias que serviram como justificadoras das diferenças essenciais entre os homens, respaldando a conservação e definição de uma identidade nacional já cristalizada nas hierarquias sociais agro-escravistas.

Sob a ótica do evolucionismo social (ou antropologia cultural ou etnologia social), enquanto modelo universal aplicado a todas as organizações econômicas e sociais, todas as formações culturais seguiriam necessariamente etapas sucessivas de progresso, no sentido da superação dos estágios mais simples e chegada aos mais complexos. Para o darwinismo social (ou determinismo racial ou teoria das raças), a miscigenação foi entendida de forma otimista, ao encará-la em seu ideal político de submissão ou possível eliminação das consideradas raças inferiores - negros – dando lugar à política eugenista que previa a intervenção na reprodução das populações em seu crescente branqueamento.

A nação republicana brasileira passava por um processo de crise identitária no contexto da nova ordem social e política. Era necessário negar o passado em alguns dos pontos considerados críticos. Negar a tradição africana significava afirmar a inferioridade do negro, por sua vez associada à condição de escravo e de instrumento de trabalho. Passou a ser identificado como grupo étnico-racial inferior. Respectivamente, era importante afirmar valores europeus, considerados superiores porque de brancos. Nesta lógica, a elite brasileira auto-identificou-se como branca, assumindo características de superioridade étnica.[148]

O preconceito racial emergia enquanto categoria histórico-sociológica construída pelas elites brasileiras, auto-referenciadas de “brancas”, a partir da visão luso-brasileira, cujos padrões ideais de civilização baseavam-se no eurocentrismo – no sentido do europeu “superior” - contra a inferioridade dos asiáticos, africanos e americanos. No

[147] SCHWARCZ, Op. Cit.

[148] Sobre a discussão da formação de uma identidade afro-descendente ver o trabalho de FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

Brasil, as categorias de "branco" e "negro" foram adotadas não apenas como biológicas, mas sobretudo como sócio-políticas.

O 13 de maio rompera o equilíbrio político que havia conservado distante os escravos, considerados bárbaros, das elites personificadas nos senhores. O pós-abolição suscitou temores de turbulência social por parte das autoridades e elites proprietárias. Esbarrou-se, então, nas formas legalistas do liberalismo quanto ao nivelamento jurídico entre senhores e escravos. Os negros tornaram-se livres, porém não iguais. A República veio reafirmar o descompasso entre o passado glorioso respaldado na monarquia e na escravidão. Tornou-se imperativa a criação de mecanismos diferenciadores que mantivesse cada um no lugar social devido. Medidas repressivas foram imediatamente adotadas. A preocupação com criminosos urbanos se tornou a tônica da re-arrumação social no pós-abolição em detrimento de políticas públicas que visassem solucionar as conseqüências sociais advindas da abolição. A força policial foi ampliada e as perseguições aos pobres, às manifestações culturais populares e africanas, ao negro indigente se tornaram rotina da civilização soteropolitana. A lógica interpretativa das diferenças raciais veio suprir a ameaça de perda da posição hegemônica das elites tradicionais, bem como frear uma iminente supremacia da raça negra. O jogo da capoeira, os batuques nos terreiros de candomblés, as organizações carnavalescas, entre outras expressões do modo de vida popular e africano foram sistematicamente perseguidas. A saída era civilizar o país no sentido de branqueá-lo.

Manuel Querino não deixou passar desapercebido no seu repertório intelectual algumas das manifestações culturais populares que se viam ameaçadas de extinção no contexto republicano. Deixou registrado em seus escritos diversas narrativas descritivas das práticas populares de expressão religiosa, festiva, cotidiana. O jogo da capoeira foi uma dessas manifestações que utilizou como argumento de comparação a outras manifestações culturais dos "povos cultos" ou "civilizados". Outros povos também tinham o seu jogo de capoeira, apesar de adotarem outras denominações: "o português joga o pau; o francês, a savata; o inglês, o soco; o japonês, o jiu-jitsu, à imitação dos jogos olímpicos dos gregos e da luta dos romanos."[149] Procurou demonstrar que a prática do jogo africano tinha sua relação com os modos de expressão cultural em todos os povos civilizados. Afirmava, desta forma, que o jogo

[149] Querino, *A Bahia de Outrora*, "A Capoeira", 1916, p. 58.

africano tinha um significado próprio, independente de qualquer valor que pudesse ser conferido a esta ou aquela prática, impondo-se valores diferentes – uns superiores e outros inferiores.

O jogo de capoeira, no Brasil, interessava não somente aos indivíduos da camada popular, mas também às pessoas de representação social, conforme Querino. Isto se dava a partir de algum interesse específico: como meio de desenvolvimento e de educação física; útil em determinadas ocasiões, a exemplo da sua utilização em momentos de extremo perigo durante a Guerra do Paraguai, em episódios que envolveram dois capoeiras amadores – Cezário Álvaro da Costa e Antonio Francisco de Melo – os quais alcançaram sucesso em batalhas a favor do Brasil. O governo da então Província incentivara a ida de inúmeros capoeiras – "muitos por livre e espontânea vontade, e muitíssimos voluntariamente constrangidos. E não foram improfícuos os esforços desses defensores da Pátria, no teatro da luta, principalmente nos assaltos à baioneta."[150]

> E a prova desse aproveitamento está no brilhante feito d'armas praticado pelas companhias de Zuavos Baianos, no assalto ao forte de Curuzu, debandando os paraguaios, onde galhardamente fincaram o pavilhão nacional.[151]

Querino procurou demonstrar os paradoxos existentes em torno da capoeira como um dos exemplos de práticas populares negadas pela República. Ao descrever o ritual que envolvia regras a serem rigidamente cumpridas pelos capoeiras na defesa pessoal, de grupo, de território diante da ameaça de agressões, invasões e outras formas de violência contra o povo oprimido, deixou entrever a importância social deste jogo para as classes populares, constituídas por africanos e descendentes, a sua utilidade para as forças governamentais quando necessário, bem como a perseguição que sofreu a partir do reconhecimento pelas forças políticas e policiais do seu iminente perigo para a sociedade. Era uma arma de defesa que dificultava os ataques e perseguições policiais contra esta prática tida como "bárbara". Assim Querino concluía sua narrativa:

> No Rio de Janeiro, o capoeira constituía um elemento perigoso; tornando-se necessário que o governo, pela portaria de 31 de outubro de 1821, estabelecesse castigos corporais e providências outras, relativas ao caso.[152]

[150] Idem, p. 61.
[151] Idem, ibidem.
[152] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, p. 61.

A questão racial se transformou em problema de saúde pública que envolvia desde as epidemias aos atos criminosos. O cruzamento racial explicava a criminalidade, loucura, degeneração, cuja teoria tinha inspiração no pensamento de Lombroso da Escola Antropológica Italiana de Criminologia, cujo principal discípulo brasileiro foi Nina Rodrigues. Os fatores de infração penal para Lombroso estavam diretamente relacionados ao meio ambiente, à hereditariedade e às estruturas econômicas. Neste sentido, o conceito de punição ultrapassou as bases jurídicas alcançando as explicações sociológicas. No início da República observou-se a interface da criminalidade com a questão racial.[153]

Os diversos mecanismos de exclusão do negro, africano e brasileiro afro-descente, foram aplicados nas dimensões materiais e simbólicas. Barreiras foram erguidas à inserção no mercado de trabalho, negando-se o lugar a ser ocupado pela mão-de-obra do negro e incentivando-se a imigração de trabalhadores europeus. A questão política de substituição de braços havia sido colocada desde 1850 com a extinção do tráfico de escravos. Os republicanos se comprometeram firmemente em promover o desenvolvimento econômico com mão de obra importada da Europa, aprofundando a política imigratória como estratégia de possibilitar a inserção de brancos europeus, tidos como civilizados, ao Brasil que marchava em direção ao progresso material e à civilização.Ou seja, as questões da mão-de-obra e do perfil racial do brasileiro estavam intimamente ligadas e a imigração européia seria uma forma de melhorar a composição racial. Justificava-se a falta de competência, de habilidade, de talento por parte do negro por ainda se situar na condição de semi-bárbaro e primitivo. Era considerado indolente e incapaz de "civilizar-se". Era um argumento que fortalecia a tese do branqueamento, comprovada pelas cenas de violência praticadas pelas forças policiais que reforçavam a imagem do negro atrasado e anti-social e incentivavam a elite para trabalhar por um Brasil mais branco.

Querino mais uma vez procurava demonstrar o oposto.

> O africano desempenhou, entre nós, o papel de burro de carga, de mau tratamento. Era pau para toda a obra; no serviço doméstico, na lavoura, nas artes mecânicas, principalmente nas de construções; nas artes liberais, como auxiliar, sem brilho, é verdade, mas, com esforço profícuo.

[153] Sobre o racismo científico e as idéias raciais aplicadas na Bahia ver COSTA, Iraneildson Santos. *A Bahia Já deu Régua e Compasso: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. Salvador: UFBA, 1997 (Dissertação de Mestrado em História).

> Aplicava sanguessugas, sangrava, tirava ventosas, cortava cabelo, fazia barba, remava saveiro, acendia o lampião, era magarefe e açougueiro, tirava dentes, carregava cadeirinha de arruar, tudo em proveito do senhor, enquanto não adquiria liberdade.
>
> Não tinha tempo a perder; nas horas vagas, estudava música de oitiva, constituindo os chamados Terno de Barbeiros. Apesar disso, sobrava tempo para os LEVANTES, que tanto deram que fazer às autoridades da época.[154]

Simbolicamente, a exclusão foi viabilizada pelas idéias racistas, supostamente científicas. A ciência fertilizara o terreno para fazer florescer o racismo científico com o vigor político, social, cultural e econômico. A crença na superioridade do branco e na inferioridade do negro se tornou o ponto central das análises a respeito da definição do povo e da nação brasileiros. Raça e nacionalidade faziam parte de uma única preocupação no processo de construção da identidade brasileira, em torno da definição do povo como população de mestiços.

A Ideologia do branqueamento pulsou no ideal racial brasileiro e baiano em particular. Temia-se que a Bahia viesse a assemelhar-se à costa d' África. Assim, com foros de legitimidade científica, a teoria do branqueamento foi adotada, tendo como referencial a idéia de que a raça superior – a branca - prevaleceria no processo da mistura racial.

Entre 1888-1914, a teoria da superioridade ariana foi aceita como fato de determinismo histórico. No Brasil o ariano se transformou no "branco", endossando-se a teoria da degenerescência do mestiço, a partir da qual o negro nunca havia ou haveria de construir civilização alguma, em função do caráter "primitivo" das estruturas sociais africanas, colocando em posição de combate ao africano o prestígio da cultura e da ciência "civilizadas". A ciência, através de médicos e psiquiatras, ofereceu uma base morfológica, respaldando a confirmação da superioridade da raça branca. Foi estabelecida uma hierarquia intelectual a partir da craniologia[155]

Para Querino estas afirmações não correspondiam à realidade brasileira, e baiana em particular, pois o valor e a contribuição do negro era inegável na constituição da nossa nacionalidade. Foi, a partir da colaboração do braço e do talento negro que o Brasil havia se tornado próspero, "independente, nação culta, poderosa entre os povos civilizados."[156] Entre tantas formas de contribuição "competia-lhe, portanto, um lugar de

---

[154] Querino, *A Bahia de Outrora*, "A Moda Carijó", pp.132/133.

[155] Estudo que estabelece a ligação entre o desenvolvimento intelectual e a estrutura da caixa craniana associando capacidades intelectivas à complexidade das circunstâncias cerebrais. COSTA, Iraneidson, Op. Cit.

[156] Querino, "O colono preto com fator de civilização brasileira" in *Costumes Africanos*, 1988, p. 122. Foi apresentado no 6° Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Belo Horizonte, e publicado em primeira edição em 1918.

destaque, como fator da civilização brasileira."[157] Argumentando a favor do mestiço, valorizando a sua atuação na política, na literatura, nas artes, afirmou:

> Do convívio e colaboração das raças na feitura deste país procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seleto nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação.[158]

O viés racial das teorias evolucionistas teve influência do Conde Arthur de Gobineau, entre outros intelectuais, políticos e cientistas estrangeiros. Na vertente pessimista, própria dos viajantes estrangeiros que aportaram no Brasil, Gobineau definiu o Brasil como "nação degenerada de raças mistas", e por isso inviável enquanto nação. Detestava o Brasil. Considerava-o culturalmente estagnado e reduto de muitas doenças que causavam risco à saúde. O desprezo que alimentava sobre os brasileiros estava diretamente relacionado às manchas presentes pela miscigenação. Para ele "a população nativa estava fadada a desaparecer, devido à sua 'degenerescência' genética".[159]

> Seu senso estético ofendia-se com o espetáculo de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.[160]

A originalidade do pensamento racial brasileiro articula-se à construção da teoria do "branqueamento". Baseada na presunção da superioridade do branco, a "miscigenação" foi defendida de forma otimista uma vez que "não produzia inevitavelmente 'degenerados', mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente."[161] Assim, naturalmente os pretos tenderiam a desaparecer dentro de um século e o Brasil estaria totalmente "branqueado". Neste sentido, as ideologias raciais foram apropriadas e dirigidas para o grupo social subordinado. Desta forma, reproduziram-se os obstáculos de ascensão e reconhecimento social aos não-brancos, mantendo-os excluídos política, econômica e

[157] Idem, ibidem.
[158] Idem, p. 123.
[159] Skidmore, Op. Cit., p. 46. Gobineau, diplomata francês, foi transferido para o Brasil como ministro francês em 1869 permanecendo até 1870. Skidmore utiliza-se de vasta documentação baseada em correspondências e publicações de ensaios, boletins e livros do próprio Gobineau. Muitas são as citações textuais demonstrativas das suas conclusões pessimistas a respeito do Brasil.
[160] Idem, p. 46.
[161] Idem, p. 81, Apud João Batista de Lacerda.

socialmente, o que era justificado pela inferioridade biológica e cultural em relação aos brancos.[162]

Os primeiros estudos sobre a questão racial no Brasil, e na Bahia em particular, foram realizados por Nina Rodrigues na década de 1890. Tornou-se pioneiro em etnologia afro-brasileira e medicina legal. Embora fosse mulato, tornou-se o principal doutrinador racista brasileiro de sua época. Defendeu idéias racistas ortodoxas, a partir das quais afirmava-se não existir dúvida científica da inferioridade do africano.[163]

Ao citar Silvio Romero (darwinista social), Nina Rodrigues demonstrava sua preocupação em torno da nacionalidade a partir dos negros "puros ou mestiços". Afirmava ser necessário "julgá-los separadamente, discriminando as suas capacidades relativas de civilização e progresso."[164] Este era o cerne da questão:

> ...a constituição da nossa nacionalidade, em que intimamente as fundiram com o negro americano em parte, mas sobretudo o branco. Em torno deste fulcro – mestiçamento -, gravita o desenvolvimento da nossa capacidade cultural e no sangue negro havemos de buscar, como em fonte matriz, com algumas das nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos.[165]

O negro era entendido, conforme Silvio Romero havia escrito em 1879, não apenas uma máquina econômica, mas "antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência."[166] Silvio Romero apelava para que a ciência no Brasil se preocupasse com o estudo das línguas e religiões africanas, tendo em vista estarem os africanos morrendo, se extinguindo, como conseqüência da extinção do tráfico. Tratava-se de manancial para o estudo do pensamento "primitivo".

Neste sentido, Nina Rodrigues foi quem atendeu àquele apelo, ao dedicar-se ao conhecimento "científico" sobre os negros brasileiros e africanos, enquanto objeto

---

[162] Sobre as teorias e desigualdades raciais no Brasil ver os estudos de SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988. HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979; AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; SCHWARCZ, LÍLIA Katri Moritz. *Homens de Sciencia e a Raça dos Homens": cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil de finais do século XIX.* São Paulo: USP, 1992 (Tese de Doutoramento); CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 1998; COSTA, Iraneildson Santos. *A Bahia Já deu Régua e Compasso: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940.* Salvador-Bahia: UFBA, 1997 (Dissertação de Mestrado); HOFBAUER, Andreas. *Uma História de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: USP, 1999 (Tese de doutorado); REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A Cor da Notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana – 1888-1937*. Salvador-Ba, UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado).

[163] Skidmore, Op. Cit., p. 76.

[164] Rodrigues, Nina. *Os Africanos no Brasil*, 1988, p. 13.

[165] Idem, pp. 13/14.

[166] Idem p. 16 apud Silvio Romero. "A poesia popular no Brasil", in *Revista Brasileira*, 1879, Tomo I, p. 99.

de estudo, em função da sua condição de professor de medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia. E a Bahia, por sua vez, era considerado campo privilegiado de estudos, por ainda possuir alguns africanos de idade muito avançada, que em poucos anos estariam desaparecidos.[167]

Passou a estudar o que denominava "o problema 'o negro' ". Considerou ser mais importante para o Brasil determinar se o "mestiçamento" compensaria a inferioridade presente pela incorporação de "doses colossais de sangue negro" para a população de cor. O importante para o Brasil era identificar o quanto da sua inferioridade advinha da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra e se essa inferioridade seria compensada pelo "mestiçamento" para a grande massa da sua população de cor, enquanto processo natural por que os negros estavam a se integrar no povo brasileiro.[168]

A questão principal colocada por Nina Rodrigues e seus seguidores foi em torno da definição do brasileiro enquanto povo e do país como nação. Para isto procuraram respostas científicas impregnadas de interesses políticos.

> Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça.[169]

Levantou dúvidas sobre as especulações "de uma incapacidade absoluta de cultura dos negros", observando ser a "morosidade" da "civilização dos negros" o ponto fraco para poder alcançar o mesmo grau de aperfeiçoamento dos brancos.

Nina Rodrigues, inspirado pela teoria lombrosiana e utilizando-se do método positivista nas ciências humanas, procurou demonstrar as evidências físicas da degeneração e do controle científico dos grupos minoritários – loucos, criminosos, negros.[170] Considerava que os delinqüentes natos traziam a tendência criminosa corporificada por caracteres anatômicos acrescidos de impulsos epileptiformes e

---

[167] Sobre Nina Rodrigues e seu perfil profissional ver os estudos de CORRÊA, Op. Cit. COSTA, Iraneidson, Op. Cit. Nina Rodrigues foi um pesquisador de campo. Reuniu dados acerca dos criminosos os seus variados tipos a partir da investigação empírica que realizou entre os remanescentes africanos e a população brasileira afro-descendente, dando o enfoque etnológico aos seus estudos. Consolidou a medicina-legal enquanto campo autônomo do saber e das práticas médicas. Sobre as teorias raciais e o diálogo entre Manuel Querino, Nina Rodrigues e Edison Carneiro ver: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia (1889-1937).* Salvador-Ba: UFBA, 2001 (Dissertação de Mestrado).

[168] Rodrigues, *Os Africanos, Op. Cit.*, p. 264.

[169] CORRÊA, Mariza, Op. Cit., p. 53.

[170] Segundo a teoria de Lombroso, o Homo deliquens era definido como produto atávico de um particular desvio, anatômico, fisiológico e psicológico do gênero Homo. Assim explicava os "defeitos morais" "encontrados no criminoso através da herança de uma idade selvagem (e ainda animal), posto que a manifestação individual do delito estaria intimamente ligada a um substrato orgânico, como ocorre na maioria das doenças". COSTA, Iraneidson, Op. Cit., pp. 46/ 62.

poderiam ser reconhecíveis pala configuração física e craniana. Eram argumentos racistas que serviam para afirmar uma tendência nata da "criminalidade dos pretos".

As idéias cientificistas que reforçavam o projeto nacional de branqueamento serviram de premissa para consolidar o posicionamento afirmativo de Manuel Querino em relação ao valor do negro. Ao abordar sobre a importância do africano e seus descendentes para a construção da nação brasileira, contestou os aportes teóricos advindos das teorias raciais que subsidiavam a política eugenista discutida e implementada no país, e em particular na Bahia com a Escola Nina Rodrigues.

Comprovou, através de argumentos histórico-social e cultural, terem sido os africanos e seus descendentes aqueles que de fato haviam contribuído para o engrandecimento da nação em detrimento dos portugueses - neste sentido dos brancos. A oralidade dos africanos e brasileiros afro-descendentes se constituiu na escrita de Manuel Querino. Assim, ele deu visibilidade a uma outra leitura da existência, presença e das experiências de um segmento da população ainda invisível enquanto produtora de cultura e colaboradora para a formação da identidade nacional brasileira. Não como objeto de ciência, os africanos e seus descendentes foram interpretados como sujeitos históricos que se confundiam com a história da formação da nação brasileira.

Na introdução de "A raça africana e seus costumes na Bahia" (1916), Querino referiu-se ao "sábio beneditino, Fr. Camillo de Monserrate", o qual havia há mais de meio século estranhado "o pouco apreço e a nenhuma importância em que eram tidos os estudos referentes aos usos e costumes dos africanos, entre nós, (...) apenas iniciado pelo malogrado professor Nina Rodrigues..."[171] Ao se referir a Nina Rodrigues na condição de malogrado, certamente quis contestar a teoria racial que havia defendido em todo o seu teor ortodoxo. Foi o momento em que enfrentou o pensamento vigente e divulgou suas idéias de forma a afirmar e confirmar o valor do africano em detrimento do branco português. Desenvolveu um discurso de defesa de sua existência e de seus próprios valores em relação à ideologia racial no ambiente de embate cultural e conflito social.

Nina Rodrigues, apesar de ter colocado quase que isoladamente a questão racial na pauta da consolidação da nacionalidade brasileira no contexto da República da "civilização e do progresso", experimentou alguns fracassos. Um deles está

[171] Grifo meu. Querino, "A raça africana e seus costumes na Bahia" in *Costumes Africanos no Brasil*, 1988, p. 21.

marcado em As Raças humanas e Responsabilidade penal no Brasil escrito em 1894 como libelo para interferir na confecção de nova legislação criminal.

> "Em Nina, aliás, as derrotas sempre foram proporcionais às frentes de batalha abertas: a reforma dos exames médico-legais, a formação profissional dos peritos, o conceito civil de alienado, o ensino da FMB, enfim, uma extensa carta de intenções que quase não saiu do papel. Por ironia, a morte o colheria ainda jovem, aos 44 anos, quando pareciam acenar-lhe as primeiras vitórias: o reconhecimento de legistas de dentro e fora do país (como o reputado Brouardel, de Paris); o início da construção do Instituto Médico-Legal na Bahia (que ganharia seu nome); a impressão, já no prelo, de sua obra maior, O problema da raça negra na América Portuguesa (publicada somente em 1932, sob o título de Os africanos no Brasil).[172]

Referindo-se às circunstâncias sociais e políticas adversas à evolução do escravo africano, tiranizado pelas forças opressoras dos senhores, Querino recorreu ao historiador Rocha Pombo para expor e tornar público as contradições presentes na ideologia racial que visava o branqueamento:

> A luta que nobremente sustentou, no Brasil, o elemento africano, com heroísmo inigualável, em favor de sua liberdade mereceu de ilustre escritor patrício estes memoráveis conceitos: "Quem havia de pensar que estes homens sem instrução, mas só guiados pela observação e pela liberdade, foram os primeiros que no Brasil fundaram uma república, quando é certo que ainda naquele tempo, não se conhecia tal forma de governo, nem dela se falava no país?[173]

Manuel Querino demonstrou serem os escravos sujeitos históricos de reconhecido valor que mantinham relações sociais e políticas ativas com os senhores, apesar dos limites das suas ações frente à truculência e ao poder armado dos últimos. Enfrentaram tais limites e realizaram projetos próprios conquistando pequenas e grandes vitórias. Nestas vitórias, enquanto os senhores as traduziam como concessões generosas, paternais, os escravos as incorporavam como "conquistas obtidas arduamente que deviam ser mantidas como 'direitos'."[174]

À luz da interpretação histórica thompsiana, Silvia Lara assim considerou:

> Afinal, Thompson nunca se cansou de insistir que devemos sempre nos ocupar com a polarização dos interesses antagônicos em uma sociedade e sua correspondente

[172] COSTA, Iraneidson, Op. Cit., p. 59. Em nota de rodapé, o autor comenta: "Como se sabe, a Memória Histórica da FMB (Faculdade de Medicina da Bahia), escrita por Nina em 1897, veio a ser a única rejeitada pelo seu conteúdo crítico em toda a história da instituição. Sua publicação, em 1976, pela GMBa (Gazeta Médica da Bahia), ainda guarda, desgraçadamente, muito de atual com relação ao ensino superior. Quanto à reforma do código civil, Nina Rodrigues também escreveu um livro no qual expunha suas idéias (O alienado no direito civil brasileiro, Salvador, 1901), igualmente ignoradas."

[173] Querino, *A Raça Africana*, Op. Cit., p. 23. Refere-se a Rocha Pombo, José Francisco da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva – Editor, 1905 (2 volumes).

[174] Em artigo "Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil", Silvia Lara desenvolve uma rica avaliação historiográfica e teórica sobre os estudos da escravidão no Brasil e propõe uma discussão temática à luz de Thompson integrada no campo das lutas sociais e políticas. LARA, Silvia, 1995, p. 46.

> dialética na cultura: com certeza, sob esta inspiração, o racismo deixará de ser considerado apenas como uma ideologia imposta de cima para baixo, "justificadora" ou "motivadora" da marginalização dos negros no Brasil, para ser pensado em seus diversos significados e analisado em termos de conflitos sociais e embates culturais.[175]

Negando a validade de tais teorias, Manuel Querino demonstrou em toda a sua produção intelectual que havia na Bahia negros e mestiços, artistas e trabalhadores de merecido valor, os quais produziram e continuavam a produzir diversas obras de merecimento que integravam a formação cultural brasileira, apesar das dificuldades de desenvolverem seus talentos no mercado de trabalho que restringia a participação de negros no contexto de valorização exacerbada dos padrões técnicos e estéticos europeus. Para ele o que faltava era apoio e oportunidade aos egressos da escravidão, trabalhadores, operários e artistas de então, de avançarem nos estudos e progredirem profissionalmente, acompanhando os passos do progresso e colaborando para a construção de uma nação inclusiva.

Em suas análises afirmativas do negro e do mestiço como fator de elevada importância para a constituição da nação brasileira, Manuel Querino concluía:

> "Do exposto devemos concluir que, somente a falta de instrução destruiu o valor do africano. Apesar disso, a observação há demonstrado que entre nós, os descendentes da raça negra têm ocupado posições de alto relevo, em todos os ramos do saber humano, reafirmando a sua honorabilidade individual na observância das mais acrisoladas virtudes."[176]

Nas duas primeiras décadas da República continuava a confiança da elite no branqueamento. O seu conteúdo era mais ideológico do que biológico. Neste sentido o biológico era manipulado pelo ideológico. A confiança no sucesso do esforço "civilizador" foi exemplarmente demonstrada na Exposição Nacional de 1908, oportunidade em que foi proporcionada maior visibilidade das grandezas nacionais.

Como funcionário da Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, Querino participou da Exposição de 1908 como um dos delegados daquela Secretaria. As suas observações sobre a referida Exposição foram categóricas no sentido de desabonar o evento. "A Bahia na Exposição" foi um dos artigos que publicou na coletânea de "As Artes na Bahia" publicada em 1909, ou seja, logo após a realização do certame. As suas críticas foram direcionadas ao pouco caso com que foram tratados a produção artística e industrial baianas. Demonstrou a sua indignação com a organização da Exposição que se concentrara no Rio de Janeiro em todos os

[175] LARA, Op. Cit., p. 53.
[176] Querino, *A Raça Africana*, Op. Cit., p. 23.

seus aspectos. A própria planta do pavilhão baiano e algumas telas que figuraram ali deixaram de ser realizadas pelos artistas baianos. Procurou mostrar o valor dos artistas locais registrando diversas possibilidades da participação de qualidade de ex-alunos da Escola de Belas Artes, dos educandos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, da Marcenaria Baiana, etc. Para ele o evento foi mais um acerto de contatos e busca de recompensas do que propriamente a divulgação da produção artística e industrial da Bahia. Assim ele se queixava:

> A planta do pavilhão baiano devera ser aqui executada, desde que estamos aparelhados com uma escola de engenharia, com a diretoria de obras públicas e mais profissionais idôneos. Os trabalhos de pintura decorativa podiam ser confiados à reconhecida competência de ex-alunos da Escola de Belas Artes, tanto mais quanto alguns deles freqüentaram com proveito, academias e oficinas estrangeiras, ouvindo e praticando as lições de mestres autorizados...[177]

O seu descontentamento com a participação baiana na Exposição se transformou em mais uma oportunidade de atacar os caminhos políticos adotados pela República, destacadamente naquilo que interessava ao mundo produtivo no qual importavam a realização de artistas e trabalhadores manuais:

> Foi um certame em que a Bahia mais uma vez, testemunhou o seu atual abatimento, contrastando com o fulgor de outrora.
>
> Altiva, quanto a produtos naturais do solo, que não constitui novidade; humilde, porém, nas exibições artísticas e industriais, o elemento progressivo do século. Pedras, plantas medicinais e madeiras entupiram o pavilhão; brilharam pela ausência, as esculturas, as telas e ornatos que assinalam a pujança do talento.
>
> (...)
>
> São os últimos lampejos de uma classe agonizante.
>
> Não é preciso mais para justificar nossa decadência em matéria de arte.
>
> Aqui se caiam azulejos, cobrem-se de tintas objetos de cantaria e de mármore; empastam-se de roxo-terra as belíssimas esculturas em bronze do monumento ao Dois de Julho.[178]

Manuel Querino resumia o processo de "modernização" pelo qual a cidade do Salvador começava a experimentar. O sentido de progresso, atualização, civilização era equivocado. A necessidade higienizadora fazia com que a estética da civilização encobrisse de tinta a estética do passado que deveria ser politicamente esquecido.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, aflorou-se a necessidade de uma avaliação realista do Brasil. Foi estimulado o pensamento nacionalista, promovendo-se

[177] Querino, *As Artes na Bahia*, 1909, p. 46.
[178] Idem, p. 48.

a redescoberta da nação brasileira pela rejeição do pensamento racista e de idéias importadas da Europa. Iniciou-se a reavaliação do conceito de raça enquanto afirmava-se ter o Brasil uma identidade e um destino a serem controlados por brasileiros. Miguel Calmon passou a recorrer ao passado e às realizações históricas do mestiço; Gilberto Amado levantou a defesa do nativo brasileiro.[179]

O ano de 1916 foi significativo para o reexame da identidade nacional. Com a fundação da Revista do Brasil, a preocupação com a nacionalidade, sem, contudo, deixar de lado o ideal de branqueamento, pretendeu-se reunir um núcleo de propaganda nacionalista. Em 1918 a Revista foi comprada por Monteiro Lobato. Foi um espaço de debates, críticas, controvérsias sobre os problemas brasileiros. Ainda em 1916 foi publicado por Afrânio Peixoto o compêndio Minha Terra e Minha Gente.[180] A Guerra estimulara um esforço de mobilização nacional, cuja última experiência ocorrera durante a Guerra do Paraguai (1865-1870). Na década de 1920 Oliveira Viana realizou uma formulação mais sistemática, cuja versão, demasiado otimista do ideal de branqueamento, concluía que "o Brasil estava em vias de atingir a pureza étnica pela miscigenação".[181]

Foi o ambiente propício para fazer aflorar um novo sentimento que permeou a construção de uma nova estética – uma estética da reação - ou um estado de espírito revoltado que provocara uma verdadeira revolução cultural, conhecida por "movimento modernista", cujo clímax foi atingido na Semana de Arte Moderna em 1922. Apesar de ter sido uma importação a mais no mosaico cultural brasileiro, tinha o ideário de reverificação e mesmo de remodelação da Inteligência nacional. O movimento modernista se caracterizou em criador de um estado de espírito nacional. Os rebeldes desejavam "passar a limpo" o País, inserí-lo na contemporaneidade universal sem sacrifícios de seus legítimos valores, através de uma tomada de consciência da realidade nacional e sua possível projeção no campo artístico, cultural e até mesmo político.[182]

A Semana de 22 se constituiu em marco comemorativo que indicou, de forma ostensiva e dramática, o encerramento de um período histórico e o início de outro.

---

[179] VER SKDMORE,Op. Cit., pp. 164-186.
[180] Skidmore analisa o processo de revisão do conceito de nacionalidade brasileira a partir dos movimentos intelectuais realizados no eixo Rio – São Paulo. Op. Cit., pp. 183-191.
[181] Idem, p. 221.
[182] AMARAL, Aracy A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1972; *Semana de 22. Antecedentes e Conseqüências. Exposição comemorativa do Cinqüentenário*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, maio 1972.

Seus principais objetivos foram atingidos, como "o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional."[183] O esforço do Movimento Modernista estava em destruir aquilo que se chamava de "passadismo" traduzido pelo academismo que sufocava aspirações joviais e iniciativas possantes. A rejeição à Academia significava travar a luta do novo contra o "velho". E o "novo" era o que se fazia em Paris.

O que os modernistas desejavam era apagar o ranço de uma civilização cada vez mais superada no espaço e no tempo. Para tanto quiseram criar uma linguagem de acordo com o seu tempo. Contudo, foi o sentimento do nacional que os levou a analisar e estudar as nossas fontes mais tradicionais de inspiração. Inspirados pelos progressos internos da técnica e da educação, os modernistas construíram o discurso do mundo moderno baseado no automóvel, nos fios elétricos, nas usinas, nos aeroplanos, na arte – elementos que compunham a estética moderna. A expressão mais elevada do movimento foi a integração da brasilidade através de uma linguagem atual do ponto de vista pictórico, cujas principais referências foram Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. A orientação nacionalista, de descoberta e revelação do Brasil, possibilitou a busca de suas raízes.

No ano seguinte o corpo de Manuel Querino deixava de fazer parte deste mundo. Mas sua obra vivia. Seu pensamento, associado de uma maneira ou de outra ao movimento modernista, naquilo que dizia respeito à busca das raízes nacionais, tornava-se atual. Permanecia na história do Brasil como um contributo importante que mais tarde fora resgatado pela sua originalidade, especialmente nos anos de 1930 quando ocorreu o movimento de "reabilitação africana" nos estudos etnológicos e sociológicos do africano e seus descendentes brasileiros. Houve o resgate intelectual de Nina Rodrigues pelos discípulos Afrânio Peixoto (dileto) e Arthur Ramos ('mais humilde de seus discípulos').[184] Constatou-se, então, que poucos haviam se dedicado

[183] *Semana de 22*, Op. Cit.,1972.

[184] CORRÊA, Mariza, Op. Cit. Nos anos de 1930 emergiram diversos movimentos de resgate do africano no âmbito da formação cultural brasileira. Foram levantadas discussões sobre o conceito de democracia racial, realizados dois Congressos Afro-brasileiros reunidos no Recife em 1934 e na Bahia em 1937. Enquanto reuniões científicas discutiram-se profundamente teses sobre os diversos aspectos da cultura afro-brasileira, bem como sobre o processo de resistência negra. Os movimentos negros surgiram no sul com o objetivo de agrupar os negros brasileiros para obtenção de representação política, defesa dos direitos e elevação educacional, fundando-se em São Paulo a Frente Negra e em 1932 na Bahia. Alguns nomes se destacaram no movimento intelectual que se instaurou em torno da compreensão da importância e participação do negro na sociedade brasileira, a exemplo dos baianos Artur Ramos, Édison Carneiro, Jorge Amado, Áydano do Couto Ferraz, Reginaldo Guimarães, entre outros. Em 1937 foi fundada na Bahia a "União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia", que teve como seu primeiro Presidente o Professor Martiniano Eliseu do Bonfim, babalaô de fama na Bahia. Sobre os Congressos Afro-Brasileiros ver OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (organizadores). *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos de 04 de janeiro de 1936 a 6 de*

antes à etnografia e sociologia do africano e seus descendentes. Silvio Romero (1888), Nina Rodrigues (morto em 1906) e Manuel Querino (morto em 1923) foram alguns dos intelectuais que deixavam estudos sobre o tema, com publicações isoladas de pouca repercussão.[185]

dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*, op. Cit.; FERREIRA, Ricardo Franklin, Op. Cit.

[185] Skidmore, Op. Cit., o considera "outro médico da Bahia" que publicara uma série de ensaios sobre costumes afrobrasileiros. Diz em nota 40, p. 310 que Querino havia fornecido o modelo para o personagem Pedro Arcanjo, herói do romance de Jorge Amado Tenda dos Milagres.

II

UM TRABALHADOR NO CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS DA BAHIA ESCRAVISTA

Extenuado por uma série de lutas constantes,
cerceado por todos os meios, em suas aspirações,
mas, firme, resoluto, confiante em seu ideal,
o africano escravo não se desiludiu, não se desesperou;
tentou outro recurso, na verdade, mais conforme
com o espírito de conservação – a confiança no trabalho próprio".

Manuel Querino
Costumes Africanos no Brasil

Até o advento da República, Querino esteve integrado aos movimentos sociais relacionados às causas das liberdades, da democracia e da cidadania, direcionados, sobretudo, aos interesses do povo trabalhador. Os embates políticos das décadas de 1870 e 1880 refletiram a complexidade dos processos que envolveram idéias e ações entrecruzadas nas polêmicas que sustentaram os movimentos abolicionista e republicano.

O movimento abolicionista, entendido em seu conteúdo sócio-político, foi predominantemente urbano e agasalhou o inconformismo de largos setores da população, propiciando a invasão no cenário político das camadas populares, constituídas de trabalhadores, subempregados, analfabetos, deserdados, nos finais do Império, em conjugação com os movimentos de setores urbanos mais privilegiados. Tratou-se de um movimento de forte apelo social, no qual foram estabelecidas redes de solidariedade e envolvidas várias categorias profissionais com o estabelecimento de nexos entre movimentos de diferentes cidades.

Carreou adesões em setores diversos com a organização de clubes e associações, deixando de fora as camadas populares considerada desorganizada e turbulenta. Este grupo marcou presença junto aos movimentos abolicionistas nos "meetings" e manifestações de rua. As redes de solidariedade, compostas por diversos setores sociais identificados com a causa abolicionista, foram configuradas pelas fugas de escravos (autônomas ou orientadas), pela atuação dos legalistas aliadas pela indisciplina do populacho abolicionista, caracterizada pela turbulência das ruas na crescente ousadia das manifestações e violência policial. Neste sentido, conforme Maria Helena Machado, pelo seu perfil ideológico impreciso e complexo, se caracterizou como um "guarda-chuva" que abrigou correntes que transitavam pelo racismo, do ponto de vista do imigrantismo e restrição de negros, pelo positivismo, liberalismo, socialismo, trabalhismo. Houve aproximações entre lutas abolicionistas e os nascentes movimentos operários num

> extravasamento das inquietações políticas e sociais relativas ao papel do trabalhador livre num país escravocrata, a crescente onda de imigrantes e idéias provenientes da

> Europa [novas idéias políticas e conceitos temerários], marcaram o discurso daqueles que identificavam, no movimento abolicionista, algo além da mera substituição do braço cativo pelo livre nas fazendas cafeeiras.[186]

O combate à escravidão, entendido como "sustentáculo de uma proeminência econômica injusta e cerne da subvalorização do trabalho livre e do trabalhador nacional",[187] representou muito mais do que um movimento de luta contra a escravidão, mas a primeira plataforma para a organização de incipientes movimentos operários nas últimas décadas do século XIX. Muitos abolicionistas continuaram atuando na política republicana, fundando partidos operários, por exemplo. Nesta perspectiva, incluiu-se o trabalhismo carioca, que se constituiu na mescla de orientações vagamente socialistas, do positivismo e jacobinismo, tomando os fundamentos de categorias profissionais ativas nas lutas abolicionistas.

---

[186] MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Edusp, 1994. p. 162. A partir de meados dos anos de 1960, a produção historiográfica sobre escravidão e abolição foi realizada na direção de correntes de natureza sociologizante, política e cultural. Do ponto de vista da historiografia sociologizante, a tendência central enfatizou o caráter urbano do movimento, integrando o conceito de luta de classes, avanço da sociedade de mercado, ver COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*, 1966; GRAHAM, Richard. "As causas da abolição da escravatura no Brasil" in *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, 1979 – publicado em 1966; GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*, 1969; BERGSTRESSER, Rebeca. *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889* – tese doutoramento Standford University, 1973; REIS, Jaime. *The impact of abolitionism in northeast Brazil*, 1977; IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*, 1978 (integrante da Escola de São Paulo, composta por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso); MARTINS, José de Souza (sociólogo). *O Cativeiro da Terra*, 1979; COSTA, Emília Viotti da. *Brazil, the age of reform, 1870-1889* – 1986. Nos anos 80 os estudos mantém a essência urbana do abolicionismo, negando o conteúdo de classe ou partidário e reforçando a oposição entre interesses urbanos e rurais. Ver QUEIRÓS, Suely R. de. *A abolição da escravidão*, 1981; BAKOS, Margaret. *Rio Grande do Sul: escravismo e abolição*, 1982 - inclui em seu trabalho a presença de muitos líderes abolicionistas mais radicais, republicanos e positivistas, que tinham laços de família com grandes proprietários rurais, o que não obstaculizava a sua trajetória biográfica estar ligada a grupos novos emergentes nas cidades; BEIGUELMAN, Paula. *A crise do Escravismo e a grande imigração*, 1981. O fim da escravidão na nova historiografia de vários países passou a ser entendido não apenas como conseqüência do avanço da sociedade de mercado (forças macrossociais), mas como um fenômeno essencialmente político que dependeu da ação de forças políticas de dentro e fora do sistema, conforme CARVALHO, José Murilo de. "As Batalhas da Abolição" in *Pontos e Bordados: escritos de história política*, 1998, p. 68. Principais historiadores desta linha: Nos Estados Unidos: R. Starobin (1970 – EUA); Fogel e Engerman (1974 - EUA); Rebecca Scott (1985 – Cuba); no Brasil: Robert Slenes, Pedro Carvalho de Mello (1977); Antônio de Barros Castro (1980); Richard Graham (1983). Outra corrente que enfatiza a rebeldia negra está presente nos trabalhos de: E. Genovese (1974 – EUA), Fogel e Engerman 1974 – EUA) e no Brasil: R. Conrad, Ciro Cardoso, S. Shwartz, Carlos Hasenbalg, Eduardo Silva, João J. Reis; Clóvis Moura, Lana Lage. Outras abordagens da Nova História de conteúdo cultural podem ser encontradas nos estudos de: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. SILVA, Eduardo. *Dom Oba d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Na perspectiva da Nova História Social ver os trabalhos de MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Edusp, 1994 (versão da tese de doutorado de 1991); AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Ed. Da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Br*asil. Campinas, S.P.: Ed. Da Unicamp, 1999.

[187] Machado, Op. Cit., p. 148, apud Berstresser, R. B. *The movement for abolition*.

O abolicionismo, segundo Machado, caracterizou-se como "porre ideológico" por transgredir o estilo político enraizado pela oposição entre povo e elite. Tratou-se de uma retórica radical, com projetos de reforma mais amplos, dando ênfase às questões da alimentação, moradia, emprego, voltadas não apenas para os libertos, mas para as classes baixas de forma geral. Assim, o abolicionismo deve ser compreendido como uma etapa de um movimento de reformas sociais mais amplas que, com a República, trouxe desacertos pelas mãos de triunfadores descomprometidos com a causa do povo.

Neste sentido a abolição significava algo mais do que o fim do cativeiro. Eram necessárias reformas sociais que garantissem trabalho, educação e outros direitos sociais e políticos a todos sem discriminações. O sonho de Querino era o de experimentar uma outra sociedade com liberdade, democracia, igualdade, respeito.

Partindo desta compreensão, Manuel Querino atuou nas frentes dos movimentos sociais intrinsecamente associados aos processos de desorganização das relações escravistas de produção e inauguração da universalização do trabalho livre, no contexto de desvalorização do trabalho e do trabalhador de maioria negra e mestiça. Estes foram os pontos de partida que prometiam a chegada a uma redenção social do povo relacionada aos princípios da liberdade e da igualdade de forma mais ampla.

Assim, o abolicionismo praticado por Manuel Querino esteve, a princípio, articulado a este ambiente complexo e indefinido do ponto de vista ideológico, considerado "guarda-chuva" que abrigou outros movimentos que emergiam no cenário de insatisfações sócio-políticas na Bahia imperial. Assim, incluído num movimento mais amplo, Querino se identificou com a corrente trabalhista, a qual integrava o conteúdo libertário do abolicionismo somado às perspectivas reais de inclusão dos trabalhadores que viviam à margem da sociedade, por serem, em sua maioria, negros, mulatos e despossuídos de riqueza, de saber escolar e de direitos.

Teria integrado a ala dos intelectuais que colaboraram na imprensa engajada e em sociedades abolicionistas, como a Libertadora Bahiana, apelidada por seus membros de "Guarda Velha do Abolicionismo"[188] e a Sociedade Libertadora Sete de Setembro. Atuou nos pleitos eleitorais, apoiando o Partido Liberal, participando de conversas nos botequins e nas boticas, observando e experimentando um momento

[188] Idem, p. 82. Seu nome foi substituído em 1887 para Sociedade Abolicionista Bahiana.

crucial para a vida de negros, trabalhadores, excluídos dos circuitos produtivos, culturais, políticos no Brasil. Era um projeto amplo.

> Assim como ocorreu em outras Províncias, o abolicionismo na Bahia contou com representantes de todos os níveis sociais, das mais variadas profissões. Eram jornalistas, tipógrafos (que geralmente trabalhavam em jornais de orientação abolicionista), advogados, médicos, parlamentares, juízes, religiosos, professores, literatos, militares (de alta e baixa patentes), artistas, comerciantes, caixeiros, saveiristas e proprietários.[189]

As únicas referências sobre a participação de Querino no movimento abolicionista foram apoiadas nos depoimentos de contemporâneos como J. Teixeira Barros, Athayde Pereira e Antônio Vianna. A partir destes testemunhos Querino foi identificado entre aqueles que estiveram envolvidos nos debates sobre a libertação dos escravos.

Assim Teixeira Barros declarou em 1916:

> Conhecemos a Manuel Querino, em 1887, quando mais perseverante era a campanha abolicionista, e em uma dessas sessões da SOCIEDADE LIBERTADORA BAIANA, reunida na sala de redação da GAZETA DA TARDE, onde trabalhávamos em companhia de Pâmphilo da Santa Cruz, proprietário e diretor, Eduardo Carigé e Sérgio Cardoso. O corpo de colaboradores era constituído de quase todos os abolicionistas.
>
> (...)
>
> Fora nessa memorável sessão que vimos, pela primeira vez, a Manuel Querino, de quem, pouco antes havíamos lido na GAZETA DA TARDE uma série de artigos sobre a questão social do dia – a extinção do elemento servil.[190]

Considerando outros indicativos, o mesmo Teixeira Barros, no mesmo texto, observou ter Manuel Querino se afastado da militância operária entre os anos de 1874 e 1885, afirmando:

> Por essa época o movimento abolicionista se derramava por todo o país e Manuel Querino declarou-se francamente partidário da libertação imediata e incondicional.[191]

Segundo Brito, Manuel Querino esteve entre os participantes de menor destaque no movimento abolicionista, o que demonstra ter sido a sua presença relativamente anônima ou quase imperceptível junto aos grandes nomes politicamente situados nos âmbitos local e nacional.[192]

---

[189] BRITO, Jailton Lima. A abolição na Bahia: uma história política (1870-1888). Salvador: UFBA/Mestrado em História, 1996 (Dissertação de Mestrado). pp. 44/45
[190] Nota introdutória de *A Bahia de Outrora* por J. Teixeira Barros, 1916, p.5.
[191] Idem, p. 6.
[192] BRITO, Op. Cit.

A sua atuação na imprensa engajada ao movimento abolicionista está associada aos artigos publicados na Gazeta da Tarde, fundada em 1º. de maio de 1880 por Pamphilo da Santa Cruz, membro da Sociedade Libertadora Bahiana. Este periódico constituiu-se no órgão de divulgação daquela Sociedade, confundindo-se com a mesma. Suas reuniões eram realizadas na sede do próprio jornal.

> A Gazeta da Tarde manteve-se coerente com sua linha abolicionista desde a fundação até sua extinção.[193]

É interessante observar que a Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro, também abolicionista, teve, entre seus propagandistas José do Patrocínio. Possivelmente se constituía em rede estabelecida entre a imprensa nos vários centros urbanos para divulgação das idéias abolicionistas. Caberia uma investigação criteriosa para identificar uma possível ligação entre tais jornais e o movimento abolicionista estabelecido nacionalmente através deste veículo de comunicação e propaganda.[194]

Na Bahia, o movimento abolicionista congregou diversas correntes ideológicas, reunindo personalidades de destaque como o Conselheiro Manuel de Souza Dantas, José Luiz de Almeida Couto e Jerônimo Sodré nos espaços parlamentares em níveis local e nacional. Outros destaques como Ruy Barbosa, Manoel Victorino Pereira, Frederico Marinho de Araújo, Luis Anselmo da Fonseca, Pamphilo da Santa Cruz, Eduardo Carigé, Augusto Guimarães, José Luiz de Almeida Couto, tiveram atuação local e nacional, na condição de intelectuais, juízes, parlamentares, médicos, professores. Considerando a origem de cor dos militantes abolicionistas, os baianos que se destacaram foram os seguintes negros: Francisco Álvares dos Santos, professor da Faculdade de Medicina; Luiz Gama, cuja carreira foi construída na Província de São Paulo, tornando-se nacionalmente conhecido; os mulatos André Rebouças e Luiz Anselmo da Fonseca. Entre outras personalidades que marcaram politicamente a história da Bahia e participaram, apesar de atuações não destacadas, estão Manuel Querino, Virgílio Climaco Damásio, César Zama, Abílio César Borges

[193] Idem, p. 41

[194] Segundo *Relação dos Jornais Brasileiros Publicados de 1808 até 1889* – manuscrito da Biblioteca Nacional –, a *Gazeta da Tarde* foi publicada nas seguintes Províncias: Rio de Janeiro (Corte) (1878 – 1899), Pernambuco (1870/1888), São Paulo (1888), Campos-Rio de Janeiro (1880), Pará (1889), Minas Gerais (1889).

(Barão de Macaúbas), Teodoro Sampaio, Antônio Carneiro da Rocha, João Florêncio Gomes, Ramos de Queiroz e Braz do Amaral.[195]

◊ Trabalho e política à moda tropical

Considerando o "porre ideológico" e os diversos interesses em jogo no processo de desorganização das estruturas escravistas e imperiais, Querino refletiu em sua obra a situação de opressão vivida pelo povo trabalhador e as possibilidades políticas de superação de uma ordem injusta para outra que incluísse a população pobre, deslocada do sistema de poder e rejeitada pela sua condição social e racial. A sua convicção era de que o trabalho reunia em si as verdadeiras garantias de reconhecimento social e individual, tendo em vista ser a principal via de produção da riqueza para o país. Era necessário, contudo, o reconhecimento político e social dos trabalhadores enquanto agentes de transformação econômica, política e social, capazes de promover o verdadeiro crescimento da pátria. Neste sentido, Querino não deixou de se referir às origens da riqueza produzida no Brasil a partir do trabalho escravo.

Para Querino, foram os escravos, africanos e seus descendentes, os operários e artistas que verdadeiramente contribuíram para o progresso do país, labutando na lavoura, nas artes e nos ofícios. Como afirmou em várias passagens de sua obra, foram eles que constituíram a principal força que engrandeceu o Brasil, na condição de verdadeiros heróis do trabalho, em oposição aos colonizadores brancos, que, movidos pela ambição do ouro fácil, "não cultivaram o amor ao trabalho". Coube, portanto, aos escravos africanos e mestiços a missão de trabalhar.

> O seu trabalho incessante, não raro, sob o rigor dos açoites, tornou-se a fonte da fortuna pública e particular.[196]

Neste sentido, Querino afirmou ser o Brasil um país avesso ao desenvolvimento das artes e indústrias, tendo em vista ser

> o trabalho (...) considerado objeto secundário e de desprezo, porque só ao escravizado competia.[197]

[195] Sobre os abolicionistas baianos e seu perfil ideológico ver BRITO, Op. Cit.
[196] Querino, A raça africana, em Costumes Africanos, 1988, p. 32.
[197] Querino, As Artes na Bahia, 1911, pp. 38-39.

Ou ainda,

> A idéia de riqueza fácil banira da mente do aventureiro faminto o amor do trabalho, que era considerado uma função degradante.

Somente os homens de cor trabalhavam. Eram eles que produziam a riqueza e tudo era

> adquirido, pelo esforço do herói do trabalho que era o africano escravo dócil e laborioso, pois o reinol acostumara-se a gozar do fruto do trabalho sem sentir-lhe o peso.[198]

A partir do africano, Manuel Querino construiu uma reflexão sobre o valor do trabalho, contando sobre a sua própria trajetória de trabalhador negro que conviveu com todas as relações de preconceito de classe e de raça. As suas idéias recuperaram um momento de debate intenso em relação ao trabalho, cujas premissas se configuraram nos movimentos operários iniciados na Europa industrial.

O ideário da Revolução Francesa manteve aceso nos desejos das classes trabalhadoras a luta pela igualdade, liberdade e fraternidade, fundamentando os primórdios do movimento trabalhista europeu. Democracia política e solidariedade internacional conduziram a idéia de mudança da sociedade, a partir da negação da propriedade capitalista dos meios de produção, considerada única via de organização econômica. Na Inglaterra e na França foi iniciada, através de pequenos círculos trabalhistas, a propagação de uma nova concepção de sociedade.[199]

O movimento trabalhista tinha avançado na Inglaterra desde os anos de 1820, com a luta pelo direito de associação junto ao Parlamento. Com o direito conquistado, abriu-se o caminho para o desenvolvimento das práticas legais de organização em sindicatos e cooperativas aliando-se à luta pela democratização política e da "reformulação da sociedade econômica segundo os objetivos cooperativo-socialistas".[200]

Os aprendizados em torno das experiências cooperativistas, cujo sucesso foi relativo, tendo em vista a dispersão das massas de operários sem qualificação e mal pagos, criaram condições para a compreensão de que não eram suficientes concessões político-sociais isoladas do Parlamento, mas o respeito do direito

[198] Querino, *O Colono Preto como fator de civilização em Costumes Africanos*, 1988, pp. 114-115.
[199] ABENDROTH, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 18.
[200] Idem, p. 19. Ver p. 20 sobre as teorias de Robert Owen e de William Kings que e se transformaram nos recursos teóricos do movimento. Alguns exemplos na Inglaterra de associações: Grand Union of Spinners (1829); National Association for Protection of Labour (1830); General Labour Union (1833); Grand National Consolidated Trades Union (1834).

democrático de voto, constituindo-se em programa de luta, a partir da People's Charter de 1838.

A experiência inglesa influenciou o continente europeu, pois as investidas do movimento trabalhista inglês entre as duas revoluções de 1830 e 1848, comprovaram a possibilidade de

> ...através das ações do proletariado, levar o poder público a intervenções sócio-políticas, a forçar, pela luta sindical imediata, concessões em matéria de política salarial e a melhorar o padrão de vida e o nível educacional da classe obreira, em contraposição às tendências – naturais sem luta de classes – de depauperamento das massas. [201]

Abriu-se o período revolucionário de 1848 no continente, como na França de Luis Filipe e na Itália. O movimento trabalhista francês, apesar de embrionário em relação à Inglaterra, desde 1830 era atuante através das sociedades democrático-revolucionárias secretas, cujo objetivo comum era de

> conquistar o poder político pela violência, por intermédio de um grupo de conjurados organizados rigidamente, e libertar a classe operária que vivia da venda de sua força de trabalho. A ditadura revolucionária dos conspiradores vitoriosos deveria assegurar a educação do povo para a democracia e a sua cooperação numa sociedade econômica utópico-comunista.[202]

A realidade francesa, do ponto de vista político, era de exclusão dos trabalhadores "por força do direito eleitoral". À medida que tornavam-se politicamente atuantes, passavam a acreditar na luta revolucionária como as de 1848 e 1871. Até as comunas parisienses, o movimento comunista conspirador eclodiu com o objetivo de instituir a atividade autônoma e a luta de classes do proletariado, o que influenciou os trabalhadores franceses na primeira fase da Segunda República. Emergiram numerosos teóricos opositores às tendências da economia liberal, a exemplo de Charles Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc. "Direito ao trabalho" e "Organização do Trabalho", de Louis Blanc, se constituíram em "slogans decisivos da primeira manifestação independente de maior vulto dos operários parisienses, entre fevereiro e junho de 1848."[203]

O movimento trabalhista europeu irrompeu com metas de transformação da sociedade capitalista de classes numa sociedade sem classes, de democratização do poder político, melhoria das condições de trabalho e dos salários e proteção da situação dos trabalhadores em caso de doença, invalidez e desemprego, dando provas

[201] Idem, p. 22
[202] Idem, p. 23.
[203] Idem

concretas de que suas ações pressionavam o poder público com intervenções sócio-políticas que atendessem reivindicações relativas a política salarial, melhoria do padrão de vida e do nível educacional da classe trabalhadora. As experiências revolucionárias de 1830, 1848 e 1871, sob influências de teorias socialistas, encabeçadas por Charles Fourier, Louis Blanc, Pierre Joseph Proudhon, Karl Marx e Engels, entre outros discípulos que avançaram em concepções que previam a constituição da Federação Comunista e a instalação da Primeira Internacional (Associação Internacional de Trabalhadores), criaram condições reais de transformação do quadro sócio-político europeu, afirmando a presença do trabalhador como agente de transformação. Apesar dos limites das organizações pioneiras de trabalhadores nacionais europeus, estas apontaram para o caminho da atuação autônoma e da conquista de direitos político-eleitorais. Foram as primeiras manifestações de organização dos trabalhadores que tiveram como objetivos conquistas de direitos políticos que lhes dariam condições de interferirem nos destinos da classe trabalhadora. Foram as primeiras experiências e, portanto, presumivelmente fadadas a equívocos, desacertos, descaminhos, desencontros.

As idéias socialistas, inspiradas no socialismo utópico de Proudhon, já presentes no Brasil, influenciaram alguns setores da classe trabalhadora existente do interior da sociedade escravista, a exemplo dos fundamentos que conduziram a revolução praieira em 1848.[204] Estes setores, constituídos por trabalhadores, artistas, artesãos, operários, representavam uma parcela de homens que tiveram alguma escolarização e qualificação profissional, o que possibilitou o acesso a idéias libertárias oriundas da Europa industrial. A efervescência do movimento trabalhista europeu, situado na realidade do avanço das forças produtivas no interior das sociedades industrialmente desenvolvidas, caracterizadas como civilizadas, bem como as predominantemente agrárias, refletiu, de uma maneira ou de outra, na realidade brasileira.

Apesar de aparentemente contraditória, estas influências possuíram uma especificidade que deve ser considerada no âmbito da realidade brasileira, imperial e escravista. Escravos e trabalhadores livres conviviam nas fábricas, nas obras de construção, na prestação de serviços avulsos, e em outras circunstâncias em que a força de trabalho tornava-se indispensável à produção econômica. Independente de serem escravos ou livres, os trabalhadores do Brasil Imperial experimentavam uma

[204] Sobre a Revolução Praieira ver MENDES JUNIOR, Antonio et alli. *Brasil História; texto & consulta*. Volume 2. São Paulo: Hucitec, 1991. pp. 263-269.

situação bastante peculiar em relação às nações européias industrializadas ou em vias de industrializarem-se, o que não impediu a introdução de idéias libertárias no seio da massa oprimida.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) as condições se tornaram irreversivelmente favoráveis para a propagação das idéias igualitárias e democráticas. As Repúblicas americanas já constituídas e a inexistência da escravidão naqueles países, foram indicativos necessários para investir-se numa outra via política e social para a última nação americana que permanecia isolada, enquanto monarquia escravista. Aquele ambiente favoreceu a aceleração de um movimento composto pelas novas forças sociais que emergiram no cenário social e político do império, a exemplo da massa de escravos alforriada após a Guerra e homens do povo, negros e mestiços que haviam sido recrutados à força para integrarem os batalhões patrióticos e lutar pela pátria que os oprimia. Configurou-se em possibilidade real de transformações sociais profundas nas direções da Abolição e da República.

Manuel Querino, presente naquele ambiente de guerra, na Corte, certamente teve acesso às idéias libertárias importadas da Europa, à experiência americana e às conturbadas querelas estabelecidas no parlamento do império brasileiro. Foram disputas políticas que geraram rupturas partidárias no interior dos partidos conservador e liberal, a partir das quais dispararam-se movimentos nas direções das lutas abolicionista e republicana, o que deu origem ao Partido Republicano do Rio de Janeiro (1870) e depois de São Paulo (1873). Ao retornar em 1871 à Bahia, Querino passou a desenvolver uma luta individual, aperfeiçoando-se nas letras, artes e ofícios, e outra coletiva, ao dirigir-se para a classe trabalhadora local, constituída de operários, artistas e artesãos, com a intenção de uni-la e organizá-la.

Mobilizados em torno da defesa de interesses específicos de classe, os trabalhadores baianos, desde os anos de 1830, experimentaram situações de mudanças políticas com a Independência do Brasil, acompanhadas por um processo ascendente de dificuldades de sobrevivência pelo trabalho.

Com a Independência, as obrigações e o controle do mundo do trabalho, antes exercidos pelo sistema corporativo, através de representantes na Câmara Municipal, passaram para a tutela do Governo Provincial. A formação do Estado Nacional encontrava-se em processo de conclusão e uma nova burocracia surgia, integrada ao funcionamento do Estado através de aparelhos fiscalizadores e punitivos. Com a

abolição do sistema corporativo, um outro conceito associativo foi-se estruturando em torno das sociedades mutuárias. Dentro de uma lógica interna à situação da classe trabalhadora, existiu um movimento que direcionou a dinâmica organizativa, no caos social e político estabelecido. Segundo José Albertino Rodrigues, o mutualismo, surgido da crescente organização do trabalho livre, se constituiu na proto-história do movimento sindical brasileiro ou, ainda, conforme Thompson, foi a célula que, mais tarde, foi reproduzida em organizações mais sofisticadas e complexas (sindicatos, uniões, federações, confederações, etc.).[205]

A organização dos trabalhadores, neste processo, adquiriu, como desdobramento das confrarias religiosas, um caráter de cunho assistencialista e laicizado. Neste sentido, as sociedades mutuárias, criadas em torno de interesses previdenciários, substituíram as antigas formas de proteção dos trabalhadores - artistas, artífices, artesãos e operários - ao incluírem nos seus princípios o apoio mútuo que garantisse a dignidade da vida e da morte, considerada nas dimensões econômicas, sociais, políticas e religiosas.

O trabalhador do século XIX, em vias de tornar-se o operário moderno, experimentou em seu cotidiano as mudanças estruturais que se operavam nas disputas políticas e econômicas nos âmbitos do parlamento, dos interesses dos senhores proprietários de terras e escravos e do mercado internacional. A força de trabalho livre disponível, numa cidade que progressivamente avançava em seus projetos modernizadores, vacilava entre o passado e o presente. Buscando alternativas que mantivessem, de um lado, o "status" que os diferenciavam dos escravos, e, de outro, promovendo mecanismos que os protegessem do crescente abandono que vivenciavam, os trabalhadores manuais desejavam superar também o atraso técnico-profissional, mais perceptível com o advento das indústrias.

O número de trabalhadores livres crescia, na proporção em que diminuía a força de trabalho escrava. Os antigos oficiais mecânicos, artífices, artesãos e artistas experimentavam um processo de perda de espaço produtivo, em conseqüência do projeto modernizador, verificado em Salvador, impulsionado, sobretudo, pela importação da técnica adotada em novos processos industriais e em nova tecnologia de transportes, por exemplo. O mercado de trabalho tornava-se competitivo e os antigos mecanismos de controle das profissões, conforme existiam no interior das

[205] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. P. 6 e THOMPSON, E. P. A *Formação da Classe Operária Inglesa*, vol.2, p. 316.

corporações, foram abolidos, na medida em que a técnica avançava, incorporada ao liberalismo, em todas as suas instâncias. A concorrência crescia num mercado de trabalho ainda incipiente, disputado por trabalhadores escravos e livres, não obstante apresentar características de expansão, num momento em que as forças capitalistas reforçavam a crise dos tradicionais modos de acumulação. Crescia a necessidade de mão-de-obra livre, urbana, com condições de consumir e assimilar um estilo de vida "moderno". Assim, na medida em que a população absorvia tais transformações, ia-se perdendo o referencial de um passado preso a normas e valores que definiam a posição de cada um no mundo do trabalho e na estrutura social.

A perda progressiva de status era vivida pelos trabalhadores e percebida pela sociedade em seu conjunto. Os antigos artífices e artistas, que garantiam seu espaço social e profissional, conservando o prestígio de proprietários do conhecimento e dos meios de produção, passaram a dividir, com os negros escravos ou libertos, um espaço que lhes era antes reservado. A arte da indústria ou o ofício mecânico foi perdendo a dignidade que as mãos e algumas ferramentas proporcionava. A qualidade dos produtos fabricados artesanalmente, pelos trabalhadores manuais, foi sofrendo com a concorrência de artigos importados, fabricados pelas máquinas estrangeiras, e com o avanço de uma força produtiva desqualificada, que se embrenhou no mercado de trabalho, recebendo baixa remuneração, para garantir a sobrevivência.

Neste movimento de desestruturação das relações de trabalho baseadas na escravidão, os trabalhadores manuais, artífices, artistas, artesãos, passavam a ser confundidos com "operários". Em meados do século XIX, observou-se o uso impreciso de dois termos que se tornaram constantes na documentação da época: artistas e operários. No seio das classes populares, a presença de "artistas" e "operários" eram integrados no conjunto dos trabalhadores manuais. Estes experimentavam sintomas de arruinamento crescente, em virtude da concorrência e preços baixos de produtos industrializados que começavam a participar do mercado interno, do desenvolvimento de novas técnicas e do aumento do número de trabalhadores desqualificados, desejosos de integrar-se ao mercado de trabalho por qualquer preço.

O artista do século XIX na Bahia, aquele confundido com o operário, carregava a tradição do status do antigo artífice e era diferenciado do operário pelo seu grau de talento. O artista era aquele que procurava instruir-se e acompanhar de perto o movimento técnico moderno, empregando o seu talento para tirar resultados novos e

cada vez mais perfeitos do seu trabalho e da sua aplicação. Podiam ser distinguidos pelo grau de perfeição que davam aos seus trabalhos (de serralheiros, marceneiros, carapinas, sapateiros, alfaiates, etc.), mesmo na condição de simples empregados.

O significado de artista ou operário, dado aos trabalhadores que atuavam em determinado ofício ou ocupação, refletia o crescimento da divisão técnica e social do trabalho. A maioria da produção de bens, na Bahia, mantinha-se presa ao modelo das antigas oficinas. Assim, a ruptura da posição de artista para a de operário, no seu sentido moderno, ocorreu mais lentamente, apesar de já observar-se a presença de muitos operários nas fábricas e obras de construção civil. Assim, o operário na Bahia do século XIX era aquele que trazia consigo vestígios dos oficiais mecânicos, artistas, artífices e artesãos que os precedeu. Era um conceito que aglutinava características dos tradicionais artistas - ao desempenhar o ofício com a máxima perfeição, desenvolvendo o trabalho com arte, gênio, de modo encantador - ou ainda dos artífices, artesãos ou oficiais mecânicos que, como operários ou oficiais, exerciam algum ofício, mister ou arte mecânica.[206]

A luta desses trabalhadores girou em torno da garantia de espaço no mercado de trabalho, de acesso à educação, de direitos previdenciários que atingissem também as suas famílias. A efetiva participação de trabalhadores livres, artistas e operários, nas lutas pela sobrevivência e por direitos, denunciava a importância da via organizativa para o enfrentamento das necessidades de sobrevivência e dos limites de participação social e política vividos por eles.

Ao lado do movimento instaurado na cidade do Salvador, voltado para a organização das classes artísticas e operárias em torno da previdência, o mutualismo se caracterizou em avanço das forças produtivas emergentes livres ou libertas, no cenário político, em virtude de se constituírem em iniciativas autônomas que tinham como fim o apoio mútuo e solidário. Não foi por acaso que a experiência européia aportou no império brasileiro escravista, adaptando-se àquela situação histórica.[207]

As mutuárias tinham por fim debelar as principais causas da miséria do operário que eram "as enfermidades e a carestia das subsistências comparativamente com o

[206] *Encyclopedia e Diccionario Internacional*. R.J. – N. Y.: Jackson Inc. Editors, s/d; *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-R.J.: Editorial Enciclopédica Ltda., s/d.

[207] Sobre as transformações no mundo do trabalho escravista para o livre e as organizações mutuárias do século XIX na Bahia ver LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de Ter Um Ofício*, 1996. No Brasil ver HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870 / 1920*, 1993.

preço da mão-de-obra".[208] Em O Livro do Operário, Dauby oferecia algumas receitas práticas para orientar o operário no mundo do trabalho e da existência, através da previdência social. Apelando aos princípios morais de rejeitar-se a caridade alheia e investir-se na dignidade do trabalho, dizia:

> O primeiro meio rebaixa o artista aos seus próprios olhos; justifica-se somente pela extrema penúria, resultando de um concurso de acontecimentos excepcionais. O segundo, honra e eleva o homem, marca a extensão do seu poder como ente civilizado e facilita-lhe gozos e ditas reais.[209]

O discurso balizador sobre a organização em sociedades de socorros mútuos ou associações de previdência esteve orientado no sentido destas oferecerem vantagens de união, emolumento, troca de boas relações e de serviços amigáveis entre os associados, incitamento à ordem e ao bom comportamento (indispensáveis para pertencer a uma sociedade de socorros mútuos) e, finalmente, da obrigação de persistir nas idéias de previdência, sob pena de perder todos os direitos já adquiridos.[210]

Os resultados materiais verificados em várias partes da Europa, nas quais a mutualidade havia sido adotada, mostravam-se notáveis. As vantagens de tais associações eram estendidas a toda sociedade; aliviava os cofres públicos e a caridade particular de encargos, e muito mais se avantajava pelo aspecto moral. A filiação nestas sociedades oferecia benefícios materiais e morais, não só aos operários, mas também aos proprietários de oficinas. Para os primeiros, tais sociedades tinham como função despertar os bons instintos do homem, favorecer nele os hábitos de ordem e previdência, ao mesmo tempo em que interferia para a melhoria da sua condição material, tornando-o moralmente superior. Para os últimos, possuir operários associados significava privilégio de moralidade e de capacidade, o que lhes garantiria bons negócios.[211]

A primeira mutuária fundada na Bahia foi a Sociedade Monte-Pio dos Artífices, em 1832. Ao completar 100 anos de existência (1932), o então presidente da diretoria, André Avelino Argolo, falou da sua capacidade de resistência no cenário de desmoronamento de outras congêneres:

---

[208] DAUBY, J. *O Livro do Operário*, p. 83
[209] Idem, ibidem.
[210] Idem, p. 84.
[211] Idem, pp. 85-87.

> É realmente pasmoso que há um século passado, já os artífices baianos, homens do povo, não somente sonhassem, porém, pusessem em prática, dando vida material a um problema que, pela sua importância capital, é hoje o mais fundamental assunto na vida das nações - o corporalismo utilitário.[212]

Esta sociedade havia sido instalada graças ao empenho de "um punhado de obreiros do bem" e à reunião de forças em prol de uma causa comum. Foi

> produto da perseverança tenaz de um punhado de artífices, os quais, desde 1822, isto é, dez anos de sua instalação, vinham lutando contra o indiferentismo e a falta de compreensão de muitos que, convidados para tão elevada cruzada, se recusavam por motivos fúteis a fazerem parte de uma agremiação que, se dado fosse a eles, assistirem no presente, o produto daquela obra para a qual não quiseram concorrer, certamente ficariam cobertos com o véu do eterno arrependimento.[213]

No seu primeiro estatuto estavam discriminados os objetivos da Sociedade e, entre outros, tinha por fim incentivar o desenvolvimento das artes, no sentido de ofícios ou profissões, socorrer os sócios privados de trabalhar, e incumbir-se da subsistência da família e educação dos filhos por seu falecimento. Os estatutos também previam que a Sociedade jamais se intrometeria em negócios políticos e nem protegeria sócio algum que, por se envolver nesses assuntos, caísse em desgraça.[214]

Percebe-se que havia um propósito de garantir, oficialmente, a exclusão política das classes trabalhadoras. Para as elites dirigentes, havia o perigo de organizações, como as mutuárias, transformarem-se em instrumentos de ação dos trabalhadores que comprometessem a ordem social vigente. Era necessário bloquear qualquer tendência de tornarem-se núcleos formadores de opinião. O interesse do Estado em conceder, a artistas e operários, a oportunidade de organizarem-se em mutuárias era de transferir-lhes o ônus social, isentando-se de quaisquer responsabilidades.

Ainda em 1832, a Sociedade Protetora dos Desvalidos foi fundada por iniciativa do africano livre "Manoel Victor Sena, que exercia a profissão de ganhador no canto da Preguiça, um dos locais em que se reuniam os negros na Bahia em busca de trabalho".[215] Foi organizada, inicialmente, como Irmandade (Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos) na Capela dos Quinze Mistérios, com a finalidade de "promover a instrução e o amparo religioso aos seus associados", inspirando-se na filosofia das irmandades do Rosário, que prometiam a todos uma

---

[212] *Relatório da Sociedade Monte-Pio dos Artífices*, p. 3 e *A Sociedade Monte-Pio dos Artífices através de cem anos*, p. 3.
[213] Foi fundada em 16/dez/1832. *A Sociedade Monte-pio dos Artífices através de cem anos*, p.5.
[214] *Estatutos da Sociedade Monte-Pio dos Artífices*, 1833.
[215] BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, 1987, p. 23

carta de alforria. Enquanto sociedade mutuária propriamente dita, passou a existir em 1º de novembro de 1851, com o fim de promover a beneficência.[216]

Outros elementos denunciavam a força política das mutuárias no seio da sociedade escravista, a exemplo do controle estabelecido pelo governo imperial sobre a sua organização.[217] A partir da constatação de que a população, dia a dia, se submetia a uma vida de desprezo e abandono, pobreza e miséria, os poderes públicos e particulares passaram a desenvolver um discurso direcionado para a necessidade da superação desta situação através da organização de meios que pudessem suprir as carências da força de trabalho disponível. Doença, invalidez, falta de qualificação eram fatores que dificultavam, impossibilitavam ou, ainda, atrasavam a prosperidade da cidade. Em contrapartida, iniciou-se um programa de socorros, apelando-se para a população mais abastada e para os próprios necessitados, no sentido de organizarem-se em sociedades legalmente constituídas. O Estado passou a controlar a organização dessas sociedades, garantindo-lhes o funcionamento sob a sua vigilância.[218]

O controle exercido pelo Governo sobre as mutuárias, desde a nomeação dos dirigentes até a aplicação de seus recursos financeiros, estava expresso nos respectivos Estatutos. A fiscalização e o domínio sobre formas organizativas, que incluíam as camadas populares e oprimidas da sociedade, foram reforçados no Decreto 1882 de 30/set/1882. Havia, possivelmente, por parte das autoridades, desconfianças que impeliram à ampliação e aplicação de uma legislação rígida sobre tais associações, como resposta à crescente organização e união das "co-irmãs". Assim eram consideradas todas as associações que defendiam interesses semelhantes. Isto anunciava a reunião em torno de objetivos comuns, que poderiam, em última instância, acirrar movimentos contestatórios, em face das contradições presentes numa organização social escravista, discriminatória e preconceituosa.[219]

---

[216] BRAGA, Op. Cit.; *Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1895 a 1896*, p. 4. Foi fundada a 16 de setembro de 1832.

[217] O Governo Imperial criou, em 1860, uma legislação regulando a criação de mutuárias no Brasil a qual foi regulamentada na Bahia por decreto provincial no. 2711 de 19/dezembro/1860.

[218] A partir da Lei Imperial, foram publicados Decretos Provinciais que davam as diretrizes básicas para a criação de diversas sociedades. Bancos, Companhias, Sociedades Anônimas, Montes de Socorro, e outras sociedades que funcionavam sem autorização e aprovação de seus estatutos, eram obrigados a solicitar no prazo estipulado (60 dias da publicação do decreto) a respectiva autorização e aprovação se desejassem continuar em funcionamento. Caso contrário, automaticamente eram extintas (Decreto 2686 de 10 de novembro de 1860). Em decreto posterior (Decreto 2711 de 19 de dezembro de 1860), foi tratada da criação e organização das diversas sociedades que pretendiam continuar atuando, a partir da obediência aos trâmites legais. *COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil*. Lei nº 1083 de 22 de agosto de 1860.

[219] Idem, Decreto nº 2711 de 19 de dezembro de 1860, Art. 32, § 5º que diz: "O modo de sua administração, e as condições da nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Corte e pelos Presidentes nas Províncias". Nas Falas e Relatórios apresentados pelos Presidentes da Província, das

Desde 1853, nos estatutos da Sociedade Monte-Pio dos Artistas, estava prevista a proibição de tratar-se de assuntos políticos na sala das sessões:

> É expressamente vedado o tratar-se na Sala das Sessões de negócios políticos e objetos que não sejam relativos à Sociedade.[220]

Nas sociedades organizadas na década de 1870, a manifestação política aparecia como fator de expulsão:

> É absolutamente vedada toda manifestação política por parte da Associação. O Associado que infringir esta disposição será suspenso por 30 dias, e, nas reincidências, eliminado.[221]

As sociedades mutuárias foram-se multiplicando e organizando conforme as necessidades de cada grupo. Pelo menos quatro tipos de mutuárias foram identificadas. Algumas destinadas aos inválidos de guerras (guerras da Independência e do Paraguai); outras de apoio a imigrantes estrangeiros e nacionais; outras abolicionistas; e, a maioria, de cunho profissional, dedicada, sobretudo, aos interesses de artistas e operários.

A estrutura de todas elas seguia, em linhas gerais, o mesmo modelo, com exceção das abolicionistas, que tinham por finalidade específica concorrer para a extinção da escravatura no Brasil por meio de manumissões. Os sócios se agrupavam com o propósito de reunir, através de jóias, anuidades, subscrições, donativos, etc., um capital que promovesse o auxílio pecuniário para a compra das cartas de alforria.

As sociedades organizadas para atender às necessidades dos inválidos das guerras da Independência e do Paraguai tinham por fim auxiliar os associados e seus familiares na moléstia, na prisão e no falecimento. A Sociedade dos Veteranos da Independência (2 de julho de 1862) auxiliava, ainda, os descendentes legítimos ou reconhecidos como tais, garantindo meio de vida pelo trabalho, velando na educação e socorrendo até que pudessem ganhar a subsistência.

---

três últimas décadas do regime monárquico era levantado o tema "segurança pública e individual". A tendência observada era de que o número de crimes elevava-se, e o esforço para repressão e punição dos delinqüentes não estava dando bons resultados. Na Fala de 1877, por exemplo, o Presidente da Província (Henrique Pereira de Lucena) apontava algumas causas da alta de delinqüência, como falta de força pública eficiente; necessidade de educação civil e moral; falta de meios de trabalho e prostituição. Em 1881, observou-se um número assustadoramente crescente de prisioneiros na Cadeia de Correção da Cidade: em 1880 existiam 138 presos e, no correr do mesmo ano havia entrado 1.289, perfazendo o número de 1527, entre livres e escravos.

[220] *ESTATUTOS da Sociedade Monte Pio dos Artistas*, 1853. Sobre a Sobre Monte Pio dos Artistas ver SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*, 1998.

[221] *ESTATUTOS da Associação Tipográfica Bahiana*, 1871, Art. 87.

A Associação Beneficente Dois de Dezembro, criada em 2 de dezembro de 1867, além de socorrer seus associados e familiares na moléstia e sepultura, objetivava fundar um asilo para inválidos da Guerra do Paraguai (oficiais, guardas nacionais, voluntários ou recrutas), a fim de serem recolhidos e sustentados, por encontrarem-se inabilitados para ganharem sua subsistência e de suas famílias. Às famílias de militares inválidos ou falecidos seriam prestados socorros com contribuições semanais, conforme a necessidade de cada família, e fornecimento de roupas. Era garantida a educação dos filhos, enquanto privilegiava-se, ainda, pessoas da família do desafortunado militar a trabalharem em obras encomendadas, empregando-as em atividades comerciais ou industriais.[222]

As sociedades organizadas em torno de objetivos profissionais, em particular, pretenderam assistir ao trabalhador autônomo com pensões, educação, atendimento médico e protegê-lo da violência social e política, enquanto presa fácil aos arbítrios policiais que, muitas vezes, culminavam em prisão. A defesa pelo mercado de trabalho e pela formação de mão-de-obra especializada significou avanços experimentados por essas associações, ao aspirar a ampliação dos objetivos, ultrapassando os limites da pura beneficência. No rol destas sociedades, estavam a Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia (1872), a Sociedade Liga Operária Baiana (1876) e a Sociedade Democrática Classe Caixeiral (1877).

Das sociedades profissionais organizadas na Bahia, a mais antiga foi a Sociedade Monte-Pio dos Artífices da Bahia. Esta reunia um número ilimitado de artífices, incentivadores e protetores das artes (neste sentido ofícios, profissões ou indústrias) e os que com elas mantivessem relações. Tinha por finalidade socorrer os sócios, suas viúvas, filhos, mães e irmãs, mediante jóias, mensalidades e donativos que, formando um capital, seria destinado aos socorros e pensões. Os socorros variavam de acordo com a necessidade do solicitante. Poderiam ser pensões vitalícias, no caso de velhice e moléstia que impossibilitasse os sócios efetivos de trabalhar, ou temporárias, no caso de moléstia curável e prisão. Ocorrendo o falecimento do sócio, a família teria direito à pensão desde que as mulheres (viúvas, filhas, mães ou irmãs) não contraíssem novo matrimônio ou se "desviassem do caminho da honestidade". A educação dos descendentes de sócios constituía um outro tipo de socorro prestado

[222] *ESTATUTOS da Associação Beneficente Dois de Dezembro*, 1867.

pela Sociedade, tornando-se esta tutora para tais pensionistas de ambos os sexos, caso não tivessem parentes responsáveis.[223]

Em linhas gerais, as sociedades mutuárias do século XIX possuíam os mesmos critérios de organização. Em algumas delas, privilegiava-se a categoria profissional específica (tipógrafos, professores, médicos, farmacêuticos, caixeiros, chapeleiros), e outras eram mais genéricas, absorvendo artífices, artistas ou operários vinculados às artes mecânicas e liberais, respectivamente. Absorviam profissionais ligados a diferentes ramos de atuação.

Um dos critérios de admissão da Sociedade Monte-Pio Vinte e Cinco de Junho, instalada legalmente em 1869, era ser cidadão brasileiro, maior de 21 anos, que professasse a religião Católica Apostólica Romana e exercesse algum trabalho ou profissão de reconhecida moralidade. Eram membros desta sociedade negociantes, alfaiates, operários e latoeiros.[224]

É interessante perceber que, ao se tratar de Sociedade com características genéricas de profissões, a admissão de sócios era limitada a ser cidadão (aquele que possuia uma arte ou profissão de reconhecida moralidade) e ser brasileiro. Em alguns estatutos essas exigências eram expressas, e, em outros, ficavam subentendidas.

Na década de 1870, o critério da nacionalidade passou a ser estendido aos estrangeiros, apesar de algumas sociedades excluírem os africanos, como a Sociedade Monte-Pio dos Artistas Feirenses (1872) e a dos Artistas Cachoeiranos (1874). Segundo seus estatutos, admitiam um número ilimitado de artistas e pessoas amantes das artes, sem distinção de nacionalidade, “exclusive os africanos ou nascidos na Costa d'África”.[225]

Outros elementos sinalizavam, além de um impulso liberal, a defesa pela categoria profissional, como a Associação Tipográfica Baiana (1871), reunindo cidadãos nacionais e estrangeiros que exerciam ou tivessem exercido a profissão de tipógrafo, litógrafo ou livreiro; a Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra (1872) era restrita, originalmente, aos empregados e operários do Arsenal e, a partir de 1875, passou a ser chamada Sociedade Bolsa de Caridade, abrindo-se para homens e mulheres de qualquer arte ou profissão; e Sociedade Liga Operária Baiana (1876), que

[223] *ESTATUTOS da Sociedade Monte-Pio dos Artífices da Bahia de 1861/1862*.
[224] *ESTATUTOS da Sociedade Monte-Pio Vinte e Cinco de Junho*, 1869.
[225] *ESTATUTOS da Sociedade Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos*, de 1878.

aglutinava operários do ramo da construção civil (carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros), nacionais ou estrangeiros.[226]

A Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia, além de aplicar a beneficência, tinha por finalidade promover o desenvolvimento e perfeição das artes e ofícios entre os sócios e seus filhos. Para a realização de tais objetivos, a Sociedade fundou um liceu (escola), oficinas, biblioteca, passou a realizar exposições públicas e promover viagens dos alunos à Europa. Outra finalidade era a de defender o espaço profissional dos artistas e operários ali habilitados. Estes deveriam ser preferidos na contratação de obras, como mestres ou contra-mestres, das oficinas públicas, e na direção das edificações que dependessem da intervenção, licença ou consentimento do governo ou da municipalidade. Para tanto, o Diretório estabeleceria os devidos acordos com os poderes provinciais e municipais. Esta proposta não foi acatada pelo então Presidente da Província, Luiz Antonio da Silva Nunes, no processo de aprovação de reforma dos estatutos (1876), com a supressão do respectivo parágrafo (§ 2º do art. 53).[227]

A defesa pelo mercado de trabalho por parte de artistas e operários foi definida nos Estatutos da Sociedade Liga Operária Bahiana, regulamentados pelo ato de 30 de agosto de 1876. Segundo Manoel Querino, um dos fundadores da Liga, os operários baianos, no período de 1874 a 1875, passaram a sofrer perseguições de arrematantes apadrinhados de obras. Em resposta, “a classe oprimida em suas vantagens profissionais” movimentou-se para criar uma forma de “melhorar de vida”. Numa das discussões sobre os meios a serem utilizados na defesa dos interesses operários, o oficial de pedreiro Cornelio Cipriano Moreira propôs a criação de um juiz de ofício da classe operária, para decidir sobre habilitações, classificação, preço de trabalho, bem como “intervir junto aos poderes públicos em tudo quanto direta ou indiretamente afetasse os interesses da classe, conforme se praticara anteriormente à Independência”.[228]

A tendência verificada nas sociedades de interesse profissional foi de um processo crescente de afastamento das diretrizes iniciais, cujos princípios traziam elementos de uma mentalidade colonial, de característica corporativa. Um deles era a manutenção dos valores religiosos através da consagração do santo padroeiro, da

[226] *ESTATUTOS da Sociedade Liga Operária Bahiana*, de 1876.
[227] *ESTATUTOS da Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia*, de 1872, Cap. 1º, § 1º e 2º do Art. 1º., aprovados pelo Ato Provincial de 15 de outubro de 1872 pelo então Presidente da Província João José de Almeida Couto e EXTRATO do parágrafo supresso dos Estatutos da Sociedade de Artes e Ofícios, de 1876.
[228] QUERINO, *As Artes na Bahia*, 1913, Op. Cit., pp. 145/146.

preocupação com a dignidade da morte, das missas rezadas em dias de comemoração, etc. As mudanças observadas estavam na absorção de outros valores civis, que iam desde a organização administrativa até o código penal, implicando na ampliação de interesses políticos e sociais no interior das classes artísticas e operárias.

A organização dos trabalhadores acompanhou o movimento estabelecido pelo período em que as forças produtivas avançavam, libertando-se dos grilhões da escravidão e ingressando, definitivamente, no mundo do trabalho livre. As sociedades, organizadas para atender interesses abolicionistas, profissionais, recreativos, imigratórios, etc., refletiram o momento das transformações das diretrizes sociais, produtivas e das condutas culturais manifestadas pelo fim da escravidão e pela proclamação da República. Foi um espaço que favoreceu a participação ativa de operários e artistas no sentido de interferirem politicamente em assuntos que atingiam os interesses de classe.

Em reunião no Liceu de Artes e Ofícios (30/junho/1889), meses antes da Proclamação da República, operários e artistas, vítimas de uma crise aguda de falta de trabalho e, conseqüentemente, de falta de meios de subsistência, discutiam outras formas de superar o abandono em que se encontravam. Na ocasião foi sugerida a criação de um Partido Socialista, como estratégia de luta político-partidária a ser utilizada pelos trabalhadores.[229]

Entre a desagregação de um sistema baseado no trabalho escravo e a organização de um outro baseado no trabalho livre e assalariado, com todas as características de exploração do trabalho pelo capital, houve um processo de aprendizado por parte da classe trabalhadora, ao desenvolver mecanismos de defesa de interesses que só a ela pertenciam. Foram os escravos, primeiramente, que, explorados em sua condição, viveram as agruras de uma situação que não lhes dava chance de obter dignidade de vida e, posteriormente, os operários que, depois de várias tentativas de luta em defesa da vida e da profissão, passaram a lutar também por uma sociedade justa, na qual o trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador, fosse reconhecido em seu valor social, econômico e político.

O caminho percorrido pela classe trabalhadora, escrava e livre, ao longo do século XIX, desembocou, nos anos críticos do sistema escravista e do regime monárquico, em formas organizativas de características mais complexas, que

[229] Idem, p. 154

ultrapassavam objetivos puramente previdenciários. Novas conquistas passavam a fazer parte dos interesses operários como o direito de ter uma profissão, estudar, bem como de participar das decisões políticas em torno dos interesses de classe através da formação de partidos, uniões, sindicatos e cooperativas.

◊ O militante trabalhista na Liga Operária

O direito ao trabalho e à organização do trabalho e dos trabalhadores foram bandeiras levantadas nas manifestações do operariado parisiense em 1848 e se tornou, para Manuel Querino, uma obsessão desde a criação da Liga Operária Bahiana (1876). O seu discurso em defesa dos artistas, operários, do povo da Bahia imperial e depois republicana, tornou-se repetitivo nas diversas passagens da sua obra. Enquanto na Bahia artistas e operários reivindicavam acesso ao aperfeiçoamento profissional e escolar, além de garantia de trabalho, na Europa era inaugurada a Associação Internacional de Trabalhadores (1ª. Internacional – 1864-1876).

Os trabalhadores livres pretendiam conquistar a inserção social e política no interior de uma sociedade tensionada entre a liberdade e a escravidão. Uma das manifestações de luta de melhoria da qualidade de vida, de educação e conseqüente inserção política, foi a iniciativa, por parte de artistas e operários, da criação de uma escola de artes e ofícios, apresentada em projeto de lei em 1864.[230] Era um desejo e uma reivindicação de aperfeiçoamento profissional, bem como o aprimoramento intelectual de trabalhadores dispersos e excluídos da arena política e do banquete social. Tais mecanismos lhes possibilitariam disputar o direito de voto, no âmbito das eleições censitárias e que excluíam os analfabetos em vigor.

É importante assinalar que, sendo o Brasil uma nação escravista, monárquica, agrária, com as relações sociais baseadas no clientelismo, a vida dos trabalhadores livres, na condição de autônomos ou assalariados, era experimentada no interior dos

[230] O projeto de lei nº 729 de 1864, apresentado pelo Dr. Antonio Álvares da Silva à Assembléia Legislativa Provincial, previa a criação de uma Escola de Artes e Ofícios, cujo ensino duraria quatro anos e seria dividido em teórico e prático, contendo as disciplinas: Aritmética, Língua Francesa, Geometria e Trigonometria para o 1º ano; Mecânica, Física e Química, Desenho de Ornamentação e Princípios do Linear, para o 2º ano; Mecânica Industrial, Desenho Linear Aplicado à Arte das Construções, Física e Química Industriais, para o 3º ano; e o último ano, consagrado à tecnologia prática nas oficinas e laboratórios do estabelecimento. Entre os seus artigos, ficaria o Governo autorizado a contratar, dentro ou fora do país, mestres de oficinas, ficando o mesmo responsável pelos gastos necessários com o estabelecimento, com as oficinas que mais aplicação e utilidade pudessem trazer desde já ao país. Embora tenha sido acompanhado por muitas assinaturas de apoio, o projeto fora rejeitado. APEB. Série Projetos, maço 873, número 729 de 16 de março de 1864; QUERINO, Manoel Raymundo. *Artistas Bahianos*, p. 110 e *As Artes na Bahia*, p. 160.

antagonismos de classes, com as formas de exploração submetidas aos princípios capitalistas de produção. Era composta por dificuldades de sobrevivência articulada à falta de trabalho, ao desequilíbrio entre trabalho e renda, à inexistência de projetos políticos de qualificação da mão-de-obra disponível que passava a competir com os produtos importados, especialmente aqueles oriundos das indústrias inglesas, e, por fim, à insegurança dos trabalhadores na perspectiva previdenciária.

O processo de universalização do trabalho livre no Brasil ocorreu no interior da desestruturação de uma sociedade agrária, escravista, clientelista, despótica, tornando específicos o modus operandi da classe trabalhadora que se movimentava para a sua organização. Esta viveu as primeiras experiências de mobilização, limitadas e carentes de maiores aprofundamentos teóricos e políticos, caracterizando este processo pela fragilidade nas organizações e conseqüente enfraquecimento das lutas, não obstante estarem presentes e pulsando no interior da sociedade economicamente ativa.

Nos anos de 1870, nova forma de associação se delineou na Europa, sob o signo da resistência dos trabalhadores contra o patronato. Com este conceito surgiram as ligas operárias com o objetivo de não mais ajudarem-se mutuamente para sobreviver, mas de reivindicar através das greves. No Brasil, as ligas operárias também foram criadas como força histórica de conteúdo político, mas a partir das especificidades locais. A primeira Liga Operária constituída no Rio de Janeiro em 1871, transformou-se em 1878 em sociedade mutualista. Na Bahia nasceu com tendências de competir com empreiteiros capitalistas apadrinhados pelos poderes políticos locais, que emergiam no contexto de organização técnica e produtiva voltada especificamente ao ramo da construção civil. Foi o momento em que as sociedades mutuárias passaram a ampliar o papel da beneficência, do socorro mútuo, com a incorporação de objetivos relacionados à disputa pelo mercado de trabalho e à qualificação profissional e intelectual da classe trabalhadora.

A defesa e a disputa pelo mercado de trabalho por artistas e operários tornaram-se mais nítidas e definidas com a criação da Sociedade Liga Operária Bahiana. Na condição de fundador, Manuel Querino, íntimo dos problemas que afligiam a classe trabalhadora, enquanto pintor-decorador, deixou registrada uma passagem significativa que havia marcado o período de 1874-1875, caracterizando-o como um dos piores em que os operários baianos haviam sofrido, em conseqüência da perseguição de

arrematantes apadrinhados de obras. Em resposta, "a classe oprimida em suas vantagens profissionais movimentou-se para criar uma forma de 'melhorar de vida".[231]

Enquanto se desenvolvia o processo eleitoral de 1876, contexto em que o Partido Liberal avançava em sua propaganda, a despeito das perseguições policiais sofridas pelos liberais,[232] tendo o Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas[233] sua principal liderança, os artistas e operários da construção civil se organizavam para criar a Sociedade Liga Operária Bahiana, conforme se anunciava pela imprensa liberal:

> Domingo, 12 do corrente, ao meio dia, instalar-se-á nos salões do Diário da Bahia a Sociedade Liga Operária Bahiana, formada pelos carapinas e pedreiros desta cidade.
>
> Estão convidados a comparecer todos que compõem estas duas classes.[234]

Foi no contexto de pressão do Partido Liberal contra a hegemonia do Partido Conservador[235], que a Liga Operária Bahiana foi criada, conforme foi noticiada a sua instalação:

> Presentes, no Salão do Diário da Bahia, grande número de operários pedreiros e carapinas, afora muitos outros pertencentes a profissões diversas, entre um concurso de pessoas distintas, o Sr. Cons. Dantas, incumbido pelos iniciadores da idéia de promover a fundação daquela sociedade, assumiu a presidência, para a qual foi nomeado por aclamação (...) e chamando para secretário os Drs. Ruy Barbosa e Rodolpho Epiphânio de Souza Dantas.[236]

É importante assinalar o contexto internacional do movimento trabalhista europeu, cujos princípios inspiraram, não obstante os limites ideológicos e das experiências de luta, a classe operária baiana, então nos processos iniciais de organização. Ainda na mesma edição do Diário da Bahia, em matéria sobre a instalação da Liga Operária Bahiana, tratando da concorrida participação do operariado

---

[231] Querino, Manuel. *As Artes na Bahia*, 1913, pp. 145/146.

[232] Diversas notícias do jornal liberal *Diário da Bahia* se reportam às ações arbitrárias realizadas pela polícia local ao dissolver reuniões do Partido. *Diário da Bahia* de 3, 8, 17/3/1876.

[233] "Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), político baiano, começou sua carreira como protegido do barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley (1815-1889), chefe do Partido Conservador. Mais tarde, tornou-se líder dos liberais, chegando ao posto de presidente do Conselho de Ministros, em 1884, que preparou a lei dos Sexagenários, contando com o apoio de Cotegipe, então na oposição, cujo Gabinete, por seu turno, um pouco mais tarde, aprovaria a medida (Lei Saraiva-Cotegipe de 1885)." NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 287.

[234] *Diário da Bahia*, 9/3/1876.

[235] Entre 1868 e 1878 o Partido Liberal perdeu a hegemonia no poder, enquanto o Partido Conservador passou a dominar a composição de mando. Os anos de 1870 foram caracterizados pela pressão cada vez mais acirrada dos liberais, de constantes disputas entre os dois Partidos e de cisões internas, na perspectiva de avançar-se nos ideais de liberdade, sobretudo em relação ao escravismo e aos destinos do Império. O Partido Republicano foi criado no Rio de Janeiro (1870) e em São Paulo (1873); foi promulgada a Lei do Ventre Livre (1871), entre outras deliberações imperiais que avançaram para a sua derrocada, com a abolição da escravidão e proclamação da República.

[236] *Diário da Bahia*, 14/03/1876, p.1. Rodolpho Epiphânio de Souza Dantas era filho do Cons. Dantas.

no debate sobre a importância de se incluir outras categorias da construção civil à Liga, como ferreiros, canteiros e pintores de decoração, o periódico liberal concluía:

> Assim fica encetado entre nós um empreendimento que, n'outros países, como a Inglaterra e a Alemanha, é já uma grande e florescente realidade, e que aqui, portanto, segundo são nossos votos, bem encaminhado, de incalculáveis progressos para as classes operárias.[237]

A Sociedade Liga Operária foi inaugurada no salão nobre da Câmara Municipal a 26 de novembro de 1876, com o propósito de "promover os meios de obter riqueza, mediante o trabalho artístico ..., e observar a prática de recíproca e fraternal beneficência". Era uma congregação de artistas, carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros (trabalhadores da construção civil), nacionais ou estrangeiros, residentes na Província. Para cumprir os objetivos beneficentes e produtivos, seu capital, formado das jóias de entradas e mensalidades dos sócios e de outros meios, serviria para "habilitar a sociedade a apresentar-se como proponente a obras, quer do governo, quer de particulares..." e atuar na beneficência. A Sociedade organizaria "uma tabela de vencimentos diários por classes e outra de empreitada por peças e metros, de acordo com o progresso e necessidade da época".[238] Ou seja, uma das motivações que provocou a criação da Sociedade Liga Operária Bahiana, foi justamente a falta de condições do operariado de arrematar obras, diante da força dos empresários emergentes que passaram a hegemonizar as arrematações. Foram estes arrematantes "perigosos" que prometiam reduzir os salários do operariado a 800 réis.[239] Assim, sua organização era também de empreiteira, com o objetivo de disputar arrematações de obras com os empreiteiros apadrinhados e garantir, pelos esforços próprios, a autonomia do operariado no mercado da construção civil.

Aglutinou, no seu quadro social, além de artistas e operários, engenheiros. Estes foram absorvidos como exceção e adquiriram, como os demais, o privilégio de tornarem-se sócios efetivos. Eram encarregados, entre outras obrigações comuns aos demais sócios, de fazer os orçamentos das obras de acordo com as comissões artísticas; inspecionar os trabalhos; realizar as vistorias e defesas necessárias nas obras assumidas pela associação; assinar os recibos das compras dos materiais e rubricar as folhas de pagamento dos operários. Talvez este tenha sido um artifício, uma necessidade ou uma obrigação, utilizado em defesa da associação, por atribuir-lhe,

[237] Idem.
[238] *ESTATUTOS da Sociedade Liga Operária*, 1876, Art. 1º §§ 1, 2 e Art. 2º §§ 2 e 3.
[239] Querino, *As Artes*, p. 145.

assim, maior credibilidade e para facilitar as disputas pelas arrematações de obras. Por sua vez, entre os deveres dos sócios efetivos, havia o compromisso em preferir seus consócios na admissão de suas obras, ou nas que administrassem, salvo o caso de absoluta impossibilidade. Isto esclarecia a intenção da sociedade em defender os interesse de classe, vinculados a um mercado de trabalho competitivo.[240]

Além de preocupar-se com a defesa do trabalho na construção civil, a Sociedade Liga Operária Bahiana investia na conscientização dos seus operários.

> O Diretório empregará todos os meios para sustentar um periódico quinzenal, a fim de fazer conhecer aos artistas a falta de independência em que vivem, quais as grandezas e méritos dos artistas europeus e os meios de obter riqueza em troca do trabalho.[241]

Outra preocupação presente na Liga Operária, como em outras sociedades já citadas, era a liberdade de seus consócios, no caso das prisões policiais.

> O Diretório se interessará pela liberdade de seus consócios nas prisões policiais, sem, contudo, prejudicar a correção que porventura eles mereçam.[242]

Este tipo de socorro era previsto por algumas sociedades profissionais. Em caso de prisão, e enquanto não ocorresse a condenação por algum dos crimes infamantes mencionados no código criminal do país, ou expressamente declarados no regimento interno, as sociedades se encarregariam de prover uma mensalidade até o veredicto final.

> Ao sócio que for preso e que não tiver recursos, a sociedade pagará as despesas de comedoria e carceragem, propugnando pela sua defesa por todos os meios ao seu alcance.[243]

Caso o associado em questão fosse condenado, seria eliminado da sociedade. Algumas regras de comportamento e etiqueta institucionais faziam parte dessas associações, que incentivavam a autodisciplina e a fraternidade. Penalidades eram aplicadas àqueles que descumprissem os regulamentos. A expulsão do sócio era a pena máxima no caso de prática de vícios e imoralidades, injúrias e ultrajes, publicação de escritos contra os interesses da sociedade, desobediência, abuso de poder com prejuízo para a sociedade, etc.

---

[240] As obras assumidas pela Sociedade eram administradas por cinco Comissões Artísticas, que correspondiam a cada categoria de artistas (carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros). A elas competia contratar as obras, inspecioná-las e realizar alterações, de acordo com o engenheiro e os mestres. Tudo era controlado pelo Diretório. Idem, §§ 1º, 2º e 3º do Art. 42º.
[241] Idem, Art. 56º das Disposições Gerais.
[242] Idem, Art. 57º.
[243] *ESTATUTOS da Sociedade Democrática Classe Caixeiras*, 1879, Art. 46.

A Liga Operária Bahiana teve vida relativamente curta. Dela, poucas informações restaram. Não obstante, tudo indicou que ela tivesse se constituído, para Manuel Querino, em porta de entrada para a sua atuação política, engajada às causas dos trabalhadores. Ali se tornou um representante das classes trabalhadoras, uma das primeiras lideranças da nascente classe operária baiana e interlocutor dos negros junto aos poderes constituídos, militando em um movimento sócio-político mais amplo no "guarda-chuva" do abolicionismo.

Em discurso de abertura proferido pelo Conselheiro Dantas, a Inglaterra foi destacada como exemplo de democracia e liberdade, onde "a opinião [era] a verdadeira rainha. A opinião ali governa[va] o governo".[244] Com a finalidade de oferecer recíprocos socorros, a Liga, para o Conselheiro Dantas, desempenharia o papel de educar pelo trabalho, na perspectiva de promover a ilustração da classe trabalhadora envolvida, associada aos esforços coletivos, inteligentes e duradouros, a fim de atingir o bem estar comum, "características dos povos livres".[245] Assim, no seu discurso estava revelada, do ponto de vista de um representante da elite política local e nacional, a intenção de apoiar uma iniciativa que significava um passo importante ao encontro da civilização, na perspectiva de reproduzir as diferenças sociais, identificando o que seria bom para as classes trabalhadoras, conforme descreveu os fins daquela sociedade:

> ...quer de melhorar a vossa profissão comum, quer de desenvolver o trabalho, quer de elevar-vos cada vez mais nessa nobre profissão vossa, quer finalmente de estimular de dia em dia entre vós a instrução compatível com a vossa situação social.[246]

O papel do Conselheiro Dantas no apoio e incentivo à fundação da Liga estava associado a um trabalho político diligente, cuidadoso, que lhe possibilitou a aproximação com os trabalhadores organizados, mantendo uma relação paternalista baseada nas promessas. Assim, segundo Graham, diante da

> potencial resistência dos pobres, os ricos viram-se obrigados a expressar a dimensão de sua autoridade com muito cuidado; um gesto desafiante podia até vir a solapar a própria visão das elites sobre si mesmas. Por conseguinte, trabalhavam diligentemente para superar a própria insegurança, mantendo a relação de distância social e proximidade física através de medidas que acentuavam a hierarquia e sua superioridade dentro dela. A exibição de status era um instrumento para a manutenção da relação adequada entre aqueles que ocupavam lugares sociais diferentes: pela defesa de honra e posição – que

[244] *Diário da Bahia*, 14 de março de 1876, p. 1.
[245] Idem
[246] Idem.

> algumas vezes exigia pródigas despesas ou mostra aberta de generosidade, e outras impelia ao desprezo pelos pobres – os abastados procuravam legitimar a deferência que recebiam dos demais. (...) uma ocasião suntuosa assegurava o direito à autoridade e arrebanhava novos clientes. Isso não apenas enaltecia a posição do indivíduo, mas fortalecia todo um sistema. A prática política servia ao mesmo propósito.[247]

O discurso do Conselheiro Dantas integrava idéias de união, liberdade, harmonia e ordem como fatores indispensáveis para a conquista da paz, prosperidade e grandeza dos povos. Ao referir-se à Inglaterra como exemplo de nação livre, culta, apesar dos problemas sociais graves, identificou soluções "até certo ponto animadoras". Comparando com a situação brasileira, assinalou:

> Entre nós as relações do capital e do trabalho quase que, em ponto nenhum, estão delimitadas. A sorte dos operários acha-se entregue ao arbítrio, indefinidamente justo ou injusto, generoso ou egoístico, equitativo ou tirânico, daqueles em cujas mãos está concentrada a propriedade.[248]

Tocando nas motivações sociais que culminaram na organização da Liga, o Conselheiro Dantas, apesar de não aprofundar a questão, sugeriu que fosse exigido do governo "aquilo que nos é obrigado a dar" como grande conquista a ser garantida. Ou seja, a sua posição social e política o incluía como governo que naquela ocasião garantia aquilo que as classes trabalhadoras desejavam para si, como aquela Sociedade que então era constituída pelo seu beneplácito. Advertia ser necessário avançar com essa exigência sem, contudo, não a levá-la "tão longe quanto até hoje, porque enquanto assim for não é possível um passo no caminho do progresso".[249]

A sua preocupação era de serem os fins daquela associação o limite possível para a garantia de conquistas relativas a serem exigidas ao governo, até onde ele seria capaz de doar, sem os perigos de maiores agitações, como ocorriam na Europa civilizada, e, conseqüentemente, pôr em perigo o próprio status quo. O avanço possível era o limite associativo, pois desta forma "a família [seria] mais respeitada em sua dignidade e em seus direitos; as virtudes privadas e sociais aproveitar-se-[iam], como cumpre, e a fortuna, a prosperidade, estender-se-[ia] pela face do país."[250]

Referindo-se à situação das classes obreiras do Reino Unido, o que havia merecido "notáveis estudos", o Conselheiro afirmou o quanto era perceptível

---

[247] GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 50/60.
[248] *Diário da Bahia*, 14/03/1876.
[249] Idem.
[250] Idem.

> o poder desta força incomparável chamada associação. Pasmaríeis vendo como no seio das classes mais obscuras, mais humildes, mais enjeitadas, de um número de iniciadores muita vez diminuto, insignificante, se tem levantado pela comunhão fraternal do trabalho, esses grandes centros de energia produtora e moralidade social denominadas uniões, sociedades de construção, de participação industrial, de consumo, de cooperação de crédito popular. Ali não falta lugar para ninguém na longa escala do trabalho. Todas as profissões tem sua representação, sua providência, o seu amparo, todas: construtores, ferreiros, serralheiros, tintureiros, vidraceiros, chapeleiros, catraeiros, marceneiros, pedreiros, charuteiros, caldeireiros, carapinas, fundidores, pintores, encadernadores, tecelões.[251]

O Conselheiro Dantas visualizava o poder da classe trabalhadora como potencial de mobilização social, seja a favor ou contra os governantes. A sua percepção política de características liberais o conduziu a aproximar-se dos operários baianos, catalisando para si uma boa parcela de um eleitorado fiel, bem como se posicionando como "protetor' das classes trabalhadoras. Assim, o seu discurso provocou uma animação daquele grupo reunido em torno da Liga, por inaugurar-se ali "uma era de muitas promessas" que haveria de "corresponder à extensão de nossas aspirações".[252] Convocou a todos para garantir o sucesso daquela empreitada. Mais uma vez reportando-se à Inglaterra, afirmou ser aquela não uma prova de que o governo não era indiferente ao desenvolvimento de tais associações, buscando rodeá-las de garantias preservadoras. O seu discurso era de um representante das elites políticas que vislumbrava o poder, cujo ponto de vista se distanciava da realidade da classe trabalhadora e, por conseguinte, distorceu as lutas reais vividas na Inglaterra. Para ele a Inglaterra legislava de forma inclusiva, com a intenção de proteger os direitos dos trabalhadores com leis de estímulo à instrução, tutelares da mulher e da criança. Um ponto de vista característico de quem procurava compatibilizar capital e trabalho sem as tensões sociais então presentes. Concluiu:

> Eu quisera que tomásseis por modelo este país onde, como com efusão d'alma presenciei, o operário, com a blusa e os vestígios frescos do trabalho, nos intervalos deixados ao descanso, freqüenta as escolas, os museus, as bibliotecas abertas a cada canto, e, com atenção concentrada e profunda, busca espontaneamente a ciência prática do trabalho, do dever e do direito.[253]

O colorido pintado pelo Conselheiro, sem lutas de classes, sem antagonismos, sem crueldades praticadas sobre mulheres e crianças nas grandes indústrias, invertia a situação cinzenta, de fumaça, de cansaço e desnutrição vivida pelo operariado

[251] Idem.
[252] *Diário da Bahia*, 14/03/1876. Grifo meu.
[253] Idem.

europeu. Encobria, conseqüentemente, as lutas sangrentas que culminaram em conquistas relevantes que germinaram em direitos politicamente reconhecidos e na inclusão histórica do operariado enquanto força social revolucionária e "perigosa".

Tais palavras, idéias, conceitos compuseram o cenário político do império escravista no universo do trabalho livre. A liberdade e a democracia inglesa tornavam-se um exemplo a ser seguido e adaptado à realidade imperial, escravista, latifundiária. Bebendo desta fonte, Querino se envolveu no "movimento trabalhista" brasileiro, buscando compor uma série de reivindicações sociais e políticas, na condição de trabalhador da construção civil e integrante da Liga Operária.

Em nome do operariado ali presente o pedreiro José Duarte dos Santos Bahia, referiu-se ao Conselheiro Dantas, o homenageado daquela solenidade, desculpando-se, inicialmente, por só poder falar "a palavra rude e tosca do operário". Diferentemente dos artistas de outros países que "[constituíam] uma classe relativamente instruída", os daqui viviam "mergulhados em uma ignorância de que o governo lhes não [dava] meios de sair".[254] Referiu-se ao "grandíssimo" Conselheiro, como "amigo de todas horas, o aliado de todos os momentos", que ensinava a todos "as verdadeiras lições do trabalho, da economia e da liberdade".[255] Ao finalizar o discurso, agradeceu ao Conselheiro com os votos de "conservá-lo entre os artistas, guiando-os e inspirando-os nos mesmos e sãos princípios que nos [acabava] de expender."[256] Neste discurso ficou explícita a relação de dependência que se estabelecia entre o operariado reunido na Liga e o Conselheiro Dantas. Esta relação foi analisada por Manuel Querino anos mais tarde, quando se desligou da política partidária e passou a dedicar-se à produção intelectual.[257]

Em nome do operariado ali reunido, José Duarte expressou o sentimento que acompanhou Manuel Querino ao longo da sua militância política, à frente do movimento trabalhista na Bahia, pelo menos até os anos iniciais da República. Após o seu afastamento da arena político-partidária, pôde analisar aspectos anteriomente desapercebido por ele e pelos demais companheiros.

Recordando-se do processo de organização do operariado baiano desde a instalação da Liga Operária, Querino observou que a ação política dos antigos partidos

[254] *Diário da Bahia*, 14/03/1876.
[255] Idem.
[256] Idem.
[257] Especialmente em *As Artes na Bahia* (1909) e *A Bahia de Outrora* (1916), Querino analisou as questões políticas que mobilizaram o operariado, assim como transformaram as ilusões em decepções.

imperiais inibiu a atuação operária, interferindo nos seus destinos e manipulando-os conforme seus interesses. Diante desta conclusão, os operários compreenderam ser necessário ampliar a sua ação com a criação de um partido independente e desvinculado "dos velhos partidos que os exploravam cruelmente."[258]

Rememorando os fatos, dos quais participara ativamente, recuperou as razões e os processos da existência da Liga Operária como exemplo de resistência por parte do operariado na luta entre capital e trabalho no interior das disputas que emergiam na lógica das relações capitalistas de produção no interior da escravidão.

Os anos de 1874 e 1875 foram difíceis para o operariado da construção civil, tendo em vista a "onda de arrematantes de obras, que surgiam a cada canto, qual mais apadrinhado."[259] Aqui ele se referiu às relações de poder estabelecidas na Bahia, no interior da cultura clientelista e personalista que marcava a tradição política e social do Brasil imperial e republicano. Assim, naquele período da administração Cruz Machado (1873-1874), caracterizada "pelas comesainas e pela falta de escrúpulo governamental", não obstante alguns operários alimentarem "a vaidade do velho", oferecendo-lhe "flores, discursos e ovações (...) este nada fez em favor dos que lhe dispensaram tantas zumbaias.[260]"

> "Murchas as flores, terminados os discursos começaram de novo, os operários, impelidos pela necessidade do momento, a cogitar os meios de melhorar de vida."[261]

A situação precária experimentada pelo operariado fez despontar um movimento de reação ficando "à testa (...) os artistas mais influentes".[262] A atividade política do movimento trabalhista de forma geral se ateve à direção de trabalhadores críticos, até certo ponto intelectualizados e integrantes de uma categoria mais ou menos qualificada, cabendo a eles o desenvolvimento de uma consciência classista autônoma, em ação contra a ideologia predominante. Era um grupo composto por

[258] Querino, Manuel. *As Artes na Bahia*, 1913, p. 154. Sobre o operariado e a trajetória da Sociedade Liga Operária Bahia, Manuel Querino narra com detalhes em seu livro *As Artes na Bahia*, 1911. Sobre tais narrações, muitos dos seus biógrafos reproduziram suas informações sobre a Liga. Aqui estou utilizando suas informações com base em documentos de apoio que reforçam as suas interpretações.
[259] Querino, *As Artes na Bahia*, 1913, p. 145.
[260] Idem.
[261] Idem, p. 146.
[262] Idem, p. 145.

trabalhadores qualificados, e por isso melhor remunerados, que teve oportunidades de instrução e aquisição de conhecimentos.[263]

A experiência de organização operária, de matriz corporativa de padrão metropolitano e desorganizada a partir da independência do Brasil, foi a inspiração possível para os trabalhadores baianos que viviam um período de grandes dificuldades de trabalho e, conseqüentemente, de sobrevivência. Com o objetivo de "melhorar de vida" e enfrentar aquela conjuntura que apontava para o aprofundamento de uma crise estrutural das relações capitalistas de produção no interior do escravismo, tendo como pano de fundo a luta entre capital e trabalho, o oficial de pedreiro Cornélio Cypriano Moreira, "numa daquelas confabulações", teve a idéia de constituir

> um juiz de ofícios da classe operária, com atribuições de decidir das habilitações, classificação, preço de trabalho, e bem assim, de intervir junto aos poderes públicos em tudo quanto direta ou indiretamente afetasse os interesses da classe...[264]

Querino, enquanto testemunha "daquelas confabulações" no Largo do Teatro, na Praça do Palácio e outros pontos onde se reuniam os operários, explicou a gênese da criação da Sociedade Liga Operária Bahiana, como necessidade de se resolver um problema imediato, que afetava a sobrevivência dos trabalhadores. Foi no contexto em que empresários capitalizados e politicamente protegidos pelas autoridades locais surgiam como perigosos concorrentes para os trabalhadores desprotegidos e desorganizados.

Considerada "insubsistente" a proposta, o oficial de carapina Eduardo Soares da Silva Campos "lembrou a criação de uma sociedade para se incumbir de arrematação de obras, compostas de operários de construção: pedreiros, carapinas, ferreiros, canteiros e pintores de decoração."[265] Foram nestes encontros entre as lideranças que despontavam no cenário associativo que as idéias, os sonhos, as crenças foram se configurando em movimentos concretos para a realização de políticas sociais de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Para Querino, eram idéias soltas, inspiradas nas experiências de organização já superadas, como das corporações de ofícios, ou em formação, a exemplo das mutuárias, ligas e das recentes empreiteiras. A organização operária deveria avançar

---

[263] Graham, Op. Cit. Ver mais sobre a "Aristocracia do trabalho" em HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária.* R.J/S.P: Editora Paz e Terra, 1987; *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.
[264] Querino, *As artes*, Op. Cit, p. 146.
[265] Idem.

numa direção mais ampla que reunisse inserção política, social e econômica, considerando a pressão das forças capitalistas organizadas sobre o povo trabalhador no interior das relações escravistas de produção.

Querino expressou a revolta de quem, possuído pela ingenuidade, acreditara nos políticos de então. Assim, a partir da idéia dos operários,

> um astuto político acolheu-a de bom grado, com o fito de especulação.
>
> E como sempre, o operário acreditou ingenuamente em todo aquele aparatoso concurso, esperando, que do consórcio da proteção prometida com o trabalho, brotasse uma reparação a tanto sofrimento.[266]

O "astuto político" referido por Manuel Querino era o "grandíssimo amigo e aliado de todas as horas" - o Conselheiro Dantas -, conforme discurso proferido pelo operário José Duarte na instalação da Liga. Segundo Querino, o Conselheiro Dantas haveria se desligado do Partido Liberal Histórico e criado o Neo-Partido Liberal, "assentando sua tenda de combate nos arraiais operários."[267] Em seu artigo "Operários Políticos", Manuel Querino descreveu a ação política do Conselheiro Dantas e sua propaganda no seio do operariado, considerando-o

> espírito fadado para a política, maneiroso e feliz, sabia perfeitamente empolgar a opinião nas lutas da tribuna e da imprensa; possuía a vertiginosa embriaguez da fama ruidosa e brilhante dos agitadores.[268]

Desta forma, o "astuto político" aproximou-se das classes populares, ensinando as primeiras lições de política e insistindo sobre a importância e necessidade da vinculação a um partido político, como única maneira de

> tornarem efetivas as prerrogativas sociais, na parte que lhes competia. Mandava distribuir gratuitamente o Diário da Bahia, insistindo na sua leitura para que gravassem na memória o direito que lhes assistia como cidadãos.[269]

A "insistência de vinculação a um partido político" foi marcante no discurso do Conselheiro e compreendida por Querino como uma forma de estabelecer-se mais uma estratégia de controle por parte das elites políticas, apoiada nas relações paternalistas/clientelistas/personalistas estabelecidas no Brasil imperial e depois republicano, e na Bahia particularmente. Na condição de herói, salvador das classes desfavorecidas da fortuna e da instrução, o Partido Liberal, comandado pelo

[266] Idem, p. 146.
[267] Querino, *As Artes na Bahia*, 159.
[268] Idem.
[269] Idem, p. 160.

Conselheiro Dantas, arregimentou as classes trabalhadoras para combater a "aristocracia dos conservadores". Para Querino, a crença naquele "combate" estaria diretamente relacionada à luta contra os "preconceitos de raça e de classe".[270] No interior da sua narrativa, Querino explicitou o seu combate aos "preconceitos de raça e de classe" como elementos motivadores que o transformaram em militante trabalhista e, mais tarde, crítico dos destinos dos negros e trabalhadores da Bahia escravista e imperial e republicana.

A conjuntura que se estendeu de 1868 a 1878 foi de hegemonia do Partido Conservador no mando. Os anos de 1870, com o final da Guerra do Paraguai, foram de reanimação do quadro político imperial, sob a pressão dos liberais, reorganizando-se e buscando recuperar os espaços decisórios junto ao Imperador, o que de fato aconteceu em 1878, com a subida do Gabinete Sinimbu. Em 1869 ocorreu uma fusão dos liberais históricos e progressistas, formando-se o novo Partido Liberal, cujo programa caracterizava-se pelo radicalismo quase antidinástico. O seu manifesto apelava para a necessidade do "desenvolvimento do elemento democrático da Constituição e a maior amplitude e garantias das liberdades individuais e políticas".[271]

O fato de o Conselheiro Dantas arregimentar o operariado para as bases do Partido Liberal, atestava as técnicas de controle estabelecidas na dinâmica social rigidamente hierarquizada, marcada pela divisão entre proprietários e escravos, entre ricos e pobres, cujo princípio estava em "premiar a obediência com benevolência e usar a força para punir a desobediência".[272] Tendo em vista os valores próprios do clientelismo, nos quais a "generosidade para com os pobres era constantemente louvada... e a insistência em relação a isso como uma virtude maior."[273] Ainda, as relações sociais entre lideranças e liderados, mesclavam-se força e benevolência.

Configurada a sua influência no universo cultural do operariado de então, Manuel Querino resgatou a participação e influência do Conselheiro para a

[270] Idem, ibidem.
[271] LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro (1822-1889*). Nova Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp. 43-45. O seu programa abrangia "a descentralização; a abolição do poder moderador; o Senado eletivo e temporário; a eleição dos presidentes de províncias pelas própria províncias, de modo a formarem uma verdadeira federação e oferecia novidades – a liberdade de ensino, que soava admiravelmente, embora significasse pouco; a política eleita como nos Estados Unidos, a abolição da guarda nacional, taxada de sustentáculo das instituições; o sufrágio direto generalizado a caminho de ser universalizado'a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; a sempiterna questão da emancipação do elemento servil; a suspensão e a responsabilidade dos magistrados, postas na alçada dos tribunais superiores e do poder legislativo, em vez de dependentes do executivo; a magistratura independente, incompatível e retirada na sua escolha à ação do governo; a incompatibilidade entre as funções eleitorais e os cargos públicos e mesmo os títulos e condecorações."
[272] Graham, Op. Cit.,p. 44.
[273] Idem, ibidem.

permanência dos festejos noturnos que precediam as comemorações do Dois de Julho na Bahia.

> Em 1874, o cons. Manuel Pinto de Souza Dantas, presidente da direção dos festejos do Dois de Julho, aproveitando a grande popularidade de que dispunha, promoveu os meios de levar a efeito, com o regozijo antigo, a tradicional romaria da noite primeira. Aumentou nesse ano o número de batalhões patrióticos, com especial menção a Legião da Imprensa, comandada pelo genial brasileiro Cons. Rui Barbosa, e o do Liceu de Artes e Ofícios.[274]

Nas eleições gerais de 1876, foram integrados à Câmara 16 deputados liberais, no interior do debate da reforma eleitoral, com a eleição direta. Na Bahia, segundo Querino, da "propaganda pertinaz, insistente e perseverante (do Conselheiro Dantas), resultou a vitória (...) para eleitores e juízes de paz, das chapas denominadas de artistas, a exemplo do que havia ocorrido em 1864."[275] A partir de então, com a vitória do pleito, ficaram assentadas "as bases do elemento liberal nas classes trabalhadoras."[276]

> A propaganda prosseguiu e a idéia ganhou terreno.
>
> Como se vê partiu do conselheiro Dantas a introdução do operariado na política, como elemento de força, pugnando por uma idéia, no intuito de fazer valer o voto da classe.[277]

No perfil político do Conselheiro Dantas (1831-1894), elaborado por Oliveira Lima, foram destacados o seu "magnetismo" e "notória aptidão".

> ...tanto sabia cercar-se de homens de inteligência e aproveitar-lhes o engenho, como ocupar-se dos interesses, mesmo dos pequenos negócios dos seus correligionários para quem o chefe do partido deve agir como um deux ex machina. Orador abundante e de recursos, tinha a maneira comunicativa, a faculdade de enternecer, e tocava com perfeição, o instrumento da simpatia. A cordialidade parecia uma manifestação espontânea da sua bonomia característica. Joaquim Nabuco dele dizia que fazia pensar em Gladstone, pelo liberalismo do seu temperamento de homem de Estado, cada dia mais inclinado a escutar a opinião pública e a empreender reformas ousadas. Em suma, era o homem indicado para chamar a si o sentimento popular, guiar os moços ao assalto e afrontar as dificuldades por pura ambição de glória.[278]

Com o "dom do encanto pessoal", aproximou-se do povo, no contexto das relações de obediência e de controle, como acentuou Graham:

> O objetivo da ação política, das eleições e das nomeações para cargos públicos originava-se das diretrizes da organização social brasileira, duas em particular: primeira,

[274] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, "A Noite Primeira de Julho", p. 43/44.
[275] Querino, *As Artes na Bahia*, p. 160.
[276] Idem.
[277] Idem, ibidem.
[278] Oliveira Lima, Op. Cit., pp. 119/112

> prática e prédica infundiam constantemente a idéia de que todas as relações sociais consistiam de uma troca de proteção por lealdade, benefícios por obediência, e que a recalcitrância merecia punição; segunda, toda instituição servia virtualmente para acentuar a hierarquia social, insistindo em que para cada indivíduo havia um lugar bem determinado, embora a mais importante distinção fosse entre os ricos e os pobres. Opor causa dos obstáculos à imposição do controle social no Brasil – particularmente a mobilidade geográfica dos sem terra livres -, medidas que buscassem esse controle eram muito necessárias. Mais importante ainda era o problema universal de que os que deviam ser controlados tinham vontade própria. A política tanto contribuía para fortalecer essas preocupações sociais maiores como extraía delas sua razão de ser.[279]

Compondo o seu objetivo político de aproximar-se das classes populares, angariando simpatias seguidas de obediência e lealdade, o Conselheiro Dantas agradecia, a todos os operários presentes na solenidade de fundação da Liga, por achar-se

> feliz toda vez que [se via] no meio do povo, com aqueles que não sei separar-me e em cujo meio viverei sempre lutando pela liberdade e pela ordem, condições inseparáveis à paz, prosperidade e grandeza dos povos.[280]

Para Manuel Querino, o Conselheiro Dantas desempenhou bem o seu papel:

> O auxílio dispensado pelo cidadão que, na época, dispunha da maior influência política não se fez esperar. Discutia conosco os assuntos mais urgentes, participando das nossas necessidades, ou indicando o melhor meio de se angariar a proteção dos poderes públicos e dos particulares.
>
> Falava-nos do grande papel que exerceu na Europa a sociedade internacional de França, e, finalmente, nos fazia acreditar nas boas intenções, para conosco, da parcialidade política que chefiava.[281]

A trajetória da Liga, acompanhada por Manuel Querino na condição de Secretário, foi conduzida pela "proteção política" do Conselheiro Dantas, que ocupou a Presidência do Diretório Provisório, juntamente com Ruy Barbosa e seu filho Rodolpho Epiphânio de Souza Dantas, ao lado dos operários Eduardo Soares da Silva Campos (carapina), Cornélio Cypriano Moreira (pedreiro), José Duarte dos Santos Bahia (pedreiro), Silvestre Antônio de Oliveira e Avelino Manoel dos Passos.[282]

---

[279] GRAHAM, Op. Cit., pp. 41/42
[280] *Diário da Bahia*, 14 de março de 1876; O Globo, 4/4/1876, p.1.
[281] Querino, *As Artes na Bahia*, p. 146/147.
[282] Para Manuel Querino, a Sociedade Liga Operária Bahiana "efetivamente" havia sido inaugurada a 26 de novembro de 1876 no salão nobre da Câmara Municipal, apesar de o jornal Diário da Bahia noticiar a sua instalação em 12 de março daquele mesmo ano, no salão do Diário da Bahia. O 12 de março, provavelmente, se constituiu em instalação extra-oficial até a elaboração e aprovação dos estatutos, ocorrida em ato do presidente da província de 30 de agosto de 1876, seguida da inauguração oficial de 26 de novembro.

O jornal fluminense O Globo, ao noticiar a instalação de semelhante sociedade naquela província[283], elogiava a iniciativa na Bahia com a instituição da referida Liga Operária Bahiana, como importante associação de operários, tão popular na Europa, mas ainda não "aclimado ao nosso país". Felicitando o Conselheiro Dantas "pela honra que merecidamente lhe fizeram designando para presidente desta útil associação", o jornal expressava a preocupação social e política das elites sobre a organização operária, ao considerar o nobre

> fim dessas associações e de tanto alcance podem ser que para a libertação moral do operário, que todo o esforço empregado para enraizá-las entre nós deve ser aplaudido e coroado pela imprensa.

E mais adiante, o jornal Diário da Bahia observava ser, para Salvador, uma

> aspiração justa e de muito alcance nesta cidade, onde, não padece dúvida que aumenta a classe operária, ao mesmo tempo que escasseiam o trabalho e os meios de vida, diminuindo-se as edificações.

Na mesma edição, o Diário da Bahia alertava o governo para que cuidasse da sorte da classe operária nas grandes cidades, atentando para o futuro da mesma. E concluía afirmando sobre a necessidade de

> não esquecer que o operário baiano é em geral inteligente, compenetrado em seu valor e moral, e até certo ponto altivo; tem aspirações, e procura alimentá-las é com elementos, por conseguinte, que não se pode deixar que por mal dirigido se desvaire, e em vez de ser uma força reconstrutora seja de destruição.[284]

Tornava-se evidente a preocupação com os caminhos a serem percorridos pelo operariado e a necessidade de uma atenção cuidadosa por parte de um guia representante das elites políticas, como o Conselheiro Dantas. Era necessário alimentá-lo como força política aliada no sentido de contribuir para a preservação do status quo, no lugar de se constituir em força "destruidora" desta ordem. Ao mesmo tempo o operariado urbano passava a ser reconhecido como força emergente, visível, que deveria ser incluído nas preocupações políticas das elites governantes. A classe trabalhadora passava a ser entendida como ameaça que, se somada a outras forças populares emergentes com a iminência do fim da escravidão, poderia desestabilizar a ordem estabelecida.

[283] *Diário da Bahia*, 29 de março de 1876.
[284] *Diário da Bahia*, 28 de março de 1876, p. 01.

Como "pedagogo político", o Conselheiro Dantas assumiu para si a função de "instruir" o povo para o exercício político na conquista de direitos sociais. "Sentado numa tripeça de sapateiro"[285], alimentava a todos que escutavam seus discursos inflamados. Era uma massa de analfabetos que passava a perder espaço no mercado de trabalho, em conseqüência do avanço das forças capitalistas estrangeiras e nacionais, e que experimentava o crescente empobrecimento e distanciamento da condição de ser socialmente integrado e reconhecido como cidadão autônomo e dono do seu destino.

Nesta perspectiva, Querino expôs publicamente o seu ressentimento, ao narrar os acontecimentos que marcaram a história da Liga, por ter participado da sua constituição e ocupado a função de secretário do diretório e, conseqüentemente, envolvido em muitos eventos que provocaram o sentimento de desolação diante da postura das elites políticas, em especial do Conselheiro Dantas. Constatou as dificuldades que passou para enfrentar a relação de apadrinhamento político que influenciava as vitórias nas concorrências de obras públicas e privadas. Foram diversas concorrências que levaram ao favorecimento de "arrematantes protegidos" em detrimento do operariado organizado e politicamente "desprotegido". O interesse do Conselheiro Dantas em permanecer na direção da Liga, como representante da elite local e nacional, ficara mais uma vez explicitado na versão dos estatutos, alterados por solicitação do então Presidente da Província Luiz Antônio da Silva Nunes (1875-1877).

Tratava-se do artigo 13º. – Da Administração da Sociedade – "em que mandava que fosse o Presidente do Diretório uma pessoa de distinção, não pertencente à classe dos Artistas, mencionados no artigo 1º. , cabendo apenas, hoje, à Sociedade, eleger d'entre pessoas estranhas unicamente o Presidente e Vice-presidente da Assembléia Geral...".[286] Este artigo foi suprimido e substituído com a seguinte redação correspondendo ao Artigo 14º.:

> A sociedade será dirigida por um Diretório, composto de 30 membros, de bons costumes e independência de caráter, eleitos anualmente, salvo a disposição do § 1º. deste Artigo.
>
> § 1º. O primeiro Diretório durará 3 anos.[287]

Outro parágrafo suprimido foi o 1º. do mesmo Artigo que dizia:

[285] Querino, *As Artes na Bahia*, p. 159.
[286] APEB, Colonial e Provincial, Série Sociedade, maço 1575 – Correspondência de 18 de agosto de 1876 ao Presidente da Província.
[287] APEB, Ato de 30 de agosto de 1876 aprovando os Estatutos da Sociedade Liga Operária Bahiana. Maço 1010 (1876).

> Afora o Engenheiro que será sempre um dos membros do Diretório, todos mais membros deste serão artistas.[288]

O estatuto aprovado fixou para este artigo dois parágrafos: o 1º. referindo-se à duração de 3 anos do primeiro Diretório e o 2º. ampliando a origem de classe do Presidente e estabelecendo a presença obrigatória de um engenheiro, sendo os 28 membros restantes de artistas carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros nacionais ou estrangeiros residentes na Província.

A garantia de que a Liga facilitaria, através da organização do operariado e da experiência associativa, prováveis vitórias nas concorrências não passaram de promessas, pelo menos durante o primeiro ano da sua instalação. A tensão entre empreiteiros e operários estava estabelecida. Foram arrematadas pelo empresário do asseio da cidade, diversas obras públicas, o qual "fazia alarde de sua proteção, de modo que se apresentava como proponente, e, depois de alcançá-las, passava a outros indivíduos. Até as obras particulares, o felizardo arrematante conseguia por intermédio da política."[289]

Apesar de o "empresário do asseio da cidade [ter-se tornado] o senhor da situação" e das conseqüentes dificuldades que desanimaram a todos os associados, chegando-se a pensar na sua extinção, a Liga não "resfolegou". Apoiada pela administração de Silva Nunes conquistou a confiança na arrematação de obras de grande vulto, concorrendo em hasta pública com vitórias merecidas, a exemplo do edifício incendiado do Banco da Bahia, "pela quantia de 30:000$000, afiançada pelo Dr. Augusto Guimarães, de saudosa memória."[290] Esta obra teria inaugurado a fama da Liga e de seus operários, ao "ganhar nome de bons trabalhadores e de fiéis cumpridores de deveres".[291]

Com o orgulho de quem havia conquistado o espaço merecido no mercado de trabalho, Querino analisou este sucesso a partir da qualidade do trabalho executado, do cumprimento do dever, honrando os seus compromissos.

> A boa distribuição do trabalho, a superioridade do material empregado e a nossa confecção, atraíam as boas afeições de toda a população, que nos olhava como os renovadores das prerrogativas operárias.[292]

---

[288] APEB, Estatuto... sociedades, maço 1575
[289] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 147.
[290] Idem, pp. 146/148 – Augusto Guimarães foi liberal, abolicionista, proprietário do Diário da Bahia.
[291] Idem, p. 148.
[292] Idem, p. 148.

A satisfação demonstrada por Querino ao relatar aquela conquista, demonstrou certa vulnerabilidade diante das circunstâncias em que o mesmo sujeito-autor criticava. O ano de 1877 havia sido favorável à "prosperidade nas artes de construção". O então Presidente da Província, o desembargador Henrique Pereira de Lucena (1877-1878), considerado por Querino de moralidade superior, "que não prestava ouvidos às seduções e intrigas camarárias, que não obedecia a diretórios, que assumia de direito e de fato a responsabilidade moral de seus atos; que colocava os princípios acima das conveniências de ocasião"[293], lutara, no interior das intrigas e perseguições contra o operariado, a favor da "elevação da classe operária, [dando] provas incontroversas do seu patriotismo, condenando as patotas e afastando-se também dos patoteiros; colocou-se acima de qualquer suspeita, e fez ver que a classe operária, como outra qualquer, tinha o mesmo direito quando se tratava de fazer justiça."[294]

Manuel Querino reafirmava a necessidade de apegar-se à proteção de uma representação pública, para garantir a acessibilidade do operariado no cenário produtivo, na disputa entre o poder do capital e as relações clientelistas. Confirmava, desta forma, ter sido o então Presidente da Província um homem que estava acima do bem e do mal e que agia conforme a sua vontade. No Brasil imperial era prática os presidentes de Província desfrutarem de grande liberdade de ação, desenvolvendo uma gestão pública a partir da sua vontade individual. Por serem funcionários passageiros, a sua atuação política era caracterizada pela descontinuidade. Assim, não criavam raízes e deixavam de construir uma trajetória política sólida e eficaz, não aprofundando sua ingerência na vida econômica e social de cada região.[295]

> O entusiasmo de que nos achávamos possuídos pelo favor público, que não se demorava em nos acolher, a vaidade ridícula do homem pobre, entre nós, de não prever o futuro, gastando as pequenas economias com futilidades de luxo, deu em resultado o esbanjamento do pequeno lucro que nos deixou o trabalho de reconstrução do "Banco da Bahia".[296]

A administração do desembargador Lucena, considerada por Querino "protetorado das artes", havia sido benéfica na "proteção" não somente do operariado. Foi ele que garantiu a fundação e o progresso da Academia de Belas-Artes. Em "reconhecimento da proteção" dispensada àquela instituição, foi colocado no salão

[293] Querino, *As Artes*, p. 148
[294] idem, p. 149.
[295] MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 258.
[296] Querino, *As Artes*, p. 150.

nobre o seu retrato a óleo. O mesmo ato de reconhecimento foi realizado por uma comissão da Liga, da qual fez parte o próprio Manuel Querino, por ocasião da exoneração do desembargador da Presidência da Província, quando "fora-lhe entregar o diploma de sócio benemérito, pelo muito que contribuiu para o nosso engrandecimento, sem visar interesses político."[297] Foi em 1878, quando subiu ao poder o Partido Liberal. Na ocasião, estava em negociação os reparos do palacete da Vitória, residência oficial do Presidente da Província. Os serviços não seriam executados em seu mandato, conforme declarou o desembargador, por ter certeza de que o partido Liberal o realizaria, mais do que ele havia feito pela Liga, especialmente considerando a presença do Conselheiro Dantas na presidência da Assembléia Geral da Liga, para que o sucesso fosse garantido.[298] Querino não se conteve:

> Realmente, tivemos a imbecilidade de alimentar essa esperança.
>
> Nunca mais nos tocou por sorte uma obra do governo, durante a administração do Barão Homem de Mello.
>
> Os pagamentos por seções de trabalho feito tornaram-se impossíveis.[299]

As dificuldades financeiras da Liga se aprofundavam. E a crença de que o Partido Liberal, comandado pelo Conselheiro Dantas pudesse "proteger" a Liga se transformou em decepção e revolta. Com o descrédito e a experiência com a Liga, Querino não poupou críticas ao comparar o Partido Liberal com o Conservador. Considerou este último "aristocrata decidido, despido de insinuações enganosas, [que] apesar disso, favorecia os oprimidos"[300]

> Devemos-lhe a fundação do Lyceu, Escola de Belas Artes, subvenções e proteção dispensadas à Liga Operária.
>
> Os Liberais, não; foram contra a fundação da escola de artes e ofícios em 1864; opuseram-se fortemente contra a primeira subvenção da Escola de Belas Artes, salvo o presidente da assembléia provincial Dr. Cezar Zama, que favoreceu a concessão.
>
> Prometiam muita coisa, e afinal davam – discursos.[301]

Revoltou-se com o Partido Liberal por não respeitar os interesses do operariado, seu aliado político. Foi um período em que a Liga ficou alijada das obras públicas,

[297] Querino, *As Artes na Bahia*, p. 151.
[298] Idem, ibidem.
[299] Idem. O Barão Homem de Mello esteve no cargo pelo curto período de 25 de fevereiro a 25 de novembro de 1878.
[300] Idem, p. 160.
[301] Idem, p. 160/161.

preferindo-se "indivíduos estranhos às artes: foi a época da grande invasão de aventureiros."[302]

A imprensa local, oposicionista e crítica, avaliava a administração dos liberais, sem poupar acusações para ambos os partidos imperiais, ao referir-se ao povo como principais vítimas das ações "despóticas" praticadas pelos governantes.

> E os liberais triunfam, e os liberais ludibriam o povo, tripudiam.
>
> Que irrisão!!...
>
> Ao passo que o povo geme, reclama seus direitos, esmola, pode-se dizer, de porta em porta, o pão da caridade, pede tréguas a seu sofrimento material; eles com a voz enganadora, falaz, e trêda (como que dizendo no coração: pobres! Sois muito pobres!... em vós a relação intelectual não se aninha! Vão chorando, chorando a coruja nas torres e nos ciprestes, e acrescentando ao mesmo tempo: ide povo! Meu amigo! Meu irmão! Eu sinto convosco; aliviar-vos-ei amanhã!
>
> Amanhã! Palavra saída daqueles lábios toscos e pérfidos!
>
> Amanhã! Palavra que vaga por toda a posteridade! Amanhã!
> E nisso passam tempos: - sempre amanhã!...
>
> A reclamação do povo sobre a carestia da farinha de mandioca, da carne seca e verde, de nada valeu, foi à tora, insignificante.[303]

A situação descrita pela imprensa sobre a situação do povo trabalhador manifestava ser de carência absoluta, em virtude da carestia dos principais gêneros alimentícios e da falta de trabalho, aprofundada pelas demissões ocorridas nos principais espaços produtivos da cidade, como nos arsenais, na alfândega e nas repartições públicas.

> Foram demitidos operários do Arsenal da Marinha, para economizar-se dinheiro da província.
>
> Como se zomba do povo!!...
>
> É o colosso enorme que faz parte da moral, da educação, do trabalho e da ciência, é o progresso que se asila em seus corações![304]

Acentuando as críticas à situação, O Azorrague, considerado "órgão imparcial", denunciava a cultura das "promessas" instalada nos quadros do Partido Liberal, conforme já havia manifestado o próprio Conselheiro Dantas durante a instalação da Liga e confirmada por Manuel Querino:

---

[302] Idem, p. 151.
[303] *Província da Bahia*, 05/6/1878, p.03.
[304] Idem.

> Infeliz povo! Imbuído por sedutoras promessas, corre às urnas para eleger aqueles mesmos que, mais tarde, se constituem seus verdadeiros algozes!
>
> E são estes os sectários das idéias liberais!?
>
> São estes os mesmos que na oposição prometiam salvar o país do abismo em que o figuraram!?...[305]

O operário José Duarte dirigindo-se ao Conselheiro Dantas no discurso de inauguração da Liga, o considerou "amigo, aliado, grandíssimo"e, logo em seguida, o referido jornal desafogava as decepções sofridas pelo povo eleitor do Partido Liberal:

> Há bons seis meses que se acha no poder o grande partido liberal – o Messias desejado pelos apóstolos da liberdade – no entanto as coisas marcham no mesmo, ou ainda pior estado, porquanto a pobreza se são despedidos dos arsenais, os trabalhadores das alfândegas, os empregados das repartições, e finalmente o clamor, o desespero, se levanta de todos os ângulos do império e ameaça um desenlace tremendo!!
>
> É esta a reconstrução do edifício social, demolido pelos conservadores?!
>
> São estas as gigantes promessas que faziam na oposição?!...[306]

A situação experimentada pela Liga com a falta de trabalho e de pagamento dos trabalhos realizados nas obras do governo foi um grande motivador para a conseqüente desorganização da classe operária:

> A falta de pagamento, por parte do governo, motivou a desorganização, no seio da classe; as intrigas, a falta de compreensão do operariado, a má vontade do Partido Liberal, tudo contribuíra para o desmantelo.[307]

Em conseqüência da fragilidade financeira da Liga, o retirante do Ceará, Antônio Felix Pinto, solicitava ao Presidente da Província que se empenhasse, junto à Liga Operária, onde um dos seus filhos estava empregado, para que fossem pagos os dias em que trabalhou, "apesar dos grandes pedidos; que aquela sociedade não atende e nem dá determinação alguma".[308] Era uma estratégia que o pobre e doente retirante utilizava para que o seu pedido fosse atendido. Mediante a interferência do governo, suplicava:

> ... pela costumada caridade de V. Ex., se digne dar-lhe direção e determinação qualquer a fim de que não se veja um pobre morrer não só pela moléstia como também a dor de ver seus pobres filhos rodearem pedindo o pão. Exmo. Senr. O suplicante sabe que V. Ex. nada tem com os negócios particulares dessa Sociedade, porém vem queixar-se que tendo já por vezes pedido o seu pagamento, o seu presidente não atende e nem autoriza

[305] *O Azorrague*, 03/07/1878, p. 3.
[306] Idem
[307] Querino, *As Artes*, p. 152.
[308] APEB, Colonial e Provincial, série Governo, Petição de 13/09/1878, maço 1575.

> nada e assim não sabendo a quem se dirija e a quem tome por seu protetor nessa ocasião; vem valer-se de V. Ex. pedindo uma providência a este respeito; pois além dos grandes sofrimentos que tem tido desde o grande infortúnio porque passara em conseqüência da devastadora seca da sua província que o arrastou a vir procurar aqui alívio aos seus males, e entretanto acha-se no leito da moléstia privado de receber o fruto do seu suor.[309]

A situação da Liga era grave e refletia o conjunto maior de necessidades pelas quais passava o operariado em geral. Enquanto o operário reivindicava do governo providência para que a Liga o pagasse, Manuel Querino entre outros signatários diretores, requeria ao Presidente da Província, Barão Homem de Mello, a autorização para que fosse repassada a verba já autorizada à Liga, em nome do seu presidente interino Pedro Querino Moreira Dantas, em função do afastamento do presidente Eduardo Soares.[310]

Tudo levava a crer que o contexto não favoreceu os "prometidos" avanços, não somente para a Liga em particular, mas para o povo trabalhador em geral.

A compreensão sobre a política imperial imposta sobre o povo foi muito bem explicitada pelo redator ao concluir este artigo:

> AH! Compreendemos! O que queriam era o poder para nele se locupletarem como se locupletaram os conservadores no largo espaço de tempo em que governaram o país!
>
> Infeliz Brasil! Infeliz povo!
>
> Não temos liberdade, não tempos monarquia!
>
> Estamos sob a pressão do mais horrível despotismo![311]

Na análise de Querino a questão operária era visível aos poderes políticos da época, especialmente em se tratando do Partido Liberal, então representado pela liderança do Conselheiro Dantas, na lógica da cooptação:

> O conselheiro Dantas, porém, para não desanimar a classe operária, ou melhor, para estimulá-la, lançou mão de excelente recurso, que geralmente foi aplaudido: elegeu deputado provincial em mais de uma legislatura, a Alexandre Herculano Ladislau, o simples tipográfico, que o merecimento o elevou a juiz de paz, a redator do Diário da Bahia e Inspetor do Tesouro. Honrou a classe, porque no exercício desses cargos distinguiu-se pelo seu brilhante e raro talento, abordando as questões mais difíceis e desenvolvendo-as com erudição e sagacidade.[312]

Envolvido no movimento liberal, na condição de artista e integrante da classe trabalhadora, Manuel Querino enveredou pela política partidária, talvez na tentativa de

---

[309] Petição, 13/09/1878.
[310] APEB, correspondências de 04/10/1878 e 09/10/1878.
[311] Idem, *O Azorrague*, 3/7/1878.
[312] Querino, *As Artes*, p. 161. Nas eleições de 1878, estão presentes entre os candidatos do Partido Liberal a Deputados Provinciais os Drs. Manuel Correia Garcia (tutor de Querino), Aristides Cezar Zama, (abolicionista), Ruy Barbosa, Satyro de Oliveira Dias e o tipógrafo Alexandre Herculano Ladislau.

seguir o caminho da realização de uma política autônoma, livre da tutela dos dois partidos imperiais. Segundo seu contemporâneo J. Teixeira Barros, Querino havia militado pela primeira vez na política em 1878

> ...como republicano, quando teve o seu nome indicado aos sufrágios do povo, tal o devotamento com que se empenhara na propaganda democrática.[313]

A sua convicção de seguir em uma campanha autônoma, certamente foi motivada pela experiência sofrida no interior da Liga, espaço em que aprendeu a lidar com as disputas políticas no contexto de uma monarquia falida. Assim se referiu o mesmo Teixeira Barros:

> O seu maior ideal era arredar o artista da tutela da política, que tudo avassalava, torná-lo independente e autônomo. Da sua propaganda pelo jornal e pela palavra nasceu, em 1875, a LIGA OPERÁRIA, que encerraria o ponto de partida para a realização dos seus desígnios; mas os profissionais da política valendo-se do prestígio do poder e das promessas de efêmeras vantagens tiveram a sagacidade de abolir a nobre ambição do artista. E a novel sociedade, inaugurada sob os melhores auspícios, teve que se extinguir.[314]

A 1º de agosto de 1878, Manuel Querino, junto a outros 12 companheiros, assinava o Manifesto do Club Republicano fundado em Salvador, ao lançar candidatos às eleições daquele ano. Possivelmente Querino foi um dos indicados a concorrer. No texto do Manifesto, foi explicitada a posição anti-monarquista e democrática defendida pelos signatários, perante os Partidos Liberal e Conservador que hegemonizavam o poder, considerando as experiências vividas pelas classes trabalhadoras ao apoiarem o Partido Liberal.[315]

> Basta de experiências que nos têm sido tão caras.

---

[313] Ver J. Teixeira Barros na Introdução de QUERINO, Manuel. A Bahia de Outrora, 1916.
[314] Idem, p. 6. O ano de fundação da Liga foi 1876 e não 1875.
[315] Por ocasião do seu falecimento, em 1923, muitas publicações foram realizadas por companheiros que o conheceram e trabalharam juntos em oportunidades distintas. Em uma dessas publicações, Athayde Pereira assinou um artigo sobre Querino e, ao descrever sobre a sua atuação política, indicou ter sido um dos primeiros combatentes na República, "pois já vinha desde o manifesto de 1870". In *Boletim da Agricultura, Comércio e Indústria,* Imprensa Oficial, 1923, p. 91. A princípio foi a primeira referência a Manuel Querino de seu envolvimento com o manifesto de 1870. Em 1932, o mesmo Gonçalo de Atahyde Pereira, ao escrever *prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*, tratando da proteção do seu "padrinho" Cons. Dantas, dizia ter se aproximado do Cons. Dantas, fazendo-se político liberal, "de idéias livres, pelo que foi um dos que assinaram o manifesto republicano de 1870, com Virgílio Damásio, Lellis Piedade, Spinola de Athayde e outros do órgão quinzenal da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, da qual eram redatores Frederico Marinho e Augusto Guimarães, ambos advogados e jornalistas nesta Capital (1871-1874). Essas informações possuem equívocos. O conhecido Manifesto Republicano de 1870, foi publicado no Rio de Janeiro, cujas assinaturas não incluem Manuel Querino e nem o Cons. Dantas. Manuel Querino em 1870 estava servindo no exército, por ocasião da Guerra do Paraguai, onde serviu de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870 (Petição de Manuel Querino à Câmara de Deputados de 12 de junho de 1896), só retornando à Bahia no ano seguinte. Portanto, não poderia assinar qualquer manifesto relacionado ao "órgão quinzenal", o periódico *O Abolicionista* da Sociedade Abolicionista Sete de Setembro, fundada em 1869.

> Os partidos monárquicos têm o mesmo peso na balança do nepotismo e da corrupção, no esbanjamento e na baixeza.[316]

Naquelas eleições, a disputa foi racionalizada pelo Partido Liberal, considerando o receio de que houvesse dispersão de votos. Neste sentido,

> o Dr. Domingos Rodrigues Seixas, chefe liberal do curato da Sé, mandou-nos[317] oferecer o terço, diminuindo assim nossa cabala. E, apuradas as eleições, o mais votado nosso saiu suplente de suplente, com 159 votos.[318]

Incluindo-se no texto, Manuel Querino se revelou participante ativo daquele pleito, insinuando apenas que tivesse sido um dos candidatos.[319] Concluindo sobre as eleições de 1878, Querino demonstrou, em sua análise, ter sido um dos motivos que

> influiu para que no regime republicano o proletariado, meio despeitado, se afoitasse a envolver-se em política, sempre com resultado negativo. Por muito tempo, ainda, o operariado há de ser uma força que se destrói, um elemento que se esmaga, uma espécie de objeto precioso que se despedaça, nas mãos ingratas da política.[320]

As últimas notícias sobre a Sociedade Liga Operária foram encontradas em 1880. Em correspondência do Presidente da Liga, Rufino José Mutambo, ao Presidente da Província, ficou explicitada que a "guerra de extermínio", identificada por Querino desde 1878, se transformava em realidade. Era o fim de uma organização que havia lutado pelo direito ao trabalho no movimento de conquistas dos direitos políticos e sociais reivindicados pelos operários, na perspectiva de uma democracia que envolvesse todos os cidadãos nas decisões que interessassem aos trabalhadores. Assim, os artistas da Sociedade Liga Operária Bahiana suplicavam:

> ... achando-se enfraquecidos por falta de trabalho, o que tem dado lugar a não poderem concorrer com suas mensalidades e ficarem atrasados nos seus aluguéis da Casa à rua da Sé onde funciona a dita Sociedade, sem esperança de que esse estado de coisas melhore, vem pedir a V. Exa. a graça de conceder que a referida Sociedade funcione em algum dos cômodos, mesmo inferiores, do palacete onde se acha colocada a Academia de Belas Artes. Os suplicantes confiados na filantropia do Governo em auxílio das

---

[316] Querino, *As Artes*, p.162. São treze os signatários do manifesto: Joaquim Cassiano Hypolito, Pamphilo Manuel da Santa Cruz, Lycurgo Leônidas Martins Moscoso, Luiz Alves Pereira, Elpidio Maria de Castro, Manoel Raymundo Querino, João José Duarte, Lazaro Antonio de Jesus, Manoel Hilário de Carvalho, João das Neves do Nascimento, Theodoro Monge, Manoel dos Passos, Cornélio Cypriano Moreira.
[317] Grifo meu.
[318] Querino, *As Artes*, p. 162.
[319] Segundo J. Teixeira Barros, seu contemporâneo, Queria haveria se distanciado da questão operária de 1874 a 1885, voltando a "agitar novamente depois de inaugurado o regime democrático". P. 6. Isto não corresponde à realidade vivida por Querino à época da Liga Operária. A partir de então aprofundou a sua militância no movimento operário inserido nos movimentos abolicionista e republicano, chegando a fundar o Partido Operário na República.
[320] Idem, p. 162.

> classes desprotegidas que carecem manter o espírito de associação, vem respeitosamente pedir a V.Exa. lhes conceda a graça pedida.[321]

Os anos de 1880 foram tão difíceis para o operariado que, para Querino, determinaram outras estratégias de luta. Novos encaminhamentos foram dados, reforçando a sua inserção ao movimento libertário e político que fundamentava o abolicionismo e republicanismo. Com a institucionalização do trabalho livre no Brasil, a luta de Querino não cessou. Ao contrário, aprofundou a sua atuação política em prol do povo trabalhador através da ação política direta com a criação de um Partido Operário. A crise de trabalho se acentuava no contexto de mudanças das novas estruturas sociais instaladas no seio de um império falido. A idéia republicana se generalizou e as suas convicções democráticas e libertárias o conduziram à arena político-partidária.

Quatro meses antes da Proclamação da República, diversos artistas e operários reuniram-se no Liceu de Artes e Ofícios a fim debaterem sobre as soluções para os trabalhadores, vitimados "pela zombaria e desapreço" diante da "falta quase absoluta de trabalho, e conseguintemente a escassez de meios de subsistência", conforme foi narrado por Querino.[322] Naquela reunião discutiu-se uma petição que deveria ser encaminhada ao Presidente da Província, que reclamava a falta de trabalho e indicava algumas soluções de trabalho em obras que poderiam ser iniciadas, a exemplo da construção das docas do porto de Salvador. Achando a sugestão acanhada para atender às necessidades do operariado, naquele contexto de discussões entre capital e trabalho, o operário Pamphilo da Santa Cruz, proprietário da Gazeta da Tarde,

> entendeu que o pedido devera ser mais amplo; que o meio de levantamento da classe era desprenderem-se os artistas dos velhos partidos que os exploravam cruelmente e tratarem da criação do partido socialista. A idéia ganhou adeptos e por muito tempo foi objeto de discussão.[323]

Manuel Querino foi um desses adeptos à idéia. Foi nomeada uma comissão para organizar as bases do Partido e ele ficou encarregado de publicar os "artigos de propaganda" na coluna socialista da Gazeta da Tarde. Contudo, a idéia foi abortada pelo professor e deputado provincial Antônio Bahia, presente na reunião. Considerando-se no direito de interferir no debate, por também ser "operário", "vinha prestar o seu concurso e guiá-los com dedicação, para o bem das classes

[321] APEB, Correspondência de 09 de julho de 1880, maço 1575.
[322] Querino, *As Artes*…, p. 153. Esta reunião ocorreu em 30 de junho de 1889.
[323] Idem, p. 154.

desprotegidas".[324] Analisou a petição, identificou incoerências e a reelaborou apresentando outras soluções possíveis para o governo pôr em prática para "melhorar ou conjurar a crise". Num misto de decepção e admiração, Querino observou:

> Com muita habilidade e sutileza de provecto parlamentar, o professor Antônio Bahia combateu a idéia do partido socialista, baseando-se nos horrores praticados na Europa.[325]

No curto período entre a abolição e a proclamação da República Manuel Querino continuou a atuar em favor do operariado, buscando possibilidades de conseguir trabalho junto ao poder público. Assim, relatando sobre a decisão do último Presidente da Província, José Luis de Almeida Couto, de autorizar algumas obras na capital e no interior da Província, comentou:

> Depois do governo do desembargador Lucena, o conselheiro Almeida Couto foi o único administrador que se mostrou interessado e sem os hábitos afidalgados de outros; dispensou alguns favores e sempre fez justiça à classe operária.[326]

Manuel Querino estava engajado na luta pela democracia e pela autonomia da classe operária. O seu maior ideal, conforme Teixeira Barros, era tornar o artista independente e autônomo da tutela da política.

> De fato, ninguém se empenhou tanto pelo levantamento das artes na Bahia, como Manuel Querino e nenhum outro artista propugnou, com tamanha veemência, a união da classe operária de modo que viesse a constituir uma força, uma vontade, um poderoso elemento de ação, no seio da coletividade.[327]

Reforçando as dimensões democrática e libertadora nos seus ideais e lutas, Antônio Vianna identificou o nome de Querino

> visceralmente ligado ao problema libertador, intimamente unido ao movimento operário no Brasil, confundido nos maiores ideais de independência e de evolução, seu nome ficará para honra de seu tempo definindo as qualidades elevadas do homem de cor.[328]

Como militante permanente, considerado "uma das primeiras lideranças classistas do movimento operário baiano"[329] ou ainda "pioneiro do Trabalhismo no

[324] Idem, p. 154
[325] Idem, p. 54.
[326] Querino, *As Artes*…, p. 155.
[327] Teixeira Barros, *A Bahia de Outrora*, p. 6.
[328] Antonio Vianna, Manoel Querino, *Revista do IGHBa*, 1928, p. 314.
[329] Foot Hardman, Francisco. Cidades Errantes: representações do trabalho urbano-industrial Nordestino do século XIX in *Ciências Sociais Hoje*, 1988, pp. 75-76.

país"[330], fundou dois jornais – A Província, que circulou entre os anos de 1887 e 1888 e O Trabalho em 1892 – os quais debatiam o tema do povo nas suas lutas diárias. Querino manteve-se fiel aos seus princípios, não cessando de atuar em prol do povo trabalhador após a abolição da escravidão e após a Proclamação da República.

[330] LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K; Motores MWM, 1988, p. 91.

III

TRABALHO E POLÍTICA NA UTOPIA REPUBLICANA

A democracia é um luxo do Norte.
Ao Sul é permitido o espetáculo, que não é negado a ninguém.
E ninguém se incomoda muito, afinal,
que a política seja democrática,
desde que a economia não o seja.
Quando as cortinas se fecham no palco,
uma vez que os votos foram depositados nas urnas,
a realidade impõe a lei do mais forte, que é a lei do dinheiro.
Assim determina a ordem natural das coisas.
No Sul do mundo, ensina o sistema,
a violência e a fome não pertencem à história,
mas à natureza, e justiça e liberdade
foram condenadas a odiar-se entre si.

Eduardo Galeano
O Livro dos Abraços

Com o objetivo de realizar “suas mais legítimas aspirações”, Querino, juntamente com outros artistas e operários, prosseguiram na luta pela inclusão social e política no novo regime que prometia democracia e igualdade para todos. Era um horizonte que se abria para os trabalhadores no desabrochar do regime republicano. A mobilização foi a atitude tomada por artistas e operários no sentido de apresentarem-se candidatos às eleições da Assembléia Constituinte.

À medida que as elites construíam um discurso em torno da igualdade de direitos, a integração relativa de operários e artistas no projeto republicano daria um caráter democrático ao novo regime. A classe operária acreditou que, finalmente, os seus interesses seriam defendidos diretamente, sem a interferência de partidos alheios aos seus interesses. Entre os seus objetivos, estava incluído o direito de participação nas decisões políticas como estratégia fundamental para a garantia dos direitos civis e políticos do operariado. Afinal, os destinos profissionais e a sobrevivência da classe estavam atrelados à boa vontade e bondade de “padrinhos”, o que limitava a ação operária para modificar tais relações, de modo a alterar o quadro social excludente para outro includente, garantindo a sua verdadeira emancipação.

A oportunidade de organização da classe trabalhadora em um partido próprio estava dada. Com o objetivo de dar continuidade ao seu projeto de independência política em relação às elites persistentes no poder e aos novos grupos a elas atrelados, Querino participou, junto a outros artistas e operários, de reuniões que organizaram o Partido Operário. Com a criação do Partido Operário, seria viável o acesso de artistas e operários à cena parlamentar de forma independente. Neste sentido, se caracterizaria em salto qualitativo dado por artistas e operários reunidos em torno de uma causa comum, que lhes garantiria inclusão política e desvinculação dos antigos partidos.

Foi uma fase de desorganização dos partidos imperiais e organização de outros vinculados às instituições republicanas. A legislação eleitoral não tratou da organização dos partidos, e, em conseqüência, passaram a se organizar de forma aleatória,

> ao sabor dos interesses individuais. Não era necessário muito para que um partido se organizasse. Bastava que um chefe político de real prestígio assim o decidisse, congregando à sua volta elementos representativos da sociedade, nomes de prestígio no meio político e sócio-econômico. Compreende-se facilmente essa forma de organização partidária, numa sociedade que permanecia eminentemente agrária e conservadora, na

> qual a participação dos setores intermediários e populares praticamente inexistia no plano político.[331]

Do ponto de vista das elites políticas, os partidos se organizaram como agrupamentos políticos vinculados ao grau de influência de uma determinada liderança que atendesse a interesses individuais, os quais eram momentaneamente convergentes. Neste sentido era uma coesão precária, logo rompida nos processos de disputas, divergências e conflitos instaurados em torno de interesses pessoais, jamais em torno de idéias e princípios, especialmente nos períodos eleitorais. Assim, esta primeira fase foi caracterizada pelo multipartidarismo (1890-1893), artificialmente dinamizada sobretudo durante as eleições, quando se intensificavam disputas por cargos eletivos. O que preponderou foi a política dos arranjos que tinham como objetivo a sobrevivência do poder político.[332]

A cultura partidária oriunda do Império, caracterizada pela congregação em torno de um chefe e de indivíduos política e economicamente representativos, assemelhando-se a "pequenas claques individualizadas, que atuavam isoladamente, sob a mesma capa, até o momento em que disputas em torno de interesses pessoais viessem a rompê-la",[333] ou ainda, "claques organizadas para aplaudir as decisões do chefe",[334] foi absorvida pelas representações das classes artística e operária na organização do Partido Operário, considerando as especificidades de interesses e de conteúdo de classe. Contudo, os desdobramentos das relações que se estabeleceram internamente projetaram algumas semelhanças de comportamento vinculado à política de adesismo, caracterizada pela fluidez das articulações e rearticulações estabelecidas em circunstâncias favoráveis, ao entabular-se "acordos e arranjos" que garantissem o poder. Foi a política de acomodação que acompanhou todo o processo político-partidário na Bahia e no Brasil nesta primeira fase republicana.[335]

Na Primeira República os pleitos eleitorais se tornaram constantes e vários, transformando-se no centro da vida política. Eleições para cargos federais, em especial, motivavam o surgimento dos partidos e justificavam suas existências,

---

[331] SAMPAIO, Consuelo. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República, uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978, p. 18
[332] Idem, ibidem.
[333] Idem, ibidem.
[334] Idem
[335] Sampaio, Op. Cit., p. 20

considerando estar com o poder Executivo a força preponderante no poder de decisão e de dominação.[336]

As articulações políticas e partidárias começaram a tomar forma durante a organização das eleições à Constituinte Federal, a partir dos primeiros meses de 1890. Para tanto, a imprensa suplicava aos "patriotas republicanos" para concorrerem às eleições, previstas para 15 de setembro, considerando as poucas inscrições de alistamento verificadas até então para o referido pleito. Criticava-se a "frieza profundíssima por parte do povo", observada em quase toda a República, em relação ao novo alistamento eleitoral. A falta de mobilização popular em torno das eleições era preocupante, pois demonstrava aos países civilizados ser o povo brasileiro indiferente à instauração da República.[337]

> E se o mundo estrangeiro não levar em conta o fato do indiferentismo nesse resultado desanimador, vai com certeza chamar-nos um país de analfabetismo, olhando para a nova cifra de eleitores, que, em face da lei, são os únicos cidadãos que sabem ler neste país.[338]

Enquanto as elites se articulavam para estruturar suas chapas para as eleições da Constituinte Federal, artistas e operários, atentos ao pleito que se aproximava, se articularam para decidir sobre os caminhos que deveriam seguir para garantir o "levantamento e desenvolvimento da classe, tanto mais quanto nos outros Estados, já se trabalhava para isto."[339] Assim, se reuniram no dia 5 de junho de 1890 na residência do artista Elisiário Elisio da Cruz 56 artistas e operários para, segundo Querino, "organizarem o partido operário, desligado dos outros partidos e por conta própria pleitearem as eleições da Assembléia Constituinte, com seus candidatos".[340]

---

[336] Idem, pp. 19/20. Eram eleições para Presidência da República; para o Congresso Federal e Legislativo Estadual; para a Câmara e o Senado renovados bienalmente – sendo a Câmara na totalidade dos seus membros e o Senado pelo terço; eleições para Intendentes e Conselheiros Municipais e para diversos outros postos, desde quando não se conhecia o sistema de suplência.

[337] *Jornal de Notícias*, 19, 20 e 27/5/1890.

[338] *Jornal de Notícias*, 27/05/1890, p. 1. De fato, em 1890 "a quase totalidade da população baiana (...) era constituída de analfabetos. Apenas cerca de 8% sabiam ler e escrever. Em 1920, essa percentagem desceu para 5%." SAMPAIO, Op. Cit. p. 22.

[339] *O pequeno Jornal*, 16/01/1891 – série de artigos publicados sob o título de "Ao ilustrado Público e especialmente as classes artística e operária" assinada por Domingos Silva.

[340] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 164/165. Estiveram presentes 56 artistas e operários, dentre os quais Elisiário da Cruz (alfaiate), José Maria de Souza (carapina), José Maria Leal (maquinista), Francisco Pedro do Bonfim (ferreiro), Honorato Martins de Oliveira (funileiro), Julio Leiva, Manuel Querino (desenhista), Thomaz Pereira Palma (marmorista), Irenio Baptista dos Reis Lessa (maquinista), Pamphilo de Santa Cruz (jornalista), Edistio Martins, Prediliano Pitta, Domingos Silva (Pedreiro).

◊ Manuel Querino e o Partido Operário

Após discutirem se organizariam um clube, uma liga ou um partido, foi criado o Partido Operário, "a semelhança do que já existia em outros estados, com o fim de haver uma coligação geral"[341], constituída a mesa provisória sob a presidência de Elisiário da Cruz, tendo como 1º e 2º secretários Francisco Pedro e José Maria de Souza, respectivamente, e organizada uma comissão para elaborar o seu Programa. Para Manuel Querino o objetivo específico da reunião, da qual participaram "muitos eleitores pertencentes às classes dos artífices moradores da freguesia de S. Pedro e Vitória"[342] era de deliberarem sobre os encaminhamentos que deveriam dar para a próxima eleição. Neste sentido, para Querino, discutiu-se muito e não se deliberou nada. Para os operários, ficou predominando

> ainda a subordinação partidária, esquecidos das provações amargas por que passaram, não havia muito tempo, entenderam alguns aproximar os operários do Conselheiro Almeida Couto, chefe do Partido Liberal, que se movia em congregar elementos para nova agremiação. Nesse intuito, criaram comissões por freguesias, para angariar adeptos.[343]

Manuel Querino expressou a sua experiência no movimento operário, atestando a desconfiança que alimentava em relação aos antigos chefes políticos advindos da monarquia, sabendo estarem usando o operariado como massa de manobra eleitoral. Isto favorecia a perda de terreno para o operário no processo de luta pela inserção no cenário parlamentar de forma autônoma, respondendo aos interesses específicos da classe que representava.

Já, para Domingos Silva, companheiro e rival de Querino, a criação do Partido Operário se constituíra em fato

> extraordinário, diante de um espetáculo tão cheio de grandeza e tão cheio de futuro, para uma classe cuja vida estava até então entregue ao ostracismo, entregue, pode-se assim dizer, à morte; não podia deixar de haver um coração de artista, um coração de operário, que não se sentisse exaltado diante daquele fato excepcional, diante daquilo que se acabava de consumar. (...) Estavam na frente deste movimento três artistas pobres e pequeninos, é verdade, porém honrados e probos, que dotados de intenções e de intuitos bondosos, não importavam de por em perigo suas próprias vidas, para afrontar as dificuldades que se antepunham ao adiantamento da classe, contanto que encontrassem entre seus companheiros o apoio, a solidariedade e uma união compacta.[344]

---

[341] *O Pequeno Jornal*, 16/01/1891.
[342] *Jornal de Notícias*, 09/06/1890, p.1. no. 2178.
[343] Querino, *As Artes*, Op. Cit. p. 165.
[344] *O Pequeno Jornal*, 16/01/1891. O *Pequeno Jornal* passa a publicar uma série de artigos com o título de "Ao Ilustrado Público e especialmente as classes artística e operária", assinada por Domingos Silva.

Sobre a criação do Partido Operário, o *Jornal de Notícias* assim considerou:

> Aplaudimos a atitude dos artífices baianos e exitamo-lo e que consagrem-se e formem um centro de resistência àqueles que pretendem tirar a independência e a dignidade do eleitorado, por meio de tricas e seduções indecentes.[345]

O Clube dos Maquinistas, localizado à Rua Direita do Palácio, n°. 4, se transformou no espaço das reuniões do Partido. Ali foi apresentado, pelo artista Lopes Nuno, relator da comissão organizadora do Programa, o trabalho da sua comissão. Considerou pertinente a adoção do mesmo programa aprovado para o Partido Operário da Capital Federal. Neste sentido, Domingos Silva considerara bem acertado tal procedimento.

> A adoção de um programa diverso, em cada Estado, importaria uma falta de compreensão relativamente ao que era o partido nascente, num país que entrava em grandes transformações. [346]

A partir da aprovação do referido Programa, o presidente Elisiário declarou inaugurado o Partido Operário, o que foi seguida de ampla manifestação de apreço por parte do auditório, orgulhosa de tê-lo por presidente.[347] Na mesma reunião foi lida a relação das comissões paroquiais nomeadas para se encarregarem da propaganda do Partido.

Alinhar tendências no interior do Partido Operário foi o desafio constante enfrentado pelos seus membros. Divergências se sucederam entre duas lideranças que emergiram, caracterizando os primeiros momentos da história do Partido. Manuel Querino e Domingos Silva rivalizaram em debates baseados mais na forma de ação do que nos objetivos. A essência da disputa estava na forma de condução do caminho partidário, que, para Querino, deveria ser independente. Ao mesmo tempo, ambos buscaram dirigir os rumos estratégicos que atendessem seus projetos políticos. O exercício do poder rondou também seus desejos individuais. Estas duas lideranças delimitavam seus territórios, à medida que se iam configurando as prerrogativas e alianças de cada um. Enquanto se definia o programa do Partido, o Jornal de Notícias

---

Domingos Silva emerge como liderança operária no processo de constituição do Partido Operário, tornando-se rival de Manuel Querino, com quem travou diversos debates, divergindo de opiniões sobre a forma de inserir o operariado no plano da participação política, social e econômica na República.

345 *Jornal de Notícias*, 09/06/1890. Este Jornal se considerava neutro.

346 *O Pequeno Jornal*, 21/01/1891. Em sessão de 15/06/1890 foi realizada a segunda reunião dos artistas e operários no salão do Clube dos Maquinistas, à rua Direita do Palácio, n. 4, convocada pelo presidente Elisiário e seus secretários, quando foi apresentado pelo artista Lopes Nuno, relator da comissão organizadora do programa do partido, o trabalho de sua comissão, cuja indicação foi a de adotar o mesmo programa do partido operário da Capital Federal.

347 *O Pequeno Jornal*, idem.

publicava o "apelo" de diversos artistas e operários para a inclusão do artista Edistío Martins em algum dos clubes existentes para sua candidatura e comunicava a candidatura de Manuel Querino à Constituinte pelas classes operária e artística.[348]

A primeira discussão no interior do Partido surgiu em torno da capacidade financeira de se criar aulas e montar uma tipografia. Era uma forma de garantir a identidade própria do Partido, uma vez suficientemente aparelhada com os principais veículos de propaganda e de fortalecimento social que eram a escola e a imprensa. Foi ponderada a falta de receita para tais projetos, enquanto era indicada a existência do Liceu de Artes Ofícios que oferecia matrícula gratuita a toda classe, possuindo aulas insuficientemente freqüentadas e a possibilidade de se fazer as propagandas pelas colunas de qualquer jornal da tarde, até que o Partido pudesse montar a sua. [349]

Segundo Domingos Silva, este teria sido objeto de "cizânia" no Partido - "o amor de alguns colegas à tipografia". Diante da posição desfavorável à compra da tipografia pelo presidente Elisiário, o Sr. Brizindor, tipógrafo, e alguns dos seus companheiros de profissão "não vacilaram em apresentar uma moção de desconfiança contra o presidente, a qual provocou grande desarmonia naquela sessão, a ponto do mesmo autor da moção retirá-la por imposição quase unânime daquela assembléia".[350]

As discussões se prolongaram em torno de vários assuntos: a composição da Comissão Central do Partido e da chapa para concorrer às eleições foram as principais. A dissidência no recém-criado Partido começou a se esboçar. Manuel Querino apresentou a proposta de ampliar a representação da Comissão de três para nove membros, o que daria uma folga para a participação de outras tendências.[351] Pairava uma tensão entre seus membros movida pela disputa de interesses na condução do processo de organização do Partido.[352]

---

[348] *Jornal de Notícias*, 9 e 10/06/1890. Edístio Martins, aliado de Manuel Querino, esteve envolvido na redação do periódico *O Socialista*.

[349] Artigo de Domingos Silva - *O Pequeno Jornal*, 22/01/1891.

[350] *O Pequeno Jornal*, 27/01/1891 – artigo de Domingos Silva.Cândido Brizindor, aliado de Manuel Querino, criou o Jornal *O Operário* que serviu de propaganda das idéias igualitárias para as classes artística e operária, divulgando o Partido Operário. Em janeiro de 1891 ainda discutia-se sobre a questão da montagem da tipografia, quando em reunião foi lido requerimento de Domingos Silva pedindo uma subscrição entre os operários "com o fim de fazer-se aquisição e montagem de uma tipografia, que pertença a classe, defendendo os seus direitos". *O Pequeno Jornal*, 09/01/91. A tipografia defendida pelo grupo da luso-guarany passa a ser tema também de Domingos Silva.

[351] *O Pequeno Jornal*, 27/01/1891.

[352] Segundo Domingos Silva, em lista aprovada por unanimidade ficou constituída a Comissão Central pelo Presidente: Elisiário da Cruz; 1º. secretário: Francisco Pedro do Bonfim; 2º dito: José Maria de Souza e vogaes: Aurélio Sebastião Cardoso, Francisco Amaro Paraíso, Ângelo Custodio de Oliveira, Luiz Gonzaga, Marciano da Silva. Esta se referia à segunda composição do Partido Operário, sendo logo substituída por outra em que Domingos Silva aparece como vogal: Presidente: Elisiário Elisio da Cruz; 1º. vice-presidente: José Maria Leal; 2º. dito: José Maria de Souza; Aurélio Cardoso, Marciano da Silva Castro, Ângelo Custodio

Narrando sobre o processo de organização do Partido, Domingos Silva observou:

> Não havia quem imaginasse, que uma medida tão acertada, e tão cheia de boas esperanças, para o partido, como a que se acabava de tomar, não bastasse para sustar *alguns intuitos malévolos* que a troco de minguados interesses, talvez, procurava dilacerar o penhor mais caro e mais soberbo de uma classe – a união – na acepção da palavra.[353]

Para Querino, o principal motivo que havia levado à dissidência foi o processo de como se deu a composição da chapa que deveria concorrer às eleições de 15 de setembro de 1890. Composta por 22 nomes, a chapa do Partido Operário foi definida pela Comissão Central, tendo entre nomes representativos de antigos partidos imperiais, o de três artistas: Thomaz Pereira Palma, Irênio dos Reis Lessa e Manuel Raymundo Querino.[354] Sobre esta chapa Querino se retratou, publicamente, sobre a respectiva moção e a representação para a Constituinte:

> A moção de desconfiança. Apresentada contra a comissão central, foi retirada por seu autor e não adiada como se disse.
>
> Não é verdade de que um artista propôs e foi aceito, que a comissão ficasse revestida de seus poderes, sob condição nem compromisso de espécie alguma o que ficou aprovado e consta da respectiva ata, foi o seguinte:
>
> Que o partido operário por motivos alheios a sua vontade deixava de tomar parte no pleito eleitoral de 15 de setembro, do corrente ano e ficava de nenhum efeito a chapa apresentada e o nome do mesmo partido.[355]

Manuel Querino mantinha-se fiel ao seu projeto de autonomia e insistia na definição de uma chapa composta somente de artistas e operários. Sobre este assunto se posicionou contrário ao comportamento adotado pelos seus companheiros:

> ... de acordo com os políticos que os aconselhavam, apresentaram uma chapa de vinte e dois nomes, na qual figuravam três artistas: Thomaz Pereira Palma, Irenio Baptista dos Reis Lessa e Manoel Raymundo Querino.
>
> Este último, um tanto prático, desconfiou do conchavo, abriu dissidência, convocou a classe para uma grande reunião, e aí discutiram o assunto, tomando parte na discussão, Pamphilo de Santa Cruz, Edistio Martins, Eliziário Cruz e muitos outros, sendo afinal

---

d'Oliveira, Luiz Gonzaga, Domingos Silva, Francisco Amaro Paraíso. Note-se que são incluídos os nomes de José Maria Leal e Domingos Silva, desaparecendo o de Francisco Pedro do Bomfim. Em 23/07/1890 é noticiado o desligamento, a pedido, do 2º vice-presidente José Maria de Souza e logo em seguida aparece o nome de Domingos Silva como 2º. secretário. *Diário da Bahia,* 23/07/1890 e O *Pequeno Jornal*, 13/10/1890.

[353] *O Pequeno Jornal*., 27/01/1891. Grifo meu.

[354] *Jornal de Notícias*, 15/07/1890.

[355] *O Pequeno Jornal*, 22/07/1890.

> aprovada e declarada pela imprensa a seguinte proposta de Manoel Querino: *A classe operária não tem candidatos*. [356]

Sobre este assunto, o *Diário de Notícias* publicou a decisão tomada pelo Partido Operário, em reunião realizada na Sociedade Luso Guarany, de não apresentar candidato próprio ao próximo congresso federal. Ao mesmo tempo, era publicada uma convocação para uma reunião no mesmo local, a fim de se proclamar um chefe e nomear um diretório. Foi o marco da dissidência no Partido, quando Manuel Querino retirou a chapa para as eleições de 15 de setembro e reuniu no Salão da Sociedade Musical Luso-Guarany no Pelourinho diversos artistas e operários aliados, entre eles o próprio Elisiario da Cruz, presidente da Comissão Central do Partido Operário.[357]

O Partido Operário passou, então, a ter duas representações: uma organizada pela denominada "Comissão Central promotora do Partido Operário" e outra pelo "Diretório da Luso-Guarany". A primeira tinha como presidente Elisiário da Cruz e 2º secretário Domingos Silva e a segunda foi composta pelo industrial Gonçalo Pereira Espinheira (Presidente) e pelos auxiliares Capitães José Polibio da Rocha, Pedro Augusto da Silva e Severiano Godofredo de Mattos, Luiz Gonzaga, Ismael Ribeiro dos Santos, Frederico de Souza Guimarães, *Manuel Raymundo Querino* e Antonio Tertuliano Esteves, sendo este último indicado por Candido Brizindor, "que apresentou justa escusa".[358]

Neste sentido, os membros do Partido Operário passavam a experimentar uma situação delicada, considerando a inauguração de uma forma de agremiação que tinha por finalidade a conquista e o exercício do poder político no âmbito das políticas públicas. As experiências até então vivenciadas por estas lideranças se localizaram no interior de agremiações beneficentes e religiosas. Apesar de possuírem objetivos sociais e/ou religiosos, nelas ocorreram as primeiras manifestações de organização e atuação política, tendo em vista as suas estruturas organizativas obedecerem a uma hierarquia de poder e a regras rígidas que provocavam a realização de um conjunto de rotinas destinadas ao bom funcionamento institucional. Entre outras práticas políticas exercitadas no interior de tais agremiações, a eleição para cargos representativos se constituía em fator de disputas e articulações entre seus membros, especialmente por

[356] Querino, *As Artes*, Op. Cit. p. 165.
[357] *Diário da Bahia*, 22/7/1890.
[358] *Diário da Bahia*, 29/7/1890.

parte das lideranças representativas que almejavam garantir o acesso aos postos que pleiteavam conquistar.[359]

Até a realização das eleições para as Constituintes Federal e Estadual, o Partido Operário se debateu em torno da sua organização, no intuito de identificar suas representações com poder de articulação e aglutinação, bem como de garantir votos para disputar as eleições nos planos nacional, estadual e municipal. Cabia, no entanto, o alinhamento entre as lideranças emergentes em torno das estratégias que garantiriam o acesso de tais representações na cena parlamentar. Foi o momento de organização das forças operárias no novo contexto "democrático". Enquanto o operariado se articulava para garantir tal acesso, as antigas forças políticas do Império experimentavam o processo de recomposição e reordenamento das forças políticas a fim de garantirem a permanência nas esferas de poder.

Sobre a participação do Partido Operário nas eleições de 15 de setembro, Domingos Silva teceu algumas considerações, relacionadas à nova situação política vivida no país. Considerava aquela uma fase da "revolução" que acabava de acontecer e apelava para o concurso e o sacrifício de todos os seus filhos, especialmente aqueles que bem podiam "compreender a grandeza daquela revolução". Rememorando as circunstâncias que levaram todas as classes sociais a repudiar o antigo regime, a classe operária "com todo escárnio à aristocracia" e libertando-se do servilismo, diante do processo de espoliação e sofrimentos a que era submetida, deveria concorrer, "sem dúvida nenhuma, para fazer reivindicar seus direitos, sem prejuízo de outra".[360]

Diferentemente da posição de Manuel Querino e outros colegas "pouco experientes", Domingos Silva era partidário da participação da chapa operária nas eleições de 15 de setembro de qualquer jeito. A posição contrária apoiava-se na justificativa de que o Partido ainda não estava suficientemente organizado e não dispunha de um candidato que levasse à elegibilidade da chapa. Domingos Silva, ao analisar aquela situação e entendê-la ser de "uma política nova e pouco conhecida", compreendia ser indispensável "propagá-la" uma vez que "o meio mais natural, mais capaz de animar os ânimos (sic) e que mais provocaria a atividade seria a luta política, e uma vez condenada estaria condenada a idéia de partido".[361] A estratégia adotada pela comissão central do Partido foi a apresentação ao público da chapa de deputados

[359] Estatutos das Sociedades Liga Operária Bahiana, Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, e outros.
[360] *O Pequeno.Jornal*, 21/01/1891 – artigo de Domingos Silva.
[361] *O Pequeno Jornal*, 21/02/1891 – artigo de Domingos Silva

para o congresso nacional. Pode-se dizer ter sido no Brasil "a primeira chapa que se apresentou a consideração de um eleitorado".[362]

O protesto "inconsciente" contra a chapa apresentada, segundo Domingos Silva, teria ocorrido em função da necessidade de "dar-se ao trabalho de verificar se haviam de encontrar as classes artística e operária, representadas pelos artistas e operários; a classe comercial, pelos comerciantes; a classe de engenharia por engenheiros; a classe médica, pelos médicos; a classe de bacharel, pelos bacharéis; a lavoura, pelo lavrador; e assim por diante até completar os 22 representantes".[363] Na sua avaliação, alguns que protestaram contra a chapa

> foram precipitados, outros induzidos pela saciedade de alguns paroquianos, que já um pouco viam abaladas suas influências locais, e não tardaria muito a vê-las estremecidas, caso não tomassem as precauções que tomaram para matando a força operária que se ia unificando, e para isto, serviram-se de alguns operários inconscientes, e outros conscientes, porém pretensiosos e interesseiros.[364]

Domingos Silva revelava a sua indignação com a atitude do grupo contrário à chapa, considerando-o "inimigo" ou "concorrente", e expressava ter sido "um grande desaforo os operários apresentarem por sua conta e risco uma chapa completa para o congresso nacional"[365], considerado um erro. Afirmava sobre a existência de interesses pessoais que estavam em jogo, especialmente por parte de Cândido Brizindor, que havia proposto a deposição da Comissão Central promotora do Partido. Indicava terem sido alguns companheiros beneficiados logo depois do protesto contra a chapa, como Pamphilo da Santa Cruz, nomeado lançador do Estado e João Pessoa de Britto, nomeado suplente da sua delegacia da Rua do Passo. O que estava subjacente nas análises de Domingos Silva era que havia uma especulação política que visava a conquista de cargos públicos. Concluiu afirmando sobre a razão que "obrigou a divisão do partido", terem sido sim "a especulação e os interesses inconfessáveis de alguns operários" e não a composição da chapa, nem a má direção do Partido.[366]

> Conseguiram levar a efeito com todo rigor, os seus compromissos!
> Dividiram, desorganizaram e mataram o nascente partido operário!
>
> (...)

---

[362] Idem.
[363] Idem. Cada Estado deveria enviar 22 representações, sendo 3 ou 4 cidadãos de cada classe do país até 22.
[364] Idem.
[365] Idem.
[366] *O Pequeno Jornal*, 21/02/1891.

> Tudo temos feito para ver se reabilitávamos a marcha do partido e nada temos conseguido, porque a divergência foi para isto mesmo.
>
> Seremos incansáveis, até que os nossos colegas artistas e operários verifiquem de per si a utilidade do partido.
>
> Não atrapalharemos os nossos contendores, pelo contrário, fazemos votos para que cheguem, sem alteração de sentido, ao auge que não nos consentiram que chegássemos, até aqui.[367]

Enquanto a discussão se acirrava entre as facções compostas em torno de Domingos Silva e Manuel Querino, José Maria de Souza, 2º. secretário da Comissão Central e presidente da comissão operária da freguesia de Santana, tornava público o seu afastamento de tais cargos no Partido. [368]

No jogo eleitoral, a movimentação esteve focalizada nas lideranças operárias e artísticas que despontaram na batalha por uma vaga de deputado na Constituinte Nacional, como Edistio Martins e Manuel Querino. Para tanto, Edistio Martins publicou um manifesto destinado ao eleitorado, apresentando-se como "filho do povo e do trabalho", "artista e republicano" e afirmando que empregaria todas as forças para o engrandecimento do povo, não se calando aos mais sagrados deveres como artista ou político:

> Sim cidadão! Sou republicano e sou artista! Sabeis que do seio do trabalho é de onde sai a primeira pedra para o levantamento do edifício social.
>
> Em prol da república federativa, que será o progresso e a vida da pátria, eu não trepidarei derramar a última gota de sangue, como legítima expressão da minha dignidade!
>
> Proletários! Vede que neste manifesto está empenhada a minha honra e patenteado exuberantemente o meu patriotismo![369]

Observe-se no discurso, um tanto inflamado, a crença no caráter revolucionário que emprestava à República, tomando para si a responsabilidade de lutar pelos direitos da classe operária. Algumas idéias expressavam uma articulação ao sentido dado na luta operária européia, inspirando-se em alguns referencias revolucionários como "derramamento de sangue", "conclamação aos proletários".

A esta passagem, que marcou a dissidência no Partido Operário, Manuel Querino se referiu como algo natural às agremiações os choques de opinião. Contudo,

---

[367] Idem.
[368] *Diário da Bahia*, 23/07/1890.
[369] *O Pequeno Jornal*, 23/07/1890.

não perdeu a oportunidade de criticar as atitudes por parte de "alguns" do seus membros:

> ... e a sagacidade política via por terra o último castelo de cartas, com que mais uma vez procurou iludir os operários, na forma do costume.
>
> Não desanimaram e Prediliano Pitta não perdeu a esperança de servir aos seus amigos políticos.
>
> Para isso distribuiu um folheto, contendo o programa do partido operário, do qual transcrevo o artigo segundo:
>
> 'Mandará à representação nacional um terço dos cidadãos que este Estado tenha de eleger para qualquer ramo da pública administração.[370]

Manuel Querino acusava o grupo de Prediliano Pitta e Domingos Silva de ser submisso a políticos tradicionais, comprovando a sua intenção de atuar independentemente, sem intervenção de qualquer político de ocasião. Indignado com a proposta, Querino atribuía ter sido um

> displante, pretender o operariado representar um terço da assembléia constituinte, desprovido do necessário, esquecido de que tais exigências não passavam de veleidades, sugestionadas por ambiciosos que, munidos um pouco de boa vontade se acastelavam num absurdo.[371]

Lúcido da realidade do operariado, então se organizando em um Partido próprio, ainda carente de força suficiente para enfrentar as eleições, Manuel Querino compreendeu ser ambiciosa a proposta e inviável de ser aplicada.

> O tal programa, no seio da classe, não mereceu as honras de uma discussão, ao menos. Continuou o alvoroço, crescia dia a dia o número de adeptos.[372]

Quanto às articulações estabelecidas com outros artistas e operários, no sentido de divulgar a mobilização e de defender os interesses da classe, Querino destacava a contribuição do artista Candido Brizindor por ter iniciado naquela conjuntura a publicação do periódico – *O Operário*, segundo extrato reproduzido por Querino:

> Os operários nada mais têm a esperar dos antigos homens políticos, por quem foram sempre enganados e ludibriados, no tempo do império; é preciso, portanto, que hoje que a nossa pátria comum atravessa nova fase que só o acaso lhe deparou, como em 1500 deparou aos navegantes lusitanos*, cada classe procure viver só por si, em matéria política*.[373]

---

[370] Querino, *As artes*, Op. Cit, p. 165/166.
[371] Idem, p. 166.
[372] Querino, *As artes*, Op Cit., p. 166.
[373] Idem, ibidem. Grifo meu.

A questão de fundo era a não vinculação da classe operária com os representantes das demais classes, especialmente aquelas relacionadas aos antigos políticos da monarquia, representantes das elites. O objetivo era a composição de uma chapa independente, composta somente por operários e artistas.

Os debates se sucederam e as indisposições entre os grupos tornaram-se cada vez mais constantes. Estavam se delineando as diferentes posições, não obstante a interseção das idéias e planos de autonomia e soberania das classes artística e operária. Outro fato veio à tona, levando a uma outra discussão entre os dois artistas Pamphilo da Santa Cruz[374] e Candido Brizindor. A criação no Rio de Janeiro do Centro Federal, com sucursais em todo o país, representadas por uma delegação, motivou um debate pela imprensa. Na Bahia esta delegação ficou sob a responsabilidade do artista Victorino José Pereira Junior[375]. Pamphilo impugnava a centralização por não acreditar que, "contaminados como se acham as classes operárias de tanta subserviência, possam elas já se libertarem do jugo que as oprime."[376] Já Brizindor era favorável ao movimento por parte do operariado no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma análise crítica sobre a fragilidade da organização operária, diante das possibilidades de condução vinculada a um centro, considerando o perigo de desenvolverem-se novas estratégias de manipulação sobre a inexperiente classe operária, cuja cultura de "subserviência", originada no Império, hegemonizava o seu comportamento. Seria o momento de partir-se para uma outra via que fortalecesse a organização da classe, provocando o amadurecimento de determinadas posturas para não se criarem novas condições que propiciassem novas subserviências.

O Partido Operário da Luso-Guarany continuava sua mobilização, convocando artistas e operários para reuniões que objetivavam a sua efetiva organização. "Em virtude da exoneração da comissão central", o grupo da Luso-Guarany se articulou imediatamente para indicar o chefe do Partido e compor o seu diretório. Para tanto, foi realizada uma grande reunião com todos os artistas e operários, numa tentativa de "harmonizar as duas facções", intento realizado pelo marceneiro e Capitão José Políbio

[374] Pamphilo da Santa Cruz, antigo abolicionista, proprietário da Gazeta da Tarde e aliado de Manuel Querino desde então.
[375] Marceneiro e irmão de Manuel Victorino Pereira, 1º. governador da Bahia logo após a Proclamação da República. Foi um dos fundadores do Liceu de Artes e Ofícios e esteve incluído nos movimentos que originaram a criação da Liga Operária Bahiana e do Partido Operário. Esteve sempre na representação política na condição de artista, criando o elo de comunicação entre artistas e operários e as esferas de poder.
[376] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 167.

da Rocha. O objetivo não foi alcançado em virtude da manifestação contrária por parte de Candido Brizindor, Manoel Querino, Pedro Bonfim, Tenente Pamphilo da Santa Cruz e Eloy Pinto. Novamente o Partido se debatia em torno da indicação do seu chefe e da composição do diretório. Nova constituição foi apresentada e retomada a discussão sobre a criação de um jornal próprio. Pamphilo da Santa Cruz apresentou à mesa o nome do Sr. Gonçalo Pereira Espinheira (conhecido industrial) para chefe provisório do Partido, tendo como auxiliares, logo empossados, Capitães José Polibio da Rocha, Pedro Augusto da Silva e Severiano Godofredo de Mattos, Luiz Gonzaga, Ismael Ribeiro dos Santos, Frederico de Souza Guimarães, Manoel Raymundo Querino e Antonio Tertuliano Esteves, sendo este último indicado por Candido Brizindor, "que apresentou justa escusa".[377]

A princípio, a Comissão Central ficou destituída e substituída pelo novo diretório composto pela facção da Luso-Guarany. Este acontecimento significou, para Querino, o marco da efetiva organização do Partido Operário.

> Serenados os ânimos, *conseguimos* organizar o partido operário, sendo escolhido chefe o cidadão Gonçalo José Pereira Espinheira, que no ato da posse distribuiu um manifesto e recebeu do artista José Polybio da Rocha, presidente que deixava o exercício, as insígnias de chefe do partido, constantes de duas chaves cruzadas, de metal amarelo.[378]

A indicação do industrial Gonçalo Espinheira para chefiar o Partido foi realizada sem a sua presença. Dias depois foi participado pela comissão composta por Pamphilo da Santa Cruz e Manuel Victorino da Ascensão, sobre a "unânime aclamação para chefe provisório do Partido Operário e presidente da comissão central", o que foi aceito.[379]

Até a posse do novo chefe do Partido, o grupo original da Comissão Central protestou contra a deliberação de eleger um novo chefe e auxiliares, bem como a deposição da Comissão Central promovida pelos artistas que se reuniram na Luso-Guarany.[380]

---

[377] *Diário da Bahia*, 29/7/1890. A convocação para a reunião do dia 27 de julho foi realizada por João Pessoa de Britto (presidente); Argemiro de Leão (1º. Secretário); Manoel Victorio da Ascensão (2º. dito). – Tratou de uma assembléia ocorrida no dia 20/7 (domingo) na paróquia da rua do Passo, autorizada pelo Partido a continuar provisoriamente "em virtude da exoneração da comissão central". *O Pequeno Jornal*, 26/7/1890.

[378] Querino, *As Artes*, Op. Cit. p. 167. Grifo meu.

[379] *Jornal de Notícias*, 29/7/1890.

[380] A reunião que deliberou o novo diretório ocorreu no domingo 27/7. A posse de Gonçalo Espinheira, como chefe do Partido Operário, ocorreu no dia 03 de agosto no salão da Luso Guarany. Muitos discursos foram pronunciados por diversos artistas e operários, congratulando pela acertada aclamação do "inteligente e digno industrial que acabava de assumir tão pesada incumbência". Também oraram por parte da imprensa o Tenente Pamphilo da Santa Cruz e o coronel João Augusto Neiva e lido ofício de congratulação por parte da redação do *Jornal de Notícias*. *Diário da Bahia*, 05/08/1890.

> A comissão desconhece o direito daquela reunião, para isto convocou tal sessão pelo que continua a exercer suas funções delegada pela assembléia de 15 de junho do corrente ano, legalmente constituída.[381]

O Partido da Luso-Guarany continuava na tarefa de fortalecer-se e garantir mais adeptos, bem como mais eleitores. As comissões paroquiais foram mobilizadas para aderir ao diretório provisório, o programa do Partido fora encaminhado pelo Presidente para ser seguido, uma comissão era nomeada para a formulação dos estatutos e iniciava-se a estruturação para organizar-se uma tipografia para publicação do órgão do Partido, através da reunião de ações para a criação de uma empresa tipográfica, então representadas por 131 ações de artistas, operários e industriais.[382]

O processo eleitoral prosseguia com a divulgação de chapas constituídas por diversas representações. Manuel Querino apareceu indicado para deputado pelo Clube Republicano Centro Democrata, juntamente, entre outras indicações, com os nomes de Manuel Victorino Pereira e Edistio Martins. Na chapa "Verdadeiros Republicanos", Virgilio de Lemos (do *Diário do Povo*), Edistio Martins e Eduardo Carigé apareceram indicados.

No jogo eleitoral, ficou evidente a importância das classes artística e operária como elementos que garantiriam votos para as lideranças tradicionais. Um exemplo foi a publicação de um apelo aos operários para apoiarem Dr. Joaquim Ignácio Tosta, Com. João Augusto Neiva e Dr. José de Oliveira Campos por serem "constantes defensores dos interesses artísticos". Edistio Martins, na condição de artista, não perdia a oportunidade de se promover, em "Pedido" de apoio à sua candidatura para "seus amigos, todos os artistas, operários e demais concidadãos eleitores".[383] A candidatura do referido artista foi bastante discutida, pois o mesmo, em nota pública, comunicava

---

[381] *O Pequeno Jornal*, 01/08/1890. Assinada por: 1º. secretário, Francisco Pedro do Bonfim, Domingos Silva, Francisco Amaro Paraizo, Antonio Sebastião da Costa, Jacome Stanchin, Adolfo Joaquim do Espírito Santo, Olavo José de Almeida e Elisiario da Cruz. Tais assinaturas não correspondem à composição anterior da referida comissão. Esta nota se repete até o dia 12/08 no Pequeno Jornal, seguida de até 315 assinaturas de protesto. Também saiu publicada no *Jornal de Notícias*.

[382] Em reunião ocorrida no dia 03/09, convocada pela comissão paroquial do 1º. distrito de Santo Antonio, foi discutido sobre o reconhecimento da comissão central do diretório provisório do ***Partido Operário da luso guarany***, o que foi aceito por unanimidade. Na reunião ficou declarado que "o partido operário não recomendava aos seus colegas chapas eleitorais, e que cada um vote no cidadão que melhor merecer". O Pequeno Jornal, 6/09/1890. *Diário da Bahia*, 10/09/1890. Quanto ao Jornal do Partido, somente um ano depois vai aparecer sob o nome de *A Voz do Operário* (Órgão Oficial do Partido Operário) tendo como redatores: Domingos Silva, Matheus Alves da Cruz Rocha e Eliziário Elisio da Cruz. Vai reaparecer em 1894 como órgão do Centro Operário. Discutia questões relativas à educação, ao aumento de salário, à situação da República, da organização e união operárias e outros noticiários, poesias, propagandas de oficinas de operários e outras.

[383] *Jornal de Notícias*, 13/09/1890. Entre os designados pelo Juiz de Paz para fiscalizar as mesas eleitorais está Manuel Raymundo Querino na 3ª. seção. Jornal de Notícias, 12/09/1890.

ser candidato exclusivamente pelo Estado da Bahia, pois *alguns desafetos gratuitos* andavam propalando que se achava em chapas de diversos Estados.[384]

As expectativas em torno das próximas eleições geraram diferentes estratégias de mobilização para todos os políticos envolvidos. As elites tradicionais se articulavam ofensivamente, ora pressionando, ora ameaçando seu eleitorado.

> Opondo-se ao governo, os velhos partidos coligados procuram todos os meios de vencê-lo.
>
> Não são inspirados pelo patriotismo; são improvisados pelo desejo único de exibirem em grande espetáculo o prestígio de ontem muito embora esse prestígio fosse cercado na monarquia de todos os elementos dissolventes.
>
> Ainda não é o povo que vota depois de amanhã.
>
> A luta caprichosa está travada entre o governo e os ex-partidos monárquicos.
>
> Ambos não querem a liberdade inteira do voto, ambos querem vencer, seja quais forem as circunstâncias.[385]

As eleições de 15 de setembro concluíram a batalha pela vaga na Constituinte Federal. Ficou comprovada a manutenção das antigas estruturas de poder e exclusão das novas lideranças políticas, especialmente aquelas representadas pelas classes artística e operária. Manuel Querino e Edistio Martins, os mais votados entre os artistas, apesar de derrotados com uma margem expressiva de votos em relação aos mais votados, não desanimaram em seus projetos políticos de inserção participativa no cenário político-partidário da República.[386]

Logo o diretório do Partido Operário da Luso-Guarany apelava para o "patriotismo", convocando o envolvimento dos artistas, operários e *industriais* para divulgarem o Partido através de reuniões em cada localidade com todos os demais companheiros.[387] O mesmo era feito pela Comissão Central, cujo 2º. secretário Domingos Silva, convidava "os membros do diretório e as comissões organizadoras das bases do banco operário" para uma reunião, enquanto convocava a todos a

[384] *Jornal de Notícias*, 12/09/1890. Grifo meu.
[385] *Jornal de Notícias*, 13/09/1890, p. 01.
[386] Manuel Querino e Edistio Martins aparecem nos boletins eleitorais entre os menos votados, com uma representação inexpressiva diante dos mais votados. O Pequeno Jornal, 17/09/1890; Diário da Bahia, 18/09/1890; *O Pequeno Jornal*, 18/09/1890. A partir de uma contagem demonstrativa dos boletins eleitorais levantados, o mais votado possuía em torno 1439 votos (Cezar Zama) e Manuel Querino equivalia a 10% daqueles votos, em torno de 147.
[387] *O Pequeno Jornal*, 04/10/1890.

fazerem a propaganda do Partido. Iniciava-se a preparação para as eleições à Constituinte Estadual.[388]

Estimulados a discutirem sobre os caminhos adotados pelo Governo Provisório e contribuírem para os trabalhos da Constituinte Federal, artistas e operários demonstravam interesses comprometidos com os princípios de uma República democrática, igualitária e inclusiva. Com esta intenção, o Jornal *A Verdade*, Órgão dos alunos do Liceu de Artes e Ofícios, manteve uma discussão em torno da questão do dia – a *República*. Numa série de artigos publicados por diversas edições, discutiu-se a "excelência da sociocracia sobre a democracia" (*Republica IV*). Para os redatores deveria estar no intuito do governo, "apesar dos tropeços em alguns dos muitos estrepes que nos legou a tirania", organizar uma república sociocrática, ou seja: "um sistema de governo em que todos os cidadãos seriam chamados para concorrer equilatariamente na gestão dos negócios públicos". Este deveria ser o alvo da verdadeira República, ao lado da solução da questão do federalismo. Neste sentido, o jornal reproduziu o pensamento da "distinta propagantista republicana D. Maria Amélia de Queiroz... uma das glórias de Pernambuco" (sic):

> Não são precisas, porém, largas demonstrações para acentuar as desvantagens da centralização, qualquer que seja o regime em que ela se manifeste.
>
> Relativamente ao nosso país nunca cheguei a compreender como se podiam reger pelas mesmas leis e guiar pelos mesmos moldes, Estados tão distintos climatérica, etnográfica e etnologicamente, tão diversificados pela constituição do solo, pelo clima, pela variedade dos produtos, etc.
>
> Depois de tratar de grande diversidade de raças que constituem a população brasileira, da profunda diferença na constituição e tipos dos indivíduos, nas suas tendências e aptidões, mostrando a dessemelhança de interesses e desigualdade de necessidades, entra a ilustre pernambucana na apreciação do crescimento de rendas no sistema federativo, e estabelece esta divisa de grande alcance, que deve ser a divisa dos que querem o engrandecimento deste país: 'A maior concentração política e a máxima descentralização administrativa.[389]

Este periódico espelhava uma discussão estabelecida no seio das classes populares, demonstrando o interesse de participarem efetivamente da organização da República, ao apresentarem propostas e mostrarem-se esperançosas com o novo

[388] *O Pequeno Jornal*, 13/10/1890. Convite para reunião na Sociedade Cavalheiros do Bem (maçônica) à rua do Tijolo, no. 12.

[389] *A Verdade*, 08/10/1890 - ano I, no. 25 - Órgão dos alunos do Lyceu de Artes e Officios – redatores Leal Junior e F. ª Santiago.

regime. Neste sentido, considerado oposto ao antigo regime que era baseado na tirania e na centralização.

A derrota nas eleições não foram suficientes para a revisão estratégica da classe operária. As diferenças internas permaneceram, apesar dos constantes apelos para a união do operariado. O Partido Operário da Luso-Guarany, através do seu 2º. Secretário, Ismael Ribeiro dos Santos[390], convocava artistas e operários para reunirem-se e discutirem uma Constituição que dirigisse "o mecanismo do mesmo partido". Solicitava o comparecimento de todos e o "esquecimento completo de qualquer ressentimento, para que o mesmo Partido [pudesse] unificar-se e fortalecer-se para o bem do proletariado."[391]

Nova tentativa de discutir-se uma constituição regularizadora do Partido era proposta pelo grupo da Luso-Guarany, bem como a organização de uma comissão para propagar pela imprensa as idéias e o programa do Partido Operário. Foram nomeados Argemiro Leão, Manuel Raymundo Querino, Cândido de Araújo Brizindor, José Bernardo da Cunha e Guilherme Conceição.[392] A disputa prosseguia entre as duas facções. Enquanto o Partido da Luso-Guarany se mobilizava em torno de sua constituição, Domingos Silva publicava a "Lei Orgânica do Partido Operário do Estado Federado da Bahia", na qual definia o seu lema: "ordem, trabalho e progresso".[393]

Após a apresentação dos 15 artigos, Domingos Silva justificou-se pela iniciativa ao considerar as "emergências atuais" enquanto acusava "*alguém"* de dificultar "a união dos dignos colegas". Referia-se à condenação do operário à vida de miserabilidade, desprestígio e indiferentismo. Observava que até então, entre os companheiros, só havia conseguido discussões e nada mais.[394]

> Precisamos é de falar pouco ou nada e andarmos para diante.
>
> Devemo-nos convencer de que por mais que suponha valer qualquer colega, de pior ou melhor condição, não vale um pestanejar de olhos, e tudo mais, são toscas parvoíces.[395]

---

[390] Ismael Ribeiro foi um político que atuou no Partido Operário, transformado depois no Centro Operário da Bahia, como vice-presidente. Também foi Conselheiro Municipal. Escreveu *A Voz do Operário falando a Verdade* – Bahia, 1930, onde narrou a sua trajetória no Centro Operário da Bahia desde a sua criação, destacando a sua participação como representante do Centro na Exposição Nacional de 1908.
[391] *Diário da Bahia*, 18/10/1890.
[392] *Jornal de Notícias*, 30/10/1890.
[393] *O Pequeno Jornal,* 04/1/1890. A lei Orgânica ou Constituição do Partido foi publicado em partes nas edições de 4, 8, 11/11/1890.
[394] *O Pequeno Jornal*, 11/11/1890. Grifo meu.
[395] Idem. As informações obtidas sobre a questão da Constituição do Partido indicam não ter chegado a qualquer conclusão, pois tanto o Partido da Luso-Guarany quanto o da Comissão Central continuam convocando os artistas e operários para debaterem sobre as propostas apresentadas no mês de dezembro adentro.

Descrevendo sobre a situação de extrema necessidade material pela qual passava o operário e sua família, responsabilizava a desunião dos operários, "por não ter quem por si se [interessasse]".

> A família do operário, além da difícil vida que passa é sempre olhada com desprezo e escárnio pelos opulentos, o seu filho é o moleque de todos, sua filha é a chanceler da sra. F., para conduzir iaiazinha pelas ruas da cidade até que, a troco de alimento e da usada veste e entregue sem condição aos males do mundo; é realmente o que se dá com a família do operário pobre que por morte lega-lhe isto.[396]

Havia a intenção definida de garantir uma vaga no cenário político que se configurava com a implantação da República. Diante das constantes intrigas entre seus membros, o que criou a dissidência e a rivalidade entre Domingos Silva e Querino, o Partido Operário ainda não tinha definido a sua constituição. Provavelmente, após a derrota nas eleições na Constituinte Federal, tivesse havido uma tentativa de recuo por parte dos dissidentes, depois de reconhecerem a importância de fortalecer o Partido com a união dos seus membros, para pleitear a participação em novos pleitos.

Neste sentido, o operário Enedino de Sant'Anna rogava a união das classes artística e operária, para ver "progredir a classe", levando em conta os exemplos verificados nos Estados Unidos e Europa, como "força única que faz a prosperidade e o bem-estar de um povo". Analisava as condições da falta de "conhecimento do próprio eu, a pouca importância ligada a si mesmo, a instrução profissional e a falta de regime de trabalho" como fatores que concorriam "para a má construção dos alicerces em que se acham assentadas as classes artísticas e operárias." Considerando aquela conjuntura marcada pelo advento da República, dizia:

> Uma transformação social acaba de se dar no Brasil, e, desde que se nos apontam uma nova aurora indicando-nos um futuro mais feliz, faz-se mister que se quebrem todos os rochedos, se destruam todos os embaraços calcando aos pés as prepotências antigas para construir-se uma base sólida, inabalável onde deve ser construído o grande e monumental edifício artístico e operário.
>
> Perseverança, união e fraternidade são "três poderosos elementos que vos levam ao fim desejado que é o vosso bem-estar e o futuro das classes proletárias."[397]

As queixas de Domingos Silva sobre a desunião da classe operária na Bahia foram veementes e apelativas. Comparava o Partido Operário dos outros Estados com o da Bahia. Enquanto os demais estavam conquistando muitas adesões, na Bahia

[396] Idem.
[397] *O Pequeno Jornal*, 24/10/1890.

vinha se dividindo e se tornando desacreditado pelos próprios companheiros, devido a dificuldade de se "conseguir dos colegas baianos união para a felicidade recíproca do seu futuro e a felicidade futura dos seus."[398]

No seu texto deixou transparecer uma outra questão relacionada ao conceito de operário, o que certamente estava incomodando o Partido Operário. Provavelmente, esta discussão também permeou discordâncias. Desde a indicação do industrial Gonçalo Espinheira para a direção do Partido, quando apareceu a categoria de industrial fazendo parte do grupo do Partido da Luso-Guarany, houve uma certa tensão entre os membros do Partido da Comissão Central em aceitar um industrial como categoria a ser integrada no Partido. As pressões e os debates certamente colocaram em xeque alguns propósitos políticos e sociais. Isto apareceu mais explicitamente no Art. 1º da sua proposta de Lei Orgânica ao definir o Partido como uma "congregação de todos os artistas, operários e *industriais*, tomados numa só acepção – operárias". Surgiu, em seu discurso, a questão da definição de operário ao questionar sobre o assunto: "Não vêem que todos que tem o arrojo de dizer-nos: Qual, os operários daqui não se unem – que importa um conceito muito ridículo de cada um que se presa em ser operário?"[399]

Ao se referir sobre a necessidade da união entre os operários, Domingos Silva questionava:

> ...haverá algum colega que julgue que o partido operário é um brinquedo ou uma especulação, mesclando assim de sua pujança e ignorando ao mesmo tempo de que ele vale na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Suíça e outros países em que ele e somente ele tem sido o sustentáculo mais vibrante da honra e glória dos operários?
>
> (...)
>
> Convencemo-nos de que de forma nenhuma perdemos tempo, pois quem para o futuro trabalha, é louco quem supõe perdido o tempo; e para curarmos as amarguras e contradições que formos encontrando nas reuniões, basta lembrarmos sempre das palavras do grande Hobbes, que definindo o que é sociedade diz: "A sociedade é a luta, é a guerra."[400]

Reconhecia as dificuldades de se chegar a um consenso, como algo inerente à própria sociedade. Contudo, reivindicava a união de todos, desde que o seu grupo fosse o condutor do Partido.

---

[398] *O Pequeno Jornal* 01/12/1890.

[399] *O Pequeno Jornal*, 01/12/1890. Grifo meu.

[400] *O Pequeno Jornal*, 01/12/1890.

Não obstante tais disputas, as duas facções tinham o propósito comum de proteger e assegurar os direitos civis e políticos do operariado. A alteração do código penal, publicado em dezembro de 1890, provocou um verdadeiro reboliço entre os artistas e operários. O Partido Operário tratou imediatamente de discutir o assunto, por afetar diretamente os interesses da classe. Mais uma vez o Diretório da Luso-Guarany provocou o debate reunindo no Liceu de Artes e Ofícios, em sessão considerada "enormemente concorrida", as duas facções.[401]

A alteração dos artigos 205 e 206 do novo Código Penal da República afetou diretamente os interesses da classe operária, por se caracterizar arbitrária e anti-democrática, considerando as seguintes alterações:

> -fica sujeito à prisão celular de um a três meses e a multa de duzentos a quinhentos mil reis, aquele que desviar operários e trabalhadores de estabelecimento e empregados por meio de ameaça, constrangimento ou manobras fraudulentas;
>
> -ficam sujeitos à pena de prisão celular de 2 a 6 meses e multa de duzentos a quinhentos mil reis, aqueles que causarem ou provocarem a cessação ou suspensão de trabalhos por meio de ameaça e violências e os operários que impuserem aos seus patrões o aumento ou diminuição de salários ou serviços.[402]

Ou seja, a questão do trabalho e do trabalhador transformara-se, na infância da República, em caso de polícia. As deliberações retiradas da reunião foram de enviarem-se telegramas para o Rio de Janeiro: um destinado ao Senador Virgílio Damásio autorizando-o a nomear uma comissão para obter do governo a suspensão do art. 206 até a decisão do Congresso; e outro ao Partido Operário da Capital Federal comunicando estar a Bahia acompanhando a atitude daquele Partido em relação à questão do Código. [403]

Aquela reunião certamente se constituiu em acontecimento de grande vulto, pois as notícias sobre a mesma foram fartamente publicadas nos dois periódicos aliados do Partido – *O Pequeno Jornal* e o *Jornal de Notícias*. Foi considerada "enormemente concorrida", "revestida de verdade", democrática e "pareceu dar idéias

---

[401] *Jornal de Notícias*, 22/12/1890. O Liceu de Artes e Ofícios, por possuir um salão amplo era freqüentemente utilizado pelo Partido Operário para realizar grandes reuniões, ao mesmo tempo que indicava ser um espaço de neutralidade que podia abrigar as duas facções. A sessão foi presidida pelo Presidente do Partido Operário da Luso-Guarany, Capitão José Políbio da Rocha, quando foram discutidas as questões presentes no Código Penal que desagradaram o operariado. Entre os operários e artistas presentes, destacaram-se Argemiro de Leão (tipógrafo), Prediliano Pitta, Roque de Araújo, Antônio Celso Leitão e Domingos Silva pelos discursos pronunciados contra as tais alterações. Esteve presente a imprensa, a qual se solidarizou com o Partido Operário, a exemplo do *Diário de Notícias* representado por Raimundo Bizarria.

[402] *O Pequeno jornal*, 13/12/1890. Decreto de 12/12/1890.

[403] *O Pequeno Jornal*, 22/12/1890. A comissão proposta pelo Partido Operário da Bahia para tratar da questão do Código Penal no Rio de Janeiro deveria ser constituída por Custódio Amphilophio, Freitas e César Zama. *Jornal de Notícias*, 29/12/1890.

de uma reunião fortíssima entre os homens do trabalho residentes nesta capital", o que demonstrava a sua força ao impor seu prestígio toda vez que se vissem ameaçados por medidas vexatórias e humilhantes, como aquelas.

> As classes artísticas e operárias que representam uma das maiores forças progressivas de qualquer nacionalidade, jamais deverá curvar-se a pedir aquilo que tem direito de exigir.[404]

Certamente este fato animou o Partido Operário a continuar com o seu processo de organização, dando indícios de que uma nova fase e configurava com um tom de união entre seus membros. O grupo ficou mais ou menos articulado em torno de José Políbio da Rocha, então presidente do Partido da Luso-Guarany, possivelmente pelo seu perfil de mediador. Foi quando, finalmente, aprovou-se a última redação da Constituição que regeria o Partido.[405]

A questão do Código Penal foi alvo de críticas severas por parte do candidato à Constituinte Estadual, o redator de *O Pequeno Jornal*, Eduardo Carigé. Constituiu-se em gancho para desenvolver a sua propaganda eleitoral para o pleito de 15 de fevereiro de 1891. A partir das alterações no Código Penal, desenvolveu suas idéias sobre os fatores históricos da luta entre os interesses do operário e do capitalista e os caminhos adotados pelo governo provisório ao atacar "imprudentemente uma casa de maribondo".[406]

> ... quem conhece as leis econômicas que regem a produção, quem tiver notícia da nova fase do partido operário na Europa, há de necessariamente estranhar – que o governo provisório queira como invicto e valoroso Netuno conter a fúria deste imenso pélago, onde se agitam tantos interesse com tridente da ameaça e da violência.
>
> (...)
>
> Todo ato violento tem a sua reação e conseqüências.
>
> Pode-se sem receio de errar assegurar-se que o partido operário, o socialismo está na arena dos acontecimentos, e ele há de vencer a república, pelas mesmas causas, porque a república venceu a monarquia.[407]

---

[404] *Jornal de Notícias*, 22/12/1890.
[405] *Jornal de Notícias*, 29/12/1890. Infelizmente não foi identificada a versão final da Constituição do Partido Operário. Foram alvos de votos de louvor o Capitão José Políbio da Rocha e os srs. Argemiro de Leão, Manuel Martins Cruz e Prediliano Pitta, pela autoria da redação da constituição pelo primeiro e os demais pelo parecer apresentado. Foi também nomeada uma comissão composta por. Políbio da Rocha, João Pessoa de Britto e Godofredo Mattos pra "entender-se com a firma Leite & Alves, sobre a prisão de um operário acusado de ter falsificado cigarros da marca dessa firma.
[406] *O Pequeno Jornal*, 13/12/1890.
[407] Idem, ibidem.

Esta é mais uma indicação do pensamento da época. Associava-se o Partido Operário ao socialismo, enquanto alternativa política que poderia vencer a República. Neste sentido, o autor ameaçava o Governo Provisório e até a própria República:

> Não escarneçam do leão que dorme.
>
> O que pretendem os vencedores de 15 de novembro atacando as mais respeitáveis instituições e violando os interesses de todas as classes?
>
> Estaremos nos governos da candilagem do Rio da prata, ou na ditadura militar, em que se aumenta loucamente o soldo e os proventos do soldado com prejuízo das outras classes sociais?

Referia-se à "ridícula farsa de 15 de setembro" ao serem eleitos os "designados do governo".

> Não há meios coercitivos que possam prevenir e extinguir as greves: e o operário é como o corpo elástico, que com quanto mais força se o arroja no chão, ele como o novo Ájax, tanto mais alto se ergue.
>
> (...)
>
> Tirar do operário o direito de exigir aumento de salário é a mais insuportável das tiranias.
>
> (...)
>
> Convém registrar todos esses excessos e arbítrios dos que se acham com a responsabilidade da pública administração, a fim de que se reconheça as causas em ocasião oportuna da revolução, que nos espera em futuro, que não está muito distante.
>
> A monarquia tombou no momento em que o primeiro ministro no parlamento anunciou que ia aniquilar a propaganda republicana, e esta idéia crescia na razão direta da opressão: assim também o operário há de vencer a ditadura que lhe tenta comprimir com leis vexatórias e imprudentes."
>
> (...)
>
> Até 15 de novembro nos alimentava a esperança de que depois da monarquia viria a república, e hoje perguntam as classes trabalhadoras, os que precisam da paz e da tranqüilidade como precisam do ar que respiram – o que virá depois da república?[408]

Observe-se que a questão das greves começava a mobilizar os legisladores e incomodar setores da classe média, temerosos com os desdobramentos de uma possível revolução socialista, na perspectiva do evolucionismo político, a ser realizada pelo operariado.

> Ao governo provisório cumpre dar solução a este problema; ficando certo de que a sua imprudência pode trazer tremendo vendaval a este país, e a responsabilidade será dos

[408] *O Pequeno Jornal*, 13/12/1890.

> que nos arrancando da marcha evolutiva e pacífica em que íamos, nos precipitaram no abismo a revolução.[409]

As ações grevistas no Brasil, apesar de rarefeitas e isoladas, antecederam a abolição da escravatura e já eram utilizadas pelos trabalhadores livres.[410] Com a implantação da República as greves se espalharam pelo país como estratégia de luta, especialmente inspirada pelas experiências de imigrantes europeus que, ao chegarem ao Brasil, trouxeram consigo idéias revolucionárias que impulsionaram a luta operária e transformaram o sul do país em centro dinâmico do movimento operário. O período que se seguiu à proclamação da República foi caracterizado pelo sucessivo e importante movimento organizativo não somente quantitativo, mas também qualitativo da classe operária.[411]

Na Bahia, apesar de ainda subsistir as antigas relações de trabalho de características artesanais, prenunciava-se o desenvolvimento dos setores manufatureiro e de serviços, iniciado nos anos de 1870, gerando a formação de um núcleo operário que garantiu a presença de agitações operárias, especialmente na capital baiana. Antes da abolição (1881) ocorreram duas ações paredistas em Salvador: uma pelos trabalhadores dos Alvarengas da Companhia de Transportes Marítimos por aumento salarial e outra pelos cocheiros da Companhia de Transportes Urbanos que protestaram contra uma tabela salarial implantada pela empresa. Esta última só foi concluída com a intervenção da polícia que prendera seus principais líderes.[412]

---

[409] Idem, ibidem.

[410] Sobre o movimento grevista na Bahia ver FONTES, José Raimundo. *Manifestações Operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)*. Salvador-Bahia: Dissertação de Mestrado da UFBA, 1982. Neste trabalho Fontes assinala a primeira greve no Brasil em 1858 entre os tipógrafos do Rio de Janeiro. Outras posteriores ocorrem entre os ferroviários da Pedro II (1863), do cocheiros do Rio (1876) e dos doqueiros de Santos (1877). Nos anos de 1880 continuam isoladas, só se intensificando na década de 1890, no contexto da implantação da república, tornando-se prática comum entre quase todas as categorias de trabalhadores. Entre 1890 e 1900 registraram-se somente em São Paulo 22 paralisações, observando-se um processo contínuo nos anos seguintes. p. 37/38.

[411] A questão do trabalho se caracterizou em preocupação social, política e econômica, tendo em vista a necessidade de disciplinar a massa de trabalhadores recém-saída da escravidão, desenvolver uma política de controle sobre a crescente onda de mobilização operária em busca de direitos e garantias civis e políticas e a necessidade de continuar a investir na produção, conforme os interesses agro-comerciais na Bahia e agro-industriais no sudeste. Sobre a situação dos trabalhadores no processo de luta pela cidadania no período de organização das bases republicanas ver: MARCHIORI, Maria Emília Prado. *Os Impasses da Cidadania na Transição da Monarquia para a República no Brasil (1870-1902)*. São Paulo: USP, 1992 (Tese de Doutorado); SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos (representações dp "Trabalhador Nacional". 1870-1919)*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de doutorado); ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. *Questões de Vida e Morte na Bahia Republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930).* Salvador-Bahia: UFBA, 1996 ((Dissertação de Mestrado).

[412] FONTES, Op. Cit., p. 55.

Como nos principais centros urbanos do país, na Bahia o movimento grevista começou a aparecer com mais freqüência após 1888, marco da abolição da escravatura. Caracterizou-se por um primeiro fluxo ascensional do movimento grevista, que teve como pano de fundo as transformações econômicas, sociais e políticas operadas pelo fim do trabalho escravo, pela proclamação da República e pelo surgimento de uma nova realidade política para o país e, em especial, para a classe operária, seguida por um crescimento gradativo do setor industrial.[413]

Em seu conjunto, as greves tinham por natureza a reivindicação de melhores salários e de condições de trabalho. Também ocorreram greves de solidariedade e política, apesar de residuais.[414] Outras manifestações originadas pelos setores da população que viviam em precárias condições de vida eclodiram ao longo da Primeira República.

> Greves, comícios, passeatas, arruaças, violências em graus variados pontilham a história da cidade no período. É principalmente a imprensa diária local que nos dá conta de uma insatisfação que parece crônica no decorrer dos muitos anos; insatisfação contra as condições de trabalho, contras as remunerações, contra os atrasos nos pagamentos, contra o custo da habitação e da alimentação.[415]

A militância de Eduardo Carigé, desde o abolicionismo, teve como foco a causa das minorias. Apesar de político de destaque no Império, com a República não conseguiu galgar postos de comando. Sucessivamente lançou-se candidato à constituinte estadual, discutindo a questão da federação ou separação, considerando ser a Bahia um Estado que tinha condições naturais e sociais para não passar pelos males que a oprimiam na lavoura, na indústria, no comércio, no sistema tributário, nas rendas públicas e, entre outras cosias mais, nas artes. Quanto à situação do artista assim descreveu:

> As artes aí estão abandonadas; o artista entre nós é coisa e não pessoa; é um pária no seio do seu próprio país; podendo ser uma classe forte está aniquilada pelo compadrio e sem orientação vive dominada pelos poderosos.

---

[413] FONTES, Op. Cit., p. 56. Na Bahia foram arroladas algumas greves que indicam o processo de fluxo e refluxo nesta vaga das manifestações operárias: entre 1889 e 1896 foram arroladas "31 manifestações grevistas, sendo 10 localizadas no interior e 21 na capital. Deste total, 4 ocorreram em 1889, 11 em 1891, 5 em 1892, uma em 1893, 2 em 1894, 3 em 1895 e 5 em 1896. Está rápida vaga de greves é seguida por um refluxo entre 1897 e 1899 durante o qual nenhuma greve é registrada." Este refluxo permanece até 1907.

[414] Idem, p. 221/220. Entre os objetivos: das **greves salariais**, estavam o aumento de salários, pagamento de salários atrasados, cumprimento de acordo, contra pagamento por empreitada, contra redução de salários; por **condições de trabalho**, estavam melhorias gerais, jornada diária de 8 horas (e outros), contra multas, exoneração de chefe; por **solidariedade** estavam relacionadas a companheiros demitidos (e outros); **política** estavam relacionadas à solidariedade.

[415] SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais. Salvador (1890-1930).* São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1982, p. 337.

> E os operários?
>
> Este labuta toda a vida sem esperança de melhorar de sorte.
>
> Pede trabalho, acenam-lhe com a tarimba do soldado; pede uma blusa, oferecem-lhe uma capa de mendigo![416]

O artista Argemiro de Leão, do grupo do Partido Operário da Luso-Guarany, observava, em 1891, que as greves na Bahia iam "tomando proporções gigantescas". Em artigo publicado, elaborou uma reflexão crítica sobre a situação do operário frente ao enriquecimento do patrão e a necessidade da greve para reivindicar direitos como aumento de salário e limitação das horas de trabalho.

> Estamos em ocasião em que muitos patrões querem sozinhos usufruir o trabalho do operário! Este jamais deve consentir.
> Se o capital deve ser garantido, o trabalho deve ser recompensado.
>
> Ordinariamente o patrão enriquece pelo trabalho do operário.
>
> A greve tem dois fins; evitar a fome da família do operário, e obrigar o patrão a ter consciência.[417]

Eram questões emergenciais que deviam ser consideradas. Não havia a intenção de destruição da ordem econômica vigente. Permeado pelo idealismo, confluindo para a adaptação de idéias socialistas importadas, era um movimento que se adaptava à realidade brasileira e particularmente baiana. Afinal era recente a liberalização da mão-de-obra com a extinção do trabalho escravo e processava-se a reorganização das novas relações de trabalho. Contudo havia uma luta que demonstrava a insatisfação da exploração do capital sobre o trabalho, com a certeza de que o último devia se impor ao primeiro.

> É preciso que no terminar das greves o operário saia honrado.
>
> Ainda falta muita coisa. Desânimos hoje é uma covardia.

Se a classe operária se firmar agora na greve será uma classe respeitada; mas se recuar, eu não sei o que será dela.

> Se o operário transigir nesta quadra, quando ninguém quer se deixar subjugar, será um ontem sem razão.[418]

[416] *O Pequeno Jornal*, 09/1/1891.
[417] *O Pequeno Jornal*, 24/03/1891.
[418] Idem.

O painel descrito por Carigé e Argemiro de Leão correspondia aos desejos de avançar-se na construção de uma história em que os trabalhadores seriam os próprios autores e atores.

Com a intenção de lutar pelos direitos sociais e políticos, os artistas e operários novamente buscavam alternativas para garantir as eleições à Constituinte Estadual. Com este objetivo, a Comissão Central do Partido Operário optou por apresentar uma chapa artística para disputar apenas o lugar de deputado "a fim de facilitar todos os recursos ao partido para eleger seus candidatos".[419] A referida chapa ficou composta por "artistas, operários e industrial", os quais deveriam representar e defender os interesses da classe operária baiana, entre os quais o artista Manoel Raymundo Querino.[420] Este último foi apresentado como candidato de "muitos eleitores" na condição de "artista diplomado pela Academia de Belas-Artes".[421] Outros eleitores ainda, "a maioria da 9ª. seção da Sé" apresentavam candidatos a senadores Aristides Cezar Spinola Zama e o Cons. José Antônio Saraiva e para deputados Manuel Querino e Eduardo Carigé.[422]

Naquele momento, no interior do Partido, o jogo político foi direcionado para o consenso em torno dos nomes dos candidatos potencialmente elegíveis, entre os quais Manuel Querino, incluindo-se industriais entre as representações do Partido Operário. Tratava-se, a princípio, de uma denominação dada àqueles que desenvolviam atividades restritas a pequenas oficinas, entre as quais as marcenarias e empreiteiros de obras de construção civil. Indicar candidatos apenas para deputados, também se caracterizou em estratégia que fortalecia e ampliava as possibilidades de elegibilidade. Foi o momento de reconhecimento das lideranças que disputariam a representação da classe no cenário parlamentar. Isto significou um avanço qualitativo de organização, pois foram considerados critérios e perfil das representações políticas, nos quais a influência política e a qualificação profissional foram identificadas como garantias de conquistar-se um lugar nas esferas de poder.

---

[419] *O Pequeno Jornal*, 09/01/1891.
[420] Idem. A chapa ficou composta pelo Tenente Olavo José de Almeida; artista Manoel Raymundo Querino; Constantino de Aquino Leite; Capitão José Políbio da Rocha; Capitão Victorino José Pereira Junior; Antonio Francisco Brandão. Esta decisão havia sido tomada em sessão realizada pela Comissão Central do Partido Operário, em 08/1/1891, cujo presidente era Eliziário da Cruz (Alfaiate) e secretários Domingos Silva (Pedreiro) e Athanazio Pinto. *O Pequeno Jornal*, 13/01/1891.
[421] *O Pequeno Jornal*, 02/01/1891.
[422] Idem.

Mais uma vez a derrota foi anunciada.[423] Aquelas eleições foram caracterizadas por fraudes que indignaram os candidatos derrotados. Entre eles Eduardo Carigé logo se manifestou contra as aberrações que presenciara, analisando o caráter de corrupção e de fraude adotado, como reflexo do encaminhamento dado à organização política na República:

> As eleições para o Congresso do Estado nada mais foram que uma pura aberração política, um destes atos que por si só bastam para determinar a psicologia de um povo e a condenação de uma geração inteira.
>
> Não acreditamos que possa fundar uma república sã e séria, educando-se o povo a tranquibérnia e a fraude.
>
> O voto é a colaboração pacífica para consecução dos altos destinos da coletividade. Roubado aquele, e mal barateados estes, o governo não se pode justificar senão pela fraude ou pela violência.[424]

Seus protestos contra as eleições à Constituinte Estadual permaneceram dias seguidos. Explicitou o seu descrédito na principal arma democrática que era o voto, diante das fraudes e corrupções observadas nas primeiras eleições republicanas a nível local.

> Nascido da fraude este congresso há de ter sempre o vício de origem.
>
> Com que prestígio entram esses congressistas na constituinte deste Estado?
>
> Se entre os designados do governo tem alguns cidadãos que muito se recomendam pelo caráter, ilustração é que estão no caso de merecer a honra deste mandato, também há muitos ilustres desconhecidos que não seriam jamais eleitos se não fosse a fraude de que lançou mão o governo para eleger o congresso.[425]

Indignado com o que estava acontecendo, Carigé perguntava*:*

> ...então para que se derrubou o antigo regime e se estabeleceu a república.
>
> Foi para continuar nesta mísera politicagem tão condenada pelos puros corifeus da atualidade?

---

[423] *Diário de Notícias*, 13/02/91. O resultado das eleições de 5/2, publicado no *Diário da Bahia*, mostrou o seguinte: entre os três mais votados para deputados estavam Satyro Dias (9112 votos); Pedro Vergne (8660 votos); Reis Magalhães (8348 votos). Nesta lista Castro Rebello teve 5379 votos (43º. lugar), Neiva 6464 (32º. lugar) e Oliveira Campos 5367 votos (44º. lugar). Quanto à chapa dos artistas, diferentemente do *Pequeno Jornal*, a votação ficou assim: Victorino Junior com 7375 (12º lugar) **e Manuel Querino 458 votos (83º lugar).** Cabe observar que o Prof. **Antonio Bahia** ficou no 26º lugar com 6638 votos. *Diário da Bahia*, 21/02/1891 divulgou a apuração dos votos para a constituinte estadual, sendo eleitos 42 deputados e 21 senadores. Da chapa artística apenas o capitão Victorino José Pereira Junior, com 1557 votos (60º lugar) e **Manuel Raymundo Querino, com 547 votos, no 85º (cerca de 14% do mais votado**) lugar, foram identificados entre os mais votados da chapa. O mais votado para deputado foi em 1º. lugar o Dr. Joaquim Macedo de Castro Rebello, com 4000 votos, em 2º, Comendador João Augusto Neiva (3995 votos) e 3º. o Dr. José de Oliveira Campos (3883 votos). Observe-se que o **Prof. Antônio Bahia da Silva Araújo** ficou no 42º lugar com 2134 votos.

[424] *O Pequeno Jornal*, 18/02/1891.

[425] Idem, 10/02/1891.

> (...)
>
> ... isto não foi eleição, mas empreitada eleitoral, que só teve o mérito de levar a convicção aos espíritos sérios, de que os ambiciosos comuns que dirigem este Estado são politiqueiros de estreitas vistas, e que aderiram à República com o mesmo amor, com que eram até ontem monarquistas.[426]

Logo em seguida Carigé se despedia da redação de O Pequeno Jornal, justificando-se, perante César Zama, proprietário do referido periódico, pela decisão. Era em função da necessidade de buscar outros meios de subsistência, tendo em vista esses meios não se coadunarem "com a posição de um redator oposicionista que deve manter-se em certa altura".[427] Afirmava que se tivesse outros recursos não deixaria *O Pequeno Jornal* que criou e se dedicou com cuidado e carinho. Mantendo a posição de patriota que experimentara uma desilusão profunda com os caminhos republicanos adotados pelos políticos de então, expôs-se deixando registrada em nota pública a sua trajetória política iniciada no Império e finalizada na República.

O Partido Operário mantinha na sua luta o desejo de organização e fortalecimento para garantir o acesso da classe trabalhadora aos postos de comando político. Nova convocação era feita pelo Partido da Luso-Guarany para a eleição do diretório efetivo. Com a eleição do novo diretório, sucedida da posse, o presidente efetivo, José Políbio da Rocha, suplicava pela "necessidade da união da classe operária, para que ela [pudesse] ser grande e feliz".[428]

Este Diretório passou a se apresentar na imprensa como Conselho Diretório da União Operária, considerando a necessidade e o desejo de efetivamente realizar a união. Foi o momento em que as correntes se estabeleceram sob denominações que marcaram efetivamente a cisão do Partido, não obstante dialogarem entre si, enquanto

---

[426] Idem, 10/03/1891

[427] *O Pequeno Jornal*, 20/03/1891.

[428] *O Pequeno Jornal*, 19 e 23/02/1891. Foram eleitos os seguintes operários: Presidente: Capitão José Políbio da Rocha (marceneiro); Vice-Presidente: João Pessoa de Britto (alfaiate); 1º. Secretário: Manoel Raymundo Querino (desenhista); 2º. secretário: Guilherme Conceição (desenhista); Vogais: Capitão Severiano Godofredo de Mattos (sapateiro), Elisiário Elysio da Cruz (alfaiate), José Maria Leal (maquinista), Manuel Victorino de Ascenção (tipógrafo), Frederico Francisco da Silva Guimarães (pedreiro) e Ismael Ribeiro dos Santos (alfaiate). *O Pequeno Jornal*, 12/03/1891. O Diretório do Partido deveria ser composto por onze membros, contudo foram eleitos e tomaram posse somente dez, em virtude de uma disposição da constituição do mesmo Partido, que facultava ao diretório a nomeação de uma comissão de imprensa à utilidade do Partido, sendo seu chefe membro integrante do mesmo diretório. Ficou assim composto o diretório: Presidente: Capitão José Políbio da Rocha; Vice-Presidente: João Pessoa de Britto; **1º. Secretário: Manoel Raymundo Querino**; 2º. Secretário: Guilherme Conceição; Vogais: Capitão Severiano Godofredo de Mattos, José Maria Leal, Manuel Victorino de Ascenção, Frederico Francisco da Silva Guimarães,Ismael Ribeiro dos Santos e Paulo Cezar do Nascimento (gravador). Este último não constava da lista anterior eleita, substituindo Elisiário Cruz.

estratégia de luta em circunstâncias emergenciais que afetassem o interesse comum, a exemplo das eleições, demissões de operários, do custo de vida, da falta de trabalho, etc. [429]

A questão operária tomava conta da imprensa engajada, a qual convidava a todos os trabalhadores a tomarem consciência do seu valor e da necessidade de lutarem pelos seus direitos, a exemplo do que ocorria na Europa civilizada. Neste sentido, o 1º de maio foi identificado como dia em que, *naqueles países civilizados*, "os operários – os verdadeiros homens do trabalho – aprestam-se para um levantamento, manifestação geral como testemunho solene e significativo do conhecimento de seus direitos...".[430] O jornal *O Combate* suplicava à classe operária baiana, para que não permanecesse impassível e indiferente ante aquele "jubiloso e altruístico acontecimento", considerado "mais um passo para o amanhã do operário", a fim de que não se compactuasse "com essa mudez criminosa dos nossos companheiros de classe, relativamente a este faustoso e significativo cometimento...".

> ... registramos, cheios de júbilo esta memorável data, que traduz a fraternização – proêmio do levantamento de uma classe, que, ontem, era um conjunto de máquinas automáticas, e, hoje, conhecedora dos seus direitos, levanta-se numa 'parede universal' como eloqüente testemunho que há de ser amanhã... ou hoje, talvez.[431]

A redação daquele jornal conservou no dia 1º. de maio de 1891 suas oficinas fechadas e erguido o estandarte nacional, como ato político demonstrativo da convicção de ser dever do operário "brioso" "dar hoje um testemunho irrecusável do seu assentamento a mais este passo para a *evolução* operária que mais acentua-se nos fins deste século."[432] Dentre as preocupações explicitadas no intenso movimento operário europeu, o qual se agravava diariamente, estavam as reivindicações que caminhavam para "o confisco de todo rendimento líquido e portanto a expropriação do capital".[433]

Estas notícias certamente criavam temor nas elites diante da possibilidade de avançar-se, na República do Brasil, com semelhante movimento e colocar-se em risco a manutenção da ordem e das instituições oficiais. Ao mesmo tempo era cada vez mais

[429] Trata da reafirmação da composição política operária organizada pelo Partido Operário, tendo à frente a Comissão Central, da qual era presidente Elisiário da Cruz e 1º. Secretário Domingos Silva e outra pela União Operária, tendo à frente um diretório, cujo presidente era o Capitão José Políbio da Rocha e 1º. secretário Manuel Querino.
[430] *O Combate*, 02/05/1891 (Ano I, no. 25),
[431] Idem, ibidem.
[432] Idem. Grifo meu.
[433] *Jornal de Notícias*, 24/08/1891.

dificultado o trânsito do operariado nacional pelas instituições republicanas que se iam erguendo sobre os pilares da prometida "democracia e igualdade".[434]

A situação precária em que vivia a população trabalhadora tornava-se uma questão que preocupava toda a sociedade. Notícias sobre a grave situação do operariado eram freqüentemente veiculadas pela imprensa local, sobre as quais o Partido Operário sempre se manifestava. Foi o caso das dispensas de operários e empregados das oficinas da Companhia Bahiana, em Itapagipe, quando cerca de 130 homens ficaram, "inesperadamente" desempregados da noite para o dia, "sem a mais simples prevenção". Tal medida, segundo notícia veiculada pelo *Jornal de Notícias*, era considerada "de gravidade a merecer censuras e a *inspirar receios*". [435]

Imediatamente a União Operária se manifestou pela imprensa, convidando a todos os artistas e operários para uma grande assembléia geral no Liceu de Artes e Ofícios, "a fim de tratar-se de negócios que muito interessam aos mesmos, bem como para continuar-se a tratar sobre o fechamento das oficinas da Companhia Bahiana".[436] Este acontecimento mobilizou ambos os grupos que se reuniram para advogarem em favor dos companheiros demitidos. Foi uma manifestação de solidariedade logo seguida pela Comissão Central do Partido Operário, ao reiterar o convite da "digna diretoria da União Operária", a fim de "tratar dos direitos de 130 artistas e operários, ultimamente despedidos da Companhia Bahiana, como também tratar das especulações de que está sendo vítima a classe artística."[437] A referida reunião foi presidida pela mesa da União Operária, quando foram debatidos os encaminhamentos para o apoio aos operários demitidos. Diversas manifestações de indignação foram apresentadas, como as de Prediliano Pitta, Manuel Querino e Domingos Silva. Este último, em discurso que se prolongou por uma hora, lastimou "que numa reunião como aquela só tivesse comparecido tão limitado número de artistas e operários."[438] Da reunião ficou deliberado que seria encaminhada uma petição ao governador "lembrando-lhe os diversos males que oprimem a classe operária".[439]

A referida petição foi logo respondida pelo governador, manifestando-se não ser "indiferente ao sofrimento da classe, e que tomaria em consideração o que dele

---

[434] Sobre as idéias e práticas republicanas ver LEITE, Sidney Ferreira. *A República no Brasil: Quintino Bocaiúva e Silva Jardim - trajetórias e idéias*. São Paulo: USP, 1993 (Dissertação de Mestrado).
[435] *Jornal de Notícias*, 11/05/1891. Grifo meu.
[436] *O Pequeno Jornal*, 27/05/1891. Convite assinado pelo seu 1º. secretário Manuel Querino.
[437] *Jornal de Notícias*, 29/05/1891. Convite assinado pelo 1º. secretário Domingos Silva.
[438] *Jornal de Notícias*, 01/06/1891.
[439] Idem, ibidem.

reclamavam os operários baianos."[440] O Partido Operário observava que o referido pedido, havia provocado "uma modesta manifestação ao congresso deste Estado, no dia da promulgação da constituição, como prova de homenagem pelas amplas garantias em prol do proletariado, inseridas na mesma Constituição."[441]

De uma forma ou de outra, as vozes do operariado estavam obtendo ressonância na Constituinte que se instalara. Manuel Querino se referiu aos trabalhos do Congresso Estadual e aos projetos que iam de encontro aos interesses dos operários, a exemplo do projeto de orçamento, o qual aniquilaria não apenas os operários como também a pequena indústria. Quanto a isto, Querino reproduziu a posição de combate adotada pelo deputado Victorino Pereira Junior, representante da classe operária na Constituinte:

> Sr. Presidente, diz o projeto que, aquele que expuser o móvel à venda, pagará diversas taxas, isto é, o marceneiro, que pagava de 24$000 a 36$000 pagará hoje 112$500, ou mais, de conformidade com a casa que ocupar.
> Sr. Presidente, V. Exa. sabe perfeitamente que eu sou marceneiro e dirijo uma casa antiga e acreditada, e só terei a ganhar se passar essa medida; mas declaro, sr. Presidente, que pronto sempre como fui e serei em auxiliar os meus dignos companheiros de classe, prefiro a boa amizade e harmonia em que vivi sempre com eles, ao lucro de mais meia dúzia de contos de réis, e portanto clamarei e votarei contra esta disposição que acho iníqua.[442]

Esta manifestação por parte do deputado e antigo companheiro das classes artística e operária foi além da promessa de votar contra aquele projeto. Conforme publicado pelo *Correio do Povo*, ameaçou a renúncia ao referido mandato, caso o projeto passasse daquele jeito, pois tinha a intenção de "reunir-se a seus colegas, a fim de oporem franca resistência a tudo quanto vier ferir os interesses da classe."[443] Este movimento foi articulado com o operariado aliado. Neste sentido, Manuel Querino encabeçou uma grande reunião no Liceu de Artes e Ofícios, "a fim de representarmos contra injustiças que se acham consignadas no projeto de orçamento do Estado, com relação a estas classes".[444] Sobre a referida reunião, Querino a narrou como "a maior, pelo número, que já se viu nesta capital."[445] Dela fora aprovada petição endereçada ao poder legislativo, assinada por Manuel Querino, na condição de presidente, Francisco

[440] *O Pequeno Jornal*, 25/05/1891. Esta notificação foi assinada pelo 1º. Secretário, Manuel Querino. *O Pequeno Jornal* passa a divulgar notas relativas à União Operária, enquanto o Diário de Notícias passa a divulgar pelo Partido Operário.
[441] *Jornal de Notícias*, 25/06/1891.
[442] Querino, As Artes, Op. Cit., p. 167/168.
[443] Idem, p. 168. Citando *O Correio do Povo*, de 17/10/1891.
[444] *O Pequeno Jornal*, 20/10/1891.
[445] Querino, As Artes, Op. Cit., p. 169.

Salles dos Santos, Anacleto Dias da Silva, Caetano de Mattos e Ismael Ribeiro dos Santos:

> A classe operária vem, ante vós, mui respeitosamente, pedir que veleis por ela. E considerando que o estado atual da Bahia é de todo ponto vexatório para as classes ativas e pobres, já pela escassez dos trabalhos e conseguintemente pela falta e insignificância de salário, já pela elevação de preços dos gêneros de primeira necessidade, já pela cobrança do imposto em ouro, que torna impossível a esta classe satisfazer o dever a que nenhum cidadão pode furtar-se, de pagar o imposto para ocorrer às despesas do Estado, já pela elevação das taxas de contratador de obras, mercador de calçados, cabeleireiro, colchoeiro, latoeiro, marceneiro, empalhador, encadernador, funileiro, escultor, encarnador de imagens, ourives, consertador de pianos, pintor, sapateiro, tanoeira, empresário de tipografia, violeiro, alfaiate, dentista, torneiro, serralheiro, e outras constantes do atual projeto de orçamento, em discussão nesta câmara, pede e espera que lhe faciliteis os meios de cumprir o dever de cidadãos que aspiram o engrandecimento da pátria e a tranqüilidade da família baiana, reduzindo as referidas taxas a um algarismo consoante às suas posses.[446]

Segundo Querino, tal reunião havia desagradado aos políticos dominantes "a ponto da comissão de fazenda da Assembléia, entendendo-se com a comissão operária, propor a retirada da petição, comprometendo-se a tomar em consideração o nosso pedido".[447] Não sendo aceita tal preliminar, não perderam tempo os operários, logo reunindo-se "a fim de dar conta da sua incumbência junto a comissão de fazenda da assembléia estadual, e tratar-se de assuntos de magna importância para as classes operárias".[448] As pressões sobre as autoridades se seguiram, no sentido de alertá-las sobre

> o estado de miséria e de penúria porque estão passando a classe operária e o proletariado, já pela falta de trabalho para satisfazer o número de operários, já pelo fechamento clandestino de oficinas, já pelas demissões, e finalmente pela carestia dos gêneros alimentícios.[449]

Em assembléia, foi constatado de que era o governo que deveria livrá-los da "desgraça a que estavam reduzidos" e autorizado "o diretório da União Operária a representar, em nome dos operários e do proletariado, ao governo do Estado, pedindo providências remediáveis aos seus males".[450] A partir de tal iniciativa e com o auxílio do conselheiro Luiz Vianna, então presidente do Senado, conseguiram satisfazer as suas reclamações.

---

[446] Idem, p. 170.
[447] Idem, ibidem.
[448] *O Pequeno Jornal*, 03/11/1891. A Comissão envolvida com este movimento era constituída por Manuel Querino, Anacleto Dias da Silva, Francisco Salles dos Santos, Caetano de Mattos e Ismael Ribeiro dos Santos. As reuniões, realizadas nos salões do Liceu de Artes e Ofícios, se sucederam até dezembro de 1891.
[449] *O Pequeno Jornal*, 01/12/1891.
[450] Idem, ibidem.

> Esse movimento, em prol de nossos direitos, serviu para mostrar que hoje o trabalhador não pode ser mais olhado como na primeira idade que era pária; na segunda em vez do cidadão, era o servo; hoje, é parte integrante da sociedade, igual a todos os homens em direito.[451]

Sobre este episódio, Manuel Querino concluiu suas reflexões com a dignidade de quem acreditara e lutara pelo princípio da igualdade de direitos numa sociedade efetivamente democrática:

> O melhor de todos não o é que descende dos mais ilustres avós, senão o mais competente, o que mais trabalha.[452]

Observe-se que havia um movimento de luta apoiada na legalidade e manutenção dos laços de dependência com os governantes que se interessassem pela causa. Mantinha-se, neste sentido, no conjunto do jogo da "política de acomodação" presente no quadro de organização das instituições republicanas, a necessidade de atrelar a luta operária às regras estabelecidas em torno de políticos que representavam os interesses de classe, desvinculadas a qualquer princípio ideológico.

No contexto de tais acontecimentos, o Professor Antônio Bahia, "ilustre deputado e defensor das prerrogativas populares"[453], envolveu-se com a questão ao reunir em sua residência diversos operários para discutirem sobre a "organização do trabalho, compreendendo regalias e concessões, com as quais os países mais adiantados costumavam favorecer os menos abastados".[454] A crença de Querino no "patriotismo dos representantes do povo, juntamente em ação com a suposta boa vontade do governador", guiou suas esperanças de que resultasse "a prosperidade, pelo menos relativa, da verdadeira orientação dos princípios democráticos."[455]

Estava presente nas suas preocupações o perigo da desmobilização e a desaceleração da aprendizagem operária em torno dos princípios democráticos, especialmente em se tratando da crescente desagregação do elemento artístico, por cada vez mais acentuar-se a "intervenção de estranhos, nas arrematações de obras", "de modo que os mais capazes ficavam sempre na penumbra."[456]

---

[451] Idem, ibidem.
[452] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 170.
[453] Idem, ibidem.
[454] Idem, p. 171.
[455] Idem, ibidem.
[456] Idem, ibidem.

A sua indignação crescia à medida que observava a necessidade da intervenção política, enquanto "polvo social" que explorava "o prestígio de uns, com a exclusão de outros, o melhor elemento da classe".[457] Certamente Querino se referia às sucessivas derrotas eleitorais ocorridas em função da desunião do operariado e à decepção por verificar a manutenção da prática do favoritismo em detrimento do reconhecimento do talento e da competência.

> O princípio era – dividir para melhor dominar. Em favor das classes trabalhadoras algumas *havíamos* conseguido, na constituição do estado, e, na lei orgânica do município: isenção de impostos para o salário de três mil réis, assim como das fábricas que sustentassem menos de cinco operários; o imposto de um conto de réis sobre o contraente de obras, que não fosse artista, que as obras municipais fossem distribuídas de modo a evitar as explorações de atravessadores e de pessoas estranhas à arte ou ofício.[458]

Tratava-se, sem dúvida alguma, da luta em defesa do espaço de trabalho, remanescente do tempo da Liga Operária, para aquela categoria de trabalhadores ameaçada pelo crescimento de empresas especuladoras e politicamente protegidas. Segundo Querino, a principal preocupação pela falta de capital para a execução de obras, por parte da classe operária, permanecia. Mais uma vez remetia-se ao professor Antonio Bahia[459] que, auxiliado pelo dr. Manoel Victorino e seu irmão, o coronel Victorino José Pereira Junior, ao se dedicar ao estudo da questão financeira da classe, encaminhou um projeto de criação de uma carteira em um banco do Estado, no qual o Governo garantiria "certo capital que servisse de base às operações de crédito necessárias aos contratantes de obras públicas ou particulares, sem se inquietar com a opinião de políticos ferrenhos que pretendiam ver neste fato – *a formação do socialismo com a garantia do estado*."[460]

Para Querino esta seria a via mais prática para garantir aos operários meios para a realização de seus contratos, o que era "mais justificável do que as pensões dadas às associações de caridade e mesmo artísticas." Teria, neste sentido, como resultado "a boa organização da caixa de socorros, de assistência pública, de método

[457] Idem, ibidem.
[458] Querino, *As Artes,* Op. Cit.,p.170. Grifo meu.
[459] Antônio Bahia, Professor que se destacara politicamente no cenário estadual, antigo aliado de Manuel Querino, desde quando era estudante da Escola de Belas Artes, envolveu-se na defesa da causa operária, constituindo-se em representante intelectual da classe, tomando posições para conduzir determinadas ações propostas no sentido de inibir idéias mais ousadas, a exemplo do projeto de criação do Partido Socialista. Certamente, pela sua afinidade com Manuel Querino, tenha influenciado para a sua nomeação no Conselho Municipal e a sua aproximação com o Partido Republicano Federalista criado em 1892 por Dr. José Gonçalves da Silva, Dr. Augusto Guimarães, Dr. Satyro Dias, Vergne de Abreu e o Prof. Antonio Bahia. *Diário da Bahia*, 31/05/1892.
[460] Idem, p. 172.

na divisão do trabalho e outros benefícios daí decorrentes."[461] Apesar de tais elaborações, o projeto foi destruído em nome "de interesses mesquinhos, inconfessáveis e truculentos, aos quais dão o nome pomposo da política..."[462] Sobre tais observações, Querino expressou a sua crença na "organização evolutiva" do operariado,

> donde deveriam sair naturalmente a produção e a resistência, como na Sociedade Internacional dos Trabalhadores, para onde deveriam convergir todos os elementos de renovação social operária.[463]

O resultado destes acontecimentos desembocou na nomeação de Elisiário Cruz e Manuel Querino para o Conselho Municipal. Para Querino, este ato não traduziu efetivamente em vitória do operário, pois os seus nomes foram simplesmente "lembrados" por "políticos satisfeitos diante de mais esse fracasso."[464] Com o sentimento de revolta pela desunião dos operários, Querino destacou Domingos Silva e Prediliano Pitta como aqueles que, "animados pelo espírito de mando, uma espécie de caudilho audaz, querendo dominar a classe para bem servir aos seus amigos políticos", foram os responsáveis pelos desastres da classe, cavando a sua ruína.[465] O primeiro "apaixonado por manifestações a todos os governadores, francamente despeitado por não ter sido contemplado para representar a classe no Conselho Municipal, criou o Centro Operário e fez desta instituição o pomo de discórdia na classe;" e o segundo "o sonhador de regalias abstratas, reúne os companheiros e convence-os da necessidade de fundar um banco, que não passou de imaginária e irrealizável instituição. Depois, galgando a presidência do Liceu de Artes e Ofícios, aí cometeu desatinos de toda ordem."[466]

As críticas à República permaneciam nas colunas dos jornais locais. Referiam-se, sobretudo, à decepção perante os caminhos adotados pelos governantes por contrariarem os princípios de democracia e igualdade de direitos. A monarquia, neste

[461] Idem, p. 172/173.
[462] Idem, p. 173.
[463] Querino, *As Artes*, Op. Cit., 1913, p. 173.
[464] Idem, Ibidem.
[465] Idem, p. 173/174.
[466] Idem, p. 174. Prediliano Pitta foi presidente do Diretório do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia de 1894 a 1898. O Centro Operário da Bahia foi fundado solenemente no Polytheama Bahiano em 6 de maio de1894, com as presenças do Governador do Estado, Joaquim Manuel Rodrigues Lima, do Intendente do Conselho Municipal, José Luiz de Almeida Couto, entre outras autoridades, quando foi aprovada sua respectiva Constituição. Na ocasião, Domingos Silva, presidente do Centro Operário, levantou "vivas à República, ao Estado da Bahia, representado pelo Governador, e à classe operária baiana; sendo também erguidos vivas pelo Dr. Governador do Estado à classe operária baiana, e ao povo, 'como elemento de ordem e progresso da república brasileira'..." *Livro de Atas do Centro Operário*, Ata de 6 de maio de 1894.

sentido, foi tomada como referência que indicava o grau de insatisfação com a República:

> A nação, sempre leal, acreditou nas promessas solenes, que lhe eram feitas, e deixou-lhe a inteira e plena liberdade de ação.
>
> No elemento popular não encontraram os fautores do movimento o menor obstáculo à realização das aspirações da democracia.
>
> Os mesmos homens políticos do império, que aliás tinham o dever de porem-se na estacada em defesa do regime decaído, ou cruzaram os braços, ou aderiram francamente ao novo regime.
>
> Outros atiraram-se de corpo e alma às aspirações mercantis.
>
> A facilidade que encontraram os revolucionários na realização de seus planos foi tão assombrosa, que levou o sr. Aristides Lobo a qualificar a nação de *bestificada*.[467]

Questionando sobre as condições tão favoráveis à "revolução", o presente artigo interrogava sobre a dificuldade e impossibilidade da consolidação do novo regime. E ele mesmo respondia o referido "enigma", pontuando as razões:

> Os autores da revolução eram antes republicanos de coração, do que de convicção.
>
> A maioria deles jamais havia meditado na solução dos variados problemas políticos, que se impõem ao espírito dos que se propõem a fazer uma mudança radical das instituições.
>
> Outros eram monarquistas das vésperas, que nunca tinham pensado na demolição da monarquia.
>
> Outros finalmente eram homens cansados de ser pobres.
>
> Achando-se de um momento para outro de posse, e posse facílima de posições, que, regular e moralmente, jamais lhe poderiam tocar, esqueceram-se da república, dos princípios e dogmas democráticos, dos grandes interesses nacionais para se lembrarem unicamente dos arranjos pessoais e do seu grupo.
>
> A prometida república, em poucos dias, tornou-se o saque organizado do país inteiro.
>
> (...)
>
> O estado do país não pode ser mais deplorável. Por toda parte o esbanjamento dos dinheiros, as vinganças mesquinhas, a politicagem a mais vil, anarquia, e a desordem.
>
> (...)
>
> Em vez de uma república, como a que sonhavam os republicanos sinceros, temos essa ré publica, que a todos envergonha: em vez da vestal política, que devia ser a república, que vinha substituir uma monarquia parlamentar patriótica e honesta, esta messalina desbragada, de apetites insaciáveis.[468]

[467] *O Pequeno Jornal*, 30/06/1891. Grifo meu.
[468] Idem, ibidem.

Seria uma "saudade" de uma monarquia também utópica? Alguns aspectos relevantes no referido artigo iluminaram certos posicionamentos diante da "surpresa da revolução republicana" por parte da nação como um todo, especialmente do povo, que, para Aristides Lobo "assistiu a tudo bestificado". Para as classes artística e operária, grupo de "homens cansados de ser pobres", que vivia situações de crescente empobrecimento e exclusão social, as condições que favoreceram o golpe militar de 15 de novembro estiveram articuladas ao desejo de se integrarem à nação com o respeito que mereciam, por ser a classe que garantiria o progresso e conduziria o Brasil a se tornar uma nação "civilizada". Manuel Querino identificou-se com este grupo, apesar das desconfianças que demonstrou. Com o seu espírito cauteloso, desconfiou, porém não se imobilizou. Participou da criação do Partido Operário, com o objetivo de organizar um meio de inserção política da classe operária na sociedade democrática e defender os direitos que ela pertenciam. Foi um republicano de ação, pois acreditou que esta seria a via de emancipação social, política e econômica da classe. Teve esperanças e alimentou-as enquanto as promessas de democracia e igualdade ressoavam como possibilidades concretas de realização do seu sonho.

Enquanto o Partido Operário, representado por Elisiário da Cruz e Domingos Silva, manifestava-se publicamente agradecido ao "patriótico" Congresso Constituinte do Estado" pela Carta Constitucional, entendida como reflexo de uma conquista do operariado no que cabia aos direitos a ele atribuídos, a União Operária, representada por Manuel Querino, manifestava-se descontente com as injustiças que se instalavam sobre os operários.[469] A gratidão era a resposta que o Partido Operário dava à organização política que se inaugurava. A polêmica foi o princípio adotado pela União Operária para com os desdobramentos políticos que se anunciavam contra os interesses da classe operária.

Para o Partido Operário, a Constituição do Estado da Bahia assegurava direitos relativos aos interesses do operário ao consignar, como atribuição da Assembléia Geral legislar sobre diversas questões como instrução, socorros, organização do trabalho e taxação de impostos. Este foi o motivo que levou este grupo a saudar o congresso constituinte baiano no dia da promulgação da Constituição. Este grupo a acolheu como fato "extraordinário, em prol do engrandecimento das classes que representamos

[469] A Constituição do Estado da Bahia foi promulgada em 2 de julho de 1891.

todos...".[470], ao comparar a situação em que os operários haviam experimentado durante o império, quando não possuía garantias de direitos em lei, seu trabalho era uma espécie de propriedade dos mais espertos, as horas de trabalho não eram justamente remuneradas, era- lhes negado o desenvolvimento científico artístico e profissional, bem como os direitos políticos eram uma mentira, com a perspectiva das mudanças que se anunciavam com a Carta Magna do Estado. A Constituição foi mais uma promessa.

Para homenagear os representantes da constituinte, o Partido Operário organizou uma grande manifestação pública no Liceu de Artes e Ofícios, reforçando ser a Carta Constitucional garantidora dos seus direitos.

> Estas garantias e direitos, nunca cogitados em lei nenhuma do Brasil, e pelas quais têm há quase um século se batido os operários europeus e sem até hoje o conseguir, haveis de encontrar no Manifesto que vai ser publicado e distribuído ao povo.
>
> Colegas, o primeiro passo está dado!
>
> O operário já não é mais um ente sem autonomia, sem liberdade e sem garantias!
>
> Diante de um fato desta ordem, a *falta de gratidão* e o indiferentismo da nossa parte seria mais que um crime – seria uma desonra![471]

A crença de que a Constituição seria integralmente cumprida em favor do operário demonstrava o grau de ingenuidade e inexperiência nos processos de construção das regras no jogo político. Também demonstrava, ao registrar tal crença, que a sua existência estava legitimada. O sentimento de "gratidão" para com o Congresso, expressava, por sua vez, a cultura de subserviência experimentada desde a monarquia, como se aquele fosse um ato de favor e não resultado de muitas pressões exercidas pela classe operária sobre os caminhos legislativos do país. Significava o limite das suas lutas. Foi um passo importante sem dúvida, contudo ainda insuficiente para atender aos reais interesses do operariado. Ficou explícita a posição de colaboração e subserviência do Partido Operário às instituições republicanas.

Em seguida a esta manifestação, foi publicada uma nota anônima de protesto dirigida a Domingos Silva e Elisiário, provavelmente originada da União Operária, enquanto grupo opositor.[472] A União Operária mantinha-se atenta à luta por reformas mais estruturais que envolviam questões mais complexas, a exemplo da defesa da

[470] *O Pequeno Jornal*, 01/07/1891.
[471] *O Pequeno Jornal*, 01/07/1891. Grifo meu.
[472] *Jornal de Notícias*, 04/07/1891.

indústria nacional e conseqüentemente do trabalhador nacional, com leis garantidoras de produção. Para este fim, a União Operária convocou uma reunião de "ourives, alfaiates, sapateiros, ferreiros, funileiros, marceneiros, encadernadores, latoeiros e todas as demais artes mecânicas e industriais que produzem artefatos..." no Liceu de Artes e Ofícios, com o objetivo de

> nomearem dentre si comissões para representarem relações dos artefatos que podem ser manufaturados no Estado e dispensados de serem importados do estrangeiro, e impetra-se do Poder Legislativo, em sua próxima reunião, leis no sentido de favorecerem as indústrias nacionais". Apelava o convite para que não ocorresse, diante de um fim de tão urgente necessidade, "o mesmo indiferentismo do costume.[473]

A crítica em torno do estímulo aos produtos importados em detrimento da produção nacional e do trabalhador local foi insistentemente tratada por Manuel Querino em seus trabalhos sobre as artes e artistas na Bahia. Em tom de queixa e ao mesmo tempo de afirmação, identificou e descreveu a trajetória produtiva de diversos artistas e operários que contribuíram para o engrandecimento das artes e ofícios na Bahia. A sua intenção era valorizar a produção local, demonstrar a capacidade de muitos trabalhadores de qualidade que não deixavam nada a dever das produções estrangeiras.

Questionou a República pela falta de apoio dado ao desenvolvimento das artes na Bahia e discutiu a necessidade de valorizar o trabalhador nacional com o apoio financeiro a instituições educacionais dedicadas à instrução das artes e ofícios para as classes populares, como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, bem como através do incentivo ao acesso de crianças pobres à escola.[474] Querino estava

---

[473] *O Pequeno Jornal*, 19/07/1891.

[474] Todos os trabalhos escritos por Manuel Querino envolvem direta ou indiretamente a discussão relativa ao desenvolvimento das artes e a importância delas para o progresso do país. Critica a República pela falta de apoio dado aos trabalhadores nacionais e seus produtos, o que significou, entre outras coisas, o total retraimento da produção nacional e conseqüente processo de proletarização e de perda de prestígio de artistas e operários na dinâmica econômica e social republicana. A proteção dos produtos nacionais se constituiu em uma das preocupações da classe operária da capital federal, ao enviar exposição-petição ao congresso nacional explicando a situação de preços altos dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade e projetos para: 1º. Decretar a diminuição de 50% nos gêneros de primeira necessidade que forem importados, enquanto não favorecer a concorrência Nacional; 2º. Decretar o máximo da porcentagem sobre o custo das mercadorias alimentícias para as vendas em grosso ou a retalho. 3º. Decretar a Nacionalização do comércio a retalho não admitindo que cidadão algum exerça-o senão depois de certo prazo da estadia do país exceto dos cidadãos natos; entre outros interesses. *O Pequeno Jornal*, 18/09/1891. Havia um movimento contra a imigração chinesa, o que significava a defesa pelo trabalhador nacional, ao ser fundada a Sociedade Bahiana contra a Imigração Chinesa pelo antigo abolicionista e republicano Eduardo Carigé, contando com o apoio de diversos cidadãos de todas as classes e pessoas ligadas às antigas organizações imperiais como os Clubes Abolicionistas Luiz Gama e Carigé de Cachoeira, da Sociedade Libertadora Bahiana, cujo objetivo era o de "combater, por todos os meios a introdução de chineses neste Estado, proposta que foi aprovada". Foi retirada uma comissão para elaborar estatutos ficando responsáveis Eduardo Carigé, Cerqueira Lima e Joaquim Leão. O Diretório provisório ficou composto pelo: Presidente – Eduardo Carigé; 1º. secretário – Cincinato França; 2º. dito – *Argemiro de Leão (membro da União Operária);* Vogais: João Moreira, Eloy Tito da Costa, Manoel da Silva Baraúna e Euclides Salles. *O Pequeno Jornal*, 05/09/1891.

desenvolvendo outra discussão mais politizada e comprometida com as questões estruturais que interessavam à organização operária na Republica.

Manuel Querino e Domingos Silva estiveram preocupados em corrigir os caminhos de exclusão até então impostos à classe operária. Contudo, as estratégias de ação se constituíram em debate interno que gerou a dissidência e sua desarticulação total. Para Querino era necessária maior pressão parlamentar, na perspectiva de interferir na legislação que se organizava, em favor da classe operária, o que foi tentado ao se candidatar para as constituintes nacional e estadual, com sucessivas derrotas; para Domingos Silva era conveniente a adesão aos governantes, como forma de garantir alguns benefícios imediatos. Sua luta se restringiu ao grupo reunido em torno do Partido e depois do Centro Operário, onde as questões eram discutidas em tons de queixas.

Os dois exerceram papel fundamental no processo das aprendizagens de atuação política, na medida em que abriram o debate, criaram oposição, disputaram espaços políticos, fizeram-se notar no seio dos poderes constituídos, demarcaram a sua existência enquanto classe que se formava com certa consciência do seu papel na arena política da República, numa sociedade recentemente saída da escravidão. Neste sentido, Domingos Silva circunscreveu suas ações ao espaço associativo, atendendo a uma política de favores, conforme a tradição, caracterizada por Querino de "subserviente". Associou-se aos poderes constituídos, que, por sua vez os via como elemento obrigatório no desenho de uma sociedade nominalmente democrática. Manuel Querino, com maior capacidade crítica e experiência de ação política, de negociação com os poderes constituídos desde o Império, através da Liga Operária, sobressaiu-se na arena parlamentar, polemizando e exercendo maior poder de pressão, o que resultou numa trajetória partidária extremamente curta.

A participação de operários neste processo de discussão sobre as formas deles serem contemplados social e politicamente no "banquete da civilização", ocorreu na periferia dos interesses das elites dominantes no cenário político. Foi uma escuta parcial caracterizada pelo temor e pela necessidade de neutralizar um potencial perigo para as instituições vigentes. Sem poder fazer calar este grupo, mesmo desarticulado e inexperiente, mas com o oxigênio necessário para alimentar outras frentes de reivindicações e lutas e reunir a maioria da população desempregada e faminta em

torno de ideais socialistas, as elites dirigentes escutaram, acolheram, mas não atenderam às expectativas reinantes.

Este grupo de artistas e operários mobilizados serviu para chancelar uma composição política de aparência democrática, ao contribuir para a construção da República. Legitimou o novo regime com a sua modesta participação, dando-lhe o caráter de nação civilizada, como ocorria nas nações européias. O ideal perseguido por Manuel Querino e seu grupo de se constituírem independentes, desatrelados dos mandos dos antigos políticos, não propugnou a revolução política, mas acompanhou a marcha dos acontecimentos, acreditando na evolução social que culminaria numa alteração profunda das relações econômicas e de poder baseadas no socialismo. O princípio adotado por estes artistas e operários baseava-se na defesa dos direitos através de leis protetoras. Para isso pleitearam o parlamento, para defenderem os interesses de classe, atrelada às regras das instituições republicanas.

Não contestavam a ordem, defendiam-na. Eram polêmicos e críticos à estrutura social vigente, na qual o operariado vivia sem prestígio e sem trabalho. O seu objetivo era efetivamente participar e contribuir para o engrandecimento do País, enquanto cidadãos importantes e dignos pela capacidade e competência que tinham para trabalhar. O trabalho significava o real valor a ser conquistado, contrariamente às formas paternalistas já conhecidas de promover a passividade de sujeitos sociais talentosos e dinâmicos através da caridade.

Apesar de todos os limites observados na mobilização destes artistas e operários, negros e mestiços, foram eles que, corajosamente, impulsionaram uma nova composição social e política na jovem República. Participaram dos debates que lhes interessavam, lutaram pela inclusão política e social, não obstante as sucessivas derrotas. Apesar de incipiente e minoritária, a participação do operariado nacional no século XIX, em particular do baiano, deve ser considerada como os primeiros passos dados para a inserção social e político-partidária nos cenários parlamentar e produtivo. Foi uma experiência acumulada nos processos de desorganização das estruturas monárquicas, baseadas no trabalho escravo, e de reordenamento das estruturas sócio-políticas e econômicas, baseadas no trabalho livre, no interior da organização do regime republicano.

É importante considerar o debate estabelecido entre as facções que sustentaram as mesmas bandeiras de luta, específicas da classe trabalhadora, as

quais propugnavam melhores condições de vida, dignidade, respeito, prestígio social e político, liberdade de ação, educação, trabalho, etc., como expressão de suas capacidades organizativas, de exercer pressão e de desenvolver um aprendizado político que ameaçou os interesses hegemônicos. Para as classes artísticas e operárias era o possível a ser realizado naquele contexto histórico, considerando os limites das suas experiências no jogo político e o poder da opressão e da violência exercido pelas forças políticas e policiais que conduziram a "consolidação" da República.

O Brasil, recém-saído da escravidão, sobre a qual a cultura do trabalho se sustentara há três séculos, estava mergulhado nas mais profundas contradições sociais. Estas emergiram na cena política, social, econômica e cultural do país, fazendo eclodir novos agentes sociais mobilizados em torno de interesses de classe, como os das classes média e operária.

> Por defender objetivos mais amplos, Manuel Querino se constituiu em liderança intelectual, visionária, polêmica, com experiência de articulação que, certamente, favoreceu a sua entrada em 1891 no Conselho Municipal. Teixeira Barros mais uma vez o distinguia entre aqueles que lutaram pela igualdade, justiça e democracia para as classes artística e operária:
>
> Não quis o nobre escritor que a densa penumbra de injusto olvido envolvesse, de todo, a memória do modesto operário que tanto propugnou a distinção da classe obreira, ao mesmo tempo que a concitava a interessar-se pelos momentosos ideais de alcance social e político, conducentes à felicidade pública.
>
> A sua palavra ponderada e singela sempre se fez ouvir nas sociedades e agremiações operárias, traçando roteiros e diretrizes, por onde se [deveriam] encaminhar aos seus ambicionados destinos.[475]

◊ Manuel Querino no Conselho Municipal

Por ter defendido "calorosamente os direitos da classe operária", Querino fora nomeado membro do Conselho Municipal e "nos debates em que aí se achou empenhado não cessou de propugnar e acentuar as suas idéias em relação à causa do operariado."[476] Barros assim o caracterizou. Além das razões sociais e políticas que

[475] Carta Prefácio de J. Teixeira Barros in ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo*. Prof. Manuel Querino, sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932, p. I

[476] Querino, *A Bahia de Outrora*, Op. Cit.,Introdução por J. Teixeira Barros em 1916.

o conduziram ao Conselho, Barros considerou ainda que os dois periódicos que fundou com o advento da República, teriam favorecido a sua nomeação de Conselheiro.[477]

Ainda no contexto de mobilização do operariado em torno de reivindicações voltadas aos interesses da classe, o Partido Operário nomeou, em janeiro de 1892, "uma comissão de artistas para, em nome das classes menos favorecidas, solicitar dos poderes públicos medidas urgentes e eficazes a fim de fazer desaparecer semelhante crise", estando, entre os seus membros Manuel Querino. A questão que motivou esta iniciativa foi a alta dos preços de gêneros de primeira necessidade e a falta dos trocos miúdos, o que concorria para "dificultar a vida da classe operária já agonizante pela falta de trabalho de seus membros...".[478] A partir de então as notícias sobre o Partido Operário desapareceram da imprensa local. Provavelmente o Partido Operário tenha ficado desarticulado em função da integração de Elisiário Cruz e Manuel Querino ao Conselho Municipal.[479]

Foram indicados os representantes dos dois grupos rivais – do Partido Operário e da União Operária. Isto lhes propiciou um maior prestígio junto às classes artística e operária. Foi uma oportunidade de as elites políticas integrarem duas lideranças que, de uma forma ou de outra, anunciavam a presença política ativa da classe operária na conjuntura de implantação do novo regime, e sinalizavam incômodos que poderiam vir a ameaçar a ordem, diante dos acontecimentos observados na "Europa civilizada".

A União Operária, a princípio, teria garantido a Manuel Querino certo destaque, pois, através dele, foram puxados alguns movimentos, especialmente aqueles relativos a representações no poder legislativo e o acontecimento do 1º. Congresso Operário Nacional. O jornal *O Trabalho* fundado por Querino, foi uma ferramenta poderosa que também lhe garantiu poder de pressão sobre as elites políticas. Era um canal de

---

[477] O jornal *A Província* foi criado por Querino ainda no Império em 20/11/1887 indo até 1888 (*Annais da Imprensa da Bahia*, 1911) e *O Trabalho* na República em 3/2/1892, deixando de circular em novembro do mesmo ano (*Annais da Imprensa da Bahia*, 1911). Em relação à sua nomeação para o Conselho, não foi possível confirmar a data de nomeação, pois as Atas da Câmara Municipal que poderiam esclarecer, não foram encontradas no Arquivo. As informações sobre Querino na Câmara estão presentes nas Atas a partir de 6 de setembro de 1892, quando assinou a mesma. Isto indica que durante o ano de 1892, o mesmo ano de fundação do Jornal *O Trabalho*, Querino participou do Conselho Municipal. Cabe registrar a omissão do nome de Manuel Raymundo Querino entre os Conselheiros citados por RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. 2ª. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1996. pp. 361-362.

[478] *O Pequeno Jornal*, 21/01/1892. A Comissão: Capitão Pedro Augusto da Silva; Matheus Aves da Cruz Rocha; Manoel Raymundo Querino; capitão Francisco Leôncio Ribeiro Sanches; Januário Germano dos Santos; Severiano Manuel do Bonfim; Tenente Olavo José de Almeida; Aurelio Sebastião Cardozo; Tenente Anacleto Dias da Silva.Esta é a última notícia identificada sobre o Partido Operário.

[479] Em 1893 aparece a Comissão Central do Partido Operário convidando artistas e operários para reunião no Liceu para discutirem sobre o Projeto 65 que tramitava na Câmara de Deputados o qual prejudicava as garantias dos trabalhadores e de suas famílias. A reunião foi presidida por Domingos Silva. *Jornal de Notícias*, 26 e 31/05/1893 e 03/06/1893. Em 1894 Domingos Silva fundou o Centro Operário, onde atuou junto aos governantes conforme o jogo da política oligárquica que se estabeleceu nos âmbitos nacional e regional.

expressão de idéias que denunciava e divulgava a sua indignação sobre os encaminhamentos políticos adotados pela República, e a sua intenção de participar, como porta-voz do operariado, do debate instalado sobre a construção do novo regime. Em editorial, analisava a situação dos trabalhadores no contexto do novo regime, criticando a desordem administrativa, na qual a oligarquia governamental, com seu "espírito sanguinário e bárbaro" ostentava-se sobre os destroços que fazia.

> A fé e o crédito cederam lugar à desconfiança. O patriotismo evaporou-se e o país tornou-se a presa dos mais espertos ou do que parece mais forte.
>
> (...)
>
> O pobre já não sabe o que fazer, nem para onde se deve dirigir. O trabalho cada vez mais escasseia, o pouco que existe é mal pago, os gêneros principais sobem de preço, a colisão neste meio é horrível.
>
> (...)

No fim de tudo isto, os menos abastados, as classes ativas e trabalhadoras não suportam mais as desgraças, porque estão passando, devido a circunstâncias de que não tomou parte.

> São réus de crimes alheios.
>
> As provações mais difíceis, as necessidades de toda ordem, a fome com todo seu cortejo de misérias, parecem querer nos absorver em seu temeroso abismo.[480]

Sem dúvida alguma, Manuel Querino era uma liderança de peso que se destacou no cenário político da Bahia Republicana, na condição de representante das classes artística e operária. Integrou-se ao jogo político partidário da acomodação, nas ondas das composições e re-composições das forças políticas que disputavam entre si o poder. A sua liderança estava reconhecida e legitimada pela própria classe operária, bem como pelas elites políticas do poder. O seu nome sempre estava presente, ora como mesário de pleitos eleitorais, ora assinando representações para os poderes constituídos, seja para reivindicar providências para melhorias das condições de vida do operariado, ou ainda para homenagear pessoas ilustres. Dentre as iniciativas de

[480] *O Trabalho*, 06/03/1892 – redator Manuel Querino (ano I, no. 9). Neste jornal, além do editorial sobre a atualidade, estão incluídos artigos relativos à história da arte em coluna BELLAS-ARTES, em que tratam da arte assíria e da arquitetura. Também estão inseridas colunas de poemas, história da educação dos libertos nos Estados Unidos, folhetim "Os Heróis do Trabalho" por Gastão Tissandier", publicações diversas sobre a situação do preço das carnes verdes, a nacionalização do comércio a retalho, eleições, avisos, anúncios de artistas e operários sobre seus serviços. São os primeiros textos até aqui identificados sobre as artes publicados por Manuel Querino. A sua relação com o trabalho intelectual começava a se configurar no contexto de debates políticos sobre o regime republicano.

celebração realizadas neste período, a "romaria cívica" organizada por uma "comissão popular" para homenagear o "benemérito servidor da pátria", o engenheiro João Ramos de Queiroz, foi um exemplo. Para participarem da referida romaria, que deveria partir do Liceu de Artes e Ofícios, a comissão convidou o Intendente e os Conselheiros Municipais a integrarem a visita ao cemitério do Campo Santo, onde se achavam seus restos mortais.[481]

A primeira participação como membro do Conselho Municipal esteve integrada ao contexto de 'arrumação' do novo regime, o qual foi marcado pelo 'multipartidarismo'. Mobilizado pela defesa dos direitos do operariado, Querino continuava a interferir nos caminhos a serem traçados para o futuro da classe.[482]

Através da União Operária Bahiana Manuel Querino garantiu a sua nomeação para o Conselho Municipal e a interlocução com as agremiações operárias do Rio de Janeiro, o que lhe garantia "conhecer de perto o movimento, no país, em relação à classe".[483] Por ocasião da preparação do Primeiro Congresso Operário Nacional, Manuel Querino recebeu do presidente do Partido Operário do Brasil, Luiz da França e Silva, convite para os operários baianos fazerem parte do Congresso. Por conta deste convite, Querino reuniu em assembléia no Liceu de Artes e Ofícios os operários, a fim de serem escolhidas as representações para o referido Congresso. Foram escolhidos para representarem a classe os artistas Argemiro de Leão, que já se achava na capital federal, e Manuel Querino, que "apresentou sua recusa que não foi aceita pela assembléia". Foi retirada uma comissão composta pelos artistas Prediliano Pitta, Anastácio Viana e José Políbio para formular as preliminares indispensáveis aos representantes.[484]

O envolvimento de Manuel Querino no Primeiro Congresso Operário Nacional que se organizava na cidade do Rio de Janeiro com a participação do Centro Operário Radical, Centro do Partido Operário e Partido Operário Socialista daquele Estado,

---

[481] Correspondência no Arquivo Público Municipal, 24/05/1892. A Comissão era composta pelos cidadãos, alguns já conhecidos dos movimentos abolicionista e republicano, Dr. Frederico Lisboa; Pamphilo da Santa Cruz; Eduardo Carigé; Manoel Raymundo Querino; Hermelino Estevão de Sant'Anna; Vigílio Coelho; Alfredo Requião; Raymundo Bizarria; Januário Germano dos Santos; Austricliano F. Coelho; Virgilio de Lemos. João Ramos de Queiroz havia falecido no Asilo São João de Deus, onde se achava recolhido pelo seu estado de loucura. Também aparece entre os mesários da 5ª. seção (Frequesia da Sé). Quarteirões 16º. ao 21º. – local Teatro S. João. *Pequeno Jornal*, 11/05/1892.

[482] QUERINO, *As Artes*, Op. Cit.

[483] Idem, p. 174.

[484] *Diário da Bahia*, 23/06/1892. O *Diário da Bahia* noticiou os resultados da reunião que ocorrera no Liceu em 19/06/1892. Em *As Artes*, Op. Cit., p. 174/175, reproduzindo informações sobre a referida reunião, Querino indicou ter ocorrido a 21/06. No seu exercício de memória, Querino cometeu equívocos de datas que na essência não comprometeu o conteúdo. Neste caso o conteúdo das informações conferiu com as notícias publicadas pela imprensa.

revelou a sua capacidade de articulação para enviar representações baianas para incluírem-se nas discussões e encaminhamentos de questões de interesse da classe. O Congresso iria se reunir em 1º de agosto de 1892 e a Bahia preparava-se para enviar propostas.

Em uma das muitas reuniões convocadas por Querino para a articulação do operariado e deliberação do representante baiano no Congresso, solicitou dispensa, ficando imediatamente deliberada as representações de Argemiro de Leão e Cândido Brizindor. Na ocasião foram apresentadas, por Prediliano Pitta, as preliminares a serem discutidas no referido Congresso, nas quais constavam: 1ª. Dia normal de 8 horas de trabalho; 2ª. Criação de bancos com ações de pequeno valor, sendo acionistas os operários; 3ª. Criação de um jornal operário de propaganda, em cada Estado, a fim de que o operário tenha verdadeira intuição de seus direitos; 4ª. Criação de escolas profissionais em todas as cidades, quer pelo governo, quer por iniciativa particular, a fim de serem aperfeiçoados os nossos produtos. Por fim duas emendas foram incluídas: uma de Guilherme Conceição, que pleiteava a criação de uma caixa de socorros mútuos, para socorrer os operários que se invalidarem no trabalho; e outra de Manuel Querino que pedia "neutralidade completa em tudo que [pudesse] afetar responsabilidade política".[485] Afinal, a força policial era a lei aplicada sobre o operariado.

Certamente a dispensa de sua participação no Congresso Operário relacionava-se ao fato de já estar integrado ao Conselho Municipal. Manuel Querino passou a compor o Conselho Municipal "ainda em ditadura."[486] Possivelmente ocorreu entre o golpe de 3 de novembro de 1891, quando Deodoro da Fonseca decretou o fechamento do Congresso, e a sua renúncia em 23 de novembro, quando então era Governador da Bahia José Gonçalves da Silva. Até a realização das primeiras eleições municipais, a composição se dava por nomeação direta do Governador.[487]

---

[485] *Diário de Bahia*, 17/07/1892.
[486] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 173.
[487] Até a proclamação da República a cidade era politicamente representada por "vereadores" e, até a promulgação da Lei Orgânica do Município em 20 de setembro de 1891, por "intendentes". A partir da Lei Orgânica passaram a ser Conselheiros, cuja primeira eleição ocorreu a 18 de dezembro de 1892. Após a promulgação da Carta Constitucional do Estado, em 2 de julho de 1891, foi elaborada a primeira lei baiana de organização dos municípios, de 20 de outubro de 1891. O chefe do executivo, denominado Intendente, era eleito por 4 anos e exercia o cargo gratuitamente, bem como os Conselheiros. A cidade do Salvador, por possuir uma população superior a 100.000 habitantes, fixou-se em 15 o número dos camaristas, denominados Conselheiros Municipais, que também exerceriam o mandato gratuitamente. O Conselho possuía função deliberativa e atribuições privativas de "mudança de sede, criação ou aumento de impostos, levantamento de empréstimos, venda ou permuta de bens patrimoniais, etc." RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. 2. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1996, pp. 334/335.

O Congresso Operário instalara-se em 01 de agosto e dissolvera-se a 5 de setembro de 1892. Segundo Querino, que acompanhara o seu desenvolvimento à distância, as sessões foram animadíssimas e as edições dos jornais que se incumbiam de noticiar todos os debates esgotaram-se rapidamente. A imprensa carioca divulgava sobre a abertura das sessões, indicando local e horário e convidando a assistir "todo e qualquer cidadão amigo da ordem".[488] O feriado de 1º de maio, o dia do trabalho, se constituiu na deliberação mais importante, enquanto as demais foram consideradas insubsistentes.[489] O operariado do Rio de Janeiro, considerado por Querino "mais amigo dos cafés e mais afeiçoado às modas do que sociável, pouca importância ligou aos interesses vitais da coletividade; pois ganhando na razão do esforço produzido, satisfeitas suas necessidades, tudo o mais corre bem."[490] Enquanto lá os operários negligenciavam questões relevantes para a classe, em Salvador

> as coisas andaram melhores: existia a orientação do que dizia respeito às necessidades da ocasião, discutiram com proveito o problema da grandeza do trabalho, pela emancipação dos trabalhadores; as condições econômicas relacionadas com a carestia dos gêneros de primeira necessidade, mesmo porque, o que sempre acontece é o seguinte:
>
> A classe operária, aceitando a proteção direta ou indireta do poder público deixa que este absorva sua liberdade, perdendo ao mesmo tempo sua independência política, pela melhoria passageira de um bem estar econômico, aparente e instável.[491]

A questão operária estava na pauta da imprensa, enquanto tema que "preocupava" o mundo "civilizado", conforme se discutia. Apelava-se para que a referida questão fosse considerada por todas as classes sociais e pelo poder legislativo do Estado e da União e fosse levada a sério e "encarada pelo lado político e mais ainda social".[492] Alertava-se sobre a falta de trabalho e de incentivo por parte do governo para que o operariado tivesse acesso aos recursos para sua sobrevivência e da sua família. Contestava-se as idéias de que o operário nacional não possuía habilitações, tendo em vista as obras existentes na Bahia demonstrarem a qualidade do trabalhador local. Em um tom preconceituoso e de alarme sobre a grave situação do operário, o cenário que era descrito apontava para o desânimo da indústria nacional que trazia conseqüências drásticas para o operariado, tendo em vista a importação de produtos estrangeiros que

[488] *O Tempo* - Rio de Janeiro, 01/08/1892.
[489] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p.176.
[490] Idem, ibidem.
[491] Idem, Ibidem.
[492] *O Pequeno Jornal*, 16/05/1892.

encarecia os gêneros e diminuía a chance de trabalho dos nacionais. Muitos operários vinham abandonando sua profissão em busca de outros recursos para se manterem.

O argumento para que todos pudessem participar produtivamente para o fortalecimento social e econômico do país era de que o empresário, o operário e o capitalista eram elementos que se completavam. Neste sentido, criticava-se a política econômica adotada e a orgia financeira que assolava o país:

> As medidas postas em prática têm consistido na concessão de privilégios; caixas econômicas que não poderão recolher as economias do artista porque o salário não dá para as despesas, e tem servido unicamente para as outras classes sociais.
>
> (...)
>
> E o governo aplaudia tudo isso, concedendo privilégio às isenções, aprovando os estatutos das sociedades anônimas, ...
>
> E o operário que via e que vê tudo isso, naturalmente, há de pensar, há de refletir sobre estes fatos e compará-los com a sua vida de sacrifícios sem um momento de folga – e cedo ou tarde procurará descobrir a chave do enigma.
>
> Compete, portanto, ao poder legislativo e a iniciativa individual dispor os elementos para que não venha para nós o que está passando no estrangeiro.[493]

As elites intelectuais e políticas mostravam-se temerárias com a situação de penúria em que vivia o operário nacional, e o baiano em particular, tendo em vista o que ocorria na Europa, especialmente em se tratando dos acontecimentos do 1º. de maio daquele ano de 1892. Apesar de terem acontecido *meetigns* sem "perturbação da ordem", conforme anunciaram diversos telegramas, ocorreram explosões na Bélgica provocadas por anarquistas que queimaram diversas casas.[494]

Sobre a atuação de Querino no Conselho, como a de Domingos Silva, Matheus Rocha, Elisiário Cruz e Pedro Augusto na representação do operariado, "muitos operários experimentados" publicaram nota na imprensa local, cobrando "coerência e moralidade" de "tais chefes dos operários e cabalistas do Partido Federalista". Sob o título "Com o Conselho Municipal Escândalo!!!", os operários se referiam à promessa do governo de trabalhar "em bem dos artistas e operários" e, no entanto, a Câmara Municipal consentia no contrato do engenheiro João Greenhalgh "dando-lhe de proteção escandalosamente toda a área urbana da capital, para só ele ser arrematante

[493] *O Pequeno Jornal*, 16/05/1892.
[494] Idem.

das obras e calçamento."[495] Os operários indignados, perguntavam aos representantes da classe:

> O que ficarão fazendo muitos artistas, pais de famílias, privados deste modo do exercício independente de sua profissão? Onde está o tal artista Manuel Querino que é conselheiro municipal? Onde andam os tais chefes dos operários e cabalistas do partido federalista Domingos Silva, Mateus Rocha, Eliziario Cruz e Pedro Augusto?
>
> *Com vista aos honrados drs. Rodrigues Lima, José Gonçalves e Luiz Vianna.*

Aqueles operários cobravam dos militantes e representantes do operariado uma posição de "coerência e moralidade", tendo em vista a situação de protecionismo observada em detrimento da causa operária. O resultado era a perda progressiva de sua independência profissional e conseqüente submissão aos grandes empreiteiros. Tudo que havia sido questionado durante o Império pela Liga Operária continuava a ser praticado e reforçado na República.

Por cerca de um ano em que esteve no Conselho, a atuação de Querino foi associada aos trabalhos na comissão de alinhamentos da freguesia de Santo Antônio e a votações sobre projetos diversos. Por ser minoria e sem poder de influência, a sua maior ingerência esteve relacionada a votar favoravelmente e até a propor projetos relativos a incentivo de obras públicas. Diante da sua trajetória em defesa dos operários e artistas da construção civil, teria sido uma estratégia para abrir frentes de trabalho para aquela categoria.[496]

As primeiras eleições municipais realizadas em 18 de dezembro de 1892 definiram a nova composição do Conselho. Manuel Querino, além de concorrer a uma vaga no Conselho, ficou responsável pela presidência de mesa da 2ª. seção na Freguesia da Sé, do 5º. ao 8º quarteirões (243 eleitores).[497] Apesar de eleito no 21º. lugar, Querino não foi empossado, pois apenas 12 assumiram o cargo.[498]

Entre 1893 e 1897, Querino continuou se movimentando em busca de articulações políticas no meio operário e da sobrevivência.[499] A sua inserção nos

---

[495] *Jornal de Notícias*, 09/06/1892.
[496] Atas da Câmara Municipal, de 06/09/1892 a 28/01/1893. A sua última aparição no Conselho foi identificada em Ata de 28/01/1893, quando apresentou proposta através do Dr. Virgílio de Araújo Cunha, referente a regulamentação para a Empresa Trilhos Urbanos, o que não foi aprovado.
[497] Atas da Câmara Municipal, 05/11/1892 e 18/11/1891.
[498] As eleições ocorreram em 18/12/1892 para intendente e membros do Conselho Municipal. Foi eleito intendente José Luis de Almeida Couto, pelo Partido Nacional Democrata, constituído de remanescentes do ex-Partido Nacional e de elementos que faziam oposição ao Governo. Dos resultados da apuração das eleições municipais, foram 25 eleitos para membros do Conselho, entre os quais Manuel Raymundo Querino com 423 votos (21º lugar). *Jornal de Notícias*, 24 e 31/01/1893.
[499] Sobre a sua trajetória na busca da sobrevivência e a de sua família, ver Capítulo V deste trabalho.

variados espaços de sociabilidade foi intensificada, especialmente aqueles de característica popular, como foi o caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Este era um mecanismo relacionado a fatores de ordem política e social, o que lhe proporcionou o aumento de adesões que lhe garantiram, em 1897, a recondução por eleição ao Conselho Municipal.

O ano de 1894, em particular, foi, para Manuel Querino, o ano em que se envolveu diretamente em várias associações. Possivelmente veio a lhe favorecer um certo prestígio junto aos artistas e operários, aglutinando em torno de si aliados que o apoiariam no seu projeto de ascensão política nos quadros da municipalidade. Com a desarticulação do Partido Operário, que ocasionou, em 1894, a criação do Centro Operário da Bahia por Domingos Silva e seus aliados, Manuel Querino, apesar de ter-se tornado sócio, ficou desalojado e sem influência necessária para viabilizar o seu projeto de união da classe operária, bem como de desenvolver sua articulação política junto às bases operária e artística.

Querino se reaproximou da Sociedade Protetora dos Desvalidos, em especial. Ali havia prestado serviços desde 1877 na função de visitador. Entre 1878 e 1879 atuara como escriturário até se afastar da Sociedade.[500] Com a sua readmissão, em 1894, foi eleito para o Conselho Administrativo (1895), assumindo a função de relator, cujo trabalho era o de dar parecer sobre solicitações de ingresso na Sociedade. Todas as petições avaliadas por Querino no período correspondente foram deferidas.[501] Isto indicava ser uma forma de incluir maior número de associados aos quadros da Sociedade, tendo em vista a situação de penúria por que passavam os negros trabalhadores, bem como de lhe render alianças políticas que pudessem reconduzi-lo ao Conselho Municipal.

---

[500] Observe-se no trabalho de Júlio Santana Braga – *Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma irmandade de cor*, 1987, à página 58, ao referir-se à solicitação de Querino para o cargo de escriturário. Em lugar de 1897, considerar 1879. Provavelmente houve a inversão de números. Na documentação das Atas de 1878 Querino assina como escriturário. Em 18/02/1879 encaminha solicitação ao Presidente e Membros da Diretoria da Sociedade Protetora dos Desvalidos para ser nomeado escriturário, o que foi aprovado, tomando posse a 12 de março de 1879. *Livro Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1875 a 1879*; *Ata da Sessão do Conselho de 05/03/1879*. Recebia por este trabalho o ordenado de 5$000 (cinco mil réis). Em julho de 1879 foi multado em 1$000 ”por faltas cometidas no cumprimento de seus deveres como escriturário”. Ata da Sessão do Conselho de 09/07/1879. Retira-se da Sociedade por volta de 1879-1880.

[501] Sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos ver BRAGA, Op. Cit. Segundo Braga, desde 1892 Querino havia solicitado a sua readmissão como sócio efetivo, o que foi sucessivamente indeferido pelo Conselho. Em 22 de agosto de 1894 o seu requerimento finalmente fora aprovado, conseguindo a sua readmissão sob a matrícula de no. 177. Sobre seus dados: Professor; naturalidade: Bahia; Cor: preta; Estado: casado; Profissão: pintor; idade: 44 anos; Residência: cidade de Palha (Santo Antônio). Livro de Matrícula dos sócios – ano 1894. Por esta informação quanto a sua idade, o seu nascimento poderia ter ocorrido em 1850. Série de Petições da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 24/04 a 21/08/1895.

Essas associações eram espaços masculinos de sociabilidade de artistas e operários de maioria negra e mulata, onde se desenvolviam formas de convivência que resultaram em experiências de atuação política, do ponto de vista das relações de poder estabelecidas internamente. Além de garantir determinadas demandas sociais, como socorros com pensões em caso de doença, invalidez, desemprego, escolarização, auxílio a viúvas e órfãos, também era um espaço de agenciamento de trabalhadores para o mercado de trabalho que continuamente se retraía.

Foi um contexto de transformações ocorridas pelo avanço das forças capitalistas, que traziam no seu bojo o aumento das especulações financeiras, da importação de produtos de consumo e de bens de produção. Com o desenvolvimento de novas técnicas e nascimento de novas ocupações, ampliaram-se demandas de qualificação profissional e aumento da escolarização de trabalhadores que se viam desatualizados e negados no mercado de trabalho. As sociedades, de certa forma, garantiam o acesso a este mercado tímido, a partir das relações estabelecidas entre os seus membros, no convívio freqüente em reuniões e sessões. Eram momentos em que se debatiam assuntos de interesse e possibilitavam o reconhecimento mútuo de suas necessidades sociais e profissionais.

Politicamente, foi um campo fértil de aprendizado e atuação por parte de lideranças emergentes, que se destacaram na condução dos destinos de tais sociedades. Era um espaço propício para a canalização de ideais societários para serem conquistados extra-muros das associações, favorecendo a algumas lideranças o acesso aos espaços parlamentares, especialmente os relativos à municipalidade. O caráter político-ideológico, de características socialistas, que germinava no interior de tais associações, passou a se constituir em ameaça à ordem vigente. Tanto assim que muitos políticos de destaque dos cenários nacional, estadual e local se aproximaram delas e garantiram abrigo, participando geralmente nas diretorias como presidentes de honra e recebendo títulos de sócios honorários ou beneméritos, de acordo com o grau de apoio que lhes era dado. Era um mecanismo utilizado pelas sociedades para garantir favores, enquanto os políticos se beneficiavam politicamente pelas alianças populares. A Sociedade Protetora dos Desvalidos, a Liga Operária Bahiana e o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia são exemplos, tanto no Império como nos anos iniciais da

República, de associações que desenvolveram ações beneficentes e políticas intimamente ligadas às lideranças partidárias de ocasião.[502]

Naquelas associações, Querino pôde ampliar o seu prestígio, pois seus companheiros reconheciam o seu poder de influência no Conselho Municipal. Assim referiu-se o vice-presidente da Sociedade Protetora dos Desvalidos, ao lembrar que por "intervenção" do Professor Manuel Querino a Sociedade poderia pleitear aumentos da subvenção junto a Assembléia Estadual.[503] Certamente esta aliança associativa favoreceu a sua recondução ao Conselho Municipal em 1897, quando foi eleito com a maior votação da chapa que integrou.

Pelas eleições de março de 1895, Querino foi convocado pelo Conselho Municipal, entre os "imediatos" para a organização das novas mesas eleitorais.[504] Nas eleições municipais de 1896, disputou a Intendência pelo Partido Republicano Federal da Bahia, fundado em 1894, que agrupava os "vianistas". Foi criado em conseqüência da cisão do Partido Republicano Federalista, cujas facções se organizaram em torno das lideranças de Luiz Vianna e de José Gonçalves. Os "gonçalvistas", por sua vez, fundaram no mesmo ano o Partido Republicano Constitucional, iniciando-se o período do "bipartidarismo" (1894-1901).[505] No ano seguinte Querino, como primeiro suplente, foi empossado no Conselho Municipal.[506]

Por ocasião das eleições de 1896, Querino assinava uma "réplica" veiculada na imprensa, defendendo-se de acusações realizadas por Theodoro Teixeira Gomes que o haveria acusado de "escamoteador de tintas". A intenção do acusador era de criar oposição a Querino oposição por parte dos membros do Conselho ultimamente eleito. Teria Teixeira Gomes o acusado de se apropriar indevidamente, em 1887, de restos de tintas utilizados em obra por ele contratada com o comendador Costa Pinto no corredor

---

[502] Na Liga Operária Bahiana, como já foi visto, encontra-se a aliança com o Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, liderança política de peso no cenário nacional. No Liceu de Artes e Ofícios, o mesmo Conselheiro aparece no Império como Presidente da Assembléia Geral (1876-1877); na República outras representações são conduzidas à Presidência da mesma Assembléia Geral como o Comendador João Augusto Neiva (1892-1893); Dr. Severino dos Santos Vieira (1893-1894); e como sócios beneméritos Antônio Bahia, Virgilio Damasio, Luis Viana, etc. Na Sociedade Protetora dos Desvalidos aparecem como sócios protetores e beneméritos, entre outras representações das elites políticas e sociais, Dr. Sátiro Dias, Cezar Zama, Com. João Augusto Neiva, Senador Ruy Barbosa, Prof. Antônio Bahia, entre 1896 e 1899, Relatórios da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1896 e 1899.

[503] Ata da Sessão da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 22/05/1895.

[504] Ata da Câmara Municipal, 20/02/1895. Certamente trata-se dos eleitos de 18/12/1892 que não integraram o Conselho em 31/01/1893, ficando na condição de "imediatos" ou suplentes.

[505] Em ata do Conselho Municipal de 27/01/1899, no contexto de debates acusatórios da oposição do Conselheiro Cerqueira Lima sobre a atuação do intendente Francisco de Paula Guimarães, eleito pelo Partido Republicano Federal, está registrado o Programa dos candidatos a intendente, datado de 10/02/1896, seguido de 11 assinaturas dos indicados, entre as quais a de Manuel Querino. Sobre a história das partidos na Bahia ver SAMPAIO, Op. Cit.

[506] Ata do Conselho Municipal, 16/01/1897.

da Vitória, para pintura de bondes da *Transportes Urbanos*, para a qual foi por algum tempo encarregado, e que por "longos anos constituiu o patrimônio do Sr. Teodoro". Querino explicava que o fornecimento das tintas era realizado pela administração, que por sua vez era descontado no respectivo pagamento pelas obras feitas. Sendo assim, as sobras de tinta lhe pertenciam, desde quando estava paga sua importância. Por ocasião da obra contratada com o comendador Costa Pinto, houve uma discordância no final dos trabalhos em função da falta do recebimento da última prestação, adiada por alguns dias. O Sr, Theodoro, por sua vez, para "prestar serviços a seu patrão despediu-me da companhia, sem me dar a razão porque, nem consentiu que retirasse meus objetos d'arte que eu tinha na estação da Vitória". Este assunto veio a público como um "recurso miserável, como elemento de vingança", segundo Querino, por ele ter, em 1892, como membro do Conselho Municipal, proposto a redução das passagens do elevador, conforme contrato de 1872.

> Foi mais uma afronta que um fidalgo de têmpera do sr. Theodoro não suportou de um *simples plebeu*. (...) Esta circunstância e a posição saliente que tomei contra a pretensão da Companhia Lloyd, na questão dos estaleiros de Itapagipe, naturalmente agravaram ainda mais a minha situação para com o Sr. Theodoro.[507]

Tais considerações feitas por Querino teriam provocado inveja e irritação por parte de Theodoro, ao julgar-se indicado para o lugar de Intendente Municipal "para o que já anunciava não perder votos, bastando seu nome figurar na chapa para completa vitória". Porém teve, o sr. Theodoro, o desprazer de ver o nome de Querino "na lista dos candidatos do Partido Federal e o seu não ser lembrado, é realmente nota de fazer moer". E concluiu:

> Terei defeitos, não há dúvida, mas a consciência não me acusa de ter me locupletado de lucros que me não pertencem; nem tão pouco medrado à custa da confiança que em mim depositassem.[508]

As eleições de 11 de julho de 1897 para 7 vagas a membros do Conselho Municipal refletiram, no âmbito local, as divergências políticas que se davam nos Partidos Republicano Federal da Bahia e Republicano Constitucional. Novamente eram reorganizados com modificações nos seus quadros, em consonância ao que ocorria no plano federal, em cujo cenário a rebelião camponesa de Canudos (1896-1897) no sertão da Bahia foi o destaque. No âmbito federal, o P.R.F. estava cindido. Uma ala,

[507] *A Bahia*, 24/05/1896. Grifo meu.
[508] Idem, ibidem.

representada pela maioria, apoiava a política aplicada por Prudente de Morais aos levantes e revoltas do período, entre os quais, de Canudos; a outra, minoritária, seguidora de Francisco Glicério, condenava a política governista. As derrotas experimentadas pelos sucessivos contingentes militares enviados para combater os conselheiristas, bem como as

> mais imaginosas vinculações dessa rebelião com uma tentativa de restauração monarquista tornaram cada vez mais violentos os ataques oposicionistas ao Governo Federal e ao Estadual da Bahia, acusados de fomentarem, pelo indiferentismo, a resistência daquele núcleo sertanejo.[509]

O Partido Republicano Constitucional, comandado por José Gonçalves, por sua vez, aproximou-se da facção "glicerista", atacando os governos Prudente de Morais e Luiz Vianna e apoiando as candidaturas oposicionistas. Foi neste contexto que, em 11 de julho de 1897, nas eleições municipais para preenchimento de 7 vagas no Conselho, Manuel Querino foi eleito pela chapa constitucional, obtendo 1660 votos, sendo o mais votados entre os 10 eleitos.[510]

A Guerra de Canudos marcou a história do Brasil, e da Bahia em particular, como uma das páginas mais sangrentas que deram início à consolidação da República. As contradições políticas, sociais, econômicas observadas no período, refletiram a postura do governo e da sociedade em geral. A obsessão pela consolidação da República, para uns democrática e igualitária, para outros, autoritária e desigual, era o projeto político e de vida daqueles que militavam na política partidária.

Os "fanáticos" ou "rebeldes" de Canudos, como eram tratados pelo Governo e pela imprensa da época sertanejos famintos e fervorosos em sua religiosidade messiânica passaram a representar, no imaginário obsessivo que se espalhara em torno do regime republicano, uma possibilidade de reação monarquista, uma ameaça àquela tão frágil República. A população passou a exigir violentamente maior empenho dos governos de Prudente de Morais e de Luís Vianna para garantir a derrota de Canudos. Isto foi possível com a quarta expedição enviada ao arraial sob o comando

---

[509] SAMPAIO, op. cit., p. 43.

[510] *Cidade do Salvador*, 13/07/1897. Entre os eleitos estão: Manoel Raymundo Querino (1660 votos); Bacharel Argeu A. de Freitas (1557 votos); Carlos Ceciliano de Souza (1518 votos); Dr. Domingos Cerqueira Lima (1516 votos); Sergio Severiano da Cunha (1378 votos); Prediliano Pitta (1285 votos); Manoel Gomes Ribeiro (1278 votos); Dr. José Amâncio Motta (1240 votos); Francisco Kiappe Junior (1207 votos); Dez. José Lustosa de Souza (1198 votos). Com a anulação dos votos da 2ª. seção do distrito de Brotas e computados os das demais seções, Manuel Querino continuou o mais votado com 1582 votos. Foram reconhecidos membros do Conselho Municipal os cidadãos Manuel Raymundo Querino, Bacharel Argeu Antonio de Freitas, Carlos Ceciliano de Souza, Dr. Domingos Emilio de Cerqueira Lima, Sergio Severiano da Cunha, Desembargador José Lustosa de Souza e Prediliano Pereira Pitta, empossados em 27 de agosto de 1897. ATA DE 16/08/1897; ATA de 27/08/1897.

do general Artur Oscar de Andrade Guimarães. “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo”, conforme escreveu Euclides da Cunha em “Os Sertões”.[511] As lutas foram intensas e culminaram na dizimação do arraial no dia 5 de outubro de 1897, que resultou no fortalecimento do governo federal e estadual.[512]

Desde a terceira expedição enviada a Canudos, sob o comando do coronel Antônio Moreira César, o Conselho Municipal se manifestou solidário aos “heróis” que tombaram naquele arraial, derrotados pelos conselheiristas, enviando ao Presidente da República moção, o qual logo respondeu por telegrama, agradecendo as expressões de pesar. Entre outras propostas apresentadas então por Manuel Querino referente a homenagens dos “heróis que sucumbiram no ataque de Canudos, defendendo a República”, foi a de substituição de nomes de ruas pelos dos combatentes, a exemplo da rua da Calçada que passaria a denominar-se rua Coronel Moreira César.[513] Outros projetos se seguiram, com o objetivo de socorrer as vítimas da 4ª. expedição militar em operação de Guerra no Arraial de Canudos, bem como para socorrer as famílias dos baianos tombados em combate, proposto pelo Comitê Patriótico composto por Dr. Glycerio Velloso, L. Antonio de Freitas Tantu, Antonio José Machado, Manuel Querino, Ismael Ribeiro, Prediliano Pitta, Lazaro Pedro Pinto da Silveira, Henrique Praguer, Elysiário Cruz, J. Alves Ferreira.[514] A notícia da vitória das forças legais contra os rebeldes de Canudos foi festejada pelo Conselho, que logo enviou congratulações ao Governador Luiz Vianna e, em seguida, organizou uma comissão para receber o general Artur Oscar e demais batalhões em passagem pela Bahia, quando foi suspenso o expediente municipal.[515]

Até 1899 Manuel Querino permaneceu no Conselho com uma atuação comprometida, desenvolvendo um trabalho muito ativo nas Comissões de Obras,

---

[511] CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – edição crítica, por Walnice Nogueira Galvão*. São Paulo: Brasiliense S. A., 1985, p. 571.

[512] São diversos os estudos sobre a Guerra de Canudos com abordagens revisitadas sobre o tema: BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. *Incompreensível e Bárbaro Inimigo. A Guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: EDUFBa, 1995; CALASANS, José. *No tempo de Antônio Conselheiro*. Bahia: Livraria Progresso ed.; CANÁRIO, Eldon Dantas. *Memórias de Canudos*. Salvador: Gráfica Central, 1984; CANÁRIO, Eldon. Os *Mal Aventurados do Belo Monte: A Tragédia de Canudos*. Bahia: Editora BDA, 1997. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. S.P.: Cultrix, 1978; GUERRA, Sérgio. *Universos em Confronto: Canudos X Bello Monte*. Salvador: Gráfica da UNEB, 2000; HOORNAERT, Eduardo. *Os Anjos de Canudos: Uma Revisão Histórica.* Petrópolis: Vozes, 1997; MUNIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra.* São Paulo: Global, 1984; O OLHO DA HISTÓRIA: *Revista de História Contemporânea*. V.2.n.3, (1996)-Salvador-Ba, nov. 1996 (Dossiê Canudos); *REVISTA CANUDOS*. Salvador: UNEB/CEEC, 1996. (Vol 1, Ano I); *Revista Canudos*. Outubro, 1897: 100 Anos de Canudos. Salvador: UNEB, 1997. (Vol. 2, n. 2.).

[513] Atas do Conselho Municipal de 08/03, 12/03 e 16/03/1897.

[514] Ata de 10/08/1897.

[515] Atas do Conselho Municipal de 08, 15 e 22/10//1897. As manifestações populares foram intensas durante a passagem de Arthur Oscar, nas quais estão o Centro Operário da Bahia.

Indústrias e Profissões e de Alinhamento e Nivelamento, interferindo para a melhoria das condições urbanas. A sua relação com o assunto estava associada à sua qualificação profissional e ao seu vínculo com a Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, onde era funcionário desde 1893. Entre tantos projetos que propôs e defendeu, os relacionados à urbanização e ordenamento da cidade se destacaram, tais como aqueles referentes a asseio, arquitetura, iluminação pública, calçamento de ruas, transporte urbano, saneamento, autorização de contratantes de obras e serviços públicos, habilitação de motorneiro de carros elétricos, construção e exploração de ferrovias, etc.[516]

Os dois últimos anos em que cumpriu seu mandato (1898-1899) assumiu a função de 2º secretário da Mesa e participou das Comissões de Obras e Alinhamentos e de Polícia, Milícia e Fiscalização[517], além de Redação. Intensificou sua atuação, sendo mais ostensivo na fiscalização da cidade, persistindo para o restabelecimento e criação de cadeiras públicas de ensino, bem como para o pagamento de professores. Procurou organizar o quadro do funcionalismo público municipal e regular os preços nos serviços de fornecimento de água, pressionando a intendência a baixar preços de tarifas dos transportes, dos gêneros de primeira necessidade, em função da crise de abastecimento que atingia diretamente a população trabalhadora.

Diversos projetos foram discutidos, aprovados e encaminhados à Intendência para a efetiva aplicação. Contudo, os interesses de empresários e políticos que norteavam o jogo das coligações partidárias e que envolviam o poder executivo em seu efeito cascata, do nível federal ao estadual e municipal, inviabilizou a aplicação de muitos deles que pretendiam o melhor funcionamento social e urbano. Taxas públicas diferenciadas para residências e estabelecimentos comerciais, isenção de décimas urbanas e subvenções a instituições beneficentes e educacionais[518], incentivo a construções de edificações em terrenos baldios e de viadutos, regulamentação do transporte urbano e do trânsito, mudanças de nomes de ruas, se constituíram em algumas das ingerências de Querino no quadro da municipalidade.

---

[516] Atas do Conselho Municipal, 1897-1899.

[517] Esta comissão era composta somente pelos membros da Mesa.

[518] Entre as instituições incluídas por Manuel Querino em pleitos a subvenções e isenções de taxas estão: Escola de Belas Artes, Sociedade Beneficente União Philantrópica dos Artistas, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Também pleiteou auxílio de 1:000$000 (hum conto de réis) para a publicação da "História da Independência da Bahia" de autoria do dr. Manoel Correia Garcia (Ata de 29/12/1897). Mais tarde repete o pleito, baixando para 500$000 a ser entregue ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia para auxiliar a respectiva publicação (Ata de 27/02/1899). Este livro saiu publicado em 1900.

Em relação a este assunto, Querino provocou algumas polêmicas junto à Intendência e no interior do Conselho. Uma delas esteve relacionada ao aumento de passagens concedido pelo intendente à linha Carris Elétricos, e a outra a multas e taxas aplicadas para o asseio da cidade. No bojo destas questões emergiu a discussão acerca da autoridade do poder executivo em detrimento do legislativo representado pelo Conselho. O Conselho era acusado pela população de não cumprir com seus deveres, ao ser responsabilizado pela falta de aplicação dos projetos discutidos e encaminhados à intendência. Em debate provocado por Prediliano Pitta, ao defender o Conselho de tais acusações, jogava a responsabilidade à Intendência que usurpava os poderes, desobedecendo as leis encaminhadas para a sua aplicabilidade. Afinal, outros interesses estavam em jogo.[519]

Na discussão contra a autorização de aumento das passagens concedido pela Intendência à Linha Carris Elétricos, foi organizada uma comissão composta por Manuel Querino, Glycerio Velloso e Ismael Ribeiro, para negociar com o intendente a suspensão de tal autorização.[520] O intendente não reconheceu legalmente a respectiva comissão especial em sua forma legal e reafirmou o aumento das passagens, por estar referendado na lei municipal. Este assunto rendeu uma grande polêmica sobre a identificação da instância que legalmente poderia autorizar o aumento de passagens. Foi contratado um advogado para dar Parecer e este entendeu ser de competência da Intendência aprovar as tabelas de preço. Houve discordância por parte do Conselho, por considerar ter ele plena autonomia quanto a resolução de tudo o que interessasse à economia e polícia municipais. O referido projeto de aumento – Projeto de Lei no. 34 - , foi aprovada da seguinte forma:

> Art. 1° A atribuição conferida ao intendente pelo art. 10 do regulamento de 15 de setembro de 1873 não dispensa a autorização por lei especial do Conselho para as empresas de Carris Urbanos poderem alterar as tabelas de preços, bem como os pontos terminais e intermediários de suas linhas.[521]

A sua interferência no ordenamento dos serviços de asseio da cidade também foi alvo de polêmicas. Querino tentou instituir impostos para a remoção de lixo dos prédios, a exemplo do projeto de lei no. 3, em que estabelecia contribuições

[519] Ata do Conselho, 09/05/1898. Cidade do Salvador, 21/05/1898; 10, 14, 16. 22, 23, 28/06/1898; 08/07/1898; 23/08/1898.
[520] Atas de 23 e 30//07/1897.
[521] Ata do Conselho Municipal, 30/07/1897. Em nome da Comissão de Redação, Manuel Querino aprova o projeto, sendo a lei remetida ao Intendente para a devida publicação e execução. Assinam o projeto: Dr. Glycerio Velloso, Ismael Ribeiro, Elisiario Cruz, Manuel Querino, Domingos Silva, José Lacerda.

diferenciadas, conforme o tipo de utilização dos imóveis.[522] O referido projeto foi duramente criticado pela imprensa. Além dos fatores de ordem conceitual e procedimental, os argumentos tratavam da fase "mais aflitiva" atravessada por todas as classes, quando o povo e o comércio já viviam sobrecarregados de impostos onerosos e a "a miséria e a fome [batiam] às portas". [523] O referido Projeto não prosseguiu nas discussões do Conselho.

Contudo, a sua fiscalização foi ostensiva no âmbito da limpeza da cidade. Querino iniciou uma verdadeira perseguição à Empresa de Asseio da Cidade, impondo-lhe sucessivas multas, justificadas por infração contratual. O "estado de desasseio" de ruas, fontes, jardins, ladeiras, significava a falta de recolhimento de lixo e de limpeza pelo acúmulo de terra podre nos leitos dos rios.[524] As duas empresas, alvos de multas por parte dos Conselheiros Manuel Querino e Cerqueira Lima, foram citadas pela imprensa ao serem denunciadas de utilizarem-se de estratégias para evitá-las. Através do "engraxamento numismático", as companhias ficavam em paz e a maioria gorda, assim tratou o jornal *O Republicano*, órgão do Partido Republicano Constitucional. Esta notícia criou uma reação no Conselho, por ultrajar a dignidade da maioria. O fato foi relacionado à atitude do Sr. Alves Ferreira de não ter aplicado multa à empresa de asseio. Neste sentido os srs. Cerqueira Lima e Manuel Querino afirmaram ter multado e multariam quantas vezes fosse necessário. Alves Ferreira,por sua vez, solicitava responsabilidade do editor da gazeta "para que este [apontasse] os conselheiros municipais que se venderam".[525]

O debate prosseguiu no Conselho com o Conselheiro Cerqueira Lima. Este havia sido provocado pelo *Diário de Notícias* que publicara uma certidão que retratava o "ato imoral, anárquico e prepotente praticado pelo Sr. Dr. Intendente Interino [Assis Souza], comutando e relevando as multas impostas por conselheiros municipais à empresa do asseio da cidade, por faltas por esta cometidas no cumprimento dos seus deveres para com o Município".[526] Cerqueira Lima avançou na polêmica considerando que, pelo seu "cego favoritismo e condenável compadresco, procura sacrificar o Conselho aniquilado em sua soberania, em seus mais legítimos direitos". A polêmica se transformou em acusações e calorosos apartes que envolveram Prediliano Pitta e

[522] Ata, 14/01/1898.
[523] *Cidade do Salvador*, 24/01/1898. No mesmo período Querino multou também a Companhia Carris Elétrico pelo excesso de lotação. *Cidade de Salvador*, 23/08/98.
[524] *Cidade do Salvador*, 21/05; 10,14, 16, 22, 23, 28/06; 08/07; 23/08/1898.
[525] "Engraxamento numismático" significava propina. Ata do Conselho Municipal, 12/09/1898.
[526] Diário de Notícias, 15/09/1898. Ata do Conselho Municipal, 23/09/1898.

Manuel Querino, quando o primeiro afirmou não ser o Conselho, mas a maioria que o havia elegido. Querino replicou: "O Sr. Dr. Assis Souza foi eleito também com os votos da minoria". Concluindo o debate, o requerimento de Cerqueira Lima ao Intendente foi aprovado, para que fosse ouvida a comissão de justiça sobre a legitimidade do ato, contra apenas o voto de Horácio Urpia. Após análise da Comissão de Justiça foi dado parecer sobre a ilegalidade da comutação feita pela intendência.[527]

Este assunto se prolongou meses adentro, até alcançar um desfecho favorável ao executivo. Em Parecer no. 129 de 1899 foi declarado que cabia aos conselheiros a imposição de multas do asseio e a eles de resolverem se deveriam ou não serem dispensadas. No contexto das tensões estabelecidas entre legislativo e executivo, comprovando a fragilidade do legislativo, Querino enviou à mesa um substitutivo perdoando as multas impostas aos arrematantes do serviço de asseio da cidade, em virtude da cláusula 19º. do contrato de 31/1/1898. Em discussão do substitutivo, Querino esclareceu que

> como um dos membros do Conselho que impuseram multas à empresa do asseio, estribadas na cláusula 10ª. do contrato de 31 de janeiro de 1898, julgou-as de todo procedentes; mas desde que um jurisconsulto de elevados méritos e profundos conhecimentos convenceu-o de que os conselheiros municipais, impondo multas aos contratantes do serviço de asseio exerciam funções do preposto do executivo, entendeu, por esse motivo, que seria mais razoável, ao Conselho, conceder o perdão das multas do que deixar que o intendente perdoe. Nesse perdão não há desacordo algum para o Conselho Municipal ... porque o fato dele perdoar mostra a competência que tem para multar.[528]

Parte do Conselho continuava pressionando a intendência no sentido de o executivo atuar de acordo com os interesses da população, especialmente a mais carente, a partir das decisões do Conselho. No contexto da seca que assolara a Bahia e conseqüente crise alimentar que atingia especialmente as classes menos favorecidas, pela carestia do principal gênero - farinha de mandioca -, o Conselho autorizou a Intendência, pelo Projeto de Lei n°. 35, a abertura de crédito para compra de farinha de mandioca, a fim de repassar à população com preços mais baixos, o qual foi aprovado sem debate.[529] Em seguida, alguns conselheiros, especialmente Prediliano Pitta, questionava sobre a má qualidade da farinha, bem como da carne verde e a de charque. Era necessário uma atuação mais positiva contra a Intendência

[527] Ata, 23/09/1898.
[528] Ata de 18/12/1899.
[529] Ata da 5ª. sessão ordinária do Conselho Municipal, 05/08/98 -sobre projeto de lei no. 35

para que esta tomasse providências para resolver o fato. Pitta assim analisou a situação:

> A carestia de gêneros, de um lado, e a falta de trabalho, do outro, é que tem determinado em sofrimento porque passa o povo. E os poderes públicos ficam indiferentes; e os capitalistas não procuram desenvolver a indústria, esse elemento de trabalho, ânimo das classes pobres; e o pequeno comércio, por sua vez, entregue às mãos de especuladores, que monopolizam os gêneros de primeira necessidade, aumentando assim, o sacrifício das classes pobres.[530]

Prediliano Pitta insistiu sobre o assunto, ocupando-se da tribuna para falar sobre a carestia dos principias gêneros alimentícios, bem como da falta de instrução dos operários baianos, em comparação aos operários europeus. Afirmou que, apesar da classe operária não possuir educação, estava criando "cerca de vinte sociedades, que são outras tantas cooperativas". Pitta considerava que a República havia sido proclamada "para melhorar o sofrimento das classes pobres" o que foi imediatamente retrucado pelo 1°. Secretário Sr. Glycerio de Velloso que disse: "Não só desta, como de todas". Pitta avaliava não estar sendo assim infelizmente e por isso conclamava sempre aos seus companheiros a serem socialistas. Querino, interferindo no debate, considerou não ser socialista já, porque não estava fundado o partido, cuja idéia apoiava. Pitta, por sua vez, retrucou ponderando que

> pela forma porque são considerados os operários, não pode deixar de ser socialista, sob pena de amanhã seus filhos não terem o que vestir".

Neste sentido, diferentemente do anarquismo, entendia que

> os seus colegas de classe devem ter também direito a um lugar no grande banquete social. Quer dizer, que o Brasil não tem filhos espúrios e que a classe operária não deve ser absorvida pelas superiores.[531]

O desejo era de que a classe operária não sucumbisse aos apelos e às pressões das elites, conforme era a tradição. Era necessário transformar a cultura do trabalho, ainda arraigada aos princípios escravistas. O trabalhador manual, composto pelos indivíduos de origem africana, escrava, negros e mulatos, que compunham o perfil dos excluídos, continuava sem acesso à educação, aos espaços políticos de decisão e sofria toda sorte de discriminação pela sua condição de cor e de classe.

[530] Ata de 09/12/1898
[531] Em sessão de 16/08/98.

O debate se prolongou no ano de 1899 sobre a má qualidade dos gêneros alimentícios e da farinha, puxado por Prediliano Pitta. Questionava as razões pelas quais os depósitos municipais que vendiam farinha haviam sido fechados. Solicitava ao presidente do Conselho que conversasse com o chefe do executivo sobre o assunto e depois lhe informasse as razões do fechamento dos depósitos. No contexto do debate, Querino apresentou o Projeto de resolução n°. 31 que autorizava o intendente a contratar o abastecimento de carnes verdes com quem melhores vantagens oferecesse mediante concorrência.[532]

As discussões continuaram e a pessoa do intendente interino Assis Souza foi transformada em alvo de acusações, protestos e defesas no interior do Conselho. Desta vez o Conselheiro Cerqueira Lima o acusava de "esbanjador dos dinheiros públicos". Querino entrou na defesa do intendente, discutindo acirradamente com Cerqueira Lima, ao considerá-lo caluniador até que provasse a denúncia. Aceitava calar-se na medida em que a acusação fosse fundamentada e não abstrata. A sua defesa se dava pelo fato de Querino ter conhecido a lisura do trabalho de Assis Souza no Conselho. Considerava que as acusações tinham cunho pessoal.

Cerqueira Lima procurou provar suas acusações confrontando a defesa de Querino. Assim, apresentou o livro n°. 1 de lançamento da décima no distrito de S. Pedro, pretendendo fazer calar o seu opositor. No livro ficava provado que o intendente arbitrara sobre o lançamento de um prédio arrendado. Este fato, desconhecido por Querino, fez com que recuasse na defesa. Contudo, Querino retrucou em sessão seguinte, contestando sobre as acusações e comprovando o procedimento correto e legal sobre o assunto.

A discussão ficou acalorada. O pano de fundo das acusações era a disputa de força entre o executivo e o legislativo. Cerqueira Lima desafiava Querino em nome da lei, dizendo-se contra o chefe do executivo e não contra a pessoa. Para Cerqueira Lima, o seu opositor apoiava o intendente devido a pressões políticas. Querino contestou e afirmou estar sendo obediente ao partido. Mantendo o nível das acusações cada vez mais contundente, Querino foi acusado de arbitrário, irresponsável e o intendente "depositário da fortuna pública". Teria autorizado o pagamento de diversas obras por conta própria. Justificou-se ser uma atitude correta por fazer parte da Comissão de Obras e por isso com poderes de julgar, autorizar, distribuir e fiscalizar

[532] Ata de 02/06/99.

obras.[533] A discussão se prolongou na sessão seguinte, quando Querino, por fim, acusou Cerqueira Lima de ter recebido favores do município por obras realizadas na casa do seu pai, à custa do município, o que considerava uma imoralidade. Foi contestada e provada por Cerqueira Lima não ter ocorrido da forma como havia sido exposto.[534] A discussão se diluiu, sem solução.

Querino se institucionalizara. Defendia as formas legais para a garantia das necessidades coletivas. Além de atuar com o interesse de ordenar a cidade para o seu melhor funcionamento, empenhado na luta pelo progresso e pela civilização, interferiu na organização do quadro do funcionalismo municipal, quanto à legislação que garantisse direitos como aposentadoria, licenças, aumento salarial e quadro de cargos. Elaborou o projeto de Lei n°. 50, que propunha a redução do quadro de funcionários e extinção e criação de cargos e funções. O referido projeto criou desconfortos e atingiu diversos interesses entre os conselheiros e a intendência, o que foi bastante debatido, condenado e criticado.[535] Querino sofreu acusações de querer demitir funcionários e respondeu a elas referindo-se às posições já tomadas anteriormente sobre o assunto. Para aqueles que o conheciam, sabiam que

> apesar de político, não veio ao Conselho para fazer demissões, e disso já deu uma prova, votando contra um parecer que opinava pela demissão de alguns funcionários municipais.[536]

A sua posição contra qualquer forma de favoritismo foi constante. Um dos exemplos foi a discussão sobre o Parecer 88, em que autorizava a intendência mandar pagar vencimentos pelo tempo não trabalhado ao ex-inspetor da iluminação pública, João Benício da Silva Bahia, demitido desde 1897. Nomeado escrivão do Matadouro do Retiro em 1899, o cidadão solicitava do Conselho autorização para serem pagos os vencimentos "atrasados". Afinal o referido funcionário havia ficado sem trabalhar por cerca de dois anos. Querino achou o pedido "verdadeiro disparate e compreendeu ser isso "um verdadeiro esbanjamento dos dinheiros municipais".[537] Após as discussões sobre o parecer, o mesmo foi aprovado. Nova discussão foi levantada na sessão seguinte, sobre o projeto 48, em que a comissão de Fazenda e Justiça autorizava o

[533] Ata de29/8/98
[534] Ata de 05/09/1898
[535] Ata 17/09/1897 – sobre a organização do quadro de funcionários municipais, com proposta de redução do referido quadro (Projeto de Lei no. 50 (Ata 14/09) o que foi condenado pelos Conselheiros.
[536] Ata de 08/09/98
[537] Ata de 4/08/99.

pagamento ao referido escrivão. Mais uma vez Querino se manifestou contrário ao pedido, por considerar este desligado do quadro dos funcionários municipais, tanto assim que havia recebido as mensalidades do Monte Pio.[538] Sobre a existência de precedentes considerada pelo peticionário, Querino assim se referiu:

> O que afirma o peticionário de haver o engenheiro Pedro Ribeiro da Costa recebido vencimentos atrasados é completamente falso.
>
> Atendendo-se por conseqüência a este pedido, é abrir-se um mau precedente, de péssimos resultados mesmo, porque, vetado pelo Conselho o projeto no. 48, terá o Município de pagar ao peticionário a quantia de 2:477$591.
>
> O conselho, diz o orador, é administrador e não proprietário do município e cada um só pode dar aquilo que lhe pertence.
>
> Com a quantia que pede o sr. João Benicio, e a qual não tem direito, poder-se-aá atender a algum melhoramento de utilidade pública, cujas necessidade são reclamadas a todo momento. Esse pagamento, portanto, não é mais do que um assalto aos cofres municipais.

Após seguidas discussões foi aprovado.

A sua voz destoava do coral que se harmonizava no jogo das articulações político-partidárias, no qual prevalecia os interesses individuais das mesmas elites de outrora e o descumprimento das leis elaboradas para o bem da coletividade. Querino criou conflitos, desconfortos, acusou, defendeu, foi acusado e se defendeu, acirrou diferenças e inimizades em torno da sua pessoa. Quis marcar a sua passagem pelo Conselho, posicionando-se. No fim do seu mandato, questionou o orçamento municipal e discutiu as razões pelas quais os prédios escolares não eram entregues ao município e permanecia sob o poder do governo do Estado.[539] Fez questão de deixar registrado em ata, como único a votar contra o parecer n°. 94 da comissão de Fazenda, que aprovava as contas apresentadas pela Intendência relativas ao exercício de 1898.[540] Sobre o projeto de lei no. 59, que abria crédito para pagamento no corrente exercício de diversas verbas constantes da relação enviada pela Intendência, Querino foi também contrário, porque via figurar na respectiva relação, solicitação de créditos a diversas verbas orçamentárias, gratificações de caráter permanente, concedidas por intendentes, sem que para isto tivesse atribuição, exorbitando assim de seus poderes.

[538] Ata de 13/10/99.
[539] Ata de 27/02/99.
[540] Ata de 01/09/99.

Declarava, portanto, votar contra o projeto por não querer assumir responsabilidades que cabiam a outros.[541]

A sua passagem pelo Conselho foi marcada por muitas derrotas e algumas vitórias. Deixou um projeto de relevância para a cidade, o qual fora desenvolvido pela administração seguinte. Foi o Projeto de Lei no. 19, proposto por Manuel Querino para a construção, em caráter de urgência, de um cais na Paciência, no arrabalde do Rio Vermelho, distrito da Vitória e aprovado sem discussão.[542] No ano seguinte foi realizada cerimônia conduzida pelo intendente eleito José Eduardo Freire de Carvalho Filho, quando "bateu a primeira pedra para a construção do projetado cais da Paciência, obra de há muito reclamada como necessária... ". Estiveram presentes os Conselheiros Municipais e Governador do Estado Severino Vieira. A notícia publicada pela imprensa destacou ter sido aquela obra iniciada "no seio do Conselho Municipal desta capital, aos vinte dias do mês de abril de mil oitocentos de noventa e nove, quando o cidadão Manuel Raymundo Querino, como membro do conselho municipal, apresentou o referido projeto...." E assim foi avaliada a respectiva atuação do Conselheiro:

> Manda a justiça que se registre aqui o pronto andamento desse projeto, que teve da então comissão respectiva, composta dos srs. José Alves Ferreira, Dr. Manuel de Assis Souza e Manuel Raymundo Querino, parecer favorável de modo que há 18 de agosto de mil oitocentos e noventa e nove, o honrado sr. Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão, cuja passagem no cargo de intendente interino ficou assinalada por muitos e relevantes serviços ao município, transformou em lei esse projeto, que recebeu o no. 25. [543]

Não conseguiu se reeleger nas eleições municipais de 1899 e, a partir de então, deixou de participar do jogo da política oligárquica que se instaurara em torno dos interesses agro-comerciais.[544]

---

[541] Ata do Conselho de 13/10/99.

[542] Ata do Conselho Municipal de 20/04/1899. A pressão para a construção do cais continuou pela Comissão de Obras através do Parecer 57, julgando de grande necessidade pública a fatura do cais da Paciência, assinado por Manuel Querino e Alves Ferreira - Ata de 6/06/1899 – e da Resolução n°. 19 autorizando o intendente a mandar construir um cais na Paciência – Ata de 04/08/1899.

[543] *Diário de Notícias*, 29/11/1900. O atual intendente mandou abrir concorrência pública em 11 de julho de 1900, sendo aceita a proposta do engenheiro Arthur Cezar Navarro.

[544] *Diário de Notícias*, 30/11/1899. Apuração de eleições nos distritos do Pilar, Mares, Penha, Matoim, Passé e Maré para Intendente e Conselheiros Municipais – neste boletim Freire Guimarães obtém 1500 votos contra 610 de Domingos Guimarães (para intendente) e para Conselheiros Municipais Manuel Querino obtem 67 votos (23º lugar) contra os mais votados Teive e Argolo (1514 – 1º lugar), João Fernandes (1475 – 2º lugar), Campos França (1450 – 3º lugar) Prediliano Pitta (528 votos – 16º lugar). Nas outras listas de apuração não consta o nome de Querino entre os mais votados, pois os menos votados não eram citados. Nestas eleições Querino não se elegeu. O período que segue, com a ascensão de Severino Vieira ao Governo do Estado (28/05/1900), marca a institucionalização da política dos governadores na Bahia, montada, em nível federal, por Campos Salles (1898-1902). Na Bahia, deu-se início à fase do "Unipartidarismo" (1901-1906), conforme Sampaio, Op. Cit., com a fundação do Partido Republicano da Bahia, congregando elementos representativos do mundo agrocomercial, no processo de definição do sistema oligárquico de poder.

Ao longo da sua atuação no Conselho, Querino esteve envolvido em diversos debates sobre assuntos variados. A sua maior contribuição, contudo, esteve relacionada à urbanização da cidade do Salvador. Elaborou e apresentou projetos voltados à ordenação dos serviços públicos e a obras de melhoria das condições urbanas, à regulação do uso do solo, etc. Como membro da comissão de obras e de fiscalização acumulou uma experiência que lhe favoreceu um conhecimento substancial sobre a rotina da cidade, os processos de mudanças geradas com a República, nas perspectivas da civilização e do progresso. Integrou e conduziu algumas mudanças de caráter modernizador, apesar de incipiente. Precisamente aquelas referentes à implementação de medidas de higiene que integravam serviços de asseio público, de formatação de larguras de rua, fiscalização nas obras de construção, no calçamento de ruas e abertura de avenidas e novos bairros, a exemplo de Amaralina, beneficiando os arredores da cidade que começava a ser habitado com o aumento da população, o que conseqüentemente levava à expansão urbana. O destaque foi a construção do cais da Paciência anunciado em 1900 pelo então intendente recém-eleito.

Ora propondo, ora contestando, ora discutindo viabilidades, ora apoiando, buscou ser justo dentro da lei. Manuel Querino confiou nas instituições republicanas. O Conselho Municipal foi um dos canais por ele utilizado para lutar pela garantia dos direitos conquistados com a República. Não havia a pretensão de contestar as instituições republicanas, mas de cumpri-las. Neste sentido, estava servindo conforme a sua crença ao progresso da cidade, do Estado e do País. Coisa que na prática não funcionou, considerando a manutenção dos interesses das elites dirigentes que iam na contra-mão dos interesses coletivos. Foi um foco que perseguiu na sua atuação como Conselheiro. A cidade se tornou para ele um cenário que mereceu atenção especial, pois contribuiu, enquanto professor de desenho e funcionário da Secretaria de Obras Públicas, com um conhecimento necessário para melhor administrar a coisa pública.

O tema que afligia as classes populares foi tratado por ele no âmbito da defesa à instrução, com o restabelecimento e criação de aulas públicas nos diversos pontos da cidade, ao incluir nos orçamentos municipais subvenções para o Liceu de Artes e Ofícios, Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a Escola de Belas Artes e sociedades mutuárias, ao isentar da décima urbana as associações de trabalhadores. Apoiou todas as medidas que envolviam a sobrevivência do operariado, como a falta de trabalho, a

carestia, etc. Manuel Querino procurou fiscalizar a utilização dos recursos públicos, indo contra o nepotismo aplicado pela política dominante, tanto no Conselho Municipal como no Governo Estadual. Ele foi minoria. E como minoria não conseguiu aplicar seus projetos e realizar a sua República.

Querino amorteceu o interesse pela política partidária, certamente em função das barreiras erguidas no edifício social e político nos difíceis anos que se seguiram à consolidação da República ou, segundo Calmon, "de represálias pelos poderosos da ocasião."[545] Não conseguiu realizar o seu projeto democrático e igualitário no cenário das disputas pelo poder estabelecidas entre as antigas elites dirigentes e as novas que emergiam.

Retirou-se da política partidária e enveredou pela militância intelectual, atuando no magistério e na produção de conhecimento no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Não desistiu da sua participação engajada nos destinos da nação e do povo brasileiros. A sua luta permaneceu nos trilhos do conhecimento, que incluíam dois elementos estratégicos para a emancipação dos excluídos: a educação popular e a difusão do conhecimento. Professor, pesquisador, intelectual saído da classe operária, funcionário público de baixo escalão, conquistou o magistério e o mundo intelectual fazendo-se conhecido pela sua produção historiográfica, etnográfica, jornalística, memorialística. Escreveu contando-se a si, contando sobre o outro, sobre um grupo social que experimentou diversas formas de preconceito e discriminação, contou sobre a sociedade, a cultura, a política articuladas aos elementos eruditos e populares. Expressou a sua decepção com a República. A sua obra se transformou num canal de denúncias, por traduzir uma experiência individual no âmbito das experiências coletivas que refletiam a angustia do povo trabalhador, a decadência das artes e dos artistas, os preconceitos de raça e de classe, a pressão exercida pelas elites para empurrar os negros e os pobres para os subterrâneos da sociedade republicana. Foi uma voz dissonante que resistiu apesar dos entraves sofridos.

Deixou seu testemunho, legou suas convicções. Acreditou, foi fiel ao seu sonho, confiou nas pessoas, na República, na igualdade, na democracia, no futuro. Iniciou a sua construção, colocando os primeiros alicerces para a sustentação das lutas pela superação das desigualdades sociais, dos preconceitos e discriminações de classe e de raça. O trabalho, com o investimento na produção nacional, e a democratização da

[545] CALMON, Op. Cit., p. 30.

educação, foram as vias que identificou para garantir a inclusão social, política e econômica de todos os brasileiros, sem distinção de cor ou de classe. Trabalho, política, arte e educação foram os pilares que traduziram a sua esperança e a sua frustração.

IV

ARTISTA E EDUCADOR NA MILITÂNCIA PELA LIBERTAÇÃO SOCIAL

Nada ofusca o valor da arte.
Ninguém mais nobre que o artista.[546]

Manuel Querino

[546] Manuscrito autografado por Manuel Querino de 3 de fevereiro de 1894. Arquivo do IGHBA, caixa 1, Doc. 18.

Manuel Querino atuou em duas áreas afins: como pintor-decorador e desenhista, dedicou-se ao magistério na função de professor de desenho para as classes populares e ao funcionalismo público na antiga Repartição de Obras Públicas. Além da sua profissão de artista, desenvolveu atividades intelectuais no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a partir das quais viabilizou a divulgação dos seus trabalhos sobre artes, artistas e operários, tradições culturais da Bahia colonial, imperial e republicana, africanos e sua participação na formação da identidade brasileira. A sua experiência de trabalhador e artista garantiu-lhe requisitos importantes para tratar, em sua escritura, sobre a situação das artes, da educação e dos artistas e operários no novo regime que pretendia civilização e progresso.

A sua militância política proliferou-se no discurso que construiu sobre aspectos sociais e profissionais de artistas e operários, associados à vida da nação. Querino deixou registrada em letras claras a sua insatisfação com os rumos adotados pela República da "civilização", da "ordem" e do "progresso" naquilo que interessava ao desenvolvimento produtivo e escolar das classes artísticas e operárias. Criticou a falta de incremento às artes por parte dos poderes públicos, o que considerou "falta de patriotismo".

No campo das artes Querino, além de ter realizado trabalhos de pintura decorativa e, provavelmente, pintura de cavalete, elaborou o estudo "Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil" para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro em 1883 e produziu dois estudos didáticos para o ensino de Desenho. Foram as primeiras elaborações intelectuais que dedicou à arte.[547] Outras se seguiram na perspectiva histórica, o que lhe garantiu o lugar de pioneiro da historiografia da arte. Como historiador da arte, deixou registrado em artigos, depois reunidos em dois livros,

[547] O primeiro, *Desenho Linear das Classes Elementares*, foi organizado em 1903, e o segundo *Elementos de Desenho Geométrico – compreendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura*. Bahia: Papelaria e Tipografia Baptista Costa, 1911/1912. Sobre as duas obras didáticas que produziu para os seus alunos, Athayde Pereira informou terem sido "aprovadas pelo Conselho de Instrução Municipal e levadas à Exposição Nacional no Rio, em 1908, conseguindo por todas elas recompensas de mérito." Ver PEREIRA, *Prof. Manuel Querino, sua vida e suas obras*, 1932., p. 5. Sobre os trabalhos para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro e os didáticos ver capítulo V. Em verbete de *Artistas Bahianos*, Manuel Querino atribui a sua participação em diversos trabalhos de pintura: "Auxiliou seu mestre Cânysares na pintura do atual pano de boca do teatro S. João e ao Professor Manoel Lopes Rodrigues, nos trabalhos da igreja de Nossa Senhora da Graça. Tem-se encarregado da pintura de casas públicas, particulares, bondes, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e do pano de boca de um pequeno teatro, com 20 palmos por 16." Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit, p. 148.

seu testemunho, baseando-se na memória, estudos e pesquisas apoiadas, sobretudo, na oralidade, que ainda hoje são importante fonte de informações para os estudiosos da área: *As Artes na Bahia* e *Artistas Bahianos*.[548]

Seus trabalhos de pintura em decoração de prédios ou em panos de boca de teatros, ou ainda de possíveis obras de cavalete, não foram encontrados e a curiosidade de estudiosos da arte de identificá-los permanece. Alguns deles desapareceram, como os panos de boca do Teatro São João, em função do incêndio que o destruiu em 1922, e o outro por não se ter notícia alguma. Seus desenhos também são uma incógnita. O *Plano de Casas adaptadas ao Clima do Brasil* foi outro trabalho não identificado ao longo das pesquisas, apesar da insistência em localizá-lo.[549] O jornalista Antonio Vianna, contemporâneo que escreveu dados biográficos sobre Querino logo após o seu falecimento, afirmou que se tornara mestre da sua arte conforme lhe qualificaram outros mestres. Era um artista de diversas artes:

> No traço geométrico, no modular da escala cromática, no pincel ou na flauta ou no violão, em qualquer desses elementos artísticos o notaram com sabedor.
>
> Se não figurou nas galerias imortais dos pintores ou nos arquivos diletos dos executores clássicos, nem por isto deixou de revelar aquelas qualidades que o elevaram à estima julgadora dos seus coevos.

[548] *As Artes na Bahia (escorço de uma contribuição histórica)* teve a sua primeira edição em 1909 e a segunda em 1913. A primeira reuniu artigos publicados no jornal *Diário de Notícias* entre 1908 e 1909 sob o título "Contribuição para a História das Artes na Bahia". Foi rodada gratuitamente na tipografia do Lyceu de Artes e Ofícios por deliberação da sua diretoria, presidida por Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto. *Jornal de Notícias*, 02/11/1909, p. 01. Teve sua segunda edição ampliada e publicada em 1913 pelas Officinas do Diário da Bahia. Nesta foram reunidos os mesmos artigos da anterior com acréscimos de outros publicados no *Jornal de Notícias* durante os anos de 1908-1909. *Artistas Bahianos: indicações biográficas,* também teve a sua primeira edição em 1909, publicada pela Imprensa Nacional, e a segunda em 1911 pela Officina da Empresa ' A Bahia'. Por ocasião da publicação da primeira edição de *Artistas Bahianos*, a Intendência autorizou a inclusão no orçamento do Município para despender "1:000$000 para auxílio da publicação das obras 'Artistas Bahianos'...". Fundação Gregório de Mattos. Arquivo Permanente. Orçamento e Despesa do Município para o ano de 1907. Lei no. 825 de 17/12/1906. A segunda edição foi distribuída gratuitamente e vendida por 10$000 (dez mil réis), respectivamente, a diversas pessoas e instituições, conforme lista de mais de cem nomes. Alguns exemplares foram entregues gratuitamente para: Monsenhor Lino d' Almeida Fonseca; Dr. José Gonçalves da C. Sincurá; José Teixeira Passos (mais 3 volumes); Estado de São Paulo (Dr. Paulo Ramos e outros- 10 exemplares); e outros foram vendidos ao Cel. Germano de Assis Jr.; Pedro Gonçalves (Fotógrafo); José Maria da Conceição; Presciliano Silva; Manuel (Colégio S. Joaquim); Cel. Arthur Santos (Liceu de Artes); Dr. Amaral Moniz; João da Veiga Ornellas, etc. e outros destinados a redações de jornais do Rio de Janeiro como "O Imparcial"; "O Commercio"; "O Paiz". Armando Américo Cardoso, companheiro de Querino, referiu-se em necrológio que escreveu, às boas relações cultivadas por Querino com publicistas como Oliveira Lima, Gonzaga Duque e outros no Rio, São Paulo e no norte do País. A todos que solicitavam trabalhos seus, Querino os atendia, "remetendo-os sem remuneração alguma." Boletim da Agricultura, Commercio e Indústria. Imprensa Official do Estado, 1923. Por Armando Américo Cardoso, em 23 de março de 1923. Ruy Barbosa foi uma das personalidades que recebeu de Querino publicações como *As Artes na Bahia* (1913*), Bailes Pastoris* (1914) e *A Raça Africana* (1917).

[549] Em LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores Negros do Oitocentos*, 1988, publicação dedicada a Manuel Querino por ocasião do centenário da abolição da escravatura, o autor indaga sobre o destino das suas obras e prêmio que conquistou nas exposições. (P. 94). Outras indagações foram feitas por Jaime Sodré, pesquisador das artes que busca algum trabalho do gênero de Querino. Sodré publicou *Manuel Querino: um herói da raça e classe*. Salvador: 2001. Algumas hipóteses foram levantadas, como sobre o retrato existente na Sociedade Protetora dos Desvalidos, sem identificação de data nem autor, que poderia ser um desenho do próprio punho enquanto auto-retrato e outras relacionadas a estampas que ilustram alguns dos seus livros.

> Faltaram-lhe, naturalmente, as forças completivas para o triunfo, difícil na situação modesta em que viveu.[550]

Apesar da lacuna existente sobre a sua produção artística, a obra historiográfica que criou permaneceu enquanto legado que se tem constituído em fonte de informações preciosas sobre as artes e artistas do passado colonial, imperial e republicano. Também se transformou em foco de polêmicas levantadas sobre a autenticidade e a veracidade dos dados informados.

Sobre a sua luta em defesa da arte e de artistas sepultados na memória republicana, Torquato Bahia assim escreveu, em 1907, para o Prólogo de *Artistas Bahianos:*

> Não conhecesse eu a independência de espírito do autor, o seu ânimo sinceramente devotado ao trabalho; não conhecesse a paixão que lhe domina a alma de patriota, sonhando com o dia em que a arte empolgue e subjugue todos esses espíritos que andam adormentados na apatia que o egoísmo gera e indiferença avoluma, e, com certeza creria, ver nele um desses perturbadores da ordem constituída, ou um caprichoso colecionador de coisas inúteis, disposto a nos aborrecer a todos com as impertinências insistentes de sua monomania.[551]

Validou ainda no mesmo Prólogo de *Artistas Bahianos* o trabalho realizado por quem não se conformava com o lamentável estado das artes na Bahia e que reagiu, lutando ardorosamente por um ideal:

> Repositório de informações verídicas, afoito-me em dizer que quem quer que tenha de escrever a história das artes liberais no Brasil terá necessidade de buscar neste livro os elementos indispensáveis a uma segura orientação, a um estudo consciencioso.[552]

Desde o seu falecimento em 1923, diversas notícias se multiplicaram no sentido de homenagear o "pranteado" artista, professor, historiador, folclorista, etc. Na maioria marcando o seu perfil laudatório do trabalhador incansável e do intelectual inteligente. Em artigo analítico e comparativo sobre Querino e Sílio Boccanera, Carlos Chiacchio chamou a atenção sobre os dois intelectuais, considerados "mal [compreendidos] por seu tempo". Após a avaliação do trabalho dos dois pesquisadores, concluiu:

> Nenhuma atividade, todavia, se poderá enaltecer mais do que a empregada por eles, em labutas com arquivos, com alfarrábios, com lápides, com edifícios, com figuras e fatos do

[550] "Manoel Querino. Palavras proferidas pelo Consocio Antonio Vianna, sobre a vida e obra de Manoel Raymundo Querino, em sessão magna do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a 13 de maio de 1928, quando foi colocado na galeria de honra o retrato do reputado rebuscador de tradições." *Revista do IGHBA*, n° 54, 1928 , p. 310.
[551] Torquato Bahia, Prólogo de *Artistas Bahianos*, 1909, p. I. Foi professor de Português, Presidente da Congregação, Presidente da Assembléia e sócio-benemérito no Liceu de Artes Ofícios da Bahia.
[552] Torquato Bahia, idem, p. IV.

> nosso remoto passado, ou recente passado histórico. Manoel Querino tem uma obra, que ainda carece de classificação, na ordem das produções informativas, das rebuscas de cousas de antanho, tão do gosto dos curiosos da vida dos nossos antepassados.[553]

Enquanto alguns intelectuais o consideravam fonte privilegiada para os estudos das artes, dos costumes, das tradições e dos africanos, outros preferiram questionar o valor da sua produção. A maior polêmica surgiu com Carlos Ott, pesquisador das artes na Bahia. Ao conhecer, em 1946, um manuscrito na Biblioteca Nacional, sob o título *Noções sobre a procedência da arte de Pintura na Província da Bahia*, sem identificação de data, local, nem autoria, chamou-lhe a atenção a semelhança do seu conteúdo presente no livro de Manuel Querino, *Artistas Bahianos*. Após análises dos dados registrados no manuscrito, atribuiu a autoria ao pintor José Rodrigues Nunes, salientando a "liberalidade com que Querino se serviu do trabalho alheio, sem a necessária alusão à fonte, em seu referido e famoso livro."[554]

Carlos Ott não poupou críticas desabonadoras a Manuel Querino, relacionando, de forma preconceituosa, a sua produção intelectual à origem de classe. Em relação à semelhança evidente e indubitável ao manuscrito, criticou a postura de Querino de ter omitido qualquer referência àquela fonte anônima que havia lhe favorecido boas informações. Reagindo a esta atitude, Ott considerou inadmissível, em pleno século XX, a repetição de informações sem indicar a fonte. "Faltara a Manoel Querino a cultura que, evidentemente, possuía o autor anônimo...". Assim o referido crítico se dirigiu ao artista e intelectual, demonstrando seus preconceitos em relação às fontes orais e à origem de classe de Querino:

> Podemos desculpar-lhe o deslize, considerando que nos primeiros anos de sua vida era simples oficial mecânico (pintor de paredes; posteriormente professor de desenho), e que, entusiasmado pelo estudo da arte na Bahia, procurou reunir tudo quanto pôde a este respeito. Seu foi o mérito de salvaguardar para a posteridade inúmeras informações, que de outro modo se perderiam irremediavelmente, já que outros mais bem dotados para estes estudos não cogitaram de fazê-lo. Ao mesmo tempo divulgou erros, já repetindo enganos cometidos pelo seu informante anônimo, no que diz respeito às obras executadas antes de 1820, já contradizendo o seu informante sem motivo sério aparente.
>
> (...)

[553] Carlos Chiachio. "Bahia Epigráfica e Iconográfica, Sílio Boccanera Junior." *A Tarde*, 07/06/1932.

[554] VALLADARES, José. *Estudos de Arte Brasileira – publicações de 1943-1958 – Bibliografia seletiva e comentada* -. Salvador-Bahia: Publicação no. 15 do Museu do Estado da Bahia, 1960, p. 119. OTT, Carlos. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 11. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1947. Trata-se do manuscrito citado por Carlos Ott e publicado na Revista Serv. Patr. Hist. Art. Nac., Rio de Janeiro, n. 11, em que o autor demonstrou ter conhecido o manuscrito em 1946. O manuscrito é composto por um conjunto de pequenas biografias e respectivas obras comentadas de pintores e escultores que produziram na Bahia e que se destacaram pela qualidade dos trabalhos existentes em igrejas e conventos de Salvador. Biblioteca Nacional, ref. II – 33, 34, 10 – microfilme.

> Manoel Querino não cogitou de pesquisar os papéis velhos e, imprudentemente, foi repetindo a tradição oral sem investigar a sua veracidade.
>
> (...)
>
> A publicação deste manuscrito sobre a procedência da arte de pintura e escultura na Bahia é um passo avante para a melhor discriminação do valor das fontes. Manoel Querino, com o seu prestígio abalado, cederá parte da sua autoridade ao autor anônimo que, por ter escrito 30 a 40 anos antes, supomos ter captado mais límpidas as águas da fonte da tradição. Contudo, ambos fazem parte do mesmo gênero duvidoso de fontes: da tradição oral, onde há muito joio misturado ao trigo.[555]

Possivelmente esta tenha sido a matriz que originou as diversas desconfianças que se sucederam sobre a obra de Querino, em função de "eventuais erros de precisão científica..."[556] ou ainda da "falta de preparo científico."[557] Apesar de se referir às qualidades de Manuel Querino, como "benemérito divulgador de suas obras de arte, e biógrafo dos autores do melhor patrimônio que o passado nos legou...", Marieta Alves, também pesquisadora das artes na Bahia, apelava para que o livro *Artistas Bahianos* fosse revisto e apresentado "em condições de prestar aos estudiosos informações seguras e mais completas sobre os artistas da Bahia."[558]

Quem o conheceu, como Torquato Bahia, autor do Prólogo deste livro, que o referendou como um "livro despretensioso, mas sincero e verdadeiro, feito à luz de fatos históricos, sem enxertos, nem fantasias"[559], demonstrou ter o autor investido muito trabalho para realizá-lo.

> E de ânimo resoluto consultou arquivo, reviu apontamentos particulares, coleções de jornais, conferenciou com antigos artistas, ouviu tudo quanto pôde colher das tradições de nomes que a crônica baiana registra, percorreu templos e estabelecimentos públicos, onde uma cópia valiosa de trabalhos atesta a existência de artistas de merecimento, desde o Brasil colônia até os nossos dias, visitou casas de antigas famílias baianas, onde encontro com algumas obras de que fez aquisição, informações preciosas para o seu livro, e tudo isso sem descansar, com uma tenacidade heróica, com um ardor crescente de investigador decidido.[560]

É inquestionável a utilização do manuscrito como fonte para o trabalho de Querino e, em algumas partes, transcreveu o texto anônimo. É importante observar que, a partir das indicações do seu contemporâneo Torquato Bahia, a pesquisa que realizou foi intensa e o seu objetivo foi, talvez, de aprofundar um trabalho iniciado e

[555] OTT, Carlos. *Revista*, Op. Cit., p.200-2003.
[556] VALLADARES, Clarival do Prado. *Riscadores de Milagres*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação do Estado da Bahia,1967. p. 139-141.
[557] Frederico Edelweiss em prefácio da Terceira Edição de *A Bahia de Outrora*, em 1946.
[558] ALVES, Marieta. Notas. *Anais do 1º. Congresso de História da Bahia*. Salvador, V. 5, p. 535-543, 1951.
[559] Torquato, Op. Cit., Prólogo, p. III.
[560] Idem, p. II.

incompleto. Possivelmente o documento anônimo tenha lhe inspirado a prosseguir no seu intento de desenterrar e fazer ressuscitar artistas "que não tiveram os clarins da fama", foram "sepultados na vala do anonimato", que "estavam apagados na memória do povo".[561] Conheceu este documento como tantos outros da sua época, talvez como material de estudo, elaborado por algum dos seus professores, na própria Escola de Belas Artes ou outros cursos que tenha feito.

Clarival Valladares, em defesa do acusado, procurou evitar que a denúncia sobre Manuel Querino continuasse a deteriorar sua memória e argumentou:

> ...será justo indagar-se se a utilização de um texto anônimo, limitado e incompleto, aproveitado por outro autor nos fins dos oitocentos e começo dos novecentos, como subsídio de uma obra que se estende muito além do documento, é, em verdade, um ato doloso.
>
> Querino entendeu-o como documento de uma tradição local, que ele procurou ordenar e fixar, permitindo aos pósteros melhor aproximação de estudo ao passado, mesmo ao preço da correção dos erros daqueles que fazem os primeiros caminhos, as primeiras pontes, a primeira luz do conhecimento.[562]

Antônio Vianna, que o acompanhou nas suas publicações de artigos sobre as artes e artistas e companheiro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em homenagem que prestou um mês após o seu falecimento, atestou o trabalho sistemático que realizou para escrever sobre "jóias do passado". Querino ia buscar nas "fontes próprias, de pesquisa em pesquisa, recolhendo idôneos testemunhos ou documentos verazes, num trabalho profícuo, capaz de servir de padrão a quantos quisessem seguir o curso daquela carinhosa predileção."[563] Descrevendo sobre o "incansável investigador", Antonio Vianna assim considerou a sua atividade:

> O tempo jamais lhe estorvou a diligência pela exatidão do fato.
>
> Dias e dias, a frio (a fio), nas intermitências de falsas promessas guiadoras ou indicações errôneas, passava-os ele no encalço do informante desejado, ou no estudo consciencioso e exaustivo de objetos e datas, depoimentos e alfarrábios.
>
> Nem a moléstia lhe modificava o plano que se traçara; servia-lhe, ao contrário de auxiliar para maiores incursões no passado, através do manancial, que se avolumava na sua biblioteca.
>
> Por vezes fui encontrá-lo, enfermo, cuidando mais de restaurar um nome esquecido nas artes do Brasil, do que da própria saúde combalida.

[561] Torquato, Op. Cit.
[562] VALLADARES, Op. Cit., p. 141.
[563] *Manoel Raymundo Querino. Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923, no salão nobre do Centro Operário por Antonio Vianna (provecto jornalista e ilustrado poeta) e mandado publicar pela Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano*. Bahia, 1923, p. 5.

> Nessas horas, falando dos que, humildes no berço, ascenderam aos postos avançados, na sua órbita de atividade, parecia doutrinar ao acaso.
>
> É que ele bem sabia que, recordando aos seus companheiros de artes, aos filhos do povo, a vida e feitos de outros modestos obreiros, lhes dava a melhor das lições: ensinava-lhe o verdadeiro catecismo da igualdade, que é atingir ao máximo pelo trabalho fecundo que a tudo resiste e vence.[564]

A atitude intelectual de Manuel Querino é incontestável. Procurou analisar dados, confrontá-los, tirar conclusões, na qualidade de pesquisador meticuloso e investigador preocupado com a crítica documental. Freqüentemente se referiu, especialmente nos seus estudos sobre as artes e artistas, à necessidade de "dados positivos" que comprovassem afirmações consagradas pela historiografia oficial. Dialogou com autoridades intelectuais, como Mello Moraes (pai), Braz do Amaral e outros. Questionou sobre verdades históricas reproduzidas sem as devidas averiguações. Polemizou e interrogou a história oficial. Utilizou-se da oralidade como fonte plausível de informações. Uma das polêmicas que disparou foi sobre a origem do pintor José Joaquim da Rocha, levantando dúvidas sobre as informações presentes no "Brasil Social e Político" de Mello Moraes, o qual teria, para Querino, reproduzido informações sem um meticuloso trabalho de investigação e crítica.[565] Teria criado algum desassossego para alguns intelectuais da época, ao se posicionar naquele circuito restrito e destinado às elites.

Em artigo publicado sobre o clarinetista José Barreto Aviz, Querino provocou um desconforto a Braz do Amaral, o qual teria convidado, como então diretor da Escola de Belas Artes, o referido artista a ensinar no curso de instrumentos de palheta e, por motivos de desavenças com o respectivo diretor, teria se retirado da Escola. O referido professor e artista havia publicado uma nota no *Diário de Notícias* explicando o seu desligamento da Escola, onde havia servido gratuitamente no último ano, "por ter chegado à dolorosa convicção de que o ensino sério, metódico e progressivo desta sublime arte não era, por toda a congregação, devidamente acolhido com o mesmo anelo e empenho."[566]

---

[564] Antonio Vianna, Op. Cit. p. 5/6

[565] Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., p 50–56. Neste artigo, Querino questionou as informações de Tristão Nunes e Mello Moraes sobre a naturalidade do pintor José Joaquim da Rocha. Estudou, pesquisou e analisou informações e estilos da sua obra, avaliando autorias. Querino procurou provar ter, o famoso pintor, nascido na Bahia, em vez de Minas Gerais ou Rio de Janeiro como foi indicado pelos historiadores. Outras indicações de preocupação com a pesquisa ver sobre os quadros da Catedral, às p. 44-46, como também sobre o artista José Tehophilo de Jesus, às p. 59-60.

[566] Querino, *As Artes*, Op. Cit., 1909, p. 22. Apud *Diário de Notícias*, 19/11/1895.

Em resposta à publicação de tal notícia, Braz do Amaral remeteu a Querino uma correspondência com o objetivo de esclarecer informações equivocadas, "refutando a inculpação que, por ventura me lancem (sic), o que acredito, foi feito por v. s. sem intenção má e apenas por informações infiéis."[567] Após explicar todo o processo da chegada do Professor Aviz à Escola e narrar sobre os acontecimentos que motivaram a sua saída, Braz do Amaral convidou Querino a consultar os documentos da congregação, como as atas, a fim de que o autor do referido artigo pudesse comprovar a veracidade dos fatos, e solicitou que publicasse a respectiva carta. Assim Querino o fez. Publicou a correspondência e também acrescentou observações acolhedoras ao pleito de Braz do Amaral, demonstrando a sua capacidade de confrontar e tirar conclusões merecedoras de crédito:

> Da melhor vontade publico a carta acima, como homenagem aos reconhecidos méritos e aos serviços do Dr. Braz do Amaral, em favor do levantamento das artes na Bahia; e tanto mais que me é agradável este merecido conceito, quanto s. s. é o primeiro a me fazer justiça, no caso em questão. Assiste-lhe toda razão que acato com extremo contentamento; o que publiquei em relação ao ponto controvertido colhi em publicação subscrita pelo artista de quem se trata, e confirmada por um amigo seu, naturalmente apoiado no que lhe afirmara o distinto musicista português.
>
> Entretanto, tais são os fundamentos que ilustram a retificação que reputo dispensável o convite: mesmo porque amigos comuns sancionam o que acima fica exarado.[568]

Em "Episódio da Independência", Querino foi transparente nas suas críticas e análise sobre a guerra de independência na Bahia, ao observar, do ponto de vista popular, as injustiças históricas praticadas sobre os "verdadeiros" patriotas que lutaram em defesa da liberdade. A partir da nomeação do brigadeiro Pedro Labatut para comandante chefe do exército pacificador, iniciou-se um movimento de resistência, no interior do exército, "pela preferência dada ao estrangeiro", iniciando-se uma luta entre o general e seus comandados. Utilizando-se da oralidade de contemporâneos, Querino narrou a atuação de Labatut na guerra, a qual havia sido rigorosa, desumana e baseada no terror. A sua forma de comandar desagradou o povo, os soldados, altos escalões do exército e as elites políticas, pelo desrespeito com que tratava a todos. Conquistou o ódio e acirrou rivalidades.

> ... não mediu conseqüências do seu poderio. Mandava fuzilar sob qualquer pretexto, não só militares, mas também a quem quer que fosse. Pobres escravizados, porque

[567] Querino, *As Artes*, Op. Cit, 1909, p. 23.
[568] Idem, p. 26.

> pertenciam a portugueses, foram vítimas dessas atrocidades, havendo benevolência para as mulheres, que eram, apenas surradas.[569]

As divergências se aprofundaram e, em conspiração comandada pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira, Labatut foi preso, destituído do seu posto e encaminhado ao Rio de Janeiro, não lhe cabendo "a glória de terminar a guerra..." Em conseqüência deste desfecho, partidários de Labatut assassinaram o referido Coronel com 14 balas. Querino escreveu sobre o episódio nos detalhes e procurou resgatar outros nomes valiosos que lutaram pela independência e desconstruir a imagem de herói atribuído ao desumano comandante estrangeiro.

Considerava injusto elevar Labatut à condição de "astro de primeira grandeza, no primeiro plano dos acontecimentos heróicos, deixando na penumbra, em posição secundária, outros, com iguais direitos."[570] Querino indagou sobre as razões da negligência com que foram tratados nomes como o do próprio "malogrado" Felisberto Gomes Caldeira, dos brigadeiros José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Antônio de Souza Lima, José Joaquim de Lima e Silva, entre outros "destemidos defensores" da liberdade. Perguntou se teria sido pelo fato de terem cumprido o dever, por terem conspirado "contra a investidura do estrangeiro numa posição que competia aos nacionais, em igualdade de condições?"[571] E assim se posicionou:

> Não desconheço o prestígio militar de Labatut, oficial afeito aos embates perigosos das batalhas; mas, não posso me conformar com a injustiça da sua preferência, no comando geral das forças libertadoras.[572]

Querino narrou nos detalhes os abusos cometidos por Labatut, desnudando uma face da história da independência e desconstruindo a figura do herói comemorado nas festividades do 2 de Julho, data da independência na Bahia. Por tudo que havia realizado nas ações arbitrárias e prepotentes no meio do exército, indagou mais uma vez sobre a justiça histórica:

> Porque, pois, essa glorificação especial, quando existe um monumento reconhecendo os serviços de todos os heróis da Independência?
>
> Cogita-se de uma memória a Labatut, e atiram-se no limbo do esquecimento outros bravos, de igual ou maior merecimento. Que justiça é essa, que levanta a um e despreza

[569] Querino, *Bahia de Outrora*, 1946, p. 282.
[570] Idem, p. 287.
[571] Idem.
[572] Idem.

> os outros? Não tem justificativa essa romaria anual ao túmulo de Labatut, sem que sejam prestadas iguais homenagens aos demais batalhadores. Não foi o iniciador, nem lhe coube a glória de terminar a luta.[573]

Aqui ele se referiu, sobretudo, ao povo que havia lutado pela liberdade por não suportar o sofrimento oriundo do "absolutismo ferrenho da metrópole". Pela audácia com que registrou aspectos não autorizados pela historiografia oficial, a obra de Querino foi considerada frágil. A "falta de rigor científico", como foi referida por alguns estudiosos da história da Bahia, se caracterizou em justificativa para limitar o seu valor.[574]

Sobre essas e outras referências à obra de Querino, Leite expressou a sua preocupação em apresentar o autor negro e pobre como vanguarda e merecedor de respeito:

> Edelweiss, ao mesmo tempo em que toca fundo no problema, levanta também a lebre da *falta de preparo científico* de Querino: de então por diante, numerosos outros estudiosos aludiram a esse despreparo, esquecidos, todos, de quanto deviam ao grande precursor. Mormente no que diz respeito aos escritos sobre artes visuais, numerosos foram os que arremeteram, com maior ou menor intensidade, contra Querino. O crítico José Valadares, por exemplo, dizendo-o embora "bem intencionado", alude ao seu "mau gosto", enquanto Marieta Alves elenca, em erudito estudo, seus "equívocos". Carlos Ott vai mais longe, e aparentemente não vê, no humilde professor de Desenho do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, senão um reles plagiário. Afinal, *este negro não se enxerga*?...[575]

O seu trabalho de pesquisa foi referendado por contemporâneos que o acompanharam na sua trajetória intelectual. Onde quer que se encontrasse, "nos centros mais grotescos, nos lugares mais temíveis", como nos "célebres candomblés do Gantois", Querino mantinha-se sereno, na sua postura de pesquisador, coletando "pormenores sobre tudo que via e ouvia, sem que deixasse perceber o mais leve indício de calculada curiosidade."

> Interessava-se pelo assunto, absorvia-se no ambiente estranho, ia ao âmago das simbolizações atordoantes e inatingíveis aos demais circunstantes, e, quando tornava do reconhecimento metódico, era para explicar ali mesmo, com aquele modo afável de dizer

---

[573] Idem, p. 291.

[574] Estas narrativas haviam sido publicadas na 1. edição em 1916 e, na 3. edição de 1946, algumas notas foram acrescidas por Frederico Edelweiss. Em nota de "Episódio da Independência", indicou outros estudos sobre a independência na Bahia publicados por ocasião do 1º. centenário, destacando alguns de autorias de historiadores como Braz do Amaral, Bernardino Ferreira Nóbrega e Antônio Moniz de Souza.

[575] LEITE, Roberto Teixeira. *Pintores Negros do Oitocentos*, 1988, p. 96. Aqui o autor se refere a passagens de textos introdutórios e críticos de: Edelweiss, Frederico, no prefácio da terceira edição de *A Bahia de Outrora*, 1946; VALLADARES, José. "o mau gosto nas ruas da cidade" in *Artes Maiores e Menores*. Bahia: Publicação da Universidade da Bahia, 1957, pp.111-114; ALVES, Marieta. Notas. "Notas à margem do livro "Artistas Bahianos" de Manoel Querino" in *Anais do 1º. Congresso de História da Bahia*. Salvador, V. 5, p. 535-543, 1951.

> as coisas mais graves, a significação de tudo aquilo. Revelava as origens, aumentando-lhes o prestígio aos olhos do crente.[576]

Sobre os assuntos que pesquisou, narrou, descreveu, Querino teve o cuidado de articular conhecimentos práticos aos teóricos resgatando a sua memória pessoal, recuperando informações pela oralidade, bem como, através do aporte documental existente, refletindo sobre eles e interpretando-os à luz da sua experiência, da sua origem de classe e de raça. Foi múltiplo nas suas realizações e, portanto, ampliou o leque de conhecimento nas esferas dos costumes, das tradições, do trabalho e da arte, apoiando-se, em todo o seu percurso intelectual, na crítica política. A sua intenção foi de denunciar contra o esquecimento, de afirmar a existência e a importância do negro na composição da identidade nacional e, como ambicioso pelo saber, de garantir o lugar de destaque na cena social, pelo talento e mérito. Individualmente pôde colher reconhecimento social em função do patrimônio intelectual que reuniu ao longo da sua trajetória de estudioso.

◊ Educação: uma via de libertação social

A Educação foi considerada por Querino a principal chave de entrada do país no mundo da civilização e do progresso e, conseqüentemente, de inclusão do povo trabalhador no "banquete da civilização". E o governo deveria ser o responsável pela sua disseminação, especialmente para as classes populares. Dedicou-se ao magistério, lecionando desenho. Acreditou na sua atuação como meio de proporcionar às crianças pobres a ascensão social, intelectual e profissional que deveria ser direito de todos.

Ensinou no Liceu de Artes e Ofícios e no Colégio de Órfãos de São Joaquim.[577] Estes foram, no Império, os principais centros difusores de conhecimento artístico-

[576] Antonio Vianna, *Palavras proferidas*, Op. Cit., p. 310-311.

[577] O Colégio Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim foi inaugurado em 1799 como orfanato, pelo esforço pessoal do irmão leigo, o catarinense Joaquim Francisco do Livramento. Com o apoio da comunidade, autoridades e comerciantes de Salvador, se constituiu na primeira casa de órfãos da Bahia. Atuou no recolhimento de crianças pobres e órfãs de rua, dando-lhes educação básica, formação moral e profissional. Ingressavam com idade entre 7 e 9 anos e saíam entre 11 e 14 anos de idade, poucas vezes excedendo os 15 anos. Em 1825 foi transferido para sua sede definitiva, no antigo Noviciato dos Jesuítas, onde ainda permanece. Ali a entidade qualificou, durante o século XIX, centenas de crianças e jovens como mão-de-obra artesanal e urbana, os quais eram encaminhados para o mercado de trabalho de Salvador. O seu papel de instituição educacional e profissional foi perdendo de importância com o advento da república, especialmente no encaminhamento de jovens para empregos. A partir de 1910 a entidade passou a se dedicar mais na educação fundamental e formação de órfãos em oficinas do que na colocação dos

profissional destinados ao povo. Em seu livro *Artistas Bahianos*, Querino se referiu, constantemente, a artistas que tiveram sua formação básica no Liceu, seja nos preparatórios ou em desenho, pintura e música, e que haviam conquistado premiações nas exposições realizadas anualmente nos seus salões.

Uma das preocupações de Querino foi a de democratizar o acesso ao ensino. Para isto depositou especial esperança no novo regime. No entanto, foi quando se acentuou a proliferação do analfabetismo, a restrição de acesso das classes populares às escolas, por não poderem pagar mensalidades de 30$000 (trinta mil réis) ou 240$000 (duzentos e quarenta mil réis) pelo ano, em aulas particulares. Nelas eram abertas a admissão de qualquer um, desde que pudesse pagar. Assim estava comprovado o monopólio do ensino.

> Ora, a classe pobre não podendo despender essa quantia, fica impossibilitada de receber o pão do espírito, donde se conclui que o poder público, favorecendo o monopólio, mostra-se evidentemente contrário ao desenvolvimento da instrução.[578]

Compreendeu serem a educação artística e o trabalho fatores fundamentais que garantiriam a emancipação social, política e econômica da massa de excluídos, aliados ao progresso material tão necessário ao país. Para tanto, devia-se associar o desenvolvimento de talentos aos ofícios e profissões, no sentido de promover a capacidade produtiva de artistas e operários.

O ensino firmava-se como espaço monopolizado pelos estabelecimentos particulares. O poder público se omitia diante de tal questão, o que, para Querino, era um mau sinal para as classes populares. Com esta preocupação acusou, mais uma vez, a República.

> É o asfixiamento das classes menos favorecidas da fortuna, pelo preconceito em antagonismo com o regime republicano. Sob qualquer pretexto fecha-se uma escola pública. A falta de freqüência pode ser oriunda da péssima colocação da escola, fora do centro mais populoso ou por desídia do professor. Pois bem: não se procura remover a

---

mesmos no mercado de trabalho. Sobre a história da Casa Pia ver: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999. Em artigo sobre o Colégio de São Joaquim, Querino descreve sobre a sua função não apenas de atender a infância desvalida, mas de atender alunos externos mediante uma módica contribuição. Como candidatos a cursos superiores estudavam ali preparatórios, até a fundação do antigo Liceu Provincial em 1832. Muitos que passaram pelo Colégio São Joaquim foram estudar em Portugal ou França diplomando-se em medicina, letras, ciências jurídicas e passaram a exercer altas funções sociais como os barões de Pirajá, Alagoinhas e o de Santiago, entre outros. Querino, Bahia de Outrora, 1946, pp.99-101. Observe-se que o seu tutor, Manoel Correia Garcia havia participado da Mesa Administrativa eleita em 1840 da referida Casa Pia na função de procurador. Em 1845 eleito consultor, foi reprovada a sua posse pelo governo, sendo nomeado outro em seu lugar. Nos anos de 1870 Correia Garcia reaparece nas atas apresentando requerimentos para a admissão de crianças para o orfanato. Arquivo da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Atas da Mesa Administrativa de 11/08/1840; 16/08/1845; 24/07/1870; 10/08/1870.

[578] Querino, *As Artes*, Op. Cit.,1913, p. 35.

> dificuldade; fecha-se a escola, o mestre fica em disponibilidade, ganhando para não trabalhar.
>
> As crianças, porém, perdem porque são abandonadas à prática do vício ou ao exercício de vendedores ambulantes de "queimados" e bilhetes de loterias.[579]

O Estado republicano não incluía em seu orçamento qualquer subvenção a institutos de artes, companhias líricas ou dramáticas. Professores se retiravam do Estado e até do país, abandonando o ensino. Os arsenais foram fechados e, por conseguinte, menores aprendizes, os futuros operários, eram abandonados "à prática do vício". Querino considerou tal medida como "sórdida conveniência especuladora". Os trabalhos do exército e da armada foram repassados a uma firma carioca 'Lage & Companhia', para que os explorasse, conforme "a ganância da época". Para Querino, estes trabalhos deveriam ser distribuídos pelos muitos operários existentes que os realizariam por preços módicos. E assim concluía:

> É por esse processo que a perversidade se ostenta e zomba dos infelizes heróis do trabalho, entregando ao abandono verdadeiras vocações artísticas. Sem o favor oficial ou sem o poderoso auxílio da munificência particular, será difícil, senão impossível, ao artista obscuro honrar a pátria. O genial Carlos Gomes não iria além de um hábil compositor e aplaudido instrumentista, sem a proteção que lhe dispensara o Sr. D. Pedro II.[580]

Teixeira Barros ao narrar sobre a vida de Querino em 1916, o apresentou como aquele que mais e melhor se empenhou pelo "levantamento das artes", propugnando "com tamanha veemência, a união da classe operária de modo que viesse a constituir uma força, uma vontade, um poderoso elemento de ação, no seio da coletividade."[581] O seu maior ideal foi de "arredar o artista da tutela da política", e torná-lo independente e autônomo. As suas idéias foram veiculadas pela imprensa, resultando na criação da Liga Operária Bahiana, tornando-se "o ponto de partida para a realização de seus desígnios." Contudo, em conseqüência da ação de "profissionais da política" que se valeram "do prestígio do poder e das promessas de efêmeras vantagens tiveram a sagacidade de abolir a nobre ambição do artista" e a sociedade fora extinta.[582]

> Nem por isso Manuel Querino perdeu o ânimo, antes convenceu-se de que não frutificou a sua tentativa porque faltava ao artista a instrução indispensável para não transpor a porta da fábrica de deputados.[583]

---

[579] Idem, ibidem.
[580] Querino, *As Artes*, 1913, p.29.
[581] Barros, em *A Bahia de Outrora*, 1946, p. 6
[582] Idem, ibidem.
[583] Idem, ibidem.

Em sua obra Querino abordou a temática da educação articulando a situação de penúria sofrida por artistas e operários ao desprezo para com os talentos locais, negros e mestiços. Posicionou-se criticando com veemência o destino da população trabalhadora ao compreender a intenção dos poderes públicos de limitar o acesso ao ensino público e, por conseguinte, de acentuar a exclusão do povo trabalhador do meio produtivo e, conseqüentemente, o grau de pobreza pela falta de trabalho.

Recuperando as origens da formação brasileira, a partir da colonização portuguesa, Querino atribuiu aos "fundadores da nacionalidade brasileira" o grande descuido para com as artes e a instrução.

> Da metrópole não tinham que aprender, desde que as ambições de conquista, sem proveito dos conquistados, frutificaram desastradamente pelo absolutismo do forte contra o fraco, do culto contra o bárbaro.[584]

A ambição pela riqueza fácil "sem amor ao trabalho não permitiram vingar o projeto de abolição que, naquela época, os bem intencionados pretendiam constituir um país livre e uma nação grande".[585] Assim Querino interpretou o processo pelo qual foi se caracterizando a nação brasileira. Imitando o colonizador branco, que em nome da cruz "tomara posse do terreno" e que por ter encontrado ouro, o fez distrair e desprezar o trabalho, os "fundadores da nação brasileira"

> inventaram uma fidalguia de baixo calão, para distinção de uma nobreza duvidosa, estribada no parasitismo. O trabalho mereceu o desprezo, porque só ao escravizado competia. E por isso, a aristocracia fofa, chata e sem origem foi crescendo, ao passo que a instrução não progrediu.[586]

Referindo-se ao grande esforço despendido pelos africanos no processo de construção da nacionalidade brasileira, especialmente aquele referente ao trabalho árduo, desenvolvido sob o jugo da escravidão, Querino ressaltou ter sido aquela circunstância que inviabilizara demonstrar talentos potenciais nas mais diversas direções profissionais. Indignado com o "modo desdenhoso e injusto" como foram tratados os africanos, procurando-se "deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude", Querino justificou esta situação pela tirania em que eram tratados sem nenhuma retribuição. Diante de toda a luta do africano pela conquista da liberdade e de tudo que havia realizado em benefício do país e dos colonizadores portugueses, concluiu:

---

[584] Querino, *As artes*, 1913, p. 46.
[585] Idem, ibidem.
[586] Querino, *As artes*, Op. Cit., p. 47.

> ... somente a falta de instrução destruiu o valor do africano. Apesar disso, a observação há demonstrado que *entre nós*, os descendentes da raça negra têm ocupado posições de alto relevo, em todos os ramos do saber humano, reafirmando a sua honorabilidade individual na observância das mais acrisoladas virtudes.[587]

Desde a crise que se instalou entre os anos de 1870 e 1880 em torno da política imperial, do trabalho escravo, da economia açucareira e seus reflexos na sociedade de forma geral, especialmente nas classes trabalhadoras, houve uma motivação para a adoção de medidas liberais a partir de novos ideais, sobre os quais o progresso, a técnica e o capital representavam o norte a ser seguido. As diferenças sociais acentuavam-se. As alternativas para resolver a crise econômica com o incentivo ao desenvolvimento técnico destinado à produção agrícola, ao comércio e às artes e ofícios, eram superficiais. Entre 1873 e 1890, durante a crise aguda do açúcar, houve um esforço de reequipamento da lavoura, com a instalação de vários engenhos centrais, precursores das atuais usinas. Algumas mudanças foram viabilizadas, sem, contudo, atingir a estrutura produtiva, ainda baseada na grande lavoura de exportação e na mão-de-obra escrava, somente abolida às vésperas da proclamação da República.

Idéias liberais, cientificistas, defendidas pela elite letrada, de visão mais progressista, influenciaram na busca de alternativas que indicassem a participação da Bahia no projeto de modernização já iniciado no Sul. Neste ambiente, as camadas oprimidas da sociedade, integradas ao mundo do trabalho urbano e dedicadas, especificamente, às profissões manuais, ensaiaram momentos de expectativa em torno da possibilidade de reverter o quadro de opressão, submissão e exclusão, na medida em que o Estado abria espaço para a participação popular em instituições antes destinadas, exclusivamente, às elites, a exemplo da escola.

As idéias liberais no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, foram incorporadas como explicações e justificativas do seu atraso em relação às principais nações européias (Inglaterra, França, Alemanha) e aos Estados Unidos. A "modernidade", ou o "progresso" que então se pretendia alcançar, estava atrelada ao modelo europeu de tal forma que, ao lado da importação de maquinário, acompanhou-se o consumo de novas idéias. Para elevar o Brasil ao

[587] Querino, *A Raça Africana*, Op. Cit., p. 23. Grifo meu.

nível do século, as crenças baseadas no liberalismo e no cientificismo constituíram os pilares para a atualização histórica de um Brasil que convivia com instituições obsoletas, como a escravidão, e com a falta de instrução da maioria da população.

Generalizou-se a idéia de estender a escolarização às classes artísticas e operárias. Tratava-se de uma necessidade imposta pela política civilizatória que significava modernização e progresso. Este debate foi incluído na pauta das preocupações da então Instrução Pública, como bem demonstrou esta correspondência do Inspetor Geral das Aulas, ao considerar ser o maior cometimento da época, na área da instrução, a criação de escolas noturnas para adultos.

> O país antes de tudo precisa de espírito público, do que se chama opinião, e para isto necessitamos ter cidadãos. A aspiração do século é o nivelamento social, a igualdade de todos, fazendo de cada povo uma família; e a ignorância há de ser sempre inferior ao saber do mesmo modo que a noite é em relação ao dia.
>
> ...Veremos gradualmente nossos concidadãos entrarem no conhecimento de seus direitos e deveres; desaparecerão os autômatos, sem vontade própria, inscientes de sua soberania, e alheios à marcha dos negócios públicos; não teremos mais os mandões de aldeia, os senhores feudais, que ainda hoje exercem por aí a fora a mais tirânica prepotência; conseguiremos enfim homens senão ilustrados, ao menos com estado de pensarem por si, com imparcialidade, com discernimento, pois que de analfabetos a sociedade nada pode esperar. Daí o aparecimento do espírito público, da opinião, da qual até hoje são com razão excluídas as criaturas sem imputabilidade, visto como o ignorante é igual ao menino insciente do perigo como do mal fácil e susceptível a ser o instrumento de perversos, incapaz enfim de conhecer e cultivar as grandes qualidades do coração e do espírito.[588]

Na perspectiva de acompanhar a "marcha do progresso", o Império Brasileiro desenvolveu uma política de criação de Liceus de Artes e Ofícios nas principais capitais, a fim de aplicar o ensino industrial dirigido às classes trabalhadoras.[589] O objetivo era de profissionalizar artistas e operários nas artes

[588] APEB, Colonial e Provincial, Instrução Pública, correspondência de 26/jan/1872. do Inspetor Geral das Aulas.

[589] O primeiro Liceu de Artes e Ofícios criado no período foi no Rio de Janeiro em 1858. Em 1856 foi constituída a Sociedade Propagadora de Belas Artes, cujo principal objetivo era o de "fundar e conservar o Liceu de Artes e Ofícios...". Em 1857 foi formada a primeira diretoria e inaugurada oficialmente a Sociedade (20 de janeiro de 1857), e a 9 de janeiro de 1858 foi inaugurado o Liceu de Artes e Ofícios, começando a funcionar na noite de 22 de março do mesmo ano, nas salas do Consistório da matriz do Santíssimo Sacramento da Corte. BARROS, Álvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu Fundador. Depoimento Histórico no 1º centenário da grande instituição*. Rio de Janeiro: 1956. A este Liceu, seguiram-se, nos anos de 1870, os da Bahia, em Salvador (1872) e de São Paulo (1873). Em 1873 foi fundada, em São Paulo, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, com a "finalidade principal de ministrar ensino noturno e gratuito às classes menos favorecidas" e, em 1882, a escola da Propagadora levou o nome de Liceu de Artes e Ofícios, estruturando-se melhor os cursos primário, complementar, de ciências aplicadas e o de artes. RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Coord.). *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986 (Série Pesquisas, pp. 21-23), 37. Na década de 1880 foram criados em Recife (1880), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). A Sociedade de Pernambuco foi contemporânea ao Liceu da Bahia. No Diário Oficial do Império do Brasil de 14 de outubro de 1874 foi publicada a concessão do título de IMPERIAL à Sociedade de Artistas

úteis, numa conjuntura de urbanização vinculada à liberação progressiva da força de trabalho escravo. O objetivo era de unir dois aspectos importantes para a ordem social, política e econômica que se vislumbrava com o fim do cativeiro: compelir a população livre ao trabalho, como forma de reprimir a ociosidade, corrigir infratores, prevenir as lutas de classes, bem como de educá-la para aprender a viver em liberdade.

> ... o maior adversário do homem é a ignorância, dela deriva-se as más intenções, os crimes, o desacerto no caminho que deve seguir em todos os negócios quer civis ou políticos de seu País, do conhecimento de seus deveres como cidadão e de todos estes males, surge um grande perigo social.[590]

Por iniciativas de associações civis, do aparelho de Estado ou de ambos, respectivamente foram-se criando, ao longo do Império, instituições destinadas ao ensino das artes manufatureiras por várias províncias, denominadas, genericamente, Casas de Educandos Artífices. Eram os órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia ou filhos de pais comprovadamente pobres, que não tinham meios de os alimentar e educar, que constituíam a clientela de tais casas. Não obstante serem destinadas ao ensino de ofícios, tais estabelecimentos possuíam o caráter de instituições de caridade.[591]

> ... a disciplina era bastante rigorosa, militar ou paramilitar; a instrução propriamente profissional era dada em arsenais militares e/ou oficinas particulares.[592]

No Império, foram as primeiras iniciativas na promoção do ensino teórico aliado à prática, com o intuito de atingir, simultaneamente, os ideais de progresso material e organização de uma sociedade sem conflitos. O ensino destinado à indústria manteve-se aliado à filantropia e ao assistencialismo, assim se mantendo até o advento da República.[593]

A preocupação do Estado de iniciar "menores" em ocupações úteis repetiu-se nos discursos, decretos, leis, etc. As escolas profissionais eram previstas como

---

Mecânicos e Liberais de Recife e ao Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Provavelmente o Liceu de Recife foi constituído posteriormente ao da Bahia, conforme nos informa Cunha.

[590] *Primeiro Relatório do Lyceu de Artes e Officios*. Salvador, 26 de outubro de 1873, p. 1.

[591] Sobre as características do ensino das artes e ofícios no Brasil Império ver SUCKOW FONSECA, Celso. *História do Ensino Industrial no Brasil*, 1986 e CUNHA, "O Ensino de Ofícios Manufatureiros", 1975.

[592] Cunha, Op. Cit. 1975, p. 07.

[593] Em 1854, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamim Constant, onde aprendiam o ofício de tipografia e encadernação. A atenção voltada para os menores abandonados estava presente em todos os discursos e leis. Naquele mesmo ano, o Conselheiro Luis Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde de Bom Retiro, assinou o decreto 1331-A (1º/fev.), reformando a instrução primária e secundária do Município Neutro, introduzindo medidas especiais para os menores abandonados. Foram criados asilos, onde se ministrava a instrução primária, enquanto o ensino de ofícios era ensinado em oficinas públicas ou particulares.

alternativa viável para o desenvolvimento das indústrias. João Alfredo Correia de Oliveira, enquanto deputado, apresentou, em 1874, o projeto nº 73, propondo alterações no ensino primário e secundário, prevendo a criação de escolas profissionais:

> Criar-se-ão nos municípios das províncias do Império escolas profissionais, em que se ensinarão as ciências e suas aplicações que mais convierem às artes e indústrias dominantes, ou que devam a ser criadas e desenvolvidas.[594]

O caminho da salvação da ordem, que se via ameaçada em conseqüência da "civilização" e do progresso, deveria ser pela educação para o trabalho, enquanto meio que garantiria a disciplina e a moralização da massa de analfabetos e desocupados. O ensino profissional, por outro lado, daria a chance de o Brasil desenvolver sua produção interna, e transformar a sociedade na direção do progresso material, indispensável para as nações livres. Neste sentido, o ensino, destinado às classes trabalhadoras, pretendia a manutenção da discriminação sócio-cultural entre o conhecimento intelectual e vinculado às artes liberais e aquele das artes mecânicas, manuais, úteis. A hierarquização do ensino articulava-se à divisão social do trabalho como estratégia para assegurar o lugar que competia a cada um no edifício social. Era necessário garantir ocupação produtiva a negros e mestiços. Afinal, o trabalho, considerado fardo, castigo, era destinado ao pobre, enquanto o ócio uma prerrogativa somente das elites. A educação, neste sentido, se constituiria em amortecedor que garantiria a ordem e a manutenção do *status quo*.[595]

A educação, como canal eficaz para a garantia da cidadania, era restrito a uma pequeníssima parcela da população. Os não qualificados, dentro dos padrões humanísticos, neste sentido, estavam inevitavelmente alijados de qualquer participação sócio-política. Existiam conceitos diferenciadores, freqüentemente presentes nos documentos da época, que distinguiam o *cidadão* do *indivíduo*. Ser *cidadão*, implicava ter um trabalho de reconhecimento social, possuir uma renda que possibilitasse usufruir bens de consumo que o nivelasse às elites, e obter escolaridade reconhecida pela sociedade. *Indivíduo* era aquele despossuído destas qualidades e que, geralmente, exercia alguma profissão manual.

---

[594] SUCKOW, Op. Cit., p.151-153.

[595] Sobre educação, trabalho, organizações de trabalhadores no Brasil escravista ver análise de CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

O trabalho manual, nos primórdios da colonização executado por homens livres, e depois transferido para os escravos, carregou uma herança de rejeição e preconceito, por estar relacionado ao lugar social do escravo. A partir do fim do tráfico de escravos (1850), o trabalho ocupou as preocupações das elites, transformando-o em "valor" a ser resgatado do meio artístico e operário. A redenção do trabalho, enquanto discurso, estava nas bocas de liberais e conservadores, no sentido de ser aceito e assimilado como qualidade moral e prestígio para a massa livre de trabalhadores, que formaria o quadro produtivo da cidade e, por outro lado, de promover a ordem social. Afinal, a força de trabalho livre urbana tornava-se majoritária e a questão dos destinos da mão de obra produtiva e socialmente engajada na constituição de uma sociedade livre, era uma questão a ser resolvida imediatamente.

A partir da segunda metade do século XIX, a divisão social do trabalho acentuou-se e o ensino afirmou-se como canal de distribuição hierárquica. A aristocracia, usufruindo educação de letrados, continuava a dirigir os rumos da sociedade; a camada intermediária, consumindo a educação que conduzia seus membros ao ensino superior, assegurando-lhes *status* de letrado e intelectual, continuava disposta a colaborar com as instituições vigentes. A camada popular, por sua vez, distante das instituições educacionais, iniciava sua luta em busca de instrução. Ao Estado cabia, neste sentido, viabilizar um plano educacional, com a implantação de uma "educação popular", visando uma profissionalização que trouxesse "progresso à pátria".

O não acesso do Brasil ao mundo da "civilização" e do "progresso" era justificado pela precariedade do sistema educacional. Através de um raciocínio analógico, a intelectualidade acreditava que a sociedade brasileira alcançaria o nível das nações urbano-industriais, adotando mudanças quantitativas e qualitativas do sistema educacional. Rui Barbosa (1882) dizia ser a falta de um ensino profissional a causa da não industrialização do país, responsável, por sua vez, pela pobreza cultural. Assim, as receitas educacionais para o progresso se desenvolveram a passos largos.[596]

Várias passagens que demonstraram as intenções do governo no estímulo à criação de escolas que oferecessem profissão ao povo. Tal foi o caso da criação

[596] CUNHA, *Educação e desenvolvimento Social no Brasil*, p. 274.

da Escola de Comércio, necessária, por estar o país "reclamando desenvolvimento do ensino como uma das condições indeclináveis de seu progresso, como um dos fecundos elementos de sua civilização...", sendo, portanto, injustificável esquecer "a educação profissional, que habilita o homem a concorrer para este desenvolvimento...".[597]

Os finais do século XIX foram marcados pela presença constante de discursos acerca da questão da educação para artistas e operários. São inúmeras as manifestações sobre a necessidade de se cultivar o artista e sua arte. O *Diário de Notícias* (1875) publicou uma série de artigos dedicados às classes operárias. Neles, a arte era exaltada como “santa e nobre”, pois, através das “mãos santas do artista”, foram criados a imprensa e o telégrafo. A "causa dos artistas" passava a ser preocupação daqueles que pretendiam elevar economicamente o país, na medida em que a criação ou a imitação não oneraria os cofres públicos, e o artista estaria desenvolvendo a sua inteligência e garantindo o seu próprio futuro. Depois de referir-se à Alemanha, onde a educação das classes operárias era considerada prioridade do Estado, afirmava-se em um dos artigos:

> É de grande necessidade que se opere uma reforma radical nas classes artísticas, porquanto a indolência e inaptidão de muitos operários são provenientes da falta de realização de uma idéia - o ensino da ciência.[598]

Outras passagens significativas explicitavam a preocupação das elites em "defender" a educação popular,

> ... o povo faz o que quer, até quando nada quer fazer. Eis a razão porque o atraso ou o adiantamento de uma nação depende de sua cultura moral. Assim, conclui-se que os nossos males públicos nasceram de nossa nenhuma educação popular.[599]

No *Diário da Bahia*, foram sistematicamente publicados artigos que discutiam o problema educacional para os “desfavorecidos da fortuna”, como fator primordial para o engrandecimento do Brasil. "À Escola" (1881) foi um dos que melhor interpretou a preocupação das elites com tal questão. Nele, a França era exaltada como modelo de sociedade que se preocupava com a educação popular, considerado este o meio eficiente de promover "a docilidade e os hábitos

[597] APEB, Livro de Pareceres, 1867-1872.
[598] *Diário de Notícias*, 20/03/1875.
[599] *Diário de Notícias*, 29/03/1875.

laboriosos e assisados das crianças, para a felicidade da família, sem contar o futuro que as aguarda."[600]

A sociedade brasileira, em geral, e a baiana em particular, encontrava-se numa situação extremamente delicada com a emergência da questão social colocada com o fim da escravidão e com a mobilização operária. Apesar de não possuir experiência operária, como ocorria nos países industrializados, a realidade que se apresentava apontava em direção à desorganização de um sistema centenário, acomodado nas relações escravistas de produção, e à organização de um outro, no qual explodiam as massas trabalhadoras, em liberdade. Esta passagem foi temida pelas elites, em virtude do descontrole e da desorientação existentes. Referindo-se aos Estados Unidos, o respectivo artigo reproduzia o pensamento americano sobre a educação:

> A educação, isto é, as luzes e as virtudes que ela espalha entre todos os membros da sociedade, é a condição essencial para conservar a liberdade do povo.[601]

E observava:

> Outrossim, nos Estados Unidos, multiplicar as escolas é um princípio político e ao mesmo tempo social. E em quase todos os estados da grande república, desde muitos anos, a instrução das crianças é obrigatória, do que resulta muito proveito para a moralidade pública e para a riqueza do país.[602]

Manuel Querino também observou as vantagens dos Estados Unidos, especialmente aquelas que beneficiavam os negros saídos da escravidão, disseminando a instrução. De maneira acintosa, se dirigiu "aos adoradores do progresso dos Estados Unidos da América do Norte" acusando-os de não saberem "imitar as lições proveitosas do engrandecimento desse país."[603] Querino ressaltou o aspecto positivo relacionado ao apoio do poder público na defesa da educação popular.

> Ali, o poder público disseminou a instrução de modo que os escravizados entraram vantajosamente na partilha, pois aproveitaram não só as aptidões profissionais dos refugiados, mas também, e ao mesmo tempo, mandaram buscar à Europa artistas de mérito para formação de núcleos do ensino, cujo resultado é o que sabemos da maravilhosa prosperidade artística e industrial, em condições de competência com as nações do velho mundo.[604]

---

[600] *Diário da Bahia*, 19/10/1881.
[601] Idem.
[602] *Diário da Bahia*, 19/10/1881
[603] Querino, *As Artes*, 1909, p.50
[604] Idem, ibidem.

Procurou, desta forma, articular a importância que deveria ser dada ao trabalhador local, especialmente aqueles saídos da escravidão e outros necessitados de instrução, na medida em que se investisse na mão-de-obra local, nacional, a partir de conhecimentos necessários importados da Europa. O Brasil também poderia, neste sentido, imitar os Estados Unidos e se transformar numa nação poderosa, com a competência necessária para lhe garantir as glórias do progresso e da civilização, ao mesmo tempo em que incluía o povo trabalhador nesta "partilha", como resultado do talento e empenho para produzir a riqueza necessária para o país, tornando o trabalho o verdadeiro cetro da civilização e do progresso. Neste sentido, o trabalho assumiria o *status* que nunca havia atingido na sociedade brasileira, por ser considerado elemento de vergonha, desprezo, por estar associado ao escravo.

A ideologia que deu origem a diversas instituições de características beneficentes e educativas, criadas na passagem do Império para a República, como o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, refletia a preocupação das elites de frear o iminente perigo social que raiava com as idéias de liberdade e igualdade. Era necessário, portanto, estancar a "ignorância" e "educar" o povo.

O ensino industrial poderia ser eficaz para prevenir a emergência da "questão operária" no Brasil, cujos males já se verificavam em outros países. Neste aspecto, o Brasil deveria investir contra "os males dos povos cultos", os quais chegariam, inevitavelmente, ao Brasil. Como medida preventiva, o ensino industrial prepararia moral, científica e profissionalmente "as classes industriais que existem e que tendem a formar-se pela abolição da escravidão e pela corrente de imigração. É justamente esse o fim das escolas técnicas."[605]

No bojo do processo de liberação da mão-de-obra escrava, a crise social era uma realidade em todo o Brasil. A preocupação de alguns setores das elites em torno do futuro próximo da sociedade brasileira estava implícita nos discursos, projetos e nas legislações, destinados a "proteger" trabalhadores livres, libertos ou escravos em vias de libertar-se, em se tratando, especificamente, da necessidade de oferecer escola e profissão.

> A questão da educação necessária é tão velha como o mundo e pertence à própria humanidade.

[605] Cunha, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros*, Op. Cit. p. 174.

> Há milhares de anos que entre os hebreus, um dos mais antigos povos civilizados da terra, os rabinos professavam que um pai que deixa de instruir o filho e ensinar-lhe a bem viver e a trabalhar, arrasta-o para o ofício de ladrão.
>
> As estatísticas criminais de nossas sociedades modernas confirmam terrivelmente estas palavras dos tempos antigos.
>
> Pois bem; pais de família, quereis que vossos filhos, vagabundos e ignorantes, tornem-se maus filhos, criminosos, que envergonhem e causem a desesperação de suas famílias?
>
> E vós cidadãos, quereis ver, d'aqui a alguns anos, em torno de vós, crescerem esses maus sujeitos, que constantemente ameacem vossos bens e pessoas e perturbem a segurança pública e dos vossos lares?
>
> (...)
>
> E vós que, na comuna, no estado, participais dos negócios públicos; que vos interessais pelos progressos do país, não tereis em mira cultivar o espírito d'essas crianças em que talvez germinem as virtudes de um grande cidadão e os talentos de um homem eminente pelo mérito na arte ou indústria?
>
> Porque essas crianças, devidamente instruídas, enriquecerão, quiçá, o país, em lugar de tornarem-se-lhe uma carga ou de irem morrer em uma prisão ou em um hospital.[606]

Como alternativa para a crise de mão-de-obra a ser enfrentada no Brasil, o Império havia adotado a política de imigração européia, o que não surtiu efeito para a região nordestina. Tratando-se dos altos custos despendidos por essa política, dizia o Visconde de São Lourenço ser desnecessário tal investimento, uma vez existir no território brasileiro o potencial de mão-de-obra qualificada que só necessitava ser socorrida e instruída.

> Se temos dinheiro para despender com este ramo de melhoramento, o empreguemos em benefício de nossos compatriotas, já os instruindo para melhor e mais facilmente trabalharem, já socorrendo os milhares de crianças abandonadas e entregues à miséria, as quais amanhã podem ser robustos e inteligentes operários.... Nesta crise nacional de transformação de trabalho, todo este desenvolvimento aproveitará aos atuais livres e libertos.[607]

O ensino especializado e profissional, por sua vez, foi marcado pela lentidão. A instrução técnica passava a ser preocupação dos poderes públicos, em função, principalmente, das grandes dificuldades atravessadas pela indústria açucareira. Para isso foi criado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859), com o intuito de promover a especialização de mão-de-obra e favorecer uma nova era para a lavoura. O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, de iniciativa particular, foi

[606] *Diário da Bahia*, 19/10/1881.
[607] FONSECA, Luiz Anselmo da. *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*, p. 217.

o exemplo de instituição criada com os objetivos de oferecer ensino teórico e prático às classes populares, gerando profissionais aptos a acompanhar a marcha do ambicionado progresso, e promover a beneficência a seus sócios e famílias.

Naquela conjuntura de mudanças político-institucionais, o Liceu de Artes e Ofícios surgiu como uma tentativa de acompanhar as necessidades objetivas da Província da Bahia que ansiava enveredar pelos caminhos da civilização e que, no entanto, estava presa às tradições humanísticas. A implantação do ensino teórico aliado ao prático dirigido para as "classes menos favorecidas da fortuna" implicava num avanço sócio-político, visto que a educação restringia-se às humanidades e às elites. Foi um momento em que explodiam novas concepções de conhecimento. O cientificismo, a técnica, o pragmatismo tornavam-se elementos norteadores de uma política que visava ultrapassar uma situação de atraso e de incompetência, que gerava a miséria de muitos e limitava a capacidade produtiva do país.

Do ponto de vista das classes artísticas e operárias, a organização do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia representou um passo à frente das suas reivindicações. Neste sentido se constituiu na síntese dos interesses do Estado e dos trabalhadores. O mundo do trabalho urbano passava a experimentar mudanças, uma vez que o operário iniciava-se no aprendizado político, e o Estado apoiava a criação de instituições que estimulassem a produção, pela qualificação profissional, e a disciplina social.

Era um espaço propício para auferir-lhes não só garantias previdenciárias, mas também profissionais, na perspectiva de reconhecimento social e político. A atitude política dessa reivindicação pode ser compreendida pela forma em que os trabalhadores absorveram a estratégia burguesa, ao perceberem que o mecanismo básico para o seu fortalecimento estava na união e na educação. Concretizava-se um sonho, fortalecendo-se a “ambição de saber” e animando a todos na realização de seus destinos.

Despertados de um pesado indiferentismo, que parecia ter se gangrenado em nossa Sociedade, congregam-se os artistas, cônscios, que a eles também compete-lhes na escala social o lugar de honra como operários e artistas, sustentáculos da Religião, das leis, da Monarquia, pois sendo a máxima parte do povo, sem ele tudo definha e fenece.

> (...)
>
> ... hoje comemora-se a inauguração desta Sociedade, que para o futuro será a glória da classe dos artistas, será a academia, em que as artes serão profissionalmente estudadas, será ali o centro dos direitos da classe laboriosa, dali conhecer-se-á que não é a Europa a única capaz de empresas artísticas, far-se-á dali obstar-se a torrente esmagadora dos nossos atrasos pela importação de obras estrangeiras, tudo isto, Srs., devido a falta de conhecimentos intelectuais e profissionais e da igualdade de direitos que nos assistem.[608]

O Liceu simbolizava a "glória da classe dos artistas"; a academia em que as artes eram profissionalmente estudadas; o centro dos direitos da classe laboriosa, que, pela falta de conhecimentos intelectuais e profissionais e igualdade de direitos não eram reconhecidas e nem aprimoradas as suas produções, que as inferiorizavam pelas empresas estrangeiras com a importação de obras e produtos europeus.[609]

A comemoração do primeiro aniversário do Liceu (1873) foi, para artistas e operários, a "festa de operários", "a festa do trabalho". O trabalho, considerado "o mais importante dos benefícios que se pode fazer aos homens", era festejado com alegria e emoção. A Associação Tipográfica Baiana, através de seu representante, o artista José Odorico Paranhos, manifestou-se, durante os festejos:

> Enxada, lima, escopro, martelo, alavanca, trolha, colher, machado, enxó, plaina, tenaz, maçarico, cinzel, buril, sovelas, ticum, tesoura, linha, flauta, violino, malho, safra, pincel, tinta, componidor, tipo - eis os artefatos sublimes que cada qual empunha como cetro de grandeza do mundo.[610]

A antiga aversão a todo tipo de ensino profissionalizante era transformada em entusiasmo presente no discurso ideológico das elites e apropriado pelo povo trabalhador como oportunidade de realização da verdadeira emancipação social e política. Foram sonhos e lutas manifestadas pelo operariado organizado que vislumbrava democracia, igualdade, liberdade.

Para os trabalhadores, artistas e operários, foi um avanço das suas aspirações nos finais do século XIX. Ressentiam-se da falta de escolarização oficialmente reconhecida e que lhes possibilitasse acesso à condição de cidadãos capazes de usufruir e participar de direitos políticos, como por exemplo votar e integrar o quadro de parlamentares, cujas possibilidades foram delineadas com a implantação da República.

---

608 *Primeiro Relatório do Lyceu de Artes e Officios*, Salvador, 26/10/1873. Discurso de Manoel Emygdio Vanique, p. 02.
609 Idem, p. 1-2.
610 *Primeiro Relatório do Liceu*, p. 14.

O binômio instrução-profissão passou a fazer parte do conjunto de valores requisitados por uma sociedade que se afastava, progressivamente, das relações escravistas de produção, para outras de conteúdo liberal, com a admissão oficial do trabalho livre. Não obstante as sociedades mutuárias, existentes no período, quase limitarem-se à beneficência, já previam a abertura de um espaço para a escolarização de seus membros, no sentido destes terem acesso ao conhecimento humanístico, aliado ao aprendizado de profissões que lhes garantissem a sobrevivência. Contudo, no novo regime, as esperanças se transformaram em decepção e amargura.

De tudo que experimentou e observou sobre as tentativas de incluir-se o Brasil no mundo da civilização e do progresso, Querino sintetizou nestas palavras:

> No tempo do império a centralização e o poder pessoal acarretavam com a responsabilidade do atraso do país, apesar de existirem sinais bem acentuados de progresso relativo, em todos os ramos do saber. Pois bem: veio a república e desfraldou aos quatro ventos a bandeira da federação. As antigas províncias ficaram estados autônomos com vida própria.
>
> E o que se tem feito? Os sertões barbarizados à falta de respeito mútuo, as leis sem valor, salvo o caso de vingança; a política não instrui, não orienta, e, por completo perdeu o seu fim objetivo.
>
> E o povo, como o Laoconte da fábula concentra suas forças para livrar-se dos anéis vigorosos da serpente que o enlaça. Com a instrução primária gasta-se algum dinheiro, mas o resultado é quase negativo; a secundária vai rolando conforme o tempo permite; a superior, entatuada, desprovida de certa orientação; a técnica, porém, tende a desaparecer.[611]

Com a República, o operário explodiu como emblema de progresso, gerando uma euforia em torno dos interesses de classe. Ao trabalho foi dado novo significado, no sentido de ser a via preferencial para a conquista plena da cidadania. A classe operária confiou no novo regime ao acreditar que este seria capaz de retirar "a legião de obreiros" do seu habitual ostracismo, oferecendo-lhe nobreza, glória e imortalidade.

Contudo, as contradições criadas pelo novo regime se aprofundaram. Os operários continuaram a reivindicar trabalho, garantias, dignidade, cidadania. Nos anos iniciais da República, observou-se o fenômeno de declínio das sociedades beneficentes, de origem imperial, ao experimentarem um processo de desânimo absoluto, até chegarem à extinção. Quanto ao ensino na Bahia, tudo se

[611] Querino, *As artes*, 1913, p.47-48.

transformou em um abismo, cuja profundidade se tornava impossível de conhecer. O desânimo e a falta de apoio à instrução tornaram-se mais agudos.

Discorrendo sobre a situação do ensino na Bahia, observando a quase inexistência do ensino primário e o desaparecimento do profissional com o fechamento dos arsenais e a falta de recursos do Liceu de Artes e Ofícios e da Escola de Belas Artes, Querino confirmava o desinteresse do poder público em difundir a instrução nos seus diversos ramos que proporcionasse "à sociedade cidadãos aptos para todas as funções úteis da vida."[612]

Comparando a Bahia, a "ex-Atenas Brasileira", a outros países e até às possessões inglesas da África, como Lagos e Serra Leoa, Querino apontou ser de interesse dos seus governantes a criação de institutos educacionais onde o "filho do povo" se preparava "para qualquer função liberal, mecânica, industrial ou cargos públicos."[613] Na Bahia, observava-se o contrário:

> É grande o número de crianças, de ambos os sexos, que vagam nas ruas, condenadas, em futuro próximo ou remoto, à degeneração do caráter e à libertinagem.[614]

Querino não desanimava. Apresentou algumas soluções para o enfrentamento daquela situação que, para ele, apontava para o caminho da exclusão absoluta da população trabalhadora, negra e mestiça, do prometido "banquete da civilização".

> Não seria mais humano, mais natural, mais digno, aproveitarem-se esses professores no ensino dessas crianças? Nem novos encargos havia, pois os edifícios públicos, desocupados depois do expediente das repartições, receberiam os alunos, dessa hora em diante.[615]

Mas os poderes públicos se mostravam avessos à valorização do povo, dos trabalhadores, artistas e operários "deserdados" pela própria pátria. Suas opiniões não eram escutadas nem acolhidas. As suas preocupações continuavam reduzidas ao desprezo. E a realidade foi traduzida por Querino em palavras de indignação e pintada em cores escuras:

> A Escola de Belas Artes, que já contou seus dias de esplendor, com bonitas exposições, e, que ainda lhe resta a glória de ter dado o pequeno número de artistas liberais que fazem as honras da atualidade, sem rendimento outro a não ser a subvenção, retirada esta, desaparecerá fatalmente. O Liceu de Artes e

[612] Idem, p. 36
[613] Idem, ibidem.
[614] Idem, ibidem.
[615] Querino, *As Artes*, 1913, p. 36.

> Ofícios, caprichosamente, dá ainda sinais de vida, mantendo suas aulas com a deficiência de meios conhecida. Aos arsenais de marinha e de guerra, cujas tradições gloriosas não sofrem contestação, notadamente por ocasião da guerra do Paraguai, o nosso *paternal* governo federal houve por bem levar o seu *patriotismo* ao ponto de fechá-los, deixando centenares (sic) de famílias desamparadas, na miséria, atirando nas ruas os deserdados filhos do povo, que viam naqueles núcleos de aprendizagem o seu futuro garantido pela aplicação às artes mecânicas, - forte elemento das grandes nações.[616]

Diante das injustiças que via com as medidas do governo Affonso Penna, referindo-se à regulamentação de lei sobre o povoamento do solo em núcleos de imigração, favorecendo os estrangeiros em detrimento dos nacionais, Querino atacou mais uma vez a República, na figura do então presidente, e posicionou-se explicitamente contra o governo:

> Enquanto se fecha o templo da instrução aos naturais do país, se esbanja nababescamente a fortuna pública com a imigração, sem resultado. Bem razão assistia ao Barão de Cotegipe, quando em discussão no parlamento disse ao sr. Taunay: "senhor senador, isto de estrangeirismo é patacuada; eu quero o Brasil para os brasileiros."
>
> Depois disto, em verdadeiro período de loucura, *sou* levado a admitir que mais honroso é ser súdito do S. M. Eduardo VII, em Lagos ou Serra Leoa, do que simples concidadão do conselheiro Affonso Penna, no Brasil.
>
> É o *meu* sentir pessoal e isto *escrevo*.[617]

Desabrigados do "templo da instrução", os operários e artistas perdiam a consciência sobre o seu poder social e político, enquanto cidadão de direitos e personalidade indispensável para o progresso e o engrandecimento do país. O desprezo às artes e ofícios se generalizou no meio operário. Alguns poucos "medianamente afortunados" passaram a não admitir seus descendentes a aprenderem um ofício. Preferiam que se diplomassem doutores. Afinal, com todo o processo perverso contra os "infelizes heróis do trabalho", verdadeiras vocações artísticas vegetavam à falta de instrução.

> E destarte "atiram pontapés a quem tem fome, porque o rei é o dinheiro.[618]

Apesar do desgosto experimentado em conseqüência das ações do governo republicano, diante do esfacelamento dos últimos raios de esperança da verdadeira emancipação do povo e da falta de compromisso para com o destino da classe

[616] Idem, p. 48.
[617] Idem, p. 38 – Grifos meus.
[618] Querino, *As Artes*, p. 49.

trabalhadora, Querino empunhava a sua bandeira de liberdade com a força da crença que o havia empurrado para conquistar as suas vitórias e indignar-se com as derrotas.

> Excluído do convívio social, assim se conservará até ao momento em que os benefícios salutares de cuidadosa instrução, possam, de vez, esmagar por completo, o bloco da ignorância existente, colocando cada um, por seu merecimento, no lugar que tiver direito, na terra da liberdade, ataviada de primores e esclarecida por um céu estrelado e magnífico.[619]

Como professor de desenho industrial, Querino comentou, não somente a decadência do ensino e os prejuízos para o povo, mas tratou do preconceito relativo ao professorado. No passado imperial, os professores que lecionavam desenho, música e mecânica aplicada eram classificados na mesma categoria que os demais, recebendo os mesmos vencimentos, regalias e obrigações, participando da congregação e deliberando sobre os assuntos do ensino. Na República as coisas haviam mudado para pior.

Com os novos moldes, com as competências improvisadas da atualidade, cujo mérito se confina no egoísmo e na subserviência abominável, alimentaram preconceito de classe e de raças, donde provém a aristocratização do ensino pela divisão de lentes e professores, resultando daí a posição inferior em que ficam colocados os que ministram o ensino de desenho e da música.

> Estes não tomam parte nas congregações, vencem metade do ordenado dos outros como se fossem porteiros de repartição. Essa mal entendida distinção entre indivíduos que assumem as mesmas responsabilidades, tende a destruir a emulação, objeto indispensável à instrução pública. [620]

Expôs a sua mágoa. Sentia-se humilhado, desrespeitado, discriminado. Era um preconceito articulado ao ramo do ensino, à origem social e racial. Com a linguagem do artista da construção civil, referiu-se ao regulamento de 3 de outubro de 1904, decorrente da lei de reforma do ensino, considerando ter dado

> a última *demão* no assunto, deixando mais de vinte professores em disponibilidade, vencendo ordenado e obrigados a não trabalharem, com prejuízo da aprendizagem da mocidade, contando-se entre estes verdadeiras dedicações para o magistério.[621]

Criticando a competência atribuída aos legisladores que discutiam e votavam questões que competiam ao conhecimento da corporação, Querino

[619] Idem, p. 51
[620] Querino, *As Artes*, Op. Cit., p. 39
[621] Idem, p. 40. Grifo meu.

considerava serem arbitrárias as decisões e escolhas, tendo em vista o desconhecimento demonstrado pelos legisladores em matéria de ensino. Observando serem mais úteis "vinte indivíduos preparados em desenho ou música do que dois em grego", seria mais correto investir-se no ensino das artes. Era injusto que numa mesma instituição, um professor ficasse "privado de sua prerrogativa que arbitrariamente lhe [fora] retirada, pelo fato da lei distinguir entre o lente de latim e o professor de música." Diante de tal descompasso, demonstrou sua indignação com o argumento da erudição:

> Procedendo desse modo os nossos legisladores mostram desconhecer que, desde a mais alta antiguidade até hoje, nos países cultos, a importância e o valor das belas-artes continuam inteiriços, constituindo parte integrante da educação.[622]

Dedicou-se ao ensino de desenho industrial e geométrico e, portanto, esteve atento aos caminhos dados à disciplina, considerada nos países adiantados ensino obrigatório. O desenho geométrico era considerado "condição principal de todo o progresso, nos diversos ramos da indústria artística, pelas vantagens que decorrem das aplicações infinitas e preciosas, no desenvolvimento das artes mecânicas."[623] Era ainda considerado "objeto de luxo na educação" e monopolizado por artistas que receavam da competência de seu discípulo. Querino buscou a origem da recomendação ao estudo do desenho, encontrando-a em Rousseau. Foi quem primeiramente compreendeu ser o ensino do desenho "um meio capaz de produzir operários hábeis e artistas de mérito."[624]

Sobre o ensino do desenho no Brasil e em especial na Bahia, Querino assim se referiu:

> No entanto, entre nós, onde se enchem as bochechas e proclamam sermos um país civilizado, o desenho ainda não conseguiu as honras do lugar a que tem incontestável direito.
>
> Das disciplinas do ensino primário é a mais descurada; entrou no programa e ficou escrito no papel. Sua aplicação é negativa.
>
> Ainda não perceberam que a prevenção contra o estudo da geometria é devida a não familiaridade com o desenho, cujos exercícios agradáveis proporcionam os meios de fácil compreensão.[625]

[622] Idem, ibidem.
[623] Idem, p. 51.
[624] Querino, As Artes, 1913, p. 52.
[625] Idem, ibidem.

A importância e a facilidade de se aprender tal disciplina foram demonstradas por Querino, tendo em vista a utilidade de sua aplicação nos mais variados ofícios:

> Duas disciplinas, principalmente, nenhum indivíduo, por modesta que seja sua posição social, pode deixar de saber: aritmética e desenho geométrico.
>
> Tudo é fixado na imaginação por meio de um cálculo; tudo obedece ao traço de um desenho.
>
> Na educação da mulher tem aplicação o desenho, em todos os trabalhos: corte de vestidos, bordados de qualquer espécie, enfeites de toda a natureza, onde a quadrícula é objeto indispensável.[626]

No âmbito do desenvolvimento do ensino industrial, Rui Barbosa tratou do ensino de desenho em projetos de reforma educacional que elaborou e discursos que proferiu nos anos de 1880. Para ele, a organização da indústria no país dependia da sua educação. Para tanto, o desenho devia fazer parte do currículo escolar, "enquanto linguagem da indústria, com um alfabeto composto de duas letras, a linha reta e a linha curva."[627]

> Ao contrário de ser "vocação excepcional de certas naturezas privilegiadas para as grandes tentativas de arte", o desenho seria um dote acessível a todos. Sua prática, na ordem pedagógica, precederia a escrita e facilitaria sua aprendizagem, bem como o desenvolvimento das faculdades de observação, invenção, assimilação e "retenção mental". Além disso, dizia ele, "sua generalização como disciplina *inseparável da escola popular* é uma das forças mais poderosas para a fecundação do trabalho e o engrandecimento da riqueza dos Estados."[628]

O desenho foi a área de especialidade de Manuel Querino. Entendia, conforme o pensamento de Rui Barbosa, ser o seu ensino benéfico em várias dimensões – além de propiciar a formação profissional para o desenvolvimento da indústria, dignificava a classe operária enquanto arte que auxiliava para o "nivelamento das classes sociais", "não deprimindo as superioridades reais, mas destruindo as inferioridades artificiais."[629]

Segundo Querino, era uma necessidade indispensável a cada um exprimir, externar sentimentos,

> por meio de cálculos, linhas ou representações, movimentos ou ações, pelos sons que articulamos, pela forma que sabemos dar às matérias flexíveis, pelas

[626] Idem, ibidem.
[627] Cunha, *O ensino de ofícios artesanais*, Op. Cit., p. 171.
[628] Idem, p. 171-172, apud projeto do ensino primário (1882) de Rui Barbosa em *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942-1946. V. 9-10.
[629] Cunha, Op. Cit., p. 173.

> disposições engenhosas e significativas, que empregamos para distinguir as construções de toda espécie, que exigem os nossos usos e costumes, e finalmente a imaginação e a destreza encontram os meios de aplicar e fixar cores sobre diferentes superfícies planas, com o fim de imitar e exprimir.[630]

A sua propaganda em favor das artes e da educação artística, no contexto da defesa pela democratização do ensino, caminhava na contramão dos acontecimentos. A democratização do ensino era uma utopia. Crianças, jovens e adultos das camadas populares estavam cada vez mais distantes do circuito do conhecimento, seja teórico, no sentido do desenvolvimento exclusivamente intelectual, ou prático, no sentido do desenvolvimento técnico, profissional. Era mais uma frustração que passava a experimentar.

Quanto à situação do professorado, as coisas iam cada vez piores. Professores mal remunerados, com vencimentos atrasados, sem qualquer proteção pública ou privada, se viam à mercê dos políticos que legislavam ou aliás arbitravam sobre questões que não entendiam e nem estavam comprometidos. Foi um processo que culminou, no contexto da primeira guerra mundial, na explosão de uma greve que reuniu o professorado municipal.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o período de pós-guerra, a Bahia experimentou dificuldades econômicas, que refletiram no conjunto da sociedade e, especificamente, na vida dos trabalhadores. Crise no comércio de exportação-importação, redução da produção interna, contração no mercado de trabalho e aumento do custo de vida foram algumas das dificuldades enfrentadas. Manifestações contra a carestia, presentes desde 1911, se alastraram “durante todo o período, atingindo o ponto alto em 1917 com saques e depredações de casas comerciais”. Ações grevistas por aumento salarial e pagamento de salários atrasados foram as mais comuns.[631]

No ambiente de dificuldades de vida, ocorreu, em 1918, uma greve dos professores municipais, que reivindicavam o pagamento de dois anos de salários atrasados. No Salão Nobre do Liceu "foi memorável a assembléia cívica" realizada pelo professorado municipal, em 17 de fevereiro de 1918.

> A solenidade imponente que revestiu a assembléia de ontem, no Liceu de Artes e Ofícios, há de ficar assinalada na história dos tristes tempos que

[630] Querino, *As Artes*, 1913, p.53-54.
[631] FONTES, *Manifestações Operárias na Bahia*, Op. Cit., p. 60.

> atravessamos, como a afirmação mais relevante da revivescência do espírito cívico da Bahia.[632]

Assumindo a Presidência da Assembléia, o Profº Possidônio Dias Coelho, expondo os motivos pelos quais o professorado tomava a atitude extrema de paralisar suas atividades e reivindicar "justiça, equidade e moralidade", dizia não serem políticos seus intuitos, no sentido depreciativo da política partidária. A sua missão de mestre já significava estar agindo politicamente, desde quando era comprometido com o presente,

> para prevenir o futuro, preparando verdadeiros cidadãos que, no cumprimento de qualquer missão que lhes haja de ser imposta, compreendam-lhe os deveres e não se exponham à execração pública por carência de qualidades indispensáveis para exercê-la. A República deve proteger o cidadão na sua pessoa, na sua família, na sua propriedade, na sua religião, no seu trabalho, e assistir a cada um com a instrução indispensável a todos os homens.[633]

Em conseqüência da extrema penúria por que passava a classe dos educadores, os professores André Avelino e Leonídio Marques Monteiro haviam morrido de fome, depois de torturados por agiotas. Assim, uma revolta emergiu. Os professores reivindicaram legalmente seus direitos e, como resposta dos poderes municipais, foram castigados pelo intendente com a pena de suspensão. O Jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicava os acontecimentos da Bahia, sob o título "Mas que revoltante bandalheira na Bahia".

Bandalheira ou não, a "nobre causa" dos professores municipais foi amplamente apoiada, tendo como líder Possidônio Dias Coelho que, considerado um "apóstolo do bem", lutava pela conservação da hegemonia da categoria. O professor Vicente Café, conclamando todos os "companheiros do infortúnio", considerava a causa do professorado como de toda a Bahia. Assim, dizia que a "hegemonia da classe" estava na força com que obstavam

> ... a má vontade dos governantes, asfixiadora do povo, de seus direitos e liberdades, nesta República em que ainda predomina a prepotência do grande sobre o pequeno, sem ar, sem luz, sem pão...[634]

Em uma das sessões do 4º. Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 1912, Ismael Ribeiro, representante do

[632] *A Tarde*, 18/02/1918, p. 01.
[633] Idem.
[634] Idem.

operariado e em nome do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, defendeu, entre tantos direitos da classe operária, limitação da hora de trabalho, fixação de um mínimo de salário e maior apoio à escolarização popular, através do incentivo às escolas primárias de letras, artes e ofícios, escolas técnicas e profissionais, pois, assim, os operários sairiam das "trevas medonhas da ignorância", tomando parte no banquete da civilização.[635]

> Precisamos de escola, porque ela é a força motora do progresso, é a base da regeneração de um povo; o livro impulsiona as aspirações que todo homem deve ter para ser digno de existir, considerando também a sua missão, elevando a sua posição à mais nobre de todas as posições.[636]

A República, de espírito renovador, promoveu alterações no plano do conhecimento, fazendo evoluir o conceito do ensino de ofícios para o de ensino técnico-profissional, não obstante manter, em linhas gerais, a divisão social do conhecimento. O povo continuava distante das escolas e voltado para os trabalhos pesados. O ideal de se implantar o ensino técnico-profissionalizante, que rompesse com o tradicional ensino de ofícios, foi-se transformando em aspiração coletiva e preocupação constante do Estado. Desejava-se industrializar o país, integrando-o, definitivamente, ao capitalismo mundial, e inserir as massas às novas condutas que o trabalho passava a exigir, respectivamente.

As instituições, de origem imperial, tornaram-se alvo de críticas e discriminação, enquanto empreendimentos republicanos eram lançados como novidades ou avanços dentro da nova realidade política. Discutia-se, na esfera federal, a necessidade da implantação do ensino técnico-profissional no Brasil, a fim de estimular o desenvolvimento da indústria e oferecer "às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência."[637] Como resultado de vários projetos surgidos desde 1906, o Governo Federal fundou, três anos depois, em vários estados, 19 Escolas de Aprendizes Artífices, num esforço de inaugurar o ensino técnico-profissional com características

---

[635] RIBEIRO, Ismael. *A Voz do Operário falando a Verdade*. Bahia: s/e, 1930. p. 99/200/201.
[636] Idem, p. 200.
[637] DECRETO nº 7566 de 23 de setembro de 1909. Em 1910, foram criadas Escolas de Aprendizes Artífices no Piauí, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas, Estado do Rio, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas. A Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi inaugurada em 2 de junho de 1910. Foi transformada em Escola Técnica Federal da Bahia, atual Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-Ba).

modernas. Uma destas escolas começou a funcionar em Salvador, a partir de 1910.

Novo capítulo da história do ensino das artes e dos ofícios, depois ensino industrial e profissional, no Brasil, e em particular na Bahia, era iniciado com velhos discursos, apoiados nos tradicionais princípios ideológicos, articulados a novos conceitos, novas estratégias e metodologias. Contudo, o operariado continuava a clamar por educação, trabalho, liberdade, direitos, por cidadania.

O artista e educador Querino alertou. Suas convicções foram fixadas e as questões que levantou permanecem atuais. O suporte educacional seria aquele que respaldaria a atuação de artistas, trabalhadores, operários para a coroação do destino do reconhecimento das capacidades e dos esforços para o progresso do País.

◊ Um "fanático" defensor da arte

As artes estudadas por Querino, associadas ao trabalho produtivo e criativo de artistas e operários, de maioria baiana, no contexto dos ideais de progresso e civilização, em que se verificou sua acentuada decadência, foram o ponto em que se entrecruzaram preocupações profissionais e políticas a fim de denunciar sobre a tendência do desaparecimento de talentos e da própria expressão artística. Participou, desde os anos de 1870, de vários eventos sócio-culturais e políticos que envolveram os interesses de artistas e operários. Como operário e artista, foi um dos que se interessou e se empenhou pelo fortalecimento das artes, sobretudo pelas vias educativa e associativa.

As artes, sobretudo a arquitetura, pintura, escultura e música, antes diretamente vinculadas ao espírito religioso, característico do período colonial, ganharam nova roupagem com a chegada da missão francesa ao Brasil (1816). O processo de laicização do conhecimento artístico foi acelerado, cujos fundamentos contribuíram para a criação de várias academias de Belas Artes no Brasil. A influência francesa foi marcante nas diversas áreas do conhecimento artístico, ainda preso às intenções de deleite, não obstante tentar-se unir o belo com o útil.[638]

[638] A partir da presença da missão francesa as artes no Brasil adquiriram uma nova roupagem, acelerando-se o processo de laicização principalmente na pintura, escultura e arquitetura, rompendo com a tradição colonial de origem portuguesa. A intenção do então Príncipe Regente, após a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, era de

O Segundo Reinado foi o período de iniciativas diversificadas nos campos do conhecimento e da criação. A música ganhou novos contornos, distintos do ritmo que a religiosidade havia imposto. Foi a época das bandas e orquestras organizadas por toda a parte; dos concertos de virtuoses, nacionais e estrangeiros; das companhias líricas. No campo das artes contemplativas, foi um período de avanços. Foram-se criando instituições destinadas para a valorização profissional de artistas talentosos não aproveitados e não reconhecidos pela sociedade. A Academia de Música (1831), liderada pelo professor João Honorato Francisco Regis, os cursos de desenho e pintura, a escola de declamação (1845), ideada por Ambrozio Ronzi, o Estabelecimento de Belas Artes de Luiz Antonio Dias, com o ensino de ceroplastia, desenho e pintura oriental, foram alguns exemplos. A Sociedade de Belas-Artes, fundada a 18 de maio de 1856 pelo Dr. Antonio José Alves na então residência do Conselheiro Jonathas Abott, tinha por objetivo "despertar o gosto pelas manifestações liberais, dotando a antiga Província de gabinetes peculiares a cada uma delas, elevando moralmente a classe dos artistas e, ao mesmo tempo, oferecendo ao público exposições anuais, em que a utilidade se reunisse ao deleite do espírito, às fascinações do belo."[639]

No século XIX, apesar da retração dos trabalhos artísticos nos templos religiosos, tendo em vista a tradição colonial nas artes sacras, houve um certo incremento urbanístico, o que favoreceu no crescimento de manifestações artísticas de características civis. Foi quando surgiram as duas principais instituições artísticas e profissionais: o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e a Academia de Belas Artes.

Testemunhou o processo de criação das duas instituições. Sobre o Liceu, Querino, ao descrever a sessão do 2º. aniversário (1874), relembrou o artista João da Silva Romão, eleito vice-presidente da primeira diretoria, recentemente falecido (31/01/1873). Transcrevendo o discurso do referido artista por ocasião da

---

dinamizar o ensino das artes e ofícios no Brasil, trazendo da França profissionais que viessem estabelecer cursos voltados à formação profissional aplicada ao ensino de ofícios manufatureiros. A contribuição da equipe, composta, principalmente, de franceses, representou o núcleo da futura Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. A criação cogitada de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, na qual os artistas estrangeiros deveriam lecionar, nunca ultrapassou os limites da intenção, apesar de, em 1816, Sua Majestade ter assinado um decreto (12 de agosto) tratando da necessidade de difundir-se o estudo das Belas Artes em aplicação aos ofícios mecânicos, tendo, para isso, mandado estabelecer a referida Escola. Em 1820, a pretendida Escola Real, perdendo suas características profissionais, foi transformada na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, no mesmo ano tomando o nome de Academia das Artes. Veio a funcionar de fato em 1826, sendo finalmente transformada em Escola Nacional de Belas Artes (1890). Ver Suckow, Op. Cit.

[639] Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., 1913, p. 105.

comemoração do 1º. aniversário do Liceu (20/10/1873), Querino registrou a sua admiração pelo incentivador da criação daquele "templo do trabalho" e por quem não medira esforços para bem servi-la, assim como de outros artistas que fizeram jus à gratidão do Liceu. Como prova de justiça e agradecimento que perpetuasse a sua memória, ao lado do Dr. Antônio Álvares da Silva, quem primeiro se lembrou de criar uma escola de artes e ofícios com o projeto de 1864, Querino propôs, em 1896, à direção do Liceu, a colocação do retrato do referido doutor em seu salão de honra.[640]

No discurso proferido pelo artista Romão e transcrito por Querino, foi reforçada a missão do trabalho como condição de progresso, tanto para a pátria como para os artistas e operários. Descrevendo sobre o desenvolvimento material observado na Europa e na América, enalteceu o trabalho e, conseqüentemente, o "braço do operário" como elementos de realização das "maravilhas" que se observava com os avanços técnicos. Referindo-se a uma frase de Gladstone, Romão indagava:

> O século XIX é o século dos artistas, é antes, uma homenagem ao trabalho, que um aviso de alarma. Entre nós o que se passa?
>
> O solo começa a ser sulcado pelo rápido vôo da locomotiva.
>
> À estátua oferecida no Rio de Janeiro ao primeiro cidadão, ele opõe as escolas para o povo.[641]

Querino, através do discurso de Romão, procurou registrar a sua esperança por um futuro melhor, com a "entrada nesse templo do trabalho", o qual, para o artista seria o começo de uma caminhada de harmonia no lugar de guerras e mortes, de luz, vida, "milagres de arte, encantos de felicidade que nos espera, o futuro dourado de nossos filhos e da Pátria."[642]

Um dos objetivos da criação do Liceu, à imitação dos Liceus de Artes e Ofícios na França, foi o de fomentar a educação popular pela arte e de alargar o campo de aplicação da arte às indústrias. Esta era a proposta para a profissionalização de trabalhadores. Unindo teoria e prática, procurava-se estabelecer a comunicação entre a plasticidade e a utilidade prática, exercida nas

[640] Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., p. 116. Segundo Teixeira Barros foi um dos fundadores do Liceu e em 1874 obteve distinção em francês e aprovação plena em português. Barros, in *A Bahia de Outrora*, 1946, p.7.
[641] Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., p. 114-115.
[642] Idem, p. 115.

oficinas destinadas a cada ofício, como premissas para instituir-se o ensino profissional. As atividades manufatureiras, predominantes no Brasil, requisitavam, ainda, o senso artístico por parte dos operários, enquanto etapa intermediária que deu lugar às atividades industriais propriamente ditas, onde o conhecimento limitava-se à agilidade no manuseio da máquina e dispensava o conhecimento plástico e a criatividade.[643]

Também testemunhou e acompanhou a criação da Academia de Belas Artes, a qual ocorreu no interior do próprio Liceu de Artes e Ofícios, em conseqüência de divergências entre os artistas Cunha Couto e Cãnyzares. Relembrando o processo desta realização, em que tiveram participação os alunos do mestre Cãnyzares, entre os quais o próprio Querino, afirmou ter sido

> o renascimento do verdadeiro ensino do desenho, em todas as suas aplicações, cabendo ao professor Cãnyzares, principalmente, a glória desse cometimento."[644]

Os momentos iniciais foram promissores, pela concorrência de matrículas. Contudo, as dificuldades financeiras atingiram principalmente o Prof. Cãnyzares que passou a sofrer dificuldades de sobrevivência e ameaçou, em 1878, se retirar da Academia e buscar outra colocação. Diante de tal situação, os alunos se reuniram e resolveram procurar apoio do político Virgílio Damásio. Manuel Querino representou o grupo e, após apresentar o problema, o referido político sugeriu que o mesmo Querino elaborasse uma petição ao governo da província, Barão Homem de Mello, do Partido Liberal, seguida da assinatura dos colegas, comprometendo-se a intermediar a sua entrega. Na petição, Querino solicitou subvenção ao prof. Cãnyzares, e concluiu com um apelo que denotava uma luta em busca de um futuro promissor para as classes artísticas diante da falta de esperança que se configurava:

> Nós, que necessitamos de instrução, como os nossos irmãos do Norte, da subsistência alimentar, precisamos desse auxílio a fim de desaparecer de nossa vista e de nossa imaginação esta lembrança aterradora, que ora nos perturba.[645]

---

[643] ANTOINE PROST*. Historie de L'Enseianement eu France 18001967*, Paris, 1968 apud DUMAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção*, 1989, p. 58/59.

[644] Idem, p. 120. Entre os que auxiliaram a criação da Academia, foram citados por Querino Virgílio Damásio, José Allioni, prof. Austricliano Coelho e o desembargador Henrique Pereira de Lucena, depois Barão de Lucena.

[645] Idem, p. 122. Esta petição, datada de 27/5/1878, foi assinada por Manoel Querino, André Pereira, M. Lopes Rodrigues, Emygdio Augusto de Mattos, João Gualberto Baptista, Manoel Frederico Affonso de Carvalho, Bruno de Moraes Bittencourt, Boaventura José da Silva, Januário Tito do Nascimento e Carlos Costa Carvalho. Em 1880 a Academia produziu um quadro em homenagem aos alunos que concorreram diretamente para a sua fundação, onde constou os nomes de alguns dos que assinaram a referida petição. Os nomes presentes no quadro na condição alunos fundadores foram: Tito Baptista, Carlos Costa Carvalho, Manoel S.Lopes Rodrigues, André Pereira da Sa. Jr., Januário Tito do Nascimento, João

Esta atitude resultou na inclusão da subvenção de 2:000$000 (dois contos de réis) para a Academia no orçamento da Província. A Congregação, por sua vez, rendeu uma homenagem especial à Assembléia Provincial, com a colocação de um quadro no salão de honra do edifício, a fim de se perpetuar tal agradecimento.[646]

O Liceu traduziu, pelo menos durante o Império, o modelo de uma Academia de Belas Artes. Ali era ministrado o ensino relativo aos ramos das artes liberais, como pintura, escultura, desenho, etc, enquanto se investia na instalação de oficinas artísticas de natureza liberal ou mecânica.[647] A Academia de Belas Artes, por sua vez, diferenciou-se do Liceu. Na primeira, a tendência foi de transformar-se em escola superior destinada às elites, enquanto o segundo foi concebido para cumprir seu papel de instituição educacional para atender as classes populares, enquanto *escola do povo*. Os seus objetivos foram delineados para formar artífices para os ofícios manuais e suprir oficinas e manufaturas. Era uma "academia popular de Belas Artes". Aqueles mais qualificados e que podiam se sustentar por mais tempo nos estudos saíam dali e ingressavam na Academia de Belas Artes para aperfeiçoarem-se e auferirem o diploma superior.

> A Academia de Belas-Artes é a escola da aristocracia do talento; o Liceu de Artes e Ofícios é a útil oficina das inteligências modestas.[648].

Foi neste ambiente de promessas ao desenvolvimento e incentivo à produção artística que Manuel Querino se transformou em um "fanático pela arte", como o considerou Miguel Chaves, artista contemporâneo ligado ao Liceu de Artes e Ofícios, ao relembrar do defensor incansável da cultura artística com saudade, entusiasmo e admiração:

> Ornamento de uma raça, de que se não desdourava, pelo contrário imensamente se desvanecia e a qual honrava, desentranhando do olvido para enaltece-los, os feitos de muitos de seus representantes; investigador paciente, cultor carinhoso das nossas tradições, zelando avaramente nossas relíquias artísticas, Manoel Querino foi sobretudo um fanático pela Arte, um extraordinário amigo dos artistas,

---

Gualberto Baptista, Boaventura Jose da Silva, Antonio Lopes Rodrigues, Manoel Rodrigues de Azevedo, Manoel R. Querino. Bahia, 20 de maio de 1880.

[646] Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., p. 122.

[647] As primeiras oficinas artísticas instaladas ainda no Império foram as de Escultura e Encadernação e Tipografia (1878), seguidas pelas de Marcenaria (1884-1885) e Douramento e Pintura (1885-1886). Ver Leal, Op. Cit.

[648] FERREIRA, Felix. "O Liceu de Artes e Ofícios e as aulas de desenho para o sexo feminino",1881, p. 9, apud CUNHA, *O Ensino de Ofícios Manufatureiros,* 1975.

> cujo predomínio almejava, querendo-os todos bem colocados, sobressaindo às demais classes.
>
> Alma de artista, organização de artista, nele tudo vibrava pela arte e pelos artistas, pela gente da raça de que descendia.[649]

O seu interesse pela arte e a defesa que propugnou para recuperá-la nos âmbitos da formação artística e profissional, no contexto do desprestígio com que passou ser tratada na República, foram intensos. Procurou justificar de todas as maneiras a importância das artes liberais e mecânicas para o progresso material do país a partir da valorização do artista local que merecia instrução e respeito. Além do que buscou, através de argumentos estéticos, influenciar as elites dirigentes demonstrando ser a arte inerente à natureza humana e à civilização.

Analisando a importância da arte para o desenvolvimento humano, Querino compreendia serem as artes liberais, como música, desenho e pintura, as suas favoritas, diferentemente das artes mecânicas, aquelas que eram aprendidas como expansão da inteligência para exprimir o gosto, o belo, sem o objetivo de "remuneração imediata". Como pintor-decorador, desenhista, arquiteto não diplomado, a sua argumentação se dirigia, sobretudo, às concepções que relacionavam à teoria e à prática, ao belo e ao útil.

Segundo Querino era uma necessidade indispensável a cada um exprimir, externar sentimentos,

> por meio de cálculos, linhas ou representações, movimentos ou ações, pelos sons que articulamos, pela forma que sabemos dar às matérias flexíveis, pelas disposições engenhosas e significativas, que empregamos para distinguir as construções de toda espécie, que exigem os nossos usos e costumes, e finalmente a imaginação e a destreza encontram os meios de aplicar e fixar cores sobre diferentes superfícies planas, com o fim de imitar e exprimir.[650]

Classificando as artes liberais segundo dois tipos de produções – instantâneas, como a pantomima, arte da palavra e arte da música -, e duráveis ou fixas – arte da estatuária, arte da pintura e arte da arquitetura -, Querino se referiu, sobretudo, à aplicação destas pela inteligência através de linguagens manifestadas com a união da sensibilidade e aplicação metódica de operações que resultavam em obras agradáveis e úteis, enquanto motivo de prazer e estima.

---

[649] CHAVES, Miguel. "Manoel Querino e o Lyceu". *O Democrata*, 15/02/1923, p. 02. *Francisco Miguel Chaves* entrou aos doze anos para uma das oficinas do Liceu. Assumiu vários cargos na Diretoria, notadamente de Secretário e Vice-presidente. Era trabalhador da imprensa e faleceu por volta de 1933. Ver Leal, Op. Cit.

[650] Querino, *As Artes*, 1913, p.53-54.

> Estas artes exigem uma combinação de raciocínios e de operações; é por estes meios que aqueles que as exercem se esforçam em produzir obras úteis e agradáveis.[651]

Manuel Querino pretendeu defender o universo artístico, como espaço de inclusão de talentos locais que, no contexto republicano, se viam à margem do mundo produtivo e do aperfeiçoamento criativo e profissional. Conseguiu registrar a tradição da cultura artística na Bahia, reunindo nomes e obras de artistas anônimos e famosos em um só documento, apontando o caráter democrático proporcionado pela arte, bem como perpetuando e salvando histórias de trabalhadores que inevitavelmente cairiam no esquecimento.

As Artes na Bahia se constituiu em referência para compreender preocupações que o conduziram à luta pelo direito ao trabalho e pela defesa do patrimônio artístico da Bahia. Querino traçou o panorama do desenvolvimento da cultura artística na Bahia, a partir da transferência da Família Real para o Brasil, cujo fato veio impulsionar as "bases da instrução nos diversos ramos de conhecimentos humanos, bem como o estabelecimento dos primeiros movimentos em favor da independência".[652]

Traçou o percurso histórico de expressões artísticas como da arquitetura, escultura, do desenho geométrico, identificando fases de esplendor e decadência, ao tempo em que recuperou artistas que exerceram trabalhos de destaque na Bahia, entre nacionais e estrangeiros. Música, teatro, decoração, escultura, paisagismo, pintura, encadernação, desenho, modelagem, pintura decorativa, litografia, fabricação de instrumentos musicais, engenharia, canto, gravação, mecânica, construção naval, foram as artes destacadas por Querino através de diversos artistas que as desenvolveram. Incluiu ainda no rol das artes e dos artistas que viviam em situação de desamparo carpinteiros, maquinistas, serralheiros, ferreiros, fundidores, marceneiros, pedreiros, armeiros.

Referiu-se à produção nas artes mecânicas durante o império observando seu relativo progresso. Como prova da qualidade da produção local, citou o artefato denominado *Multiforme*, invenção do marceneiro José Polybio da Rocha. Era uma peça que se multiplicava em dezenove móveis diferentes que fora exibida na exposição

[651] Idem, p. 54.
[652] Querino, *As Artes*, 1909, p. 6.

de Viena em 1875 e depois "comprado e oferecido ao Papa Pio IX, por ocasião do jubileu."[653]

Neste estudo Querino conseguiu estabelecer a relação entre trabalho e arte nas diversas expressões, inseridas no contexto de transformações sócio-culturais e políticas experimentadas pelos artistas, no processo de formação do operariado urbano. Querino inaugurou uma forma de registro articulado à memória e às pesquisas documental e oral, inserindo social e politicamente o tema da arte nas discussões que transitavam em torno da montagem de uma república disfarçada de democracia e que negligenciava as suas tradições coloniais e imperiais representadas pelo povo trabalhador. Ressaltou a existência de artistas que deixaram valiosas obras e denunciou as condições de abandono, de miséria, de esquecimento em que viviam – realidade inspirada nos princípios da civilização e do progresso, em que o novo substituía o passado, relegando-o ao esquecimento. Certamente foi quem iniciou uma discussão a respeito da preservação do patrimônio e do resgate das matrizes culturais, somente aberta nos anos de 1930. Assim se referiu ao desprezo com que eram tratadas obras monumentais na Bahia republicana:

> Nenhuma nação do globo se engrandece somente pelas armas, pela medicina, pela jurisprudência ou pela política; mas sim, principalmente, pelas suas produções artísticas, que representam o facho ardente da civilização e do progresso.
>
> O viajante que visita qualquer país desconhecido o que lhe prende mais particularmente a atenção, e cujas recordações o acompanham ao seu país natal, são as imagens dos monumentos arquitetônicos e das diversas obras d'arte que admirou, como atestados vivos do saber, da imaginação, do gosto e da cultura de um povo.
>
> (...)
>
> A desconsideração infligida aos cultores das belas artes é como o açoite da chuva sobre os azulejos, visto que as produções artísticas têm cunho de grandeza que não se apaga.[654]

Sobre a decadência das artes na Bahia, Querino observou o quanto se desconsiderava o trabalho artístico do passado, maquiando-o e alterando-o conforme as novas orientações do progresso. Para Querino, os artistas e suas obras eram tratados com desprezo. Estes só eram conceituados se fossem recomendados do estrangeiro, simulando-se sua importância. Em geral admirava-se um bom trabalho

[653] Querino, *As Artes*, 1913, p. 28.
[654] Querino, *As Artes*, 1913, p. 41-42

artístico, dispensando ao seu autor elogios, porém não passava de fato circunstancial, ocasional. Depois o artista e sua obra passavam desapercebidos.[655]

Para Querino, a falta de uma política de incentivo à cultura artística no Brasil e em especial na Bahia, tornava a arte e os artistas obscurecidos em seu trabalho e, em conseqüência, carentes de meio de subsistência. Portanto, a negligência imperava:

> Aqui se caiam azulejos, cobrem-se de tintas objetos de cantaria e de mármore; empastam-se de roxo-terra as belíssimas escultura em bronze do monumento ao *Dois de Julho*.
>
> Talento e aplicação não nos faltam, sobra-nos, porém, o indiferentismo calculado, unido ao desprezo dos poderes públicos pela mais bela manifestação do espírito humano.[656]

Baseando-se em J. M. de Macedo, Querino enfatizou a importância da Bahia, considerada berço das artes e ofícios, que acolheu e fez produzir artistas e obras de arte que abasteceram todo o Brasil, por mais de dois séculos. Apelava para o reconhecimento da nação sobre a sua antiga grandeza, por ter sido

> o seio que amamentou, a cabeça que dirigiu, o braço potente que defendeu quase todas as capitanias que formam hoje o Império do Brasil.[657]

No passado berço das artes, no presente a sua decadência representava, para Querino, um fracasso:

> De fato, não pode ser mais contristador para aqueles que deploram, com interesse patriótico, o estado atual da Bahia, na razão inversa do progredir de seus ex-tutelados, quebrados os florões de sua antiga nobreza, estacionária e abatida por ingratidão de seus filhos.[658]

Como desenhista, Querino lamentava a situação de desprezo para com as artes na República. Inspirou-se na Colônia e no Império a fim de extrair argumentos que comprovavam o valor do artista nacional, no contexto de valorização do que era estrangeiro. Recuperou alguns dados que apontavam para a valorização dada, pelos monarcas do passado, ao desenvolvimento das artes, impulsionando-as pela promoção da produção interna.

Na Colônia a iniciativa particular havia garantido a preparação de pintores, escultores e entalhadores que atestaram a qualidade artística exibida em "documentos vivos" que ostentam nos tetos, naves e sacristias de igrejas "o esforço, a energia de

[655] Querino, *As Artes na Bahia*, 1909, p. 09.
[656] Querino, *As Artes*.. 1913, p. 45-46.
[657] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. VII, apud Macedo, *Chorographia do Brazil*, 1873.
[658] Idem, p. VIII.

concepção de nossas glórias extintas."[659] No Império houve maiores investimentos na criação de aulas de desenho e música, por exemplo, pela proteção e animação da cultura artística com a fundação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e da Academia de Belas Artes, visando à educação do povo, pela subvenção de companhia líricas e empresas dramáticas, pela proteção de artistas com subvenções para estudarem, na Europa, a pintura, a arquitetura e a engenharia civil, entre outros incentivos ao desenvolvimento das artes.[660]

A decadência da arte era uma realidade que o indignava. Na sua opinião, os talentos artísticos não eram potencializados, pois, com as artes desvalorizadas como meio produtivo, antigos artistas preferiam que seus filhos seguissem outras profissões que lhes garantissem prestígio e sobrevivência. Neste sentido, não havia mais a preocupação com a vocação de cada um. Em relação à escultura, por exemplo, Querino demonstrou precisamente a sua angústia:

> A escultura perdeu o valor de arte liberal, amesquinhada ao papel do ofício rendoso.
>
> Os costumes sociais, desviando a vocação da mocidade pela cegueira de um diploma, asfixiaram, por sua vez, o gosto da arte, tornando-a cada vez mais incompatível com a indústria, que lhe provocou a decadência, no que têm grande responsabilidade os próprios artistas, pela vaidade de só quererem ter filhos doutores, como se houvesse classe privilegiada para notabilizar o indivíduo![661]

Manuel Querino expressou a sua inquietação com o avanço da indústria e, conseqüentemente, com a perda do costume de considerar a vocação individual no aperfeiçoamento de talentos. Estavam imbricados os reflexos que a indústria trazia com a divisão social do trabalho e para a decadência das artes, aliados a outros valores que emergiam com o avanço do ideal de "civilização", como a conquista de diplomas de doutor.

Na República Querino assistia "ao espetáculo desdenhoso" em que eram tratados os artistas locais. Este desprezo para com a arte e os artistas era conseqüência do "mando desorientado das conveniências pessoais", o que acarretava, por sua vez, o desalojamento do "acendrado patriotismo de outras eras."

> Ninguém adquire um quadro; não se encomenda uma obra de escultura; o entalhador circunscreve-se a ligeiros trabalhos de marcenaria.[662]

[659] Querino, *As Artes*, 1913, p. 25.
[660] Idem.
[661] Querino, As Artes, 1913, p. 23.
[662] Idem, ibidem.

Outro aspecto observado por Querino foi a defesa pelo talento, independente da pressão social que era imposta pela sociedade na sua divisão de classes. Neste sentido, recuperou os talentos existentes no meio popular, identificados nas suas qualidades artísticas e humanas, levantando biografias que procuraram demonstrar que o esforço para o desenvolvimento do talento era muito mais significativo do que a origem de classe. Ao mesmo tempo em que valorizou artistas pelas suas obras, registrou o quanto foram rejeitados e desprestigiados no meio social, cujas conseqüências foram no fim de suas vidas estarem na obscuridade e na miséria.

Sobre o entalhador Maximiano D'Oliveira Brandão, Querino assim registrou:

> ...bastante inteligente, gozou de excelente reputação artística.
>
> (...)
>
> Sempre ávido de saber, continuou nas pesquisas de alevantado amor à arte que professava, com o apaixonamento de cultor extremoso.
>
> Viajou diversos (sic) países da Europa, onde admirou as maravilhas da arte, o que muito aprimorou sua educação.[663]

O referido artista faleceu em Campinas, São Paulo, em 1896, "contando com mais de cinqüenta anos de idade, cheio de desgosto e de amarguras, que lhe torturaram o espírito, no último quartel da existência."[664] Freqüentemente, abordou o final de vida dos artistas relegada à situação de pobreza e desilusão.

No trabalho de resgate de artistas de talento, autores de obras de qualidade que ornamentavam igrejas, edifícios públicos e privados, Querino procurou, à luz da justiça histórica, homenagear não apenas artistas laureados, mas recuperar valores negligenciados e tornados obscuros na história da arte e social da Bahia e do Brasil. As informações e conclusões que destinou a cada um deles basearam-se no recurso da tradição oral e da memória, por serem em sua maioria seus contemporâneos.[665] Elogiando artistas baianos, pôde expressar o olhar que dedicou ao outro, tomando como parâmetro as suas próprias experiências, alegrias e decepções.

---

[663] Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., 241.

[664] Idem, ibidem.

[665] Idem, p. 21. Ao procurar comprovar ser Manoel Ignácio o autor do *Caboclo*, Querino, em nota de rodapé esclarece sobre a sua afirmação: "Os Sr.s José Álvares do Amaral e Damasceno Vieira, em publicações referentes ao 2 de julho, dão ao escultor Bento Sabino dos Reis como autor do *Caboclo*. Há engano; é trabalho de Manoel Ignácio da Costa. Isto sempre ouvi a escultores antigos, e o testemunho de maior peso é o Sr. Antonio Machado Peçanha, discípulo do referido Manoel Ignácio, que me declarou ter ouvido a seu mestre que *ainda havia de, com um pouco de betume, dar as feições características da raça indígena, no rosto do caboclo, pois não o achava bom*. Deixou assim ficar a contento da comissão que o encomendara. Ainda mais; o Sr. Peçanha, que ainda vive, viu nas paredes da oficina os traços a lápis do dito caboclo, como era de costume proceder seu mestre, com trabalhos de vulto." Trata da escultura do Caboclo, obra realizada por volta de 1826, que sai, ainda hoje, no desfile cívico por ocasião dos festejos do Dois de Julho, dia a independência da Bahia.

Manuel Querino elaborou uma história social da arte articulada à história do trabalho, ao relacionar, a partir do sujeito social, aspectos da produção artística realizada no tempo à situação social de seus autores. Referindo-se a outro entalhador, Herculano Francisco Duarte, nascido em 1849 e falecido em 1903, considerado por Querino um homem de grande força de vontade, talvez o "melhor entalhador do seu tempo", observou o triste fim que levara:

> Desgostoso da arte, abandonou-a, e a morte veio surpreendê-lo entregue à humilde profissão de vendedor d'água.
>
> O destino tem desses golpes brutais![666]

Um fim semelhante teve o professor e artista João da Veiga Muricí. Querino elaborou uma biografia sobre o "eminente baiano", pontuando uma trajetória de sucessos e desenganos. O conhecido Professor Murici havia se consagrado "de corpo e alma" ao magistério público, lecionando as línguas francesa, latina, portuguesa, grega e, com especialidade, filosofia racional e moral. Do ensino tirou os meios de subsistência, permitindo-lhe "recrear o espírito no cultivo da poesia e da música". Robusteceu seus talentos e aprimorou sua educação política como membro da Sociedade-Biblioteca Clássica Portuguesa do Instituto Literário. Participou, como alferes de milícias, na revolução de 1837, cuja patente orgulhava-se de possuir. Distinguiu-se como musicista, tocador de flauta e especialmente violão. Foi o autor da música dos conhecidos cânticos da Noite de Reis. [667]

> Até com a unha, que de propósito não aparava, num polegar de um dos pés tocava admiravelmente o violão. Velho, sem recursos, invejado e perseguido pela sua vasta ilustração e saber, viu-se o erudito professor na precária contingência de implorar um lugar de contínuo na Secretaria da Câmara dos Deputados, da então província, intercedendo a seu favor um deputado que nada conseguiu, pois a mesa da Câmara respondeu-lhe que – Deus a livrasse de propor a nomeação de um homem diante de quem não poderiam eles falar.[668]

Pontuando as suas qualidades profissionais, artísticas e morais, Querino ressaltou ter sido o Professor Murici vítima de perseguições, resistindo heroicamente a todas elas, "até que foi vencido pelo desgosto, pela injustiça e pelo peso dos anos."[669]

---

[666] Querino, *Artistas*, Op. Cit., p. 248.
[667] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1946, pp.323-328.
[668] Idem, p. 326.
[669] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1946, p. 324.

> Devorado pela pobreza insubmissa, mesmo assim, nunca se escravizou às ruins paixões.
>
> (...)
>
> ... faleceu nesta Capital, em 24 de fevereiro de 1890, aos 84 anos de uma existência exuberante de triunfos e cheia de dissabores e desenganos.
>
> Tal é a vida dos grandes homens que vivem pela pátria e para a pátria.[670]

Na República, segundo Querino, a precariedade em investimentos nas artes era visível. O Estado deixou de incluir em seu orçamento subvenção a institutos de artes, como ao Liceu de Artes e Ofícios e à Escola de Belas Artes, companhias líricas ou dramáticas. Os mestres abandonavam o ensino das artes por falta de pagamento, como o exemplo de dois da Escola de Belas Artes. Foi eliminada a tradicional aula pública de música, criada no tempo colonial. A sua indignação em ralação à negligência com que eram tratadas as artes na Bahia foi exemplificada ao analisar a Exposição Nacional de 1908, ocorrida no Rio de Janeiro por ocasião das comemorações dos 100 anos da abertura dos portos. Representou a exposição como delegado enviado pela Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, quando pôde observar e comprovar o quanto a Bahia estava sendo mal-tratada no ramo artístico.

Considerou que o respectivo evento deveria ter sido "poderoso incentivo às aspirações artísticas e industriais", porém, devido "ao pouco apreço da comissão executiva", não atingiu semelhante resultado.[671] Descrevendo o que ocorreu na exposição e, em especial, no "pavilhão baiano", Querino criticou a falta de interesse de mostrar o que havia de melhor nas artes baianas, apesar de não possuírem o esplendor antigo, mostrando a falta de originalidade, por exemplo, das telas expostas:

> Lá figuraram três telas sobre assuntos da Bahia, pagas a cinco contos de réis cada uma, pintadas por artistas, que nem ao menos aqui vieram estudar ou apreciar o nosso meio, a nossa natureza, a nossa história. Executadas sobre informações, faltando, como é bem de ver, o cunho da originalidade, e, onde a Bahia está desconsideradamente representada por capadócios desenvoltos e raparigas de torço e saia, de modos desonestos, como para atestarem a psicologia e a moral da população baiana. Esta nossa observação, este nosso reparo tem a sua procedência; nem ao menos serviu de exemplo a patriótica deliberação da comissão executiva do Rio de Janeiro, exigindo que no teatro da exposição fossem levados à cena produções, unicamente nacionais. Os aplicados educandos do Colégio dos Órfãos de S. Joaquim apresentaram uma mobília

[670] Idem, pp.326/328. Querino sempre se refere às qualidades dos biografados, apontando o sucesso que alcançaram e por fim a decadência, no sentido da falta de reconhecimento social e profissional. Nestas entrelinhas, Querino se inclui entre aqueles que tiveram qualidades e sofreram perseguições e um final de vida semelhante. Querino também sugeriu, em nota de rodapé, a importância de se realizar um estudo sobre o biografado associado a "diversos setores da vida baiana", especialmente aqueles relacionados à Faculdade de Filosofia da Bahia.

[671] Querino, *As Artes*, 1909, p. 46.

> de quarto, em miniatura, muito interessante, trabalho que denota o zelo com que é ali distribuída a instrução. Pois bem: sabem qual o seu destino?
>
> Ficou atirada a um canto. E quando alguém condoído do desprezo a que fora condenada aquela manifestação da arte, quis armá-la para a devida apreciação não consentiram.
>
> (...)
>
> Foi um certame em que a Bahia mais uma vez, testemunhou o seu atual abatimento, contrastando com o fulgor de outrora.[672]

Na perspectiva de reunir utilidade e plasticidade, Querino se referiu ao pouco caso com que eram tratados os estudos da arquitetura, e, particularmente do desenho geométrico, na qualidade de desenhista e professor da matéria. Ao realizar uma análise crítica da antiga arquitetura colonial, considerada pela composição de "edificações irregulares, baixas, no estilo feio e forte...", Querino considerou como fatores da sua conservação e reprodução "ainda", "talvez como recordação histórica do barbarismo, ou como símbolo do desleixo habitual".[673] Contraditoriamente, Querino apelava para a destruição da arquitetura colonial e a substituição pelos estilos modernos que estivessem conforme os saberes de profissionais qualificados da área, inclusive dele mesmo. Com a costumeira provocação, assim se dirigiu às autoridades republicanas:

> Por conseguinte, os hábitos inveterados de uma sociedade em desacordo com as aplicações do belo não despertaram encorajamento e entusiasmo no estudo do desenho geométrico, por isso que não podia constituir objeto de cotação no ensino, como ainda hoje, principalmente, pelas influências do mando, de programas mal detalhados, escolha de local independente da opinião do arquiteto ou do engenheiro, adaptações detestáveis, transformando maus edifícios particulares em repartições públicas; tudo isso obriga, quase sempre, a arranjos, de onde nunca sairá um bom acondicionamento. Coisas tais mostram claramente que as posições autoritárias fazem e desfazem, a seu contento, desprezando as observações dos habilitados, atendendo unicamente ao mero capricho, que só enxerga pelo prisma do egoísmo, oriundo da incompetência.[674]

Ainda tratando da situação da arquitetura na Bahia republicana, Querino defendia a qualidade do arquiteto, conseqüentemente a sua própria qualidade, por reunir em si o artista e o construtor. A sua intenção foi de destacar a importância de reunir estilo e utilidade, como duas concepções articuladas à produção de uma obra ou de um objeto. Estas observações se coadunavam ao ideal de progresso e civilização. Mais uma vez afrontou com suas palavras a ordem republicana:

---

[672] Idem, p.46-48.
[673] Querino, *As Artes*, 1913, p. 05
[674] Idem, p. 5-6.

> Entre nós, dificilmente se encontra um trabalho arquitetônico, propriamente dito; há construções, mas sem arquitetura, sem a precisa originalidade.
>
> Dizer simplesmente que a "arquitetura é a arte de construir, dispor e ornar os edifícios", empresta-se ao arquiteto o caráter de mero decorador, a quem se reserva a ornamentação de edifícios – circunstância que destrói o valor de uma arte tão sublime, tão bela e graciosa, ligada sempre à grandeza e à glória das nações. Com toda a expansão da verdade, disse M. Hittorff: "A arte de construir pode-se encontrar entre os povos menos civilizados; enquanto que a arquitetura não pode ser senão o resultado da mais alta civilização".[675]

Como desenhista e arquiteto, apesar de não ter recebido o diploma do último, Querino lançou críticas aguçadas contra a "confusão e a balburdia arquitetônica, em que predominou o estilo barroco..." no Brasil e ao "desprezo de rudimentares elementos de salubridade nas habitações..." e à nenhuma preocupação dos poderes públicos com a arquitetura e a construção predial.[676] Posicionou-se e incluiu-se entre os que se preocupavam com os caminhos traçados pela urbanização republicana:

> É necessário grande esforço para resistir aos estragadores da arte para que não continuem a destruir aquilo que não compreendem.[677]

A sua paixão pela arte, bem como a intimidade com que se relacionou com as variadas expressões, foram dados autobiográficos deixados pelo próprio Querino nas linhas que dedicou aos talentos e às manifestações do belo da Bahia imperial especialmente. Pintura, música e poesia foram expressões que demonstrou terem sido sua preferência. Dentre as mais citadas ao longo da sua obra, a pintura esteve pouco à frente da música. A música foi uma outra admiração de Querino.[678]

Escreveu sobre a história da pintura desde as manifestações da Antigüidade no Egito até a atualidade baiana. Na Bahia, foi através das obras e artistas que traçou o percurso do desenvolvimento da pintura, bem como da escultura e do entalhe. Ao relatar sobre diversos trabalhos existentes na Bahia, especialmente aqueles realizados por religiosos, Querino se referiu à sua conservação graças à guarda nas igrejas:

> Esses e outros trabalhos, ainda existentes, verdadeiras relíquias, coube ao elemento religioso a glória de conservá-los, com carinho, e bem assim essas preciosidades que

[675] Idem, p. 7.
[676] Querino, Artistas Bahianos, 1911, p. 235-237.
[677] Idem, p. 238.
[678] Do que se tem notícia, dos quatro filhos de Querino três se tornaram artistas. Dois deles morreram antes de Querino: Manoel Querino Filho, pintor, associado da Sociedade Monte-pio dos Artífices, falecido em 11 de setembro de 1908; Alzira Querino, "com pendor apreciável para a Música, tendo como professor o maestro Guilherme Mello" (ATHAYDE, Op. Cit., p.20), falecida a 9 de maio de 1921; e Paulo Querino, "popular violinista" e integrava o Jazz Orquestra do "Ilhéus Cassino" (*Diário da Tarde de Ilhéus*, 11/04/1935), falecido em 11 de abril de 1935 na cidade de Ilhéus.

> perpetuam a grandeza artística da Bahia. É na igreja modesta, como no suntuoso templo, que se encontram a rica obra de talha, o formoso painel, a escultura grandiosa.
>
> Fora daí tudo perdeu-se: abate-se, mas não se eleva; derruba-se e não se constrói.
>
> E como lição ao presente, a religião e a arte representam a tradição de uma civilização pujante que passou.[679]

Mais uma vez Querino não deixou de atacar o seu presente republicano, demonstrando a pujança do passado e a decadência que testemunhava. É interessante observar que boa parcela dos artistas biografados eram originários de Santo Amaro da Purificação, ou seja, seus conterrâneos, especialmente os músicos. Sobre a música, Querino dedicou grande parte nos seus escritos. Segundo seu contemporâneo Athayde Pereira, "era conhecido o seu pendor pela arte musical, e a cultivava com interesse e se mais não fazia era por falta de tempo."[680]

> Guardo de memória o *28 de julho* em sua residência, no *Matatú*, onde era obrigatória a comparência (sic) dos seus íntimos, dos companheiros de arte, principalmente Guilherme Mello, professor dos Órfãos de S. Joaquim e também dos filhos, autor do livro "A Música na Bahia", há pouco falecido no Rio, onde residia, assim como era ele figura de prol entre os meus, em 16 de julho, compartilhando das alegrias da casa, sendo além do mais, explicador de desenho aos meus filhos, ginasianos então.[681]

Sobre as suas múltiplas habilidades artísticas, outro contemporâneo, o jornalista e consócio do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, Antônio Vianna, assim se referiu a Querino:

> Confesso-me incapaz de analisar ponto a ponto sua operosidade. Da sua arte disseram os mestres que era conscienciosa, e por isto mesmo o tornara mestre.
>
> No traço geométrico, no modular da escala cromática, no pincel ou na flauta ou no violão, em qualquer desses elementos artísticos o notaram como sabedor.
> Se não figurou nas galerias imortais dos pintores ou nos arquivos diletos dos executores clássicos, nem por isto deixou de revelar aquelas qualidades que o elevaram à estima julgadora dos seus coevos.[682]

A música foi considerada a primeira arte liberal introduzida na Bahia ao chegar na comitiva do primeiro bispo nomeado para a Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha. Ou seja, a música foi uma expressão associada, desde os tempos coloniais, ao catolicismo, como também à matriz africana. Sobre o ensino da

[679] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. 48.
[680] Athayde, Op. Cit., p. 22.
[681] Idem, p. 26. Athayde refere-se ao dia do aniversário de Querino, 28 de julho.
[682] VIANNA, Antônio. *Palavras proferidas*... Op. Cit., p. 310.

música pouco foi conseguido levantar por Querino. Para o século XIX, citou Tollenare como depoimento sobre a música brasileira, publicado nas *Chronicas Domingueiras:*

> A música de sociedade é medíocre quanto à execução. Tocam piano e arranham a guitarra de um modo lamentável; mas, cantam toleravelmente em italiano. Os ouvidos são musicais, percebe-se-o (sic) na harmonia que reina nas peças de carias vozes.
>
> Há cantigas brasileiras peculiares que são muito agradáveis; recentemente publicou-se em Londres uma coleção delas. Chamam-nas de modinhas; as palavras são ordinariamente anacreônticas e as melodias graciosamente tocantes. Os negros têm também algumas melodias bonitas; a sua música os transporta a ponto de lhes ocasionar uma embriaguez delirante, e, entretanto, freqüentemente, não dispõem de outro instrumento além de uma cabaça cheia de calhaus.[683]

Observe-se pelo testemunho de Tollenare, a associação que fez entre a música erudita, ligada à religiosidade, e a musicalidade popular, relacionada à matriz africana. Mesmo diante das condições de estagnação em que se encontrava a música no Brasil, os compositores adaptavam à sua realidade, tornando inéditas suas composições, afastando-se do caráter religioso e aproximando-se do "ligeiro e mundano. Os músicos, isoladamente, são medíocres; mas guardam bom compasso", assim concluiu Tollenare.[684]

O ensino da música foi organizado em 1818 e, em 1856 integrada à Sociedade de Belas Artes. Em finais do século XIX, o governo suprimiu a cadeira de música, sendo, com o advento da República, restabelecida com a nomeação do professor Ludgero José de Souza. Mas a fragilidade do ensino da música ficou acentuada "por força do *patriótico* regulamento de 1904", quando o referido professor fora colocado em disponibilidade,vencendo o ordenado para não ensinar. Querino concluiu com a decepção costumeira:

> É mais uma prova de pouco apreço a que chegou o interesse do poder público para com a instrução popular.[685]

Apesar da pouca ou nenhuma manifestação por parte dos poderes públicos em defesa do ensino da música na Bahia, Querino fez questão de prestigiar artistas que se destacaram e outros que no anonimato haviam produzido composições e se dedicado

[683] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. 157, apud. Tollenare, Louis Françoie de. Notas Dominicais in *Revista do IGHBA*, v. 33, 1907(p.35-127). Segundo Querino, estas notas haviam sido escritas entre os anos de 1817 e 1818.
[684] Querino, *Artistas*, 1911, p. 157.
[685] Idem, p. 159-161.

à música, não obstante as adversidades. Um exemplo foi o artista Damião Barbosa d'Araújo, nascido na cidade de Itaparica em 1778 e falecido em Salvador em 1856:

> Seu pai, hábil sapateiro e amante da música, destinara ao cultivo desta arte todos os três filhos varões que possuía.
>
> Somente Damião Barbosa pôde seguir a vontade paterna, por terem falecido os demais. Vocação decidida e bem aplicada, sem bons mestres, nem escola, tornou-se um bom artista, como era possível naquela época, tocando primeiro violino num teatrinho de madeira, existente no Guadalupe, hoje Praça dos veteranos, denominado Theatro da Ópera.[686]

A partir da vinda de D. João VI ao Brasil, Damião animou-se a seguir para o Rio de Janeiro a fim de aperfeiçoar-se na arte. Não encontrou conservatório nem o cultivo da música. Relacionou-se com mestres da época como os padres José Maurício Nunes Garcia e Marcos Portugal. Conseguiu o lugar de adido na música da Brigada do Príncipe, tornando-se depois chefe e compositor. Foi admitido mais tarde violinista na capela imperial e mestre de uma banda de música de menores. Escreveu arietas, duetos e coros para operetas portuguesas, bem como romances, concertos, músicas sacras, marchas e outras composições militares. Escreveu o hino ao Dois de Julho, executado em 1829, cuja poesia foi de autoria de Ladisláu dos Santos Titára.[687] Assim Querino se referiu ao artista local que havia se notabilizado nacionalmente:

> Inteligência robusta e laboriosa, à custa de muito trabalho, conquistou a sua láurea entre os apreciadores do seu inesquecível merecimento artístico.[688]

Outro exemplo de luta pelo engrandecimento da música no país, foi o trabalho realizado por Miguel Torres. Nascido em 1837 e falecido em 1902, formou-se com o seu pai e único mestre. Foi nomeado mestre da música do 1º. Batalhão de Artilharia do Exército, no Rio de Janeiro (1859), e daí se deslocou para o Pará e Manaus, onde organizou a música do estabelecimento dos educandos artífices. De volta à Bahia, organizou a banda da Guarda Nacional, em Nazaré, e, fixando residência em Salvador, lecionou para os menores no Arsenal de Guerra, na Academia de Belas Artes e em diversas filarmônicas, e desenvolveu grande atividade na direção de orquestras. Compôs marchas, dobrados, missas, e outros estilos. Seu instrumento predileto era o "ophicleide". Querino considerava que se o artista tivesse freqüentado afamados conservatórios da Europa, "naturalmente perpetuar-lhe-ia a memória um desses

[686] Idem, p. 167.
[687] Querino, *Artistas*, 1911, p. 167-169.
[688] Idem, p. 168.

grandiosos poemas sinfônicos, que fazem a glória do artista."[689] Referindo-se ao desgosto experimentado pelo artista com a decadência da arte, Querino reproduziu um depoimento seu através do maestro português Barreto Aviz:

> Estou velho e cansado, não tanto pela idade, mas de lutar contra a decadência da música, na minha terra, cuja educação está em poder do charlatanismo, há uns bons 30 anos; e já não vejo o meio de arrancar-lhe das mãos.[690]

Seguidamente, Querino relacionava a origem dos artistas à situação de pobreza. Possivelmente para comprovar que o talento independia da origem de classe e de raça e que, a partir do esforço pessoal, tornava-se possível alcançar o grau de perfeição perseguido por todos os artistas. Mas a sua maior preocupação era com a falta de apoio público para a formação daqueles talentos que não conseguiam progredir em função da inexistência de escolas que oferecessem instrução artística de qualidade, especialmente destinadas às classes populares. Francisco Irineu de Mattos foi um dos que demonstrou seu talento, não obstante a sua origem. Foi exposto da Santa Casa de Misericórdia e estudou música na Companhia de Menores do Arsenal de Guerra, lugar para onde iam os mais pobres e órfãos aprender um ofício enquanto trabalhavam. Pela sua "aplicação e comprovado talento, fora escolhido contra-mestre." Era clarinetista, "valente instrumentista e excelente compositor." Compôs dobrados, marchas e muitas outras composições inéditas que se perderam ou foram destruídas. Escreveu um compêndio de música inédito e lecionou em diversas filarmônicas em Salvador, Valença, Nazaré e Areia. Tornou-se mestre de música do Corpo de Polícia no Estado do Espírito Santo, onde faleceu em 1893, aos 43 anos de idade.[691]

Muitos artistas biografados por Querino tiveram a sua base formativa no Liceu de Artes e Ofícios. Na sua maioria, eram do sexo masculino. Contudo, Querino destacou entre as raríssimas mulheres, Maria da Cruz Cunha, nascida em Santo Amaro, que havia estudado no mesmo Liceu com o maestro Remidio Domenech. Após "brilhante tirocínio", foi lhe conferido o diploma de habilitação, passando a lecionar em casas particulares, a dirigir um grupo coral feminino e a escrever alguns trabalhos como: *Guia Prático* para a organização de grupos corais e instrumentais; *Compêndio Elementar de Música*, dedicado ao Liceu de Artes e Ofícios como prova de

[689] Idem, p. 199.
[690] Idem, p. 198.
[691] Querino, *Artistas*, p. 210-211.

reconhecimento, que, na Exposição Nacional de 1908 obteve diploma com medalha de ouro.[692]

Manuel Querino teve a intenção de demonstrar através de obras e autores, a riqueza artística produzida na Bahia. Pretendeu dignificar pessoas, artistas anônimos que representaram o Brasil nas mais diversas ocasiões. Neste sentido, o seu trabalho de recolher nomes, aqui e acolá, na sua maioria de origem pobre, foi uma resposta que quis dar àqueles que desdenhavam da produção artística brasileira. Assim, em nota intitulada "Retificação Histórica", expôs sua indignação, protestando contra "o ilustre e diplomata Manuel d'Araújo Porto Alegre, depois Barão de Santo Ângelo", que havia publicado um artigo na *Révue Brésilienne*, depois transcrito por J. B. Debret, que depreciava a música produzida na Bahia. No referido artigo, o autor comparava a música na Bahia com a realizada em Pernambuco e Santa Catarina. Estas se aproximavam às escolas alemãs. Já na Bahia a música era considerada um *lundum*, sua melodia tratada como excessivamente voluptuosa. Seus habitantes seriam estimulados pelos alimentos apimentados, o que justificaria as atitudes de indolência.[693]

Em face de todas as comprovações da qualidade artística e da quantidade de artistas produzidos na Bahia e muitos deles reconhecidos na Corte, Querino não se conteve:

> Como se vê, não podia ser maior a falta de escrúpulo de um homem superior, em assumir tamanha responsabilidade, ao lado do desconhecimento das coisas de seu país.[694]

Querino explicitou a sua indignação, invalidando, com o documento que produziu, a opinião do "ilustre diplomata Barão de Santo Ângelo" com relação à música na Bahia. Protestou contra a injustiça que havia perdurado por muito tempo. E concluiu:

> Fica, pois, entendido que nas três primeiras décadas do século passado, a música, em nossa terra, não se limitava ao lundu.
>
> Havia músicos distintos, havia orquestra, havia música religiosa e mestres de bandas marciais.
>
> No caso vertente, tem toda aplicação o que dizia Próspero Diniz redator da "*Marmota*":
>
> "Há certos sábios de alto nariz, que ignoram a história, de seu país."[695]

[692] Idem p. 221-222.
[693] Idem, *Artistas*, p.228.
[694] Idem, p. 229.
[695] Idem, p. 231.

A musicalidade popular foi cotejada e incluída na sua produção intelectual dedicada às artes. Foi um trabalho em que freqüentemente relacionou a qualidade dos talentos populares à produção de uma cultura artística na Bahia. Em *A Bahia de Outrora*, particularmente, Querino preencheu suas crônicas com diversas quadras de canções que integravam o cotidiano popular nas mais variadas manifestações e ocasiões. Nelas o povo era o protagonista das cenas que compunham diversas festividades como do Natal, da noite de reis, da noite primeira de julho, das cheganças, dos cucumbis, da capoeira, da vida no lar, da cadeirinha de arruar, da extrema unção, da romaria dos jangadeiros, da lavagem do Bomfim, da Bahia e a campanha do Paraguai, dos festejos campestres, do cantor de modinhas.... Todas as oportunidades de reunião eram celebradas com música e muita poesia. À época do Natal, ganhadeiras levavam à cabeça grandes tabuleiros repletos de figurinhas de presépio, mercadejando esses artefatos munidas de "um chocalho de folha de Flandres", despertando a atenção dos compradores cantarolado esta quadra:

> As barras do dia
> Já vêm clareando;
> Que belo menino
> Na Lapa chorando![696]

Os bailes pastoris, escritos por homens de letras como João da Veiga Murici, J. G. Santos Reis, Olímpio Deodato Pitanga, padre Maximiano Xavier de Santana e muitos outros, e com músicas "bem adaptadas pelos melhores compositores do tempo, e, aproveitados com sucesso, excelentes trechos de óperas, notadamente do *Trovador, Traviata, Ernani e Norma*, os quais desse modo realçavam animadoramente (sic) as diversões do fim de ano"[697], foram destacados por Querino em publicação que reuniu "pequenos dramas do assunto religioso que fizeram o encanto de muitas gerações, pelo fundo moral que encerraram."[698] Nesta pequena publicação que coordenou, Querino procurou, além de homenagear seus autores, dar o devido relevo à composição dramática que compunha todo o espetáculo.

> Convém notar que os protagonistas desses Bailes, os pastores identificados com o papel que lhes distribuíam tornaram-se, mais tarde, aplaudidos como amadores da arte dramática.

[696] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1946, p. 12.
[697] Idem, p. 12-13.
[698] Querino, *Bailes Pastoris*, 1914, Introdução.

> Os ensaiadores não esqueciam a mímica, a gesticulação, as atitudes, o jogo de cena, enfim; de modo que convergisse tudo para os mais inesperados efeitos dramáticos.[699]

Com a saudade peculiar, Querino lembrou das noites de sábado, movimentadas pelos trovadores, especialmente na freguesia da Sé e parte da de São Pedro, para onde convergiam "notívagos" atraídos pelos afamados *mocotós da meia noite*. Era uma celebração "a horas mortas da noite, como se se tratasse de uma grande festa popular." Reuniam-se "jornaleiros de todas as profissões, cantores de modinhas, tocadores de violão, caixeiros e outros amantes de diversões."[700] Relacionando tal festividade ao atual regime republicano, Querino desabafou:

> Essas noites conservavam-se sempre muito animadas, até à proclamação da República, quando um dos primeiros governadores entendeu de dissolver aqueles pacíficos ajuntamentos, com receio da reprodução das graves correrias que assinalaram os primeiros dias do novo regime. Às nove horas da noite, quem penetrasse nos lugares acima observava o seguinte: um grupo se entretinha a jogar *três sete*, mudos como uma esfinge, a fazerem sinais com as cartas, com o olhar ou com gesticulação combinada, enquanto pontas acesas de cigarros baratos fumegavam nas extremidades da mesa. Aqui, alguns dividiam bebidas: são os que estão de cabeça *inchada e peito ferido*. Ali, outros assentados aplaudem os triunfadores da noite. Acolá, estão os trovadores que, em surdina, *davam o tom* aos tocadores de violão, para começo da cantoria. Às vezes, nessa questão de *dar o tom*, consumia-se largo tempo, pois não descansavam as craveiras do popular instrumento baiano.[701]

As noites de sábado foram para Querino uma experiência vivida entre música, trovas, comida, bebida, conversas, pilhérias picantes, animação e tudo o que se referisse à preferência popular. Os cantores começavam a folia a partir das dez da noite, com as modinhas mais ouvidas entre calorosos aplausos como "Gigante de pedra", "Virgem Santa", "Belas Baianas", "Tão longe de mim distante", "Vai cruel em braços doutros", "Rosto d'anjo", "Prazeres que eu não sonhava", "Resposta ao Trovador", etc.[702] Assim Querino se incluía naquelas noites, lembrando os detalhes que

---

[699] Idem, ibidem. Existe no Arquivo Municipal de Salvador um conjunto de partituras consideradas de autoria de Manuel Querino. Contudo, é importante observar que na capa, redigida com letra de Manuel Querino, consta "Manuel Querino, Bailes Pastoris, cópia de Alípio Rebouças". Abaixo leva a assinatura de Paulo Querino. No seu conjunto existem rabiscos de letras e desenhos a lápis, provavelmente feitos por criança. Como em seu conjunto existe a identificação das autorias para cada música, com certeza tais partituras não são da autoria de Querino. Provavelmente tenham sido copiadas por Alípio Rebouças, músico citado por Querino em *Artistas Bahianos,* tocava flautim, compositor de missas festivas, réquiem, diversos dobrados, valsas, mazurkas, polcas, credos, tedeum, etc. e professor de filarmônicas e funcionário público, ou eram de propriedade do músico e copiadas por Querino. O nome de Paulo Querino, seu filho, aparece como indicativo do seu envolvimento com a música, pois foi violinista. Note-se que as músicas existentes neste conjunto de partituras são diferentes das publicadas em "Bailes Pastoris" publicados por Querino em 1914.

[700] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1946, "O Mocotó", p. 192.

[701] Idem, p. 193.

[702] Idem, p. 194.

só uma testemunha seria capaz de relatar: Os comentários sobre a qualidade da voz de Totônio das Candeias ou de "Camilo peito de bronze do Pau Miúdo".

> Aquela voz parece melado de pingos d'ovos a escorrer. E que me diz do acompanhamento do Elói beiçola ou do Chico dedo de ouro? Ah! Esses são mestres no violão.
>
> E o diálogo prosseguia nesse diapasão, em que se fazia a apologia dos cantores e tocadores, vivos, mortos ou desterrados pela polícia, para outros climas.
>
> (...)
>
> Esses divertimentos não obrigavam a presença da polícia ou dos *urbanos*, a não ser algum abreviado exercício de rasteira, soco, cabeçada ou coisa equivalente, que de momento terminava, porque não estava em uso a faca, a pistola, o revólver. Tudo isto emprestava às noites de sábado ruidosa animação. Nesses bons tempos ainda não existiam os cavalos de corridas, as regatas e os exercícios de "foot-ball".[703]

Não foi por acaso que Jorge Amado tivesse se inspirado em Manuel Querino para construir o personagem Pedro Archanjo de *A Tenda dos Milagres*.[704]

◊ Querino entre a ficção e a realidade

Associando o seu perfil popular ao do intelectual, reuniu em um só indivíduo elementos que faziam parte da rotina da cidade nos diversos espaços sociais. Resgatado na sua literatura, Jorge Amado emprestou a voz de Pedro Archanjo para contar a história de um homem no conjunto de histórias características de outros homens que circularam e contribuíram para a formação da cultura baiana.

---

[703] Querino, *A Bahia de Outrora*, p. 194-195.

[704] Jorge Amado. *Tenda dos Milagres*. Ano de publicação da 1. edição: 1969. Ano de ocorrência da história: 1968; Períodos e fatos relacionados ao longo da narrativa: 1968 - período da ditadura militar e do centenário de nascimento do personagem; referência ao comunismo; 1868 (18/12) (ano de nascimento do personagem);1895 – Afoxé da Embaixada Africana sai pela primeira vez, mostrando a corte mirífica de Oxalá; 1898 – Sai os afoxés Pândegos da África e Filhos da Aldeia – afoxé de caboclo, deslumbrante novidade;1900 – aos 32 anos Pedro Archanjo é nomeado Bedel da Faculdade de Medicina.;1º. quartel do 'seculo XX – luta de idéias e princípios sobre teorias racistas; 1904 – proibição do desfile dos afoxés em Salvador; 1907 – Publica o livro *A vida Popular na Bahia*;1918 – retornam os afoxés após 15 anos de proibição; Publicação *Influências Africanas nos Costumes da Bahia*; Comemoração dos 50 anos de Pedro Archanjo; 1920-1926 – perseguição policial aos candomblés, rodas de samba e qualquer manifestação africana; 1923 – casamento de Tadeu, filho de Pedro Archanjo; 1928 – fichário da polícia com prontuário de Pedro Archanjo, estabelecido como mazorqueiro notório, que rebelou-se contra os nobres catedráticos; Publicação de "Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas"; 1929 – Publicação de artigo no Estado de São Paulo de Sergio Milliet "A culinária baiana – suas origens e preceitos"; 1930 – Publicação de *A culinária baiana – suas origens e preceitos*; 1934 – Greve dos trabalhadores da linha Circular; 1943 – morte do personagem Pedro Archanjo. Alguns estudos atribuíram ter sido Manoel Querino o historiador que inspirou Jorge Amado na construção do personagem Pedro Arcanjo em *A Tenda dos Milagres*, como: MOURA, Mariluce de Souza. *Fotografia na Bahia: apesar das perdas, um retrato nítido de mais de um século*. Fotobahia 79, Salvador, s/ed. 1979 e GOLDSTEINEM, Ilana Seltzer. *Literatura e Identidade Nacional: O Brasil Best Seller de Jorge Amado*. São Paulo: USP, 2000 (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social). Nesta dissertação a autora realizou uma análise antropológica do romance Tenda dos Milagres, traçando as características de personagens a partir de dados da realidade, como por exemplo dos personagens Nilo Argolo, relacionado-o a Nina Rodrigues e Pedro Archanjo a Manoel Querino.

O diferencial do protagonista Pedro Archanjo no conjunto de outros homens simples que viveram nas experiências da cultura popular, foi a sua qualidade de intelectual articulada à simplicidade e à complexidade; à singularidade e à pluralidade. Este diferencial foi inspirado na existência de Querino, por ser negro, oriundo das classes populares, mas que era distinguido pelo seu saber "científico", pela sua capacidade de ensinar e também de sempre estar aprendendo com o povo, com o negro, africanos e descendentes, sobre os mistérios de uma cultura discriminada, perseguida e que poderia desaparecer com o fim de uma geração de africanos sem deixar registros para a posteridade.

Moço, com seus vinte e poucos anos, Archanjo

> Deu na mania de anotar histórias, acontecidos, notícias, casos, nomes, datas, detalhes insignificantes, tudo que se referisse à vida popular (...) era cheio de quizilas, de saberes e certamente não se devera ao acaso sua escolha, tão moderno ainda, para alto posto na casa de Xangô: levantado e consagrado Ojuobá...[705]

Pedro Archanjo, "por tudo ver, tudo saber, tudo escrever", tornara-se Ojuobá – os olhos de Xangô. Tinha grande memória.

> ...guardava conversa, um gesto, um fato, com todos os detalhes durante meses e anos, sem necessidade de anotar.[706]

A partir da leitura crítica do romance, foi possível identificar vestígios de fatos da realidade no emaranhado da ficção literária, com diversas aproximações entre o sujeito Manuel Querino e o personagem Pedro Archanjo. São algumas características singulares que não deixam dúvidas de terem se constituído em inspiração para o romancista das histórias populares da *Baía de Todos os Santos*.

---

[705] AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 91. Em 1973, a Universidade Federal da Bahia homenageou Manuel Querino pela passagem do cinqüentenário de sua morte com um curso de extensão "Vida e Obra de Manuel Querino", coordenado pelo Professor Waldir Feitas de Oliveira. Nele, participaram alguns professores dedicados aos estudos baianos como Cid Teixeira, Clarival Valladres, Jorge Calmon, José Calazans, Vivaldo da Costa Lima, Frederico Edelweiss, Thales de Azevedo e Marli Geralda Teixeira. Foram ministradas aulas-conferências sobre diversos aspectos da vida e obra de Manuel Querino. *A Tarde*, 9, 14, 18, 19, 20, 25, 26, 27/07/1973 ; 04 e 08/08/1973. Em conferências do Prof. José Calazans, "Querino, um folclorista realizado", o mesmo comentou sobre a forma em que trabalhava na sua pesquisa – " fazia anotações em cadernos, tendo inúmeros deles em sua casa...". Na ocasião "lamentou que três dias depois da sua morte, toda sua biblioteca fosse dispersada, perdendo-se assim coisas de valor." A Tarde, 26/07/1973. Infelizmente, nas pesquisas realizadas para este trabalho, os referidos cadernos não foram identificados no seu acervo pessoal e nem no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, onde fora diretor. Sobre a prática das anotações, Querino se referiu em artigo sobre "Costumes Familiares", como " curiosa instituição" realizada por rapazes, os quais eram destinados a aprender a ler e escrever. Eram eles que, em cada freguesia, "tinham por profissão recolher, em cadernos de notas, os fatos mais importantes dos respectivos quarteirões, principalmente os que se relacionavam com as fraquezas da vida pública e particular das pessoas mais salientes." QUERINO, *A Bahia de Outrora*, 1946, pp. 224-225. Possivelmente Querino tenha sido um desses rapazes que se iniciou nesta "profissão", o que tenha lhe rendido a publicação de trabalhos baseados na observação e, sobretudo, na tradição oral.

[706] AMADO, Op. Cit., p. 22

Da leitura foram identificadas pistas que aprofundaram algumas indagações, como por exemplo, a rivalidade intelectual entre Querino e Nina Rodrigues. Os personagens do romance foram inspirados em pessoas que circularam pela cidade nos diversos ambientes: Faculdade de Medicina, Casas de Candomblé, Faculdade de Filosofia, oficinas tipográficas, ateliês de arte, bares, igrejas, castelos, casas de família, pensionatos, escolas, cais. Os temas abordam questões históricas, antropológicas, etnográficas, culturais, científicas, jornalísticas, políticas, religiosas, amorosas, do cotidiano, do trabalho, no ambiente da cidade do Salvador, em especial na região do Pelourinho.[707]

Jorge Amado construiu a sua origem relacionando-a a fatos que fizeram parte da vida de Querino, como aqueles relativos à sua orfandade no contexto da epidemia do cólera, ao perder a mãe "no adubo da miséria" de bexiga negra.

> Ótima safra, a maldita fez colheita farta e até em casas ricas foi buscar defunto.[708]

A Guerra do Paraguai apareceu na história do personagem por ter sido lá que perdera o pai, pedreiro, recrutado e levado a pulso e tornado cabo, o que perfeitamente se relacionava à participação de Querino na respectiva Guerra servindo em batalhão no Rio de Janeiro. Teria Archanjo vivido, como Querino viveu, alguns anos no Rio de Janeiro e, ao retornar à Bahia, teria, o primeiro, exercido o ofício de tipógrafo, enquanto o segundo, o ofício de pintor decorador. Ambos os ofícios relacionados às artes manuais. Outras aproximações se sucederam como ter sido o personagem empregado da Faculdade de Medicina e perdido o emprego, após tê-lo exercido cerca de trinta anos, devido à repercussão de um de seus livros. Manuel Querino foi funcionário público da Secretaria de Obras e após mais de 20 anos de exercício fora inesperadamente afastado das funções numa reforma administrativa, em 1916, ano em que publicou o seu livro *A Raça Africana*. Freqüentaram ambos o Liceu de Artes e Ofícios, distinguiram-se em Português e desde cedo foram dados à leitura.

> Já homem maduro aprofundou-se no estudo da antropologia, da etnologia e da sociologia. Para fazê-lo aprendeu francês, inglês e espanhol. Seus conhecimentos da vida e dos costumes do povo eram praticamente ilimitados.[709]

---

[707] Sobre a relação dos personagens de Jorge Amado às pessoas do mundo real, ver TAVARES, Paulo. *Criaturas de Jorge Amado. Dicionário biográfico de todas as personagens imaginárias, seguido de índice onomástico das personalidades reais ou lendárias mencionadas, de elenco de animais e aves com nomes próprios e de roteiro toponímico da obra de ficção de Jorge Amado, totalizando 4.910 verbetes*. 2. ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1985.
[708] AMADO, Op. Cit., p. 87.
[709] Amado, Op. Cit., p 170.

Archanjo foi um estudioso compulsivo. Pesquisou, leu sobre antropologia, etnologia, sociologia. Leu teses racistas de Gobineau, Lombroso Cesare, entre tantos outros autores da corrente que prevaleceu nos estudos da medicina legal. Leu brasileiros e baianos como Alberto Torres, Evaristo de Morais...

> ...estudou. Com ordem, método, vontade e obstinação. Necessitava saber e soube: leu o que havia sobre problemas das raças. Devorou tratados, livros, teses, comunicações científicas, artigos, percorreu coleções de revistas e jornais, rato de biblioteca e arquivos.
>
> Não deixou de viver com intensidade e paixão, de pesquisar no quotidiano da cidade e do povo. Apenas, aprendeu também nos livros e, investigando sobre um tema central, enveredou por múltiplos caminhos do conhecimento e fez-se capaz. Tudo quanto empreendeu naqueles anos teve objetivo, intenção e conseqüência.[710]

Teria Pedro Archanjo publicado quatro livros: *A Vida Popular na Bahia* (1907); *Influências Africanas nos Costumes da Bahia* (1918); *Apontamentos sobre a Mestiçagem nas Famílias Baianas* (1928) e *Culinária Baiana – suas origens e preceitos* (1930). Tais trabalhos foram considerados pelos intelectuais estudiosos da antropologia, como o norte-americano prêmio Nobel James D. Levenson, "um dos criadores da moderna etnologia".[711] Teriam se tornado

> ...fundamentais para o estudo do folclore, o conhecimento da vida brasileira nos fins do século passado e nos começos do atual, e sobretudo para a compreensão do problema de raças no Brasil.[712]

No romance, Archanjo teria pago alto preço pelo livro *Influências Africanas nos Costumes da Bahia*.

> Não lhe custara apenas mais de dez anos de responsabilidade e contenção, pagou alto preço em crenças, pontos de vista, opiniões, preceitos, maneira de ver e de agir; antes era um, agora outro, diferente. Quando se deu conta, fora virado pelo avesso, tinha nova medida de valores.[713]

Tais publicações corresponderam àquelas realizadas por Manuel Querino, considerando a relação existente entre os títulos e conteúdos originais – *A Bahia de Outrora – vultos e fatos populares* (1916, 1922, 1946, 1955); *A Raça africana e os seus costumes na Bahia* (1916, 1917, 1938, 1955, 1988); *O Colono Preto como fator de*

[710] Idem, p. 181.
[711] Idem, p. 171.
[712] Amado, Op. Cit., p. 171.
[713] Idem, p. 215.

civilização brasileira (1918, 1954, 1955, 1938, 1988); *A Arte Culinária na Bahia* (1928, 1938, 1951, 1988).

Como "ardente defensor da miscigenação, da fusão das raças", Archanjo continuava presente com a sua obra, a qual era reeditada, anotada e comentada pelo Professor Artur Ramos, da Faculdade de Letras da Universidade do Brasil, e que teria resgatado a sua obra, relegada ao esquecimento durante muitos anos, tornando-a internacionalmente conhecida e admirada.

> Neste ano de 1968, nas comemorações de seu centenário de nascimento, muito se tem escrito sobre Pedro Archanjo. Destacam-se os trabalhos do Prof. Ramos e o prefácio à tradução norte-americana de seus livros, de autoria de Levenson: Pedro Archanjo, um criador de ciência.[714]

Jorge Amado construiu a sua crítica em torno das comemorações do centenário de nascimento de Pedro Archanjo. Descreveu-as com as cores da ironia, por ter sido em função do reconhecimento do estrangeiro David Levenson sobre a sua obra a movimentação que se deu na cidade sobre a figura do ilustre desconhecido da massa de leitores.

> Ora, de súbito, não só os jornalistas, mas os poderes públicos, a Universidade, os intelectuais, o Instituo, a Academia, a Faculdade de Medicina, os poetas, os professores, os estudantes, a classe teatral, a numerosa falange da etnologia e da antropologia, o Centro de Estudos Folclóricos, a turma do turismo e outros desocupados, todos se deram conta de que possuíamos um grande homem, um autor ilustre, e o desconhecíamos, não lhe dávamos serventia sequer em discursos, relegando-o ao anonimato mais completo, sem nenhuma promoção. Começou então a corrida em torno de Archanjo e de sua obra. Muito papel, muita tinta e muito espaço em jornal foram gastos, a partir da entrevista de Levenson, para saudar, analisar, estudar, comentar, louvar o injustiçado escriba. Era necessário tirar o atraso, corrigir o erro, apagar o silêncio de tantos anos."[715]

Aqui Jorge Amado certamente se referiu aos intelectuais locais como "colonizados", pela necessidade da avaliação estrangeira sobre a prata da casa para poder serem reconhecidas as qualidades do nosso povo. O centenário de nascimento de Manuel Querino (1951), por sua vez, havia sido festejado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cujo planejamento foi iniciado desde janeiro, conforme as notícias veiculadas pela imprensa. Naquele ano foram festejados os centenários de outros ilustres da terra, entre os quais Manuel Querino figurava. Ao lado da proposta do Instituto Histórico, passou-se a organizar o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, a

[714] Amado, Op. Cit., p. 171.
[715] Idem, p. 20.

realizar-se na capital federal, cujos homenageados em seus centenários de nascimento estavam Silvio Romero, Manoel Querino, Vale Cabral e Pereira Costa. Organizou-se Comissão Bahiana de Folclore sendo o secretário geral Antonio Vianna.[716]

Para as comemorações do centenário de Querino, houve missa na Igreja da Ordem Terceira do Rosário dos Pretos, sessões públicas no palacete do Centro Operário, na sede da Sociedade Protetora dos Desvalidos, com a cooperação do Centro Lítero Recreativo Manoel Querino, e na Casa da Bahia – Instituto Histórico. Também houve exposição bibliográfica na Biblioteca Pública de assuntos folclóricos e tradicionais e de objetos do culto afro-brasileiro. Algumas adesões para tais comemorações foram recebidas pela Comissão Bahiana de Folclore, como as da Federação Bahiana do culto Afro-Brasileiro, do Centro Bahiano de Estudos Afro-Brasileiros e da Sociedade Henrique Dias.[717]

A cerimônia na Igreja do Rosário dos Pretos teve grande assistência de amigos e admiradores e foi celebrada pelo padre Gaspar Sadock.

> Após o ato, os presentes foram à sacristia, em visita à cova, onde se acham depositados os despojos de Manoel Querino, a qual se achava coberta de flores. Nessa ocasião, falou o major Cosme de Farias, que exaltou as qualidades do saudoso extinto, como educador da mocidade, jornalista, escritor abolicionista e político.[718]

Sobre as comemorações do centenário, algumas observações foram feitas pelo Estado da Bahia, ao considerar que não fizeram jus ao grande estudioso dos nossos costumes, enquanto pioneiro em "fazer a história pela pesquisa, pela verificação nas fontes, fazendo dos pequenos fatos veículos para as deduções do conjunto. Quase diariamente os seus artigos e suas crônicas eram voltadas para a formação do povo brasileiro, sobretudo baiano. E a raça negra teve nele um pesquisador e um defensor de primeira ordem".[719] Apesar da corrida em busca da sua obra já esgotada, novas edições estavam sendo "avidamente procuradas", a exemplo de *A Arte Culinária na Bahia*.[720]

---

[716] *Estado da Bahia*, 18/0/1951; *Diário de Notícias*, 20/01/1951; *Estado da Bahia*, 26/02, 06 e 27/04/1951; *Estado da Bahia*, 19/06/1951. Dos homenageados locais pelo Instituto Histórico figuraram: Engenheiro Miguel Teive e Argolo; Governador João Ferreira de Araújo Pinho; dramaturgo Francisco Moreira Sampaio; folcloristas Alfredo Vale Cabra e Manoel Raimundo Querino; historiador José de Oliveira Campos e poetas Matias José dos Santos Carvalho e Ladislau dos Santos Titara.

[717] *Estado da Bahia*, 21/07/1951.

[718] *A Tarde*, 23/07/1951.

[719] *Estado da Bahia*, 25/07/1951.

[720] No ano do seu centenário foi reeditado *A Arte Culinária na Bahia* pela Livraria Progresso Editora. Na mesma década foram reeditados outros títulos como: *O Africano com Colonizador* (novo título ao trabalho *O Colono Preto como fator de civilização brasileira*) (1954) pela Livraria Progresso editora; *A Bahia de Outrora* (1955) pela Livraria Progresso Editora; *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia* (1955) pela Livraria Progresso.

> Quando se vê passar o centenário de um baiano – e como foi realmente um baiano – sem que se tomem as autoridades competentes as providências para que sejam comemoradas com o maior relevo, como um exemplo às novas gerações, verifica-se quanto se subestima o valor da cultura e dos realmente grandes homens. Manoel Querino é uma das glórias das nossas letras históricas, e a vida modesta e humilde que viveu é antes de tudo um apanágio para a sua biografia. Que o governo tomasse a iniciativa de comemorar condignamente o seu centenário. E uma das comemorações mais valiosas seria editar, por exemplo, suas obras completas. E já que nada se fez no setor oficial, que nos congratulemos com aqueles que souberam rememorar com tanto apreço a memória de um grande escritor.[721]

As comemorações foram realizadas e encerradas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A idéia foi de ter o seu auge durante a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore, em agosto na Capital Federal. Assim foi noticiada a homenagem da "Casa da Bahia":

> Passa hoje o 1º centenário do nascimento de Manoel Raimundo Querino, bahiano pobre e artista que se distinguiu como tradicionalista, historiógrafo, folclorista, etnógrafo, sociólogo, educador e líder da classe operária a que pertencia e procurava dignificar.
>
> As entidades culturais da Bahia, a que se associaram as de outro caráter notadamente proletárias, promoveram homenagens à sua memória, homenagens que se encerram hoje em sessão pública, na Casa da Bahia, quando falará em nome do Instituto Histórico, da Academia de Letras e da Comissão Bahiana de Folclore, o confrade Antonio Vianna.[722]

Em artigo laudatório sobre a vida e obra de Manuel Querino, Antônio Osmar Gomes traçou a sua trajetória, como mais uma página de homenagem ao "homem de cor... que haveria de ser mais tarde, pelos seus grandes talentos e pelos seus próprios esforços, um cidadão e intelectual dos mais prestimosos e ilustres do seu tempo". [723] Assim, o autor considerava a motivação que o levara a escrever sobre Querino, não

> ...a veleidade de tornar mais conhecido ou tirar da poeira do esquecimento, o tão conhecido e já consagrado Manoel Querino, porém, sim, vimos associarmos às homenagens que as gerações presentes estão prestando à sua peregrina inteligência e ao seu trabalho fecundo de operário, de professor, de artista, legando-nos uma obra que muito bem traduz todos esses talentos intelectuais.[724]

E assim se sucederam novas abordagens, outros olhares, muita curiosidade e desejos de resgatar uma vida nos interstícios da briga humana, nas encruzilhadas da história.

---

[721] *Estado da Bahia*, 25/07/1951.

[722] *A Tarde*, 28/07/1951. Mais três notícias foram publicadas seguidamente: *Estado da Bahia*, 28 e 30 /07/1951; *A Tarde*, 04/08/1951 – artigo de Antonio Osmar Gomes.

[723] *A Tarde*, 04/08/1951.

[724] Idem. As comemorações transcorreram durante o 1º Congresso Brasileiro de Folclore que ocorrera em agosto de 1951 no Rio de Janeiro e ainda uma notícia de Homenagem pelo Centro de Pesquisa Folclórica da E. M. B. em outubro do mesmo ano. *Estado da Bahia*, 21 e 28/08/1951; *Estado da Bahia*, 27/09/1951; *Diário de Notícias*, 28/09/1951; *A Tarde*, 23/10/1951.

> Pedro Archanjo Ojuobá vem dançando, não é um só, é vário, numerosos, múltiplo, velho, quarentão, moço, rapazola, andarilho, dançador, boa-prosa, bom no trago, rebelde, sedicioso, grevista, arruaceiro, tocador de violão e cavaquinho, namorado, terno amante, pai d'égua, escritor, sábio, um feiticeiro.
>
> Todos pobres, pardos e paisanos.[725]

O artista, o político, o educador, o homem do povo e intelectual consagrado e referendado pelas elites letradas, e inesquecível para os anônimos, passou da vida para a memória social, cultural e política da Bahia. Como o mestre Archanjo, Querino sabia muito. Possuía "um armazém de ipsolones na cabeça e nos pedaços de papel. Mas o que ele [sabia] não [era] coisa de se perder em trova de tostão, [era] passaladagem de muita substância, enredos de que pouca gente ouviu falar."[726] Também

> Era bom de garfo, de garfo e copo. A conversa prolongava-se noite adentro, animada e cordial no calor da amizade; ouvir Archanjo era privilégio dos pobres.[727]

Tudo o que experimentou, escutou, perguntou e escreveu, foi analisado no âmbito das mudanças que se processavam com o novo regime. Criticou e compreendeu, no conjunto da política da civilização e do progresso, que as artes, a cultura popular, artistas, trabalhadores, o povo em geral, passavam por uma situação de desprezo, de desânimo, de decadência. Querino responsabilizou os governantes pela falta de incentivo público na formação de talentos potenciais que podiam ser aperfeiçoados e contribuir para o progresso social, político e material do país. A educação para as classes populares foi o ponto nevrálgico identificado por Querino nas suas críticas sobre os rumos republicanos que iam na contramão do desenvolvimento artístico e profissional.

[725] Amado, *Tenda dos Milagres*, Op. Cit., p. 323.
[726] Idem, p. 129.
[727] Idem, p. 27.

V

RASTROS DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIAS NA LEMBRANÇA

... o trabalho da memória que, justamente por se fundar
sobre a luta contra o esquecimento,
é também o reconhecimento implícito
da força deste último:
o reconhecimento do poder da morte".

Jeanne Marie Gagnebin

Querino testemunhou as transformações que se operavam no contexto da institucionalização do trabalho livre e da consolidação do regime republicano. Sobre elas, registrou em seus escritos inquietações próprias de quem experimentou dificuldades para movimentar-se nos diversos espaços de sociabilidade e desafiou as estruturas sociais baseadas no preconceito de classe e raça. O negro, órfão e pobre moveu-se na sociedade escravista buscando caminhos que garantissem a realização de suas crenças baseadas na justiça, na liberdade, na igualdade para todos. Acreditou na República como expressão política das garantias democráticas. As barreiras foram se solidificando e as dificuldades transformadas em decepções. Contudo, não se calou. Posicionou-se, expressou a sua indignação diante de questões que o afligiram ao longo da vida, a exemplo da situação do povo trabalhador em sua existência política, social e cultural.

Alguns dos elementos considerados críticos por Manuel Querino no programa republicano, que incluía a urgência higiênica e estética de destruir o passado e construir, sobre os seus escombros, uma nova estética baseada no progresso, na modernização e civilização, foram aqueles relacionados à situação de penúria que sofria os trabalhadores e o povo em geral. O seu posicionamento crítico em relação àquela República que havia sido proclamada baseou-se no conteúdo de classe presente no ideal civilizador, tendo em vista ser aspiração elaborada pelas elites, ao observar enganos e despropósitos dados à modernização. Assim ele desabafava:

> Nenhuma região do país tem suportado o peso do despotismo republicano, como a Bahia; talvez estejam castigando-lhe a altivez de outrora, com as maiores provocações.
>
> Desprestigiam-lhe o valor, deturpam-lhe o merecimento, fizeram-lhe representar o humilde papel de comparsa, em farrancho político, conservando-se estacionária e abatida, por ingratidão de seus filhos.
>
> Sucedem-se os empréstimos e a cantilena é sempre a mesma: o prurido enganoso do progresso material que não chega.
>
> Idéias e programas políticos desapareceram; pululam as personagens que as circunstâncias do momento bafejam.

> A preocupação desordenada de subir, a sede de fortuna rápida, a ganância do ouro sem amor ao trabalho, tem deslumbrado a uns tantos espíritos fracos ou pusilânimes, que se dizem oportunistas, quando a verdade é que eles depois de calejados no emprego do incenso podre da bajulação, que tudo vence, agarram-se às botas dos que pisam o Olimpo do poder.[728]

Como intelectual brasileiro, afro-descendente, comprometido com os valores culturais e políticos das classes artística e operária, se inter-relacionou com os universos da cultura popular, nos campos de lutas cotidianas estabelecidas nas ruas, terreiros de candomblé, associações artísticas e operárias, nos botequins, e da cultura erudita, nos espaços das instituições políticas – partidos e Conselho Municipal -, nos círculos de letrados - academias, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Colégios. Manuel Querino produziu a sua literatura contando-se a si em suas experiências, articulando e analisando criticamente, a partir dos saberes popular e erudito, as contradições existentes na sociedade brasileira e baiana em particular no interior da nova ordem republicana.[729]

No período de 1903 a 1922[730] produziu a sua escritura na perspectiva da história-testemunho enquanto participante, observador, pesquisador crítico que viveu em um período de muitas transformações no interior de tantas outras permanências que marcaram os processos que culminaram na implantação e consolidação da República. A estratégia que utilizou para contar sobre os acontecimentos presentes da nova ordem foi a de recapturar o passado para expressar suas críticas em relação ao momento vivido. Contou o seu presente a partir do lastro do passado colonial e imperial. A República foi o alvo dos seus ataques, especialmente em se tratando da

---

[728] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916, p. 44-45.

[729] Em documento manuscrito pelo próprio Manuel Querino, no qual está registrado o seu *curriculum vitae*, consta ter sido aprovado "com distinção no curso de arquitetura", ser ex-membro do júri de exposição, premiado com duas medalhas de prata e menção honrosa pela Escola de Belas-Artes; sócio benemérito, professor, premiado com as medalhas de bronze, prata, e ouro, pelo Liceu de Artes e Ofícios; premiado com grande prêmio no mostruário de produtos baianos; sócio-fundador e honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e correspondente do Instituto do Ceará; Sócio da Sociedade Bahiana dos Patriotas; benfeitor da Filantrópica dos Artistas; remido distinto da Sociedade Bahiana de Caridade; Sócio efetivo do Centro Operário, da Beneficente do Professorado Bahiano, da dos Funcionários Públicos do Estado, do Grêmio Literário; Capitão da Guarda Nacional, sócio-fundador da Associação de Oficiais da dita milícia. Oficial da Secretaria de Agricultura; condecorado com a medalha da Campanha Abolicionista da Bahia; ex-Conselheiro Municipal; ex-sub-comissário de Polícia; sócio correspondente da Exposição de Arte Religiosa de Petrópolis; autor dos seguintes trabalhos: Desenho Linear; Desenho Geométrico; Artistas Bahianos; As Artes na Bahia; Bailes Pastoris; A Bahia de Outrora; Costumes Africanos e O Colono Preto como fator da civilização brasileira. Ex-Delegado da Exposição Nacional de 1908. Professor do Colégio dos Órfãos de S. Joaquim; sócio-fundador da Propagadora das Belas-Artes; sócio da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris. IGHBA, Caixa 1, Doc. 12. O documento não possui data, mas provavelmente foi elaborado após 1918, quando foi publicado *O Colono Preto como fator de civilização brasileira,* o seu último livro em vida. Sobre a sua aprovação no curso de arquitetura há um equívoco, pois pela documentação da Escola de Belas-Artes não havia chegado a concluir o referido curso. Escola de Belas-Artes, Livro de Atas da Congregação (1878-1895)

[730] Ver anexa Bibliografia de Manuel Querino.

política civilizadora que reunia em si o saneamento social e cultural, que implicava na negação do passado de atraso e afirmação de um presente artificial. No jogo de negação e afirmação, os pobres, o povo trabalhador, o africano e o brasileiro afro-descendente foram trazidos à luz da história através da sua escrita.

Conviveu com os mais diversos eventos que marcaram o progressivo avanço das forças demolidoras da "civilização", que empurravam tudo que remetesse ao passado colonial ou imperial ao subterrâneo do esquecimento. Neste ambiente, Querino viveu experiências individuais e coletivas que o fizeram refletir sobre questões sócio-culturais e políticas de fundo, nas quais esteve envolvido na condição de artista, político, professor do ensino elementar e funcionário público de baixo escalão, ao considerar a sociedade brasileira preconceituosa, discriminatória e cruel para com os pobres e negros. Construiu o seu texto enquanto experimentava diversas formas de pressão que limitavam quaisquer tentativas de ascensão profissional, política e social. Foi a voz manifestada na contramão daquela República proclamada e instaurada. Como professor de desenho, estabeleceu a comparação entre o passado Imperial e o presente Republicano, observando sobre a Lei que criara o antigo Liceu Provincial e Escola Normal e as mudanças operadas na legislação de ensino, pronunciando o seu descontentamento:

> Com os novos moldes, com as competências improvisadas da atualidade, cujo mérito se confina no egoísmo e na subserviência abominável, alimentaram preconceitos de classe e de raças, donde provém a aristocratização do ensino pela divisão de lentes e professores, resultando daí a posição inferior em que ficam colocados os que ministram o ensino do desenho e da música.
>
> Estes não tomam parte nas congregações, vencem metade do ordenado dos outros como se fossem porteiros de repartição. Essa mal entendida distinção entre indivíduos que assumem as mesmas responsabilidades, tende a destruir a emulação, objeto indispensável à instrução pública.[731]

Após a sua retirada do jogo político-partidário, pela não-reeleição para o Conselho Municipal em 1899[732], Querino deu continuidade à sua militância dedicando-se ao ensino, à pesquisa, produção de conhecimento e publicação de trabalhos históricos, etnográficos, folclóricos, jornalísticos, memorialísticos. Estes se constituíram em realização pessoal, profissional e política. Lembrou, estudou e refletiu sobre as condições em que fora consolidada a República na Bahia, especialmente aquelas que

[731] Querino, *As Artes na Bahia*, 1909, p. 50/51.
[732] Sobre a sua atuação no Conselho ver Capítulo III deste trabalho.

envolveram os destinos do povo. Em sua complexidade de homem talentoso e comprometido com as causas sociais e culturais, que interferiu nos destinos da sociedade baiana atuando como político e professor, muitas vezes incomodou as elites políticas e intelectuais, pela persistência com que tratou o seu principal tema – a inclusão social e política do povo trabalhador no seio do novo regime.

Demonstrou, com o seu esforço de estudioso que registrou e interpretou momentos de intenso debate que envolveu o processo de instalação da República prometida, que as contradições presentes naquela sociedade baseavam-se no preconceito de classe e de raça. Com esta constatação, Querino expressou a sua revolta ao tratar os temas da arte, do trabalho, da educação, do povo, do africano e do brasileiro afro-descendente. A partir de suas experiências, resgatou uma memória particular, em que os “heróis” e os “grandes eventos” foram retirados do meio e das práticas populares em seu cotidiano, ameaçados em suas tradições e excluídos do jogo social e político em vigor.

A obra produzida por Manuel Querino, considerada em suas dimensões etnológica, histórica, política, sociológica, antropológica, expressou a seriedade do cientista, a sensibilidade do artista e o engajamento do político. Como pesquisador Querino enveredou pelos mistérios da história do escravo africano, do negro nacional, das classes populares, dos trabalhadores, artistas, operários, ou seja, do povo, que, para ele, se constituiu em foco das preocupações intelectuais, sociais e políticas, apoiando-se nos princípios positivistas em voga, da memória e da oralidade. A sua diferença em relação aos estudos que vigoraram à época em que viveu, especialmente aqueles relacionados à história dos heróis brancos e das elites dominantes, foi sua dedicação à história popular, visualizando o povo como sujeitos sociais nas mais diversificadas cenas cotidianas, culturais e políticas.

A sua obra está distribuída em duas fases que se complementam. A primeira, realizada entre 1903 e 1916, se caracterizou pela produção de ensaios, artigos, crônicas, publicados em periódicos e livros que retratavam, criticamente, a situação das artes e dos artistas, dos trabalhadores e do povo em geral, no contexto republicano. Narrando e rememorando fatos, recuperou biografias de artistas contemporâneos, produzindo uma memória da produção artística através de sujeitos históricos social e profissionalmente desprezados pelo avanço das técnicas e dos monopólios, bem como do preconceito e discriminação para com o trabalhador nacional.

Na segunda fase (1916-1922), dedicou-se a estudar e narrar a vida do povo e seus costumes através da memória e da oralidade, recuperando o cotidiano popular, bem como as tradições africanas, enfatizando a contribuição do africano na constituição da civilização brasileira. Resgatou, positiva e afirmativamente a participação produtiva, talentosa, criativa e digna de africanos e descendentes, respondendo com uma interpretação inovadora às teorias raciais do século XIX, que os consideravam raça inferior e incapaz de criar civilização.

As lutas que empreendeu para ser inserido no jogo político-partidário da República, no mundo do trabalho intelectual, no círculo de letrados, alicerçaram-se, inicialmente, no ideal de coexistência social entre valores antagônicos relacionados àqueles de matrizes européias e africanas. A mobilidade social, neste aspecto, seria realizada a partir do esforço e das habilidades pessoais. Acreditou que a inserção produtiva e política de artistas e operários, pobres, negros e mestiços, na sociedade republicana, poderia ser viabilizada a partir do reconhecimento do talento e da capacidade de todos, o que deveria ser respeitado no processo de construção da cidadania do povo no âmbito do regime considerado democrático, igualitário e liberal.

Com este intuito, participou ativamente do movimento operário, iniciado nos anos de 1870 com a fundação da Liga Operária Bahiana (1876), enquanto trabalhava como pintor-decorador em obras de construção civil e freqüentava, à noite, o curso de humanidades no recém-criado Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, no qual integrou o grupo de alunos fundadores (1872). Em 1877 aliou-se a seu mestre, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cãnizares, para a fundação da Academia de Belas Artes, participando da sua criação e instalação. No contexto dos movimentos abolicionista e republicano, participou dos respectivos debates acompanhando os acontecimentos e publicando na imprensa local, artigos sobre o tema da escravidão.[733]

Manuel Querino muniu-se do conhecimento, enquanto participava dos rumos políticos que envolviam os destinos da classe operária. O desenvolvimento do seu talento artístico e intelectual foi perseguido com a garra de quem acreditou e apostou ser condição necessária para a realização de transformações sociais e políticas que beneficiassem a população trabalhadora.

[733] Sobre o Liceu de Artes e Ofícios ver LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*, 1996; sobre a Academia de Belas Artes ver LUDWIG, Selma C. A *Escola de Belas Artes cem anos depois*, 1977. Segundo J. Teixeira Barros, Querino havia colaborado na *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, escrevendo sobre a libertação dos escravos em *A Bahia de Outrora*, 1916.

Pelas dificuldades de aplicação das suas crenças àquela realidade que se manifestava cada vez mais distante dos parâmetros democráticos, em que atitudes preconceituosas e de segregação tornavam-se rotina, Querino dirigiu sua energia e seu saber para a militância intelectual, fazendo emergir com maior intensidade o homem refletido a partir da sua origem de classe e de raça. Sucessos e fracassos foram experimentados pelo artista, pelo professor e pelo político. A sua atuação no ambiente intelectual tinha uma matriz, e foi no seu passado que Querino se apoiou para garantir um lugar na sociedade baiana, escravista, imperial e depois republicana.

Referindo-se à decadência das artes e à situação de agonia das classes artística e operária, Querino manifestou a sua inquietação:

> Talento e aplicação não nos faltam, sobra-nos, porém, o indiferentismo calculado, unido ao desprezo dos poderes públicos pela mais bela manifestação do espírito humano. Como, porém, não está tudo completamente perdido, é bem possível que apareça um homem a quem esteja reservado, no futuro, cobrir-se com os lauréis da benemerência, fazendo renascer as glórias perdidas na Bahia.[734]

Utilizando-se de argumentos literários, através de poetas contemporâneos, Querino reforçou a sua interpretação, demonstrando terem sido os poetas satíricos porta-vozes da reação à violência empregada, pelos colonizadores europeus, sobre indígenas e africanos. A reação não teve resultados satisfatórios "devido à falta de prestígio no meio social."[735]

> Daí a luta natural de preconceitos, que tomou proporções agigantadas, sendo que o único recurso dos fracos fora a sátira mordaz e causticante, pelo jornal ou pelo panfleto. Foram os abusos, a prepotência, as perseguições e os escândalos dos nobres e poderosos que criaram a sátira no Brasil...[736]

Demonstrando ainda as imensas capacidades do povo baiano no desenvolvimento de talentos, aplicou, através da biografia de José Lauro de Azevedo, pintor, poeta satírico, químico prático e perfumista, a sua interpretação sobre os descompassos entre o propagado e o realizado na sociedade baiana. Como colaborador de "quase todos os jornais satíricos de seu tempo", o artista produzira a oitava citada por Querino:

> Mundo de infâmia e torpeza.

[734] Querino, *As Artes na Bahia*, 1909, p. 49.
[735] Querino, *Bahia de Outrora*, 1916, p. 276.
[736] Querino, *Bahia de Outrora*, 1916, p. 276.

É este mundo que habito;
Só vale nele a riqueza,
Chore embora o pobre aflito,
O trabalho sempre é mal pago,
O vício vence o pudor,
A honra não tem valor,
Ter talento é ser maldito.[737]

Para alcançar o *status* de intelectual inserindo-se no universo dos letrados, reservado às elites brancas, Querino percorreu caminhos, na maioria das vezes tortuosos. Afinal nada seria fácil para a vida de um negro, órfão, pobre e cheio de ideais que o motivaram e o moveram em direção às conquistas obtidas ao longo da sua existência.

◊ Escravidão e liberdade na experiência de um brasileiro afro-descendente

No passado colonial e imperial, foram os escravos africanos conduzidos ao Brasil como mercadorias e instrumentos úteis à produção de riquezas. A liberdade, conquistada a duras penas, foi oficializada por uma carta (1888) em cujas letras explicitavam a libertação nominal, mas, que escondiam de fato outro tipo de violência para com os negros, africanos e descendentes. A falta de trabalho, a inacessibilidade à educação, a discriminação, o preconceito, a pobreza, a exclusão, a favela, a violência social se transformaram em novas formas de prisão.

A historiografia vem, recentemente, desenvolvendo preciosos estudos sobre os "excluídos", incorporando-os na condição de sujeitos sociais relevantes para o aprofundamento da compreensão de uma identidade, de uma nação plural, soberana e dona de um legado cultural genuíno, que marca a diferença no conjunto das nações americanas. Assim, nada mais oportuno, neste contexto de construção de uma possibilidade histórica de resgatarem-se dívidas sociais historicamente criadas pelas elites dominantes, do que oferecer ao leitor uma página da história do povo excluído, experimentada, contada e escrita por Manuel Raymundo Querino - brasileiro afro-descendente, artista, político, intelectual que contestou, polemizou, resistiu nos embates culturais, sociais e políticos da Bahia Imperial e depois Republicana.

[737] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. 95.

Um negro, nascido em Santo Amaro da Purificação – Bahia, um ano após o fim do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queiroz), viveu diversas conjunturas sócio-políticas que apontaram para a construção de um Brasil sem escravidão, sem monarquia centralizada, sem injustiças sociais, sem discriminações, sem preconceitos, sem desigualdades, com democracia, com igualdade, com liberdade. Viveu intensamente, militando em busca do sonho individual e coletivo, com a crença de ser possível, um dia, a história identificar alternativas de superação de uma ordem injusta para outra em que todas as pessoas, negros, pobres, trabalhadores, fossem reconhecidos em sua legitimidade de seres humanos com corpo, alma, desejos... Foi com a intenção de se fazer permanente e escutado pela posteridade que Manuel Querino registrou em letras claras, obstinadas e sinceras suas idéias, convicções e utopias, nos legando rica bibliografia, na qual o próprio autor se conta, contando a saga dos escravos africanos, do povo trabalhador, dos artistas, negros e mestiços nacionais, enquanto protagonistas da sua cena.

A indignação o acompanhou durante toda a sua vida e o desejo de legitimar-se no seio social e político da Bahia Imperial e depois Republicana ficou registrado nas letras que denunciaram e ao mesmo tempo resgataram valores desprezados pelas elites "brancas". Rememorou o passado e afirmou ter sido o "colono" africano o principal alicerce que sustentou e garantiu a construção do país. Manuel Querino foi um brasileiro e como tal requisitou insistentemente posicionamentos políticos das bases trabalhadoras no âmbito da construção do novo regime.

Procurando compreender a sua origem, a sua ancestralidade de matriz africana, Querino enveredou pelas ruas de Salvador, pelos candomblés, oficinas de negros artesãos escondidas nas ruelas da cidade, nos botequins, em todos os lugares onde pudesse encontrar africanos, na tentativa de salvar o que sobrevivia na memória de homens e mulheres em seus saberes clandestinos e misteriosos. Assim procurou resgatar a sua origem, através da tradição guardada de velhos africanos que sobreviviam nas franjas da sociedade baiana, guardando segredos das tribos na condição de reis e rainhas, de nobres que, "na terra natal... ocuparam posição social elevada, como guias dos destinos da tribo, ou como depositários dos segredos da seita religiosa", e que haviam sido "subjugados à tirania da escravidão, criada pela opressão do forte contra o fraco".[738] Pesquisou, na sua tarefa de etnólogo, o mundo africano, e

[738] Manuel Querino, *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia*, p. 22-23.

resgatou valores culturais, sociais e políticos ameaçados de extinção da memória nacional através da política de "branqueamento" proposta no âmbito da civilização tropical republicana.

Pesquisando e colhendo informações aqui e acolá entre africanos e "seus descendentes mais diretos, indivíduos sabedores das práticas religiosas dos ascendentes"[739], Querino foi ao encontro do seu passado que tendia a desaparecer com o fim da escravidão, com a promessa da liberdade, com a intenção de extermínio da "mancha" do passado escravista. O pretendido processo de "branqueamento" através da política imigratória européia, assumida como forma de resolver a questão de "falta de braços" para a lavoura e indústria, e a crença na miscigenação regeneradora da raça, se transformaram em ameaças, em aplicação de ações discriminatórias nas dimensões sociais, raciais e culturais.

Manuel Querino emprestou a sua voz na escrita, registrando qualidades do africano e descendentes, até então desprezadas pela sociedade elitista, excludente. Ressaltou valores, força, crenças, sonhos, lutas manifestadas pela capacidade de trabalho, pela obstinação nos combates pela liberdade, pela resistência em preservar valores subjetivos originais que o cativeiro não chegou a destruir. Assim, Querino passou a colher informações preciosas

> de velhos e respeitáveis e que nô-la (sic) deram sem reservas nem subterfúgios, porque em *nós* estas pessoas não viam mais do que *um amigo de sua raça*, ou quem, com sincera simpatia sempre respeitou e soube fazer justiça à gente que o cativeiro aviltou, insultou e perseguiu, mas que não logrou jamais alterar-lhe as qualidades inatas, afetivas. [740]

Meio distante e meio próximo, Querino foi ao encontro da sua ancestralidade, de seu pai e sua mãe, pouco ou nada referenciado através de seu próprio punho e nem citados em necrológios ou notas biográficas elaborados por alguns contemporâneos seus.[741] O que registrou sobre si ficou restrito ao currículo profissional. Ao escrever

[739] Idem, p. 22
[740] Grifos meus. Manuel Querino em *A Raça e seus Costumes na Bahia*, p. 22 e 23.
[741] Quem primeiro escreveu sobre a vida de Querino foi J. Teixeira Barros na apresentação do livro *A Bahia de Outrora*, em 1916. Baseadas nestas breves informações, outras versões se sucederam após a sua morte publicadas por amigos, companheiros de trabalho e outros contemporâneos como Antônio Vianna (jornalista e poeta) no "Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923 no salão nobre do Centro Operário" e mandado publicar pela Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano. Bahia: 1923; documento sem autoria localizado no IGHBA, pasta 76, doc. 1. sem data – provavelmente de 1923; texto sem autoria introduzindo como homenagem a Querino o seu artigo "Um Bahiano Illustre – Veiga Muricy". *Revista do IGHBA*, no. 48. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1923; Gonçalo de Athayde Pereira: "Professor Manoel Querino" e Armando Américo Cardoso: "A Memória do Prof. Manoel Querino" no *Boletim da Agricultura Commercio e Industria*. Ns. 1 a 6 – janeiro a junho de 1923. Bahia: Imprensa Official do Estado;

relatos biográficos de artistas e operários que contribuíram para o desenvolvimento das artes na Bahia[742], participando da vida produtiva como pintores, escultores, músicos, pedreiros, ferreiros, desenhistas, etc., incluiu-se neste rol, no capítulo dedicado à pintura, indicando apenas ter nascido "a 28 de julho de 1851, na cidade de Santo Amaro da Purificação".[743]

Diferentemente de negros contemporâneos que se destacaram no cenário nacional pelas lutas abolicionistas, como Luis Gama, José do Patrocínio, Cândido da Fonseca Galvão - Dom Obá[744], os quais chamaram a atenção para sua origem escrava, Manuel Querino se calou. Preferiu o silêncio sobre a sua origem, filiação, infância, sobre a sua vida privada e a divulgação das suas conquistas profissionais, políticas, sociais. A sua origem foi apresentada por ele ao incluir-se no universo das outras existências, identificando-se e buscando-se. Traduziu-se ao privilegiar em seus estudos o povo, o africano e descendentes, o trabalhador. Neste sentido expressou a sua inquietação ao considerar que

> entre nós, o elemento português fez do africano e sua descendência a máquina inconsciente do trabalho, um instrumento de produção, sem retribuir-lhe o esforço, antes torturando-o com toda a sorte de vexames.[745]

Bernardino de Souza (Secretário Perpétuo do IGHBA): "A Entrada do Exército Pacificador na Cidade". *Diário Official* – edição Especial do Centenário. 02.07.1923; Cel. J. Leitão, Mons. Sólon Pereira, Braz do Amaral, Teodoro Sampaio, Torquato Bahia. "A Manuel Raymundo Querino; homenagem dos seus admiradores e amigos no 30º. dia do seu falecimento". Bahia, 1923; Acta do Conselho Municipal da 8ª. sessão ordinária da 1ª. reunião periódica em 16 de fevereiro de 1923; Acta do Conselho Municipal da 14ª. sessão ordinária da 1ª. reunião periódica, em 13 de março de 1923; Atas de Sessões da Sociedade Protetora dos Desvalidos de 07 e 21/03 e 11/04/1923.Antonio Vianna (consocio do IGHBA): "Manoel Querino" (Palavras proferidas pelo Consocio Antonio Vianna, sobre a vida e obras de Manoel Raymundo Querino, em sessão magna do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a 13 de maio de 1828, quando foi colocado na galeria de honra o retrato do reputado rebuscador de tradições). *Revista do IGHBA*, no. 54, 1928; J. Teixeira Barros: Carta-Prefácio em "Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras". Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1932; Gonçalo de Athayde Pereira: *Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1932; Carlos Chiacchio: Bahia Epigráfica e Iconográfica. Silio Boccanera Junior (Bahia). A Tarde, 07/06/1932; Pedro Celestino da Silva (professor): "A Bahia e seus monumentos: memória apresentada ao Instituto da Bahia pelo Prof. Pedro Celestino da Silva". *Revista do IGHBA*, no. 59, 1933. A partir de então ensaios biográficos foram produzidos, tomando por base as informações já divulgadas e multiplicadas a partir de J. Teixeira Barros.

[742] Querino, *As Artes na Bahia*, 1. ed. 1909 e 2. ed. 1913; *Artistas Bahianos*, 1. ed. 1909 e 2 ed. 1911.

[743] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. 146-149.

[744] Sobre a trajetória de Cândido da Fonseca Galvão ver SILVA, Eduardo. *Dom Oba D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Sobre a Vida e obra de Patrocínio ver: MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*, Op. Cit; MAGALHÃES JR., R. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*.. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969; ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. R.J.: Gráfica Olímpica, 1953; MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888.* S.P.: FFLCH/USP, 1991 (tese inédita); PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos (notas de Marcus Venício T. Ribeiro).* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1996. Sobre a vida e obra de Luiz Gama ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*, 1999; SILVA, J. Romão da. *Luiz Gama e suas poesias satíricas*, 1954; SILVA, Luiz. "Luiz Gama: uma trajetória além de seu tempo". *Estudos Afro-Asiáticos*, CEAA, no. 16, 1989; LESSA, Orígenes. *Inácio da Catingueira e Luiz Gama: dois poetas negros contra o racismo dos mestiços.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982; MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil.* São Paulo: Nacional, 1938.

[745] Querino, *A Raça Africana*, Op. Cit., p. 23.

Em sua obra recuperou os valores materiais e subjetivos até então socialmente negligenciados e sequer considerados como patrimônio cultural pertencente aos negros, escravos africanos ou nacionais, forros ou libertos. Assim, tomou como exemplo de dignidade e prestígio o "grande cidadão americano Booker Washington, o educador emérito, o orador consumado, o sábio, o mais genuíno representante da raça negra na União Americana."[746]

Manuel Querino recuperou a trajetória dos africanos, apelando para o sofrimento vivido desde a captura na África até a viagem para o Brasil, destacando toda sorte de horrores experimentados, conforme relato do Dr. Cliffe, testemunha ocular do tráfico.

> Os escravos são acumulados confusamente e deitados de lado, em uma mistura geral de braços, pernas e pernas, de forma que é impossível a um deles remexer-se sem que a massa inteira se remexa também. Na mesma embarcação formam-se à vezes duas ou mais cobertas, apinhadas de escravos, e cuja altura não excede de pé e meio ou mesmo de um pé.[747]

Com a necessidade ou a intenção de mostrar as diversas formas e o grau de refinamento das violências aplicadas sobre os africanos, comparando à crueldade de se subtrair à força uma criança indefesa do colo materno, Manuel Querino explicitou:

> Nada pode dar uma idéia dos sofrimentos a que estes desgraçados estão sujeitos por causa principalmente da falta de água. (...) eles têm chegado, depois de cálculos de uma odiosa precisão, a reconhecer que, distribuindo uma vez de três em três dias a cada indivíduo a água contida em uma xícara de chá, isto bastaria para conservar-lhe a vida.
>
> Para fazer chegar 65 mil negros ao Brasil, fora preciso arrancar 100 mil da costa da África, e que, desses 65 mil, morrem comumente três, quatro ou cinco mil nos dois meses subseqüentes à sua chegada.[748]

---

[746] Idem, Ibidem. Provavelmente Manuel Querino tivesse se inspirado na biografia de Booker Taliaferro Washington, nascido escravo em 1856 e falecido em 1915. Tornou-se um educador reconhecido pelo trabalho realizado no Tuskegee Institute, ao transformar a pequena e pobre escola num dos mais famosos centros de treinamento profissional combinado ao desenvolvimento intelectual e da cultura moral ppara os negros americanos. A sua trajetória demonstrou o quanto lutou para alcançar o sucesso que conseguira, no contexto das lutas racistas dos Estados Unidos de então. Entre muitos trabalhos realizados sobre a sua autobiografia foram publicados *Up From Slavery (1901, repr. 1963), The Future of the American Negro (1899), Tuskegee and Its People (1905, repr. 1969), Life of Frederick Douglass (1907, repr. 1968), The Story of the Negro (1909, repr. 1969), and My Larger Education (1911).* Outras publicações se sucederam como: *Washington, Booker T. Industrial Education for the Negro. J. Pott and Company, New York, N.NY., September, 1903; Brawley, Benjamin. Negro Builders and Heroes. The University of North Carolina Press. Chapel Hill, N. C., 1937; Graham, Shirley. Booker T. Washington. Siomn and Schuster, Inc., New York, N.Y., 1972; Conley, Phil, and Doherty, William. West Virginia History. Education Foundation, Inc. Chaleston, West Virginia. 1974; Altman, Susan. Extraordinary Black Americans. Regensteiner Publishing Inc. Chicago, Illinois. 1989; Williams, Tony L. West Visginia Our State 2000 C.E. C.J. Krehbiel Company, Cincinnati, Ohio, 1997.* Fonte: sites www.bartleby.com: "Washington, Booker Taliaferro. The Columbia Encyclopedia, Sixth Edition, 2001; www.wvculture.org/history/wvhs1331.html: Booker Taliaferro Washington by Julie Minter. Sobre Booker Washington há uma variedade de sites. Atualmente existe o centro cultural e educacional com diversas opções de atividades denominado "Booker T. Washington Community Center Gym".

[747] Manuel Querino refere-se a BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*... 2. edição, Rio de Janeiro, 1863. Este trabalho foi publicado em 3. edição em 1938 pela Cia. Editora Nacional.

[748] Idem.

A tragédia africana foi caracterizada pelo sofrimento de uma raça expropriada da liberdade em todos os níveis. Pela situação escandalosa que levava ao desespero de muitos deles, era necessária rigorosa vigilância para que não se atirassem ao mar. Apelou, desta forma, o nosso sujeito-autor ao "genial poeta do 'Navio Negreiro'":

> Ontem plena liberdade
> A vontade por poder...
> Hoje... cúmulo de maldade!
> Nem são livres pra morrer![749]

Sua origem aos poucos era revelada ao contar a história do africano, como parte importante na constituição de uma nacionalidade, cujas páginas ainda estavam muito mal escritas. Manuel Querino resolveu escrevê-las como negro nascido no ambiente escravista. Dedicou-se a resgatar o valor do outro, justificando a sua origem e o seu valor de negro, mestiço porque nascido no Brasil, neste sentido brasileiro afro-descendente, e que sofria, na pele, os significados do preconceito e discriminação social e de raça.

Assim Manuel Querino se referiu à sua nacionalidade, como "patriota" que contribuíra para o engrandecimento de um país de vasto território, composto por uma cultura plural. Constituída pelos valores culturais do índio, dos colonos brancos e pretos, compreendeu ser necessário, enquanto brasileiro, lutar pela liberdade, pela justiça, pela igualdade, pelo reconhecimento social e cultural, tendo em vista ser o negro, africano ou nacional, livre, forro ou liberto, gente com alma, caráter, moral, nobreza, princípios, talentos e por ele considerado "herói do trabalho".

Tendo como referência os trabalhos por ele publicados, pode-se concluir terem sido a liberdade e o trabalho os princípios que se complementaram e conduziram a sua trajetória. Dedicou-se à análise da formação da civilização brasileira a partir da efetiva participação do escravo, africano ou nacional, na construção dos caminhos direcionados à liberdade individual e coletiva, assim como na produção de riquezas a partir de seu trabalho.

As lutas empreendidas pelos negros em busca da liberdade passaram, segundo Querino, por sucessivas ondas, identificadas em cinco, enquanto processos de amadurecimento histórico. Iniciadas, ainda nos navios negreiros, teve no suicídio a primeira forma de vislumbrar a liberdade:

---

[749] Querino cita estrofe do poema de Castro Alves "Navio Negreiro". Castro Alves. *Os Escravos*. Ed. De centenário, fac-similar da Príncipe. São Paulo: GRD, 1983, p. 91.

> A vigilância era rigorosa, a fim de evitar que eles se atirassem ao mar, como por vezes acontecera, sendo que os mais salientes e perigosos eram presos a fortes argolas cravadas no madeirame do navio.[750]

Em terra, comercializados e encaminhados para os engenhos e fazendas, o castigo os acompanhava como realidade cruel que completava a tragédia do africano:

> O castigo nos engenhos e fazenda, se não requintava, em geral, em malvadez e perversidade, era não raro severo, e por vezes cruel.
>
> (...)
>
> Ali, um escravizado preso ao tronco e às vezes pelo pescoço, sob a ação do suplício da fome e da sede, sem conseguir alcançar o alimento ou o vaso de água colocados propositadamente fora do alcance das mãos, enquanto os roedores mordiam-lhe os pés.[751]

Aviltado pela falta de liberdade e atormentado pelos castigos infernais

> uma única idéia lhe perpassava na mente, um pensamento único lhe assaltava o espírito: a idéia sacrossanta da liberdade que ele tinha gravada no íntimo de sua alma.[752]

Querino recapturou as estratégias de libertação utilizadas pelos africanos, demonstrando a força interior que os conduzia aos mais desesperados atos, diante da "incerteza de obter o bem perdido, sem a mais tênue miragem da esperança, sob a esmagadora persuasão de ressuscitarem na terra amada".[753] Atiravam-se à correnteza dos rios ou às águas do mar, estrangulavam-se voluntariamente uns aos outros, bebiam misturas tóxicas, acreditando que retornariam livres à terra de origem para "atormentar e matar aqueles que os tinham vendido".[754]

E seguiu analisando as experiências africanas na condição de escravos, identificando outras alternativas de libertação. Neste sentido, compreenderam os cativos que a morte violenta deveria ser destinada aos senhores.

> Não vacilaram um instante e puseram em prática os envenenamentos, as trucidações bárbaras do senhorio, dos feitores e suas famílias. Era a vingança a rugir-lhes na alma, era a repulsa provocada pelos desesperos que lhes inspirava o horror da escravidão.[755]

---

[750] Querino, *A Raça Africana*, Op. Cit. p. 28.
[751] Querino, *O Colono Preto*, Op. Cit., p. 115.
[752] Idem, ibidem.
[753] Idem, p. 116.
[754] Querino cita David Livinstone – *Explorações Africanas* em *O Colono Preto*, p. 116.
[755] Querino, *O Colono Preto*, p. 117.

Manuel Querino relatou experiências praticadas por africanos e seus descendentes, demonstrando, através das reações provocadas por sentimentos diversos, que deveriam ser considerados em sua humanidade explicitada pela afetividade, "resignação estóica, coragem, laboriosidade".[756] Ou seja, como gente que eram, reagiam diante de uma situação de violência, o que era normal para qualquer pessoa.

> Quando o civilizado chegava até a entrar em dúvida se o africano ou o índio tinha alma e os mais tolerantes mal a concediam somente depois de batizado, o filho do Continente Negro dava provas de que possuía, revoltando-se com indignação contra a iníqua opressão de que era vítima, e impondo à força a sua liberdade e independência.[757]

As violências praticadas sobre os senhores foram respondidas com os levantes, as fugas e a resistência coletiva. Martirizados, com o coração aflito, passaram a desertar dos engenhos e fazenda, embrenhando-se pelas matas "onde organizaram verdadeiros núcleos de trabalho".[758]

Querino destacou, entre tantas fugas realizadas pelo escravo, a experiência da confederação de Palmares. Não mais a vingança movia os africanos,

> bem ao contrário, o seu objetivo foi escapar à tirania e viver em liberdade, nas mais legítimas aspirações do homem.[759]

Comparando-os aos escravos romanos, Querino recuperou, na figura de Spartaco, a força de quem comandou um exército de escravos lá, e dos africanos, aqui, uma força superior às angústias do sofrimento que os conduziu a "gestos memoráveis de revolta buscando organizar sociedade com governo independente."[760]

Manuel Querino procurou provar no emaranhado de argumentos que construiu, terem sido os africanos mais adiantados e organizados do que os indígenas e os escravos gregos ou romanos. Estes últimos, segundo Querino, ao abandonarem o senhorio, entregavam-se à vida "errante ou em bando entregues à pilhagem", devastando, aterrorizando, não organizando-se em sociedade regular. Já os fundadores de Palmares, ao contrário. Refugiando-se no seio da natureza virgem,

---

[756] Querino cita Rocha Pombo. *História do Brasil* em *A Raça Africana*, p. 33.
[757] Querino, *O Colono Preto*, p. 118.
[758] Idem.
[759] Idem, p. 117.
[760] Idem, ibidem.

> assentaram as bases de uma sociedade, à imitação das que dominavam na África, sua terra de origem, sociedade aliás mais adiantada do que as organizações indígenas.[761]

Através de tais argumentos, Querino reafirmava-se pela moral instituída no cotidiano daquela sociedade onde "não medravam os vagabundos e malfeitores; a vida de tortura das senzalas substituíra-se pelo conforto natural e aparelhado."[762] Enquanto demonstrava ser o africano agente cultural, imbuído de valores morais, tal qual possuía o colono branco, justificava a reação, a revolta, a luta pela liberdade como ato legítimo e natural.

> Não era uma conquista movida pelo ódio, mas uma afirmação legítima do desejo de viver livre, e assim, possuíam os refugiados dos Palmares as suas leis severas contra o roubo, o homicídio, o adultério, as quais, na sua vida interna observavam com rigor.[763]

Para legitimar "cientificamente" as suas afirmações, respaldou-se nos historiadores do século XIX como Oliveira Martins e Rocha Pombo. Através deles, Querino destacou o exemplo de Palmares como marca de engrandecimento das realizações africanas contra a opressão e a violência e a favor da liberdade e igualdade.

> De todos os protestos históricos do escravo, Palmares é o mais belo, o mais heróico. É uma Tróia negra, e a sua história uma Ilíada.[764]
>
> Ou ainda
>
> Palmares forma a página mais bela do heroísmo africano e do grande amor da independência que a raça deixou na América.[765]

---

[761] Idem, p. 118.
[762] Querino, *O Colono Preto*, p. 118.
[763] Idem.
[764] Querino cita Oliveira Martins. *Portugal e as Colônias* em *O colono Preto*, p. 118.
[765] Querino cita Rocha Pombo. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva – Editor, 1905, vol 2º, em *O Colono Preto*, p. 118. Entre outros autores e fontes da sua época, Querino se apoiou em vasta bibliografia. Como as citações foram incompletas, foi realizada pesquisa da bibliografia que utilizou a fim de identificá-la de forma mais completa. Dentre as quais estão: LIVINGSTONE, David. *Explorations dans L'Afrique Australe et dans lê Bassin du Zanbése depuis 1840 jusque a 1864*. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1883. 7. Ed; JAGUARIBE FILHO, Domingos José Nogueira de. *Os Herdeiros de Caramuru*. São Paulo: J. Sckler, s/d. 2V. (romance histórico); RECLUS, Onésima. *A Terra Illustrada. Resumo de Geografia Universal*. Versão portugueza acompanhada de notas e ampliada quanto a Portugal, Brazil e Colônia Portuguezas. Lisboa, s/d; RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920 (1. edição de 1900); MORAES Filho, Alexandre José de Mello. *Festas e Tradições Populares da Bahia*. Rio de Janeiro, Fauchon e Cia. Livreiros-Editores, 18... (2. edição: Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro Editor, s/d; 3. edição: Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia, 1946); DIAS, Gonçalves. *Obras Póstumas*. S. Luiz do Maranhão, 1869, VI vol; RODRIGUES, Barbosa. *O Muyrakitã: estudo da origem asiática da civilização do Amazonas nos tempos prehistóricos*. Manaos, Typ. Do Amazonas, 1889; ARARIPE Junior, T. A. *Gregório de Mattos*. Rio de Janeiro, Fauchon & Cia. Livreiros Editores, 1894; *Manual de Ciência da linguagem* por Giacomo Grigorio; OLIVEIRA Lima, Manuel de. Aspectos da Literatura Colonial Brasileira. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1896; BRÍGIDO, João. *O General Pedro Labatut*. Rio de Janeiro, Typ. d'Os Annaes, 1905; COELHO, José Maria Latino. *Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*, lida na sessão pública da Academia Real de Sciencias de Lisboa em 15 de maio de 1877 por José Maria Latino Coelho. Lisboa, Typographia da Academia, 1877. SILVA, Manual Pessoa da. *Vinte e nove de setembro ou Escápula do Diabo: Poema herói – Cômico – Satyrico*. Bahia, Typographia Liberal do século, 1849. SILVA, Manuel Pessoa da. Mosquito Incendiário Satyra Vehemente, em um poemeto. Bahia, Typographia do Diário, 1877; MACEDO, Joaquim Manuel de. *Chorographia do Brasil*, 1873; MACHADO, Diogo Barbosa. Biblioteca Lusitana. Lisboa, Bertrand, 1935. 2. Ed. 4 vol. (1. Ed. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759); TOLLENARE, Louis François de. Notas

A experiência de Palmares fizera emergir um sentimento de ameaça à ordem senhorial, por anunciar o perigo de outras tentativas bem sucedidas. À destruição de Palmares seguiram-se reações por parte dos senhores através da brutalidade peculiar. Intensificaram-se todas as formas de repressão e crueldade. Contudo o escravo não descansou. Manteve "firme a idéia de conquistar a liberdade perdida, por qualquer meio."[766]

Manuel Querino afirmou a ação de conquista realizada pelo africano na perspectiva de mais uma vez demonstrar a sua existência de sujeito que interferiu, voluntariamente, nos destinos da escravidão no Brasil e na construção de uma nacionalidade, rejeitando, como se afirmava então, a sua condição de objeto.

A situação do africano piorava com o ódio e a sede de vingança despertados nos senhores. Mal alimentado, desnudo, cruelmente castigado, excessivamente explorado no trabalho, rebelou-se e os levantes se sucederam seguidos de morticínios. Mais uma vez Querino justificou a ação revoltosa dos africanos, como naturalmente compreensível. Respaldando-se nos estudos históricos de sua época, relatou a rebelião ocorrida em 1814, quando escravos armados assaltaram casas e senzalas em Itapuã.[767]

A partir de 1789 iniciou-se uma onda de resistência escrava, que, segundo Schwartz, se caracterizou em guerra contra a escravidão liderada "quase exclusivamente por cativos africanos e por forros nascidos na África para quem a etnia

---

Dominicais: In: *Revista* do Instituto Geográfico e Histórcio da Bahia, v.33. 1907. pp.35 – 127 ou *Notas Dominicais*. Salvador, Livraria Progresso, 1956; MORAES, Alexandre José de Mello. *O Brasil Social e Político ou o que fomos e o que somos com trechos análogos*. Extrahidos do Seminário do Famoso Político PADRE ANTONIO VIEIRA. Rio de Janeiro, Typographia – Pinheiro & C. 1872; *Ephemerides Mineiras* (1664 – 1897). Colligidas, Coordenadas e redigidas por José Pedro Xavier da Veiga. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas, 1897. 4 Vol; José Joaquim da Rocha. *Geographia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Lisboa, 1910 (?). Fac- símile do original manuscrito; José Lauro de Azevedo (1835-1892). *As belezas da Bahia* (panfleto em versos, crítico); MACEDO, Joaquim Manuel. *Ano biographico brazileiro*. Rio de Janeiro, Typ. e lith do Imperial Instituto Artístico, 1875. 8 Vol; TITARA, Ladislau dos Santos. *Obras Poéticas dedicadas à mocidade brasileira*. Bahia, Typ. Imperial e Nacional, 1827–1839. 6 vols; MILTON, Aristides Augusto. *Os voluntários cachoeiranos: Hynno offerecido ao heróico e distincto batalhão de cachoeiranos voluntários da Pátria por ocasião de sua partida para a margem da Pr*ata. Bahia; Lith. Jourdan & Wirz; *Revista Amphion*, 1896. Artigo do maestro J. Barreto Aviz sobre Silvio Deolindo Froes. Músico (Jornal de Música redigido pelo extinto maestro português Barreto Aviz); *Jornal Le Soir*. Sobre concerto na sala Pleyel janeiro de 1903 em Paris de Deolindo Froes; Jornal *O Pharol* de Juiz de Fora. (sobre concerto em Paris); J. B. Debret. *Voyage Pittoresque au Brésil*. 3. vol; *Révue Brésilienne*; Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 1871; Rocha Pombo, José Francisco da. *História do Brazil*. R. J.: Fonseca Saraiva – Editor, 1905. (2 vol.); MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *Portugal e as Colônias*; PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro oferecida a Majestade Augusta D. João V.* Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1878; NUNES, Tristão R. Os Pintores Bahianos Fallecidos. *Jornal de Notícias*, 26, 27 e 28/09/1906;

[766] Idem, p. 118.

[767] Querino, *O Colono Preto como Fator de civilização brasileira*, 1988, p. 119 (primeira edição de 1918). Citando Caldas Britto. *Levantes de pretos na Bahia*.

era mais vital do que a condição social".[768] Levantes e fugas passaram a preocupar administradores régios e moradores da zona rural. O governo passou a agir com veemência contra as tentativas de estabelecimento de quilombos na região de Cachoeira, na Bahia.[769]

Nos anos iniciais do século XIX, o então governador da Bahia, João de Saldanha da Gama, Conde da Ponte, intensificou a caça a escravos fugitivos, tentando "estancar a onda de resistência porque percebia sua ameaça potencial à economia e à tranqüilidade da capitania."[770] Mesmo diante das medidas repressoras do Conde da Ponte, as resistências e fugas não pararam de acontecer. Entre 1814 e 1816, o então governador Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, que havia assumido a administração em 1810, teve que enfrentar uma série de revoltas na Bahia, Sergipe de El-Rey e Alagoas, prosseguindo a guerra contra os escravos.

Naquele contexto de crescentes fugas e insurreições, Manuel Querino apontou a atuação do governador Conde da Ponte que, desde 1807, "ordenara medidas severas contra os quilombos, que se multiplicavam em desmedida."[771] Neste sentido, o 1814, para Querino, representou um dos episódios, entre tantos outros, demonstrativos do desespero e do ódio contra os opressores, representados pelas tropas da Legião da Torre, em cujos confrontos, os africanos preferiram perder a vida lutando pela sua liberdade e batendo-se com denodo, desesperadamente. Assim o nosso sujeito-autor concluiu:

> Não foram poucos os Spartacos africanos que no Brasil preferiram a morte ao cativeiro.[772]

Este episódio de 1814, em particular, ocorrido a 18 ou 28 de fevereiro[773], resultou em mortes de ambos os lados e em julgamento subseqüente que

---

[768] Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p.385.
[769] Sobre resistências escravas na Bahia ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levantes dos malês – 1835*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.; REIS, João José (Org.) *Escravidão & Invenção da Liberdade – Estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
[770] Schwartz, Op. Cit, p. 386. Schwartz refere-se ao levante e à fuga dos escravos do Engenho Santana, como uma das primeiras manifestações do novo ciclo de resistências, embora fosse liderado por crioulos ou cabras e houvesse sinais de competição com africanos. Segue analisando diversos episódios de rebeliões marcadamente caracterizadas pelas diferenças étnicas e as medidas adotadas pelas autoridades para impedir tais acontecimentos.
[771] Querino, *O Colono Preto*, p. 118.
[772] Idem, p. 119.
[773] Querino data este episódio de 18 de fevereiro e Schwartz de 28.

> determinou severas sentenças, de quatrocentas a quinhentas chicotadas e exílio penal para alguns, ao fuzilamento para quatro rebeldes. A punição deveria ser exemplar, mas até naquela situação os escravos perturbaram os procedimentos. Um dos réus, ao ser levado ao tronco para ser açoitado, pôs-se a murmurar que seus amigos na multidão começariam a matar os brancos. A execução da sentença foi suspensa e a multidão dispersada.[774]

Uma nova fase da luta escrava, segundo Manuel Querino, foi caracterizada pela "confiança no trabalho próprio", como estratégia de conservação da vida e da própria preservação de uma cultura também colonizadora. Recorreu à força da tradição para explicar que apesar de

> extenuado por uma série de lutas constantes, cerceado por todos os meios, em suas aspirações, mas, firme, resoluto, confiante em seu ideal, o africano escravo não se desiludiu, não se desesperou: tentou outro recurso, na verdade, mais conforme com o espírito de conservação...[775]

Uma tradição oriunda da lenda do Chico-Rei, na qual estavam guardados a inspiração e o apelo moral para uma nova estratégia de resistência à escravidão e luta pela liberdade, sustentou, segundo Querino, a busca pelo ideal de libertação dos cativos. Por esta lenda explicavam-se as condições em que fora erguida a capela de Santa Ifigênia, princesa de Núbia, no Alto da Cruz, em Minas Gerais. Contava a lenda que um rei negro e toda a sua tribo, transformados em escravos e levados para aquela capitania, "nivelado pelo mesmo infortúnio soberano e vassalos", haviam sempre guardado a antiga fé, o mesmo amor e obediência ao rei. Através do trabalho intenso, o escravo rei conseguiu pagar a sua alforria.[776]

> Forro, reservou o fruto do seu trabalho para comprar a liberdade de um dos da tribo; os dois trabalharam juntos para o terceiro; outros para o quarto, e assim, sucessivamente, libertou-se a tribo inteira.[777]

---

[774] Schwartz, p. 388, apud *Marquês de Aguiar a Conde dos Arcos*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1814, BNRJ, n-33, 24, 27.
[775] Querino, *O colono Preto*, p. 119.
[776] Conta-se que Chico Rei, monarca guerreiro e sumo sacerdote do Deus Zambi-Apungo, nascido em Galanga no Congo, fora capturado e vendido com o filho Muzinga, como escravos, no Rio de Janeiro, sendo dali levados, em 1740, para trabalharem na mineração de ouro. Havia sido trazida pelo navio negreiro Madalena e no trajeto sua esposa, a rainha Djalô, e filha, a princesa Itulo, haviam sido jogadas ao mar como recompensa aos Deuses da Tempestade, que quase o afundou. Chico Rei tornou-se figura lendária e símbolo da liberdade no Brasil, especialmente em Minas Gerais. Provavelmente, Querino tivesse tomado por referência a esta lenda o livro de Diogo de Vasconcelos *História Antiga de Minas* publicado em 1904. Sobre este assunto, Tarcísio J. Martins divulgou o artigo "Chico Rei – Verdade, lenda ou mentira? Ver sites http://www.mgquilombo.com.br/pesquisa/artigos/002.htm; http://www.senhoradosol.com.br/textart5.htm.
[777] Querino, *O Colono Preto*, p. 120.

Ao culto a Santa Ifigênia fora adicionado o culto ao rei negro, "que, pelos seus, foi honrado como soberano e legou às gerações de agora a lenda suave do Chico-Rei."[778]

A partir desta lenda, Querino se referiu ao processo em que foi se organizando formas de auxílio mútuo estabelecidas entre os africanos, as quais deram origem às "caixas de empréstimo", então denominadas "juntas". Desta forma fez questão de registrar a importância de tal tipo de organização entre os africanos, antes mesmo das existências das caixas econômicas, das caixas de emancipação e das sociedades abolicionistas.

Naquelas "juntas" havia um conjunto de regras a ser seguido conforme seu principal objetivo: comprar cartas de alforria. Eram compostas por africanos que se distribuíam em tarefas específicas para o bom funcionamento: uma chefia responsável pelo funcionamento da caixa, cabendo ao africano "de mais respeito e confiança"; encarregados da coleta de quantias ou quotas previamente estipuladas, as quais eram entregues ao chefe, quando o devedor não ia levar espontaneamente; o encarregado pela guarda dos dinheiros, que realizava uma "escrituração" possível, por não saber ler nem escrever: para cada contribuinte era feita num bastão de madeira uma incisão referente a cada recebimento. Era uma forma de os africanos se ajudarem na perspectiva de se resgatarem mutuamente, o que, para Querino, significava um grande avanço conquistado, enquanto verdadeiros "heróis do trabalho".

Neste sentido, passou a considerar o trabalho como fator de libertação e dignidade. Através do esforço individual na perspectiva coletiva, o escravo comprava a sua alforria, perseguindo a sua liberdade e as dos outros. Ao resgatar o seu destino de homem livre pela compra, o escravo acreditou garantir o direito e o reconhecimento social na condição de livre e, conseqüentemente, comprovar a sua humanidade e o seu valor social, econômico, político e cultural.

Na condição de "herói do trabalho", Querino resgatou a importância do africano na construção da riqueza dos senhores e da nação brasileira. Considerou-o "um grande elemento ou o maior fator de prosperidade econômica do país."[779] Nesta perspectiva, Querino abordou a questão do trabalho como eixo de suas explicações direcionadas à valorização incondicional do africano, enquanto força propulsora da constituição da riqueza do Brasil.

[778] Querino, *O Colono Preto*, p. 120.
[779] Querino, *A Raça Africana*, p. 32.

> ...era o braço ativo e nada se perdia do que ele pudesse produzir. O seu trabalho incessante, não raro, sobre o rigor dos açoites, tornou-se a fonte da fortuna pública e particular.[780]

Referindo-se ao historiador João Ribeiro, Querino estendeu o valor do negro nacional, "como fruto da escravidão africana", reforçando a presença do negro, seja escravo, liberto ou livre, como ele, na construção do país, considerado, neste sentido, "o verdadeiro elemento econômico, criador do país e quase o único", além de ter sido

> o máximo agente diferenciador da raça mista que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional.[781]

O escravo havia experimentado o trabalho excessivo desde a produção agrícola aos misteres domésticos. Como estratégia de sobrevivência e de luta, o trabalho passou a significar a ética do africano e descendente, tendo em vista a sua possibilidade de conquistar a sua emancipação pela compra da alforria. Além do que, o trabalho, para Querino, passou a representar um elo que consolidou as relações entre aqueles que "verdadeiramente" produziam riqueza e o conjunto da sociedade. Assim, o trabalho passou a se constituir no eixo em torno do qual fluiu o sentimento de solidariedade, que culminou nas organizações de conteúdo pecuniário que garantiam a liberdade, inicialmente, e, mais tarde, outras necessidades que cercavam a vida do liberto, tais como o acesso a um mercado de trabalho. Esta era a estratégia que garantiria dignidade de vida pela conseqüente apropriação do seu produto, associada à proteção dos velhos, incapacitados, filhos, viúvas, através de pensões e acesso à educação, por exemplo. Eram as sociedades mutuarias que brotavam entre os trabalhadores.

Manuel Querino datou de 1834 a primeira caixa econômica fundada na Bahia. Provavelmente estivesse se referindo à Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada a 16 de setembro de 1832 pelo africano livre Manoel Victor Sena, que exercia a profissão de ganhador no canto da Preguiça. Ou talvez, à Sociedade Monte Pio dos Artífices, também de 1832.[782]

As sociedades mutuárias começaram a florescer após a independência do Brasil, em substituição das antigas corporações de ofícios. Foram-se multiplicando

---

[780] Idem.
[781] Idem, ibidem, apud João Ribeiro. *História do Brasil*.
[782] Sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos ver BRAGA, Júlio. *A Sociedade Protetora dos Desvalidos – uma irmandade de cor.* Salvador-Ba: Edições Ianamá, 1987.

conforme as necessidades dos grupos que as formavam. Pelo menos quatro tipos de mutuárias ou montepios foram organizados. Algumas destinadas aos *inválidos de guerras* (guerras da Independência e do Paraguai); outras de *apoio a imigrantes estrangeiros e nacionais*; outras *abolicionistas e,* a maioria, de *caráter profissional*, dedicada, sobretudo, aos interesses de artistas e operários.[783]

Era prática comum dos africanos libertos e negros brasileiros estabelecerem-se em diversos pontos da cidade, denominados cantos. Estes se constituíram, durante o século XIX, em formas de territorialização negra na cidade.[784] Ficavam à espera de serem convocados para algum serviço, como condução de volumes pesados ou leves, cadeirinhas de arruar, pipas de vinho ou aguardente, pianos, etc. Ali trabalhavam ainda no desempenho de diversas tarefas de características artesanais, como preparação de

> rosários de coquilhos com borla de retrós de cores; pulseiras de couro, enfeitadas de búzios e outras de marroquim oleado; correntes de arame para prender papagaios, esteiras e chapéus de palha de ouricuri, e bem assim vassouras de piaçava; lavavam chapéus de Chile e de outra palha qualquer, e consertavam chapéus de sol.
>
> Uma vez por outra aparecia nos cantos o cabeleireiro ambulante que não só rapava a cabeça, como também escanhoava o rosto dos parceiros.[785]

A cultura do canto ia-se constituindo pouco a pouco nas experiências cotidianas de africanos libertos e negros brasileiros em um crescente processo de organização que traduzia uma lógica peculiar, própria das circunstâncias sócio-econômicas em que viviam. Entre rituais construídos conforme objetivos pré-estabelecidos, os africanos organizavam-se, respeitavam-se mutuamente, evitando disputas ou invasões no espaço do outro. Em cada canto havia um chefe, chamado de capitão, com a função de "contratar e dirigir os serviços e receber os salários." Esta função era revestida de grande importância, pois, ao falecer o capitão, logo era eleito ou aclamado o sucessor que imediatamente assumia a "investidura do cargo.'' Manuel Querino assim descreveu a solenidade de posse "à moda africana" realizada nos cantos do bairro comercial:

> Os membros do canto tomavam de empréstimo uma pipa vazia, em um dos trapiches da rua do Julião ou do Pilar, enchiam-na de água do mar, amarravam-na de cordas e por estas enfiavam grosso e comprido caibro. Oito ou doze etíopes, comumente os de musculatura mais possante, suspendiam a pipa e sobre ela montava o novo capitão do

[783] Sobre as sociedades mutuárias na Bahia ver LEAL. Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um Ofício*, 1996.
[784] Sobre os processos de territorialização de negros no século XIX em Salvador, ver MATTOS, Wilson Roberto. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador/Ba (1850-1888).* São Paulo: PUC-SP, 2000 (Tese de doutorado em História Social).
[785] Querino, *A Raça Africana*, p. 58.

> canto, tendo em uma das mãos um ramo de arbusto e na outra uma garrafa de aguardente.
>
> Todo o canto desfilava em direção ao bairro das Pedreiras, entoando os carregadores monótona cantilena, em dialeto ou patuá africano.
>
> Na mesma ordem, tornavam ao ponto de partida. O capitão recém-eleito recebia as saudações dos membros de outros cantos, e nessa ocasião, fazia uma espécie de exorcismo com a garrafa de aguardente, deixando cair algumas gotas do líquido.
>
> Estava assim confirmada a eleição.[786]

Neste processo, em que o africano paulatinamente marcava sua identidade no emaranhado de relações sociais, econômicas, culturais estabelecidas no século XIX, em uma conjuntura que apontava mudanças processuais em direção ao fim do cativeiro e à universalização do trabalho livre, Querino reivindicou para o africano "um lugar de destaque como fator de civilização brasileira", o reconhecimento social pela sua contribuição

> na defesa do território nacional, na agricultura, na mineração, como bandeirante, no movimento da independência, com as armas na mão, como elemento apreciável na família, e como herói do trabalho em todas as aplicações úteis e proveitosas.[787]

No seu discurso, Manuel Querino qualificou a sua origem ao resgatar a atuação produtiva dos seus ancestrais. Assim, justificava a sua importância pela importância do outro. Neste sentido, seria incontestável a inclusão do africano e descendentes no universo social, econômico e cultural do Brasil, devido a interferência cotidiana e incessante dos fazeres e saberes no processo de construção da cultura nacional de matriz plural, cuja contribuição devia-se também ao negro africano. Com orgulho deste passado de sangue, suor, luta, festa, criatividade e vontade de conquistar a dignidade e a liberdade expropriadas pela força da opressão violenta, Querino apontou como conseqüência do trabalho do africano a constituição do Brasil como "nação culta, poderosa entre os povos civilizados". Fora, pelo trabalho do africano, que os filhos dos ricos senhores puderam ser educados tornando-se sacerdotes, políticos, cientistas, literatos, militares, etc.[788]

Para Querino, o trabalho, além de se constituir em esforço produtivo que enriqueceu os senhores e construiu a nação, também se caracterizou em ação que conduziu à liberdade muitos escravos e a outras conquistas sócio-políticas de seus

[786] Querino, *A Raça Africana* , p. 59.
[787] Querino, *O Colono Preto*, p. 122.
[788] Querino, *O Colono Preto*, p. 122.

descendentes pela manifestação da criatividade, da competência, do talento, das lutas pelos direitos civis e políticos. Foi com este sentimento que Manuel Querino produziu a sua obra, ressaltando o valor da arte, do trabalho, de artistas e operários nas suas variadas expressões.

A trajetória percorrida pelo africano na saga da escravidão, deixou evidências históricas inquestionáveis na condução de um processo cultural que deu origem ao povo brasileiro, neste sentido, a Manuel Querino. A extinção da raça africana no Brasil tornava-se dia a dia uma realidade com o passar dos anos. Diante disto, Querino afirmou que,

> a extinguir-se deixará imorredouras provas do seu valor incontestável que a justiça da história há de respeitar e bendizer, pelos inestimáveis serviços que nos prestou, no período de mais de três séculos.[789]

No percurso da sua obra, Querino identificou ter sido apenas a "falta de instrução" a principal causa que inviabilizara a plena comprovação do valor do africano, tal como ocorria com os naturais da ilha de Cabo Verde, explicitado pelo padre Vieira:

> Há aqui clérigos e cônegos tão negros como o azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados que fazem invejas aos que lá vemos nas nossas catedrais.[790]

O Brasil havia se constituído pelo "convívio e colaboração das raças", o que, para Querino, resultara na composição de uma população mestiça, de todos os matizes. Exaltou, desta forma, o papel dos mestiços ou mulatos, descendentes do cruzamento do europeu com o africano, que resultara na "plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seleto nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação."[791] Com esta constatação, houve o encontro da trajetória do africano com a existência de Querino, ao refletir-se enquanto síntese do que havia sido a vida do africano e de como estava sendo experimentada pelo descendente .

Concluiu a sua narração destacando as duas principais grandezas do Brasil – "a uberdade do solo e o talento do mestiço". Passou a citar, entre tantos que se destacaram no cenário intelectual, político, artístico brasileiro, "o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a família Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de

[789] Idem, p. 123.
[790] Querino, *A Raça Africana,* p. 23.
[791] Querino, *O Colono Preto*, p. 123.

Inhomirim, Saldanha Marinho, padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glycerio, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Theophilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas – o Cabra, João da Veiga Murici".[792] Para alguns destes, especialmente aqueles que contribuíram para o desenvolvimento das artes na Bahia, na perspectiva de terem enriquecido a cultura brasileira com o trabalho de cada um, Manuel Querino dedicou rica produção biográfica a alguns deles, publicada em forma de artigos e depois no livro *Artistas Bahianos: indicações biográphicas* que reuniu 216 registros biográficos de escultores, pintores, músicos, entalhadores, marmoristas, agrimensores e arquitetos.[793]

Dos citados acima, Manuel Querino incluiu na sua obra Caetano Lopes de Moura, José Theophilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas – o Cabra e João da Veiga Murici.[794] Ao relacionar nomes, para ele importantes de serem lembrados, "apenas para falar dos mortos"[795], Manuel Querino deixou implícito o seu desejo de incluir-se entre os vivos, na qualidade de mestiço talentoso e merecedor de reconhecimento, especialmente por se colocar presente no rol dos artistas pintores em verbete de *Artistas Bahianos*.

O valor do trabalho enquanto estratégia de conquista da liberdade "com conservação", do ponto de vista da integridade material e moral, utilizada pelo africano, e do talento intelectual, político e artístico desenvolvido pelo mestiço brasileiro, formaram os dois elementos norteadores da vida de Manuel Querino. Ele sintetizou em si o talento e o trabalho como armas de luta que empreendeu ao longo da vida. E justificou a sua identidade de negro, nascido no ambiente da escravidão, no recôncavo baiano, onde a produção açucareira baseou-se na força do escravo para a acumulação da riqueza do senhor. Foi em Santo Amaro da Purificação, exatamente dez meses após a Lei Eusébio de Queiroz (setembro de 1850), a qual extinguiu o tráfico de africanos.

A sua filiação permanece cercada de interrogações. Considerando os três documentos verificados - o batismo, a certidão de casamento e de óbito -, as informações deixam algumas dúvidas sobre a sua origem. No texto de batismo consta

[792] Idem, ibidem.
[793] O livro *Artistas Bahianos* foi publicado em 1909 e com segunda edição ampliada em 1911.
[794] Sobre Caetano Lopes de Moura ver QUERINO, "Os homens de cor preta na História" artigo publicado na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1923; Sobre José Theóphilo de Jesus, Damião Barbosa e Chagas – o Cabra ver *Artistas Bahianos*, 1909; João da Veiga Murici em "Um bahiano ilustre – Veiga Muricy" artigo publicado na *Revista do IGHBA*, 1923 e depois em 3ª. edição de *A Bahia de Outrora.*
[795] Querino, *O Colono Preto,* p. 123.

ser filho legítimo de José Quirino e de Luiza, batizado aos cinco meses de idade, na Igreja Matriz de Santo Amaro, tendo como padrinho Joaquim da Silva Victor. Ao lado do registro, uma anotação: Manoel menor filho natural. No registro de casamento, consta ser legítimo de José Querino com Dona Luzia da Rocha Pitta e, no de óbito, filho "ilegítimo de Maria Adalgisa". [796]

O fato é que Manuel Raymundo Querino, nascido a 28 de julho de 1851 em Santo Amaro, teve uma origem e uma filiação, contudo, pouco esclarecidas. Provavelmente, por pouco saber sobre esta origem, uma vez que aos quatro anos de idade teria se tornado órfão de pai e mãe vitimados pela epidemia do cólera que assolara todo o recôncavo baiano em 1855, Querino tivesse se omitido ou, ainda, se dado ao direito de não revelar as suas dúvidas ou certezas. Todas as referências biográficas e necrológios existentes sobre ele reproduzem a informação sobre a sua orfandade e circunstâncias, sem maiores aprofundamentos.[797]

A situação de orfandade se constituiu em uma das graves conseqüências advindas da peste. Iniciada provavelmente em julho de 1855 em Salvador, nas imediações do Rio Vermelho, no mês seguinte a doença se espalhou "coincidindo com a chegada de muitas famílias de Cachoeira e Santo Amaro, onde o flagelo também fazia muitas vítimas."[798] Santo Amaro e Cachoeira foram as cidades mais atingidas pela epidemia depois de Salvador. Carente de assistência médica, sem condições sanitárias satisfatórias, com água de péssima qualidade, Santo Amaro, em particular, tornou-se alvo fácil para a instalação da doença, causando pânico entre a população que nada sabia sobre aquele mal.

A mortalidade crescia ininterruptamente e, no final de agosto, médicos fugiam, autoridades abandonavam seus postos e o povo, apavorado, deixava seus doentes

[796] O seu registro de batismo revela uma curiosidade que merece ser observada. Ao lado de todas as crianças registradas no livro de batismo, uma anotação lateral esclarece sobre o batizado, a exemplo: Isabel menor filha natural – correspondendo ao texto "filha natural de Maria da Conceição...."; "Gentil menor filho natural escravos – correspondendo ao texto "filho natural de Raimunda escravos do Engenho Pitinga..."; ou ainda "Maria menor filha legítima"- no texto ...."filha legítima de Petro Brandão Pereira e de Maria Matildes da Purificação...". No texto de batismo de Querino consta ser "filho legítimo de José Quirino e **Luiza**" e na anotação lateral "Manoel menor filho natural". Arquivo da Cúria, Livro Baptismo 1846 a 1854, p. 220. Segundo Morais, Dicionário...., filho natural é aquele nascido de pais solteiros. Poderia ter ocorrido, no ato de registro do batismo, um equívoco ou uma dúvida do escrevente quanto à situação legal da união dos pais de Querino. Por não ter a mãe o sebrenome correspondente, poderia a mesma ser uma escrava? Só mais tarde teria adotado o sobrenome do seu senhor ou sua senhora Rocha Pitta? . Ao compararmos o batismo com o registro de casamento as interrogações aumentam: consta ser filho legítimo de José Querino com Dona **Luzia** da Rocha Pitta,e no de óbito diz ser "ilegítimo de Maria Adalgisa". Poderia ter sido criado, por algum tempo, por Maria Adalgisa ao ficar órfão de pai e mãe?

[797] A primeira informação sobre a sua biografia está no prefácio da 1. edição do seu livro "A Bahia de Outrora" de 1916, elaborada pelo contemporâneo J. Teixeira Barros.

[798] Sobre este tema ver DAVID, Onildo Reis. *O inimigo Invisível: Epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996, p. 15.

mortos pelo caminho, enquanto desesperadamente procurava se salvar. Muitos emigravam para Salvador, entre adultos, velhos e crianças órfãs, que perdiam os pais para o cólera. O caos se estabeleceu. A crise social e econômica agravou a situação de penúria, especialmente nas camadas mais pobres e na população escrava. A fome, decorrente da escassez de alimentos, devido ao refluxo da produção e conseqüente carestia, também contribuiu para as sucessivas mortes advindas da peste.[799]

As conseqüências foram devastadoras. No ano seguinte, a Câmara Municipal de Santo Amaro, congratulando-se pela posse de José Lins Vieira Cançanção do Sinimbú no cargo de Presidente da Província, rogava-lhe proteção em favor do município e seu termo, "pela terrível epidemia que [ali] fez seu principal assento...".[800] Analisando a situação de carestia dos gêneros alimentícios em 1858, a mesma Câmara apontava, como principal causa a diminuição da produção, devido, entre muitos fatores, à irregularidade das estações, diminuição dos braços produtores ocasionada pelo fim do tráfico de africanos, exportação constante de escravos desta para as Províncias do Sul, emigração de parte dos cultivadores para os trabalhos de mineração no interior da Província e, por fim, à "mortandade, que neste Município, mais do que em nenhum outro, causou a devastadora epidemia de 1855, não somente na classe dos escravos, como também na população livre do campo."[801]

Foi naquele contexto de horror, que uma amiga de José Querino e Luiza teria protegido, por algum tempo, o pequeno órfão Manuel, até encaminhá-lo ao Juiz de órfãos para que garantisse o futuro da criança.[802] A emergência de se resolver a situação do crescente número de crianças órfãs da epidemia fez com que a população sobrevivente buscasse alternativas de salvarem-se uns aos outros. As soluções foram entregues aos delegados, juízes de órfãos, às senhoras de caridade, aos parentes e amigos que, por sua vez, suplicavam ao Presidente da Província providências urgentes na expectativa de encaminhar os pequenos órfãos a estabelecimentos pios, arsenais de guerra e marinha, ao Colégio dos Órfãos de São Joaquim, por exemplo, a fim de serem educados e alimentados.

---

[799] Em Santo Amaro morreram aproximadamente 8500 pessoas; em Cachoeira 8.200 habitantes; em Salvador quase 10000 pessoas. David, *O inimigo invisível*, p 131 e 137.
[800] APEB, Seção Colonial e Imperial. Câmara de Santo Amaro, correspondência de 30 de setembro de 1856; Braz do Amaral. *História da Bahia, do Império à República*, edição de 1923, p. 196 – diz ter sido "a mais flagelada da província".
[801] APEB, Colonial e Imperial. Câmara de Santo Amaro, correspondência de 05 de março de 1858.
[802] Segundo informações biográficas de contemporâneos.

A vice-condessa de Barral, em apelo de 17 de setembro de 1855 ao Juiz de Órfãos Casimiro de Senna Madureira, reivindicava atendimento urgente para a Casa da Providência, instituição de caridade por ela administrada, considerando a falta de dinheiro para manter o crescente número de órfãs que para ali eram encaminhadas. Diante da admissão de um número superior ao que podia realmente, a vice-condessa encontrava-se desesperada, solicitando recursos para o estabelecimento, avaliando serem necessários hum conto de reis para a manutenção anual de uma menina.[803]

Alguns casos de órfãos da epidemia foram demonstrativos no sentido de possibilitar uma compreensão, apesar de parcial, do ambiente e dos processos experimentados pelas crianças. João Cardoso Marques, aparentando 10 anos de idade, foi um dos casos de órfão vindo de Santo Amaro em conseqüência do falecimento do seu pai e toda a família causado pela peste. Assim, o mesmo Juiz de Órfãos Casimiro de Sena Madureira apresentou ao Presidente da Província o referido caso:

> Em conseqüência do abandono em que achou-se, embarcou para esta cidade e foi abrigado por 15 dias no Mosteiro de São Bento. Afirma que sua mãe falecera há muitos anos no Rio de Janeiro.[804]

Considerando tal situação, o referido Juiz solicitava que o órfão fosse admitido "na companhia de aprendizes ou da Marinha ou do Arsenal de Guerra" ou onde o Presidente da Província achasse mais conveniente.[805]

Outro caso infeliz foi o dos irmãos Preccio Jovita do Nascimento, de oito anos, e Francisco Constantino do Nascimento, de três. Órfãos do cólera, foram recolhidos pela irmã Francisca Rosa da Rocha. Por não poder conservá-los em seu poder, em petição de 18 de setembro de 1855, Francisca rogava ao Juiz de Órfãos Casimiro, para que os mesmos fossem removidos da sua residência e socorridos por estabelecimentos pios ou como melhor entendesse.[806] O Juiz de Órfãos foi ágil em seu encaminhamento, pois em correspondência de 26 de setembro solicitava ao Presidente da Província, Álvaro Tibério Moncorvo e Lima, que o órfão Preccio fosse admitido na Companhia de

[803] APEB, Colonial e Provincial, Vara de Órfãos, correspondência de 17 de setembro de 1855. Aportaram em Salvador, chegadas de Paris, em 1853, onze irmãs de caridade trazidas pela influência do Visconde da Pedra Branca, as quais fundaram no ano seguinte, sob a proteção da Viscondessa da Pedra Branca e Barral, uma instituição – Casa da Providência – para socorrer pobres e órfãs desvalidas.
[804] APEB, Colonial e Provincial, Vara de Órfãos, correspondência de 08 de outubro de 1855.
[805] Idem
[806] APEB, Colonial e Provincial, Vara de Órfãos, correspondência de 18 de setembro de 1855.

Aprendizes menores do Arsenal de Guerra.[807] Em menos de um mês da solicitação, o mesmo Juiz apresentava ao Presidente da Província o órfão Estevão José de Carvalho, de dez anos, inteiramente desvalido, por terem falecidos vítimas do cólera seus pais, para ocupar a vaga autorizada e não preenchida por Preccio, que por sua vez, não chegara a ser enviado para a Companhia de Aprendizes do Arsenal de Guerra, por ter falecido vítima da epidemia a 1º. de outubro. Assim, o dito Juiz rogava que o mandasse "admitir na da dita Companhia o órfão ... para que ali [aprendesse] algum ofício e [continuasse] nas primeiras letras, de que pouco conhecimento tem, sem saber ainda escrever."[808]

Provavelmente, o destino de Manuel Querino não haveria de ser diferente. Segundo referências de contemporâneos seus, uma vizinha o haveria acolhido, porém, sem condições de o proteger, teria solicitado providências junto ao Juiz de Órfãos que, por sua vez, o teria encaminhado para o Professor e Bacharel Manoel Correia Garcia, nomeando-o seu tutor. A primeira notícia biográfica sobre Manuel Querino foi divulgada através de J. Teixeira Barros, ao prefaciar "A Bahia de Outrora" na primeira edição de 1916, cujos dados foram sucessivamente reproduzidos em outras notícias biográficas.[809]

> Criança ainda e órfão de pais, o juiz competente nomeou ao Dr. Manuel Correia Garcia, lente jubilado da Escola Normal seu tutor. Homem educado na Europa e dedicado ao ensino, procurou despertar no espírito do seu tutelado o amor ao trabalho e ao estudo...[810]
>
> OU
>
> ...cultor das letras e amante das coisas do ensino...procurou encaminhar o tutelado nos trabalhos mentais e conseguiu incutir-lhe a paixão do estudo, o amor aos livros, que havia de acompanhá-lo até o túmulo.[811]

Pelas qualificações do referido tutor, o mesmo teria iniciado Querino no estudo das primeiras letras e no aprendizado do ofício de pintor.

> ...Manuel Querino começou a entregar à cultura da inteligência os instantes de ócio que lhe deixavam os esforços despendidos na aprendizagem da arte que depois lhe assegurara os meios de subsistência.[812]

---

[807] APEB, Colonial e Provincial, Vara de Órfãos, correspondência de 26 de setembro de 1855.
[808] APEB, Colonial e Provincial, Vara de Órfãos, correspondência de 19 de outubro de 1855.
[809] As buscas foram intensas no Arquivo Público do Estado da Bahia nas séries juízes de órfãos. Não renderam os frutos desejados de encontrar o processo de tutela de Manuel Querino.
[810] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916.
[811] Palavras proferidas pelo Consócio Antonio Vianna, *Revista do IGHB*, n°. 54, 1928, p. 306.
[812] Idem.

O próprio Querino escreveu em 1896 uma "Notícia Biográfica" sobre Correia Garcia, na qual narrou, cronologicamente, a trajetória do advogado, orador, repentista, poeta, professor, político, escritor, jornalista. Numa perspectiva laudatória, o considerou excelente prosador, convicto apreciador das Belas Artes que "contribuiu eficazmente para o levantamento do nome da Bahia na república das letras".[813] Escorregando pelo texto, Querino incluiu-se, provavelmente como testemunha ocular, ao relatar uma passagem para ele interessante e que guardara na sua memória.

> E a propósito: explicava o professor Lellis Piedade as belas artes no Egito aos seus alunos, em casa do professor Cãnizares, quando entra o Dr. Garcia e dá um aparte; abstratamente continuou com a palavra e completou a lição, e, pedindo desculpa no fim dela, retirou-se deixando a todos satisfeitos.[814]

Manuel Querino expressou não apenas uma admiração especial, mas, sobretudo uma identificação, provavelmente iniciada com o fato de ambos terem sido órfãos ainda na tenra infância. E assim algumas evidências foram se constituindo em diversos elos que aproximavam a trajetória de um com a do outro. Certamente, Querino teve em Correia Garcia uma inspiração e um modelo seguidos por ele.

Manuel Correia Garcia foi uma das figuras públicas de importância para o mundo da intelectualidade de seu tempo. Foi o idealizador e sócio-fundador do primeiro Instituto Histórico da Bahia, fundado em 1856. Correia Garcia há muito reivindicava este espaço de pesquisa e produção de conhecimento para a Bahia. A intenção era de se inaugurar o Instituto no ano anterior, porém, com a entrada do cólera na Bahia, criando um estado "aflitivo e desolador", não foi possível implantar o referido projeto. Somente após ter-se passado os dias de terror e a vida de todos voltar à normalidade, o Instituto finalmente foi instalado, a 3 de maio de 1856, "dia do descobrimento do Brasil", quando Correia Garcia foi eleito para o cargo de 1º. Secretário. A sua atuação na luta pela sustentação do Instituto foi intensa, pois as dificuldades para garantir apoio financeiro e a participação ativa dos sócios, foram constantes. No primeiro número do Periódico do Instituto Histórico da Bahia, de outubro de 1863, Correia Garcia escreveu em texto introdutório sobre

[813] Querino, Notícia Biográfica do Dr. Manuel Correia Garcia in Garcia, Manuel Correia. *História da Independência da Bahia.* Bahia: Typ. E Encadernação – Empreza Editora, 1900.
[814] Idem.

> a importância dos estudos históricos, não desconhecendo as dificuldades em razão da diversidade regional para se traçar uma história geral do Brasil. Foi, no dizer dele, com esse pensamento que homens ligados às letras se reuniram para, entre outros objetivos, escrever a história da Província da Bahia, fundando para tanto o Instituto Histórico.[815]

Correia Garcia diplomou-se advogado. Ainda jovem foi para a Europa com a missão de adquirir conhecimentos pedagógicos, a fim de ensiná-los à mocidade, recebendo o diploma de professor em primeiro grau pela Escola Normal de Paris. Viúvo, casou-se pela segunda vez com D. Maria Izabel Brandão Garcia, com quem teve sete filhos. Foi deputado provincial em duas legislaturas e conselheiro municipal, lente da Escola Normal, professor do Colégio dos órfãos de São Joaquim, membro do Conselho Superior da Instrução Pública, sócio-correspondente da Sociedade Propagadora das Bellas–Artes, sócio efetivo do Conservatório Dramático, escreveu diversos opúsculos como *Aplicação Moral*, *Política*, *Biographia de D. Romualdo, como parlamentar e político* e escreveu importante tese, em latim, sobre "a Pena de Morte", submetida à apreciação da Universidade de Tubingue, Alemanha, valendo-lhe o diploma de doutor em filosofia.[816]

No seu texto biográfico sobre Correia Garcia, Manuel Querino enaltecia a sua inteligência ao considerá-lo competente em vários conhecimentos, em particular sobre instrução pública e jurisprudência, bem como o valorizava por ser polemista, satírico, nobre de caráter e dedicado à ciência "de que era fervoroso cultor".[817]

> ... fez da política um apostolado e por isso nunca foi apreciado n'altura do seu incontestável merecimento. Muita vez a sátira mordaz feriu-lhe o amor próprio, que viam nele muito exagerado; mas era-lhe compensado esse desgosto pela consideração do mérito real que os próprios desafetos reconheciam.[818]

Em 1847, Correia Garcia fora dispensado do exercício da cadeira de Desenho Linear, Caligrafia e aritmética, bem como de Monitor Geral da Escola Normal.[819]

Nota-se a admiração de Manuel Querino por Correia Garcia, especialmente das suas atuações intelectuais e políticas. Concluiu o biógrafo Querino:

> Morreu pobre, já se vê, pois essa é a sina do homem trabalhador, a 23 de fevereiro de 1890, legando a sua família um nome honrado, laureado pelas fulgurações cintilantes do seu robusto talento, bastante conhecido pelos apóstolos das letras.

---

[815] COSTA E SILVA, Maria Conceição Barbosa da. Nota Prévia à publicação *O Instituto Histórico da Bahia e seu Periódico (1856-1877) – Edição Fac-similar*. Salvador: A Fundação, 2001, p. 13.
[816] Sobre a biografia de Manuel Correia Garcia ver *O Instituto Histórico da Bahia e seu Periódico*..., Op. Cit.
[817] Idem, p. 14.
[818] Idem, p. 36.
[819] Atos do Governo da Província de 06 de junho de 1847.

> Foi um dos astros de maior grandeza do jornalismo e da jurisprudência do seu tempo.[820]

O pequeno órfão permaneceu sob a tutela do referido Professor até os 16 ou 17 anos de idade, quando Querino teria se deslocado para a Província do Piauí. Assim informou J. Teixeira Barros:

> Ambicioso de colocação mais vantajosa, em 1868, viajou o estado de Pernambuco até o sertão do Piauí, sendo aí recrutado com destino ao Paraguai.
>
> Chegado ao Rio de Janeiro e reconhecidas as suas habilitações ficou empregado na escrita do quartel do batalhão a que fora mandado engajar.[821]

A sua experiência de recrutado para a Guerra do Paraguai foi narrada por ele mesmo ao descrever os acontecimentos que envolveram a participação da Bahia e o processo de recrutamento que se instaurou com o início da Guerra.[822] Referiu-se aos ânimos do povo brasileiro que se apresentavam, na primeira fase da Guerra, como voluntário para lutar pela defesa dos interesses nacionais. Narrando os acontecimentos do período inicial da Guerra, Querino resgatou o sentimento patriótico que uniu o povo na defesa dos brios nacionais, apoiando o governo imperial no apelo para que os brasileiros "apagassem com o sangue a nódoa da injúria que conspurcara a Bandeira Nacional", segundo o decreto no. 337, de 7 de janeiro de 1865.[823]

> A Bahia não se fez esperar, e, em 17 de março seguinte, entre ruidosas manifestações de alegria, embarcava o primeiro batalhão de Voluntários da Pátria...[824]

A animação da população era revestida de festas que traduziam a alegria em poder contribuir com o país por uma causa nobre, bem como a demonstração da "bravura excepcional do povo baiano". Os dias de embarque das tropas eram considerados especiais:

> As escolas e outros estabelecimentos públicos não funcionavam. Enfeitavam-se as ruas de arcos triunfais e bandeiras nacionais erguiam-se em todos os pontos, como lembrança aos que partiam, em sua desafronta.[825]

Janelas ornamentadas, bandas de música, ruas movimentadas modificavam a rotina da cidade.

---

[820] Idem, p. 36.
[821] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1916.
[822] Querino, "A Bahia e a Campanha do Paraguay" e "O recrutamento" em *A Bahia de Outrora*, 1916.
[823] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1911, p. 150.
[824] Querino, *A Bahia de Outrora*, 1911, p. 150.
[825] Idem, p. 153.

> O Arsenal de Marinha, ponto de embarque, apinhava-se de povo, que sorria com o coração chorando. Dir-se-ia que essa expansão de contentamento e de justa alegria confortava a ausência dos filhos, maridos, irmãos, amigos e pais, que se retiravam para o campo de luta, entre as saudades dos que, deixavam, talvez para sempre, dominados pelo cumprimento de um dever cívico.[826]

As levas de voluntários se sucederam entre jovens, adultos, velhos, militares e civis. Com uma população de aproximadamente um milhão de habitantes, a Bahia enviou 18.725 combatentes, segundo Querino.[827] A fase de euforia foi sendo substituída pela de retraimento. Entre notícias de vitórias "vinha a triste nova da queda de muitos bravos que tombaram (sic), no campo da luta..."[828] As famílias dos mortos passavam a ser atendidas por atos de caridade, prestando-se ajuda uns aos outros, tanto na capital como no interior. Eram realizados eventos beneficentes a fim de angariar fundos para famílias desamparadas, em virtude da morte de combatentes, a exemplo dos que ocorreram no Teatro São João e Grêmio Literário.

Procurando ressaltar a participação da Bahia com grande número de voluntários e com a "bravura de seus filhos", Querino denunciou os "desmandos" ocorridos por toda a Província, quando da necessidade de realizar-se o recrutamento. Faltavam voluntários para participarem da guerra. "Ninguém mais queria seguir".[829] Chegavam os inválidos e mutilados narrando sobre os sofrimentos passados nos campos de batalha. Tais informações não surtiram "bom efeito no espírito dos que, longe do teatro dos acontecimentos, se limitavam às aclamações das vitórias."[830]

Manuel Querino denunciou os atos de barbaridade a que a população foi submetida durante o processo de recrutamento.

> Os homens válidos foram procurados como feras: parecia que a Bahia tomara a peito fornecer o pessoal necessário às funções da guerra. Varejavam-se casas, arrancavam-se rapazes ocultos nos armários e outros móveis domésticos.[831]

"*Vai de presente ao Lopez*" – com esta sentença muitos jovens, às vezes arrimos de família, foram capturados e enviados para a guerra. A caça, realizada aos domingos, era às vezes acompanhada de cães. Invadiam as casas, onde era efetuada

---

[826] Querino, "A Bahia e a Campanha do Paraguai" in *A Bahia de Outrora*, 1946, p. 173.
[827] Idem, p 158. Sobre a participação da Bahia na Guerra do Paraguai, ver RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no conflito).* Salvador, Bahia: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado em História). Segundo Rodrigues, a Bahia enviara para a Guerra 15.297 combatentes, constituindo-se na Província com maior participação seguida pela Corte que enviara 12.067 combatentes.
[828] Idem, p. 177.
[829] Querino, "O Recrutamento" in *Bahia de Outrora*, p. 182.
[830] Idem, ibidem.
[831] Idem,

a prisão, provocando revolta nas famílias. Os recrutadores, diante das lágrimas das senhoras diziam: "*Se hei de morrer eu, morra meu pai, que é mais velho*". [832]

As estratégias para livrarem-se do serviço militar eram as mais diversas. Aquele que não se prestava ao serviço na Guarda Nacional apresentava um substituto, que recebia, além do soldo, uma quantia diária e uma gratificação por parte daquele que era substituído. Para o Exército, podia-se apresentar outro em seu lugar, para quem era paga uma certa quantia, ou ainda comprar um escravo para substituí-lo. Outra forma de artifício era o de andar-se bem trajado, "munido de chapéu de pêlo ou castor".

> "Ao aproximar-se um soldado, para dar-lhe voz de prisão, o rapaz aprumava-se, dizendo: *sabe bem com quem está falando*?
>
> Se a praça se retraía, supondo ter dirigido a palavra a algum rebento da nobreza da época, ajuntava polidamente: *Vossa senhoria desculpe*; se era um desabusado, respondia: *só conheço o pau pela casca, siga*; e lá ia o cidadão recolhido ao Forte de São Pedro, com cartola, impostura e tudo."[833]

O terror de ser "caçado" para a guerra tomou conta dos rapazes e muitos deles "se vingaram com os casamentos, que aumentaram de número. Depois do toque de silêncio, nos quartéis ninguém se animava sair de casa, salvo em casos muito urgentes."[834]

Assim Querino pintou o quadro do recrutamento para a guerra do Paraguai. Ao lado da crítica mordaz ao esquema de "barbaridade" utilizado pelos "recrutadores", havia uma pitada de humor ao descrever os diversos recursos utilizados para driblar a captura. Concluiu a cena ao observar as conseqüências advindas pela violência.

> As ruas ficavam desertas e os trovadores mudos. Duas entidades, porém, estavam na plenitude de suas regalias: os gatos de telhado e os soldados de patrulha.[835]

Com o fim da guerra, a alegria voltou a reinar no meio do povo. As ruas foram enfeitadas, iluminadas; as igrejas ficaram repletas de fiéis em missas de ação de graças; nas arcadas da Câmara Municipal, painéis pintados pelo artista Tito Capinam foram colocados, representando as vitórias do Brasil nos campos de batalha; cartas de alforria foram concedidas a escravizados; os batalhões de voluntários que retornavam do teatro da guerra eram recebidos com ovações, "vitoriando-os, (sic) pelos louros

[832] Idem,, p. 183.
[833] Idem, p. 184.
[834] Querino, "O Recrutamento" in *Bahia de Outrora*, p. 184.
[835] Idem, ibidem.

alcançados, inebriante de contentamento, bendizendo a fortuna dos que escaparam com vida".[836]

Manuel Querino revelou os critérios balizadores do recrutamento para a guerra, no período de refluxo das iniciativas de voluntários, a partir de 1868. Eram os mais pobres, sem "nobreza", negros livres, libertos ou escravos os preferidos pela patrulha para serem enviados à guerra. Foi neste contexto, provavelmente, que Manuel Querino se deslocou para Pernambuco e, de lá, para o Piauí, onde fora recrutado para a guerra. Serviu na qualidade de inferior no Exército Brasileiro de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870.[837]

Refletindo anos mais tarde sobre os prejuízos da Guerra para os cidadãos que se deslocaram para lá como voluntários ou recrutados, Querino expressou críticas sociais e políticas sobre os encaminhamentos adotados pelo Governo após a vitória brasileira:

> Os cidadãos cumpriram o seu dever; o governo, porém, não correspondeu ao sacrifício; não concedeu as terras prometidas, sob o pretexto de não serem vendidas aos estrangeiros; e nos cargos públicos, raramente os veteranos foram preferidos. Depois de mais de quarenta anos, é que os poucos sobreviventes dessa cruzada estão percebendo o soldo de sua patente pela tabela antiga. No entanto, os que não experimentaram os trabalhos da guerra e desconhecem o cheiro da pólvora nos combates, vencem, no quartel da saúde, um soldo cinco vezes maior do que aqueles.[838]

Ficou explícita a mágoa de Querino diante do descaso com que foram tratados os "valentes guerreiros" que a Bahia enviou para a guerra. O que, aliás, segundo o sujeito-autor, representou o maior contingente incorporado em relação às demais Províncias. De toda esta situação, concluiu:

> As guerras começam pela ambição dos príncipes, e findam pela desgraça dos povos.[839]

De acordo com informações trazidas por J. Teixeira Barros, multiplicadas por outras notícias biográficas sobre Querino, chegando ao Rio de Janeiro e "reconhecidas as suas habilitações ficou empregado na escrita do quartel do batalhão a que fora mandado engajar", não sendo necessária a sua ida para o Paraguai, tendo em vista a tendência de diminuição da campanha.[840]

---

[836] Querino, "A Bahia e a Campanha do Paraguai" in *Bahia de Outrora*, p. 181.
[837] APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados, Petição de Manuel Querino de 12 de junho de 1896.
[838] Querino, "A Bahia e a Campanha do Paraguai", Op. Cit. p. 181.
[839] Idem.
[840] Barros, prefácio de *A Bahia de Outrora*, 1916. Muitas buscas foram empreendidas para identificar Manuel Querino na documentação da Guerra do Paraguai nos Arquivos Nacional, do Ministério do Exército, do Ministério da Marinha no Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional. Todas sem sucesso.

A 1º. de março de 1870, com a morte de Francisco Solano Lopez, a guerra deu-se por terminada. Segundo o mesmo informante Barros, naquele mesmo dia Querino havia sido promovido a cabo de esquadra, conseguindo baixa do serviço militar em outubro do mesmo ano.

Retornando à Bahia em 1871, Manuel Querino trouxe em sua bagagem muita experiência, outros conhecimentos e uma grande vontade de avançar nos estudos, potencializando o talento de artista e fazendo emergir o homem das lutas pela liberdade, pelos direitos do povo trabalhador, pela igualdade de oportunidades, pela abolição da escravatura e pela República.

◊ Um brasileiro afro-descendente nas letras e lutas

A década de 1870 foi, para Manuel Querino, um período de aprendizados e exercícios nas quatro áreas de conhecimento e ação em que se ocupou ao longo da vida – trabalho artístico, educação, política e produção intelectual. Como foi narrado pelos seus contemporâneos Teixeira Barros e Antonio Vianna, teve o talento desperto e inspirado no ambiente das letras, da política, das artes com o seu tutor Manuel Correia Garcia.

Ao final da Guerra do Paraguai conseguiu baixa do exército e retornou do Rio de Janeiro para a terra natal. Carregava na sua bagagem experiências vividas no contexto de grandes manifestações sociais e políticas no Império brasileiro que culminaram em transformações estruturais com a abolição da escravatura e a proclamação da República.[841] A conjuntura da Guerra proporcionou alterações consideráveis no modo de pensar a sociedade, especialmente por parte das camadas populares e escravas.[842]

[841] Serviu no exército como inferior por um ano, um mês e dez dias – de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870. Petição de Manuel Querino à Câmara dos Deputados de 12/06/1896. APEB, seção legislativa, maço 458. Segundo Teixeira Barros, seu contemporâneo, a 1º. de março de 1870 teria sido promovido a Cabo de Esquadra e em outubro do mesmo ano teve baixa do serviço militar, retornando à Bahia em 1871. *Bahia de Outrora*, 1916, p.6; No *Boletim da Agricultura, Comércio e Indústria* publicado em 1923, por ocasião do seu falecimento, G.A.P. (Gonçalo de Athayde Pereira), na condição de colega de trabalho naquela repartição, dizia: "De volta à terra natal, teve a ventura de merecer a estima do seu padrinho Cons. Manuel Pinto de Souza Dantas, que o protegeu, e do seu antigo tutor e mestre Correia Garcia, os quais procuraram encaminha-lo na vida pública, com a pouca instrução já recebida."(*Boletim*..., p. 90). Em 1928, Antonio Vianna, consócio do Instituto Histórico da Bahia e companheiro de Querino naquela Instituição, publicava o seu discurso sobre a vida do falecido. Ao referir-se à sua trajetória durante a Guerra do Paraguai dizia: "Não era na caserna, porém, o seu lugar e em outubro do mesmo ano, o eminente baiano Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas fazia-o deixar o serviço militar, definitivamente". (*Revista do IGHBA*, no. 54, 1929, p. 306). As referências sobre esta relação com o Cons. Dantas, na condição de "afilhado político" são reproduzidas em diversas publicações sobre a sua vida. Considerando estas três referências mais próximas

Retornando da Corte, Querino trouxe consigo aprendizados adquiridos no ambiente do exército durante a Guerra do Paraguai. Contexto que se revelou provocativo em direção a ideais de liberdade e democracia. Os países platinos, já republicanos, eram exemplos de conquistas de civilização, também pleiteadas pelos brasileiros progressistas. Comparava-se a América livre da escravidão e republicana com o Brasil monárquico e ainda escravista – elementos antagônicos às idéias de civilização, progresso e liberdade. Possivelmente, Querino regressou à Bahia motivado a se incluir na luta pela liberdade e igualdade, partindo do pressuposto de que o aperfeiçoamento profissional e intelectual, além de garantirem a sua sobrevivência, seriam guias preferenciais para a emancipação social, política e profissional individual e coletiva.

De volta a Salvador, deu início a uma outra fase, prosseguindo por caminhos, talvez previamente traçados, que o conduzissem à conquista da liberdade, da justiça e da igualdade de direitos, ideais que alimentou por toda sua existência. Aquele jovem de 20 anos havia aprendido, com seu tutor Correia Garcia, as primeiras letras e o ofício de pintor. Com este instrumental, Querino garantiu o lugar de escriturário no seu Batalhão, durante o tempo em que servira na Guerra do Paraguai (1868-1870), e a sua

---

da existência do biografado, pode-se observar que houve, de uma forma ou de outra, a presença do Cons. Dantas na vida de Manuel Querino. Em seguida a estas duas últimas referências, vem a publicação de seu também contemporâneo e colega de repartição Athayde Pereira, que ao tratar da passagem pela caserna por ocasião da Guerra do Paraguai diz que "à justiça e benignidade de S.M. D. Pedro II, deveu sua desincorporação do contingente a que servia como cabo de esquadra fazendo o comandante volta-lo para sua terra natal, recebendo sua baixa das mãos de S.M.I, com a nota de na porta do Palácio S. Cristóvão entregarem-lhe a quantia de 20$000 como gratificação particular de S.M.I." e segue "Aqui chegado, procurou seu tutor que o recebeu com carinho e por essa ocasião pode contar com a proteção de seu padrinho o Cons. Mel Pinto de Sousa Dantas, chefe do Partido Liberal da Província, homem de grande prestígio social e político, e esses o encarreiraram na vida pública, mesmo com pouca instrução que até então recebera.". (*Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*, 1932, p.4). Certamente Athayde reuniu informações dos autores anteriores, sobre as quais se inspirou, apesar de conter dados novos, como os relativos ao Imperador, provavelmente relatados por Querino ao próprio Athayde, conforme sugere no texto: ..."ele mesmo relatara o que sofreu como praça e as fadigas das viagens contínuas por sertões ínvios e secos." As referências sobre a aproximação com o Conselheiro Dantas se multiplicaram em diversas publicações sobre a vida de Querino, nas quais foram reescritas as informações dos seus contemporâneos. Nelas, o Conselheiro teria se constituído em "padrinho" e que através dele fora encaminhado à política.Como foi analisada no Capítulo II, a presença do Cons. Dantas na vida de Querino foi marcada pela política, no contexto geral do envolvimento do operariado com o Partido Liberal. Se houve uma relação individual entre os dois, não há vestígios documentais que as apontem.

[842] Sobre a Guerra do Paraguai e suas transformações sociais e políticas que refletiram nos destinos da escravidão e do império no Brasil, uma vasta bibliografia foi ultimamente produzida, a exemplo de VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 ; POMER, Leon. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 2. ed. São Paulo: Global, 1984; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai.* 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocle: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec; Ed. Da UNICAMP, 1996; MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998; TORAL, André. *Adeus, Chamigo Brasileiro: uma história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999; YEGROS, Margarita Prieto. *Cuentos de la Guerra Grande Asunción*. Paraguay: Editorial Cuadernos Republicanos, 2001.

sobrevivência, quando retornara para a Bahia, pois passou a trabalhar de dia como pintor enquanto à noite estudava.

Querino desejava realizar muito mais. O seu destino não haveria de se resumir ao trabalho de pintor-decorador nas obras de construção civil. O seu potencial falava mais alto e o seu talento o empurrava para frente, na conquista de uma vida inteira. Com esta inquietação, Querino perseguiu o seu sonho. Buscou ampliar o seu universo de conhecimento e de ações que o possibilitassem interferir na vida de outros sujeitos negros como ele, trabalhadores como ele, pobres e ressentidos pela discriminação, contribuindo para a transformação daquela realidade.

O jovem e talentoso Querino continuou a aperfeiçoar suas habilidades, cultivando as letras e as artes. Ingressou nos estudos preparatórios do recém-criado Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872) e nos de francês e português no Colégio Vinte e Cinco de Março. Segundo Miguel Chaves, ex-diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Querino fez parte do grupo de artistas que aderiu à idéia de fundação do Liceu, "tendo assinado uma das listas paroquiais e se seu nome não [figurava] entre os instaladores da velha instituição [foi] porque só contribuiu com a primeira quota em 1874".[843] Em 1874 foi distinguido em francês, obtendo aprovação plena em português.

A partir de então a sua presença no circuito educacional e associativo foi-se tornando progressivamente marcante. Os rigores pedagógicos daqueles tempos se constituíam em requisitos de caráter promocional aliados ao apadrinhamento. Aqueles que obtivessem desempenho satisfatório diante de professores exigentes, teriam possibilidades de avançar e alcançar algum progresso escolar e profissional, caso reunissem além do talento, o prestígio social. Esta premissa não se constituiu em referência para Querino. A sua ascensão profissional e intelectual foi uma conquista individual, cotidiana, pois nada foi fácil para o negro que desejava auferir garantias sociais, políticas e profissionais.

Enquanto estudava no banco escolar do Liceu e depois da Academia de Belas Artes, aprendia sobre a situação da classe trabalhadora naquele ambiente propício em

[843] *O Democrata*, 15/02/1923. Sobre a história do Liceu ver LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um ofício*, 1996. Segundo J. Teixeira Barros, Manuel Querino teria sido um dos fundadores da instituição. Na impossibilidade de acesso a registros de alunos e associados do período de instalação do Liceu, uma vez que todo o acervo documental da instituição foi perdido no incêndio que destruiu a sua sede no Centro Histórico de Salvador em 1968, e não foi identificado durante a pesquisa documental sobre a história do Liceu o nome do Manuel Querino entre os sócios-fundadores, fica a possibilidade dele ter sido um dos alunos-fundadores, considerando o período em que chegou a Salvador, a sua persistência em incentivar a educação para as classes populares e a indicação do seu contemporâneo Teixeira Barros, bem como o depoimento de Miguel Chaves logo após o falecimento de Querino em 1923.

que o trabalho era o foco das atenções e tema que mobilizou o período que se seguiu desde o movimento abolicionista até a implantação da República.

Um órfão de descendência africana emergia no cenário sócio-cultural e político daquela Bahia conservadora, arraigada nas tradições coloniais e que almejava avançar em direção à civilização e ao progresso. Uma Bahia onde a cor da pele se constituía em fator de diferenciações profundas no convívio social, na participação política, nas relações de um cotidiano marcado pela discriminação, preconceito, exclusão. Afinal, foi numa Bahia escravista, conservadora, prepotente que o garoto Querino nasceu, cresceu, aprendeu e se transformou no homem das letras, das artes, das lutas, do ofício de aprender e ensinar. Foi com a cor da sua pele e com a força do seu talento que o menino se tornou o homem que acreditou na construção de uma sociedade mais justa e realizou, no exercício da sua competência humana e profissional, projetos sócio-culturais e políticos nos quais a inclusão do oprimido era o objetivo principal.

A sua reputação de intelectual de "profunda cultura clássica, principalmente no que respeita às línguas portuguesa, latina e grega e suas respectivas literaturas"[844] e que, certamente, conhecia a língua francesa[845], favoreceu algumas possibilidades que deram sentido à sua atuação política, relacionada ao movimento trabalhista, na condição de militante permanente. Foi considerado "uma das primeiras lideranças classistas do movimento operário baiano"[846] ou ainda "pioneiro do Trabalhismo no país"[847], ao se envolver na criação da Liga Operária Bahiana (1876) e da Academia de Belas Artes (1877) e nos movimentos abolicionista e republicano. Quanto ao valor da instrução considerado pelas classes trabalhadoras, havia um movimento reivindicatório que considerava a necessidade de inserção do operariado ao processo de escolarização, como se referiu o seguinte abaixo-assinado composto de cerca de 173 assinaturas:

> Os abaixo-assinados alunos matriculados nas aulas noturnas desta cidade, sabendo que em um dos artigos de lei do orçamento consignou-se a funesta idéia da extinção deste ramo de ensino público, cuja utilidade tem sido por demais reconhecida pelas *classes operárias* [grifo meu], que ávidas de alguma instrução, aliás tão necessária a seu desenvolvimento intelectual e moral, tem afluído em uma progressão sempre crescente como se vê nos livros de matrícula das referidas escolas, vêm ponderar a esta sábia e

[844] Op. Cit.
[845] Teria estudado francês no Colégio 25 de Março, segundo biógrafos contemporâneos, e cita alguns trechos de textos em francês, a exemplo de Querino, *Artistas Bahianos*, p. 228.
[846] Foot Hardman, Francisco. Cidades Errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do século XIX. *Ciências Sociais Hoje*, 1988, pp. 75/76.
[847] LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K; Motores MWM, 1988, p. 91.

> ilustre Assembléia que, pelo seu patriotismo, dedicação e amor à instrução tão mal ainda difundida em nosso país, não deixe secar a fonte de bens tão perenes e proveitosos, primeiro e único benefício, por ventura, que em nossos dias sabiamente fora concedido aos artistas baianos, à imitação do que se lhes outorgara na Corte do Império sob o auspicioso e benéfico influxo de S.M. O Imperador, e de que ficaremos privados, nós outros, constituintes de uma classe desvalida, se for aprovado, talvez, o artigo do projeto de lei, contra o qual representam os abaixo-assinados.[848]

No mesmo período, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cãnizares concebia a futura Academia de Belas Artes no interior do Liceu de Artes e Ofícios, onde lecionava Pintura. Como aluno e discípulo do pintor, Querino seguiu o caminho do mestre participando, em 1877, da criação e instalação daquela Academia. Foi contratado para os serviços profissionais de pintor, por ocasião das reformas do Solar Jonathas Abbott, local inicial de instalação. Ali se diplomou Desenhista (1882), onde também cursou Arquitetura, apesar de não ter concluído. Manuel Querino teve, na Academia, seu nome incluído entre os alunos fundadores com a inauguração de um quadro de honra na sala das sessões.[849]

A sua trajetória na Academia de Belas Artes, na República transformada em Escola de Belas Artes, foi marcada por dificuldades para conseguir diplomar-se desenhista e depois arquiteto. Diplomou-se desenhista em 1882, após diversos requerimentos com diversas solicitações: marcação de exames, professores para matérias necessárias à continuidade da formação, seguidas de algumas polêmicas sobre negligências da congregação. As condições de funcionamento da então Academia eram precárias, pois não tinha subvenções nem recursos próprios para funcionar, o que era realizado pela boa vontade e dedicação de seus instituidores. As aulas eram lecionadas gratuitamente.

---

[848] APEB, Seção Legislativa, maço 986, Abaixo-Assinado de 15/05/1872.

[849] Quadro de honra existente na Escola de Belas Artes com o seguinte texto: “A Congregação por proposta do professor Austricliano Coelho mandou inserir neste quadro os nomes dos alunos que concorreram diretamente para a fundação desta Academia, conferindo-lhes o título de alunos fundadores. Tito Baptista, Carlos Costa Carvalho, Manoel S. Lopes Rodrigues, André Pereira da Silva Junior, Januário Tito do Nascimento, João Gualberto Baptista, Boaventura José da Silva, Antonio Lopes Rodrigues, Manoel Rodrigues de Azevedo, Manoel R. Querino. Bahia, 20 de maio de 1880. O Secretário.” A Academia de Belas Artes fora fundada em 17 de novembro de 1877 pela iniciativa dos professores Miguel Navarro y Cãnizares e outros. Em 1895 passou a denominar-se Escola de Belas Artes. Inicialmente funcionou em prédio no Caminho Novo do Gravatá. Esforçava-se esta Academia para assumir maior desenvolvimento contando com a boa vontade e dedicação de seus instituidores. (Falla do Presidente da Província. Bahia: Typographia do Diário, 1878). Os fins da Academia eram o ensino teórico e prático e a propagação e aperfeiçoamento dos ramos de estudo, oferecendo aos alunos habilitações para o exercício das profissões de pintor, escultor, arquiteto, empreiteiro e desenhista. - Livro de Atos do Presidente da Província. Maço 1022 (1880). Ato de 12 de julho de 1880 de aprovação dos estatutos da Academia de Belas Artes. A seção de arquitetura era dividida em 3 cursos: um para arquitetos; um para empreiteiros e um para desenhistas, que preparavam para as belas artes necessárias a profissões conexas à arquitetura e aos ofícios de carpinteiro, marceneiro, ferreiro, entalhador, etc. Falla do Presidente da Província em 03 de abril de 1889. Bahia: Typ. Da Gazeta da Bahia, 1889.

Em 1881 Querino fora examinado nas matérias do curso de Desenhista, porém não obteve aprovação por não ter realizado os exames em Desenho Linear. Sobre este fato Querino criou uma polêmica ao constatar que a aula que deveria cursar não correspondia às exigências do curso, considerando ter sido negligência por parte da Congregação. Requereu cursar a matéria com o Professor Manuel Lopes Rodrigues, negando-se a cursá-la com o professor da cadeira Austricliano Francisco Coelho. O referido professor ao reconhecer que não estava apto a regê-la, considerou que o aluno não era o culpado da falta e propôs sua aprovação. A Congregação deliberou a suspensão do julgamento enquanto o aluno se habilitasse na matéria aonde quisesse, desde que fosse com o Professor da casa. Dois meses depois Querino declarava-se apto a ser examinado em desenho Linear, enquanto solicitava providências para fazer funcionar o 2º. ano da seção de desenhista do curso de Arquitetura, sendo necessário um professor de Geometria Descritiva. Neste sentido, Manuel Querino desejava dar continuidade aos estudos a fim de diplomar-se arquiteto. Intento que não conseguiu realizar. [850]

Em 1883 a Congregação deferiu um requerimento seu que solicitava permissão para prestar exame das matérias que lhe faltavam para completar o 1º. e 2º ano do curso de Arquitetura, sendo levados em conta os pontos obtidos no curso de Desenhista. Assim, deu continuidade ao curso de Arquitetura, cursando em 1884 todas as matérias. Porém não conseguiu receber o diploma de arquiteto pela falta de professor que lecionasse cadeira de Resistência dos materiais e estabilidade das construções.[851]

Como artista, diplomado desenhista pela Escola de Belas Artes, em 1895 foi preterido ao cargo de Professor da cadeira de Desenho Linear, para a qual fora empossado o antigo colega e professor do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia

[850] Atas das Seções da Congregação de 31/01/1881; 19/02/1881; 14/04/1881.

[851] Atas da Congregação da Academia de Belas Artes de 31/01/1881; 19/02/1881; 14/04/1881; 03/01/1882; 09/01/1882; 31/01/1882; 22/04/1883; 17/03/1883. Em verbete - *Artistas Bahianos* - sobre a sua trajetória escolar e profissional, Querino informa ter obtido aprovação plena no 1º. ano do curso de desenhista e distinta no 2º. ano. Foi premiado em concursos promovidos pela instituição, com menção honrosa, como aluno (1880) e, posteriormente (1882 e 1883), como expositor externo, duas medalhas de prata. Termos de Julgamento dos trabalhos de 02/06/1880, 08/02/1882 e 21/12/1883. A partir de 1883 Querino aparece nas Atas como pintor responsável por trabalhos de pintura do prédio da Academia por ocasião das exposições anuais. Atas de 12e 22/12/1883; 10/11/1892. Fora também nomeado membro do júri da Exposição de 1885. Querino, *Artistas Bahianos*, Op. Cit., p.146-149.

Agripiniano Barros. Em requerimento à Congregação, Querino manifestou a sua frustração, sentido-se prejudicado.[852]

Possivelmente, em virtude dos desafios que enfrentou no interior da Academia, Querino dedicou-se ao ensino de desenho industrial. Foi ensinando esta matéria no Colégio dos Órfãos de São Joaquim e no Liceu de Artes e Ofícios que produziu trabalhos didáticos sobre desenho linear e geométrico (*Desenho Linear das Classes Elementares* – manual didático - 1903 e *Elementos de Desenho Geométrico* - 1911), os quais podem ser considerados precursores do que atualmente conhecemos por *design*.

Em 1885 foi nomeado membro do júri na Exposição da Escola de Belas Artes[853], dando-se o início da sua inserção no universo intelectual da cidade, na perspectiva do seu reconhecimento de estudioso e profissional. Todas as indicações levaram a considerar que Querino se empenhou para conquistar o reconhecimento intelectual e profissional no interior daquela sociedade excludente e preconceituosa. E para isto, ainda estudando arquitetura, em 1883 elaborou para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro um plano "Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil", a partir do qual o *Jornal de Notícias* lhe atribuiu "artista de merecimento", elogiando o primeiro trabalho de arquitetura do referido estudante, o que revelava "a sua aptidão para ela". Assim o jornal a ele se referiu:

---

[852] Atas da Sessão da Congregação de 21/11/1894 e 07/01/1895. Agripiniano Barros fora professor de Desenho Industrial no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1892-1894). Certamente, ao passar a lecionar na Escola de Belas Artes, deixou o Liceu, cuja vaga fora, por sua vez, preenchida por Irênio Baptista dos Reis Lessa que passou a ensinar a mesma matéria (1899 -1903). Em Relatório do Liceu, o ano de 1904 foi um ano de dificuldades financeiras, quando foram suspensas todas as aulas, exceto as de 1ªs. letras diurna e noturna, e os professores dispensados. Certamente, por esta razão a aula de Desenho Industrial no foi ministrada. Em 1905 Manuel Querino apareceu como professor de Desenho Industrial, quando se ofereceu a lecionar gratuitamente, permanecendo até às vésperas do seu falecimento, sendo substituído pelo Professor e artista Philomeno Cruz. Era sócio do referido estabelecimento e, entre 1908-1909 foi tornado Sócio Benemérito pelos serviços generosos ministrados sem remuneração desde o início das suas aulas. A partir de 1909-1910 passou a receber uma gratificação de 50$000 mensais. Sobre a sua inserção no Liceu como professor de "Desenho Geométrico", Teixeira Barros (OP. Cit.) informou ter sido nomeado em 1885. Contudo, a partir de uma Fala do presidente da Província sobre o Liceu naquele ano, consta a introdução da aula de "Desenho Industrial e elementos de arquitetura civil". Com não foi possível identificar relatório do Liceu daquele ano, fica uma dúvida se Querino havia se tornado professor desde então. Pelos documentos identificados, tudo indica que havia se tornado professor naquela instituição a partir de 1905. Ver *Relatórios do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia* de 1892-1893; 1893-1894; 1899-1900; 1900-1901; 1902-1903; 1903-1904; 1905-1906; 1906-1907; 1908-1909; 1909-1910; 1910-1911; 1923-1914; 1914-1915; 1916-1917; 1917-1918; 1919-1920; 1923-1925.

[853] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, pp. 146/147. Neste livro, o próprio Querino, incluindo-se entre os alunos de destaque da Escola de Belas Artes, discrimina a sua trajetória na Escola, identificando todas as aulas que freqüentou, quais sejam: Seção de Arquitetura: aritmética, álgebra, geometria, desenho industrial, desenho de figuras, ornatos e sombra, geometria descritiva, elementos de arquitetura civil; Curso de Arquitetura: 1º. e 2º. anos – trigonometria retilínea, perspectiva, teoria da sombra e da luz, mecânica elementar; 3º ano – máquinas simples, de vapor e hidráulicas, empregadas nas construções civis, composição de edifícios e história da arquitetura. Freqüentou também aulas de anatomia das formas do corpo humano, estética e história das artes, cópia de gesso e pintura a óleo.

> Todo esse trabalho do sr, Querino há de, sem dúvida, merecer a aprovação do Congresso Pedagógico, a quem o apresentará um dos seus membros, o nosso distinto comprovinciano o professor Bahia, que se acha habilitado para fazer valer como ele merece.[854]

A princípio, este projeto arquitetônico de casas escolares pode ser considerado como a primeira produção intelectual apresentada a um público intelectualizado no evento do Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro e na imprensa local. Seu nome passou a ser citado, o que se constituiu em passo essencial para os desdobramentos futuros, nesta área de atuação.[855]

A forma de inserção no universo intelectual e produtivo da época se dava pela integração em associações de classe, pela participação em exposições anuais abertas ao público, especialmente as realizadas pelas principais instituições artísticas de Salvador - o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e a Academia de Belas Artes -, e pelo acesso às principais páginas da imprensa. Eram estratégias de promoção de profissionais e políticos na sociedade, tendo em vista serem os veículos possíveis para alguém se tornar conhecido numa esfera mais ampla da sociedade, atingindo um público diversificado – desde os analfabetos até a aristocracia letrada.

Foi o que ocorreu com Manuel Querino. Como sócio da Liga Operária, atuou no meio operário, distinguindo-se na diretoria como secretário, com a função de intermediar negociações, se comunicar com os poderes constituídos, entre outras atribuições que o aproximava de vários segmentos sociais e políticos, fazendo-se conhecido. Como aluno e depois expositor das principais instituições educacionais abertas ao público modesto – Liceu de Artes e ofícios da Bahia e Academia de Belas Artes -, conquistou prêmios com medalhas de bronze, prata e ouro pela primeira e com menção honrosa e duas medalhas de prata pela segunda, conquistando reconhecimento profissional.[856] Como escritor, tornou-se jornalista, participando com artigos sobre a questão abolicionista e operária na Gazeta da Tarde e em outros jornais, chegando a fundar dois periódicos – *A Província*, que circulou ainda no império,

---

[854] Idem, pp. 147/148, transcrevendo a notícia da edição do *Jornal de Notícias* de 29 de maio de 1883.

[855] O que escreveu nos jornais até a implantação da República não foi identificado ao longo das pesquisas. As primeiras referências encontradas nesta pesquisa sobre Manuel Querino, divulgadas pela imprensa local, foram em 1890, assinando uma retificação sobre a não participação do Partido Operário no pleito eleitoral de 15 de setembro de 1890 – *O Pequeno Jornal*, 22/07/1890, p.2. A partir de então começam a surgir diversas referências de Querino nos jornais locais, sobre a sua participação em pleitos eleitorais, sua atuação no Conselho Municipal e publicações de artigos diversos sobre as artes na Bahia, a partir de 1905, e de livros e artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a exemplo do manual didático *Desenho Linear das Classes Elementares*, em 1903, mandado admitir nas escolas, por deliberação do Conselho Municipal.

[856] Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p. 147.

criado em 20 de novembro de 1887 e extinto em 1888, e *O Trabalho*, fundado na República em 03 de fevereiro de 1892 e extinto no mesmo ano, o que o tornou público e respeitado politicamente, participando, ativamente, de eventos coletivos de operários e de pleitos eleitorais que o levaram a ocupar o Conselho Municipal por duas legislaturas – 1891-1893 e 1897-1899.[857]

A sua inserção nos diversos espaços de sociabilidade era conquistada gradualmente, a partir do reconhecimento do seu valor profissional e intelectual. Assim Teixeira Barros se referiu ao conhecê-lo em 1887:

> Um dos companheiros de trabalho fez-nos elogiosas referências de Manuel Querino, como artista laborioso e inteligente e que consagrava a sua atividade a todas as coisas que interessassem ao bem público, à civilização e ao progresso do país.[858]

Querino passava a ser reconhecido como um representante das classes trabalhadoras, interlocutor dos negros junto aos poderes constituídos. Como apontou Guimarães, Querino possuía "uma flama interior que impelia aquele órfão de pais descendentes de africanos pelas causas generosas."[859]

Considerando a sua relação constante com o Liceu de Artes e Ofícios e a Academia de Belas Artes, Querino teria participado de vários eventos desenvolvidos por aquelas instituições. Provavelmente, no aniversário de 1882 do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Querino estivera presente. Teria assistido, naquele evento, ao discurso proferido por José do Patrocínio. Este militante abolicionista congratulava-se com o diretório daquele estabelecimento, aproveitando a ocasião para atacar a escravidão ao dizer "ser incompatível com o fim daquela utilíssima instituição, com a prosperidade do país, e principalmente com os nossos brios nacionais".[860] Logo após aquela solenidade, a *Gazeta da Tarde*, Órgão de propaganda da Sociedade Libertadora Bahiana, na qual Manuel Querino teria sido um colaborador, inaugurava no Liceu uma série de conferências abolicionistas, sendo que a primeira fora proferida pelo próprio José do Patrocínio.[861]

---

[857] Dos dois jornais fundados por Querino, foi encontrado apenas um número de *O Trabalho* – Ano 1, no. 9, de 6/03/1892.
[858] Barros, introdução de *Bahia de Outrora*, 1916, p. 6.
[859] Guimarães, Reginaldo. *Breve esboço sobre a vida e a obra de Manuel Querino*, 1973, p. 19.
[860] FONSECA, Luís Anselmo da. *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*. Ed. Fac-similar de 1887. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1988, p. 282.
[861] Segundo J. Teixeira Barros, Querino havia escrito no ano de 1887 uma série de artigos sobre a extinção do elemento servil. A Bahia de Outrora, 1916. As buscas foram incessantes nos arquivos e bibliotecas de Salvador e do Rio de Janeiro para a identificação deste periódico. Infelizmente, dos exemplares encontrados da Gazeta da Tarde do período, não foram identificados artigos assinados por Querino. Provavelmente, como

Neste período, provavelmente após ter concluído o curso de Desenhista pela Academia de Belas Artes, Querino casara-se com Ceciliana do Espírito Santo Quirino, com quem teve quatro filhos: Maria Anathildes Querino, nascida em 1884 aproximadamente; Manoel Querino Filho (1887-1908); Paulo Querino (1890-1935) e Alzira Querino (1894-1921).[862]

Entre os anos de 1893-1897, período em que esteve afastado do Conselho Municipal, Querino continuou na sua marcha de vida, buscando garantir trabalho para a sua sobrevivência e a de sua família, bem como os prestígios político e intelectual. A luta pela existência ficou mais ostensiva, pois possuía uma família de quatro filhos, com o último nascido em 1894. Integrou a Guarda Nacional como 1º tenente na cidade do Salvador[863] e ingressou como auxiliar de desenhista na Repartição de Obras Públicas (1893). Foi nomeado professor de desenho industrial no Colégio dos Órfãos de São Joaquim;[864] pleiteou nomeação de professor da cadeira de desenho linear na Escola de Belas Artes, a qual fora preenchida pelo Prof. Agrippiniano Barros.[865]

---

era prática da época, utilizou-se de pseudônimo, como é sugerido pelo próprio Teixeira Barros em 1932: "Em ocasiões oportunas recorria à imprensa, ora *veladamente*, ora com a responsabilidade individual". Em Carta-prefácio de *Prof. Manuel Querino sua via e suas obras* de Gonçalo de Athayde Pereira, 1932, p. I. As demais notas biográficas elaboradas sobre Querino, reproduzem a mesma informação.

[861] Idem, *A Bahia de Outrora*, 1916, p. 6.

[862] No Inventário de Manuel Querino (1924) está constando os herdeiros que deixava do primeiro casamento, sendo dois vivos (Maria Anathildes Querino e Paulo Querino) e dois já falecidos (Manoel Querino Filho e Alzira Querino). Manuel Querino casou-se em primeiras núpcias com Ceciliana do Espírito Santo Quirino, provavelmente entre 1878 e 1883, por ser solteiro em 1877, conforme requerimento de 15/10/1877 à Sociedade Protetora dos Desvalidos, e por ter nascido a sua primeira filha, Maria Anatildes Querino, por volta de 1883-1884. Deste casamento nasceram ainda Manoel Querino Filho, em julho de 1887 e falecido em 11 de setembro de 1908; Paulo Querino, entre 1889-1890, tornado artífice e violinista, falecido em 11 de abril de 1935 na cidade de Ilhéus, onde integrava o "Jazz Orquestra" do "Ilhéus Casino" (*Diário da Tarde de Ilhéus*, 11/04/1935); e Alzira Querino em 19 de dezembro de 1894, crioula, no distrito de Santo Antônio, falecida em 09 de maio de 1921, no Distrito de Brotas. Livro de Batismo, 09/07/1899 e Óbito em 1921. Provavelmente entre o nascimento da 4ª. filha em 1897, enviuvara. Casou-se em segundas núpcias com a também viúva Laura Pimentel Barbosa, em 23 de julho de 1897, com a qual não teve filhos. Considerando as dificuldades de acesso à documentação eclesiástica, uma vez estar o arquivo em processo de reorganização, não foi possível identificar os respectivos batismos. Apenas o batismo de Alzira foi identificado, na Matriz de Santo Antônio em 9/7/1899. Nele constam ser crioula, filha legítima, cujos padrinhos foram Antônio Silvestre Cayme e D. Emiliana Moreira da Silva.

[863] *Jornal de Notícias*, 10/01/1893. Foi nomeado para o segundo batalhão de posição. Em documento não datado, identificado no Arquivo Nacional "Livro de Índice Geral dos Oficiais da Guarda Nacional deste Estado – Bahia", consta no N°. 359 – Letra M - Manuel Raymundo Querino, no posto de capitão da 7ª brigada de artilharia na comarca de Maragogipe. Entre os nomes aparecem alguns conhecidos como o de Domingos Silva (capitão) com a observação de "morto", Cosme de Faria (Major), Ismael Ribeiro Mendes (Tenente Coronel). Certamente é um documento posterior a 1895 porque quando toma posse no Colégio dos Órfãos de S. Joaquim ainda é referido como tenente.

[864] Arquivo Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim – Ata da Sessão do dia 14/7/1895. Foi contratado pela quantia de 60$000 o sr. Tenente Manoel Raymundo Querino*, professor da Academia de Bellas Artes*, para exercer a cadeira de Desenho Industrial onde permaneceu até às vésperas do seu falecimento em 1923. Esta informação de ser professor da Academia de Belas Artes não foi constatada na documentação presente em seu arquivo. Como professor de desenho industrial Querino vai aparecer a partir de 1905 no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

[865] Atas da Academia de Belas Artes de 07/01 e 03/02/1895. Em Ata de 07/01/1895, consta ter a congregação comunicado ao governador a mudança de nome da Academia para Escola de Belas Artes. Segundo Octavio Torres no *Resumo Histórico da Escola de Belas Artes da Bahia*, 1953, a mudança teria ocorrido em 1893. p. 199. Em 1905 foi nomeado professor de desenho industrial no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Possivelmente foi

Como professor de desenho, Querino passou a garantir também prestígio junto à intelectualidade da época, considerando ser o magistério uma atividade que abria a possibilidade de ascensão social para aqueles de origem humilde e mestiça. Duas vias que lhe auferiram prestígio social junto às classes trabalhadoras e às elites políticas e intelectuais foram abertas: a política e a educação.[866]

Em 3 de maio de 1894, Manuel Querino participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Como sócio efetivo fundador, depois honorário, esteve envolvido no seu funcionamento, especialmente a partir de dezembro de 1899, tornando-se mais presente nas sessões e integrando Comissões. Realizou doações de acervos bibliográficos, de três medalhas da Campanha do Paraguai e de dois retratos – um a crayon de Manoel Correia Garcia e outro a óleo do músico e compositor Silvino Faustino dos Santos e passou, a partir de 1905, a publicar diversos artigos na Revista do Instituto.[867]

Querino marcou sua presença nas associações beneficentes e irmandades religiosas. Estas se constituíam em espaços de sociabilidade que também garantia um certo grau de importância e prestígio para a vida dos associados. Muitos artistas e operários apareciam com freqüência, simultaneamente associados a mais de uma Sociedade, como foi o caso de Manuel Querino: apareceu, no Império, na Liga Operária Bahiana (1876), na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó (1884 – como escrivão) e, na República na Sociedade Monte Pio dos Artistas (1894), no Liceu de Artes e Ofícios (provavelmente anterior a 1893), na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1877 e readmitido em 1894) e na Sociedade Beneficente Auxílio

---

um período de grandes dificuldades. Em 1893, já funcionário da Repartição de Obras, o Governador do estado concedeu licença com ordenado por um mês para tratamento de saúde. APEB, Portaria de 30/11/1893. Em 1896 focara doente, "afetado de apetite" e solicitava ao Diretório da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim licença de dois meses com vencimento para tratar de sua saúde, o que foi concedido. Arquivo da Casa Pia, Petição de 03/02/1896; Atestado Médico de 03/02/1896; Ata da Sessão do dia 23/02/1896. Também recebeu a mesma concessão pelo Governo do Estado, como funcionário da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas. Portaria de 06/03/1896. Em 1898 solicitava aos mesários da mesma instituição aumento de seus vencimentos devido "o excessivo preço dos gêneros alimentícios, e os bons resultados apresentados pelos seus alunos, n'aula que [dirigia]". Ofício de 14/02/1898. Em 1902 também entrou de licença por dois meses pela Secretaria de Agricultura e Obras Públicas para tratamento de saúde. Portaria, 07/10/1902 e Ofício de reassunção de 06/12/1902.

866 SANTOS, *O Movimento Republicano*, Op. Cit., p. 24. Ao analisar sobre as perspectivas de ascensão social entre as camadas baixas na República, o autor observa serem o aparelho de Estado e o magistério duas possibilidades de ascensão social por parte de indivíduos de origem escrava, como foram exemplos Manuel Querino e Francisco Álvares dos Santos.

867 Participou, a partir de 1901, das Comissões de Filatelia, Numismática e Cerâmica; de Manuscritos e Autógrafos; e dos Monumentos e das Artes. As Medalhas da Campanha da Campanha do Paraguai que ofereceu ao Instituto em 1902, pertenceram ao seu sogro, pai da sua segunda esposa Laura Pimentel Querino, o Tenente-Coronel Feliciano Pimentel, do 54º. Batalhão de Voluntários. Entre as obras que ofertou estiveram: *Gramática Geral dos Índios do Brazil*; *O Amphion*, Revista Musical, anos X a XII, 1896 a1898, Lisboa; *Primeiro Relatório do Lyceu de Artes e Offícios da Bahia publicado em 1876*, bem como livros de sua autoria como *As Artes na Bahia – Contribuição Histórica*, de 1909; *Artistas Bahianos*, Rio de Janeiro, 1909". Ver *Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* do n°. 1 (1894) ao n°. 52 (1928).

Fraternal (Presidente da Assembléia Geral – 1898). Certamente, este fato, além de lhe garantir mais possibilidades de acesso aos auxílios, também lhe garantia mais prestígio e oportunidade de reunir aliados políticos.[868]

Artista, político, professor, funcionário público e intelectual – Manuel Querino reuniu em si as diversas vocações que o caracterizaram homem plural, múltiplo e fiel aos princípios democráticos e igualitários. Como crítico contumaz, arregimentou à sua volta desafetos que lhe causaram prejuízos políticos e profissionais. O que mais ilustrou as dificuldades que experimentou, foi a sua trajetória de funcionário público na Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas.

A sua passagem pela Secretaria foi marcada por perseguições de cunho político, o que lhe provocou a permanência no cargo de 3º oficial, sem conseguir promoção. Segundo Gonçalo de Athayde Pereira, companheiro de repartição que escreveu sobre a sua trajetória, Querino teria sido, em função de reforma administrativa de 1916, colocado à disposição, com a garantia dos vencimentos integrais, o que significou o seu afastamento do serviço público e dedicação exclusiva ao magistério, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e à produção de conhecimento.[869]

---

[868] Manuel Querino tornou-se sócio efetivo na Sociedade Protetora dos Desvalidos desde 1877, então com 26 anos de idade, solteiro, pintor, morador à freguesia da Sé, permanecendo até cerca de 1879, quando teria saído em função de desarmonias com a direção. *Termo de Admissão da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1877; Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 1879; Ata da Sessão do Conselho da Sociedade Protetotra dos Desvalidos, 1880.* Em 1892 pleiteou a sua readmissão, no contexto republicano e da sua inserção política no parlamento municipal, o que foi garantido em 1894. *Livro de Matrícula da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 22/08/1894*. No Liceu de Artes e Ofícios, apareceu entre 1892-1893 como sócio na condição de "socorrido", por estar doente e recebendo auxílio. *Relatório do Liceu de Artes e Ofícios. Bahia: Typ. E Encadernação do " Diário da Bahia", 1894*. Mais tarde ingressou como professor de desenho industrial (1905), oferecendo-se a lecionar gratuitamente "por sua espontânea e excelsa generosidade", circunstância que lhe favoreceu o recebimento do título de sócio-benemérito. *Relatório de Lyceu de Artes Offícios. Ba: Typ. E Encad. Do Lyceu de Artes e Officios, 1909.* Em 1900 apareceu diplomado Sócio Benfeitor da Sociedade Beneficente Bolsa dos Patriotas, em agradecimento pela obtenção da Câmara Municipal, quando Conselheiro, de 500$000 (quinhentos mil réis) de subvenção, ainda em vigor. *Relatório da Sociedade Beneficente Bolsa dos Patriotas, 23/10/1900;* 1909 apareceu como 1º secretário do Club da Guarda Nacional. *Diário de Notícias, 07/05/1909*; e em 1910 como vice-presidente com o título de capitão. *Arquivo Municipal, Intendência*. Em 1917 na Sociedade Propagadora de Bellas Artes. *Acta da sessão de instalação da Sociedade Propagadora de Bellas Artes na Bahia, 11/06/1917*; de 1920-1921 compôs a mesa administrativa da Irmandade do Rosário dos Pretos, eleito no cargo de "definidor*". Lista de Irmãos que compõem a Mesa de 1920-1921*. Em 1896 passou por problemas de saúde, pela hepatite, necessitando afastamento do Colégio dos Órfãos onde ensinava, bem como de socorros os quais foram concedidos pelas Sociedades Monte-Pio dos Artistas e Protetora dos Desvalidos.

[869] Querino sofreu perseguições que se tornaram públicas, por razões não identificadas. Uma delas foi veiculada na imprensa local ao defender-se de acusações de "um tal Silvano". Tratava-se de Silvano Ramos de Queiroz, Conselheiro Municipal por diversas legislaturas (1904-1907; 1916 a 1927). Ver RUY, Affonso, Op. Cit. Em nota na imprensa, Querino informava ao chefe de polícia ter sido quase agredido na sua residência, no dia 15 do corrente, o que foi impedido por dois cidadãos que lutaram corpo a corpo com o agressor. A fim de prevenir-se, estava publicamente responsabilizando o referido Silvano pelo que lhe acontecesse, enquanto iria se defender como fosse possível. *Diário de Notícias*, 17/11/1903, p. 03. Em "Um grande borrado", Querino ainda tratou do mesmo Silvano, defendendo-se sobre as acusações que havia sofrido. Em resposta às acusações, retribuiu na mesma moeda qualificando o seu interlocutor de assassino, deflorador, estuprador, violento, facínora, promíscuo, malfeitor, bandido, criminoso. Havia retirado petição de queixa contra o referido Silvano a pedido do amigo Dr. Antônio Araújo Falcão. *Diário de Notícias,* 20/11/1903. Por ocasião do seu

Manuel Querino ingressou na então Repartição de Obras Públicas por volta de 1893 como auxiliar de desenhista[870] e, na reforma das Repartições do Estado pela Lei 115 de 16 de agosto de 1895, quando passou a denominar-se Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, passou a exercer o cargo de 3º. Oficial, no qual permaneceu até 1916, sem nunca conseguir promoção, como era o seu desejo, demonstrado pelas petições encaminhadas neste sentido. Desempenhou funções de amanuense, escriturário, serviços de contabilidade e, freqüentemente, ao assumir interinamente o cargo de 2º. Oficial em substituição, de almoxarife. Quando Miguel Calmon du Pin e Almeida assumiu a diretoria da referida Secretaria, durante parte dos governos de Severino Vieira (1900-1904) e de José Marcelino (1904-1908), entre os anos de 1902 e 1905, Manuel Querino foi bastante solicitado para o exercício de funções relativas a pagamentos de folhas de pessoal, compra de materiais diversos para obras de estradas de ferro e rodagens e outras finalidades relativas ao fim da Secretaria (produtos agrícolas, instrumentos e equipamentos), movimentando altas somas (a maior identificada foi de 21:857$064) as quais eram rigorosamente seguidas de prestação de contas. Neste período Querino se deslocou constantemente em viagens ao interior da Bahia para efetuar pagamentos, etc.

Na Secretaria, Querino requereu em 1896 a incorporação de tempo de serviço para efeito de aposentadoria o período que serviu no exército como inferior, entre 28 de julho de 1869 e 6 de setembro de 1870, quando foi integrado à campanha do Paraguai. O pleito baseava-se em precedentes. Nesta Petição relatou a sua trajetória de funcionário público, rogando a incorporação do tempo em que servira no exército "a exemplo do que haveis praticado com outros funcionários em idênticas circunstâncias..."[871]

> A graça implorada baseando-se em precedentes, não deixa de ser um ato dos muitos com que a vossa sabedoria, critério e benevolência têm favorecido o funcionalismo público cercando-o de garantias que melhorando as condições precárias, dão-lhe mais independência, o que reverte em bem do serviço que cada um é chamado a desempenhar.[872]

---

afastamento da Secretaria de Obras Públicas, assinou um requerimento à Secretaria da Fazenda solicitando providências para "se tornar efetivo o pagamento de sua gratificação adicional, no exercício de 1918..." Arquivo do IGHBA. Requerimento de dezembro de 1917.

[870] Em requerimento de 7 de fevereiro de 1913, Manuel Querino contava com 20 anos de serviço público (APEB, petições), o que sugere ter ingressado em 1893.

[871] Idem. ibidem.

[872] APEB, petições. Requerimento de 7 de fevereiro de 1913.

Este documento revelou que havia nos bastidores do comando do Estado uma situação de mandos e desmandos que dependia do interesse pessoal ou político dos poderes constituídos. No caso de Querino, após anos de espera, a sua solicitação não foi atendida. Eram respostas visíveis que denunciavam os rumos da República que pretendia, teoricamente, aplicar a democracia, desde que não afetasse os interesses das elites. Sofreu perseguições que atestaram os limites democráticos e igualitários presentes no discurso republicano.

Transformada em Projeto 451, a referida solicitação foi levada a 1ª. discussão na Câmara dos Deputados em sessão de 26 de abril de 1898 e adiada por falta de quorum para votação. Após segundo adiamento, fora finalmente rejeitada em 04 de maio de 1898. Em Petição de 1913, direcionada ao Governador do Estado, Querino pleiteava a preferência de ser promovido a 2º Oficial, justificando-se a partir das referências de ser um funcionário exemplar, referendado em documento público de 31 de dezembro de 1896, assinado pelo então Diretor o engenheiro Civil Arlindo Coelho Fragoso. Solicitava justiça com a esperança de ser atendido a seu favor, tendo em vista "já ter sido por três vezes preterido".[873]

Assim Athayde, companheiro de repartição, interpretou as dificuldades que experimentou como funcionário público:

> Acompanhei-o à sua última morada com o Secretário da Agricultura Dr. José Barboza de Souza, também companheiro da reforma de 1895, e então no último momento da pá de terra, lembrei-me de que ele levara dentro do seu coração que se imobilizara, uma grande mágoa: a de assistir no decorrer da sua vida de funcionário público serem elevados aos postos altos da administração, no departamento em que servira, aqueles que menos direitos tinham; e que, entretanto, bons serviços prestaram aos políticos, aos seus padrinhos e por isso mesmo dispunham de *pistolões*, como dizem na gíria administrativa.[874]

[873] Pelo cargo que ocupou seu ordenado era de 166$666 somado a uma gratificação de 83$334, perfazendo o total de 250$000. PETIÇÃO DE Manuel Querino de 6 de fevereiro de 1913. APEB, cax. 2403. Os pareceres dados por seus superiores foram favoráveis, contudo o então Diretor interino, Caetano Seabra, assinou a negativa da solicitação do peticionário em documento que diz "prejudicado" de 02/05/1913. Caixa 2403, maço 216, doc. 1120. Ver documentos da APEB, seção republicana, Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, caixa: 2348 – livro 59; caixa 2349 – livros 60 a 63; caixa 2350 – livros 65 e 69; caixa: 2403 – maço 216; caixa: caixa: 2405 – maço 222; 2406 – maço 224; caixa 2422 – maço 240; caixa 2479 – livro 1461; caixa 2480 – livros 1467 – 1469; caixa 2481 – livro 1471; caixa 2482 – livros 1474 e 1475; caixa 2484 – livro 1481; caixa 2492 – livro 1509; caixa 2508 – livro 1555; caixa 2520 – maço 349. Seção Legislativa: Livro 192 – maço 451; livro 62- maço 458. Jornal *Cidade do Salvador,* 27/04/1898. *Almanach do Diário da Bahia*, 1897, vol. 12. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, caixa 4, doc. 7. Sobre a trajetória de Manuel Querino na Secretaria, Gonçalo de Atahyde, seu colega e contemporâneo, narrou os acontecimentos que provocaram frustrações nas tentativas de promoção até ser colocado em disponibilidade, com a garantia de seus vencimentos integrais em 1916. Ver, PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Prof. Manuel Querino: sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932.

[874] Athayde Pereira, op. cit., pp. 26/27. Uma outra injustiça identificada por Athayde e divulgada pela imprensa em 1923, após o seu falecimento, foi o não reconhecimento do prêmio "Caminhoá" a que tinha direito. Havia sido contemplado pelo prêmio, porém, o seu processo fora extraviado, ficando a viúva e seus filhos impossibilitados de receber a quota que lhe cabia. Ver Athayde, op. cit., p. 26 e *Diário da Bahia*, 23/03/1923, p. 1.

Outro contemporâneo, referindo-se ao perfil de Querino, identificou ter o artista provocado “desafetos” e perseguições:

> Devia ter desafetos, porque era um gênio franco e altivo, mas ante os esplendores da justiça não podem subsistir os fogos fátuos dos despeitos e malquerenças, tanto mais quando se trata de um vulto digno de admiração de todas as homenagens pela sua tenacidade, pelo arrojo com que desbravou todas as dificuldades da origem humilde para ser, como foi, um grande lutador, espírito combativo, perseverante e vitorioso no gênero de investigações a que se dedicou.[875]

Arrematando sobre as dificuldades que atravessou para conseguir alcançar vitórias, Athayde ponderou:

> De simples oficial de pintor, a cavalheiro das cruzadas intelectuais não se chega impunemente. A condição do forte é um insulto à incapacidade gaguejante e súcuba.(sic)[876]

O ano de 1916 foi intenso para Querino. Entre frustrações e realizações, colheu diversos frutos plantados ao longo dos anos de militância política e intelectual. Publicou dois trabalhos que revelaram a sua capacidade de pesquisador, historiógrafo, etnólogo e escritor que denunciou, criticou, provocou política e intelectualmente os rumos da produção de conhecimentos nas áreas de história, sociologia, antropologia e etnologia, revelando a temática popular e do negro.

Querino debruçou-se, de 1916 a 1922, sobre os estudos etnológicos e antropológicos no universo dos costumes e cultura popular e africana. Relacionou-os ao processo da “civilização” e do progresso no jogo que se estabeleceu entre o esquecimento e a negação das tradições colonial e imperial e aquelas de matriz africana e ao preconceito de raça. Recuperou, a partir da oralidade e da observação, as heranças culturais dos remanescentes africanos saídos da escravidão, que sobreviviam às margens da sociedade, ao desenvolver um estudo descritivo e ao mesmo tempo crítico, articulando o valor da educação, do trabalho, das crenças e ritos como referenciais que produziram a construção da pátria. Dedicou-se a estudar e narrar a vida do povo e seus costumes, como expectador e participante das mudanças culturais observadas nos primeiros anos do regime republicano.

Participou do 5º Congresso Brasileiro de Geografia (1916) com a apresentação do trabalho *A raça africana e seus costumes na Bahia*, como único estudo de conteúdo

[875] Miguel Chaves. Manoel Querino e o Lyceu. *O Democrata*, 15/01/1923.
[876] Athayde, Op. Cit., p. 11.

racial no rol de outros específicos da área de geografia.[877] Também publicou, no mesmo ano, *A Bahia de Outr'ora – vultos e factos populares*, o qual reuniu artigos e crônicas, alguns já publicados em jornais locais e na Revista do IGHBa. Dois anos depois publicou *O colono preto como fator de civilização brasileira*, em cujo trabalho discorreu sobre a importância do negro africano para a civilização brasileira, referindo-se à prática da colonização portuguesa pelo colono branco e pela escravidão indígena e africana. Este estudo veio marcar a sua discussão acerca da trajetória de sofrimentos e resistências dos africanos, transformados em referências de força e dedicação com que produziram a cultura brasileira. Tratou da chegada do africano no Brasil, suas habilitações, primeiras idéias de liberdade, suicídio e violência contra os senhores, resistência coletiva, Palmares e levantes parciais, juntas de alforrias e o africano na família e seus descendentes notáveis.[878]

Em *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia*, Querino ressaltou, a partir da trajetória do escravo no Brasil, o valor do africano na formação da sociedade brasileira através de seu trabalho e dos costumes trazidos da África. Descreveu os costumes africanos no candomblé, nas festividades, nos funerais e casamento e sobre a revolta de 1835 (dos malês).[879]

Neste estudo, Manuel Querino protestou "contra o modo desdenhoso e injusto por que se [procurava] deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas".[880] Artur Ramos, ao comentar esta passagem, a considerou de vanguarda por ter o autor se insurgido "contra o preconceito de inferioridade antropológica do negro, atribuindo o seu atraso a contingências sócio-

[877] O 5º Congresso Brasileiro de Geografia aconteceu entre os dias 7 e 15 de setembro de 1916 em Salvador. Na sua programação foram incorporados majoritariamente estudos de cunho geográfico, sobre cartografia, hidrografia, climatologia, fronteiras, sertão, seca, riquezas naturais, toponímia, entre outros de memória histórica de municípios. Dentre estes o único estudo de conteúdo racial foi o apresentado por Manuel Querino em 14 de setembro. Ver notícias nos Jornais *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* de 02 a 16 de setembro de 1916. O ano de 1916 foi significativo para Manuel Querino em termos de publicação de importantes trabalhos. Publicou *A Bahia de Outrora – vultos e fatos populares*, no qual reuniu artigos já publicados nos jornais locais e na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* e *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia* nos Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Geografia. O primeiro teve sucessivas edições em 1922, 1946 e 1955 e o segundo, em 1917 fora publicado individualmente pelas Oficinas do Diário da Bahia e em 1955 pela Livraria Progresso integrando a coleção "Estudos Brasileiros" e na coletânea *Costumes Africanos no Brasil* publicada em 1938 e 1988.

[878] Publicado na coletânea *Costumes Africanos no Brasil* em 1938 e 1988. Na sua 2. edição levou o título de *O Africano como Colonizador* (1954).

[879] *A Raça Africana* teve a sua 2. edição publicada no ano seguinte, 1917; depois, em 1938 foi inserido na publicação *Costumes Africanos no Brasil*, organizada e prefaciada por Artur Ramos. Novamente foi publicada em 3. edição em 1955 e por fim, em 2. edição de *Costumes Africanos* em 1988, organizada, prefaciada e com notas de Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo, por ocasião das comemorações dos 100 anos da abolição.

[880] Idem, p.22-23.

culturais e não a inferioridade de raça."[881] No prefácio desta publicação de 1938, Artur Ramos comparou o trabalho de Querino com o de Nina Rodrigues, atribuindo ao primeiro falta de rigor metodológico e ao segundo erudição científica.

> ...foi, contudo, Manuel Querino um pesquisador honesto, um trabalhador incansável, impulsionado por aquele interesse insuspeito que provinha das suas próprias origens.[882]

Ainda no sentido de colocar o trabalho de Querino em segundo plano, apesar da importância dada ao mesmo, corroborando com o julgamento de João Ribeiro ao identificá-lo como "um dos mais consideráveis que temos sobre a raça africana no Brasil", Artur Ramos reafirmou a ambigüidade das suas impressões:

> ...apesar das falhas, e algumas de certa gravidade, que tiram a esse trabalho o cunho rigorosamente científico, ele permanece como um dos marcos mais sólidos.[883]

Recuperou a cultura africana, experimentada e pesquisada através da tradição oral e inaugurou positivamente a abordagem etnográfica da formação da sociedade brasileira a partir da influência africana. Estabeleceu, a priori, um debate em torno das teorias raciais apoiadas na eugenia e inspiradas por Lombroso, cujo principal seguidor na Bahia foi Nina Rodrigues. Com este referencial interpretativo sobre a raça africana, estabeleceu um diálogo com Nina Rodrigues através das afirmações "não-científicas" de um e das análises "científicas" de outro.

Nesta fase Manuel Querino mergulhou numa outra interpretação sobre os caminhos e descaminhos experimentados pelo povo trabalhador após a abolição da escravidão até a consolidação da República. Deixou transparecer uma profunda angústia ao chegar à conclusão de que o povo, além de humilhado socialmente era humilhado e discriminado culturalmente, especialmente por se tratar da sua origem de raça.

Referindo-se ao seu amor às tradições e ao passado, Artur Ramos observou ter Querino escrito *A Bahia de Outrora* sem as preocupações de sociólogo, mas considerou o trabalho "um magnífico repositório de observações de todo um passado da vida social baiana."[884] Sem deixar de apontar os limites científicos da obra de Querino, considerou uma fonte documental de onde muitos estudiosos poderiam colher muitas informações:

---

[881] Idem, Nota 5, p. 77.
[882] Prefácio de Artur Ramos em *Costumes Africanos*, 1938, p. 05.
[883] Idem.
[884] Prefácio de Artur Ramos em *Costumes Africanos*, 1938, p. 05.

> O que outros fizeram com relação a outros setores da civilização brasileira, fê-lo Manuel Querino, na Bahia, modestamente, sem alardes, sem exibição científica, mas com os mesmos propósitos de análise das relações de raça e de cultura, principalmente entre o africano e o luso-brasileiro, na nova sociedade em formação.[885]

Em *A Bahia de Outrora*, Querino narrou, noticiou, descreveu as tradições culturais então ameaçadas de desaparecer no contexto demolidor da República. Este trabalho repercutiu positivamente no meio intelectual, enquanto conjunto de artigos "curiosos", "quadros pitorescos", "reunião de festividades, usos, costumes e tipos" que caracterizavam a Bahia como a cidade "mais alegre do Brasil".[886] Em notícia publicada sobre o referido livro, Manuel Querino foi tratado como "inteligente artista e festejado escritor tradicionalista" que restaurava a Bahia de outrora, relembrando e descrevendo minuciosamente a vida baiana na antiga cidade do Salvador. "Escrito em estilo correntio, [tinha] o sabor de uma documentação autêntica sobre o passado desta cidade..."[887] Assim foi comentado o referido livro:

> Livro de recordações, feito por uma testemunha que ainda pertence em parte àquele viver descuidoso, simples e meio patriarcal da sociedade de há meio século, estas páginas hão de evocar a muita gente, com deliciosa saudade, uma época que a Bahia resumia de fato toda a originalidade da raça brasileira.
>
> Ler os pequenos quadros que Manuel Querino, com emoção, reconstrói (...) que se associam homens e tipos excêntricos que viviam na tradição oral, - é gozar a impressão retrospectiva de uma cidade e uma sociedade que ressurgem, oferecendo à geração moderna a medida da diferenciação e do progresso que se operou de uma a outra.[888]

Esta foi a leitura que permaneceu até os dias atuais. Manuel Querino foi considerado um folclorista, apesar de alguns antropólogos se referirem a ele como "etnólogo prático". Neste conceito estão contidos dois aspectos do racismo e preconceito: primeiro: tratar das práticas africanas significava tratar do "folclore", tendo em vista serem os africanos considerados primitivos, inferiores, e suas culturas qualificadas de menor valia, porque dificilmente seriam construtores de "civilização"; segundo: a competência do "tradicionalista" Manuel Querino se limitava a narrar sobre tais aspectos culturais de menor valia – era um negro, de origem operária, esforçado, inteligente, mas carente de erudição e ciência.

---

[885] Idem.
[886] *O Democrata*, 03/12/1916, p. 01.
[887] Idem.
[888] *O Democrata*, 03/12/1916, p. 01.

Neste trabalho em particular Manuel Querino revelou a sua indignação, ora criticando acintosamente os descaminhos adotados pelas elites republicanas, ora ironizando ou provocando o leitor atento ao seu testemunho desabonador sobre aquela República implantada. Diferentemente do que se pretendeu com a mudança do regime, que previa igualdade, democracia, soluções sociais especialmente para as camadas trabalhadoras, Querino apontou o oposto. Não poupou críticas e, conseqüentemente, arregimentou um punhado de inimigos políticos e intelectuais que o pressionaram e o desvalorizaram, especialmente no plano profissional.

A sua literatura respondia criticamente aos valores projetados para a implantação da Bahia "civilizada", constatando, historicamente, a necessidade de considerar os elementos populares representados pelos trabalhadores, africanos e afro-brasileiros como essenciais na construção da civilização brasileira. A sua pergunta de fundo era o porque desprezar as raízes culturais e sociais que pesaram sobremaneira na constituição da sociedade brasileira e tentar infiltrar valores europeus que destoavam do pulsar cultural da população. Hábitos e costumes franceses foram registrados por Querino como incompatíveis ao clima da cidade, por exemplo. Entre tantos elementos que destacou sob a ótica do oprimido, denunciou o quanto a cultura popular estava sendo rapidamente obscurecida sob as luzes da civilização e do progresso. Neste aspecto, a partir do seu personagem popular, o "cantor de modinhas", o autor traçou os caminhos do desmoronamento de uma cidade antiga, na qual estavam incluídos indivíduos que dinamizavam o cotidiano das noites, do trabalho, das festas, da religiosidade, constituídos por mestiços, africanos e afro-brasileiros que participavam de uma rotina própria.

Explicitou a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o desmoronamento moral, político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, o povo em geral. Com a lucidez de uma inteligência atenta aos acontecimentos que giravam à sua volta e dos quais participava, Querino marcou a sua presença afirmando a existência de uma sociedade que pouco a pouco se tornava marginal nos planos da civilização e do progresso.

Nesta sociedade estavam aqueles que trabalharam para a construção da riqueza da nação – os africanos e seus descendentes – e que começavam a ser expulsos do circuito urbano com a sua cor, os seus hábitos e costumes, suas tradições que ironicamente integravam a sociedade dos brancos. Buscou na culinária, na música, nas artes, na religiosidade, nas festas, aspectos que enobreciam a cultura da população

baiana, a partir do resgate das tradições coloniais que se imbricavam nas matrizes européias e africanas. Neste aspecto, procurou afirmar que independente da política da eugenia que se pretendia incorporar à Bahia civilizada, havia elementos indestrutíveis presentes na alma do povo. E a partir da recuperação da memória, da oralidade de africanos remanescentes, de afro-brasileiros, afrontou intelectuais, médicos, políticos, autoridades. Não estaria na contra-mão dos acontecimentos o seu afastamento compulsório da Secretaria da Agricultura, onde serviu por mais de 20 anos.

Manuel Querino realizou-se através da multiplicação de publicações que argumentavam contra aquela atualidade de obsessão pela modernidade, pelo progresso, pela civilização, baseada nos valores brancos, europeus, elitistas. Foi o limite possível a ele proporcionado pela intelectualidade da época, pois foi através do Instituto Histórico e de algumas articulações com periódicos e gráficas locais que conseguiu veicular e perpetuar suas idéias. Discutiu, debateu, polemizou.

Os seus escritos foram simultaneamente acolhidos e criticados. A partir dos anos de 1930 as versões escritas sobre Querino foram concentradas na sua obra, especialmente relativa aos trabalhos sobre o negro na Bahia, período em que os estudos sobre a mestiçagem e a influência africana na cultura nacional foram-se tornando tema preferencial da antropologia. Em 1938 foram reeditados alguns dos seus trabalhos na coletânea organizada por Artur Ramos, na qual o próprio Ramos salientava ser aquele período caracterizado por um movimento de interesse pelo "*problema* do negro, no Brasil, não [podendo] ser esquecida a contribuição de Manuel Querino".[889]

> Dentro do longo período de silêncio que desabou sobre a obra de Nina Rodrigues – quase dois decênios! – a única voz que se levantou, cheia de entusiasmo e de emoção, em defesa do Negro brasileiro, foi a de Manuel Querino, na Bahia, falando da contribuição do africano à civilização brasileira.[890]

Nesta publicação, Ramos classificou, entre os títulos por ele reunidos, como "memórias" *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia* e *O colono preto como fator da civilização brasileira*, o que caracterizou a sua postura em relação a estes trabalhos de Querino como destituído de cientificidade. A sua intenção era reunir os principais escritos de Querino referentes aos negros, como aqueles extraídos de *A Bahia de Outrora* e reunidos sob o título de "Notas de folk-lore negro".

> Nestes dois últimos trabalhos, há realmente muita coisa de tradições e sobrevivências folclóricas, ameríndias e branco-européias, peninsulares, mas com

[889] Artur Ramos em Prefácio de *Costumes Africanos*, Op. Cit., 1938, p. 5. Grifo meu. Nova edição foi organizada em 1988, por ocasião das comemorações do centenário da Abolição, por Raul Lody, que o prefacia, e com apresentação de Thales de Azevedo. 2. ed. Revista e ampliada- Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, FUNARTE, 1988.
[890] Idem, ibidem.

> o aporte negro em quase tudo. Por isso mesmo, não hesitei em incluí-los no atual volume.[891]

A Bahia de Outrora por sua vez, teve reedições em 1922 (2 edição), 1946 (3. edição) e 1954 (4. edição). No prefácio de 1946, Frederico Edelweiss se referiu a Manuel Querino pelo seu valor de "colecionador das tradições", cujo trabalho foi por ele considerado o "mais valioso repositório das tradições baianas... que será sempre uma fonte indispensável para os estudiosos dos nossos costumes e de alguns episódios históricos correlatos".[892] A sua percepção sobre o autor como estudioso que se decepcionara com a política, onde reivindicara "a favor dos seus irmãos de raça", foi assim explicitada:

> Manuel Querino foi a estranha resultante das suas aspirações sociais reacionárias e do seu pendor para os estudos tradicionalísticos. Nas primeiras estava fadado ao fracasso. Quanta vez deve ter ouvido a frase feita e ainda corriqueira: "Este negro não se enxerga!"
>
> As reivindicações a favor dos seus irmãos de raça haviam de trazer-lhe simpatias e desafetos; mais desafetos. A sua condição de professor de desenho dificilmente poderia garantir-lhe a subsistência na Bahia de há cinqüenta anos e, como funcionário de convicções políticas próprias, não lograria acesso importante.[893]

Ao mesmo tempo em que valorizava o "colecionador", por não possuir o preparo científico necessário, escorregava no preconceito ao considerá-lo "estranho" ao seu meio e "reacionário" por reivindicar "a favor dos seus irmãos de raça". Seria Manuel Querino um reacionário? Estaria mais próximo da vanguarda! Por ser pobre, diante da sua condição profissional, pôde Querino encontrar "as portas humildes" abertas, o que lhe garantiu "farta colheita" para os estudos dos nossos costumes populares.

> ...as suas aspirações, cheias de benevolente compreensão, não podia deixar de ressentir-se, aqui e ali, da falta de preparo científico.[894]

Importante foi destacar, por Edelweiss, não ter sido apenas Querino que em primeiro lugar fixou os nossos costumes e outros episódios históricos. Deixou evidente a necessidade de legitimar o trabalho de Querino a partir das indicações de autores consagrados ao remeter às diversas notas de rodapé outras pesquisas referentes aos assuntos abordados pelo "colecionador". Ainda, em suas notas deixou transparecer o diálogo mantido com o autor, ao argüir sobre algumas posições adotadas por Querino, a exemplo do que tratou em "A Imprensa". Nesta passagem, discorrendo sobre a prática

[891] Idem, Ramos, Op. Cit.,p. 14. Foram reunidos os seguintes títulos: 1. A Raça Africana e seus Costumes na Bahia – com apêndice: Candomblé de Caboclo; 2. O colono preto como fator da civilização brasileira; 3. A arte culinária na Bahia; 4. Notas de folclore negro (excertos de *A Bahia de Outrora*).
[892] Prefácio da 3. edição de *A Bahia de Outrora*, 1946, p. 2.
[893] Idem, ibidem.
[894] Idem.

jornalística desenvolvida no Império e na República, analisou sobre as dificuldades pelas quais os jornalistas passaram com perseguições que levaram até a morte, por terem satirizado ou divergido de opinião, atingindo os "mandões do tempo". Referindo-se às condições da imprensa na República, concluiu com a sua ironia costumeira:

> E nos dizemos civilizados: civilização de palavras, unida a uma democracia que se tem distinguido pelos empréstimos, bombardeios, bailes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos e balda de patriotismo. O homem de hoje constituiu-se senhor absoluto nas aplicações da lei e do dever, desrespeitando a tudo e a todos. No entanto, fez-se escravo do dinheiro e das ações ruins.[895]

Neste sentido, para Querino, seria uma decepção para aqueles homens verdadeiramente patriotas, como Ladisláu Titara, autor do hino o Dois de Julho, se presenciassem o que testemunhava com indignação e tristeza. Edelweiss, em nota sobre as apreciações de Querino, o contestou, considerando-o "injusto com os seus contemporâneos", abordando o conteúdo político presente nos antagonismos existentes entre as classes e os profissionais da imprensa, buscando contemporizar:

> Sempre houve e sempre haverá excessos de um lado e de outro, simpatizantes e inimigos. O apoio de uns será sempre classificado de subserviência por outros, e quem poderá evitar que a venalidade se aninhe, aqui e ali, numa profissão onde, além de propugnar idéias e idéias, também se luta pela vida.[896]

◊ O povo na crônica do esquecimento

Não somente como escritor que narrou, analisou, criticou os destinos da Bahia e do seu povo no âmbito da consolidação da República, Manuel Querino está sendo compreendido como sujeito que se incluiu nas suas narrações. Contando-se no texto que produziu para questionar, comentar e criticar os caminhos adotados pela República da "ordem" e do "progresso", descreveu e noticiou o povo nas diversas cenas da cidade.

Querino ofereceu, através da sua leitura de mundo, um precioso conteúdo capaz de preencher lacunas na história da Bahia, no período compreendido entre a desorganização das estruturas monárquicas e a organização da República, abordando temáticas das festividades, do patriotismo, dos ritos e crenças, das manifestações culturais de origem africana, das cenas do cotidiano, da educação, do trabalho, na sua

[895] Querino, *A Bahia de Outrora*, Op. Cit., p. 93
[896] Nota de Frederico Edelweiss*, A Bahia de Outrora*, 1946, p. 94.

dimensão política. Foram temas, em sua maioria, incluídos entre os territórios do passado imperial e presente republicano.

Em um jogo de comparação que permite ao leitor perceber o movimento das transformações ocorridas no cotidiano da cidade do Salvador, nas expressões sócio-culturais relativas, especialmente, a sujeitos incógnitos na historiografia tradicional, como negros, mulatos, pobres e artistas, que perambulavam pelas ruas da velha Salvador, Querino se colocou na posição de testemunha e participante em diversos eventos. Assim, rememorou e registrou o testemunho de quem esteve presente na construção de uma identidade e de uma nacionalidade. Recuperou tradições manifestas nas tortuosas ruas da cidade, na culinária baiana, nos candomblés, nos ritmos culturais de africanos e descendentes, combatendo a onda do esquecimento que deu movimento ao programa civilizador.

Os seus escritos são considerados como ponto em que se entrecruzaram experiências e interpretações sobre o seu tempo, como depoimento de quem participou, experimentou, ouviu, presenciou e interpretou a Bahia dos idos coloniais e imperiais e da sua atualidade republicana. Para tanto, utilizou-se da memória, bem como das pesquisas bibliográficas e de campo, colhendo informações e depoimentos do povo, do africano e descendentes diretos e indiretos, para escrever crônicas, narrativas, notícias.

Como o objetivo de identificar a produção intelectual de Manuel Querino como representativa no âmbito da crônica-memória, *A Bahia de Outrora* é representativa. Ali pode-se encontrar o "sujeito-autor" no texto, destacando-se o seu posicionamento político a partir da atuação do povo, no contexto das mudanças observadas nas cenas cotidianas e nos comportamentos sociais. [897]

Dos 59 títulos presentes nesta coletânea, entre artigos, crônicas, narrativas, notícias comentadas, alguns foram selecionados por se constituírem em relatos intensos de crítica sócio-política que argumentaram contra o esquecimento, logo a favor de algumas tradições rememoradas, na perspectiva da sua desilusão republicana. Lembranças contrabalançaram os dados do presente vivido pelo autor ao refletir e falar a cidade do Salvador dos primeiros anos do século XX, descrevendo-a no

[897] Publicada primeiramente em 1916; com 2. edição em 1922, a 3. edição de 1946 – esta acrescida com notas e comentários de Frederico Edelweiss. Suíço, radicado na Bahia, foi estudioso e colecionador sobre temas relativos à história da Bahia, sobre o que nos legou vasta biblioteca, atualmente pertencente ao Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia sob o nome de Biblioteca Frederico Edelweiss. Teve a 4. edição em 1955, com ilustrações de Carybé e Lígia.

contexto dos caminhos traçados pela República, cuja palavra de ordem era o "progresso", a "civilização" e ao mesmo tempo o "esquecimento".

Trata-se de uma coletânea de textos que narra, descreve, noticia a época do autor (1851-1923), apesar de ocasionalmente referir-se à época colonial, enquanto estratégia de fundamentação aos seus argumentos críticos dirigidos à República. Nela está fixada a tradição popular na Bahia, traduzida pelas festas, culinária, costumes familiares, cotidiano, religiosidade, fatos históricos, nos quais a presença do negro, escravo, africano ou livre, o povo em geral, se fez constante.

Manuel Querino, segundo seu prefaciador e comentador Frederico Edelweiss,

> estudioso dos assuntos e das coisas brasileiras... pôde colher – com a familiaridade que lhe davam a raça e condição, na intimidade deste povo, que é o cerne da nossa nacionalidade – muitas das suas características psicológicas, material precioso do sociólogo que, no futuro, queira fixar o ambiente e os processos através dos quais se modelou o nosso tipo de cultura.[898]

Querino apresentou neste trabalho sobre a Bahia, temas variados, narrados, descritos, noticiados, comentados a partir de conhecimentos prévios, adquiridos pelas leituras de outros autores da época, mas, especialmente adquiridos nas suas experiências vividas e observadas. Neste aspecto, os seus escritos revelam parte de uma memória individual integrada às experiências coletivas, mesmo ao citar fontes bibliográficas da época, o que necessariamente não constitui o pretendido caráter de "cientificidade" ou de "verdade".

A memória, conforme Perrot,[899] deve ser considerada como algo sempre "reconstruído em função das experiências da pessoa que fala", o que torna "extremamente importante e extremamente frágil" o conteúdo testemunhal. Assim, é imprescindível recorrer à interpretação deste conteúdo, "inserindo-a num conjunto mais vasto de fontes", apesar de existirem "domínios em que a memória é mais eficaz do que em outros. Especialmente "eficaz quando se trata de estudar o cotidiano", uma vez que só através da memória coisas, não contadas em nenhum lugar, podem ser contadas em articulação com o passado.

Neste sentido, Manuel Querino expressou a oralidade na escrita, utilizando-se da memória para registrar acontecimentos miúdos, às vezes de forma despretenciosa, mas ao mesmo tempo insinuante e reveladora, na construção de um texto-crônica, de

[898] Edelweiss, *Bahia de Outrora*, 1946. Orelha do livro.
[899] PERROT, Michele. A Força da Memória e da Pesquisa Histórica. *Projeto História*. Trabalhos da Memória, n°. 17. São Paulo: EDUC, 1998, p. 351-360.

um texto-notícia, de um texto-narrativa. Ao refletir, por exemplo, sobre o poder da crônica como gênero literário menor, Antonio Candido nos revela ser uma escrita na perspectiva do "rés-do-chão". Por isso tornada íntima à vida de cada um e capaz de ser durável

> porque ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo que ela não se dissolva de todo ou depressa demais no contexto, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na força dos seus valores próprios.[900]

Assim, o texto de Manuel Querino, articulou experiências vividas, observadas, lidas e ouvidas, logo interpretadas e reconstruídas numa escrita que transitou pela crônica, na perspectiva de perseguir o rastro o qual, segundo Jeanne Marie Gagnebin, "inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente"[901], cujo liame com a memória torna-se fragmento. Apesar da reconhecida fragilidade da memória e da escrita, tendo em vista a dupla ausência "da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do 'objeto real' que ele significa"[902], a sua riqueza deve ser destacada, por reconhecer nas dimensões da ética e da política no autor, como tarefa de luta contra o esquecimento e a denegação. Neste sentido, o "trabalho da memória que, justamente por se fundar sobre a luta contra o esquecimento, é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte".[903]

O que Manuel Querino pretendeu registrando e dando significado a acontecimentos que marcaram sua época, nada mais foi do que transmitir que o "inesquecível existe"[904]. Lutando contra o esquecimento ele se empenhou em favor da inclusão de sujeitos ativos, criativos, militantes e integrados na construção de uma identidade nacional e contra a omissão e o silêncio que poderia apagar os rastros de pessoas comuns, negros excluídos, que, sem nomes, sem trajetórias, sem existência, tornar-se-iam mortos sem sepulturas. Em "Cheganças", descrição de uma das festividades de origem colonial, iniciou com o seguinte comentário:

> Era em outros tempos, tempos saudosos, pela sua singeleza patriarcal, a festa predileta dos pescadores da Bahia....[905]

---

[900] CÂNDIDO, Antonio (org.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/SP – Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 15.

[901] GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e Memória do Passado. *Projeto História*. Trabalhos da Memória, n° 17. São Paulo: EDUC, 1998, p. 218.

[902] Idem, p. 218.

[903] Idem, p. 219.

[904] idem, p. 221 – citando Kirkor Beladin

[905] Querino, *A Bahia de Outrora*, "Cheganças", p. 57.

O "sujeito-autor" referiu-se, em algumas passagens, ao caráter da "rememoração" presente em seu texto. Ao tratar, por exemplo, da Bahia religiosa e descrevendo o ritual da "Extrema-Unção", Manuel Querino a considerou como mais uma das cerimônias que envolvia o público fiel em rito de rua que desaparecia com a República, tornando-se prática religiosa desapercebida dos olhares públicos. Referindo-se a esta cerimônia e outras mais, concluiu:

> E assim vão desaparecendo, na *espessa sombra do esquecimento*, entranhadas usanças que implantaram a fé e a crença no coração compassivo do povo.[906]

Em "A Festa do Espírito Santo", Manuel Querino, após descrição detalhada dos festejos, referiu-se à tradição com saudade:

> A tradição continua, mas, sem o brilhantismo antigo.[907]

Perseguiu em seu discurso a necessidade de confrontar o presente com o passado, identificando vantagens oferecidas pelos avanços materiais, mas, acima de tudo, reconhecendo a força de maiores desvantagens oriundas da "obra do Progresso". Uma obra construída sobre os alicerces do passado destruído, os quais representavam "esquecimento". Assim o sujeito-autor esquadrinhou fragmentos de um passado do qual foi espectador e participante, revelando o peso daquele "progresso" que pretendia atropelar a tradição e desamarrar laços do passado que não mais serviam aos ideais do progresso trazidos pela "civilização" educada, letrada, fina, sofisticada da Europa industrial e liberal.

Para narrar sobre a criação da Irmandade de Santa Cecília, Manuel Querino utilizou-se de argumentos relacionados à cobiça e à honestidade. Foram valores resgatados do ponto de vista do passado colonial em relação ao presente republicano.

> ... a cobiça era tanto moderada; verdade é que se desconhecia a elasticidade contemporânea desse sentimento. (...) As coisas sérias tinham seu cunho de valor, na época em que o fio branco de cabelo arrancado à barba do cidadão exprimia compromisso de uma letra assinada a prazo fixo. [908]

O Progresso, para Querino, transformou-se, no seu argumento, em tiro certeiro, cuja pontaria era o esquecimento, no apagar de rastros deixados por sujeitos que

[906] Querino, Idem, "Extrema-Unção", p. 123. Grifo meu.
[907] Querino, Idem, "A Festa do Espírito Santo", p. 92.
[908] Querino, *A Bahia de Outrora*, "A Irmandade de Santa Cecília", p. 95.

caminharam pelas estreitas ruas da velha cidade, carregando pesados fardos com mãos e sentimentos diversos, a exemplo das "cadeirinhas de arruar" conduzidas nos ombros de "quatro possantes etíopes"[909] ou simplesmente usufruindo dos benefícios oferecidos por um progresso artificial e ao mesmo tempo que promovia outros confortos. No sentido de relacionar os aspectos positivos e negativos trazidos pela civilização, o autor marcou com precisão a sua angústia:

> Quando ele [o progresso] aparece numa cidade tudo se transforma, os usos e os costumes dos velhos somem-se, para as novidades imperar.[910]

Com a sensibilidade de um artista e observador do presente, partindo da tradição, Querino elaborou críticas sobre a tendência nas sociedades capitalistas, civilizadas, modernas. A tendência era a de obscurecer ou mesmo apagar da memória o que havia sido realizado pelo povo, enquanto colaboradores na construção daquela sociedade culturalmente forjada pelas estruturas oriundas do período colonial, a partir das quais ainda se respirava os ares frescos de uma cidade dona de si. Aqui a indicação sobre o fim de uma existência, pelo desaparecimento dos "costumes dos velhos", foi na direção de serem os velhos "a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara", como tão bem assinalou Marilena Chauí.[911] Foi uma denúncia contra aquilo que sinalizava a fronteira do que foi para o que seria. Foi um alerta contra a opressão sentida pela demolição de "paisagens de uma vida inteira".[912]

Outras práticas foram substituídas em nome do progresso, como não mais dormir à sesta, não usar "pomada de cheiro no cabelo", por outros hábitos, como se ir ao "lírico", ao cinema, dançar *two step* e ridicularizar "a velhinha que reza em seu rosário". Mais uma vez o sujeito-autor utilizou como parâmetro a figura do "velho", personificando-a na passagem do que foi, desprestigiada e excluída, daquilo que viria a ser com o golpe mortal dado pelo progresso àquela sociedade para ele perfeita e harmônica. Tudo em nome de um progresso, tornada religião com a República que perseguia a ordem. A ordem era o progresso e, para tanto, seria necessário substituir rituais de tradição colonial por outros impostos pelo modismo.

---

[909] Idem, "Cadeirinha de Arruar", p.113.

[910] Idem, "Cantor de Modinhas", p. 261.

[911] Marilena Chauí em Apresentação de BOSSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 18.

[912] Idem, ibidem, p. 19.

As cenas se sucediam. Retratadas em enredos variados e sintetizadores da vida na cidade, Manuel Querino passeou na sua simplicidade de observador e escritor. Incluiu-se no texto e nas lembranças de quem experimentava e sentia na alma os fragmentos da rotina social, recordando-se:

> Estávamos em pleno regime da escravidão...[913]

Manuel Querino retirou do anonimato temas inusitados, os quais, para o autor, refletiam as mudanças ocorridas com o advento da "civilização". Em "A vida no Lar", presentificou-se no texto, com a costumeira crítica refinada, ao comparar o comportamento social "moderno" com o de "outro tempo":

> Entre os muitos prejuízos da civilização moderna, que têm comprometido a gravidade da gente de outro tempo, sobressai, por sem dúvida, o desembaraço com que matronas e senhorinhas enchem as ruas, em passeios à pé, a bonde e, mais modernamente, a automóvel, quando não invadem as casas de armarinho ou de modistas.[914]

O comportamento feminino se constituiu, na fala do autor, em um dos parâmetros que indicaram a passagem de uma época "grave", em que moças eram recatadas, para outra caracterizada pela "falta de recato". Procurou identificar nas mudanças a relação do público e privado, ao considerar nessas mudanças, a tendência de maior participação pública da mulher nos diversos momentos da vida social. Nas antigas cadeirinhas de arruar, por exemplo,

> as senhoras ou jovens recatadas fechavam a cadeira para não serem observadas.[915]

Com a introdução das gôndolas, como meio de transporte coletivo e popular, mudanças de comportamento tornaram-se marcantes. As mulheres passaram a conviver com os homens em um mesmo espaço, o que significava, de uma forma ou de outra, a publicização da mulher em relação ao passado em que predominava a vida privada. Ao mesmo tempo, Manuel Querino considerou que "o afastamento das modas sombrias e excêntricas que dominavam na época" e "a introdução dos costumes europeus", realizada pela Condessa de Barral, considerada vanguarda em diversos outros costumes, era algo que fazia parte do processo de avanço em direção ao progresso sem afetar a moral e os bons costumes das famílias.[916]

---

[913] Querino, *A Bahia de Outrora*, "A Festa da Mãe-d'água", p. 117.
[914] Idem, "A vida no lar", p. 105.
[915] Querino, *A Bahia de Outrora*, "A cadeirinha de Arruar", p. 113.
[916] Idem, p. 114. Sobre a Condessa de Barral, ver PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1970. Viveu a maior parte de sua vida na Europa. Foi amiga íntima do imperador e sua família. Havia sido aia e preceptora de suas filhas. D. Pedro II admirava a sua capacidade intelectual. Wanderley Pinho cita

As gôndolas, introduzidas em 1845, eram apelidadas pelo povo de "Maxambomba", como forma de ridicularizar este meio de transporte popular por ser vagaroso, conforme os seguintes versos cantados por populares à sua passagem:

> subi na torre
> prá comer Pitomba,
> Jogando os caroços
> Na Maxambomba.
> Ande mais depressa,
> Senhor condutor,
> Isto é maxambomba,
> Não é vapor.[917]

Ressaltou o comportamento no interior desse transporte, identificando que ali só ingressavam "pessoas decentemente vestidas, de cartola". Ou seja, tudo funcionava na ordem e com o devido respeito. A modernidade havia invadido a cidade, com seus automóveis e bondes elétricos, abertura de avenidas, que representavam a "cidade em grande movimento."[918]

Avaliando a cidade do ponto de vista das mudanças ocorridas nos meios de transporte "mais compatíveis com o evoluir do século: o automóvel e o motocicleta"[919], Querino expressou o saudosismo dos tempos idos, misturando elementos coloniais com imperiais:

> Como tudo mudou, já não se encontram mais os palanques, as cadeiras de arruar, as liteiras, as andorinhas, as gôndolas e a maxambomba.[920]

Manuel Querino em *A Bahia de Outrora* a fim de reforçar a sua atitude de vanguarda à época do Império, na passagem que trata de ter entrado em cerimônia de missa festiva com chapéu, mantendo-o na cabeça até o final da cerimônia. Isto teria causado reclamações por parte dos presentes. "Modificava os costumes, lançava uma nova moda; e também ali introduzia a máquina de costura. Foi a primeira senhora baiana que possuiu um desses prodígios, tão cantados e decantados em crônicas entusiásticas, quando apareceram no Rio de Janeiro em 1854, por Otaviano e José de Alencar." PINHO, Op. Cit., p. 226.

[917] Querino, op. cit., "A Cadeirinha de Arruar", p. 114. O sistema de transportes no perímetro urbano começou a expandir-se a partir de 1845 com a criação de uma linha de gôndolas (espécie de ônibus de tração animal). Desde 1866 já haviam sido assentados trilhos entre a zona comercial (Cidade Baixa) e a península de Itapagipe. Através de veículos ferroviários de tração animal, a cidade era servida com a extensão de outras linhas, que se prolongaram até a Ribeira. Os trilhos que ligavam o Bonfim à Ribeira passaram (1871) a ser percorridos por uma pequena locomotiva a vapor, dando início a um novo sistema de transporte, os bondes. A "Companhia de Carris Elétricos" passou a monopolizar este serviço, instalando, em 1894, uma linha de transportes coletivos, entre o Comércio e Itapagipe, por meio de tração elétrica. Através da Lei Provincial nº 223 de 3 de maio de 1845, foi confiada a organização deste tipo de serviço de transporte coletivo a Francisco Antonio Filgueira. Foi estabelecida uma linha que servia do Largo do Teatro (atual Praça Castro Alves) até o Largo da Vitória. Em 1867, este serviço passou a ser explorado pela Sociedade Veículos Econômicos, a qual era encarregada pela linha férrea urbana. No ano de 1871 é inaugurada a linha férrea "Trilhos Centrais" que percorria a rua da Vala (atual Baixa dos Sapateiros) sobre o aterro do rio das Tripas, ligando a Barroquinha ao alagadiço das Sete Portas, seguindo para a Soledade, Fonte Nova, até alcançar a Estrada Dois de Julho (Atual Avenida Vasco da Gama). GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. A Realidade..., doc. cit. p. 151;169-171.

[918] Querino, *A Bahia de Outrora*, Op. Cit. "O Cantor de Modinhas", p. 260.

[919] Idem, p. 261.

[920] Idem, p. 260.

Outras passagens identificaram mudanças de comportamento feminino à época do "progresso", como o uso de "chapelinhas" no interior das igrejas, introduzido pela Viscondessa da Pedra Branca e Barral, e a educação da mulher que antes

> limitava-se ao curso primário, a noções da língua francesa, música – canto e piano – dança e prendas domésticas.[921]

Em um antigo solar, cenário escolhido por Querino para descrever a rotina feminina, a "gorda matrona", a "moiçola", mucamas, escravos, integravam o cotidiano de uma família. Compondo o cenário doméstico, havia o macaco e o papagaio e, em uma das cenas domésticas estava a velha que dava lições ao papagaio, repetindo a lição do "Papagaio Real".

Aos sábados, a família cumpria o ritual no ofício de Nossa Senhora em torno do oratório da casa. De dia, velhas curandeiras "rezavam de quebranto contra espinhela caída" ou velhas de caponas, conhecidas como "Devotas" que comercializavam bentinhos e rosários, apareciam no exercício da "profissão lucrativa de mensageiras de cartas amorosas". À noite "crianças, deitadas no colo das mucamas, ouviam histórias de lobisomem, mula sem cabeça, Bernal francês e outras...."[922]

Manuel Querino reproduziu com cores e sons, com textura e encantamento, a rotina de uma família urbana, proprietária de escravos, com vestígios de poder econômico, por morar em um "antigo solar", talvez velho e mal conservado, onde a rotina do lar foi descrita. Como testemunho ocular, descreveu nos detalhes a rotina da "matrona" de costurar e fazer renda de almofada, preparar doces, refinar açúcar, "arranjar laranjinhas para o entrudo", estudar música ao piano, bordar, etc., como práticas de um ritual simples e ao mesmo tempo complexo. Macaco e papagaio, animais de estimação e de distração para as mulheres, as crianças escutando histórias de "assombração" faziam parte da rotina no tempo da escravidão.

Nas histórias de assombração contadas pelas negras mucamas às crianças, o autor retirou de uma delas elementos oriundos dos maus tratos sofridos pelos escravos:

> ver a mulatinha
> da cara queimada.
> Quem foi que a queimou?
> A senhora dela.....

[921] Idem, "A vida no lar", p. 106.
[922] Idem, p. 110.

A rotina familiar, por sua vez, fora também atingida nos costumes tradicionais, observando-se mudanças de comportamento da família em espaços públicos como Igreja, bailes, festas, etc.

> Fora disto toda a diversão era de portas adentro, por ocasião de batizados, casamentos, aniversários e, como objeto de grandeza, vinha da Europa o gelo natural.[923]

Os hábitos masculinos, por sua vez, foram caracterizados como práticas de dimensões públicas. A participação dos homens na vida pública era algo corriqueiro, não modificada pela República. As relações sociais masculinas se davam na esfera do público, enquanto as femininas começavam a sair da esfera do privado. Os homens ficavam a maior parte do tempo fora de casa.

> Terminados os trabalhos do dia, dirigiam-se à casa, e, satisfeitas as necessidades do estômago, retiravam-se: uns iam palestrar nas boticas, onde discutiam política, jogavam gamão e tramavam revoltas; outros encaminhavam-se para as casas de tavolagem, ponto de reunião dos grandes da terra; pois o jogo campeava, em larga escala, notadamente entre os políticos, os negociantes, os senhores de engenho, etc.[924]

Como bom observador, participante e analista das mudanças de costumes que atingiam a sociedade baiana, Manuel Querino identificou, nos diversos espaços de sociabilidade, os diferentes grupos sociais freqüentadores e as funções que desempenhavam.

Enquanto nas boticas[925] os intelectuais, grupo social aqui identificado como freqüentadores preferenciais deste espaço, discutiam política, jogavam gamão e tramavam revoltas, os "grandes da terra", quais sejam os políticos, negociantes, senhores de engenho, se reuniam para jogar nas casas de "tavolagem".[926]

Os ricos jogavam a dinheiro, os intelectuais discutiam política e tramavam revoltas, enquanto o homem do povo era

> encontrado nos botequins a jogar "três-sete" ou o "víspora", ou então nos oratórios públicos, encravados nas paredes dos edifícios, a rezar, mais por exibir os seus recursos de afinada voz, do que por devoção, ou ainda era encontrado no adro das igrejas a discutir política e a esmerilhar a vida alheia.[927]

---

[923] Idem, p. 106.
[924] Idem, p. 107.
[925] Farmácias, drogarias.
[926] Casa de jogo.
[927] Idem, p. 108.

O povo, sempre presente nas narrações de Querino, considerado pelo sujeito-autor "a gente de poucos recursos e de humilde condição social"[928], estava presente na rua, como os intelectuais e poderosos, divertindo-se, exibindo-se com seu canto, discutindo política e falando da vida alheia. Às classes populares cabia freqüentar fontes públicas com a família, botequins e jogar "três-sete" ou "víspora", considerados jogos populares. Querino revelou nesta descrição que o povo desempenhava funções semelhantes das elites, apesar de ocorrerem em espaços sociais distintos.

Querino passeava pela noite, participava, observava e refletia sobre a sociedade em seu movimento miúdo, identificando, nos diferentes espaços de sociabilidade, a convivência de costumes em todas as camadas sociais. Apesar de diferenciar os tipos de assuntos e jogos a partir dos grupos sociais, conseguiu sintetizar em um movimento único, o plural nas condutas sociais.

A sua presença esteve marcada nos três espaços por ele descrito. A intensidade e freqüência neles indicam ter se aproximado mais dos grupos de intelectuais que freqüentavam as boticas, a loja de charutos "Progressista" que existiu por longos anos na "antiga rua do Palácio, hoje rua Chile, de propriedade de Laurentino de tal". Fugiu da memória de Manuel Querino o sobrenome do proprietário da loja de charutos, que, enquanto ouvia os debates políticos, "vendia charutos "Havana" por bom preço, adquiria boas relações de amizade e andava ao corrente de tudo que se passava nas altas rodas da política."[929]

Descreveu tais "reuniões" como oportunidade de prosear, fumar charutos "Havana" e conhecer as "novidades sociais" e políticas. Eram freqüentadas por senadores, deputados, conselheiros, desembargadores, juízes, chefes políticos, os quais desenvolviam "palestras animadas e atraentes". Nelas, Manuel Querino certamente participava na condição de intelectual e político, talvez como conselheiro municipal. Eram reuniões "atraentes", por isso nelas o autor era presença constante.

Seguiu comentando com a suave ironia que lhe foi peculiar os arrebatadores debates, nos quais "organizavam-se ministérios, derrubavam situações, conforme o desejo de cada grupo."[930]

Continuou percorrendo a cidade, apontando elementos que compunham o cenário da cidade moderna, no processo de inserção ao movimento do "progresso",

[928] Idem, "A Noite de Reis", p. 29.
[929] Idem, "Vida no lar", p. 107.
[930] Idem, p. 108.

como a presença de guardas civis “postos de atalaia para que as coisas [marchassem] segundo o protocolo da graciosidade”, ou o modo de vestir das moças que, diferentemente das “damas de 1730” – o autor data a cidade do período colonial, período em que ele não viveu -, ou das “belezas dos tempos iberos”, “[toucavam-se] melhor e [fulminavam] um cristão com as graças de seus encantos.”[931]

Três aspectos podem ser detectados nesta passagem. O autor apontou a “presença de guardas civis”, enquanto presença física da repressão para a manutenção da “ordem” do “Progresso”, cuja necessidade era imprescindível para que “as coisas [marchassem] segundo o protocolo da graciosidade”. Nesta “marcha” era necessário seguir as regras, normas pré-estabelecidas pela República moderna e civilizada, o que tornava mais “agradável”, “confortável”, “bonita” a vida de transeuntes que circulavam numa cidade que pretendia romper com o “desagradável”, “desconfortável”, “feio” dos idos coloniais e imperiais. O segundo aspecto se referiu à “saudade” das “belezas dos tempos iberos”, em que o autor pretendeu desenvolver uma comparação entre o atual e antigo sem cair no modismo superficial, mas respeitando as “belezas” presentes também no antigo, o que, para ele, podia ter sido um período melhor do que o experimentado no seu presente. O terceiro aspecto se referiu ao comportamental, ao comparar um modo de vida mais “recatado” de moças dos “tempos iberos” a um outro mais agitado, extravagante e “aberto”, o que provocava a atenção do homem ao olhá-las e desejá-las de forma “não cristã”, ou seja, não convencional, sem o respeito imposto pela religiosidade de antanho que impedia sentimentos de admiração e outros desejos considerados pecaminosos.

No seu percurso em direção à rotina silenciosa do povo na movimentada cidade do Salvador, revelou mais um dos aspectos da vida social, ao relembrar de Marcelino, velho oficial de sapateiro, e o operário Roque Jacinto da Cruz, personagens destacados pelo autor entre tantos outros que compunham o grupo chamado de “oradores do povo”. Foram exemplos de oradores inteligentes e eloqüentes, que serviam para demonstrar a participação e envolvimento das camadas populares nos mais diferentes momentos da vida social. Na política, o povo estava presente nos diversos debates que ocorriam nos adros de igrejas, nos botequins, nas oficinas, nas ruas.... Para Querino, foi no Império que o povo de fato participou com opinião das discussões e movimentos político-partidários, coisa que desapareceu com a República.

[931] Idem, “O Cantor de Modinhas”, p.260.

> A camada popular de tempos idos possuía em alta dose o gosto das letras e das boas artes: o hábito da imitação dos bons exemplos, embora modestamente...[932]

Rememorando passagens em que os referidos oradores populares haviam se destacado com inteligência e galhardia, Querino, explicitamente se incluiu em uma delas ao dizer que "ouvira" em certa ocasião "o sapateiro Marcelino recitar um trecho de sermão pregado por fr. Raimundo, no Convento de São Francisco, na festa do Padroeiro."[933] Passou a citar o sermão, ou parte dele, como se guardasse de memória o texto com exatidão.

> *Lembra-me* ainda, recitado pelo Marcelino, do exórdio de um sermão de Sexta-feira Santa, pregado no Convento do Carmo por fr. José Joaquim do Amparo.[934]

A sua capacidade de expressar o sentimento de saudade nas entrelinhas do seu texto, fez com que Manuel Querino se revelasse saudosista, e por isso insatisfeito com alguns dos caminhos adotados pela República da civilização, da ordem e do progresso. Neles, o esquecimento se tornava via obrigatória para incluir o Brasil, e a Bahia em particular, na rota da "civilização".

> Bem poucos se recordarão, hoje, do velho sapateiro, cuja memória prodigiosa causava verdadeira admiração. Quem com ele conversava por algum tempo tinha logo a idéia de que não tratava com analfabeto, e, no entanto, Marcelino não sabia ler; e tão bem usava dela, sem afetação, que facilmente iludia.[935]

Entre outros oradores do seu tempo, o operário Roque Jacinto da Cruz se destacava pela "sua palavra eloqüente, fácil e correntia".

> ...arrastava aos comícios do partido liberal uma multidão de eleitores. Promoveu diversas sessões fúnebres de homenagens a homens de alto saber ou de renome, filiado às idéias liberais, sobressaindo, principalmente, as que foram tributadas ao Visconde do Rio Branco, dignos da consagração popular.[936]

Certamente, Querino, como dedicado liberal, provavelmente eleitor do Conselheiro Dantas, participou de diversos comícios, aplaudiu muitos desses discursos, os quais eram realizados pelo povo. Roque da Cruz, considerado por Querino "tribuno popular", atraía diversas pessoas à sua "modesta vivenda", como

---

[932] Idem, "Oradores do Povo", p. 208.
[933] Idem, p. 209.
[934] Idem, ibidem. Grifo meu.
[935] Idem, p. 210.
[936] Idem, ibidem.

> ... a nobreza do partido liberal, desde o Conselheiro Dantas, o chefe político de mais prestígio, na época, até o mais humilde cidadão, em romaria cívica, onde se faziam ouvir desde o Conselheiro Rui Barbosa até o próprio Roque da Cruz.[937]

Entre outras tantas críticas dirigidas à República, Manuel Querino desabafou:

> Incontestavelmente, o novo regime rasgou novos horizontes, aumentou a riqueza, o território, liquidou pendências seculares; mas, em compensação, *deu-nos* uma instrução pedantesca, *extorquiu-nos* a segurança individual, *abateu-nos* o caráter, elevou a intolerância a um princípio, e, o que é mais, destruiu a estabilidade das convicções, com o desrespeito a tudo.[938]

Como patriota, bairrista, ufanista, Manuel Querino desenvolveu uma crítica aguda em relação ao esquecimento do patriotismo na Bahia, traduzido pelas alterações nos festejos cívicos, como os do 2 de Julho. Este festejo em particular era considerado como uma das manifestações de maior relevo para a memória do povo baiano, por nele estar retratado o valor da participação popular no esforço, abnegação e desprendimento nas lutas pela liberdade, especialmente na "conjuração do absolutismo político da metrópole."[939] Referia-se o autor à luta pela independência do Brasil na Bahia.

Era um momento de instalação da crise das tradições na cultura dos festejos do 2 de Julho, os quais se viam ameaçados naquele contexto republicano, onde a participação popular era compreendida como "imprópria", "imoral" ou "anti-higiênica".[940]

O Povo baiano, para Querino, desde os tempos coloniais, havia demonstrado o seu valor nas armas, nas letras e nas artes. Realçou a participação da Bahia nas lutas pela liberdade, demonstrando que neste território havia homens notáveis que combateram e se tornaram heróis inesquecíveis.

> A Bahia nunca desertou do seu posto, nas ocasiões em que se fazia mister a prova de sua dedicação. E foi por isso que a Bahia tornou-se 'o seio que amamentou, a cabeça que dirigiu, o braço potente que defendeu quase todas as antigas capitanias' que hoje formam a República dos Estados Unidos do Brasil.[941]

Querino, utilizando-se das aspas, certamente citando algum autor, mas não o identificando, se muniu de argumentos libertários que impregnaram o século XVIII, nas idéias de apóstolos como Rousseau, d'Alembert e Montesquieu, para justificar os

[937] Idem, "Oradores do Povo", p. 210.
[938] Grifos meus. Idem, ibidem.
[939] Idem, "A Noite Primeira de Julho", p. 38.
[940] Sobre as festas do 2 de Julho ver ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
[941] Querino, "A Noite Primeira de Julho", p. 39.

destinos do Brasil desde 1808 na direção do "progresso material e moral". Assim, atribuiu ao povo

> ...a mais formidável potência para derrubar tronos e quebrar diademas diante de cadafalso... constituindo o mesmo povo senhor absoluto de todos os destinos sociais.

Nesta narrativa, Manuel Querino, não apenas pretendia glorificar os nobres heróis das armas pelos seus feitos, mas, sobretudo, questionar o processo do esquecimento pelo qual a sociedade vivia, reafirmando que tais acontecimentos eram sempre revividos nas manifestações populares.

> Essas tradições ficaram na memória do povo, e foram sempre relembradas como nota dominante no entusiasmo e no brilho de suas vitórias.[942]

Ao narrar sobre as festividades do 2 de julho, as quais comemoravam a "data gloriosa da Independência", Querino recuperou aspectos do patriotismo e entusiasmo do povo representados pelas músicas, poesias, trajes, fantasias, etc. Nas festas de 1882, por exemplo, o poeta dr. Antônio Alves de Carvalhal reclamou em sua poesia "2 de Julho" a necessidade de

> Recordar às gerações modernas
> Que seus pais foram bravos.
> Eles nasceram míseros escravos,
> Mas heróis se tornaram!
> Da pátria a preciosa liberdade
> Foi com sangue das veias que plantaram
> Dize sublime e tão puro!
> Não nos mostre, apenas o passado...
> Oh! Bendito e Santo!
> Vem rasgar o sombrio, espesso manto
> Da aurora do futuro!...[943]

Recorrendo à importância da recordação, como força propulsora de combate ao esquecimento e afirmação para o presente Republicano, citou um poema do veterano na Guerra de Independência, Moniz Barreto, no qual evocava a presença dos velhos, reverenciando-os:

> Olhai, povo! Resumida
> Aqui vossa glória está.
> Povo, deveis vossa vida
> Aos velhos de Pirajá.
> Foram eles que na guerra
> Livraram a vossa terra

[942] Idem, p. 39.
[943] Idem, pp. 44/45.

> Do jugo ferrenho e vil
> Foram eles que, ajudados
> Por Deus, deram denodados
> Independência ao Brasil.[944]

No jogo pendular entre presente e passado, Querino abordou a situação daquela Bahia atual, que sofria "o peso do despotismo republicano", por estarem talvez "castigando-lhe a altivez de outrora, com as maiores provocações."[945]

> O momento é grave e cheio de vagas inquietações, enredam-se nas intrigas de uma política de conveniências pessoais, que exclui toda dignidade de sentimento e toda elevação de concepções.
>
> O espírito popular, cruelmente desiludido, descrê de tudo e lança às aventuras do porvir a derradeira esperança.[946]

Manuel Querino exprimiu um sentimento de desilusão diante de uma República sonhada e outra realizada. A sua utopia, enquanto "espírito popular", se viu ameaçada, não obstante esperançosa no "porvir". Para ele, apesar de pressionada pelas forças demolidoras do progresso, a alma popular permanecia vital. Nesta narrativa em especial, o 2 de Julho se constituiu em argumento para Querino desabafar sua melancolia diante da realidade política instalada com a República, especialmente na Bahia. Segundo ele, havia sido fiel a seus princípios, enquanto espírito sério e refletido que conjurou os males do Império, participando, militando e acreditando nos planos republicanos. Demonstrando decepção diante dos caminhos adotados, Querino sentiu-se desanimado, sonolento, e pedia que não o acordassem, como solicitara Miguel Ângelo ao responder sobre os males da Pátria de sua época:

> É-me agradável o sono, e mais ainda o ser de pedra, neste tempo em que reinam o mal e a vergonha.
>
> É grande ventura para mim, o não ver e o não sentir.
> Não me acordes, pois; oh! Fala baixo.[947]

Manuel Querino concluiu:

> Tem aplicação o caso.[948]

Com indignação e tristeza, Querino recuperou o Hino da Independência da Bahia, apostando na decepção que o seu autor, veterano da guerra, Ladisláu Titara,

[944] Idem, p. 53.
[945] Idem, p. 55.
[946] Idem, p. 54.
[947] Idem, p. 56.
[948] Idem, p. 56.

sentiria ao presenciar os descaminhos vividos pela sua pátria, especialmente em relação aos desrespeitos aos princípios democráticos.

> Nunca mais o despotismo
> Regerá nossas ações;
> Com tiranos não combinam
> Brasileiros corações.[949]

As críticas se aprofundaram ao abordar questões relativas à censura na imprensa. Querino havia sido homem de imprensa. Escreveu nos idos imperiais em diversos jornais, tratando de temas políticos correntes na sua época, a exemplo da abolição e da república. No Império, para Querino, havia liberdade na imprensa, apesar de viver-se numa situação que denominou de "feudalismo indígena". Talvez quisesse comparar os avanços técnicos da imprensa na República em relação às dificuldades de impressão no tempo da "obscuridade". O seu desagravo se deu em torno da falta de "democracia" para com a imprensa e às represálias sofridas por jornalistas. As gazetas dos partidos políticos à época das "liberdades", por exemplo, discutiam os fatos

> ... aprofundando-se no raciocínio, sem que de leve tocassem na vida particular ou na família do adversário, como escandalosamente hoje se pratica.[950]

Os pasquins, pequenos periódicos que surgiam próximos aos pleitos eleitorais, ridicularizavam adversários políticos "mas, de modo que, a linguagem, apesar de torturante, não excedia à pessoa almejada."[951]

Identificou diversas passagens que marcaram perseguições até à morte de jornalistas, por terem satirizado ou divergido de opinião, atingindo "mandões do tempo". Entre eles estão Cassiano Hipólito, Eduardo Carigé e Pânfilo da Santa Cruz, todos abolicionistas e republicanos.

Querino, desiludido com a República da ordem, civilização e do progresso, atacou, mais uma vez, as mudanças ocorridas em nome da "civilização elétrica". Identificou a falta de ideal patriótico e o recuo do povo nas manifestações políticas. Diferentemente, na Colônia, a exemplo do movimento revolucionário de 1821 liderado por Cipriano José Barata d'Almeida, e na Regência, como a "Cemiterata" de 1836, liderada pelo Visconde de Pirajá, o povo se fez presente.

---

[949] Idem, "A Imprensa", p. 94.
[950] Idem, p.91.
[951] Idem, ibidem.

> Isto ocorreu em época de espessas trevas, quando o povo impunha a sua vontade e fazia respeitá-la.[952]

Esta passagem foi marcada pela ambigüidade. Ao mesmo tempo em que reconhecia a vitalidade política do povo, apesar dos "tempos ingratos do obscurantismo", deixou entrever a falta de autonomia do povo, por precisar de um líder, um "herói", neste sentido originado das elites. Os tempos da "escuridão", do "obscurantismo", das "trevas", são referidos por Querino como tempos de falta de progresso material e falta de acesso às informações, uma vez ser o povo na sua maioria analfabeta.

> Hoje, qualquer movimento semelhante seria rechaçado pelo regimento dos dragões. Naqueles tempos obscuros havia o Povo; hoje temos o poviléu. Mas, onde também estão os heróis de prestígio verdadeiro, essas consciências puras, vivas encarnações do patriotismo, capazes de guiar o povo aos mais eficazes cometimentos e às conquistas mais brilhantes?[953]

Antes o "Povo", escrito em letra maiúscula, era considerado por Querino cidadão engajado, envolvido, militante das questões libertárias, "com opiniões políticas inabaláveis, sustentavam-nas com galhardia, sem temerem os resultados"[954]; hoje, na República, o mesmo "Povo" havia sido reduzido a "poviléu" que procura por heróis, patriotas "capazes de guiar".

O Povo, com letra maiúscula, o "propriamente dito", era, no passado, fiel às suas convicções e não se vendia por preço algum. Incluindo-se em seu argumento, Manuel Querino se fez revelar com indignação, afirmando ser o Povo "sempre inclinado ao Partido Liberal, concorrendo com o seu esforço, em favor desse elemento."[955] Foi o que Querino fez ao longo da sua trajetória política à época imperial - lutou, participou, militou, foi fiel ao Partido Liberal, acreditando no valor da liberdade.

A eletricidade iluminara as "trevas" do tempo do "obscurantismo", o automóvel invadira as ruas, a solidariedade do povo recolhera-se nas casas, costumes alimentares modificavam-se, a mulher saíra do lar para a rua, a moda masculina transformara-se em "*snobismo* da mais alta parvoíce"[956] e o cantor de modinhas desaparecera da rotina musical da cidade.

---

[952] Idem, "Os Direitos do Povo", p. 161.
[953] Idem, ibidem.
[954] Idem, "A Combuca Eleitoral", p.167.
[955] Idem, ibidem.
[956] Idem, "O Cantor de Modinhas", p. 260,

"Tudo isto é bom" porém "*tenho* saudade desses dias que passaram na voragem do tempo", apelou Querino ao recordar-se de como havia sido criado "vendo o andador das almas pedindo – uma esmola para as almas santas e benditas do purgatório, nas segundas-feiras, metido em sua capa verde e com a bolsa com a estampa de prata para a gente beijar..."[957] Personagem que se perdeu nos (des)caminhos do progresso, entre tantos outros que desapareceram em meio a novas construções, avenidas, técnicas... Incluído no discurso, como participante e testemunha, Manuel Querino jorrou em suas articulações entre passado-presente-futuro o gosto amargo de quem havia provado a doçura de antanho, concluindo com esta metáfora:

> Não há mais nada disso; tudo se afundou pela goela do minotauro que inventou os pórticos iônicos e os elevadores elétricos. De si nada ficou. As revistas não recolheram as suas silhuetas nem a imprensa o seu perpassar pelas ruas.[958]

Com o Cantor de Modinhas, Querino acompanhou pelas noites adentro os últimos acordes de uma melodia que ainda ressoava na cidade republicana. Lado a lado, em seus passos marcados e ritmados na tradição do cortejo boêmio, Querino materializou a morte de um dos costumes antigos, através do silêncio do cantor.

O Cantor narrado pelo cronista identificava-se com o passado da cidade iluminada por "azeite de peixe". O cenário da cidade fazia parte da existência do cantor – a permanência de um incluía o outro ou o desaparecimento de um implicava na exclusão do outro. O presente republicano de Querino refletia uma outra cidade iluminada por "gás carbônico" e sem a presença da voz do cantor, quando, após "temperar a garganta", "levantar o diapasão", "mirar a lua ou a estrela", "marcar o compasso com o pé", "com a voz segura, afinada" cantava a última estrofe:

> As flores que exalam suave perfume,
> Que em muda linguagem nos falam de amores,
> Tem magos encantos, tem mil atrativos,
> Porém das baianas não tem os primores...[959]

E a cidade, contaminada pelos passos e pela voz do cantor, foi desbravada na memória do sujeito-autor ao indicar o percurso realizado pelo Cantor ao caminhar e repetir a mesma modinha

[957] Idem, p. 261.
[958] Idem, p. 262. grifo meu.
[959] Idem, p. 265.

> pela Rua Direita do Palácio, pela da Misericórdia, entrando no largo do Terreiro, no botequim do Moscoso, às 2 horas da madrugada, onde é recebido com aplausos, e onde, com uma pataca, tem um prato cheio de suculento mocotó, com o apetitoso molho de vermelhas malaguetas.[960]

Os últimos atos da cena eram dados, fechando o espetáculo, como a um círculo, no local característico de onde havia começado – num botequim, com "meia garrafa de Figueiróte" desatando a garganta e arrancando aplausos de "todos os apreciadores da mão de vaca, da bodega da esquina que dá para as Portas do Carmo [que louvam] o cabra limpo, que desafia quem possa cantar melhor."[961]

Querino recuperou a autenticidade de quem era "cabra", caracterizado pelo autor de "limpo" – decente, "galante, correto, aquele que se preza e sabe o valor que tem." [962] Prosseguiu reafirmando a sua importância ao desafiar o mundo, pois "ninguém lhe vencia – ninguém!"; "tinha mais importância que um rei."[963] Era *sui generis*, "era a vida das funções e a alma das reuniões."[964] O seu caminho se abria para um mundo elaborado pelas sensações de quem observava e acompanhava os passos do personagem de uma cidade e de uma cidade-personagem que se "[esvaia] na voragem do tempo" dando lugar a outros sons, a outras ruas, a outros sentimentos forjados pela "civilização", pela "modernidade", pelo "progresso".

> Hoje... E digam as Musas o que era o Cantor de modinhas nessas noites deliciosas da eterna primavera de nossa terra! Ah! O Cantor de modinhas! O progresso estrangulou-o de uma vez, para que não proliferasse, como os cogumelos no campo. Hoje não há um só para remédio![965]

A nostalgia perpassava a lembrança do autor ao rememorar o Cantor na cidade, ou a cidade com o Cantor, estrangulado pelo progresso. Progresso este que fez recolher o Cantor ao esquecimento, sepultado na sua solidão e na sua falta de "função". Retornava o Cantor, "um pouco pesado" à sua casa e à porta ainda "gorjeia" como um "cisne que se despede de uma noite deliciosa."[966] Uma despedida que integrou elementos mantidos ao longo da narrativa – o passado feliz da "eterna primavera de nossa terra"; sujeitos importantes que fizeram a história da cidade e que, por serem "cabras" e "pobres", permaneceram incógnitos, não obstante o valor por

[960] Idem, ibidem.
[961] Idem, ibidem.
[962] Idem, p. 263.
[963] Idem, ibidem.
[964] Idem, ibidem.
[965] Idem, p. 262.
[966] Idem, p. 265.

eles reconhecidos; a cidade que se modificava e modificava o seu conteúdo cultural em conseqüência de um progresso que matava a vitalidade própria do lugar; por fim, o sujeito-autor desta crônica-memória que se revelou ao longo do texto como leitor e autor de uma experiência que integrava o circuito de uma noite e dos dias ensolarados de uma sociedade dividida entre ricos e pobres, brancos e pretos, entre passado e presente, entre esperanças e desilusões.

E assim, o Cantor dormia "como um bem-aventurado, sem pesadelo, sem apoplexia", para acordar "disposto para outra noitada, não tão prolongada, mas regularzinha, porque o outro dia é segunda-feira, dia de branco."[967] Os dias se sucederam e o Cantor não conseguiu se levantar numa manhã qualquer e despertar para mais uma "noitada", lançando o seu canto pela noite primaveril da velha Salvador, pois havia desaparecido "sem deixar continuador. O progresso torceu-lhe o gasnete e ele morreu como um carneiro, sem soltar um balido."[968]

> Maldito seja o progresso
> Que tantos males nos faz,
> Vivia tudo tranqüilo,
> De repente – zás![969]

Manuel Querino concluiu com a dor de quem perdeu no passado a alegria de uma vida poeticamente feliz, em que as lutas internas eram travadas nos interstícios do cotidiano do ébrio, do trabalhador, do artista, do povo que caminhava pela velhas e estreitas ruas coloniais, construindo a história e degustando sabores de receitas criadas e praticadas por sujeitos que experimentaram e realizaram a todo o instante momentos de vitórias e outros de derrotas. A maior derrota, contudo, viera com o progresso.

Querino demonstrou a necessidade de não enterrar o passado. Para ele, o exercício de lembrar se tornou importante para re-fazer o percurso de uma experiência que haveria de ser apagada pela luz do progresso. Registrando seus sentimentos, deu "existência escritural à fala"[970] de quem assistiu, ouviu, aprendeu e experimentou a sua própria trajetória no circuito de tantas outras que por ele passaram. Fez registrar o que tinha significado nas entrelinhas de uma leitura própria de um cronista, de um artista, de um poeta que, em seu sentimento fez desabrochar uma ira, uma vergonha, uma decepção! Nada foi salvo! O progresso matou, porém não haveria de sepultar a

[967] Idem, p. 266.
[968] Idem, ibidem.
[969] Idem, p. 266.
[970] Idem, ibidem, p.14. Por João Alexandre Barbosa prefaciador.

memória de quem, com astúcia e agudeza, imprimiu em seus escritos a passagem da "era da penumbra" para outra dita "das luzes da civilização".

> São astros luzentes, são lindas estrelas
> Os anjos formosos da minha Bahia;
> Os olhos se quebram, meu Deus, que ternura!
> Se vivos fascinam qual astro do dia!

Desiludido com a República, com a Ordem do Progresso, Querino recuperou e recapturou, através do Cantor, muitos detalhes de sua vida e de outras tantas que integravam a vitalidade daquela cidade, por ele tão amada e respeitada:

> E com o Cantor de modinhas foi-se o andador das almas, os irmãos do Santíssimo e do Espírito Santo, o carcamano do realejo, o capitão do canto e muitas coisas mais incluindo os pés de moleque e os reletes de cana mirim.[971]

Traduzindo a sua fonte de inspiração a partir da rememoração, Manuel Querino registrou e integrou-se à sua narração, confundindo-se com seu personagem, contando o que ele extraiu de sua própria experiência e retornando em experiência àqueles que liam a sua história. Neste trabalho de rememoração, o autor interferiu no caos das imagens guardadas procurando

> organizar um tempo sentido e vivido do passado, e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar – ou de um fragmento que tem a força de iluminar e reunir outros conteúdos conexos, 'fingindo' abarcar toda uma vida.[972]

Como criador e intérprete, Querino enobreceu um mundo inscrito na sua memória, numa interdependência entre o vivido e o narrado. Reconheceu-se no universo construído por quem desejava ressuscitar o que teria ficado no esquecimento, resgatar a memória coletiva, recuperando o eu refletido no outro, fugindo, assim, do destino individual para buscar a aceitação da alteridade. Desta forma, Querino "[lembrou] para continuar vivendo e tomar consciência de si", conforme Burgos.[973]

A obra de Querino, memorialística, autobiográfica, é um produto histórico que ultrapassa o valor de documento histórico e psicológico, ao apresentar-se como texto literário. Assim, evocando o passado a partir do presente, o autor aproximou e enfrentou a distância do passado da recordação e o presente da escrita, se apropriando da memória com o objetivo de "encontrar o tempo perdido e fixá-lo para

[971] Idem, ibidem.
[972] MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 29.
[973] BURGOS, Elizabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú*, apud JOSEF, Bella. "(Auto)Biografia": os territórios da Memória e da História, p. 298.

sempre."[974] Aquele baiano negro, nascido no tempo da escravidão, testemunhou e conseguiu impregnar de sabores, gestos, odores, sons, ritmos, atitudes um ambiente vital, que excedeu a individualidade ao caminhar ao encontro da história de grupos sociais incógnitos.

[974] JOSEF, Op. Cit., 301.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Querino permanece vital. O conteúdo dos seus 71 anos de existência continuará a ser interrogado e desbravado, pois ele "se repete e reaparece a cada instante..."[975] Algumas lacunas sobre a sua vida puderam ser preenchidas no curso deste trabalho de garimpagem, interpretação, narração, a partir do próprio testemunho que fixou em seus escritos. Enquanto escrevia a história do negro, trabalhador, artista, operário, povo na sua mais diversificada atividade, das tradições populares, da cultura africana e sua influência para a construção do Brasil, Querino falava de si. Contou-se a si mesmo revivendo a sua história na história do outro em um discurso autêntico que transitou pela fronteira do ficcional e do verídico.

Manuel Querino foi um leitor contumaz do seu tempo. Capturou nas entrelinhas do texto social o que estava subentendido nos discursos e práticas das elites. Posicionou-se no jogo social, político e cultural assumindo o lugar do polêmico, do propagandista, do crítico. Divulgou suas idéias, expôs-se como sujeito social comprometido com a causa do oprimido. Afinal, a sua matriz social e racial o impulsionou na sua luta.

Através da sua obra, Querino manifestou opiniões, expôs-se, posicionou-se, protestou, afirmou-se, militou em busca do ideal de liberdade, de justiça, de igualdade, de democracia, cujo foco era a emancipação social e política do povo excluído, do negro discriminado, do pobre rejeitado, dos artistas e operários deslocados do mundo do trabalho e do lugar de cidadão. Perseguiu o ideal de sociedade. Acreditou que a República poderia aplicar o projeto de uma sociedade redentora. Assim ele se realizaria e compartilharia a felicidade com todos. Desconfiou, acreditou, aplicou suas crenças e energias militando na política partidária, em um primeiro momento, como estratégia de inclusão das classes trabalhadoras nos espaços de comando e de decisões que respeitassem a autonomia e os interesses das classes artísticas e operárias. Decepcionou-se!

[975] OLIVEIRA, Waldir Freitas. Manoel Querino. *A Tarde*, 04/08/1973. p. 4.

Mas não desanimou e nem desistiu. Uma outra militância emergiu. Iniciou, em um segundo momento, na militância intelectual. Assim pôde realizar-se ao fazer-se escutar. As letras foram as ferramentas preferenciais que utilizou para produzir e continuar na sua luta. Não se conformou com os (des)caminhos adotados no novo regime. Enquanto teve espaço para poder "falar", Querino criticou, polemizou, desconstruiu mitos construindo simultaneamente um discurso próprio, original, dissonante, solitário.

Enquanto discutia os rumos sócio-políticos e culturais adotados pela República, os quais atingiam, de forma destrutiva, o destino da classe trabalhadora, do povo, do negro e do mestiço, do africano, falava de si. Desabafou no seu texto, extraindo do cotidiano tudo aquilo que lhe dizia respeito. Era o mundo do trabalho que estava na berlinda. Eram os talentos nacionais, de todas as origens sociais e raciais que deveriam ser incluídos no processo de construção do novo regime. Era ele quem deveria ser enxergado e reconhecido pelo talento, pelo compromisso, pelo amor que dedicava à pátria.

Como ele, muitos outros foram injustiçados no grande "banquete da civilização". Justiça, liberdade, igualdade, democracia foram as palavras de ordem que propagou ao longo da sua vida. Honestidade, dignidade, compromisso, respeito por si e pelo outro foram valores que o acompanharam nas suas lutas individual e coletiva. Confrontou as elites sem curvar os ombros. Suportou o peso da carga que escolheu carregar. Afinal, era próprio do negro, do pobre, carregar fardos, sobreviver às violências físicas e simbólicas.

Mas não abriu mão de denunciar em todas as oportunidades o sofrimento, os maus-tratos, a exclusão do povo. Ao mesmo tempo demonstrou o quanto era forte. Resistiu a tudo, a todos, como o povo. O povo conquistou o Brasil. O africano o colonizou com a força da sua cultura. Nada era igual como no início da colonização. O Brasil tinha uma fisionomia plural, colorida, com ritmos e modos de fazer diferentes, originais. E a Bahia reunia o Brasil no seu seio. Afinal foi o seu leite que nutriu as antigas capitanias; foi quem lutou e derramou seu sangue na guerra pela independência, produzira filhos ilustres nas artes, nas letras, na política, semeou, enfim, a nacionalidade brasileira.

Era um patriota e acima de tudo um bairrista. Defendeu o país e a Bahia em particular com o seu talento, determinação, com as suas mãos, com o seu cérebro,

com o conhecimento, com a pena, a tinta, o papel, a régua, o compasso, o pincel, e tudo mais que utilizou para produzir a sua obra. Montou o cenário, reuniu os personagens, construiu o seu texto, compartilhou as suas idéias, alimentou-se do seu sonho. Desejava libertar o povo do jugo dos déspotas. Assim havia sido na colônia, no tempo do obscurantismo; no Império, no tempo das promessas; e continuava na República, no tempo da decepção.

Querino interpretou a sua existência no conjunto da existência de outros sujeitos sociais que experimentaram momentos intensos de transformações políticas, culturais e sociais marcados pela desestruturação de uma ordem, baseada na monarquia, na escravidão, no latifúndio, e inauguração de uma outra baseada no trabalho livre, na república, no progresso. Foi pioneiro na interpretação que apresentou sobre a sociedade brasileira e baiana em particular. Do ponto de vista do oprimido, desenvolveu uma análise crítica sobre a realidade que se apresentava e visualizou o futuro que era guardado para o povo de diversos matizes e variadas profissões. Levantou duas questões: o lugar do povo na República, inicialmente, e, depois, o lugar do negro na sociedade brasileira.

Com o olhar inaugural do artista, Querino soube registrar e registrar-se articulando experiência, talento, conhecimento e capacidade crítica para divulgar idéias, crenças, esperanças, decepções. Sem sucumbir às pressões e desacertos profissionais, políticos, pessoais, manteve-se consciente do seu papel de educador, artista, intelectual e político. Foi até o fim propagando suas idéias, atingisse a quem atingisse. Não se importou com as represálias. Afinal eram constantes no cotidiano de qualquer negro e pobre. Não arrefeceu. Seus ânimos continuaram a dar o movimento à sua vida. Como lutador, Querino conseguiu o seu intento legando à posteridade sua obra, seu talento, sua vida.

Ele se constituiu em marca social de relevo, pois conquistou, com a sua luta cotidiana, diversos lugares na sociedade baiana. Excludente, preconceituosa, discriminatória, foi a mesma sociedade que o acolheu, apesar dos limites que lhe impusera. Nas brechas criadas no jogo social, Querino conquistou e criou oportunidades que lhe auferiram certo prestígio.

Manuel Querino elevou-se socialmente por meio das atividades intelectuais que desenvolveu. Nelas pode demonstrar as suas capacidades não somente de erudição, mas, especialmente, de exercício crítico sobre os destinos do povo, da sua cultura, do

negro e contra as teses racistas que menosprezavam a matriz africana na formação da nacionalidade brasileira.

Fez-se escutar. Contou a história do oprimido, do africano, do negro, do mestiço, do povo brasileiro. Ele emergiu do meio popular. Sua matriz africana referendou o seu trabalho intelectual sobre a identidade brasileira. Contou a sua história.

O Brasil, e a Bahia em particular, havia sido edificado pelas diversas forças sociais e culturais. Não somente os colonizadores brancos, mas também os colonizadores pretos foram importantes na constituição do povo brasileiro. Mostrou que a força social do africano foi significativa não apenas como instrumento de trabalho, mas como força cultural que impregnou a vida de brancos, ricos, pobres, negros, índios, contribuindo para a solidificação da estrutura identitária da nação brasileira.

Demonstrou que a resistência cultural foi tão poderosa quanto os açoites sofridos pelos escravos, as armas que mataram inocentes, que destruíram organizações, como a de Palmares. Querino foi mais além. Provocou as elites ao constatar que o povo permanecia existindo nos guetos, nos subúrbios, nas periferias da cidade, não obstante todas as violências praticadas contra ele.

O socialismo, a luta partidária, a revolução armada, a implantação de uma sociedade igualitária não se realizaram. Contudo, o povo continuou nas lutas diárias garantindo a sua existência e vitalidade. Foram as festas, os batuques, a religiosidade, culinária, musicalidade, poesia, as arruaças, o trabalho, as reuniões familiares, tudo o mais que refletisse o fazer cultural popular que desafiaram os poderosos. E foi desafiando com os instrumentos culturais criados, desconstruídos e reconstruídos, ou mantidos em suas tradições, que o povo negro, o povo trabalhador, o povo pobre, resistiu contra os ataques dos poderosos que pretendiam civilização, ordem e progresso à imagem e semelhança do branco e do rico.

Nas brechas produzidas na dinâmica social, Querino abriu quatro frentes estratégicas de combate e de debate político para se movimentar nos espaços sociais da Bahia imperial e republicana, articulando trabalho, educação, ação político-partidária e produção intelectual.

Como trabalhista à moda “tropical”, empunhou a bandeira do trabalho como um direito e via preferencial para a conquista da cidadania. O trabalho deveria ser elevado ao status do mais rico e merecedor patrimônio social, político e econômico. Somente através dele o povo poderia legitimar-se em seus talentos, esforços, direitos, como

elemento para a verdadeira riqueza das nações. Enquanto princípio universal defendeu o direito ao trabalho e o estímulo à produção, por compreender serem os meios garantidores da emancipação social e política do povo trabalhador e econômica do país.

Para o desenvolvimento produtivo, o incentivo à educação popular deveria ser priorizado pelo poder público. Este seria o principal meio para garantir o acesso qualificado à cidadania, ao proporcionar a inserção do povo no mundo do trabalho, na política, nas artes, na vida produtiva enfim. Foi uma luta individual que travou com a sociedade imperial. Conquistou a escolarização básica, o diploma superior de desenhista, habilitou-se arquiteto, apesar de não ter-se diplomado, inseriu-se na imprensa engajada, escreveu, leu, polemizou, debateu, expôs idéias, posicionou-se.

Tornou-se professor do ensino elementar das classes populares. O desenho industrial e geométrico foi a matéria de sua especialidade e, por ser social e intelectualmente destituído de prestígio, procurou justificar a sua importância social e econômica. Escreveu dois manuais didáticos, inaugurando uma maneira de comunicar pela linguagem visual, das linhas e das curvas. Era uma matéria visual e de fácil compreensão e, por isso, importante meio para o desenvolvimento da "imaginação", da indústria, das artes, enquanto auxiliava a classe operária para o "nivelamento social".

Comprovou terem sido o talento e esforço dos mais diversos trabalhadores das profissões liberais de origem humilde e negra, que conseguiram a escolarização necessária, os principais elementos que haviam garantido mobilidade social, ao adquirirem status superior ao de nascimento.[976] Contudo, foram exceções observadas na sociedade baiana. Manuel Querino questionou esta prática de exceção. Ele desejava que se transformasse em política pública estendida a todos sem diferenciações. Para ele, individualmente, o talento apenas não lhe garantiu a ascensão que merecia.

A sua relativa ascensão social esteve relacionada ao prestígio que conquistou nos círculos operários e de letrados. Não conseguiu galgar os degraus sociais que lhe garantissem

[976] Segundo Azevedo, as principais profissões liberais que garantiriam carreiras de prestígio eram as de comerciante, engenheiro civil, médico, fazendeiro, contador, dentista, advogado, pianista, funcionário público e professor. As artes liberais ou mecânicas se constituíram em meio de garantir profissão para boa parcela de homens negros e mulatos. A música foi uma das expressões que auferiu algum prestígio e reconhecimento social. Observando-se a composição racial das bandas e orquestras, havia uma grande proporção de negros e mulatos. Outros se dedicaram ao ensino, conseguindo maior classificação social pela competência, ao lecionar nas famílias ricas ou nas principais escolas de música. Sobre as artes plásticas Thales de Azevedo foi buscar em Manuel Querino a sua principal fonte. AZEVEDO, Thales. *As Elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio.* 2. ed. Salvador: EDUFBA:EGBA, 1996.

riqueza e poder, não indo além do permitido. Houve um deslocamento vertical na escala social ao sair do patamar de trabalhador manual e incorporar-se ao mundo intelectual na condição de professor, funcionário público, membro do Instituto Histórico e escritor. Apesar de ter passado pela esfera de poder político como Conselheiro Municipal, não ultrapassou a condição de funcionário público de baixo escalão e professor primário, sofrendo perseguições políticas e sendo mal remunerado. Morreu numa situação humilde. Batalhou pela sobrevivência lecionando desenho no Liceu de Artes e Ofícios, no Colégio dos Órfãos de São Joaquim, no Centro Operário da Bahia e em cursos particulares, simultaneamente, até o fim da sua vida. O seu principal espólio foi o patrimônio cultural e político que legou à posteridade.[977]

A interferência de "padrinhos políticos" era necessária para garantir as exceções. O acesso no funcionalismo público era um dos exemplos. Nele era permitida a inclusão de negros e mulatos, mediante influência de políticos e outros "pistolões". Dificilmente galgavam postos elevados. Esta foi a experiência de Manuel Querino. Como funcionário público foi preterido à promoção de 3º para 2º oficial até ser definitivamente afastado das suas funções, em conseqüência de ação política contra o antigo servidor. Também não conseguiu ingressar na escola superior de belas artes. Apesar das tentativas, permaneceu na mesma condição de funcionário público inferior e de professor do ensino elementar em escolas destinadas às classes populares.

Denunciou em suas reflexões sobre educação, a falta de atenção dada à instrução e à discriminação entre as categorias do ensino, pelos poderes públicos em geral. Insistiu na necessidade de investir-se na educação para as classes populares em especial. Esta seria a via para promover a equidade social e profissional, pois assim os talentos nacionais contribuiriam para a construção da civilização brasileira, interferindo ativamente nos seus destinos. Seria o princípio democrático de acesso ao mundo do conhecimento letrado que asseguraria a efetiva realização de uma sociedade justa, sem discriminações nem preconceitos. A educação letrada para negros, mulatos e pobres seria um dos principais caminhos de acesso para a participação da maioria no

[977] No inventário de Manuel Querino, consta ter deixado de herança metade da casa no Matatu Grande e terreno onde estava edificada a mesma casa e uma outra casa térrea em Ondina, arrabalde da cidade, entre outros bens móveis como o mobiliário e instrumentos musicais, entre os quais um violão. Era devedor do Banco Econômico em 500$000 (quinhentos mil réis). Tudo ficou avaliado em 22:408$000 (vinte e dois contos, quatrocentos e oito mil réis).No ano seguinte a viúva e os filhos herdeiros solicitava ao Juiz de Direito que autorizasse vender em hasta pública a casa e o terreno do Matatu Grande, "alegando não possuir dinheiro para pagamento das custas e mais despesas do inventário."A casa e o terreno foram vendidos em leilão pelo maior preço oferecido que foi de 10:500$000 (dez contos e quinhentos mil réis) a Antônio Alves da Silva. Com esta venda foram efetuados todos os pagamentos, inclusive do empréstimo tomado ao Banco Econômico de 598$050 (quinhentos e noventa e oito mil e cinqüenta réis).

grande “banquete social”. E esta era uma questão política que merecia ser tratada nos espaços de decisões e de poder. Introduziu-se na política-partidária.

Para Querino, a ação político-partidária se constituiu em estratégia para auferir garantias e direitos, levando-se em conta a democratização do acesso da classe trabalhadora às esferas de poder e assim legislar em favor dos seus interesses.

Como era de costume, desde o Império, os homens de cor escura e de profissões manuais não entravam na política, apenas participavam como cabos-eleitorais. Na República, alguns entraram como membros do Conselho Municipal, eleitos por influência de chefes políticos. Manuel Querino foi um dos exemplos elucidativos desta prática. Assim como outros companheiros de profissão, participou ativamente da política partidária, apesar dos entraves que sofreu. Artistas e operários, de maioria mestiça e negra, participaram, como Querino, dos movimentos políticos, apoiando, sobretudo o Partido Liberal. Sob a tutela dos chefes políticos de então, mobilizaram-se para a organização artística e operária. Participaram das criações do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e da Academia de Belas Artes, de sociedades mutuárias de características beneficentes e profissionais, cujo exemplo mais destacado foi a Sociedade Liga Operária Bahiana.

Na Liga, Querino iniciou seu aprendizado no jogo das políticas públicas relacionadas aos destinos dos trabalhadores da construção civil, em especial, no universo produtivo da cidade. Ali compreendeu ser necessária a fundação de um partido político autônomo, que reunisse artistas e operários para participarem das decisões políticas que interessassem a classe trabalhadora. Foi o que aconteceu com o advento da República. Integrou o grupo fundador do Partido Operário.

Com a República, a esperança de ascenderem social e politicamente de forma autônoma e independente das interferências de chefes políticos, oxigenou estes cidadãos a pleitearem a participação com candidatos de partido próprio no jogo político. Foi um projeto abortado logo nos primeiros anos. Os processos que desencadearam a movimentação política de então confirmaram, no entanto, os entraves ideológicos de uma possível ascensão de negros e trabalhadores às esferas de poder.

Manuel Querino emergiu da base operária com o sonho de garantir direitos sociais e políticos reivindicados pela experiência de viver as dificuldades de

sobrevivência, a falta de prestígio por ser trabalhador manual, por ser negro. O percurso até chegar ao Conselho Municipal requereu talento e capacidade de aprender sobre o jogo político de então.

Chegou ao Conselho Municipal, articulando-se com a base artística e operária e com políticos emergentes na nova ordem republicana. Em um momento com os "gonçalvistas" e em outro com os "vianistas". Novas dimensões políticas afloraram. Os compromissos partidários e burocráticos o fizeram pagar pedágios políticos e pessoais por afastar-se dos problemas da base operária, à medida que se envolvia na dinâmica parlamentar. Passou a conviver com outra lógica institucional, no período do jogo da acomodação das forças políticas, caracterizado pelas articulações e rearticulações partidárias.

A sua intenção de luta pelos direitos do povo trabalhador, das classes oprimidas, foi bloqueada pela dinâmica burocrática, legislativa e pela fidelidade aos políticos a que esteve vinculado. Os seus interesses se transformaram em fragmento dispensável para a maioria. Institucionalizou-se. O seu foco foi distorcido e não teve espaço para canalizar seus esforços para realizar a sociedade que desejava.

A incorporação de lideranças operárias nos espaços de poder, emergentes dos movimentos sociais do Império, teve o objetivo de dar visibilidade à imagem democrática da República, na qual o trabalhador se constituía em símbolo de progresso e civilização. Também foi importante absorvê-las para controlá-las, desarticulá-las, desmobilizá-las, diluir os seus interesses de classe e fragilizar as suas lutas pelas pressões exercidas nas instituições políticas erguidas para atender os velhos interesses das mesmas elites.

A sua participação no Conselho, atuando nos processos da legalidade instituída para a condução dos rumos da República, fez com que acumulasse mais experiência de atuação político-partidária e maior conhecimento. Foram importantes para que produzisse reflexões sobre as razões que conduziram à sua derrota individual e à coletiva dos artistas e operários e à vitória das antigas instituições montadas para favorecer as novas e tradicionais representações das elites locais e nacionais.

Não obstante ter garantido assento no Conselho Municipal, via influência de chefes políticos, e ter atuado dentro dos limites que lhe foram fixados como

Conselheiro, Querino não sucumbiu aos apelos do mundo dos “brancos” e poderosos. Transformou as dificuldades em oportunidades, por ter aprendido sobre política, sobre o seu lugar social e cultural, vivendo intensamente a cidade em seus cantos e encantos, com seus personagens populares. Observou as transformações advindas pelo progresso da iluminação elétrica, dos transportes, da abertura de novas ruas e novos bairros, da construção de novos edifícios com moderna arquitetura, das mudanças nos ritmos das ruas pela normatização do seu uso, das violências e arbitrariedades praticadas contra os pobres, negros e trabalhadores.

Acompanhou o desenrolar dos acontecimentos que nortearam a incorporação do Brasil ao mundo civilizado, enquanto projeto das elites que almejava implantar um padrão europeu de sociedade nos trópicos. Pôde, assim, comparar a República com o Império. A monarquia não serviu para atender os interesses de artistas, operários, ex-escravos, trabalhadores dependentes da benevolência dos senhores. Era despótica, ofensiva, apesar de calma. E a República também não resolvia os antigos problemas sociais da população trabalhadora, dos artistas, do povo, mas os aprofundava. A prometida democracia e a igualdade se tornaram uma utopia, desejos distantes de serem realizados.

Com o fim das relações escravistas de produção, o trabalhador foi reconhecido em sua existência social e política e o novo regime o enquadrou, colocando-o no lugar social da pobreza, do desrespeito, da exclusão. Com a desmobilização político-partidária da classe operária local, Querino entendeu que ao conflito de classe somava-se um outro – o racial. A questão racial se tornou o tema preferencial no âmbito dos estudos científicos relativos ao mundo médico articulado, por sua vez, ao controle social. O negro era relacionado à categoria sócio-produtiva do antigo escravo e diferenciado pela cor da pele, também associada à origem africana.

Manuel Querino, como militante engajado nas lutas pela liberdade, pela inclusão da classe trabalhadora no seio das decisões político-partidárias, pela democracia, por uma sociedade igualitária, desiludiu-se com aquela República implantada. Diante da fragilidade da organização operária e das pressões políticas que o empurraram para fora do jogo, retirou-se do cenário político-partidário, passando a dedicar-se à produção do conhecimento.

Esta tomada de posição não significou que tenha desistido do seu projeto político de inserção do povo na dinâmica social de forma igualitária ou que tenha desistido de lutar por seus ideais. Pelo contrário. Intensificou a sua luta, adotando outras estratégias que foram a atuação como professor das classes populares e a produção de conhecimento que legou à posteridade. Transferiu a sua militância partidária para a militância intelectual, afirmando a presença e qualidade do africano, do povo trabalhador, negro ou mestiço, e, conseqüentemente, afirmando-se nas letras pelo seu talento.

A militância intelectual foi a chave que encontrou para descortinar a outra face da história social, política e cultural ainda encoberta. Pela produção literária a sua luta ficou fixada como fonte de inspiração para as gerações futuras. Utilizou-se da memória como ferramenta de resistência ao persistir na afirmação da história do povo e do negro, social e politicamente excluídos das instituições republicanas, demonstrando ter sido essencial à formação da identidade nacional.

No campo das letras, atuou como porta-voz dos oprimidos, divulgando suas idéias e crenças, disseminando o "evangelho" do trabalho, como "apóstolo" do povo. Esta nova "militância" lhe causou prejuízos profissionais e políticos, por um lado e, por outro, lhe favoreceu, nos espaços intelectuais, prestígio social e reconhecimento intelectual. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, por exemplo, local escolhido "para seu posto de irradiação"[978], Querino desenvolveu suas teses, elaborou seu discurso e veiculou-os através das publicações e palestras.

Soube mostrar o outro lado da realidade sócio-cultural brasileira, ao demonstrar pelas suas teses, a importância dos africanos e seus descendentes diretos e indiretos, os brasileiros afro-descendentes, para a realização da obra da civilização brasileira, desde a Colônia. Com o suor do esforço físico do trabalho, com a inteligência artística e intelectual, com a cultura "fetichista", alimentar, festiva, com as lutas travadas no cotidiano das resistências e assimilações, na negociação ou no enfrentamento nas diversas situações de violências, o africano, o negro, o povo haviam sido os "verdadeiros heróis".

Ligou, através da sua memória, das pesquisas em fontes escritas e orais, o presente ao passado e o passado ao presente, demonstrando seu desalento com a

978 "Manoel Raymundo Querino. Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923, no salão nobre do Centro Operário por Antonio Vianna (provecto jornalista e ilustrado poeta) e mandado publicar pela comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano". Bahia, 1923, p.11.

República. Buscou argumentos que justificassem a sua interpretação sobre os rumos adotados pela República autoritária, despótica, elitista, que visavam apagar da memória coletiva o passado escravista, baseado nos horrores praticados contra os africanos e seus descendentes, e fazer florescer uma nova sociedade baseada nos princípios da civilização, do progresso e da destruição das tradições populares, então associadas ao pobre, ao negro, ao bárbaro.

A sua obra historiográfica, jornalística, etnográfica, folclórica transformou-se em referência significativa para a compreensão dos processos de organização e desorganização dos trabalhadores, apontando seus mecanismos de defesa e confrontos na Bahia do século XIX e primeiros anos do XX, observando-se avanços e retrocessos da marcha em direção à autonomia da classe operária e da inclusão cidadã dos negros.

Inaugurou o debate racial afirmativo da participação ativa do africano e descendentes, até então limitado às teses do racismo científico. Dialogou com tais teses e demonstrou a sua fragilidade e incoerência, bem como o seu conteúdo ideológico, por procurar justificar a situação de pobreza e exclusão dos negros. Protestou contra a tese da inferioridade do negro, produzindo uma obra engajada.

As suas afirmações sobre a qualidade intelectual, moral, profissional, humana, de negros e mestiços responderam às teorias raciais que os colocavam na condição de “inferiores”, “psicologicamente incapazes”, “mentalmente perniciosos”, de “caráter desequilibrado”, entre outros atributos que pretendiam a implantação da política eugenista. Manuel Querino não se conteve e levantou pontos importantes para problematizar tais teses, bem como para confrontar politicamente os ideais de branqueamento em vigor. Por estas e outras razões, seus textos foram por algum tempo deixados de lado, apesar de neles conterem elementos preciosos sobre as identidades e valor do africano na composição da civilização brasileira, mais tarde retomados com as mudanças dos paradigmas raciais dos anos de 1930.

Ao identificar o africano como fator de colonização e de civilização, Querino desconstruiu a tese de sua incapacidade cultural e intelectiva e demonstrou a presença e importância desta matriz na formação da civilização brasileira. Afirmou terem sido a sua cultura e força de trabalho elementos fundamentais no processo de colonização luso-europeu e que tiveram conseqüências positivas na

constituição do país. Considerou o sentido amplo de colonização, colocando as contribuições portuguesas e africanas no mesmo patamar de valor, sendo que as africanas preponderaram na formação social brasileira como aquelas que verdadeiramente produziram a riqueza da nação.

Lançou a interpretação do Brasil como país formado pelos diferentes grupos étnicos e que na sua constituição sócio-cultural foram reunidos valores ancestrais africanos, indígenas e luso-europeus. Querino procurou politizar a cultura africana ao incluí-la no processo de desenvolvimento da identidade brasileira, condicionando-o à participação intensa do africano na vida brasileira através da sua sabedoria. Rejeitou assim o preconceito e a discriminação sobre a sua cultura, os modos de se relacionar com o outro, de se manifestar com o corpo, com seus gestos, com as suas crenças.

Aprofundou a sua luta perseguindo a sua história ancestral para munir-se da força cultural e enfrentar positiva e afirmativamente, nas lutas cotidianas, as diversas situações de violência, opressão, discriminação, preconceitos, arbitrariedades e garantir meios que potencializassem a superação daquela realidade e conquistar efetivamente a libertação social, política e cultural do povo excluído. Legou à história não só derrotas e sofrimentos, mas vitórias, determinação, conquistas, auto-confiança.

Explicitou a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política de saneamento racial e social, em que os principais alvos eram os pobres, os negros, o povo em geral. Atento aos acontecimentos que giravam à sua volta e dos quais participava, Querino marcou a sua presença enquanto firmou a presença de outros sujeitos sociais na construção da nação brasileira.

Na sua trajetória de intelectual conseguiu, simultaneamente, sair do anonimato e retirar da obscuridade histórica a maioria dos africanos, negros e mestiços brasileiros. Passou a integrar a galeria dos estudiosos baianos que levantaram a bandeira da participação ativa de africanos e descendentes na construção do Brasil.

Estudando a história social e as manifestações culturais do africano e seus descendentes, procurou contextualizá-las à uma crítica mais ampla que envolveu os destinos políticos e sociais prescritos pelas elites “brancas” no pós-abolição e na República. O trabalho e o povo foram o foco da sua preocupação ao

redimensionar a ação popular na institucionalização do trabalho livre e na implantação do novo regime. As realizações do povo trabalhador nas artes e ofícios foram recorrentes em sua obra. Ao tratar da cultura africana buscou legitimar uma genética que estava sendo rejeitada no projeto civilizador, em que a questão racial foi tratada pela lógica da negação. Traduziu, assim, a condição social do negro e do pobre no contexto da ideologia do branqueamento e saneamento social.

À medida que enveredava pelo mundo da pesquisa e reflexão histórica, étnica, cultural, Manuel Querino foi-se revelando habilmente no texto. Nele, soube qualificar a intensidade de uma época vivida e, com os traços fortes da sua experiência e sensibilidade, registrar, documentar, transmitiu a visão de quem sofreu, junto com outros homens, decepções, derrotas, preconceitos, discriminações. A sua obra, politicamente carregada de princípios, culturalmente impregnada de visão, socialmente concentrada de conteúdos críticos, foi realizada com a intenção de denunciar, protestar e afirmar. Foi dirigida para as gerações futuras.

Foi além de "repositório das tradições", demonstração do trabalho do pesquisador nos estudos históricos, folclóricos, etnográficos ou da erudição. A sua obra foi protesto, denúncia, afirmação, polêmica e proposição. Foi o legado do seu engajamento político na busca pela justiça. Ainda em 1918, aos 67 anos e afastado do serviço público, Querino fazia-se presente nas manifestações públicas. Assinou uma nota de protesto acompanhada por mais de 200 assinaturas de funcionários públicos, em defesa do "alto serventuário modelar e probo", o dr. João Gonçalves Tourinho, que havia sido vítima de uma campanha de difamação, alvejado pela maledicência, e que chegara até o centro do governo federal.[979]

O reconhecimento intelectual de Manuel Querino estava consolidado. Após a sua morte, foi regularmente homenageado pelas classes artísticas e operárias, pela intelectualidade do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, bem como por companheiros do serviço público. A maioria dos necrológios veiculados pela imprensa local a partir do dia 14 de fevereiro de 1923, laureavam a vida do artista, do professor e do intelectual.

[979] *O Democrata*, 16/05/1918.

Foi o mérito do falecido. Havia conquistado as raias da intelectualidade da época. Pelo seu trabalho de pesquisador das "tradições" angariou simpatizantes ao seu redor. Como "humilde filho do povo", havia alcançado "na boa sociedade muito conceito e estima."[980]

> Cidadão bastante relacionado ao nosso meio social, gozava de largo círculo de simpatias, impondo-se por seu caráter, sua modéstia e cultura.[981]

Para ser aceito não contestou os valores dos "brancos". Os absorveu e os integrou parcialmente ao seu modo de vida. Seu comportamento, seus princípios morais, intelectuais, profissionais lhe valeram a admiração de muitos companheiros que o acolheram nos variados espaços: nos partidos políticos, no Conselho Municipal, nas sociedades mutuárias, nas instituições educacionais populares, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, assim como nos terreiros de candomblé, como o do Gantois, por exemplo, nos botequins, nas reuniões populares, nas tendas de artesãos, nas festas domiciliares e públicas, nos grupos anônimos de trabalhadores, nas irmandades religiosas, nas associações artísticas...

Os estereótipos aplicados sobre ele após a sua morte foram adaptados a partir dos valores do "branco", relacionados, sobretudo, à sua ambição de destacar-se no meio intelectual, alterando os padrões relativos àqueles de origem operária e negra. O seu perfil foi composto, sobretudo pelos intelectuais contemporâneos, por atributos de comportamento originados do grupo "superior". Conforme Thales de Azevedo, evitar "atitudes agressivas, os modos pernósticos e afetados, os gestos espalhafatosos, a pose..." facilitava a aceitação no convívio com os "brancos", tornando-se requisitos fundamentais para que pessoas de cor pudessem subir socialmente. Era necessário ser comedido em seus gestos, modesto nas atitudes, amável, possuir bom gênio, apesar dos méritos pessoais. Era uma estratégia que os brancos aplicavam para guardarem "certa distância delas".[982]

Dentre tantos traços desenhados do perfil de Querino após a sua morte, a maioria esteve relacionada aos padrões dos "brancos" e letrados: "trabalhador consciencioso e robusto"; "laborioso e inteligente"; "companheiro leal e sincero";

[980] *A Tarde*, 14/02/1923, p. 01.
[981] *O Democrata*, 15/02/1923.
[982] AZEVEDO, Thales. *As Elites de cor*, Op. Cit., p. 68-69.

“despretensioso e destituído de sentimentos de despeito”; “homem de alto valor intelectual”; “nobre de sentimentos, inquebrantável em seu caráter”; “discreto no traje, moderado no andar, macio no olhar, voz modulante, expressão epigramática”; “prático e conciliador”, “moralmente superior”; “calmo, refletido e exato”; “cauto”; “operário honesto”; “patriota”; “modesto”; “resoluto”; “paladino da boa causa”; “íntegro”; “amigo sincero e bondoso pai de família”; “inteligência criadora e sadia”; “leal, prestimoso e sincero advogado e protetor da classe operária”; “de coragem cívica”; “constante e com força de vontade”; e muitos outros atributos que caracterizaram uma vida “multiforme”, “inquieta” e “de muitas faces”.[983]

Assim pôde resumir as suas qualidades o seu discípulo Armando Américo Cardoso, possivelmente de origem operária e negra:

> E essas qualidades foram quiçá, a maior expressão do seu valor moral. Calmo, pôde vencer, refletido, soube discernir, e exato, conquistou a preeminência no seio de seus companheiros, projetando-se com vigor no grande centro das atividades intelectuais, para de lá espargir sobre a sua raça toda a justiça que lhe negavam e que, ainda, mercê da santa ignorância, muita gente não lhe reconhece.[984]

Manuel Querino foi sucessivamente homenageado após a sua morte. Além das inúmeras notícias veiculadas pela imprensa local, algumas instituições a que era vinculado realizaram sessões solenes, como as que ocorreram no Centro Operário, na Liga Patriótica “Henrique Dias”, na Sociedade Protetora dos Desvalidos, além das publicações laudatórias que se multiplicaram e o projeto municipal que substituía o nome do largo dos Paranhos para Praça Manoel Raymundo Querino. A inauguração da Praça foi incluída nos eventos de comemoração do 1º. centenário da independência da Bahia, cujo orador oficial foi o Major Cosme de Farias. Aliás, bastante oportuno por se tratar do patriota Manuel Querino. [985]

---

[983] Os elementos que compuseram o seu perfil foram cotejados nos necrológios publicados na imprensa imediatamente após a sua morte em 1923 e outros trabalhos apresentados em sua homenagem elaborados por contemporâneos seus como Antonio Vianna em 1928 e Gonçalo de Athayde, em 1932.

[984] *Boletim da Agricultura, Commercio e Industria*. Imprensa Official do Estado, 1923. Por Armando Américo Cardoso, em 23 de março de 1923.

[985] No Conselho Municipal foi apresentado, em sessão de 16/02/1923, o Projeto de Resolução no. 11, que resolvia denominar “Manoel Querino” a rua onde residia no Matatu Grande, distrito de Brotas. Houve a inauguração em 14 de julho de 1923 da Praça Manoel Raymundo Querino, onde foi descerrada a nova placa e inaugurada a pedra base da herma para receber o busco do homenageado. Nela estiveram presentes a viúva e seus dois filhos, autoridades representando o Governador do Estado, Conselheiros Municipais, o ex-intendente municipal, Júlio Brandão, contemporâneo de Querino à época em que fora Conselheiro, presidente do Centro Operário.Sobre este evento de inauguração da Praça Manuel Raymundo Querino ver BOCCANERA Jr., Sílio. *Bahia Cívica e Religiosa*, 1926.

Muitas publicações foram produzidas ao longo dos anos. Umas como homenagens ao ilustre artista, professor, intelectual e funcionário público. Outras sobre a sua vida e obras, especialmente a partir dos anos de 1930, quando Querino passou a ser focalizado como tradicionalista, historiógrafo, folclorista e etnógrafo.[986]

Foi o maior patrimônio que construiu ao longo da vida. Consolidou-se pelo talento, esforço e vontade de garantir o lugar de honra dos anônimos da história. Politizou a sua obra ao aplicar a sua capacidade crítica e interpretativa sobre os rumos da sociedade republicana. Traído, decepcionado e rejeitado pelo novo regime, não sucumbiu. Manteve-se atento e continuou, pela via intelectual, a divulgar suas idéias e seus ideais. Legou à posteridade o seu testemunho.

Enquanto homem que viveu intensamente o seu tempo nos diversos lugares sociais por onde circulou, apresentou-se na dianteira da historiografia, do trabalho etnológico e antropológico, ao focalizar os africanos, artistas, operários, o povo, como sujeitos construtores de um país, de uma identidade genuína que compunha a nação brasileira. Pelo seu trabalho, pelas suas batalhas cotidianas, políticas, sociais e culturais, pelo talento, pela vontade de viver, resistindo a todas as violências aplicadas pelas forças poderosas de governantes, de senhores e policias, avançou nas conquistas culturais que prevaleceram a todas as forças destruidoras da opressão. O povo continuou vivo. A democracia, a igualdade, a libertação social permaneceram nos objetivos daqueles que continuaram combatendo e debatendo pela justiça, com o desejo de ver realizado um Brasil socialmente livre.

Jorge Amado o absorveu na sua ficção, apreendendo elementos da sua alma e da sua experiência social e política através do personagem que criou. Pedro Archanjo guiou diversos homens que viveram diferentes situações nas ruas de Salvador. Entre eles Querino foi inspiração. O seu aporte intelectual e politizado foi a característica predominante do personagem pobre, negro, desprestigiado pelas elites, mas respeitado e amado pelo povo. Querino se transformou em ficção. Querino se transformou em lenda.

O que pregou e deixou registrado na sua obra, permaneceu vital e continuou pulsando na memória baiana e brasileira. Manteve-se atual, demonstrando o quanto os seus ideais e as suas lutas sofreram, por mais de um

[986] Sobre as homenagens prestadas a Manuel Querino ver nos ANEXOS deste trabalho.

século, fluxos e refluxos no movimento das ondas históricas. O seu depoimento, a sua vida, a sua conduta e atitude traduziram o seu tempo e permanece traduzindo a atualidade nos âmbitos das velhas lutas pela equidade social, racial, étnica, de gênero, com o vigor do passado que fortalece o presente.

Entre letras e lutas Manuel Querino afirmou-se, afirmando outros sujeitos sociais no complexo movimento da vida do homem comum que percorreu ruas, cantou, movimentou-se em busca da sobrevivência e dinamizou um cotidiano composto pela tradição que se desmoronava com a nova ordem republicana.

Aquele baiano afro-descendente, nascido e criado no tempo da escravidão, do imperador, dos barões e se tornado homem adulto no tempo dos governadores, intendentes, presidentes, envelheceu testemunhando, experimentando e interpretando a sociedade em que viveu. Conseguiu impregnar de sabores, gestos, odores, sons, ritmos, atitudes um ambiente vital, que excedeu a individualidade indo ao encontro da história de grupos sociais incógnitos. A sua produção intelectual, do ponto de vista da militância que representou, foi o elo que re-ligou o presente da sua escritura com o passado do autor e no fluir das épocas, continua transbordando no século XXI. O que disse, o que fez, o que pensou foi mantido como princípio que o guiou em todo o caminho percorrido até, quando, na madrugada de 14 de fevereiro de 1923, absorveu a última gota de vida em sua casa no Matatu Grande.

A N E X O S

A N E X O I

CRONOLOGIA DE MANUEL QUERINO

1851

Manuel Raymundo Querino nasce a 28 de julho em Santo Amaro da Purificação – Bahia. Pelo documento de batismo consta ser filho legítimo de José Querino e Luiza, com anotação lateral indicando "Manoel menor filho natural". No registro de casamento consta ser filho legítimo de José Querino e Dona Luzia da Rocha Pitta e no de óbito ser ilegítimo de Maria Adalgisa. Algumas interrogações permanecem sobre a sua filiação.

1855

Aos 4 anos de idade, teria ficado órfão de pai e mãe, vítimas da epidemia do cólera que assolara o recôncavo baiano. Naquele contexto uma amiga de seus pais o teria protegido por algum tempo, até encaminhá-lo ao Juiz de órfãos para que garantisse o futuro da criança. Encaminhado a Salvador, passaria a ser tutelado pelo professor, bacharel, político, poeta, escritor e jornalista Manuel Correia Garcia, fundador do primeiro Instituto Histórico da Bahia em 1856. Correia Garcia, homem educado na Europa e dedicado ao ensino seria quem primeiro despertou no espírito do seu tutelado "o amor ao trabalho e ao estudo", segundo contemporâneos de Manuel Querino. Dois meses após a proclamação da República, Correia Garcia morreu (23/2/1890).

1869

No contexto da Guerra do Paraguai, Querino, aos 17 anos, teria se deslocado para Pernambuco e, de lá, para o Piauí, onde fora recrutado para a guerra. Foi levado para o Rio de Janeiro, onde serviu na qualidade de inferior no Exército Brasileiro na escrita de seu Batalhão de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870.

1870

A 1º. de março Francisco Solano Lopez morreu e a Guerra do Paraguai deu-se por encerrada. Naquele mesmo dia Manuel Querino havia sido promovido a cabo de esquadra, conseguindo baixa do serviço militar em outubro do mesmo ano.

1871

Com o fim da Guerra do Paraguai, retornou a Salvador, passando a trabalhar como pintor-decorador e iniciou a sua carreira profissional ingressando nos cursos de francês e português no Colégio Vinte e Cinco da Março.

1872

Fez parte do grupo de artistas que aderiu à idéia de fundação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, "tendo assinado uma das listas paroquiais e se seu nome não [figurava] entre os instaladores da velha instituição [foi] porque só contribuiu com a primeira quota em 1874", segundo Miguel Chaves, ex-diretor do Liceu. Em 1874 foi

distinguido em francês, obtendo aprovação plena em português. Ali estudou preparatórios e iniciou-se no desenho com o mestre Miguel Navarro y Cãnysares, tornando-se seu discípulo.

1876

Engajado na militância trabalhista foi um dos fundadores da Sociedade Liga Operária Bahiana, fundada a 26 de novembro, que tinha o objetivo de proteger os interesses dos artistas e operários da construção civil no mercado de trabalho de Salvador.

1877

Aliou-se a seu mestre, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cãnysares, saindo do Liceu de Artes e ofícios e participando da criação da Academia de Belas Artes, em 17 de novembro. Foi contratado para os serviços profissionais de pintor, por ocasião das reformas do Solar Jonathas Abbott, local inicial de instalação. Manuel Querino teve, na Academia, seu nome incluído entre os alunos fundadores com a inauguração de um quadro de honra na sala das sessões em 1880.

Foi admitido sócio da Sociedade Protetora dos Desvalidos, prestando serviços na função de visitador. Entre 1878 e 1879 atuou como escriturário até se afastar da Sociedade.

1878

Nos sufrágios daquele ano, o seu nome aparece indicado pelo povo "tal o devotamento com que se empenhara na propaganda democrática" (J. Teixeira Barros). Em 1º de agosto, junto com outros 12 companheiros, assinou um manifesto do Clube Republicano fundado em Salvador, ao lançar candidatos às eleições daquele ano.

1880

Em concurso promovido pela Academia de Belas Artes Querino obteve "menção honrosa" pelo trabalho apresentado, como aluno da respectiva Academia.

1882

Diplomou-se Desenhista da seção de Arquitetura na Academia de Belas Artes. No mesmo ano obteve medalha de prata na exposição anual, na condição de expositor externo.

1883

Segundo o próprio Querino, em verbete de *Artistas Bahianos*, matriculou-se no curso de arquitetura, prestando exames de trigonometria retilínea, perspectiva, teoria da sombra e luz, mecânica elementar e, sendo aproveitadas as disciplinas do curso de desenhista, obteve aprovação plena no 1º. ano e distinta no 2º.

Ainda estudante, elaborou para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro um plano "Modelos de Casas Escolares Adaptadas ao Clima do Brasil", o qual foi apresentado pelo Professor Antônio Bahia. Com este trabalho, Querino foi considerado pela imprensa "artista de merecimento". Certamente este foi o primeiro trabalho acadêmico apresentado a um público intelectualizado e divulgado pela imprensa local.

Querino arrematou a obra de pintura do prédio da Academia por ocasião da exposição anual, bem como foi premiado com medalha de prata pelo trabalho apresentado na respectiva exposição, na condição de expositor externo.

1884

Matriculou-se no 3º ano de arquitetura, freqüentando as aulas de máquinas simples, de vapor e hidráulicas, empregadas nas construções civis, composição de edifícios e história da arquitetura. Não conseguiu prestar exames por falta de professor para a cadeira de resistência dos materiais e estabilidade das construções, o que lhe prejudicou o recebimento do respectivo diploma.

Por este ano nasceu a sua primeira filha do primeiro casamento com Ceciliana do Espírito Santo Quirino, Maria Anatihildes Querino.

Aparece como escrivão da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó.

1885

Foi nomeado membro do júri na Exposição da Academia de Belas Artes.

1887

Citado por J. Teixeira Barros como abolicionista e colaborador do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde.*

Fundou, em 20 de novembro, o jornal *A Província*, que circulou até 1888.

Neste ano nasceu o seu segundo filho, Manoel Querino Filho, tornado artífice e falecido em 1908.

1890

Integrou o grupo dos 56 artistas e operários na fundação do Partido Operário da Bahia, em reunião de 5 de junho na residência do artista Elisiário da Cruz, eleito presidente provisório. O objetivo era garantir a organização operária desligada dos partidos tradicionais e a participação com candidatos próprios para as eleições da Assembléia Constituinte que se organizava para acontecer em 15 de setembro. Houve dificuldades de alinhar tendências no interior do Partido, constituídas por duas correntes rivais lideradas por Domingos Silva e Manuel Querino, respectivamente. O Partido ficou cindido entre duas facções: uma denominada “Comissão Central Promotora do Partido Operário”, composta pelo grupo de Domingos Silva, e outra denominada “Diretório da Luso-Guarany”, pelo grupo de Manuel Querino. A questão esteve relacionada à soberania e autonomia da classe artística e operária desvinculada das demais classes e políticos de plantão. Em 3 de agosto o industrial Gonçalo Pereira Espinheira tomava posse para chefiar o Diretório da Luso-Guarany. Nas eleições à Constituinte Federal o Partido Operário e a chapa dos artistas representada por Manuel Querino e Edistio Martins foram derrotados.

Nasce o seu terceiro filho, o artista violinista Paulo Querino, falecido em 1935.

1891

Para as eleições à Constituinte Estadual Manuel Querino saiu candidato a deputado pelos artistas e por outros eleitores. Os resultados fraudulentos indignaram os candidatos derrotados, como Eduardo Carigé que se manifestou publicamente na imprensa através de *O Pequeno Jornal*. Manuel Querino, mais uma vez derrotado, continuou na luta pela organização operária, como representante do Diretório da Luso-Guarany, que passou a se apresentar pela imprensa como "Conselho Diretório da União Operária". A sua mobilização política atraiu, possivelmente, os interesses das elites políticas que o conduziram por nomeação ao Conselho Municipal permanecendo até 1892.

1892

Fundou, em 3 de fevereiro, o jornal *O Trabalho*, folha bissemanal, que funcionou até novembro do mesmo ano.

Por ocasião do Primeiro Congresso Operário Nacional preparado pelos operários cariocas, Querino mobilizou os baianos para a sua participação com propostas de garantia de direitos trabalhistas e sociais. Foi indicado a ser o representante do operariado baiano, contudo solicitou dispensa. Para o referido Congresso foram Argemiro de Leão e Candido Brizindor os representantes da Bahia. Segundo Querino, do Congresso, ocorrido entre 01 de agosto e 05 de setembro, o feriado de 1º de maio, o dia do trabalho, se constituiu na deliberação mais importante.

Querino concorreu a uma vaga nas primeiras eleições para a nova composição do Conselho Municipal realizadas em 18 de dezembro. Apesar de eleito no 21º lugar, não foi empossado, pois apenas 12 assumiram o cargo de Conselheiro Municipal.

1893

Aparece nomeado 1º. Tenente da Guarda Nacional no segundo batalhão de posição na cidade de Salvador. Em documento não datado, possivelmente posterior a 1895, Querino aparece no "Livro de Índice Geral dos Oficiais da Guarda Nacional da Bahia" no posto de Capitão da 7ª. Brigada de Artilharia na Comarca de Maragogipe.

Ingressou no serviço público sendo nomeado Auxiliar de Desenhista na Repartição de Obras Públicas.

1894

Nasceu a sua última filha, Alzira Querino, professora falecida em 1921**.**

Participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tornando-se sócio-fundador e honorário.

Aparece sócio da Sociedade Monte-Pio dos Artistas e do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

Foi readmitido na Sociedade Protetora dos desvalidos e eleito, em 1895, para o Conselho Administrativo, assumindo a função de relator.

1895

14 de julho - O Tenente Manoel Raymundo Querino foi contratado pela Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim para exercer a cadeira de Desenho Industrial.

Querino pleiteou o ingresso como Professor da cadeira de Desenho Linear na Escola de Belas Artes, para a qual fora preterido. A respectiva cadeira foi preenchida por outro colega e professor do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Agripiniano Barros**.**

Na reforma das repartições do Estado pela Lei 115 de 16 de agosto, a antiga Repartição de Obras Públicas passou a denominar-se Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, quando passou a exercer o cargo de 3º. Oficial. Apesar das diversas tentativas de auferir promoção a 2º. Oficial, Querino manteve-se no respectivo cargo até ser desligado das suas funções em 1916 com vencimentos integrais.
Pelas eleições de março, Querino foi convocado pelo Conselho Municipal entre os "imediatos" para a organização das novas mesas eleitorais.

1896

Nas eleições municipais, disputou a Intendência pelo Partido Republicano Federalista que agrupava os "vianistas".

1897

Viúvo, casa-se em 23 de julho, em segundas núpcias, com a também viúva Dona Laura Pimentel Barboza, no distrito de São Pedro, sob o regime de comunhão de bens.

1897

Como suplente, foi empossado no Conselho Municipal.

Nas eleições municipais de 11 de julho, Querino foi eleito pela chapa do Partido Constitucional, que agrupava os "gonçalvistas", obtendo 1660 votos, sendo o mais votado entre os 10 eleitos. A sua atuação no período em que foi Conselheiro esteve vinculada, sobretudo, à ordenação do uso do solo, ao ordenamento e saneamento da cidade, como integrante das Comissões de Obras, Indústrias e Profissões e de Alinhamento e Nivelamento, interferindo para a melhoria das condições urbanas.

No contexto da guerra de Canudos, que culminou na dizimação do arraial em 5 de outubro, Querino enviou ao Conselho Municipal um projeto de substituição de nomes de ruas em Salvador pelos dos combatentes de Canudos, a exemplo da rua da Calçada que passaria a denominar-se "rua Coronel Moreira César." Outro projeto, proposto pelo Comitê Patriótico, do qual Querino fazia parte, teve o objetivo de socorrer as vítimas da 4ª. expedição militar e as famílias dos baianos tombados em combate.

1898

Aparece Presidente da Assembléia Geral da Sociedade Beneficente Auxílio Fraternal.

Entre os anos de 1898 e 1899 assumiu a função de 2º. Secretário da Mesa no Conselho Municipal de Salvador, intensificando a sua atuação. Ficando mais ostensiva a fiscalização que empreendeu na cidade, sobretudo em relação ao asseio. Foi persistente nas reivindicações para o restabelecimento e criação de cadeiras públicas de ensino, bem como para o pagamento de professores. Procurou organizar o quadro do funcionalismo público municipal, regular os preços no fornecimento de água, nas tarifas de transporte, nos preços dos gêneros de primeira necessidade, no sentido de beneficiar a classe trabalhadora.

1899

Querino propôs o Projeto n° 19 para a construção do cais na Paciência, no arrabalde do Rio Vermelho. No ano seguinte as obras foram inauguradas pelo recém-eleito intendente José Eduardo Freire de Carvalho.

Candidatou-se para as eleições municipais de outubro e não conseguiu ser reeleito. Foi o período de ascensão de Severino Vieira ao Governo do Estado (28/05/1900), marcando a institucionalização da política dos governadores na Bahia, montada, em nível federal, por Campos Salles (1898-1902). A partir de então, Querino retira-se da militância partidária e passa a dedicar-se à "militância intelectual", no magistério e na produção de conhecimento.

1903

Inicia sua produção intelectual com a elaboração do trabalho didático Desenho Linear das Classes Elementares, mandado admitir nas escolas por deliberação do Conselho Municipal de Salvador.

1905

Aparece no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia como Professor de Desenho Industrial e em 1909 de Desenho Geométrico.

1905 – 1922

Passa a publicar diversos artigos em periódicos e livros, abordando temas relativos ao cotidiano popular, à história da Bahia, às artes, aos intelectuais, artistas e trabalhadores e à cultura africana, os quais se tornaram bastante conhecidos.

1908

Foi delegado da Exposição Nacional de 1908, comemorativa do centenário da abertura dos Portos, pela Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas. Sobre a referida Exposição, Querino comentou suas análises em *As Artes na Bahia*, livro publicado em 1909.

1911

Publicou outro trabalho didático *Elementos de Desenho Geométrico – comprehendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura.*

1916

Desligado do serviço público com vencimentos integrais, intensificou a sua produção intelectual publicando os trabalhos que se tornaram bastante conhecidos: *A Bahia de Outrora – vultos e fatos populares*; *A raça africana e os seus costumes na Bahia*, apresentado no 5º. Congresso Brasileiro de Geografia. O primeiro teve três edições publicadas em 1922, 1946 e 1955, respectivamente; o segundo teve uma edição publicada em 1917 e outra em 1955.

1923

Faleceu em 14 de fevereiro, às 5 horas em sua residência no Matatu Grande, de insuficiência mitral de concomitância = paludismo (malária) aos 71 anos de idade, deixando a viúva D. Laura Querino e dois filhos, o violinista Paulo Querino e a professora Maria Anathildes Querino, sendo sepultado, por volta das 17:00, no Cemitério da Quinta dos Lázaros.

A N E X O II

HOMENAGENS PRESTADAS A MANUEL QUERINO

1917 - 2004

ANO	LOCAL/VEÍCULO	CONTEÚDO
1917	*Bahia Ilustrada*	Foto com a seguinte legenda: "Manoel R. Querino o infatigável propagandista das riquezas artísticas da Bahia".
1922	-	Por ocasião dos festejos do centenário da independência do Brasil, no Rio de Janeiro, o artista fotógrafo T. Dias, baiano, organizou um quadro com retratos de intelectuais baianos, a fim de apresentar na exposição dedicada aos festejos, no qual figurou o de Manuel Querino. "Ali se impunha por seu mérito sem se cuidar de outro predicado." (Athayde, 1932, p. 28).
1923	Imprensa Local	Pelo seu falecimento, foram veiculados diversos necrológios.
	Centro Operário	Alguns encaminhamentos propostos pelo major Cosme de Farias, foram inseridos em ata como o pesar pelo seu falecimento, tomar luto por 8 dias, colocar seu retrato no salão nobre, mandar celebrar a exeguia do mês e publicar em livro a sua biografia. Para isto foi composta comissão com Julio Fernandes Leitão, Victoriando de Almeida, Francisco Gomes da Silva. Em sessão de 16/02/1923.
	Secretaria da Agricultura, Viação e Obras e Públicas	Foi lançado em livro de ponto o comunicado a todos os funcionários sobre o seu falecimento com notas de pesar e elogios ao funcionário Querino que soube "sempre ser um cumpridor assíduo dos seus deveres, aliando a um trato pessoal distinto larga copia de conhecimentos históricos...". Diário da Bahia, 16/02/1923.
	Conselho Municipal	Foi inserida na ata de 16/02 votos de pesar pelo falecimento do "ilustre cidadão Manoel Querino, que por alguns anos exerceu condignamente o mandato de Conselheiro deste Município..." e apresentado o "Projeto de Resolução no. 11", resolvendo denominar de "Manoel Querino" a atual rua onde residia no Matatu Grande.
	Liga Patriótica "Henrique Dias"	Prestou homenagens no dia 16/01 à memória de Manuel Querino, enviando mensagem ao Centro Operário, onde prestou serviços de professor e associado, pedindo permissão para ser colocado no salão nobre o seu retrato com um cartão de ouro gravado com uma legenda sobre a sua "individualidade".
	Igreja de São Francisco	Missa de 7º. dia
	Centro Operário	Sessão solene em sua homenagem.

	Centro Operário	Sessão fúnebre realizada no Centro Operário pelo 30º dia de sua morte. Também foi rezada missa na Igreja de São Francisco. A comissão das homenagens foi composta por Vicente de Paula Alfredo, Julio Fernando Leitão e Cosme de Farias. Presidiu a mesa o Dr. Borges de Barros, representante do Governador do Estado, e como secretários Bernardino de Souza, do IGHBA, e Ismael Ribeiro, um dos fundadores do Centro. Foi orador Oficial o Cel Antonio Vianna, pelo Centro Operário e pelo IGHBa. Também orou o major Cosme de Farias e o dr. Sillio Boccanera Junior. Foi distribuído exemplares de uma "Poliantéia"[987] in memorian, com o retrato de Manuel Querino como "distinta homenagem de amigos e admiradores".[988] Foram tocadas marchas por uma banda de música de brigada Policial.
	Matriz da Sé	Missa de 30º. dia mandada celebrar pela Irmandade de Santa Cecília e por sua família.
	Sociedade Protetora dos Desvalidos	Em ata de 21/03/1923 incluiu votos de pesar pela morte de "dois grandes vultos o professor Manuel Raymundo Querino e o Conselheiro Ruy Barbosa".[989]
	Sociedade Protetora dos Desvalidos	Solicitando aos seus associados donativos para a realização da sessão fúnebre em homenagem a Manuel Querino, "contribuindo com modesto óbulo para essa demonstração pública de vivo reconhecimento 'a memória de um artista que, durante a sua longa existência não cessou de propugnar a grandeza e o bem estar da classe operária."[990]
1923	Praça Manoel Raymundo Querino, antigo Largo dos Paranhos, no distrito de Brotas.	14/07/1923 – "Na Praça Manoel Raymundo Querino, antigo Largo dos Paranhos, à entrada da Quinta das Beatas,no distrito de Brotas, foram inauguradas novas placas da mencionada praça e concomitantemente a pedra da base da herma destinada a honrar a memória do Prof. Manoel Querino. A iniciativa particular transformou aquele logradouro público em um parque moderno, correndo as despesas das obras por conta da comissão executiva do Centro Operário da Bahia, que tem ali pronto o pedestal da herma para receber, em ultimação, o busto de Manoel Querino, o saudoso professor e operoso artista baiano. É uma homenagem do Centro Operário: um tributo de veneração e de saudade, um ato de justiça cívica devida aos seus altos merecimentos como homem e como artista." (Revista do IGHBA, no. 59, 1933. pp. 151-152. Monografia "A Bahia e seus monumentos: Memória apresentada ao Instituto da Bahia pelo Prof. Pedro Celestino da Silva).[991]

[987] Coleção de escritos em homenagem a homem ilustre.

[988] Possivelmente trata-se da referência dada por Jorge Calmon em "O Vereador Manuel Querino", Op. Cit. Esta "Poliantéia" não foi identificada ao longo destas pesquisas.

[989] Ruy Barbosa faleceu em 01/03/1923. A partir de 03/03 as notícias se multiplicaram pela imprensa sobre a sua morte seguidas de necrológios.

[990] Correspondência interna da Sociedade Protetora dos Desvalidos. 1923.

[991] O monumento a Manuel Querino iniciado em 1923 não foi completado. Permaneceu até 1935 apenas o pedestal de mármore, quando fora danificado ou destruído pela prefeitura de Salvador. Este fato provocou uma comoção por parte de seus admiradores, capitaneada pelo major Cosme de Farias que convidava, pela imprensa, amigos e admiradores para uma reunião no Liceu de Artes e Ofícios, a fim de combinar entendimentos com o Sr. Prefeito, para o dia 31/12/1935. Jornal A Tarde, 30/012/1935; Imparcial, 31/12/1935. Em 1937 a imprensa noticiava a situação de ruína da Praça Manoel Querino, onde em breve seria construída numa nova capela em substituição à antiga que servia de "quartel" para desocupados. Diário de Notícia, 28/09/1937.

1923	Revista do IGHBA	Publicação de 3 artigos na Revista do IGHBA no. 48
	Ata da Sociedade Protetora dos Desvalidos	Sociedade Protetora dos Desvalidos faz constar em Ata um voto de pesar pela morte de Manuel Querino.
	Boletim da Agricultura da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia.	Artigos publicados no sobre Querino (necrológios). Janeiro-Junho, 1923.
	Diário Oficial da Bahia	Em edição especial do Centenário da Independência, uma série de artigos foi publicada sobre aspectos artísticos e culturais da Bahia, entre outros assuntos políticos e sociais. Destes artigos, especialmente aqueles referentes às artes, Manuel Querino foi freqüentemente citado como fonte.
1928	**Revista do IGHBA, no. 54**	**Em sessão magna do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a 13 de maio de 1928, foi colocado na galeria de honra o retrato do reputado rebuscador de tradições.**
	Atayde Pereira. *Prof. Manuel Querino, vida e obras,* 1932.	A Escola Normal da Cidade de Caetité, nas comemorações da data de 7 de setembro daquele ano, criou duas salas de novos estudos: para os estudos de Física e Química, inaugurada com placa em homenagem ao Dr. Pedro da Luz Carrascosa médico e professor; Sala dos trabalhos manuais, em homenagem a Mnauel Querino.
	A Arte Culinária na Bahia	Publicação póstuma de *A Arte Culinária na Bahia*, feita por Alberto Martins Catharino, aos cuidados de José Teixeira Barros.
1938	*Costumes Africanos no Brasil*	Arthur Ramos reuniu no volume *Costumes Africanos no Brasil* trabalhos de Manuel Querino dedicados aos estudos de etnografia religiosa, folclore e tradições sociais do negro no Brasil. Encaminhamento aprovado no 2º Congresso Afro-Brasileiro na Bahia.
1946	**A Bahia de Outrora**	Publicada em 3ª. edição *A Bahia de Outrora*, com prefácio e notas de Frederico Edelweiss
1951	*Arte Culinária na Bahia*	Por ocasião das comemorações do seu centenário de nascimento foi publicada a 2ª. edição de *Arte Culinária na Bahia* pela Livraria Progresso, com prefácio de Bernardino de Souza.
	Sociedade Protetora dos Desvalidos	A Sociedade Protetora dos Desvalidos criou o Centro Lítero Recreativo “Manoel Querino”.

	Estado da Bahia e A Tarde	Por ocasião do centenário de nascimento de Manuel Querino, foram realizadas diversas homenagens que seguiu uma programação iniciada em 22/07 com missa festiva na Igreja do Rosário dos Pretos, seguida de visita à sua cova na sacristia do templo, e encerrada no dia do seu aniversário, em 28/7, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. As comemorações foram organizadas pelo Instituto Histórico, pela Academia de Letras da Bahia e Comissão Bahiana de Folclore, com adesões da Federação do culto afro-Brasileiro, do Centro Bahiano de Estudos Afro-Brasileiros e da Sociedade Henrique Dias. Ocorreram sessões públicas no Palacete do Centro Operário da Bahia, com inauguração da Sala de Escritores do Centro (23/07), na sede da Sociedade Protetora dos Desvalidos, com a cooperação do Centro Lítero-recreativo Manoel Querino, com inauguração do seu retrato (27/7) e no Instituto Histórico, cujo orador foi o escritor Antonio Vianna (28/7). A sessão foi presidida pelo Prefeito de Salvador, Osvaldo Veloso Gordilho, cuja mesa foi composta por representantes do Governador do estado e da Câmara de vereadores e presidentes de entidades interessadas. O Major Cosme de farias, "incansável pioneiro das homenagens à memória de Manoel Querino", falou da situação da praça Manuel Querino e da construção da herma. Durante as comemorações funcionou na Biblioteca Pública exposição bibliográfica de assuntos folclóricos e tradicionais e de objetos do culto afro-brasileiro.[992]
1951	Rio de Janeiro	Manuel Querino foi homenageado no 1º. Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, juntamente com outro baiano Vale Cabral.
1953	Porto Alegre	No 3º Congresso de Escritores em Porto Alegre, Reginaldo Guimarães indicou o nome de Manuel Querino para integrar o grupo de patronos daquele Congresso.
1954	*O Africano como Colonizador*	Publicado *O Africano como Colonizador*, cujo título original era *O Colono Preto como fator de civilização brasileira*, pela Livraria Progresso.
1955	*A Bahia de Outrora*	Publicada em 4ª. edição *A Bahia de Outrora*, pela Livraria Progresso, com ilustrações de Carybé e Ligia.
	A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia	Publicação de *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia*, pela Livraria Progresso, com apresentação de Pinto de Aguiar.
1973	Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Homenagens pelo cinqüentenário de sua morte com o curso Vida e Obra de Manuel Querino, realizado pela Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação do Professor Waldir Freitas de Oliveira entre os dias 16 e 28/07/1973.

[992] Estado da Bahia, 21/07/1951, p. 02; A Tarde, 23/07/1951, p. 03; A Tarde, 28/07/1923; Estado da Bahia, 28 e 30/7/1923;

	Breve esboço sobre a vida e a obra de Manuel Querino. *Revista Brasileira de Folclore.*	Publicação do breve esboço da vida de Manuel Querino por Reginaldo Guimarães organizada pelo Ministério da Educação e Cultura em homenagem a Manuel Querino.
1974	Revista de Cultura da Bahia. Salvador: no. 9. jan./dez.	E. Bradford Burns (professor do departamento de História da Universidade da Califórnia em Los Angeles) publica "A interpretação de Manuel Querino à contribuição africana no Brasil".
1980	*Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais.* Bahia: Universidade Federal da Bahia. Ensaios/Pesquisa no. 3. Maio/1980. ("palestra apresentada no CEAO por ocasião do Curso "A Vida e a Obra de Manuel Querido" realizado em 1973, pelo cinqüentenário de sua morte.	Jorge Calmon (Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA). Publica "Manuel Querino, o jornalista e o político".
1988	*Costumes Africanos no Brasil*	Publicação da 2ª. edição de *Costumes Africanos no Brasil*, por ocasião do centenário da abolição da escravatura, pela Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, com prefácio,notas e organizado por Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo.
	Pintores Negros do Oitocentos	Publicação de *Pintores Negros do Oitocentos*, em comemoração ao centenário da abolição, dedicada 'A Memória de Manoel Raimundo Querino", elaborado por José Roberto Teixeira Leite.
1995	*O vereador Manuel Querino*	Jorge Calmon publica *O vereador Manuel Querino* pela Câmara Municipal de Salvador.
2000	Liceu de Artes e Ofícios da Bahia	O Liceu de Artes e Ofícios homenageia Manuel Querino por ocasião da abertura da 3ª. Edição do Prêmio Liceu de Design, quando foi considerado precursor do Design na Bahia e inaugurado seu retrato pintado pela artista plástica Catarina Argolo.
2001	*Manuel Querino: um herói da raça e classe*	Jaime Sodré publica *Manuel Querino: um herói da raça e classe*.
2004	*Correio da Bahia*	O jornal Correio da Bahia, em série "Memórias da Bahia II", publicou a reportagem "Em defesa dos Negros" sobre a trajetória de Manuel Querino. Matéria publicada inicialmente no Correio da Bahia em 2002, com o título "Sábio do Povo".

A N E X O III

BIBLIOGRAFIA DE MANUEL QUERINO

ARTIGOS				
ANO	**TÍTULO**	**LOCAL**	**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO**	**ASSUNTO**
1905	Os Artistas Baianos – indicações biográficas	Salvador-Bahia	Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no. 31 (pág. 93-115)	Escultura, arquitetura, pintura, engenharia através da trajetória de diversos artistas.
1908	Contribuição para a história das artes na Bahia – José Joaquim da Rocha	Salvador-Ba	Revista do IGHB, no. 34 (pp. 79-82)	Sobre o pintor José Joaquim da Rocha e sua origem.
1909	Teatros da Bahia	Salvador-Ba	Revista do IGHba, no. 35 (pp. 117-133)	Sobre a época de florescência do teatro dramático e sua função educativa e social e critica à situação de decadência em que se encontra.
1910	Contribuição para a História das Artes na Bahia – os quadros da Catedral.	Salvador-Ba	Revista do IGHBa, no. 36 (pp. 59-66)	Sobre 16 quadros existentes na Catedral Basílica de Salvador, identidade desconhecida dos seus autores e especula sobre a possível origem européia,
1910	Contribuição para a História das Artes na Bahia – Notícia biográfica de Manuel Pessoa da Silva	Salvador - Ba	Revista do IGHBa, no. 36 (pp. 137-144)	Texto laudatório sobre a literatura satírica de Pessoa da Silva e sua biografia.
1913	Episódio da Independência I	Salvador-Ba	Revista do IGHBa, nos. 37-39 (pp. 221-230)	Discute sobre a atuação de Labatut na guerra de independência na Bahia e se posiciona contra a sua elevação a grande herói em detrimento de outros nomes importantes considerados por ele também heróis. Conclama o reconhecimento e homenagens a todos os batalhadores e heróis da guerra.
1913	A Bahia e a Campanha do Paraguay	Salvador - Ba	Jornal de Notícias, 03/09/1913	Memórias sobre a Guerra do Paraguai e a presença popular. Refere-se à 9ª. Palestra do Congresso de Folclore no Instituto Histórico.

1913	As Cavalhadas	Salvador-Ba	Jornal de Notícias, 03/11/1913.	Sob o título: A Bahia de Outrora. Fala dos tempos coloniais e as diversões em torno das calhadas. Obs. Críticas do uso do africano nestas diversões.
1914	A litografia e a gravura	Salvador-Ba	Revista IGHBa, no. 40, pp. 36-38, com 5 ilustrações de página inteira.	Breve histórico sobre a gravura (geral e na Bahia), citando alguns artistas que trabalharam com gravuras na Bahia e veículos de impressão.
1916	Primórdios da Independência	Salvador-Ba	Revista IHGBa, vol. 42, pp. 41-47.	Discorre sobre as causas "verdadeiras" da Independência do Brasil, colocando como fator primordial o sofrimento do povo causado pelo absolutismo ferrenho da metrópole, especialmente de índios e negros.
Maio de 1919	Candomblé de Caboclo (ligeiras notas a propósito de uma oferta feita ao Instituto pelo Coronel Arthur Atahyde de objetos pertencentes a um famoso Candomblé de caboclo da cidade do Salvador)	Salvador-Ba	Revista IGHBa, vol. 45 – pp. 235-236.	Sobre a origem do candomblé de caboclo – convivência íntima do africano com os indígenas catequizados pelo catolicismo, como rito intermediário da fusão dos elementos supersticiosos do europeu, africano e silvícola.
1923	Notícia Histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia	Salvador-Ba	Revista IGHBa, vol 48, pp. 77-105 (incompleto)	Narra os acontecimentos que marcaram a guerra da independência na Bahia e a vitória brasileira que culminou nos festejos populares. Reúne diversos poemas sobre o 2 de julho criados por petas populares.
	Os Homens de Cor preta na História .	Salvador-Ba	Revista do IGHBA, vol 48, pp. 353-363	Reúne diversas biografias de professores, padres, médicos, engenheiros, escritores, músicos, advogados, militares vereador de origem negra.
	Um bahiano ilustre – Veiga Murici	Salvador-Ba	Revista IGHBa, vol. 48, pp. 269-273. Último trabalho histórico-literário que escreveu para o IGHBa	Biografia do professor, lingüista, escritor, poeta e músico João da Veiga Murici. Foi o último trabalho composto por Manuel Querino para leitura no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

	LIVROS PUBLICADOS			
ANO	**TÍTULO**	**LOCAL**	**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO**	**ASSUNTO**
1903	Desenho Linear das Classes Elementares (30pgs.)	Bahia	-	Manual Didático
1909	As artes na Bahia (Escorço de uma contribuição histórica)	Salvador-Ba	Bahia: Typ. E Encadernação do Lyceu de Artes e Offícios.	Coleção de artigos publicados no jornal "Diário de Notícias" durante os anos de 1908 e 1909 sob o título de "Contribuição para a História das Artes na Bahia". Trata do tema das artes em seus aspectos históricos, sociais, políticos e produtivos, através de biografias e debates sobre questões relativas a trabalhadores artistas e operários.
1913	Aa Artes na Bahia (Escorço de uma Contribuição Histórica).	Salvador-Ba	*2. edição melhorada. Officinas do Diário da Bahia, 241 pags.* Coleção de artigos publicados no jornal "Diário de Notícias" e "Jornal de Notícias" durante os anos de 1908 e 1909 sob o título de "Contribuição para a História das Artes na Bahia".	Arquitetura, Escultura, Monopólio do Ensino, Exposições artísticas e industriais, decadência das artes, Desenho Geométrico, classificação das artes, teatros da Bahia, traços biográficos de diversos artistas e alguns artigos sobre operários políticos, movimento operário na República e Congresso Operário. Todos eles retratam a crítica da situação atual das artes e das profissões na República e, em conseqüência, a situação de penúria doas artistas e trabalhadores em geral. Trata-se de um texto carregado de conteúdo político.
1909	Artistas Baianos – indicações biográficas	Rio de Janeiro	207 pags, ilustrações no texto e 6 estampas no fim.	Coleção de biografias de artistas de diversas áreas de atuação: pintura, escultura, música, arquitetura, desenho, engenharia, construção, carpintaria, marcenarias, gravura, música, etc. São pequenos currículos profissionais que elogiam a atuação do artista nacional e local, incluisve do próprio Querino.
1911	Artistas Baianos – indicações biográficas	Salvador-Ba	2. edição melhorada, cuidadosamente revista. Bahia: Officina da	Escultura, arquitetura, desenho, pintura, engenharia, música, entre outras profissões relacionadas à construção civil através de artistas e operários

			Empresa "A Bahia". 258 pags numeradas e 36 ilustrações de página inteira.	por ele identificados como os mais importantes para a história das artes na Bahia, com biografias profissionais (currículos), inclusive sobre o próprio Querino.
1911	Elementos de Desenho Geométrico – comprehen-dendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura	Bahia	Bahia: Papelaria e Tipografia Baptista Costa.	Manual Didático
1914	Bailes Pastoris	Salvador - Ba	Sem edição. (42 pags)	Compilação de músicas e letras dos bailes pastoris.
1916	A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares	Salvador-Ba	Bahia: Econômica. VII e 194pp – neste livro estão reeditados artigos identificados neste quadro sob nos. 9, 11, 14, 15 e 21	Coletânea de 59 títulos, entre artigos, crônicas, narrativas, notícias históricas comentadas compõe um mosaico de acontecimentos, à primeira vista desconexos. São temáticas que variam de fatos políticos relevantes à intimidade de um lar. Questiona, comenta e critica os caminhos adotados pela República da "ordem" e do "progresso". Narra, descreve, noticia o povo nas diversas cenas da cidade no período de transição do Império para a República e implantação do novo regime, abordando temáticas das festividades, do patriotismo, dos ritos e crenças, das manifestações culturais de origem africana, das cenas do cotidiano, da educação, do trabalho. São temas, em sua maioria, incluídos entre os territórios do passado imperial e presente republicano. Estão fixadas as tradições populares na Bahia, traduzidas pelas festas, culinária, costumes familiares, cotidiano, religiosidade, fatos históricos, nos quais a presença do negro, escravo, africano ou livre, o povo em geral, se faz constante. O pano de fundo está a crítica à República.

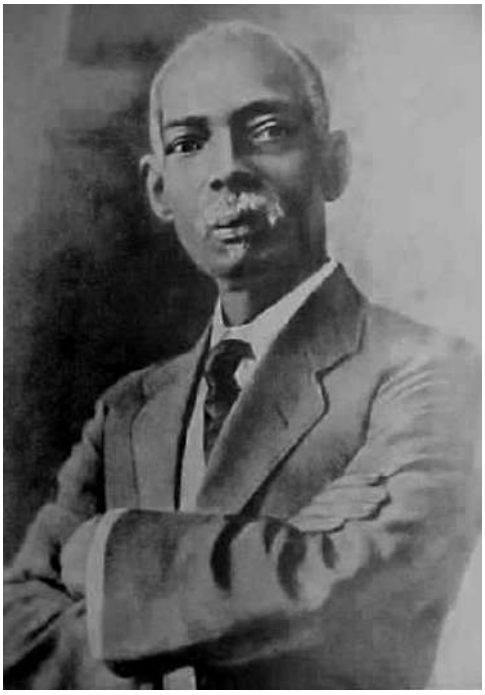
1922	A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares:	Salvador-Ba	Bahia, 2. ed. Aumentada, VII, 301 e II páginas numeradas.	Idem referido à 1. edição.
1946	A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares:	Bahia	3. ed..Livraria Progresso/ Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª – Autores Nacionais (328 pp.)	Idem Com prefácio e notas de Frederico Edelweiss.
1954	A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares	Bahia	4. edição. Livraria Progresso Editora. 352 pag. Ilustração de Carybé e Ligia.	idem
1916	A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia	Salvador-Ba	Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Bahia: Imprensa Oficial do estado, vol 1.	Pesquisa etnográfica que trata da trajetória do negro africano no Brasil, discutindo com as teorias raciais em vigor ao destacar o valor do africano na formação da sociedade brasileira através de seu trabalho e dos costumes trazidos da África. Daí vai descrever os costumes africanos no candomblé, nas festividades, nos funerais e casamento e sobre a revolta de 1835 (dos malês).
1917	A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia	Salvador-Ba	Bahia: Oficinas do Diário da Bahia	Idem
1955	A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia	Salvador-Ba	Livraria Progresso Coleção de Estudos Brasileiros – Série: Cruzeiro, vol. 9. Livraria Progresso (174 pp.)	Idem Com Apresentação de Pinto de Aguiar – " Manuel Querino e a sua Obra". Nesta edição estão incluídos *O Candomblé de Caboclo*, *O Africano como colonizador* (mesmo texto *de O colono Preto como fator de civilização brasileira*), e *Os homens de cor preta na história.*
1918	O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira	Salvador-Ba	Imprensa Oficial do Estado. Separata dos Anais do 6º Congresso Brasileiro de	Estudo étnico-histórico que discorre sobre a importância do negro africano para a civilização brasileira, referindo-se à prática de colonização portuguesa, com o colono branco e com a

			Geografia, Belo Horizonte. (37 pp.) Bahia: Civilização Brasileira, 1918	escravidão indígena e africana. Trata da chegada do africano no Brasil, suas habilitações, primeiras idéias de liberdade, suicídio e violência contra os senhores, resistência coletiva, Palmares e levantes parciais, juntas de alforrias e o africano na família e seus descendentes notáveis.
1954	O Africano como Colonizador	Salvador-Ba	Livraria Progresso Editora (Ensaio – Série Miniatura) (42pp)	Idem Novo título dado ao trabalho anterior *O colono Preto* como fator de civilização Brasileira)
1928	A Arte Culinária na Bahia	Salvador-Ba	Publicação póstuma feita por Alberto Morais Martins Catarino, aos cuidados de José Teixeira Barros. (39 pp.) Publicação póstuma. Elaborada em 1922 .	Monografia antropológica / estudo histórico-geográfico sobre o costume alimentar da Bahia e sua origem na formação étnica do Brasil com a fusão do português, indígena e africano. Descre nas minúcias os alimentos africanos, noções do sistema alimentar da Bahia, o preparo de licores e a culinária brasileira – a apoteose em Paris do vatapá e da frigideira de siris.
1951	A Arte Culinária na Bahia	Salvador	Livraria Progresso Editora.	Idem. Prefácio de Bernardino Souza
1938	Costumes Africanos no Brasil	Rio de Janeiro	Livro (351 pp.) - ilustrado Organizado e prefaciado por Artur Ramos.	Coletânea contendo estudos de Manuel Querino referentes à cultura e influência dos africanos no Brasil: 1. *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia* (sem *Os homens de cor preta na História* publicado na ed. 1955). 2. Apêndice – *Candomblé de Caboclo* 3. *O Colono Preto como fator da civilização Brasileira* 4. *A Arte culinária na Bahia* (incluindo artigo "A Culinária Brasileira – A Apotheose em Paris do vataá e da frigideira de Siris" publicado por Constâncio Alves em A Tarde de 16/10/1930. 5. Notas de folclore negro –

				excertos de *A Bahia de Outrora*.
1988	Costumes Africanos no Brasil	Recife	2. edição ampliada e comentada. Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana (Prefácio, notas e organização de Raul Lody com apresentação de Thales de Azevedo)	Reúne os mesmos títulos da edição de 1938.

ANEXO IV

IMAGENS DE MANUEL QUERINO EXTRAÍDAS DE DIFERENTES FONTES



Manuel Raymundo Querino

Desenho de Manuel R. Querino. S/d e s/a. Sociedade Protetora dos Desvalidos. Extraído do livro de JR Teixeira Leite. *Pintores Negros no Oitocentos*. p. 89.

Foto publicada / S/D – S/A

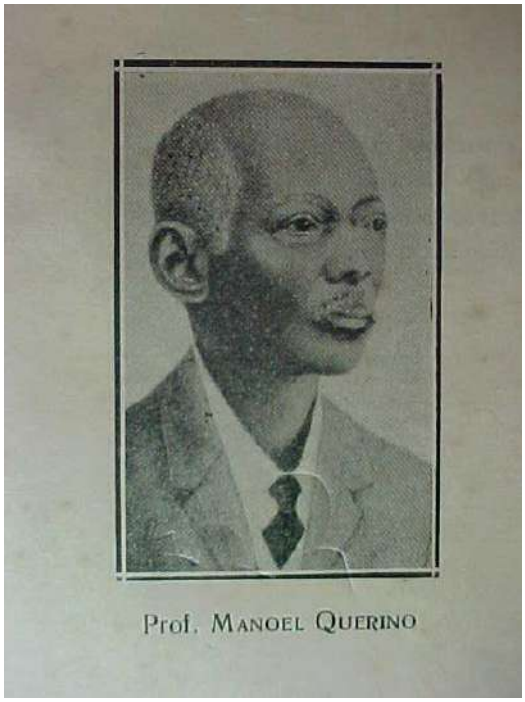
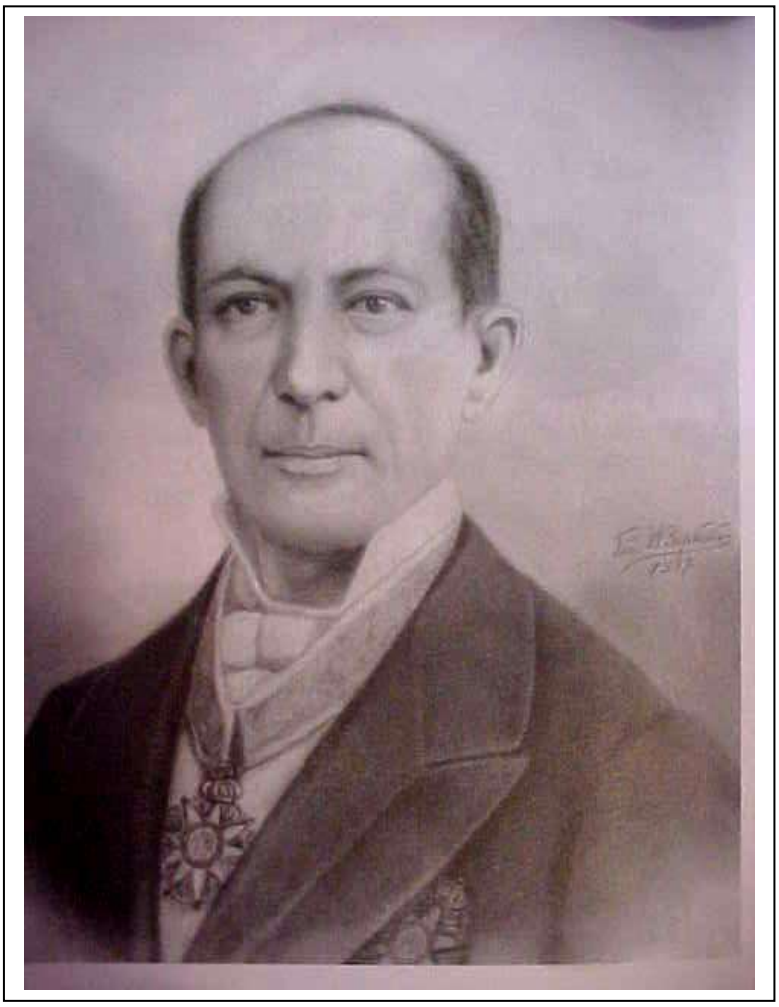
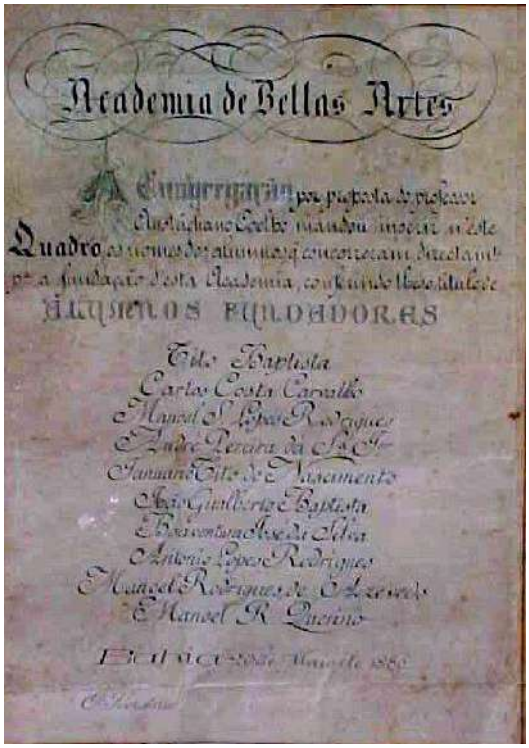


Foto publicada em 1928 no livro A Arte Culinária



Manoel Correia Garcia
Fundador do Instituto Histórico
Tutor de Manuel Querino

Quadro dos alunos-fundadores (1880) da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia

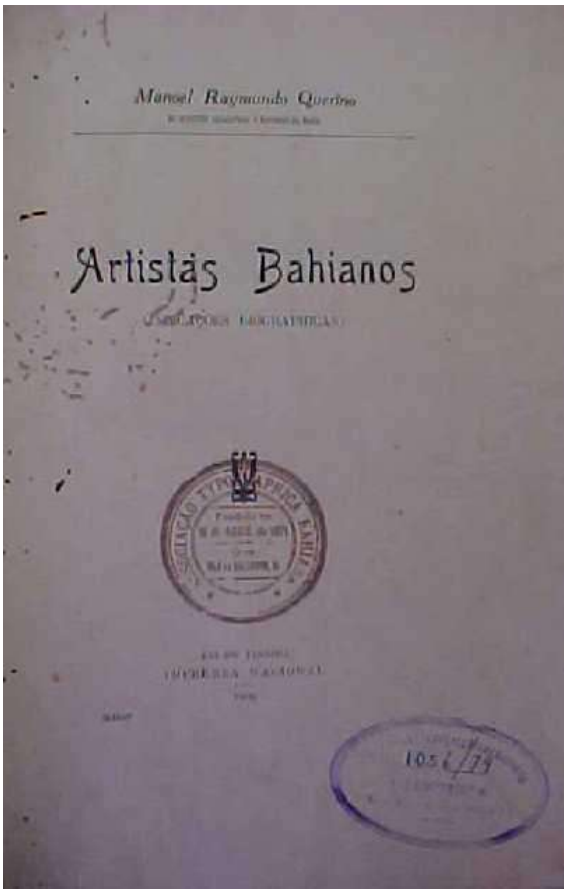


ANEXO V

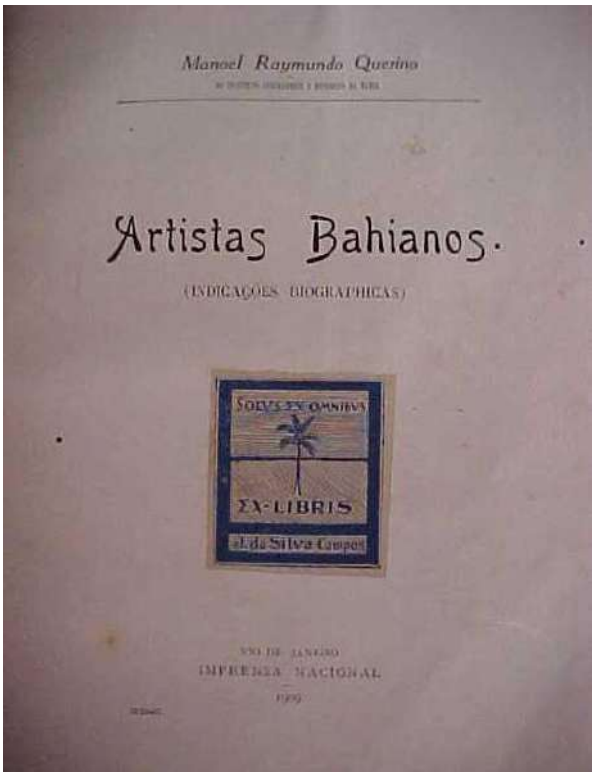
IMAGENS DA OBRA DE MANUEL QUERINO

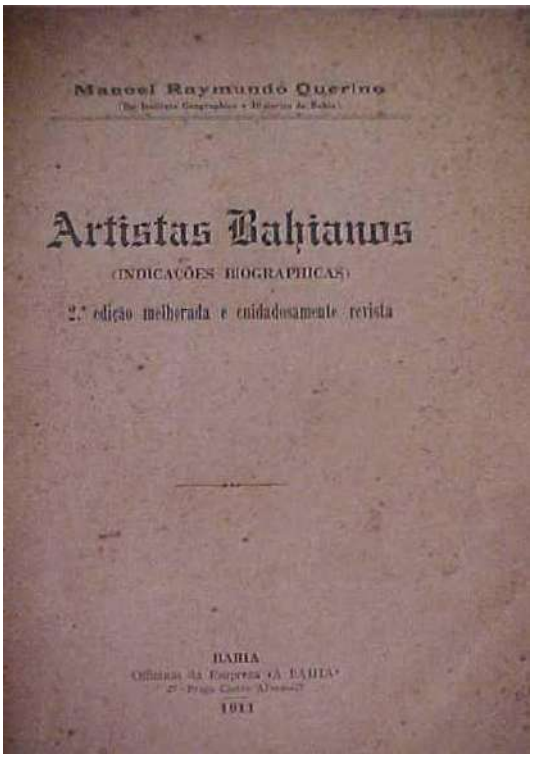
As Artes na Bahia-1909

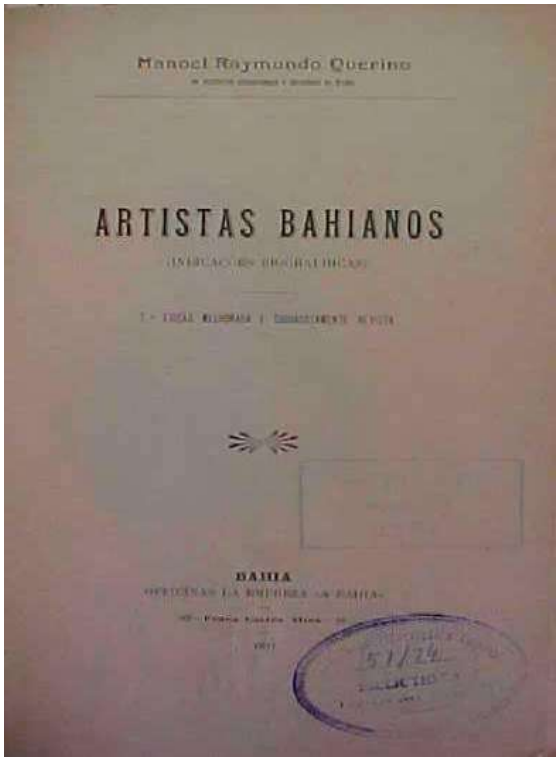
2. Ed. 1912 / 1913
Com assinatura de Ruy Barbosa



Artistas Bahianos, 1909







Artistas Bahianos, 2. ed., 1911

ELEMENTOS

DE

DESENHO GEOMETRICO

COMPREHENDENDO

Noções de perspectiva linear, theoria das sombras e da luz, projecções e architectura

POR

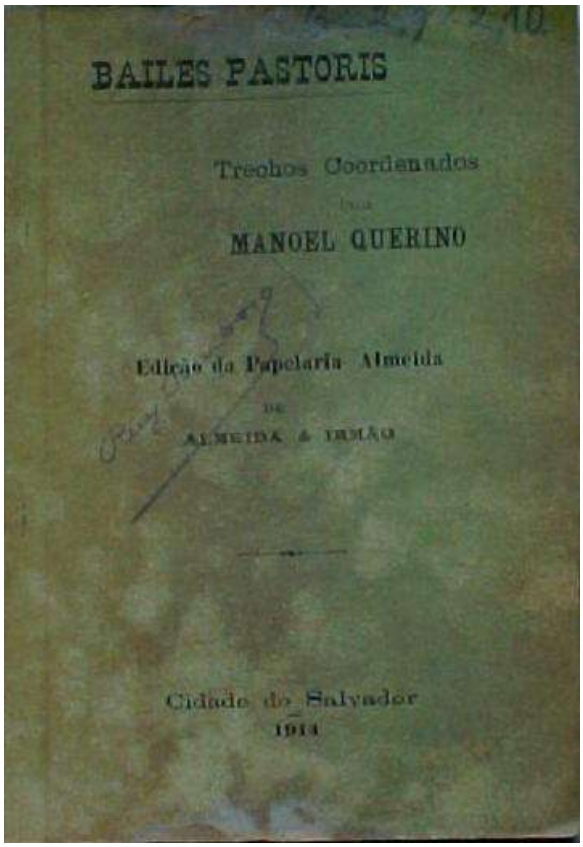
Manoel Raymundo Querino

PRIMEIRA PARTE

O que entendemos que é util, pode sem receio publicar.
QUERINO.

BAHIA
PAPELARIA E TYPOGRAPHIA
BAPTISTA COSTA
1911

Elementos de Desenho Geométrico, 1911



BAILES PASTORIS

Trechos Coordenados

por

MANOEL QUERINO

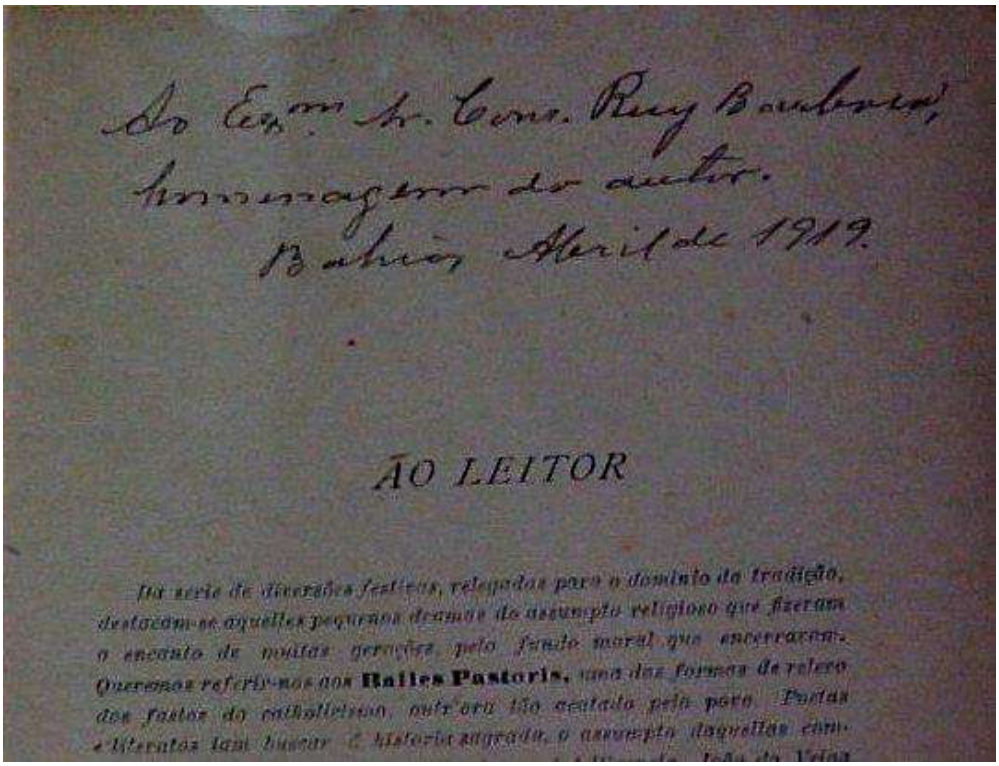
Edição da Papelaria Almeida

de

ALMEIDA & IRMÃO

Cidade do Salvador

1914



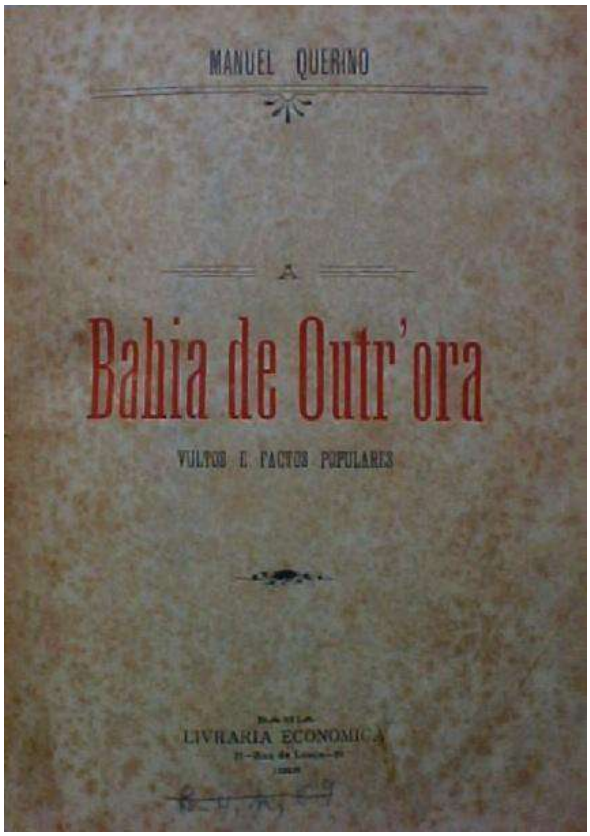
Ao Exmo. Sr. Conr. Ruy Barbosa,
homenagem do autor.
Bahia, Abril de 1919.

AO LEITOR

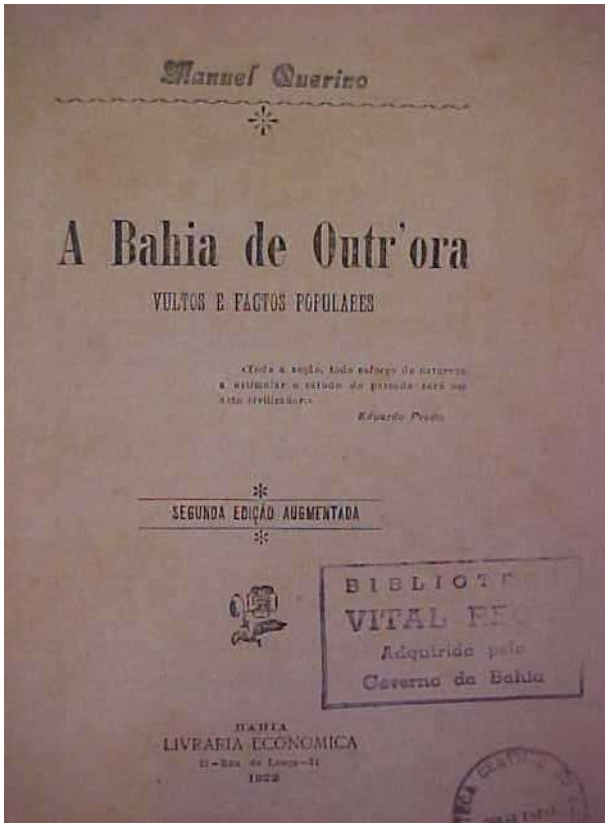
Na serie de diversões festivas, relegadas para o domínio da tradição, destacam-se aquelles pequenos dramas de assumpto religioso que fizeram o encanto de muitas gerações pelo fundo moral que encerravam. Queremos referir-nos aos **Bailes Pastoris**, uma das formas de relevo dos festos do catholicismo, outr'ora tão acatado pelo povo. Poetas e literatos iam buscar á historia sagrada o assumpto daquellas com-

Bailes Pastoris – 1914
Com dedicatória a Ruy Barbosa
Acervo da Biblioteca da Casa de Ruy Barbosa – Rio de Janeiro

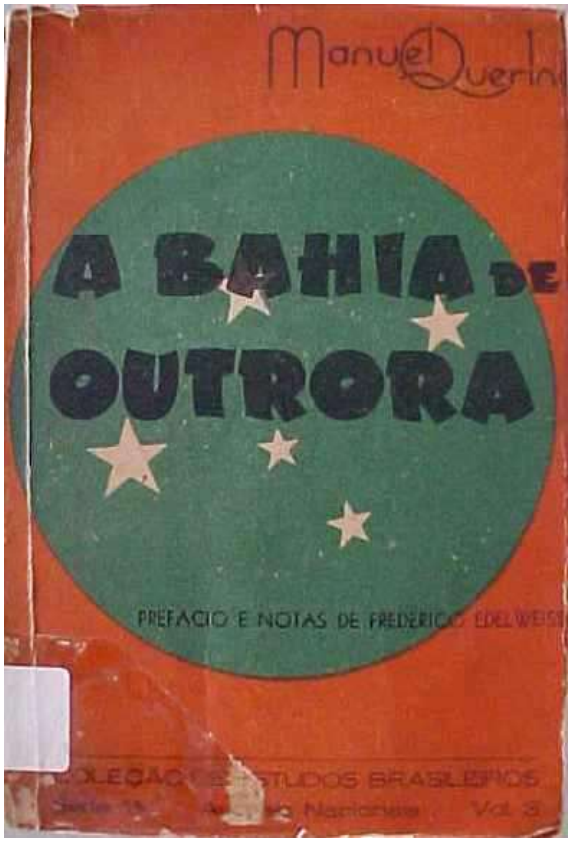
Bailes Pastoris, 2 ed., 1957



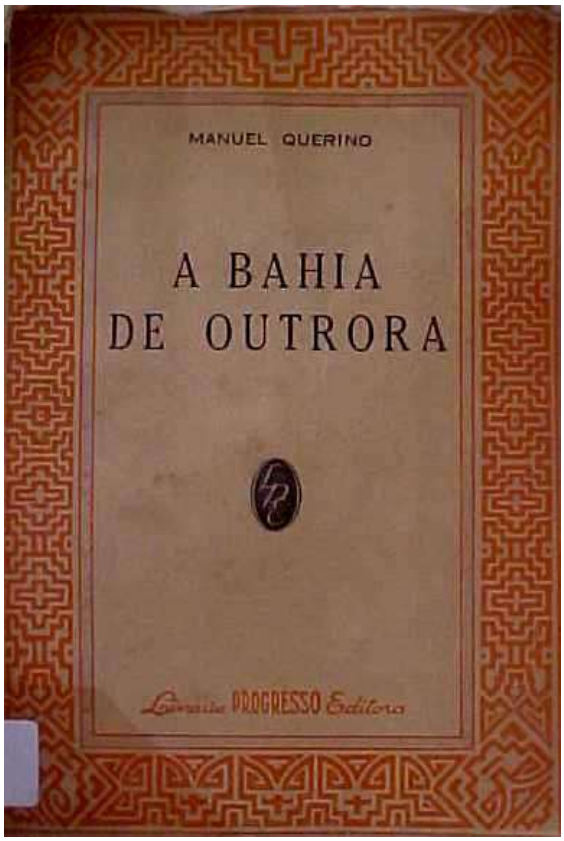
A Bahia de Outrora, 1916

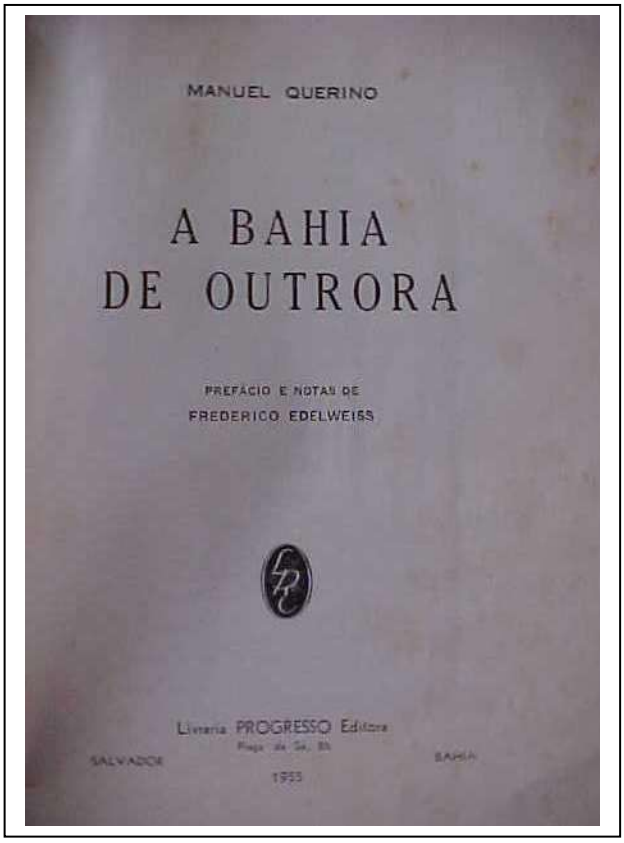


2. Ed.. 1922

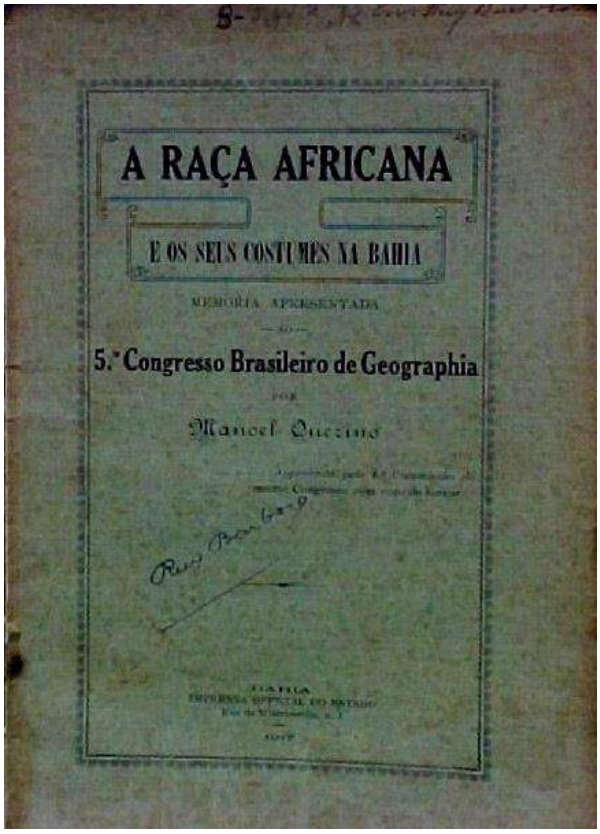


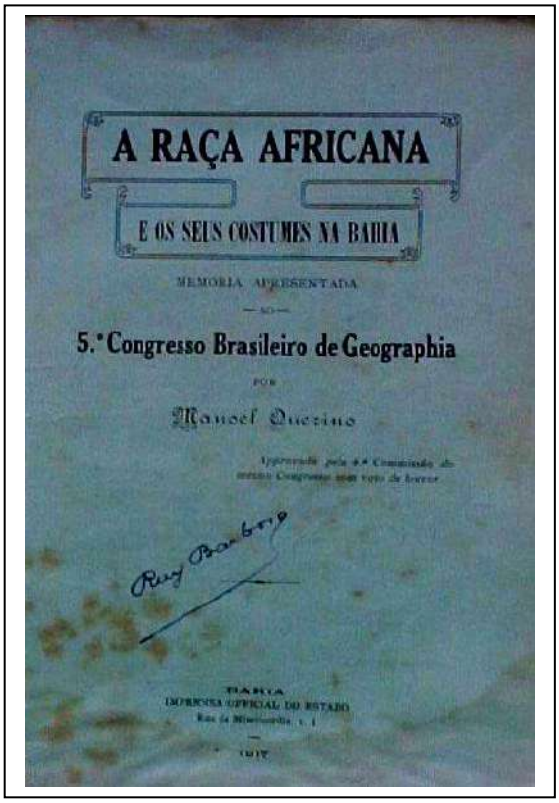
3. Ed., 1946

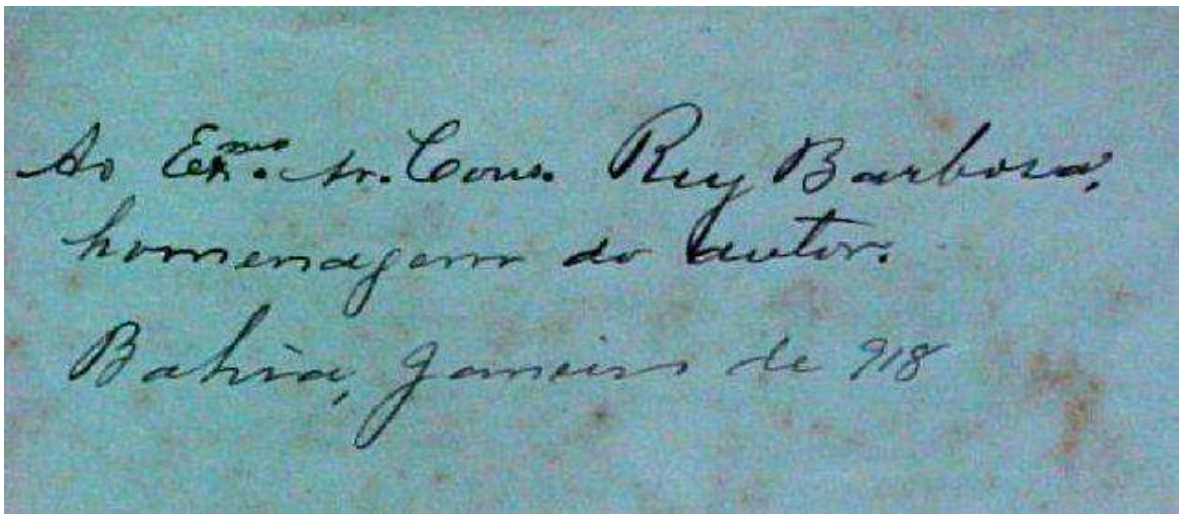




4. Ed., 1955

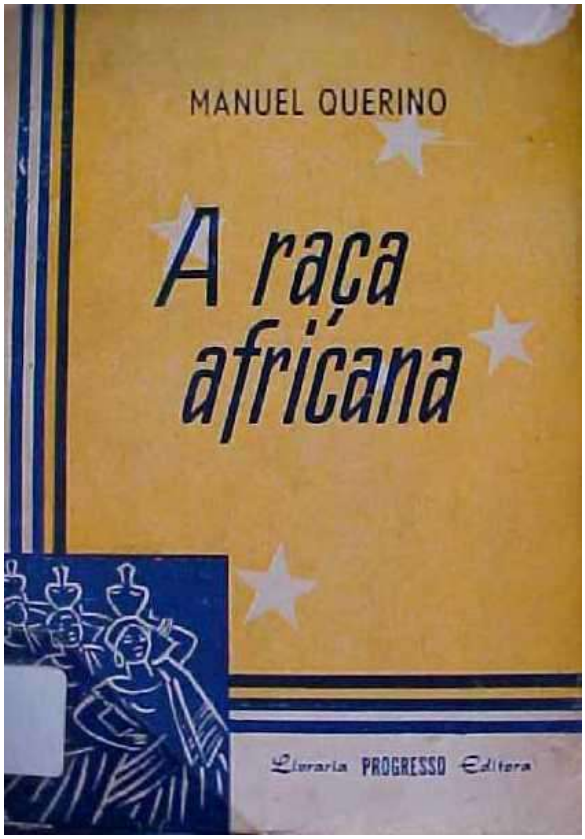


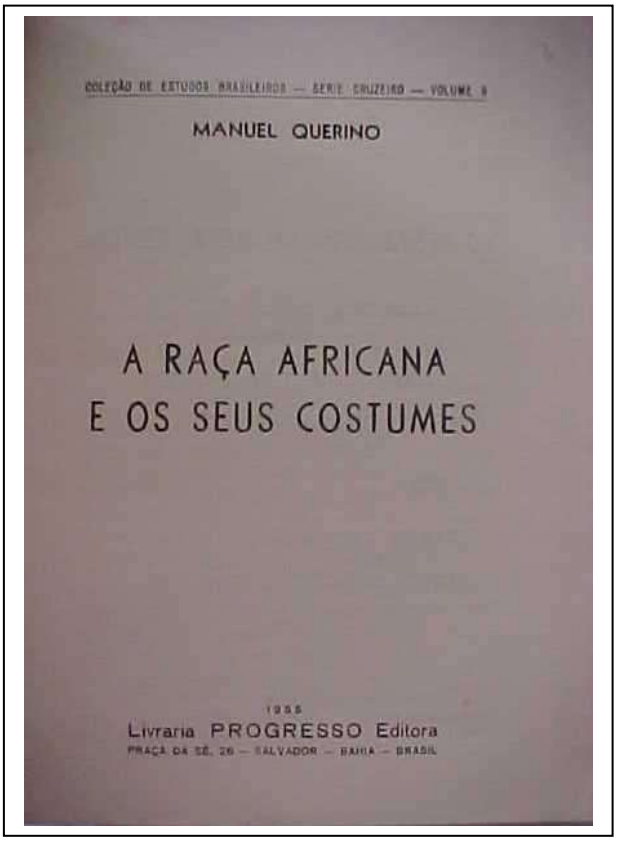




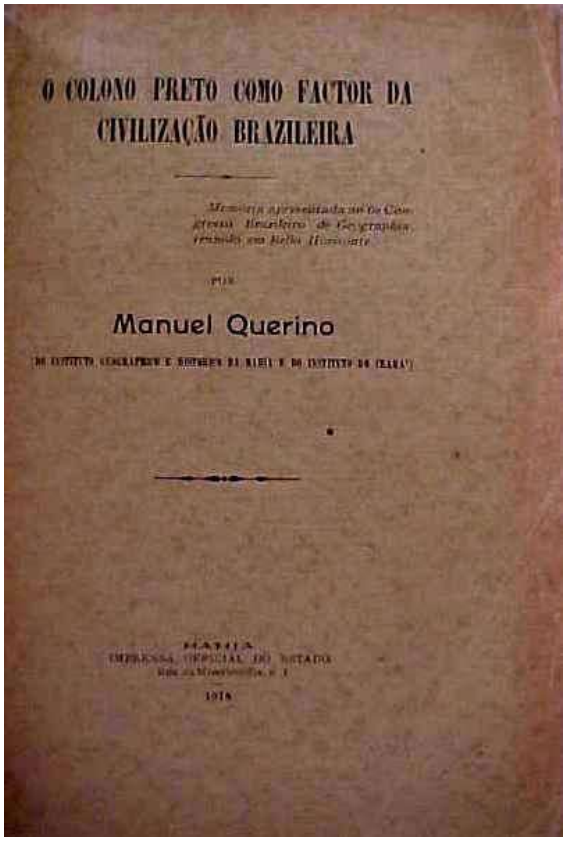
Capa e Folha de rosto de A Raça Africana, 1917. Com dedicatória a Ruy Barbosa.

Biblioteca da Casa de Ruy de Barbosa – Rio de Janeiro

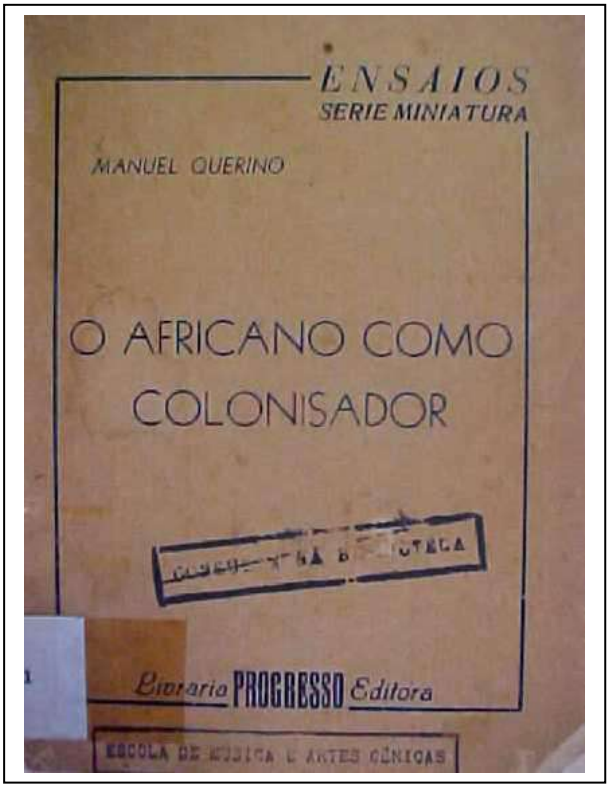




A Raça Africana, 1955

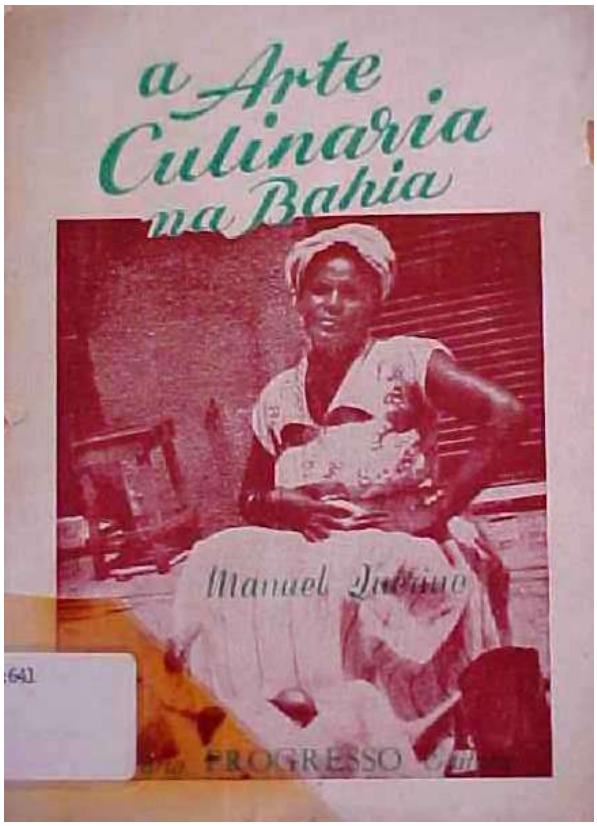


O Colono Preto como Factor da Colonização Brazileira, 1918.

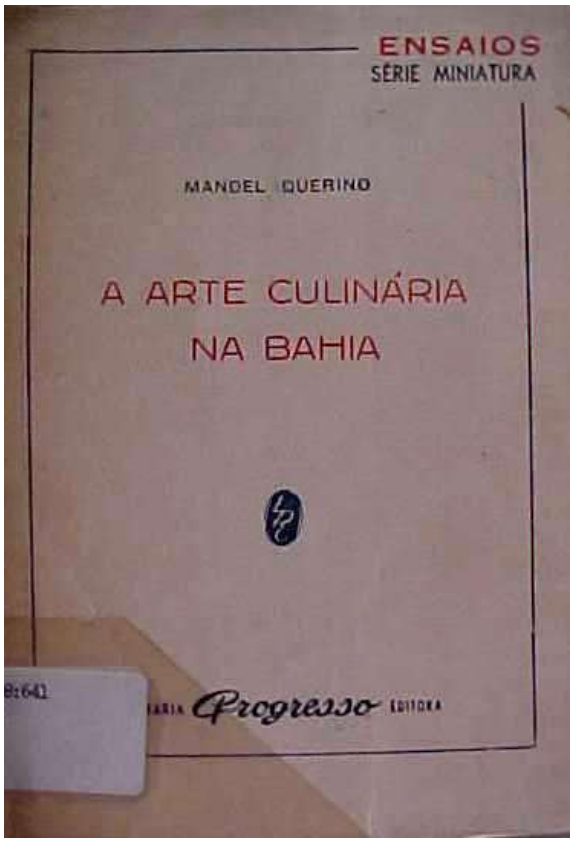


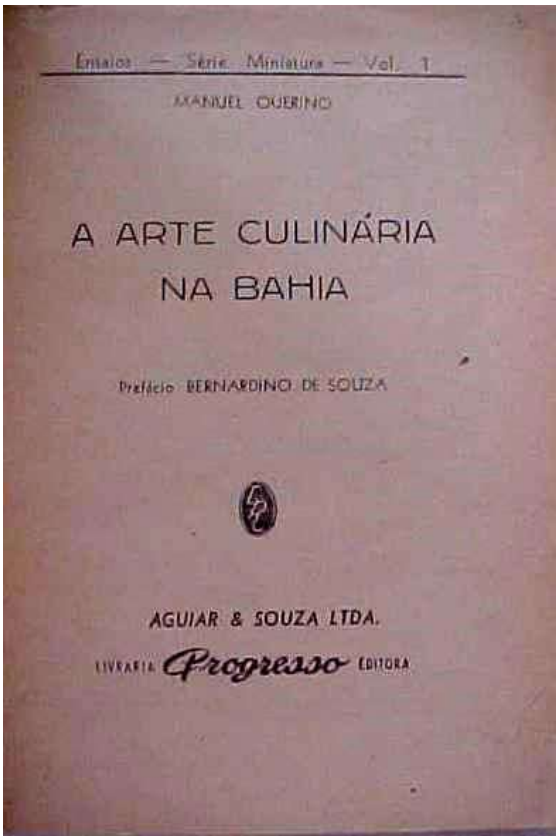
O africano como colonizador, 1954.

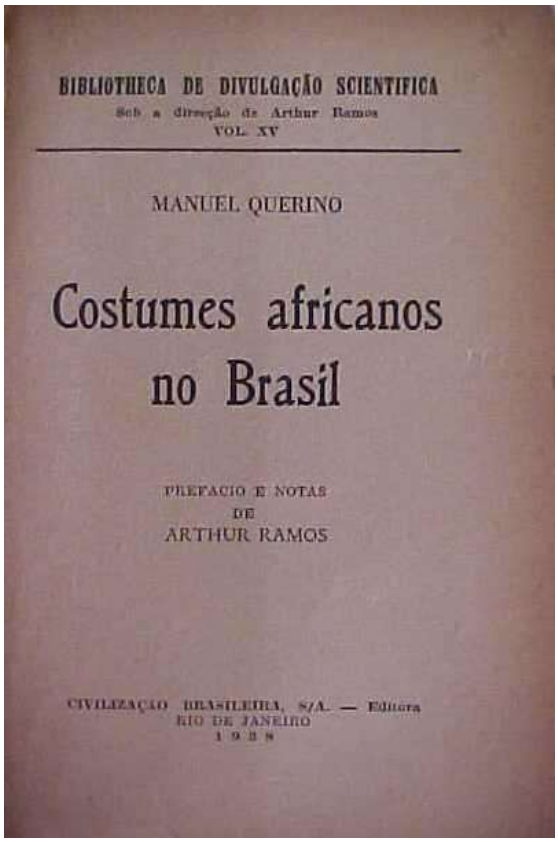
A Arte Culinária na Bahia,1928



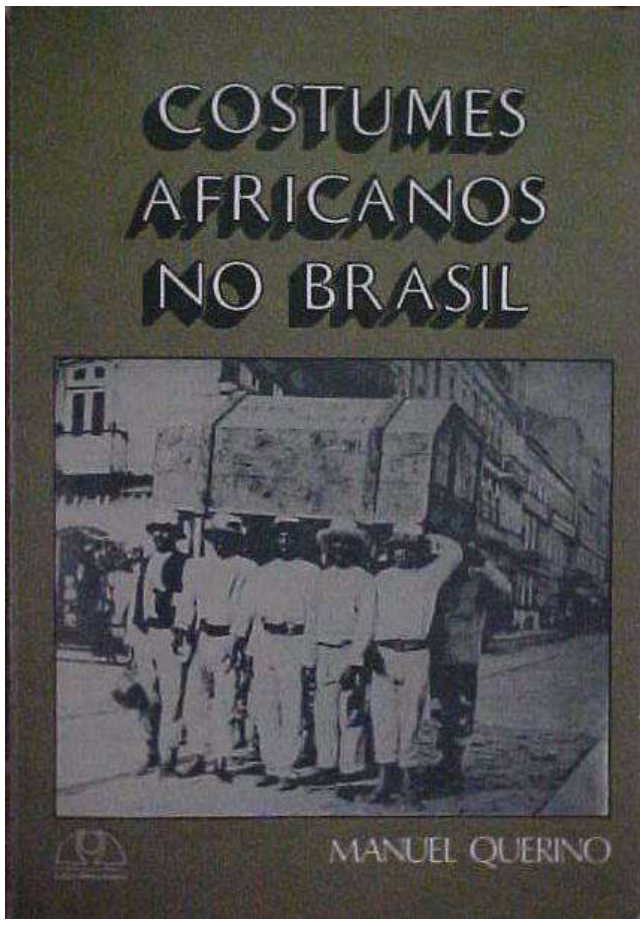
A Arte Culinária na Bahia, 2. ed., 1951.


ENSAIOS
SÉRIE MINIATURA
MANOEL QUERINO
A ARTE CULINÁRIA
NA BAHIA
Progresso EDITORA


Ensaios — Série Miniatura — Vol. 1
MANUEL QUERINO
A ARTE CULINÁRIA
NA BAHIA
Prefácio BERNARDINO DE SOUZA
AGUIAR & SOUZA LTDA.
LIVRARIA Progresso EDITORA



Costumes africanos no Brasil, 1938.



2. Ed., 1988

BIBLIOGRAFIA

E FONTES

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ABENDROTH, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. R.J.: Paz e Terra, 1977.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

ALVES, Castro. *Os Escravos*. (edição de centenário fac-similar da príncipe). São Paulo: Edições GRD, 1983.

ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e Didático, Núcleo de Publicações, 1976.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Morais (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 40ª. ED. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AMARAL, Aracy A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

AMARAL, Brás do. Memória histórica sobre a proclamação da República na Bahia. *Revista do IGHBa*. Salvador: 11 (30): 3-52, 1904.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A Mão de obra escrava em Salvador: 1811-1860.* São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPQ. 1988.

ARAÚJO, Ubiratan Castro e SÁ BARRETO, Vanda Sampaio. "A Bahia Econômica e Social" in *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional*. 1ª etapa. 1850-1889. Salvador: SEPLANTEC-Fundação de Pesquisa-CPE, 1978.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. *Questões de Vida e Morte na Bahia Republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930).* Salvador-Bahia: UFBA, 1996 ((Dissertação de Mestrado).

ATHAYDE, Johildo Lopes de. *Salvador e a grande epidemia de 1855*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.* Campinas, SP: Ed. Da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

AZEVEDO, Thales*. As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e Grupos de Prestígio*. 2ª. edição. Salvador: EDUFBA:EGBA, 1996.

BAHIA, Assembléia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar: Divisão de Pesquisa. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana – 1889/1991*. 2ª. ed. Salvador: Assembléia Legislativa, 1997.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A Experiência Humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da Interpretação. *Revista Brasileira de História: Biografia, biografias*. Vol. 17, no. 33. S.P,.: Anpuh/Ed. Unijui, 1997;

BARTHES, Roland. "A morte do autor" in *O rumor da Língua*. Lisboa, Edições 70, 1987.

BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. *Incompreensível e Bárbaro Inimigo. A Guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: EDUFBa, 1995.

BEIGUELMAN, Paulo (Introdução e Seleção de Textos). *Joaquim Nabuco*. São Paulo: editora Perspectiva, 1999.

BERGSTRESSER, Rebeca. *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*. tese doutoramento Standford University, 1973.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BIROU, A. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

Boletim da Agricultura, Comércio e Indústria, 1923.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. S.P.: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma Irmandade de cor.* Salvador-Bahia: Ianamá, 1987.

BRASIL, Congresso. *Dados biográficos dos senadores baianos: 1826-2000*. 3ª. ed. Ver., atual. E ampl. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Informação e Documentação, 2000.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política (1870-1888).* Salvador: UFBA/Mestrado em História, 1996 (dissertação de mestrado).

CALMON, Jorge. *O vereador Manuel Querino*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995.

CANÁRIO, Eldon Dantas. *Memórias de Canudos*. Salvador: Gráfica Central, 1984;

CANÁRIO, Eldon. *Os Mal Aventurados do Belo Monte: A Tragédia de Canudos*. Bahia: Editora BDA, 1997.

CÂNDIDO, Antonio (org.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/SP – Unicamp; R/J.: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história*. Campinas, SP: Papirus, 1997;

CARNEIRO, Édison. *Ursa Maior*. Salvador: Centro Editorial e didático da Universidade Federal da Bahia, 1980.

CARONE, Edgard. *A República Velha I. instituições e classes sociais (1889-1930).*4ª. ed. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A, 1978.

CARONE, Edgard*. A República Velha: evolução Política*. S.P: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª. ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CATELLI, Nora. *El Espacio Autobiográfico*. Barcelona: Editorial Lumen, 1991;

CHACON, Vamirech. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 3. ed. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.* Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

COSTA, Emília Viotti da*. Da Monarquia à República, momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.ª, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação editorada UNESP, 1998.

COSTA LIMA. "Júbilos e misérias do pequeno eu" in *Sociedade e Discurso Ficcional*. R.J.: Guanabara, 1986.

COSTA, Iraneildson Santos: *A Bahia Já deu Régua e Compasso: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. Salvador-Bahia: UFBA, 1997 (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocle: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império.* São Paulo: Ed. Hucitec; Ed. Da UNICAMP, 1996.

CUNHA, Euclides da.*Os Sertões – edição crítica, por Walnice Nogueira Galvão*. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1975.

CUNHA, Luiz Antônio. "O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus" in *FORUM Educacional*. FGU, Ano 3, nº 3, Jul/Set., 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. "Aspectos Sociais da Aprendizagem de Ofícios Manufatureiros no Brasil Colônia" in *FORUM Educacional*, Ano 2, nº 4 out/dez. 1978. Fundação Getúlio Vargas.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravista*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DANTAS JR., João da Costa Pinto. "A Propaganda republicana". *Revista do IGHBa*. Salvador: (67): 91-118.

DAUBY, J. *O Livro do Operário*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo Invisível: Epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996.

DUMAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção. Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

Encyclopedia e Diccionario Internacional. R.J. – N. Y.: Jackson Inc. Editors, s/d; *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-R.J.: Editorial Enciclopédica Ltda., s/d.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FAUSTO, Boris*. O Brasil Republicano: 1. estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4. ed. História Geral da Civilização Brasileira, tomo III. São Paulo: Difel, 1985.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FONSECA, Luís Anselmo da. *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*. Ed. Fac-similar de 1887. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1988.

FONTES, José Raimundo. *Manifestações Operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)*. Salvador-Bahia: Dissertação de Mestrado da UFBA, 1982.

Foot Hardman, Francisco. Cidades Errantes: representações do trabalho urbano-industrial Nordestino do século XIX in *Ciências Sociais Hoje*, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec; Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e Memória do Passado. *Projeto História*. Trabalhos da Memória, 17. SP: EDUC, 1998.

GARCIA, Manuel Correia. *História da Independência da Bahia.* Bahia: Typ. E Encadernação – Empreza Editora, 1900.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. S.P.: Cia. Das Letras, 1987;

GOLDSTEINEM, Ilana Seltzer*. Literatura e Identidade Nacional: O Brasil Best Seller de Jorge Amado.* São Paulo: USP, 2000 (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social).

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. R.J.: Editora UFRJ, 1997.

GUERRA, Sérgio. *Universos em Confronto: Canudos X Bello Monte*. Salvador: Gráfica da UNEB, 2000.

HAHNER, June E*. Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870 / 1920*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, *(das origens aos anos 20).* 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979;

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária* . Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

HOFBAUER, Andreas*. Uma História de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: USP, 1999 (Tese de doutorado);

HOISEL, Evelina. *A Escritura Biográfica*. S.P.: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, 1996. (Tese de Doutorado).

HOORNAERT, Eduardo. *Os Anjos de Canudos: Uma Revisão Histórica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil.* 3ª. ed. São Paulo: editora Brasiliense S.ª, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil – 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JOSEF, Bella. "Auto)Biografia": os territórios da Memória e da História in LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Lite*rária. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1998.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

LANNA, Ana Lúcia D. *A Transformação do Trabalho*. 2. ed. Campinas: editora da UNICAMP,1989.

LARA, Silvia. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, (12), out. 1995.

LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Lite*rária. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1998.

Le Goff, Jacques. Memória. *Enciclopédia. História*. Portugal: Imprensa nacional Casa da Moeda, 1984, p. 47.

LE GOFF, Jacques. *São Luis: Biografia*. R.J.: Ed. Record, 1999;

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996).* Salvador-Bahia: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.

LEAL, Marília Helena Parelos. *Os caminhos da Memória e da Históira: Antonio da Rocha Marmo.* Dissertação de mestrado, USP, 1994.

LEITE, José Roberto Teixeira*. Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K; Motores MWM, 1988.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana.* Salvador: 1912-1916. Salvador: UFBA, 1996 (Dissertação de Mestrado em História da UFBA).

LESSA, Orígenes. *Inácio da Catingueira e Luiz Gama: dois poetas negros contra o racismo dos mestiços.* R.J.: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982;

LEVI, Giovanni. Usos da biografia in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e abusos da História Ora*l. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996;

LEVILLAIN, Philippe. Os Protagonistas: da biografia in REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. R.J.: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro (1822-1889).* Nova Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

LUDWIG, Selma C. *A Escola de Belas Artes cem anos depois*. Salvador: Centro de Estudos Baianos – UFBA, 1977.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888*. S.P.: FFLCH/USP, 1991 (tese inédita);

MACHADO, Maria Helena*. O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* R.J.: Ed. UFRJ, Edusp, 1994 (versão da tese de doutorado de 1991.

MAGALHÃES JR., R. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. R.J.: Sabiá, 1969;

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARCHIORI, Maria Emília Prado*. Os Impasses da Cidadania na Transição da Monarquia para a República no Brasil (1870-1902)*. São Paulo: USP, 1992 (Tese de Doutorado).

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de terriorialização no espaço da exclusão social – Salvador-BA (1850-1888).* São Paulo: PUC, 2000 (Tese de Doutorado).

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma província no Império*. R.J.: Editora Nova Fronteira, 1992.

MENDES JUNIOR, Antonio et alli. *Brasil História – texto e consulta - Império*; texto & consulta. Volume 2. São Paulo: editora Hucitec, 1991.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998;

MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil*. S.P.: Nacional, 1938.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinhas, S.P.: Ed. Da Unicamp, 1999.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Storicismo revisitado. In: *Fondamenti della storia antica*. Torino, 1984, p. 464, citado por Levi, Giovanni. Usos da biografia in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. R.J.: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996;

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo.* Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra.* S.P.: Global, 1984.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: FCEB / EGBa, 1986.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OIREUX, Jean. A Arte do Biógrafo in DUBY, G. et al. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa (orgs.). *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O Liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio,1988.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Acrise da economia açucareira do recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA-Centro de Estudos Baianos, 1999.

O OLHO DA HISTÓRIA: Revista de História Contemporânea. V.2.n.3, (1996)-Salvador-Ba, nov. 1996 (Dossiê Canudos).

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. R.J.: Gráfica Olímpica, 1953;

OTT, Carlos. "Noções sobre a procedência d' Arte de Pintura na Província da Bahia". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n°. 11. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, 1947.

Parecer no. 10/82. Proposta de Tombamento Estadual do Palacete Comendador Bernardo Martins Ctharino... por Godofredo Filho, 6 de julho de 1982.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos* (notas de Marcus Venício T. Ribeiro). R.J.: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1996.

PEDRÃO, Fernando. *As Raízes da Pobreza na Bahia (a condição econômica da questão social)*. Salvador: Centro de Estudo Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

PERROT, Michele. A Força da Memória e da Pesquisa Histórica. *Projeto História*. Trabalhos da Memória, no. 17. S.P.: EDUC, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930).* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo reinado*. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1970

POMER, Leon. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 2. ed. São Paulo: Global, 1984.

PORTO, Walter Costa. *O Voto no Brasil: da colônia à 6ª. República*. 2. ed. Rio de Janeiro: TopBooks Editora, 2002.

POUTIGNAT, Philippe e STRÉFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional – Estudos Econômicos. Propaganda abolicionista e democrática.* 2. ed. Fac-similar. Recife: Fundação Nabuco – Editora Massangana, 1988.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levantes dos malês (1835).* 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.ª, 1987.

REIS, João José. (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. S.P.: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. S.P.: Ed. Paz e Terra S/A, 2000.

REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A Cor da Notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana – 1888-1937*. Salvador-Ba, UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado).

Revista Canudos. Salvador: UNEB/CEEC, 1996. (Vol 1, Ano I).

Revista Canudos. Outubro, 1897: 100 Anos de Canudos. Salvador: UNEB, 1997. (Vol. 2, n. 2.).

Revista do IGHBA, no. 48, 1923, p. 269.

Revista do IGHBA, no. 54, 1928, p.292.

RIBEIRO, Ismael *A Voz do Operário falando a Verdade* – Bahia, 1930.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Coord.). *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986 (Série Pesquisas)

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no conflito).* Salvador, Bahia: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

RUY, Affonso. História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador. 2ª. ed. Aumentda. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1996.

SAES, Décio. A Formação do estado Burguês no Brasil (1888-1891).Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos (rerpresentações dp "Trabalhador Nacional". 1870-1919).* São Paulo: USP, 1995. (Tese de doutorado).

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exér*cito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990;

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República, uma política de acomodação. Salvador*: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia (1889-1937).* Salvador-Ba: UFBA, 2001 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais. Salvador (1890-1930*). São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1982.

SANTOS, Mário Augusto da silva. *O movimento Republicano na Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1990;

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, no. 19. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997;

SCHWARCZ, LÍLIA Katri Moritz. *Homens de Sciencia e a Raça dos Homens": cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil de finais do século XIX*. São Paulo: USP, 1992 (Tese de Doutoramento).

SCHWARCZ, Lilia Moritz*. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX*. S.P.: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835.* S.P.: Cia das Letras, 1988.

Semana de 22. Antecedentes e Conseqüências. Exposição comemorativa do Cinqüentenário. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, maio 1972.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*.São Paulo: Editora Scipione, 2003.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo em BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. S.P.: Ed. Da UNESP, 1992.

SILVA, Eduardo. *Dom Oba D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: companhia das Letras, 1997.

SILVA, Luiz. "Luiz Gama: uma trajetória além de seu tempo". *Estudos Afro-Asiáticos*, CEAA, no. 16, 1989.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador.* Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia/Fundação Cultural/Empresa Gráfica da Bahia, 1998.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Nota Prévia à publicação O Instituto Histórico da Bahia e seu Periódico (1856-1877) – Edição Fac-similar*. Salvador: A Fundação, 2001.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949).* Salvador: EDUFBA, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Jaime. *Manuel Querino: um herói da raça e classe*. Salvador: s/ed., 2001.

SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

SOUZA, Eneida Maria de. Sujeito e Identidade Cultural. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, no. 1 – 03/1991.

SUCKOW FONSECA, Celso. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI/Departamento Nacional-DN/Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação-DPEA, 1986, 5 vol.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador-Bahia: Centro Editorial e didático da UFBA, 1974.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2001.
TAVARES, Paulo. *Criaturas de Jorge Amado. Dicionário biográfico de todas as personagens imaginárias,seguido de índice onomástico das personalidades reais ou lendárias mencionadas, de elenco de animais e aves com nomes próprios e de roteiro toponímico da obra de ficção de Jorge Amado, totalizando 4.910 verbetes*. 2. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1985.

THOMPSON, E. P*. A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (3 vol.)

THOMPSON, E.P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? *Tradición, Revuelta y Consicencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3ª ed. Ed. Critica, 1989.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhiad as Letras, 1998.

TORAL, André. *Adeus, Chamigo Brasileiro: uma história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;

TORRES, João N. e CARVALHO, Alfredo de. *Anais da Imprensa da Bahia*. Bahia: 1911.

VELHO, Gilberto e CASTRO, E. B. Viveiros de. "O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas: Uma Perspectiva Antropológica" in *ARTEFATO*, Ano I, nº I, R.J., Janeiro/1978.

VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976 ;

VIANNA, Hildegardes. *A Proclamação da República na Bahia (aspectos folclóricos).* Salvador-Bahia: Centro de Estudos Bahianos, no. 33.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez*. Sonhos Africanos, Vivências Ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. S.P.: Ed. Hucitec, 1998.

WITTER, José Sebastião. *República, política e Partido.* Bauru, SP: EDUSC, 1999.

YEGROS, Margarita Prieto. *Cuentos de la Guerra Grande Asunción – Paraguay*: Editorial Cuadernos Republicanos, 2001.

ZAGURY, Eliane. *A Escrita do Eu***.** R.J. Ed. Civilização Brasileira AS, 1982.

F O N T E S

1. NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS E DA OBRA DE MANUEL QUERINO

AGUIAR, Pinto de. Manuel Querino e a sua obra em introdução do livro de Querino *A Raça Africana e os seus costumes*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

ALVES, Marieta. A Escultura e A Pintura na Bahia 1549-1850 em *História das Artes na Cidade do Salvador*. Salvador, 1967

ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e Didático, Núcleo de Publicações, 1976.

AMARAL, Braz do. *A Manuel Raymundo Querino; homenagem dos seus admiradores e amigos no 30º. dia do seu falecimento.* Bahia, 1923.

ARAÚJO, Emanoel (org.*). A Mão Afro-Brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.

Ata da 8ª. sessão ordinária da 1ª. reunião periódica em 16 de fevereiro de 1923.

Atas do Conselho Municipal. Registro de Atas de 1922 a 1923. Ata ed 16/2/1923. Projeto de Resolução no. 11 ficando denominada de rua "Manoel Querino" a rua em que residia e faleceu ao Matatu Grande, no distrito de Brotas, sendo aprovada. Feita moção pelo "falecimento do ilustre cidadão Manoel Querino, que por alguns anos exerceu condignamente o mandato de Conselheiro deste Município" insere na ata o seu voto de pesar.

Ata da 14ª. sessão ordinária da 1ª. reunião periódica, em 13 de março de 1923.

Atas da Câmara Municipal. Registro de Actas de 1922 a 1923. Ata de 13/03/1923

A Tarde, 14/02/1923.

AZEVEDO, Prof. Thales de. "Manoel Querino, o homem de cor". Curso "Vida e Obra de Manuel Querino" realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO, coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

AZEVEDO, Thales de. Apresentando a 2. edição de *Costumes Africanos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1988.

BAHIA, Torquato. A Manuel Raymundo Querino; homenagem dos seus admiradores e amigos no 30º. dia do seu falecimento. Bahia, 1923.

BARROS, J. Teixeira Barros.Introdução do Livro de Manuel Querino *A Bahia de Outr'ora – vultos e factos populares*. Bahia: Livraria Econômica, 1916.

BARROS, J. Teixeira. Carta-Prefácio. Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1932

BURNS, E. Bradford. A interpretação de Manuel Querino à contribuição africana no Brasil. Revista de Cultura da Bahia. Salvador: no. 9. jan./dez. 1974
BURNS, E. Bradford. A History of Brasil – Columbia University Press, New York Chichester, west Sussex. Texto extraído do site brazilianmusic.con/aabc/querp.htm. 2000

CALAZANS, Prof. José."Manoel Querino, o folclorista".. Curso "Vida e Obra de Manuel Querino" realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO, coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

CALMON, Jorge. Manuel Querino, o jornalista e o político. *Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais.* Bahia: Universidade Federal da Bahia. Ensaios/Pesquisa no. 3. Maio/1980. ("palestra apresentada no CEAO por ocasião do Curso "A Vida e a Obra de Manuel Querido" realizado em 1973, pelo cinquentário de sua morte.

CALMON, Prof. Jorge. Calmon. "Manoel Querino, o jornalista e o político"). Curso "Vida e Obra de Manuel Querino" realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO, coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

CALMON, Jorge. *O vereador Manuel Querino*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995

CARDOSO, Armando Américo. "A Memória do Prof. Manoel Querino". *Boletim da Agricultura Commercio e Industria.* Ns. 1 a 6 – janeiro a junho de 1923. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1923

CARNEIRO, Edson. Homenagem a Nina Rodrigues in *Ursa Maior*, Salvador: UFBA – C.E. UFBA, CEAO, 1980.

CARNEIRO, Edson Carneiro. *Negros Bantos*. R.J. civilização brasileira, 1937.

CHAVES, Miguel. Manoel Querino e o Lyceu. *O Democrata*, 15/02/1923.

CHIACCHIO, Carlos. Bahia Epigráfica e Iconográfica, Silio Boccanera Junior (Bahia). *A Tarde*, 07/06/1932.

Diário da Bahia. A morte do Professor Manoel Querino. 14/02/1923

Diário da Bahia. "A morte do Professor Manoel Querino". 15/02/1923

Diário da Bahia. Prof. Manoel Querino. 16/02/1923

Diário da Bahia. As homenagens na Secretaria da Agricultura. 16/02/1923.

Diário da Bahia. "A sessão fúnebre, em homenagem ao professor Manoel Querino". 09/03/1923

Diário da Bahia. "Uma homenagem ao Professor Manoel Querino". 14/03/1923

Diário da Bahia. "A homenagem ao prof. Manoel Querino". 15/03/1923

Diário de Notícias. "Rua Manoel Querino". 17.02.1923.

Diário de Notícias, "Homenagens". 14/03/1923

EDELWEISS, Frederico. Prefaciando a 3ª. edição de *A Bahia de Outrora*, em 1946.

EDELWEISS, Prof. Frederico. "A época de Manoel Querino"). Curso "Vida e Obra de Manuel Querino" realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO, coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

FRANÇA, Acácio. *A pintura na Bahia*. Publicação do Museu da Bahia. No. 4. Bahia: Imprensa Official da Bahia, 1944.

GUIMARÃES, Reginaldo. Breve Esboço sobre a vida e a obra de Manuel Querino. *Revista Brasileira de Folclore.* R.J.: Ministério da Educação e Cultura, 1973.

HARDMAN, Francisco Foot. *Revista Ciências Sociais* Hoje, S.P.: Vertice, Editora Revista dos Tribunais – ANPOCS, 1982

HARDMAN, Francisco Foot. "Cidades errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do século XIX". Em Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1988.

IGHBA (sem autor). Introduzindo como homenagem o artigo de Querino sobre "Um Bahiano Illustre – Veiga Muricy". *Revista do IGHBA*, no. 48. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1923.

LEITÃO, Cel. J. Leitão. A Manuel Raymundo Querino; homenagem dos seus admiradores e amigos no 30º. dia do seu falecimento. Bahia, 1923.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores Negros do Oitocentos (À memória de Manoel Raimundo Querino 1851-1923)*. São Paulo: Edições K; Motores MWM, 1988.

LIMA, Prof. Vivaldo da Costa. "Manoel Querino, o africanista". Curso "Vida e Obra de Manuel Querino" realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO, coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

LUDWIG, Selma C. *A Escola de Belas Artes cem anos depois*. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 30 de setembro de 1977.

LODY, Raul. Prefaciando a 2. edição de *Costumes Africanos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1988

LODY, Raul. Candomblé – religião e resistência cultural*. S.P: Ática, 1987.*

MOURA, Mariluce de Souza. "Fotografia na Bahia: apesar das perdas, um retrato nítido de mais de um século". *Fotobahia* 79, salvador, s/ed. 1979.

O Democrata. "Falecimento". 15/02/1923

O Democrata. "Manoel Querino – homenagens a sua memória". 28/2/1923

O Democrata. "Professor Manoel Querino". 10/03/1923

O Democrata. "Professor Manoel Querino". 16/03/1923

O Imparcial. “Um bahiano illuestre que desaparece. A morte do prof. Manoel Querino”. 15/02/1923

O Imparcial. “As homenagens a memória do prof. Querino”. 14/03/1923
O Imparcial. “À memória do prof. Querino”. 16/03/1923

OTT, Carlos. “Noções sobre a procedência d’ Arte de Pintura na Província da Bahia”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacion*al no. 11. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, 1947.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. “Professor Manoel Querino”. *Boletim da Agricultura Commercio e Industria.* Ns. 1 a 6 – janeiro a junho de 1923. Bahia: Imprensa Official do Estado.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1932

PEREIRA, Mons. Sólon. A Manuel Raymundo Querino; homenagem dos seus admiradores e amigos no 30º. dia do seu falecimento. Bahia, 1923.

QUERINO, Manuel. *Artistas Bahianos – indicações biográficas*. Rio de Janeiro: 1909.

QUERINO, Manuel. *Elementos de Desenho Geométrico - compreendendo noções de perspectiva linear, theoria da sombra e da luz, projeções e architectura*. Bahia: Papelaria e Typographia Baptista Costa, 1911.

RAMOS, Arthur. Publicação da 1. edição de *Costumes Africanos no Brasil*, organizado e prefaciado por Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A – Editora, 1938.

REIS NUNIOR, José Maria dos. *História da Pintura no Brasi.*: S.P. Ed. Leia, 1944.

SAMPAIO,Teodoro. A Manuel Raymundo Querino; homenagem dos seus admiradores e amigos no 30º. dia do seu falecimento. Bahia, 1923.

Sem autoria (provavelmente do punho de Manuel Querino) e sem data. Documento do Arquivo de Manoel Querino, cx. 1 d 12. no IGHBA.

Sem autoria. Documento identificado no IGHBA, pasta 76, doc. 1. sem data. Provavelmente de 1923, por ocasião do seu falecimento. Necrológio, marcando perfil laudatório do trabalhador e intelectual.

SILVA, Pedro Celestino da. “A Bahia e seus monumentos: memória apresentada ao Instituto da Bahia pelo Prof. Pedro Celestino da Silva”. *Revista do IGHBA*, no. 59, 1933.

SODRÉ, Jaime. *Manuel Querino: um herói da raça e classe*. Salvador: s/ed.,2001

SOUZA, Bernardino de (secretário perpétuo do IGHBA). “A Entrada do Exército Pacificador na Cidade” . *Diário Official – edição Especial do Centenário*. 02.07.1923.

SOUZA, Bernardino de. Prefaciando o trabalho de Querino *A Arte Culinária na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso, 1951.

TEIXEIRA, Prof. Cid. “Manoel Querino, o estudante e o professor”. Curso “Vida e Obra de Manuel Querino” realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO,

coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

TORRES, João N. e CARVALHO, Alfredo de. *Anais da Imprensa da Bahia*. Bahia: 1911.

VALLADARES, José do Prado. "o mau gosto nas ruas da cidade" em *Artes Maiores e Menores.* Salvador, 1957.

VALLADARES, José. Estudos de Arte Brasileira*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1960.*

VALLADARES, Prof. Clarival. "Manoel Querino, o historiador das Artes Baianas". Curso "Vida e Obra de Manuel Querino" realizado pela UFBA – FFCH entre os dias 16 e 28/07/1973, no CEAO, coordenado pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira. Cinqüentenário de morte de Manuel Querino. A Tarde, 09/07/1973.

VIANNA, Antonio Vianna. *Discurso proferido em a noite de 14 de março ed 1923 no saláo nobre do Centro Operário por Antônio Vianna (provecto jornalista e illustrado poeta) e mandado publicar pelo Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano.* Bahia: 1923.

VIANNA, Antonio (consocio do IGHBA). Manoel Querino (Palavras proferidas pelo Consocio Antonio Vianna, sobre a vida e obras de Manoel Raymundo Querino, em sessão magna do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a 13 de maio de 1828, quando foi colocado na galeria de honra o retrato do reputado rebuscador de tradições*). Revista do IGHBA*, no. 54, 1928.

2. A OBRA DE MANUEL QUERINO (ordem cronológica)

ARTIGOS

1. Os Artistas Baianos – indicações biográficas. Salvador-Bahia: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, no. 31 (pág. 93-115), 1905.

2. Contribuição para a história das artes na Bahia – José Joaquim da Rocha. Salvador-Ba: *Revista do IGHB*, no. 34 (pp. 79-82), 1908.

3. Teatros da Bahia. Salvador-Ba: *Revista do IGHba*, no. 35 (pp. 117-133), 1909.

4. Contribuição para a História das Artes na Bahia – Notícia biográfica de Manuel Pessoa da Silva Salvador – Ba: *Revista do IGHBa*, no. 36 (pp. 137-144), 1910.

5. Contribuição para a História das Artes na Bahia – os quadros da Catedral.Salvador- Ba: *Revista do IGHBa*, no. 36 (pp. 59-66), 1910.

6. Episódio da Independência. Salvador-Ba: *Revista do IGHBa*, 1913, nos. 37-39 (pp. 221-230).

7. A Bahia e a Campanha do Paraguay. Salvador-Ba: *Jornal de Notícias*, 1913.

8. As Cavalhadas. Salvador,Ba: Jornal de Notícias, 03/11/1913.

9. A Litografia e a Gravura. Salvador-Ba: *Revista IGHBa*, no. 40, 1914, pp. 36-38, com 5 ilustrações de página inteira.

10. Primórdios da Independência. Salvador- Ba: *Revista IHGBa*, 1916, vol. 42, pp. 41-47.
11. Candomblé de Caboclo (ligeiras notas a propósito de uma oferta feita ao Instituto pelo Coronel Arthur Atahyde de objetos pertencentes a um famoso Candomblé de caboclo da cidade do Salvador).Salvador-Ba: *Revista IGHBa*, Maio de 1919 , vol. 45 – pp. 235-236.

12. Notícia Histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia – Salvador-Ba: *Revista IGHBa*, 1923 vol 48, pp. 77-105 (incompleto)

13. Um bahiano ilustre – Veiga Murici. Salvador-Ba: *Revista IGHBa*, 1923, vol. 48, pp. 269-273.

14. Os Homens de Cor preta na História. Salvador-Ba: *Revista do IGHBA*, 1923, vol 48, pp. 353-363

LIVROS

1. *Desenho Linear das Classes Elementares***.** Bahia, 1903. (30pgs.).

2. *As artes na Bahia (Escorço de uma contribuição histórica***).** Bahia: Typ. E Encadernação do Lyceu de Artes e Offícios, 1909 (Coleção de artigos publicados no jornal "Diário de Notícias" durante os anos de 1908 e 1909 sob o título de "Contribuição para a História das Artes na Bahia").

- *As Artes na Bahia (Escorço de uma Contribuição Histórica)* 2. ed. Melhorada. Salvador-Ba, Officinas do Diário da Bahia,1913 - 241 pags.

3. *Artistas Baianos – indicações biográficas.* Rio de Janeiro: 1909

- *Artistas Baianos – indicações biográficas* (2. edição melhorada, cuidadosamente revista). Bahia: Officina da Empresa "A Bahia", 1911.

4. *Elementos de Desenho Geométrico – comprehendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura,* Bahia: Papelaria e Tipografia Baptista Costa, 1911/1912.

5. *Bailes Pastoris*, Salvador – Ba, 1914.

6. *A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares*. Bahia: Econômica, 1916.

- *A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares*. 2. ed. Aumentada, Bahia.1922.
- *A Bahia de Outrora – Vultos e Fatos Populares*. 3. ed. Bahia: Livraria Progresso/Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª – Autores Nacionais (Prefácio e Notas de Frederico Edelweiss), 1946.
- *A Bahia de Outrora – Vultos e fatos Populares*. 4. ed. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1955.

7. *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia*. Salvador-Ba: Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Bahia: Imprensa Oficial do estado, vol 1, 1916 (p. 617).

- *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia*. Bahia: Oficinas do diário da Bahia, 1917.

- *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia.* Salvador-Ba: Livraria Progresso, 1955 (Coleção de Estudos Brasileiros – Série: Cruzeiro, vol. 9). -Nesta edição estão incluídos O Candomblé de Caboclo, O Africano como colonizador substituindo o título original "O colono Preto como fator de civilização brasileira", e Os homens de cor preta na história.

8. *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918 (Separata dos Aanais do 6º Congresso Brasileirode Geografia, Belo Horizonte).

- *O Africano como Colonizador*. Bahia: Livraria Progresso Editora (Ensaio – Série Miniatura), 1954. (Substituindo o título original "O Colono Preto como fator de civilização brasileira") – Publicado em A Raça Africana .... de 1955.

9. *A Arte Culinária na Bahia.* Salvador-Ba: 1928. (Publicação póstuma feita por Alberto Morais Martins Catarino, aos cuidados de José Teixeira Barros. Fora elaborada em 1922) – publicada em Costumes Africanos no Brasil em 1938e 1988.

11. *Costumes Africanos no Brasil.* Rio de Janeiro: 1938 (Organizado e prefaciado por Artur Ramos). – Coletânea de textos contendo estudos de Manuel Querino que se referem à cultura e influência dos africanos no Brasil: 1. A Raça Africana e os seus costumes na Bahia (sem "Os homens de cor preta na História publicado na ed. 1955); 2. Apêndice – Candomblé de Caboclo; 3. O Colono Preto como fator da civilização Brasileira; 4. A Arte culinária na Bahia (incluindo artigo "A Culinária Brasileira – A Apotheose em Paris do vataá e da frigideira de Siris" publicado por Constâncio Alves em A Tarde de 16/10/1930; 5. Notas de folclore negro – excertos de A Bahia de Outrora.

- *Costumes Africanos no Brasil.* 2. edição ampliada e comentada. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1988. (Prefácio, notas e organização de Raul Lody com apresentação de Thales de Azevedo). Reúne os mesmos títulos da edição de 1938.

3. MANUSCRITOS

ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR

a) Coleção de Atas da Câmara Municipal de Salvador: 1888 a 1900.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

a) SEÇÃO COLONIAL E PROVINCIAL

SÉRIE GOVERNO

- Atos do Governo da Província. Maços 963 a 1049.

- Administração – Pessoal – maços 1468 a 1509.
- Diversos / sociedades – maços1568 a 1591.
- Vara de Órfãos – maços2673 a 2678.
- Vara Cíveis diversas – maços 2655 a 2664
- Juízes de Paz – maços 2690 a 2694-3.
- Judiciário – maços 2724 a2830.
- Instituições culturais / sociedades diversas– maços 4057 a 4078.
- Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – maços 4998 –1 a 5018.
- Epidemia; Cólera Morbus – maços 5360ª 5362; 5368.

SÉRIE RELIGIÃO

- Igrejas, irmandades, confrarias- maços 5238 a5255; 5271; 5279; 5306; 5507.

SÉRIE MILITARES

- Patentes – maços 3213ª3214.
- Qualificação da Guarda Nacional – maços 3502 a 3509.

c) SEÇÃO REPUBLICANA

- Documentação da Secretaria da Agricultura (portarias,processos, etc.) – caixas 01 e 02; 22 a 26; 41; 52 a 59; 76 a 97; 114; 144 a 159; 162 a 166; 173; 177 a 193;

- Secretaria da Justiça e do Interior – maço 1794.

- Secretaria de justiça / Gabinete do secretário – maços 3445 a 3467; 3450 a 3499;
- Atos do Governo / leis e resoluções / portarias – maços 3499/379; 3504/399; 3508/410; 3520/446

- Atos e Ofícios expedidos – maço 1870

- Judiciária – Inventário – 6 cx 2697, doc 17.

d) SEÇÃO LEGISLATIVA:

. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Maços 165; 192; 896; 955 a 958; 1075 e 1076; .

. SÉRIE DE PETIÇÕES. Maços 1057 a 1077.

. OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS. Maços 1162 a 1217.

CARTÓRIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS

. ESTATUTOS DE SOCIEDADES E SINDICATOS (1918 a 1964).

CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

. Livro de Atas. 1893.

ARQUIVO DA IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS

. Correspondências
. Livros de Receita e Despesa
. Livros de Atas

ARQUIVO DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS

- Livro da Sociedade Protetora dos desvalidos contendo documentos de 1875 a1879.
- Livro de Matírcula dos sócios – ano 1894;
- Livros de Atas das Sessões – anos de 1877, 1878, 1879, 1880, 1895, 1896.
- Recebimento de mensalidades- anos de 1895, 1896, 1897
- Petições – anos de 1879, 1895
- Recibo – ano de 1896,
- Documentos diversos – 1896,
- Despesas – ano de 1896,

ARQUIVO DA SOCIEDADE MONTE-PIO DOS ARTISTAS

- Livro de Mensalidades no. 33 (1900 a 1938);
- Ata do Conselho Diretório – livro no. 41Livro de Pensões e Socorros - livro no. 40
- Caderneta dos Sócios e pensionistas – livro 50
- Mensalidades dos sócios – livro 51
- Livro de Matrículas – 1853 a 1909.
- Livro de termo de Admissão – 1894.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

- Caixas de documentos diversos relativos a Manuel Querino – caixas 1,3, 4 e 5.

ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRIDOA – BAHIA

- Livro de Enterramento no. 22.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS – SUB-DISTRITO DE BROTAS

- Certidão de Óbitode Manoel Querino Filho – 1908.

ARQUIVO DA CÚRIA ARQUIEPISCOPAL DA BAHIA

- Livros de Batismo – 1846 a 1854 / 1897 – 1901
- Livro de Casamento – 1844 a 1910

4. <u>IMPRESSAS</u>

- ESTATUTOS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA: 1872, 1876.
- RELATÓRIOS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA: 1874 a 1923.
- Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1895 a 1896.
- COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil. 1860-1889.
- *ESTATUTOS da Sociedade Monte Pio dos Artistas*, 1853.

- *ESTATUTOS da Associação Tipográfica Bahiana*, 1871.
- FALAS, RELATÓRIOS E MENSAGENS recitadas pelos Presidentes da Província da Bahia (Império) e Governadores do Estado (República): 1872 a 1923.
- REVISTAS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – NOS. 01 A 52.

4.1. JORNAIS E REVISTAS

- A BAHIA, 1896
- A CIDADE, 1895-1900, 1916
- ACTUALIDADE – JORNAL POLÍTICO, COMERCIAL E AGRÍCOLA, 1881 (18/10)
- A Dissolução, 1884 (05/09)
- A OPINIÃO LIBERAL, 1877 (25/06); 1884 **(**15/09)
- A ORDEM, 1900.
- A TARDE, 1912, 1923, 1951, 1973.
- A VERDADE, 8/10/1890.
- A VOZ DO OPERÁRIO, 1891 (19/09); (10/09) 1892, 1894 (2/01 E 6/05) E 1896 (2/01).
- BAHIA ILUSTRADA, 1917 E 1919.
- CIDADE DO SALVADOR, 1897.
- CORREIO DA BAHIA, 1872
- CORREIO DE NOTÍCIAS, 1898
- CORREIO DA MANHÃ, 1914
- DIÁRIO DA BAHIA, 1874 A 1923.
- DIÁRIO DA TARDE DE ILHÉUS, 11/04/1935.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1875 A 1923; 1951; 1937; 1968.
- DIÁRIO DO POVO, 1889 (15/01, 15/03, 18/03, 22/03, 13/05, 30/05, 04/06, 17/06, 19/06, 09/07)
- ECHO DO POVO, 1881 (21/05)
- ESTADO DA BAHIA, 1933, 1936, 1951.
- GAZETA DA TARDE, 1881 (23/06); 1882 (25/05); 1884 (SETEMBRO); 1885 (29/10).
- JORNAL DE NOTÍCIAS, 1885, 1890, 1891 A 1915.
- O Abolicionista, 1871 (30/04, 31/07).
- O AZORRAGUE, 1878 (03/07).
- O BRADO DA LIBERDADE, 1876 (15/09)
- O COMBATE, 1891 (02/05)
- O DEMOCRATA, 1904, 1916, 1921,1923.
- O GLOBO,1876.
- O Guarany, 1885 (26/04)
- O HORIZONTE, 1872 (16/08, 20/08).
- O IMPARCIAL, 1922, 1923, 1936 E 1941.
- O PEQUENO JORNAL, 1890, 1891, 1892
- O PROPHETA, 1882
- O SÉCULO, 1908
- O TEMPO, 1892 (01/08).
- O TRABALHO, 1892 (06/03)
- O TRABALHO, 1908.
- Província da Bahia, 1878 (05/06).
- REVISTA BRASILEIRA DE FOLCLORE, JAN/ABR. 1973.
- REVISTA DEMOCRÁTICA, 1880 (29/02).